DEUS DISSE

Introdução ao Escrituralismo Expansionista



O. III

DEUS DISSE

Introdução ao Escrituralismo Expansionista

O. III

Informações

Título: Deus Disse

Subtítulo: Introdução ao Escrituralismo Expansionista

Autor: O. III

Ano: 2026

1ª edição, 2026

TODOS OS DIREITOS DISPONIBILIZADOS, MAS RESTRITOS À CITAÇÃO.

NÃO ACREDITAMOS EM PROPRIEDADE INTELECTUAL, MAS É NECESSÁRIO EXISTIR RECONHECIMENTO AUTORAL.

SITE: orlandoterceiro.com

PIX para doação e auxílio em nosso ministério:
orlandot3@outlook.com

DEDICATÓRIA

À minha esposa, Renata, e aos meus filhos, Orlando IV e Lúcia.

Que este livro possa, de algum modo, acompanhá-los ao longo da vida e inspirá-los a crescer na graça e no conhecimento de nosso Senhor Jesus Cristo.

Com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus pela vida da minha família, especialmente de minha esposa, Renata, e de meus filhos, Orlando IV e Lúcia. Eles me inspiram diariamente a desejar ser um pai que glorifica a Deus e que procura trazer para dentro de casa sabedoria, verdade e temor do Senhor. Muito do que penso, estudo e escrevo ganha outro peso quando me lembro de que existem olhos pequenos observando minha vida e de que tenho diante de Deus a responsabilidade de ensinar não apenas por palavras, mas também pelo modo como vivo.

Agradeço também aos meus irmãos, tanto aos que hoje estão distantes quanto aos que permanecem próximos. Sou grato pela amizade, pela paciência, pela comunhão e, não menos importante, pelo empenho de todos em suportar minha personalidade por vezes forte e estranha. Existe uma pureza especial na amizade construída em torno da mesma fé, em conversas sinceras, discordâncias, risadas, debates e no desejo comum de conhecer melhor aquilo que Deus revelou.

Em particular, agradeço ao Lucas, meu amado primo Batista, pela amizade e comunhão; à Débora, querida amiga e verdadeira irmã; e ao Renato, irmão que nunca deixou de estar comigo, mesmo que hoje

a distância seja maior. Algumas amizades atravessam épocas, mudanças e circunstâncias, e permanecem como lembranças constantes da bondade de Deus em colocar determinadas pessoas em nosso caminho.

Agradeço também aos irmãos escrituralistas com quem tive o privilégio de estudar, conversar e debater ao longo dos anos. Nossos estudos de Gordon Clark, Vincent Cheung e de tantos temas relacionados à filosofia, à teologia e à Palavra de Deus foram fundamentais para o amadurecimento de muitas ideias presentes neste livro. As concordâncias ajudaram, as discordâncias ajudaram ainda mais, e muito do que se encontra nestas páginas foi aperfeiçoado no fogo dessas conversas.

Por fim, não poderia deixar de agradecer especialmente ao meu pai e à minha mãe.

Quando olho para trás, reconheço que eu não estaria hoje no Evangelho, vivendo debaixo da graça de Deus, se o Senhor não os tivesse usado como instrumentos para me preservar de muito do mal que eu poderia ter feito. A graça de Deus foi maior.

Suas orações insistentes, sua disposição, sua perseverança e tudo aquilo que me ensinaram desde pequeno segundo a Palavra do Senhor fazem parte da história que Deus soberanamente escreveu para me trazer até aqui. Já se passaram anos desde minha conversão, mas quanto mais o tempo passa, mais compreendo o valor de ter recebido, ainda na infância, palavras que talvez eu não entendesse plenamente naquele momento, mas que permaneceram comigo.

Se hoje escrevo sobre a verdade de Deus, é também porque, muito antes de eu pensar em escrever livros, havia dentro de minha casa pessoas insistindo em me ensinar que Deus falou e que sua Palavra deve ser ouvida.

A Ele seja toda a glória.

DEUS DISSE

1. Capa
2. Informações
3. Dedicatória
4. Agradecimentos
5. PRÓLOGO — DEUS DISSE
    1. Notas
6. PARTE I — A VOZ
    1. CAPÍTULO 1 — TODO PENSAMENTO TEM UM COMEÇO
        1. A pergunta anterior à prova
        2. No jardim, uma pergunta
        3. Primeiro princípio
        4. O primeiro não é provado pelo segundo
        5. Circularidade inevitável e círculo vicioso
        6. A neutralidade que escolheu um lado
        7. Fundamento comum sem território neutro
        8. A experiência como começo
        9. A razão que se declarou origem
        10. A fuga pela irracionalidade
        11. Dogmatismo e autoridade

12. O axioma e o cânon
13. A objeção das muitas revelações
14. Pensar a partir da resposta
15. O começo na vida comum
16. O começo confessado
17. Notas

2. CAPÍTULO 2 — DEUS DISSE
    1. A voz depois do começo
    2. Um rolo diante do fogo
    3. Revelação em palavras
    4. Soprada por Deus
    5. Uma mente, muitos escritores
    6. Verdade sem margem para erro
    7. A voz que atesta a si mesma
    8. O testemunho do Espírito
    9. Cânon recebido
    10. Clareza sem simplismo
    11. Texto, tradução e interpretação
    12. Necessária porque Deus decidiu falar
    13. Suficiente para fé e vida
    14. A autoridade presente
    15. A Palavra na mente

16. A voz permanece
17. Notas

3. CAPÍTULO 3 — O LOGOS
    1. Antes de haver mundo
    2. Uma ordem de prisão interrompida
    3. Estava com Deus e era Deus
    4. Deus e lógica
    5. A verdade que é pessoa
    6. Todas as coisas por meio dele
    7. A luz dos homens
    8. A racionalidade ferida
    9. Iluminação e regeneração
    10. Lógica não salva
    11. “Lógica humana” e mistério divino
    12. Razão, poder e ação
    13. A mente sob o Logos
    14. No princípio
    15. Notas
4. CAPÍTULO 4 — DA PALAVRA AO SISTEMA
    1. Entre citar e pensar
    2. Um concílio diante da consequência
    3. O conteúdo do axioma

4. Boa e necessária consequência
5. Validade, verdade e solidez
6. Definir para não trocar de assunto
7. Exegese antes da síntese
8. Comparar sem achatar
9. O que é um sistema
10. Conhecer Deus e conhecer doutrina
11. Certeza e opinião
12. O intérprete falível
13. Confissões, credos e fronteiras
14. Limites da sistematização
15. Da doutrina à obediência
16. A Palavra pensada
17. Notas

7. PARTE II — A CAUSA
    1. CAPÍTULO 5 — O DEUS QUE FAZ TODAS AS COISAS
        1. A soberania que conservou apenas o nome
        2. O conselho antes do mundo
        3. Jonas sob vento, sorte e misericórdia
        4. Decreto não é previsão
        5. Um decreto, toda a história
        6. O Deus que nada recebe para ser Deus

7. Criação sem matéria anterior
8. O mundo não recebeu existência para guardar
9. Providência é governo, não vigilância
10. O pardal e o império
11. Imutabilidade sem inércia
12. Decreto e mandamento
13. A insuficiência da mera permissão
14. Meios dentro do conselho
15. O governo que liberta a mente
16. O Deus que faz
17. Notas

2. CAPÍTULO 6 — OCASIONALISMO: NENHUMA CRIATURA É DEUS
    1. O ídolo escondido no verbo causar
    2. A experiência mostra sucessão, não poder
    3. A criação não recebe independência
    4. O que o ocasionalismo afirma
    5. A gramática bíblica da causação
    6. Dois níveis de linguagem, um só governo
    7. Providência ordinária: o milagre repetido
    8. As leis não governam
    9. Meios sem autonomia

10. A criatura age, mas não inaugura o ser
11. Comunicação e mente: uma antecipação
12. Clark, Cheung e a extensão da tese
13. Objeções necessárias
    1. “O ocasionalismo nega aquilo que todos percebem”
    2. “A doutrina torna o mundo arbitrário”
    3. “Se somente Deus causa, os meios são inúteis”
    4. “O ocasionalismo elimina a distinção entre natureza e milagre”
    5. “Isso transforma Deus no autor do pecado”
    6. “A tradição reformada fala em causas secundárias”
14. A humilhação e a liberdade da criatura
15. Nenhuma criatura é Deus
16. Notas

3. CAPÍTULO 7 — DEUS, O MAL E A RESPONSABILIDADE
    1. A objeção que pertence ao centro
    2. O mal precisa de uma lei
    3. Decreto e preceito
    4. Uma noite determinada
    5. Causar não é cometer
    6. Tiago e a tentação
    7. Responsabilidade sem independência

8. Vontade, desejo e coerção
9. A queda sem território autônomo
10. Por que Deus decretou o mal?
11. O oleiro e quem o acusa
12. Intuição, consciência e a norma emprestada
13. Quando a soberania é usada para proteger o pecado
14. Juízo, arrependimento e graça
15. Objeções que permanecem
    1. “Então Deus pode chamar qualquer coisa de boa”
    2. “Se Deus causa o pecado, ele tenta o homem”
    3. “O homem é punido por ser aquilo que Deus o fez”
    4. “Essa doutrina produz passividade moral”
    5. “A posição torna Deus semelhante ao malfeitor”
16. A responsabilidade da mente renovada
17. O Juiz permanece justo
18. Notas

4. CAPÍTULO 8 — O HOMEM COMO INTELECTO CRIADO
    1. O homem que permaneceu diante de Deus
    2. O pó que não pensava
    3. À imagem de quem não possui corpo
    4. A imagem ferida não deixou de ser imagem
    5. A mente não é o cérebro

6. O homem interior sobrevive à casa
7. O homem não nasce como uma página vazia
8. Supressão não é ausência
9. O novo homem é renovado em conhecimento
10. Nenhuma liderança pode pensar em lugar do corpo
11. Dependência contínua do Logos
12. Notas

5. CAPÍTULO 9 — COMO DEUS ENSINA A MENTE
    1. A página aberta
    2. O mestre diante da lousa
    3. Na ocasião
    4. O que os sentidos não entregam
    5. A memória sem armazém
    6. Conhecimento e opinião
    7. O professor, a Igreja e o corpo
    8. O Deus que ensina
    9. Notas

8. PARTE III — A GUERRA
    1. CAPÍTULO 10 — NÃO EXISTE TERRITÓRIO NEUTRO
        1. A sala sem religião
        2. A primeira proposta de neutralidade
        3. Todo sistema começa antes da prova

4. O terreno comum que o pecador nega
5. Paulo diante dos altares
6. Objeções levantadas na fronteira
7. A Igreja em território ocupado
8. Argumentar sem pedir neutralidade
9. Nenhum pensamento sem senhor
10. Notas

2. CAPÍTULO 11 — APAGOGIA: LEVAR O RIVAL AO FIM
    1. A objeção que ainda não existe
    2. Responder e não responder segundo a estultícia
    3. A forma da queda
    4. Fazer a pergunta prestar contas
    5. Quando a fala trai a tese
    6. Da frase ao primeiro princípio
    7. O que a apagogia prova
    8. O direito de anunciar o resultado
    9. A apagogia dentro da Igreja
    10. Até o fim, e então a Palavra
    11. Notas
3. CAPÍTULO 12 — TRÊS FUGAS DA REVELAÇÃO
    1. Três portas no mesmo corredor
    2. A primeira fuga: um dogma sem Deus

3. A segunda fuga: os olhos no lugar da voz
4. Quando a experiência aprende a falar em nome de Deus
5. A terceira fuga: apagar a luz
6. As três fugas dentro da mesma mente
7. De volta ao manancial
8. Notas

4. CAPÍTULO 13 — EXECUÇÕES
    1. Sete peças sobre a mesma mesa
    2. Primeira execução: a sensação como testemunha
    3. Segunda execução: a indução sobre o abismo
    4. Terceira execução: o cientificismo de jaleco
    5. Quarta execução: a escada da teologia natural
    6. Quinta execução: o místico sem mensagem
    7. Sexta execução: palavras que sobrevivem ao significado
    8. Sétima execução: a instituição como argumento
    9. Depois das sete
    10. Notas

9. PARTE IV — A VIDA
    1. CAPÍTULO 14 — FÉ: ASSENTIMENTO QUE SE LEVANTA
        1. Depois das sentenças
        2. Aquilo que se crê
        3. A distância imaginária entre a cabeça e o coração

4. Os demônios não completaram o evangelho
5. O Espírito causa a resposta
6. A certeza que não pede desculpas
7. “Eu creio, Senhor! ajuda a minha incredulidade”
8. Uma salvação, muitas promessas
9. O assentimento fica de pé
10. Quando a instituição chama imobilidade de fidelidade
11. A próxima palavra é um pedido
12. Notas

2. CAPÍTULO 15 — ORAÇÃO: A OCASIÃO ORDENADA
    1. A pergunta que começa tarde demais
    2. O que é oração
    3. O decreto inclui a petição
    4. A oração muda a história, não muda Deus
    5. A ocasião ordenada
    6. Pedir, buscar e bater
    7. A vontade revelada e o esconderijo do desconhecido
    8. Fé não é força
    9. Em nome de Jesus
    10. O Pai-nosso: a ordem da mente que pede
    11. Quando a resposta não aparece
    12. Persistência sem repetição pagã

13. Orar e agir
14. A oração da Igreja viva
15. Oração, poder e expansão
16. Objeções finais
    1. “Se Deus causa a oração, não somos nós que oramos”
    2. “Se Deus já sabe, pedir é redundante”
    3. “Se a resposta foi decretada, a oração não fez diferença”
    4. “Isso faz toda oração necessariamente eficaz”
    5. “Orar com certeza é tentar obrigar Deus”
    6. “Submeter-se à vontade de Deus exige aceitar qualquer resultado”
17. Pedi, porque Deus ordenou a resposta
18. Notas

3. CAPÍTULO 16 — CURA, SINAIS E MARAVILHAS
    1. A mão que a Igreja pediu
    2. Três nomes para a mesma invasão
    3. Ele tomou nossas enfermidades
    4. A oração da fé salvará o doente
    5. Cristo curava, os discípulos foram enviados
    6. As obras maiores e o perigo da régua
    7. O milagre não é técnica
    8. Os textos usados para ensinar resignação

9. Quando o enfermo não se levanta
10. Sinais que acompanham a Palavra
11. Mais poder sem menos verdade
12. Notas

4. CAPÍTULO 17 — A IGREJA VIVA CONTRA A FORTALEZA INSTITUCIONAL
    1. Depois que as luzes se apagam
    2. A Igreja existia antes do endereço
    3. Membros uns dos outros
    4. Um só Cabeça
    5. A Palavra em muitas bocas
    6. Pastores continuam sendo ovelhas
    7. A disciplina não é propriedade do disciplinador
    8. Confissões que se lembram de que são confissões
    9. Como a fortaleza aprende a respirar
    10. Diótrefes ainda gosta do primeiro lugar
    11. Aos que saíram levando culpa
    12. Quando a estrutura volta a servir
    13. Um corpo que se expande
    14. Notas

10. PARTE V — A EXPANSÃO
    1. CAPÍTULO 18 — EXPANSIONISMO: O SENTIDO ORIGINAL

1. Um debate pequeno demais
2. Definição em cinco eixos
    1. Quantidade
    2. Frequência
    3. Intensidade e magnitude
    4. Diversidade de representação
    5. Alcance de domínio
3. O desejo de Moisés e a promessa dos profetas
4. O Messias não formou uma geração inferior
5. A Grande Comissão não autoriza uma edição de Cristo
6. Pentecostes: de poucos para toda carne
7. Os membros comuns e a queda da elite
8. Paulo não regulou os dons para fazê-los desaparecer
9. O evangelho e suas obras
10. Até quando?
11. Continuação é o mínimo, não o alvo
12. Suficiência não significa esterilidade
13. A Palavra produz a fé da expansão
14. Expansão espiritual, não tomada política
15. O peso desigual das afirmações
    1. Os dons não cessaram antes da consumação
    2. A distribuição e o alcance se ampliam

3. As obras tornam-se maiores
4. O poder deve crescer de geração em geração

16. Objeções inevitáveis
    1. “Os sinais autenticavam exclusivamente os apóstolos”
    2. “Atos descreve, mas não ordena”
    3. “Obras maiores significam somente evangelização”
    4. “Os abusos provam que essa busca é perigosa”
    5. “A história da Igreja não mostra expansão contínua”
    6. “Essa doutrina coloca o homem acima de Cristo”
    7. “Nem todos recebem o mesmo dom”
17. A Igreja que administra a ausência
18. O sentido original preservado
19. Notas

2. CAPÍTULO 19 — DA MANIFESTAÇÃO AO DOMÍNIO DO PENSAMENTO
    1. A ampliação colocada em julgamento
    2. Cinco eixos da expansão intelectual
        1. Profundidade
        2. Abrangência
        3. Distribuição
        4. Alcance
        5. Continuidade geracional

3. O campo de batalha é a mente
4. O Logos não possui territórios seculares
5. A unidade da verdade
6. Conhecimento, opinião e habilidade
7. A renovação da mente é o primeiro território
8. O corpo pensa por muitos membros
9. A Grande Comissão ensina nações
10. Educação: nenhuma sala é neutra
11. Filosofia: atacar o fundamento
12. Ciência: ferramenta sem trono
13. História: nenhum acaso escreve o mundo
14. Ética e política: norma sem império eclesiástico
15. Arte, linguagem e imaginação
16. Como expandir sem falsificar
17. Influência não é obediência
18. Objeções ao domínio do pensamento
    1. “A Bíblia não ensina física, medicina ou engenharia”
    2. “Isso transformará toda disciplina em propaganda”
    3. “Não cristãos conhecem muitas coisas”
    4. “Nenhum fato é neutro” significa que os fatos mudam conforme a fé?
    5. “Domínio intelectual levará à teocracia”

6. “Intelectualismo apagará o Espírito”
7. “Milagres são mais urgentes do que livros”
8. “A proposta é grande demais”

19. Medidas de uma expansão verdadeira
20. Da manifestação ao domínio
21. Notas

3. CAPÍTULO 20 — UMA CIVILIZAÇÃO QUE COMEÇA NA PALAVRA
    1. Antes que a cidade desperte
    2. A primeira construção é uma mente ensinada
    3. A história deixa de ser órfã
    4. O laboratório perde o altar e conserva a bancada
    5. A lei precisa saber por que julga
    6. A mesa é uma instituição civilizadora
    7. A oficina, o salário e o pão
    8. A técnica não sabe para onde ir
    9. A imaginação também presta culto
    10. Uma cultura de membros, não um império de departamentos
    11. O perigo do nome cristão
    12. Uma planta que pode ser corrigida
    13. Quando a cidade volta para casa

14. Notas

11. CAPÍTULO 21 — CONCLUSÃO: TODO PENSAMENTO CATIVO
    1. O exame não terminou
    2. A voz recolhe o que disse
    3. Nenhuma criatura suporta o lugar de Deus
    4. A guerra volta-se contra o vencedor
    5. Quando o assentimento se levanta
    6. A expansão que recusa o trono
    7. O sistema diante da própria regra
    8. Os cômodos que ainda reservamos
    9. O cativeiro que liberta
    10. O corpo sobre o altar
    11. A última pergunta
    12. Notas

PRÓLOGO — DEUS DISSE

"HAVENDO Deus antigamente falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, a nós falou-nos nestes últimos dias pelo Filho, A quem constituiu herdeiro de tudo, por quem fez também o mundo."
(Hebreus 1.1-2)

Todo livro que começa com as palavras "Deus disse" contrai uma dívida antes de formular a primeira tese, e a dívida é esta: o autor deve deixar claro se está realmente disposto a ser julgado pela voz que invocou ou se a expressão servirá apenas para dar solenidade bíblica a um sistema que já chegou pronto. Devo essa clareza ao leitor porque conheço, não por observação distante, mas por passagem pessoal, a facilidade com que um cristão conserva a Bíblia na mesa enquanto entrega o julgamento a outra autoridade. Passei anos construindo uma vida intelectual sobre fundamentos que pareciam firmes, e não eram fundamentos vulgares; vinham acompanhados de grandes livros, disciplina de estudo, perguntas metafísicas e uma convocação sincera para escapar da idiotização do nosso tempo. Onde estava o erro? Na fome não estava, que era boa, nem no trabalho, que me fez bem.

Estava no ponto que quase ninguém interroga enquanto admira o edifício: a consciência humana apresentava-se como juíza da realidade e jamais era chamada a mostrar de onde tirava esse direito. Eu aprendera a perguntar por tudo, menos pelo direito daquele que perguntava.

Minha formação nesse período não foi a de um curioso que entrou numa aula, ouviu uma frase estranha e decidiu escrever contra o professor. Foram centenas de horas, cadernos preenchidos, livros lidos com lápis na mão, noites em que uma passagem era repetida até adquirir a familiaridade que o entusiasmo confunde com domínio. Lembro-me da mesa coberta de notas, da sensação de que algumas peças finalmente se encaixavam e, principalmente, do alívio prometido por um método que devolveria ao aluno a posse da própria inteligência: atravessar as ideologias, desfazer as opiniões prontas, alcançar a realidade antes que as instituições a deformassem. Havia muito de verdadeiro nessa convocação, e seria uma mentira reescrever o passado como se eu nada tivesse recebido. O trabalho intelectual despertou, a leitura deixou de ser ornamento e a filosofia se tornou assunto de vida. Mas foi exatamente a dedicação, e não a distância, que abriu a rachadura. A consciência treinada para julgar todas as mediações continuava sendo uma mediação; quando chegou a hora de examinar a si mesma, não encontrou autoridade acima de si e se declarou competente por falta de concorrente, porque eu havia percorrido uma longa estrada para voltar, com biblioteca maior e vocabulário mais nobre, ao velho eu sentado no centro.

O leitor que já passou por alguma escola intelectual reconhecerá a sedução. Um sistema pode combater o relativismo, denunciar a estupidez moderna e restaurar perguntas que a universidade abandonou, enquanto preserva no fundamento o homem que toma posse da própria consciência. A erudição corrige esse começo? Oferece a ele paredes mais belas, e nada além disso. A sinceridade também não o salva, porque um juiz pode ser sinceramente incompetente, e a disciplina, se trabalhar sobre o pressuposto errado, torna o erro mais resistente à correção. Foi preciso perceber que eu havia trocado a Palavra do Deus vivo pela imagem da minha própria alma refletida nos livros, e a troca foi tanto mais perigosa porque não exigiu apostasia verbal.

Eu continuava cristão, admirava a tradição, falava de providência e reconhecia a grandeza da Escritura; apenas concedia a ela o direito de falar depois que a consciência aprovasse sua entrada. Deus era ouvido depois, por uma autoridade que jamais reconheceu.

O retorno foi uma revolta emocional contra a razão? Não foi. Foi, e faço questão da palavra porque este livro inteiro depende dela, a rendição da inteligência. Calvino me ajudou a enxergar que uma Escritura cuja autoridade depende de certificação eclesiástica, evidência sensorial ou demonstração anterior já não ocupa o primeiro lugar que confessa ocupar, e o testemunho do Espírito não acrescenta dignidade a uma voz insuficiente; faz o homem reconhecer a voz que já falava com autoridade (1 Coríntios 2.10-14; 1 João 5.6-9).[1] Enquanto essa diferença permaneceu numa gaveta doutrinária, ao lado de outras fórmulas reformadas, seu efeito foi pequeno.

Quando chegou ao método, porém, a casa mudou de dono. Eu já não precisava subir de uma consciência supostamente neutra até Deus, levando provas que ele deveria aceitar como suficientes; devia receber do Deus que fala o próprio sentido de prova, consciência, verdade e razão.

Foi nesse terreno que encontrei Gordon Clark, e a dívida que tenho com ele não cabe numa citação cerimonial. Clark formulou com precisão aquilo que muitos cristãos repetem no culto e suspendem quando começam a pensar: a revelação não é um reforço devocional acrescentado a uma razão autônoma, mas o primeiro princípio do sistema cristão.[2] A lógica, a linguagem e a verdade pertencem ao Deus que fala, e nenhum adversário se aproxima da discussão vindo de lugar nenhum; todos chegam de algum axioma, ainda que os mais orgulhosos chamem o próprio de neutralidade. Essa descoberta diminuiu a razão? Não diminuiu. Devolveu-lhe chão. A lógica deixou de ser instrumento impessoal com que o homem examina Deus e passou a ser reconhecida como expressão da racionalidade invariável do Logos, sem a qual nem mesmo a negação de Deus conseguiria formar uma frase inteligível (João 1.1-3; Colossenses 2.3).[3]

Minha gratidão, contudo, não transforma Clark na última fronteira da investigação, e digo isso agora porque um livro contra a idolatria do fundamento humano não pode fundar uma nova devoção em silêncio, porque ele escreveu obras dirigidas a combates específicos, deixou relações que o leitor terá de reconstruir e empregou formulações que este livro não repetirá sem exame. Sua linguagem sobre causas secundárias, por exemplo, não coincide automaticamente com o ocasionalismo estrito que sustentarei; certas

aplicações que aparecerão aqui pertencem ao desenvolvimento desta proposta, e não devo lançá-las sobre um mestre morto apenas para fabricar uma genealogia limpa.

Um professor serve quando conduz o aluno à verdade. Torna-se ídolo quando a dívida exige que o aluno pare de caminhar, e eu já conheço demais esse tipo de dívida para contraí-la outra vez com novo credor.

Vincent Cheung entrou nesse caminho com outra temperatura. Nele o escrituralismo deixa de parecer uma muralha epistemológica construída apenas para impedir o empirismo e atravessa a causação divina, a mente, a oração, a cura, os dons e o governo completo de Deus. Cheung escreve sem pedir desculpas pelas conclusões que a tradição considera excessivas, e essa disposição me obrigou a perguntar quantas vezes a prudência teológica é prudência de fato e quantas vezes é apenas incredulidade que aprendeu a vestir gravata. E aqui o leitor receberá um pacote de citações reunidas sob um nome novo? Também não. Clark e Cheung não disseram a mesma coisa em todas as matérias; existem continuidades, tensões, desenvolvimentos e, em certos casos, diferenças que hão de permanecer visíveis.

Se o Escrituralismo Expansionista tiver algum direito de existir, não será o direito de uma escola formada pela justaposição de autoridades, mas o de uma proposta que mostra suas premissas, suporta suas consequências e se deixa corrigir pela Escritura.

Foi quando tentei explicar esse percurso a outras pessoas que o vazio deste livro começou a aparecer. As obras de Clark oferecem armas excelentes, mas o iniciante nem sempre encontra nelas um caminho progressivo que parta do primeiro princípio e atravesse a realidade inteira; o corpus de Cheung tem unidade e força incomuns, embora

esteja distribuído em tratados, comentários e intervenções polêmicas que exigem muitas leituras até que as relações se tornem visíveis. Entre os herdeiros, uma parte protegeu a muralha epistemológica e tratou as teses mais agressivas como constrangimento de família; outra recebeu as conclusões antes de reconstruir a cadeia que lhes dava força. Em português, o problema adquire uma feição ainda mais estranha: cristãos descobrem que a fé reivindica o intelecto e, ao procurar rigor, encontram de um lado apologéticas que provam a revelação por critérios alheios, e de outro ortodoxias confessionais que preservam conclusões corretas sem perguntar como seus próprios membros pensam.

Nesse espaço crescem as escolas de professor, os dialetos de grupo e as instituições que chamam tutela da mente de proteção doutrinária. O aluno aprende o sistema antes de aprender por que deveria começar pela Palavra.

Este livro nasce aí, e é preciso dizer desde o início o que ele não deseja acrescentar ao problema. “Escrituralismo Expansionista” é o nome de uma proposta julgável por suas proposições, não uma identidade destinada a fabricar discípulos do autor. Se a expressão organizar verdades bíblicas, mostrar relações que estavam dispersas e permitir ao leitor conferir cada passo, terá servido; se virar senha, reverência vocabular ou licença para dispensar o texto, terá apenas construído outra sala na mesma prisão. Não quero fundar um círculo no qual as perguntas sejam recebidas como sinais de imaturidade e a repetição correta do dialeto funcione como certificado de altitude.

Quero pôr as fontes na mesa e deixar que o leitor cobre a cadeia. Quem me apanhar escondendo premissa tem obrigação de apontá-la,

e quem encontrar contradição demonstrada terá prestado ao livro um serviço maior do que o admirador que o defende por amizade.

O primeiro compromisso pode ser dito em uma frase, mas suportá-lo exige o restante do volume: Deus fala proposicionalmente, e a Palavra dele é o primeiro princípio do pensamento cristão (Hebreus 1.1-2; 2 Timóteo 3.16-17). A Escritura não é um amontoado de frases religiosas usado para interromper raciocínios quando eles se tornam perigosos; ela comunica conteúdo inteligível, do qual consequências podem ser deduzidas por inferência válida, e recebê-la como axioma tampouco significa retirar um versículo do contexto e coroar a imaginação. Significa que definições, métodos, experiências e conclusões são julgados pelo Deus que não pode mentir (Tito 1.2; Números 23.19). O crítico chamará isso de circularidade, como se ele próprio tivesse chegado sem círculo algum: exigirá experiência, consenso ou razão para provar o primeiro princípio, usando a experiência, o consenso ou a razão antes de prová-los. Onde começa todo pensamento? No ponto de que já não pode recuar. A questão honesta nunca foi se haverá começo, mas qual começo torna possível a própria discussão e qual se desfaz quando tenta justificar-se.

Do Deus que fala chegaremos ao Deus que causa, e é aqui que a proposta começa a cobrar mais do que uma mudança de epistemologia. O ocasionalismo sustentado nestas páginas afirma que somente Deus tem eficiência causal em sentido estrito; a criação inteira depende de sua conservação, e as relações regulares entre criaturas são ocasiões ordenadas nas quais ele cumpre o decreto (Atos 17.28; Colossenses 1.16-17; Hebreus 1.3). O fogo, o remédio, a palavra pronunciada e a atividade do cérebro pertencem realmente à

história, e não serão dissolvidos em ilusão, mas nenhum deles abriga uma força autônoma capaz de assegurar o acontecimento seguinte. A mesma soberania alcança a mente: pensamentos não brotam de sensações investidas de poder cognitivo, nem a vontade inaugura decisões fora do conselho divino (Provérbios 16.9; Filipenses 2.13).

Sei que a formulação parece extrema. Ela parece extrema, em parte, porque aprendemos a chamar Deus de soberano nas páginas gerais e a distribuir soberanias menores quando descemos aos casos.

Essa tese terá de atravessar sua objeção mais grave sem procurar saída lateral. Se Deus causa todos os acontecimentos, sua causação alcança também aqueles em que a criatura peca (Amós 3.6; Isaías 45.7). O mal moral continua sendo a transgressão do preceito divino pelo sujeito humano, e a bondade do decreto não converte desobediência em virtude (1 João 3.4; Gênesis 50.20; Atos 2.23); a responsabilidade, por sua vez, não depende da fantasia libertária de um homem capaz de criar atos que Deus não determina, mas da lei sob a qual o sujeito pensa, deseja e age. Não peço ao leitor que aceite agora a conclusão. Peço só uma coisa: que o leitor não aceite uma soberania recortada antes que o caso seja ouvido.

O problema do mal não ficará escondido numa nota piedosa, porque é justamente ali, diante da santidade de Deus e da culpa humana, que o ocasionalismo mostrará se confessa a totalidade que anunciou ou se também ele recuará quando o preço chegar.

Alguém poderá usar essa doutrina para absolver o pecador, silenciar a vítima ou proteger a instituição, e a possibilidade não é imaginária; sistemas religiosos sempre encontram uma maneira de transformar atributos divinos em instrumentos de quem ocupa o cargo. Por isso a

distinção entre o decreto secreto e o preceito revelado há de acompanhar cada passo (Deuteronômio 29.29). O líder que chama o abuso de providencial não se torna inocente; acumula culpa dentro da história que Deus governa. A Igreja viva, corpo de membros unidos ao mesmo Cabeça, não recebeu autorização para sacrificar um cristão a fim de preservar reputação, patrimônio ou sucessão.

A instituição pode servir ao corpo, e muitas servem; quando exige para si o que pertence a Cristo, a providência que invoca será também a providência diante da qual cairá.

O extremo oposto parece mais piedoso e é igualmente falso: se Deus causa tudo, o homem esperaria sem pregar, pedir, estudar ou trabalhar. Mas o decreto contém o fim e o caminho; Deus ordena a oração e causa a resposta na ocasião do pedido, manda proclamar e produz fé pela Palavra anunciada, entrega sementes ao agricultor e inclui o trabalho na colheita que decidiu (Romanos 10.14-17; 1 Coríntios 3.6-7; 2 Coríntios 9.10). A criatura participa sem tornar-se fonte independente de eficácia, e sua dependência, longe de paralisá-la, é a única razão pela qual sua ação pode ocupar um lugar real num mundo que não precisa carregar sozinha. É nesse ponto que a fé deixa de parecer energia psicológica lançada contra a realidade. Ela recebe uma proposição divina, assente ao que Deus disse e age porque a promessa é mais firme que a força do crente. A oração corrige o plano? Pertence ao plano (Efésios 1.11). A cura não é produzida pela intensidade de uma mente; ocorre sob o mesmo governo que ordena o pedido e sustenta o corpo (Tiago 5.14-16).

O expansionismo entra aqui, mas entra com documento de identidade, porque palavras novas se tornam perigosas quando

começam a significar tudo. Cheung emprega “expansionismo” para defender o crescimento dos dons, dos poderes e dos milagres ligados ao avanço do evangelho, especialmente contra o cessacionismo e contra aquele continuísmo que admite a ação divina no papel enquanto espera cada vez menos dela.[4] O termo nasceu como teoria geral de conquista cultural? Não nasceu. A extensão intelectual que este livro fará é conscientemente autoral: o mesmo Logos que derrama o Espírito reivindica todo pensamento, e a Grande Comissão não separa a ida às nações do ensino de tudo quanto Cristo ordenou (Mateus 28.18-20). Nem a manifestação nem o domínio do pensamento podem ser sacrificados um ao outro.

Filosofia, educação, ciência e história precisam ser levadas à obediência de Cristo (2 Coríntios 10.4-5; Colossenses 2.8); a Igreja também precisa abandonar a teologia prática que trata os sinais como lembranças de uma época em que Deus parecia mais disposto a agir.

Há um limite que será repetido até ficar impossível confundi-lo. O domínio intelectual cristão não é tomada imediata do Estado, coerção de consciências ou instalação de uma elite eclesiástica sobre membros tratados como massa (João 18.36). Cheung advertiu contra a substituição do programa espiritual de Cristo pela ambição política,[5] e a própria doutrina da Igreja impede que o corpo seja confundido com a fortaleza que administra seu nome. A expansão ocorre quando a verdade refuta argumentos, quando o evangelho avança acompanhado pelo poder prometido, quando mais cristãos compreendem a revelação e quando as disciplinas são reconstruídas desde o fundamento, e se o resultado for uma casta que pensa pelos

demais, o processo já foi capturado pela mentalidade da carne, por mais bíblico que permaneça o vocabulário.

Escrituralismo, ocasionalismo e expansionismo disciplinam-se mutuamente. A Escritura impede que a metafísica vire especulação e que a experiência carismática invente o próprio critério; a causação divina impede que oração, fé ou conhecimento se tornem forças criadas; a expansão impede que a soberania termine numa ortodoxia defensiva que sabe explicar por que Deus governa e perdeu a expectativa de vê-lo agir. Essa unidade precisa de quê? De demonstração, e não de ser anunciada como marca. O leitor verá por que o axioma bíblico não destrói a razão, por que o decreto não dissolve a responsabilidade e por que o pedido não ameaça a imutabilidade.

Verá também, espero, que a Igreja-corpo e a instituição material não são nomes intercambiáveis, que uma doutrina pode ser verdadeira sem que sua escola seja infalível e que nenhum mestre recebe da gratidão o direito de governar a consciência.

Não prometo um sistema completo, porque uma introdução que prometesse esgotar doutrina e aplicação começaria mentindo. O que ofereço é uma entrada integral: as proposições fundamentais serão levadas longe o bastante para que suas relações apareçam e para que o leitor possa continuar o trabalho sob a mesma autoridade, e haverá severidade, parte dela contra sistemas incrédulos que vivem de pressupostos tomados do cristianismo, parte contra tradições cristãs que aprenderam a administrar a própria timidez. Haverá também gratidão. Calvino, Clark e Cheung entram aqui como homens por

meio dos quais recebi correção e instrumentos; nenhum deles será usado como escudo contra a Escritura.

Eu mesmo fui conservado por verdades recebidas em lugares cujos fundamentos depois precisei questionar, e por isso não confundirei a crítica da estrutura com desprezo pelos irmãos que ainda vivem nela, porque a graça de Deus não espera a pureza das instituições para guardar os seus.

Posso ver o leitor para quem esta introdução foi escrita. Ele repetiu durante anos que a Bíblia é a Palavra de Deus, conhece uma confissão, acompanha debates e talvez ensine; quando lhe perguntam como sabe, porém, a primeira resposta ainda vem da experiência. Confessa a soberania, e guarda na vontade um cômodo onde o decreto não entra. Ora por um enfermo e percebe, se for honesto, que sua expectativa prática é menor que o texto pronunciado no culto. Alguma dessas coisas prova que a fé dele seja falsa? Nenhuma. Prova que a renovação da mente ainda não alcançou todo o território reivindicado pela profissão, e eu não escrevo essa frase de uma margem segura: encontrei essas divisões em mim antes de transformá-las em capítulos.

Romanos 12 chama de culto racional a apresentação do corpo como sacrifício vivo e liga essa vida à transformação da mente (Romanos 12.1-2). A ordem é inconveniente para uma religião satisfeita com presença, cargo e fórmula, porque a mentalidade da carne pode recitar doutrina enquanto conserva o método (Romanos 8.5-7). O custo deste livro, portanto, será maior que aceitar teses incomuns. Ele pede a deposição do axioma do eu, a autoridade que julga o mundo sem mostrar de onde tira esse direito e que sabe esconder-se

até em teologias reformadas. Essa rendição abandona a inteligência? Não abandona. Recebe-a de volta, agora fundada; e o cristão, livre da obrigação impossível de fabricar o chão sobre o qual pensa, pode finalmente oferecer a Deus o pensamento junto com o corpo.

Não proponho ao leitor confiança na minha experiência de retorno. A experiência explica por que escrevo e, sendo minha, obriga-me a falar; não demonstra a tese. E peço que Clark ou Cheung sejam recebidos porque eu os recebi? Também não. Minha biografia, as obras deles, a tradição reformada e toda instituição cristã são julgadas pela mesma Palavra. Antes que houvesse consciência humana para interpretar o mundo, Deus já conhecia todas as coisas (Isaías 46.9-10; Atos 15.18); antes que um filósofo formulasse seu primeiro princípio, o Logos era Deus; antes que a criatura desejasse autonomia, dependia da Palavra que a trouxe à existência e a mantinha (João 1.1-3; Colossenses 1.16-17; Hebreus 11.3). O cristianismo começa recebendo isso com inteligência e amadurece quando nenhuma parte da vida é deixada fora das consequências.

“Deus disse” é ornamento de capa? Não é. As duas palavras declaram a origem da verdade conhecida, abrem o caminho para a causa da realidade, estabelecem a autoridade do mandamento, sustentam a promessa pela qual a Igreja ora e fornecem a ordem sob a qual ela avança (Isaías 55.10-11). Talvez a rendição comece silenciosamente, diante de um texto lido muitas vezes e finalmente recebido como juízo sobre o próprio método; talvez comece com a vergonha de perceber que chamávamos de soberano um Deus a quem concedíamos apenas as linhas gerais.

Seja qual for a ocasião, o movimento é o mesmo. A longa falência da autonomia termina quando a mente deixa de pedir à Palavra que se apresente e ouve, enfim, que o juízo já estava instalado antes dela. Deus disse. Comecemos daí.

Notas

1. João Calvino, *Institutas da Religião Cristã*, livro I, cap. 7, sobre a autoridade da Escritura e o testemunho do Espírito Santo. ↩
2. Gordon H. Clark, *Religião, razão e revelação*; ver também W. Gary Crampton, *O Escrituralismo de Gordon H. Clark*. ↩
3. Gordon H. Clark, *Logic*, pós-escrito “God and Logic”; Gordon H. Clark, *O Logos joanino*. ↩
4. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, especialmente a definição programática apresentada nos capítulos iniciais. ↩
5. Ibid., discussão da Grande Comissão, do avanço espiritual e da rejeição de substitutos políticos para o programa de Cristo. ↩

PARTE I — A VOZ

CAPÍTULO 1 — TODO PENSAMENTO TEM UM COMEÇO

“O temor do SENHOR é o princípio do conhecimento; os loucos desprezam a sabedoria e a instrução.”
(Provérbios 1.7)

A pergunta anterior à prova

“Por que eu deveria crer na Bíblia?” A pergunta parece colocar o cristão sob uma obrigação evidente: reunir evidências, apresentar argumentos e subir, degrau após degrau, até uma conclusão religiosa que o interlocutor aceitará se o percurso tiver sido competente. Damos a isso o nome de honestidade intelectual, porque nenhuma autoridade deveria ser acolhida sem exame.

Repare no que aconteceu, porém. Deus foi admitido só no fim da série, depois que percepção, memória e regras de investigação entraram no começo sem que ninguém lhes exigisse a mesma prestação de contas.

A dificuldade começa antes da primeira evidência. O homem que exige uma prova já tem uma definição de prova, já considera válidos certos modos de inferência, já confia em alguma fonte de informação, e pressupõe ainda, sem nunca ter examinado a pressuposição, que sua mente reconhece a verdade e que o mundo é inteligível o bastante para ser investigado por ela. Ou seja: nenhum dado chega a um pensamento vazio, e sim a um pensamento que já tem critérios prontos, critérios esses que determinam o que será contado como dado, como poderá ser relacionado a outros e qual grau de certeza lhe será concedido. Perguntar pelo começo do pensamento significa expor esses compromissos, e não recuperar a primeira sensação da infância ou a primeira frase de que o adulto se lembra. O começo lógico é outra coisa, coisa esta que é o princípio que concede autoridade às premissas e governa a passagem delas às conclusões. Pode ficar escondido sob hábitos, linguagem comum e escola, e sua invisibilidade não reduz sua função em nada. O alicerce continua sustentando a casa quando os moradores nunca descem ao porão.

Gordon Clark acerta ao empregar “axioma”, “postulado” e “primeiro princípio” para designar esse ponto de partida. Em sua filosofia, a revelação proposicional ocupa a posição que outros sistemas entregam à experiência, à razão autônoma ou a alguma forma de intuição.[1] O termo não transforma a teologia em geometria nem sugere que a Bíblia seja uma frase vazia. Ele chama atenção para uma necessidade comum a todas as filosofias: o raciocínio tem de começar em algum ponto, e esse ponto deixaria de ser primeiro caso fosse obtido de premissas anteriores. O pensamento moderno esconde essa necessidade sob a palavra “método”: o cientista diz

começar pelos fatos, o racionalista por aquilo que a mente percebe com clareza, o pragmatista pelos resultados que funcionam, e cada fórmula dessas parece modesta justamente porque evita a palavra dogma. Mas “fato”, “clareza” e “funcionamento” só recebem sentido dentro de uma teoria sobre realidade e conhecimento, de modo que o método já pressupõe uma metafísica inteira mesmo quando seu praticante declara, com toda a sinceridade, ter deixado a metafísica do lado de fora do laboratório.

Existe escolha entre começar e não começar? Não existe. Escolhe conscientemente seu princípio, ou o recebe sem exame, e a segunda condição é de longe a mais comum, porque uma cultura inteira transmite o mesmo axioma por escolas e púlpitos, e pelos hábitos que a língua comum instala, até que ele pareça ausência de axioma. Neutralidade costuma ser o nome social de uma tradição que venceu e ficou difícil de enxergar.

No jardim, uma pergunta

No primeiro conflito intelectual registrado na Escritura não houve negação direta da existência de Deus. A serpente entrou no jardim e encontrou uma mulher que já tinha uma palavra divina; perguntou se Deus havia realmente dito que não comessem de toda árvore, e a formulação alterava o mandamento enquanto fingia apenas pedir esclarecimento. Eva respondeu, mas acrescentou à proibição do comer uma proibição do tocar. A serpente então negou a morte que

Deus anunciara, e prometeu olhos abertos e uma condição semelhante à dele, com conhecimento do bem e do mal (Gênesis 3.4-5). A árvore continuou diante da mulher exatamente como estava antes, agradável aos olhos e desejável segundo o juízo que agora se formava, de modo que nenhuma sensação nova precisou ser produzida para que o método mudasse: a Palavra deixou de julgar a aparência, e a aparência foi convocada para julgar a Palavra. Eva tomou o fruto e Adão recebeu e comeu (Gênesis 3.6). Depois, os olhos que deveriam ter alcançado emancipação perceberam nudez, e a primeira obra do conhecimento autônomo foi fabricar uma cobertura. Quando a voz de Deus percorreu o jardim, o homem se escondeu daquele cuja palavra tinha submetido a exame.[2]

"Foi isto que Deus disse?" pode introduzir uma investigação fiel, e faço questão de dizer isso, porque há diferença entre procurar o sentido de uma proposição e suspender sua autoridade até que outro juízo a aprove, e foi assim que a serpente usou a pergunta para deslocar o ponto de partida. A palavra conhecida foi tratada como hipótese, a criatura passou a estimar consequências por outro padrão, e a promessa da serpente recebeu lugar ao lado da revelação. O pecado intelectual veio antes da mão estendida. Que fato bruto saiu da árvore para refutar Deus? Nenhum. Eva já a via antes da tentação, e o desejo veio de uma interpretação na qual o objeto foi relacionado a premissas novas: a morte não ocorreria, Deus escondia vantagem, a criatura podia adquirir sabedoria fora da obediência. Sensação alguma traz dentro de si a proposição pela qual deve ser compreendida, ou seja, o visível serve a sistemas rivais conforme o princípio que governa a mente.

A cena impede que a questão do conhecimento seja tratada como luxo posterior à vida espiritual, porque a queda envolve uma revolta sobre quem tem direito de definir verdade, bem e realidade, e porque o homem atual, quando exige neutralidade diante da Escritura e chama isso de rigor, repete com vocabulário acadêmico o mesmo gesto antigo de submeter a Palavra a um critério anterior a ela. Ele não precisa dizer “Deus mente”. Basta afirmar que a Palavra vai aguardar o parecer daquilo que o próprio Deus deveria governar.

O evangelho reverte essa direção. Cristo não convida discípulos a uma autonomia melhor administrada; chama-os a receber sua palavra, permanecer nela e conhecer a verdade que liberta (João 8.31-32). A liberdade prometida nasce de uma sujeição correta, porque independência do Logos significa servidão à falsidade. A mente renovada não perde a capacidade de perguntar, mas aprende a perguntar dentro da obediência (Romanos 12.2; 2 Coríntios 10.5).

Primeiro princípio

Um primeiro princípio é a proposição, ou o conjunto proposicional tomado como unidade, do qual um sistema deriva suas afirmações e pelo qual avalia qualquer pretensão de verdade, de modo que a definição inclui conteúdo e autoridade, e é por faltar conteúdo que os candidatos populares fracassam. Um princípio vazio como “penso” não fornece sozinho uma metafísica, uma ética ou uma teoria capaz de explicar por que o pensamento alcançaria verdade; uma coleção

de dados também não começa a falar até que alguma regra determine o que são dados e como se relacionam. No sistema cristão, o primeiro princípio é a Escritura inteira recebida como Palavra de Deus (2 Timóteo 3.16-17). Clark condensou muito bem essa posição na fórmula segundo a qual somente a Bíblia é a Palavra de Deus, fórmula essa que Crampton apresentou como o axioma do escrituralismo,[3] e que não reduz o conteúdo do axioma às palavras daquela sentença, mas indica o cânon revelado inteiro como fundamento. As doutrinas cristãs saem das proposições bíblicas por dedução válida, inclusive por comparações e consequências necessárias que tornam explícito o que já estava contido nas premissas.

Uma nota é necessária aqui. Chamar a Bíblia de primeiro princípio não significa que um exemplar físico, uma tradução determinada ou a interpretação particular de um leitor seja infalível. O objeto normativo é a revelação que Deus deu, de sorte que uma cópia serve à medida que comunica esse conteúdo, e o mesmo vale para a tradução e para a exposição do pregador, enquanto o erro humano continua inteiramente possível no ato de compreendê-la. Sem essa distinção, o axioma serve de escudo para qualquer opinião acompanhada de referência bíblica.

Também é necessário distinguir o princípio primeiro da primeira crença adquirida no tempo. Uma criança aprende que há árvores antes de ouvir qualquer exposição sobre inspiração, e um convertido chega à Igreja carregando muitas opiniões verdadeiras e falsas; a ordem psicológica de aquisição não determina a ordem lógica de justificação. Quando perguntamos como uma proposição pode ser

conhecida dentro do sistema, seguimos sua dependência até a revelação, ainda que o sujeito tenha pensado nela muito antes de conseguir explicar essa relação. E a Escritura traz apenas regras para a salvação individual? Traz muito mais: fala de Deus, da criação e do homem, e estabelece as categorias sob as quais linguagem, história e moralidade se tornam pensáveis, pois um sistema dedutivo só alcança aquilo que suas premissas contêm, e por isso um primeiro princípio estreito deixa vastas regiões sem fundamento. Cheung observa com razão que a lei da não contradição, embora inegável, não oferece sozinha a informação necessária para explicar como alguém a conhece ou para construir uma cosmovisão.[4]

O cânon bíblico tem conteúdo suficiente para iniciar uma filosofia cristã integral sem prometer resposta explícita a toda curiosidade humana, e esse limite importa tanto quanto a suficiência importa: dizer que todo conhecimento deriva da revelação não autoriza inventar uma doutrina bíblica sobre cada detalhe do universo, porque há verdades que Deus simplesmente não revelou ao homem, e há opiniões que podem ser prudentes, úteis e até acertadas sem constituir conhecimento no sentido rigoroso do termo. O escrituralismo disciplina a ambição intelectual, porque o mesmo axioma que torna possível conhecer declara que as coisas encobertas pertencem ao Senhor (Deuteronômio 29.29).

O primeiro não é provado pelo segundo

Provar uma conclusão é derivá-la de premissas que a sustentam por inferência válida. Ora, se a autoridade da Bíblia fosse provada pela confiabilidade dos sentidos, pela investigação histórica ou pelo consenso da Igreja, essas premissas ocupariam posição anterior, e a Escritura viraria conclusão de um sistema empirista, historiográfico ou institucional. Podia até receber elevada honra dentro dele. Não seria sua autoridade suprema.

A dificuldade some quando a evidência alegada é favorável? Não some. De fato, um argumento arqueológico pode constranger o empirista em seus próprios termos, e uma análise textual pode destruir acusações específicas; mas ambas as operações têm uso apologético subordinado, e o problema surge quando delas fazemos o fundamento pelo qual a voz de Deus adquire direito de ser crida. A criatura terminaria dizendo que Deus fala verdade porque os fragmentos preservados e o método atual confirmam uma parte de suas declarações.

Hebreus afirma que Deus, não tendo alguém superior por quem jurar, jurou por si mesmo (Hebreus 6.13), e a razão disso vale para tudo o que este capítulo discute: a autoridade última não pode apelar a uma autoridade mais alta sem negar aquilo que é. A Confissão de Fé de Westminster aplica muito bem essa verdade à Escritura, cuja autoridade não depende do testemunho de homem algum nem de igreja alguma, mas inteiramente de Deus, que é a própria verdade e seu autor, e que por essa razão deve ser recebida como Palavra divina.[5] A Igreja testemunha, e com ela a tradição e a experiência,

sempre de maneira subordinada. Nenhuma delas cria o direito de Deus sobre a consciência (1 Tessalonicenses 2.13).

Cheung chama atenção para a definição técnica de prova: um princípio primeiro provado por premissas anteriores deixaria de ser primeiro.[6] Daí não se segue que o axioma seja um palpite arbitrário protegido contra perguntas. Podemos expor seu conteúdo, demonstrar sua coerência e mostrar que sistemas rivais destroem as condições do conhecimento que ainda usam. O que não podemos fazer é derivar a revelação de uma premissa superior e continuar chamando-a de fundamento. A apagogia, que consiste em levar uma posição até o fim e mostrar o absurdo que ela produz, terá função importante ao longo deste livro e vai revelar contradições internas do empirismo, do ceticismo e de outros princípios; ainda assim, o sucesso dessa demolição não concede autoridade nenhuma à Bíblia, como se a verdade da revelação fosse a conclusão de um grande argumento disjuntivo elaborado pelo homem e vencido no papel. Para reduzir alternativas ao absurdo já usamos a lógica e conceitos cuja possibilidade encontra explicação no sistema cristão. A Palavra continua verdadeira porque Deus a falou, e a ruína dos adversários manifesta as consequências de recusá-la.

Segue daí uma advertência que o apologista agressivo raramente aceita de bom grado. Se a autoridade da Escritura não depende da demolição dos rivais, então também não depende de quem a executa, e a técnica que venceu o último debate não passa a sustentar a fé por ter vencido, e a habilidade de desmontar o oponente continua sendo instrumento e ocasião. A verdade não depende do debatedor. Argumento ruim nenhum, pronunciado por cristão nenhum, torna a

Escritura falsa, e a ausência temporária de resposta diante de uma objeção não cria realidade fora do Logos.

Circularidade inevitável e círculo vicioso

Chegando aqui, a acusação vem na hora: “Você crê que a Bíblia é verdadeira porque ela diz ser verdadeira, e crê no que ela diz porque já a considera verdadeira”.

De fato, se a frase fosse apresentada como prova dirigida a alguém que não compartilha a premissa, seria uma petição de princípio, e o cristão deve reconhecer isso sem constrangimento nenhum. Mas a questão é mais ampla, e a pergunta que interessa é outra: como poderia qualquer autoridade última ser justificada sem algum retorno a si mesma?

Veja o empirista: ele afirma que a observação sensorial é a fonte do conhecimento, e quando lhe perguntam como sabe que os sentidos são confiáveis, costuma oferecer novas observações, dizendo que viu, que testou e que repetiu o teste diante de testemunhas. Ou seja: o instrumento é certificado por resultados conhecidos através do mesmo instrumento. O racionalista confia em princípios que a razão percebe e usa a razão para defender essa confiança. E até o cético tem de considerar válido algum raciocínio para concluir que o conhecimento não é possível.

Existe, portanto, uma circularidade ampla e inevitável em sistemas de pensamento, circularidade essa na qual o primeiro princípio

governa a avaliação feita em sua defesa. Isso decorre da ultimidade, e não de defeito exclusivo do cristianismo. Um padrão externo capaz de julgar definitivamente o axioma seria o verdadeiro axioma.

Círculo vicioso é outra coisa, e a diferença precisa ser dita com exatidão, porque é aqui que o crítico morde. O círculo vicioso é defeito de uma demonstração: um argumento pretende levar quem não concede a conclusão a concedê-la, e esconde a conclusão entre as premissas de que parte, de modo que a operação inteira não move ninguém. “Este testemunho é confiável porque o homem é honesto, e sabemos que ele é honesto porque seu testemunho é confiável” não acrescenta nada, e não acrescenta por duas razões distintas: a primeira é formal, porque o par se apresenta como prova e não prova coisa alguma; a segunda é material, porque o par é inteiramente vazio, não diz o que é honestidade, não explica por que testemunho algum poderia merecer confiança, e não fornece nada além da repetição de si mesmo.

A autoatestação de um primeiro princípio difere nos dois pontos. Não se apresenta como demonstração, e sim como declaração do lugar onde a demonstração começa, o que qualquer sistema tem de fazer sob pena de regresso infinito. E também não é vazia, porque o axioma bíblico apresenta o Deus que conhece todas as coisas, apresenta a mente humana feita à sua imagem e por isso capaz de receber proposições, e apresenta a racionalidade do Logos, racionalidade essa da qual a própria lógica que usamos para argumentar contra ele é expressão (1 João 3.20; Gênesis 1.26-27; João 1.1). Disso resulta o exame a que todo primeiro princípio se submete, e a pergunta é simples: ele consegue sustentar o

conhecimento que seu próprio defensor emprega ao defendê-lo? Nem todos os círculos amplos são iguais, e dizer que cada sistema tem primeiro princípio não significa que qualquer princípio sirva. Alguns se contradizem, outros carecem de conteúdo, e muitos roubam proposições que não conseguem deduzir. A revelação bíblica apresenta uma metafísica na qual um Deus racional cria e conhece, uma epistemologia na qual esse mesmo Deus comunica verdade em proposições, e uma antropologia na qual a mente humana pode recebê-las por ter sido feita à imagem divina, de sorte que seu axioma não oferece apenas uma regra formal de raciocínio: oferece o Deus cuja palavra torna a verdade e o conhecimento possíveis.

A coerência interna, sozinha, cria verdade? Não cria. Um romance preserva relações consistentes entre personagens inexistentes, e o cristianismo não é verdadeiro porque conseguimos organizar suas doutrinas sem contradição, como se a mente humana produzisse realidade por arquitetura lógica, e a coerência é condição necessária porque Deus não pode negar a si mesmo (2 Timóteo 2.13); a autoridade vem daquele que fala. O alcance explicativo também precisa ficar no lugar certo: um sistema capaz de responder a mais perguntas mostra força maior do que um princípio reduzido, e ainda assim utilidade não equivale a verdade, tanto que o pragmatismo poderia preferir uma crença eficaz embora falsa. Avaliamos alcance e coerência dentro do confronto porque a revelação já se apresenta como verdade exclusiva, e as falhas rivais confirmam sua incapacidade de sustentar as próprias pretensões.

A neutralidade que escolheu um lado

Neutralidade intelectual significaria abordar a disputa sem compromissos sobre Deus, conhecimento e realidade. Só que a definição já traz um compromisso embutido: o de que é possível pensar corretamente sem começar pelo que Deus revelou. O homem neutro concede a si uma região da mente na qual Cristo ainda não tem autoridade, examina as partes e decide depois se vai permitir que a revelação governe o conjunto.

Jesus declara que quem não está com ele está contra ele, e Paulo distingue a mentalidade da carne da mentalidade do Espírito e descreve a primeira como hostil à lei de Deus (Mateus 12.30; Romanos 8.5-7), e essas afirmações não deixam uma faixa epistemológica anterior à lealdade. O pensamento pode obedecer ou suprimir, e não paira fora da relação com o Criador enquanto escolhe suas ferramentas.

Isso significa que todo incrédulo esteja conscientemente formulando guerra contra cada proposição cristã. Muitos nunca examinaram seus pressupostos e repetem métodos recebidos com sinceridade. O conflito ocorre no fundamento: ao recusar a Palavra como autoridade, a filosofia explícita não pode deixar de organizar o conhecimento a partir de outro começo. Gentileza pessoal não reconcilia axiomas contraditórios.

E o cristão também pratica falsa neutralidade. Ele confessa inspiração e, ao discutir ciência ou política, deixa que a experiência decida; cita a suficiência bíblica e trata aconselhamento como

território governado por teorias cuja antropologia contradiz a criação. A divisão raramente é declarada. Ela aparece quando certas perguntas recebem permissão para começar longe de Deus.

Instituições eclesiásticas colaboram com essa divisão quando treinam o membro a pensar biblicamente apenas dentro de um espaço chamado "religioso". O sermão ocupa uma hora, enquanto escola e trabalho formam durante o resto da semana uma mente que separa fatos de revelação. Depois a Igreja estranha que seus jovens considerem a fé subjetiva, sem perceber que lhes ensinou, ainda que sem palavras, que o pensamento público começa por outro princípio.

Abandonar a neutralidade não exige enfiar um versículo como ornamento em cada conversa. Exige que as definições e as inferências saiam de uma cosmovisão governada pela Escritura. Um matemático cristão e um incrédulo escrevem a mesma equação. O primeiro entende a verdade e o número em relação ao Logos, e entende também a mente que os alcança; o segundo terá de explicar esses conceitos por premissas que frequentemente os dissolvem. A inscrição visível coincide. O sistema de significado diverge.

Fundamento comum sem território neutro

Se os sistemas começam por princípios opostos, como cristão e incrédulo conseguem conversar?

A pergunta confunde ausência de neutralidade filosófica com ausência de humanidade comum. Ambos foram criados por Deus,

têm mente e vivem dentro do mundo sustentado pelo Logos (Gênesis 1.27; Hebreus 1.3). O não cristão conhece proposições sobre Deus porque a revelação foi gravada em sua mente, ainda que ele suprima esse conhecimento e o reorganize sob premissas falsas.[7]

Romanos 1 descreve homens privados de toda verdade religiosa? Não descreve, que observam a criação e talvez infiram um criador. Paulo afirma que conhecem Deus, percebem seus atributos e ficam indesculpáveis porque suprimem aquilo que lhes foi manifestado (Romanos 1.18-21). O problema básico não é falta de acesso, e sim a hostilidade que converte conhecimento em idolatria, de modo que a mente carnal trabalha sobre verdade recebida enquanto procura impedir suas consequências.

Cheung distingue muito bem o fundamento comum ontológico e inato da concordância filosófica explícita.[8] O cristão encontra diante de si uma imagem de Deus, e não uma inteligência pertencente a outra espécie; pode falar, argumentar e exigir coerência porque o oponente usa lógica e linguagem sob o governo divino, e quando passam aos primeiros princípios confessados, porém, já não reconhecem a mesma autoridade última.

Essa condição explica por que o incrédulo pode formular proposições verdadeiras e ainda assim não ter fundamento para elas. Ele diz que a mentira é errada, confia que palavras conservam significado e condena contradições, e esses atos manifestam o conhecimento que ele procura suprimir, enquanto sua filosofia atribui a moralidade à preferência evolutiva e a razão a movimentos materiais. A vida intelectual dele continua dependendo de norma universal e verdade estável.

O confronto pressuposicional não exige fingir que toda frase do oponente é falsa. Pergunta com que direito o sistema dele chama a frase de verdadeira. Um homem chega ao resultado correto numa operação depois de aplicar regra que não sabe justificar, e a coincidência da resposta não transforma sua epistemologia em fundamento suficiente, e o cristão reconhece a verdade pronunciada e a reconduz ao Deus que a torna verdade.

Essa comunicação tem dimensão moral, porque o interlocutor não é apenas vítima inocente de um erro técnico: ele suprime a revelação porque deseja autonomia, ainda que graus de consciência e formas de expressão variem. A apologética que trata incredulidade como falta de alguns dados pode oferecer mais dados e nunca tocar a revolta que organiza a interpretação deles.

Seria erro, contudo, transformar a doutrina da supressão em licença para desprezo. Paulo anuncia ira e, no mesmo evangelho, apresenta a graça que o alcançou quando perseguia a Igreja (Romanos 1.18; 1 Timóteo 1.13-14). O cristão não conquistou o axioma por superioridade nativa; Deus renovou sua mente pela Palavra (Tito 3.5; Tiago 1.18). A severidade contra o sistema tem de coexistir com a esperança de que o Espírito cause arrependimento no homem que hoje o defende (2 Timóteo 2.25).

A experiência como começo

Em alguma forma, o empirismo afirma que o conhecimento começa ou recebe justificação da experiência sensorial. A posição tem apelo imediato: abrimos os olhos, tocamos objetos e atravessamos um mundo que parece ensinar continuamente. A linguagem comum registra que vimos a chuva e ouvimos uma voz, e seria absurdo negar a existência histórica dessas ocasiões.

A questão filosófica aparece quando a sensação é transformada em fonte de proposições. Uma cor percebida não traz etiqueta declarando o objeto que a produziu, a confiabilidade do órgão ou a relação entre a imagem mental e algo externo. Para concluir "há uma árvore diante de mim", o sujeito já usa conceitos universais, memória e regras de inferência, e nenhum desses elementos pode ser mostrado como impressão sensorial particular sem que se perca justamente sua função.

David Hume levou o empirismo até consequências que seus admiradores cotidianos preferem esquecer: se todo conteúdo vem de impressões, então a causalidade necessária não é percebida em lugar nenhum, e o que observamos é apenas sucessão. A indução que passa de casos particulares a lei universal não tem validade dedutiva, e esperar que o futuro se pareça com o passado pela única razão de que até hoje se pareceu é pressupor exatamente a uniformidade que deveria ser demonstrada. Clark usa muito bem essa crise para mostrar que o empirismo termina no ceticismo quando permanece fiel ao seu começo.[9] "Mas o cientista trabalha, e a tecnologia funciona." De fato, funciona. E o motivo pertence à doutrina da

causação divina: Deus ordenou regularidades e causa resultados em ocasiões semelhantes, de maneira que instrumentos funcionam e previsões muitas vezes acertam, e o êxito operacional oferece prudência para agir e não converte falácia indutiva em conhecimento universal. Um remédio frequentemente associado à melhora orienta uma decisão clínica sem conceder onisciência sobre a causa, nem certeza de que o próximo paciente responderá da mesma forma.

Quando o cristão usa o empirismo para autenticar a revelação, o erro se aprofunda: os milagres e os manuscritos entram como dados, e em seguida um método reconhecidamente falível tenta elevar a probabilidade de que Deus tenha falado. Ainda que a conclusão verbal seja perfeitamente ortodoxa, o sistema já ensinou que a Palavra recebe credibilidade do parecer sensorial, e o deus assim demonstrado continua subordinado ao método que o aprovou.

A Escritura atribui funções reais aos sentidos sem lhes conceder poder epistemológico autônomo. Homens ouvem a pregação, leem sinais escritos e veem obras que os condenam, e Deus causa proposições na mente na ocasião dessas experiências. A relação histórica é indispensável porque foi ordenada; a eficiência cognitiva pertence ao Logos. O tratamento completo dessa relação vai exigir distinções posteriores sobre linguagem e mente, e o primeiro princípio já exclui, desde agora, a divinização da sensação.

A razão que se declarou origem

Racionalismo designa coisas diferentes, e a primeira delas é obrigatória para o cristão: ser racional no sentido de rejeitar contradição e deduzir consequências válidas. O racionalismo autônomo é outra coisa, e tenta obter conhecimento a partir de ideias ou princípios da mente sem depender da revelação verbal. Descartes procura certeza na dúvida metódica, e outros começam por categorias que consideram evidentes.

“Penso, logo existo” parece impossível de negar durante o ato de pensar. Mesmo concedendo sua força imediata, a proposição fornece pouco: não demonstra quem é o sujeito, por que sua memória deve ser confiável, ou como alcançará um mundo externo, e para sair do cogito precisa introduzir argumentos e conceitos cujo fundamento não estava contido na frase inicial.

E há ainda uma pergunta desconfortável: qual razão? Filósofos racionalistas discordaram sobre axiomas e deduções. A simples posse de capacidade lógica não oferece premissas verdadeiras, pois uma inferência válida conduz a falsidade quando começa de proposição falsa, e Clark insiste, com toda razão, que ela deve ser definida como lógica aplicada a premissas, e que o conteúdo dessas premissas decide o sistema.[10]

A razão cria verdade? Se todos os homens desaparecessem da face da terra, Deus continuaria conhecendo cada proposição verdadeira exatamente como a conhece agora, e se todos os homens concordassem com uma falsidade, o consenso não alteraria o objeto

em nada (Isaías 46.9-10; Romanos 3.4). O pensamento humano recebe racionalidade por ser imagem do Logos e funciona corretamente quando segue a revelação (Gênesis 1.26-27; Colossenses 3.10); a autonomia transforma um dom em usurpação, como se a lâmpada produzisse a eletricidade da qual depende.

Por essa razão, o escrituralismo pode ser chamado de racionalismo cristão sem se entregar ao racionalismo secular. A lógica continua indispensável, pois contradições não podem ser verdadeiras no mesmo sentido, e o adjetivo “cristão” governa o substantivo: a razão trabalha a partir das proposições que Deus forneceu e sob a ontologia que explica a própria lógica.

A fé também não ocupa território irracional, porque crer é assentir a uma proposição considerada verdadeira, e a fé salvadora inclui o conteúdo do evangelho e a confiança na promessa de Cristo (Romanos 10.9-10; 1 Coríntios 15.1-4), e um salto sem objeto inteligível não conseguiria distinguir o Deus verdadeiro de qualquer invenção religiosa. Quando teólogos exaltam paradoxo e contradição para proteger o mistério, oferecem ao incrédulo uma fé que já renunciou ao pensamento antes do confronto.

A fuga pela irracionalidade

Fracassados o empirismo e o racionalismo autônomo, o caminho seguinte costuma ser o ceticismo. Se a sensação não fornece universais e a razão não consegue fabricar conteúdo verdadeiro a

partir de si, talvez o conhecimento seja impossível. A conclusão parece humilde, e afirma conhecer ao menos uma proposição universal: a de que ninguém pode conhecer. O ceticismo morre ao se pronunciar.

Outra fuga preserva a linguagem religiosa enquanto rompe sua relação com a verdade proposicional, e a fé é redefinida como encontro, sentimento ou decisão existencial que não pode ser avaliada pelas leis ordinárias da lógica, e Clark dedicou parte considerável da sua crítica a esse irracionalismo, especialmente nas teologias influenciadas por Kierkegaard e pelo discurso dialético.[11] Quando afirmação e negação podem ser igualmente recebidas como mistério, nenhuma heresia continua excluída.

O apelo ao indizível fascina porque parece honrar a transcendência, e há verdade no ponto de partida: Deus certamente conhece infinitamente mais do que revelou, e a mente humana não o compreende exaustivamente, sem que disso se siga que as proposições comunicadas sejam falsas, analógicas a ponto de perder significado, ou contraditórias para nós. Se “Deus é fiel” não conserva verdade inteligível, promessa alguma pode produzir confiança (1 Coríntios 1.9; 2 Coríntios 1.20). O irracionalismo também serve à instituição, e aqui vale descer ao concreto: um líder que não consegue reconciliar sua doutrina com a Escritura invoca profundidade espiritual, reprova a pergunta como falta de submissão, e sugere ao perguntador que ore mais antes de voltar ao assunto. A contradição recebe nome de mistério, e o cargo passa a administrar aquilo que a mente comum foi proibida de examinar. O

corpo de Cristo fica dividido entre intérpretes autorizados e membros cuja virtude consiste em repetir.

Onde está a verdadeira humildade? Em confessar ignorância onde Deus não falou e obedece com precisão onde falou (Deuteronômio 29.29). Não inventa solução para todo problema, nem converte falta de informação em contradição. A mente do Espírito aceita limites porque conhece a suficiência do Mestre, enquanto a mentalidade da carne chama de mistério o lugar onde deseja conservar doutrina humana.

Dogmatismo e autoridade

Clark aceitou o termo “dogmatismo” para sua posição porque todo sistema começa com afirmações não deduzidas de premissas anteriores, e o cristianismo começa com a revelação.[12] Na linguagem comum, dogmático significa alguém fechado a evidências ou incapaz de se corrigir, e essa conotação permite que o crítico condene o escrituralismo sem mencionar o próprio ponto de partida.

O cristão é dogmático quanto à autoridade de Deus e falível quanto à própria interpretação, e as duas condições têm de permanecer juntas, porque se ele trata cada leitura pessoal como extensão infalível do axioma, confunde a revelação objetiva com seu ato de compreendê-la. Se considera a Escritura revisável por critérios humanos, abandona o primeiro princípio. A correção teológica

acontece porque o texto julga o intérprete, e não porque existe neutralidade acima dos dois.

A distinção tem consequências para a história da Igreja. Concílios e confissões preservaram formulações valiosas, protegeram comunidades contra o erro e ofereceram linguagem comum, e recebê-los com gratidão não os transforma em segunda revelação. A Confissão de Westminster serve enquanto resume aquilo que pode ser demonstrado pela Escritura, e quando uma expressão sua parece ambígua, deve ser definida e examinada como obra humana.

Algum professor cristão ocupa o lugar do axioma? Nenhum. Clark ensina lógica, Cheung pressiona consequências negligenciadas e Calvino testemunha sobre a autoridade bíblica; os argumentos dos três continuam julgáveis. O personalismo intelectual começa quando o discípulo responde a uma objeção citando o mestre como se o nome realizasse a inferência.

O problema não está em aprender por meio de homens. Deus ordena mestres como ocasiões do conhecimento e chama a Igreja a ensinar (Efésios 4.11-12). A idolatria surge quando o instrumento reivindica a consciência, exige lealdade contra o texto, ou produz um ambiente no qual discordar do líder equivale a abandonar Cristo, e a diferença entre gratidão e submissão indevida precisa ser ensinada antes que uma escola de pensamento degenere em seita de temperamento.

O corpo vivo tem membros iguais em dignidade porque todos dependem do Cabeça, e funções distintas não criam castas epistemológicas (1 Coríntios 12.12-27; Efésios 4.15-16). Um cristão sem cargo pode demonstrar pela Escritura o erro de uma tradição

antiga, e a instituição deve ouvi-lo se a inferência for válida. A verdade não recebe peso adicional de uma plataforma.

O axioma e o cânon

"A Bíblia é a Palavra de Deus" ainda levanta perguntas: qual Bíblia? por que esses livros? como reconhecemos o cânon? As perguntas são legítimas, e não podem ser usadas para contrabandear empirismo no fundamento.

O reconhecimento histórico dos livros ocorreu por meio de pessoas e comunidades, e por meio de cópias que passaram de mão em mão. Daí não se segue que a autoridade do cânon tenha sido produzida pela Igreja. Uma criança reconhece a voz da mãe em circunstâncias históricas e por meio do som, e o reconhecimento não cria a maternidade nem concede autoridade à voz. A analogia tem limites, e ajuda a distinguir ontologia e aquisição. Deus inspirou determinados textos, e homens vieram a reconhecê-los em ocasiões providenciais; o testemunho humano pode estar envolvido no processo sem ocupar a posição de causa ou norma superior.

O conteúdo exato do axioma será examinado ao tratar da Escritura. Aqui basta impedir uma manobra: não podemos exigir que o cânon seja provado por um método mais alto e depois declarar que a Bíblia resultante é autoridade última, pois o mesmo Deus que fala governa o reconhecimento de sua voz, e não depende de uma instituição infalível para se tornar audível.

Essa afirmação não resolve por decreto toda dificuldade textual ou histórica, e diferenças de manuscritos e questões de tradução merecem pesquisa cuidadosa. O primeiro princípio não torna o estudioso onisciente. Fornece as categorias pelas quais ele distingue revelação, cópia e opinião. A ausência de certeza humana sobre um detalhe não diminui a certeza de Deus acerca daquilo que falou.

Há uma tentação protestante de criticar o magistério romano e criar, na mesma semana, pequenos magistérios locais: uma denominação declara a suficiência bíblica em seu documento oficial enquanto sua cultura interna torna determinadas interpretações intocáveis, de modo que o membro pode abrir a Escritura à vontade, contanto que chegue às conclusões já autorizadas. A idolatria institucional sobrevive à reforma do vocabulário.

O escrituralismo exige algo mais custoso: toda voz criada permanece abaixo da Palavra, inclusive a voz do autor que defende o escrituralismo. O princípio impede tanto a infalibilidade eclesiástica quanto a infalibilidade privada, e cada mente responde diretamente a Deus dentro de um corpo em que irmãos podem corrigi-la por meio da mesma revelação.

A objeção das muitas revelações

“Vocês afirmam a Bíblia, mas o muçulmano afirma o Corão e o mórmon afirma o seu livro. Se cada um começa pela revelação que já recebeu, a escolha entre vocês é arbitrária.”

A objeção é séria e merece resposta direta. A multiplicidade de reivindicações não prova que todas tenham o mesmo conteúdo nem o mesmo direito, e alegações incompatíveis continuam incompatíveis depois de contadas. Nenhuma delas adquire autoridade pelo fato de existir ao lado das outras.

De que ponto começa esse exame? De ponto neutro é que não. O cristão recebe a Bíblia e, a partir dela, analisa os sistemas rivais quanto à coerência, ao alcance e às dependências que escondem. Um texto que contradiz a si mesmo destrói sua pretensão, e outro que reconhece partes da revelação bíblica e depois as corrige admite uma dívida que seu princípio não explica, e a investigação interna pode ser rigorosa sem conceder ao investigador autonomia sobre Deus. Também devemos recusar a falsa conclusão de que a autoatestação torne verdadeira toda alegação. Um homem se declarar honesto não o torna honesto. A autoridade bíblica envolve a identidade do Deus que fala, o conteúdo integral da revelação e a impossibilidade de conhecimento sob princípios que a negam; a frase isolada “este livro é divino” não carrega por magia uma epistemologia. Cheung argumenta muito bem que um primeiro princípio adequado deve conter informação suficiente para justificar a possibilidade do sistema, e que a Bíblia apresenta esse conteúdo.[13]

A resposta, ou seja, não consiste em contar quantas doutrinas cada religião tem. Consiste em verificar se as proposições dela tornam o conhecimento possível sem contradição. O cristianismo apresenta o Logos eterno, a criação inteligível e a mente formada à sua imagem (João 1.1-3; Colossenses 1.16-17), e por isso pode explicar por que a

verdade existe, como Deus a conhece e de que maneira decide comunicá-la.

O confronto não prova a Escritura a partir de uma norma anterior. O que ele revela é que nenhum rival consegue negar o cristianismo sem usar elementos cristãos. O materialista emprega leis lógicas universais enquanto afirma que tudo se reduz a matéria em movimento, e o relativista faz declaração universal sobre a ausência de universais, e a Palavra julga essas posições e mostra que a revolta delas depende da ordem que combatem.

Pensar a partir da resposta

A apologética evidencial imagina um trajeto que parte de fatos compartilhados e chega a Deus. O escrituralismo começa com aquilo que Deus disse e adapta a verdade ao desafio presente. Cheung descreve bem esse caminho como começar com a resposta: a teologia existe antes da objeção, e a apologética aplica seu conteúdo na defesa e no ataque.[14]

O que muda quando se começa pela resposta? A postura intelectual inteira. O cristão não entra no debate como se a realidade estivesse em suspenso até o fim da conversa. Deus existe, Cristo reina, e o oponente conhece aquilo que suprime (Salmos 110.1-2; Romanos 1.18-19). A tarefa é tornar visível a premissa negada, expor a contradição e anunciar a verdade que o sistema rival não pode produzir.

Isso tampouco significa responder antes de ouvir, e faço questão de deixar claro. Uma objeção deve ser compreendida em sua forma mais forte, acusações históricas exigem investigação, e a confiança no axioma não autoriza preguiça. Pelo contrário: quem crê que a verdade pertence a Deus pode conceder ao adversário tudo o que lhe é devido sem temer que a honestidade destrua a fé.

O método também corrige a ansiedade cristã por respeitabilidade, porque quando a Igreja procura provar que sua mensagem cabe dentro das categorias aceitas pela cultura, ela está oferecendo ao século o direito de estabelecer quais doutrinas parecem plausíveis e quais não parecem. Milagres são reduzidos, o juízo é suavizado, e a ressurreição é apresentada como possibilidade depois de extensas negociações. No fim, talvez o mundo conceda assento a um cristianismo que já entregou o governo da mesa.

A Palavra precisa que a nossa defesa a torne racional? Não precisa. Ela é racional porque procede do Logos. O apologista participa como instrumento, sujeito a erros e responsável por inferências, e essa dependência tira a vaidade da vitória e impede que uma dificuldade temporária seja confundida com derrota de Deus.

O começo na vida comum

Primeiros princípios aparecem nas decisões que parecem menos filosóficas. Um pai escolhe a educação dos filhos segundo alguma ideia de natureza humana e finalidade. Uma igreja organiza sua

disciplina conforme uma doutrina de autoridade. O enfermo interpreta o diagnóstico a partir de crenças sobre causalidade, providência e esperança. Mesmo quem declara não gostar de filosofia vive pelas consequências de alguma.

O axioma do eu produz uma vida fragmentada, vida essa na qual o homem aceita a Escritura exatamente onde ela consola e procura outra autoridade no instante em que ela condena sua ambição: ele defende moralidade cristã em público enquanto decide a carreira inteira pelo prestígio, e critica o relativismo em voz alta enquanto trata a própria sensação de paz como revelação decisiva. A incoerência prática revela que o começo confessado ainda não governa o sistema vivido.

Romanos 12 une sacrifício vivo e renovação da mente, e a vida racional cristã oferece o corpo a Deus porque o pensamento aprendeu a reconhecer sua vontade (Romanos 12.1-2). Essa transformação não ocorre pela repetição de slogans sobre cosmovisão. Exige meditação na Escritura, comparação de premissas e arrependimento quando uma conclusão amada depende de princípio estranho.

O trabalho pode doer, e vale reconhecer isso. Há ideias ligadas a mestres que nos fizeram bem, instituições onde recebemos cuidado, e hábitos que parecem parte da identidade. Submetê-los à Palavra não apaga a gratidão. Recusa apenas que a dívida humana compre silêncio diante da verdade.

A mente renovada fica capaz de receber irmãos sem entregar-lhes a consciência, e aprende em comunidade, testa argumentos e corrige o próprio juízo. A Igreja aparece como corpo de pensamento

compartilhado sob o Cabeça, e não como máquina institucional que distribui respostas autorizadas; a unidade nasce da mesma Palavra governando muitos membros.

E o que mais essa forma de vida produz? Coragem. Se Deus é a fonte da verdade e causa o entendimento, nenhum campo está fechado ao cristão por natureza: filosofia e ciência podem ser interrogadas, história e educação podem ser reconstruídas, e o avanço futuro já está contido na decisão presente de não começar longe de Cristo.

O começo confessado

Todo pensamento tem um começo. Aquele que se anuncia neutro apenas escondeu o seu, e aquele que exige prova para todos os princípios, exceto os próprios critérios de prova, concedeu privilégio à sua tradição.

O cristão pode falar com maior honestidade, porque começa pela Palavra de Deus, e não existe autoridade anterior ao Deus que fala. Esse começo não transforma ignorância em conhecimento nem interpretação em infalibilidade. Oferece fundamento para distinguir verdade revelada, dedução válida e opinião humana, e estabelece os limites dentro dos quais perguntas podem ser respondidas sem fabricar informação que Deus não concedeu.

A circularidade própria da autoridade última não se confunde com um argumento vicioso que esconde a conclusão. Todo sistema retorna ao princípio pelo qual julga. O sistema bíblico declara seu

ponto de partida e mostra que as alternativas não conseguem justificar a lógica, a verdade ou a mente que empregam contra ele.

No jardim, a autonomia começou quando a palavra divina foi colocada sob avaliação de uma criatura que desejava ser medida do bem, e a renovação começa no movimento inverso, quando o homem reconhece que sua consciência, sua experiência e seu raciocínio pertencem ao Deus que já falou. Perguntas continuam. O que mudou foi a autoridade diante da qual elas se formulam.

O temor do Senhor é o princípio do conhecimento porque coloca a mente em sua relação verdadeira com o Logos (Provérbios 1.7; Provérbios 9.10). A razão recebe premissas, a lógica conduz consequências, e a criatura pensa como imagem dependente. Quando esse começo é confessado sem reservas, a Escritura deixa de ser objeto religioso dentro de um sistema humano e passa a julgar o próprio sistema pelo qual o homem pretendia examiná-la.

Notas

1. Gordon H. Clark, *Três tipos de filosofia religiosa*, especialmente a introdução e a seção “Dogmatismo”; Gordon H. Clark, *Religião, razão e revelação*, cap. “Fé e razão”. ↩
2. Gênesis 2.16-17 e 3.1-10. ↩
3. W. Gary Crampton, *O Escrituralismo de Gordon H. Clark*, parte I, discussão do axioma da Escritura. ↩

4. Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 18, “Axioma e prova”. ↩
5. Confissão de Fé de Westminster, 1.4; Hebreus 6.13. ↩
6. Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 18. ↩
7. Romanos 1.18-21 e 2.14-15; Vincent Cheung, *Theology*, cap. “The Possibility of Theology”. ↩
8. Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 17, “Fundamento comum”. ↩
9. Clark, *Três tipos de filosofia religiosa*, seção “Empirismo”. ↩
10. Clark, *Religião, razão e revelação*, seção “Uma definição de razão”. ↩
11. Clark, *Três tipos de filosofia religiosa*, seção “Irracionalismo”. ↩
12. Ibid., seção “Dogmatismo”. ↩
13. Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 18; Vincent Cheung, *Theology*, cap. “The Foundation of Theology”. ↩
14. Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 1, “Começando com a resposta”. ↩

CAPÍTULO 2 — DEUS DISSE

“Pois, se a lei chamou deuses àqueles a quem a palavra de Deus foi dirigida, e a Escritura não pode ser anulada,” (João 10.35)

A voz depois do começo

Confessar um começo é pouco. Quem confessa a Escritura como começo contrai uma dívida bem maior do que imagina no momento em que abre a boca, porque um homem pode declarar seu axioma com toda a honestidade do mundo e ainda assim ter começado por uma palavra vazia, arbitrária, incapaz de sustentar o peso do sistema que ele foi depositando em cima dela ao longo dos anos. O cristão que diz “começo pela Bíblia” fica devendo três demonstrações: o que ele afirma sobre esses textos, por que a autoridade deles não nasce da Igreja, e como palavras escritas por homens podem ser recebidas, sem nenhuma mágica verbal, como a voz do Deus eterno.

A própria Escritura escolhe a expressão que abre o caso, e a escolha não é ornamental: Deus disse. Não um sentimento religioso que teria

surgido no profeta, não uma experiência à qual a comunidade acrescentou depois o nome divino para lhe dar prestígio. Alguém fala, alguma coisa determinada é comunicada, e a criatura responde ao conteúdo. Da ordem que chamou a luz à promessa final de que Cristo vem sem demora, a Bíblia apresenta um Deus cuja vontade entra na história em proposições inteligíveis (Gênesis 1.3; Apocalipse 22.20).

O problema moderno quase nunca aparece como desprezo simples pelo livro. Se aparecesse assim, seria fácil, e é justamente por não aparecer assim que ele funciona: o que se vê são homenagens incompatíveis entre si. O liberal guarda o texto como registro de experiências do sagrado, o místico o transforma em porta para uma voz interior mais viva, mais quente, mais dele, e a instituição confessional consegue jurar inspiração completa com a mão no peito enquanto reserva à própria tradição o monopólio prático do significado, que é onde a autoridade de fato mora. A palavra “Bíblia” continua presente em todos esses discursos. O que ela quer dizer, quem a governa e que direito ela tem sobre a consciência já mudou inteiramente.

Antes de qualquer resposta, então, uma pergunta precisa ser feita em voz alta: quem decide o que a Escritura pode afirmar sobre si mesma? Quem decide isso fica com o resto, e é justamente por isso que a pergunta costuma ser resolvida em silêncio na maior parte das discussões sobre a Bíblia. Se uma teoria geral de linguagem declara que Deus não consegue comunicar verdade literal, essa teoria já governa a revelação antes que o primeiro versículo seja lido; se a consciência seleciona as passagens espiritualmente úteis e rejeita as

afirmações históricas, ela se tornou cânon do cânon; e se a Igreja confere autoridade aos livros, a voz divina nasce dependente da corporação que afirma tê-la reconhecido.

O escrituralismo recebe a definição do próprio texto. A Bíblia apresenta seus escritos como soprados por Deus, trata a palavra profética como produto do Espírito e atribui às Escrituras a fala do Criador (2 Timóteo 3.16; 2 Pedro 1.20-21; Gálatas 3.8). Alguém dirá que isso é circular, e a acusação merece resposta direta em vez de rodeio: esse testemunho não se submete a exame por uma autoridade mais alta porque não existe autoridade mais alta a que ele pudesse ser submetido. É a declaração da autoridade última acerca de si mesma, e qualquer outro arranjo apenas troca o nome de quem ocupa o topo. Cabe ao homem crer, compreender e deduzir, sabendo que até a capacidade de reconhecer a voz depende da ação divina.

Um rolo diante do fogo

No quarto ano de Jeoaquim, a palavra do Senhor veio a Jeremias com uma ordem de escrita. O profeta chamou Baruque e ditou as palavras que vinha recebendo ao longo dos anos e, como estava impedido de entrar no templo, o escriba levou o rolo e o leu diante do povo reunido em jejum. Alguns oficiais ouviram o conteúdo e perceberam que o rei deveria conhecê-lo; antes de levarem o documento, mandaram que Baruque e Jeremias se escondessem, o que já diz bastante sobre o que eles esperavam do rei. Jeoaquim

estava na casa de inverno, assentado perto do fogo, quando Judi começou a leitura. Depois de três ou quatro colunas, o rei tomou uma faca, cortou aquela parte e a lançou ao braseiro; a leitura prosseguiu, o gesto se repetiu, e ao final todo o rolo havia sido consumido sem que o rei ou os seus servos rasgassem as vestes ou demonstrassem temor, apesar do pedido de alguns oficiais para que o manuscrito fosse poupado.

Mandou prender o profeta e o escriba, mas Deus os ocultou. Então outra palavra veio a Jeremias: deveria tomar novo rolo e escrever nele tudo quanto estivera no primeiro. Baruque voltou ao trabalho, as palavras foram restauradas e muitas outras lhes foram acrescentadas (Jeremias 36.27-32).[1]

O episódio distingue o suporte da mensagem sem separar um do outro, porque papel e tinta puderam de fato ser destruídos enquanto a palavra que Deus decidira preservar retornou por sua ordem. Jeoaquim queimou o quê, exatamente? O rolo, e nada além dele. Queimando-o, apenas tornou pública a sua própria atitude diante de Deus, o que é exatamente o que o fogo revelou: um exemplar consumido e a impotência do rei exposta.

A cena também mostra uma coisa que a teoria costuma perder, e é que revelação escrita tem conteúdo determinável. Colunas eram lidas, colunas eram cortadas, e as mesmas colunas foram depois reproduzidas. Jeremias não recebeu uma experiência inefável que Baruque teria tentado simbolizar conforme a lembrança lhe permitisse; as palavras podiam ser ditadas outra vez porque proposições determinadas haviam sido comunicadas, e o acréscimo

posterior tampouco corrigiu erro da primeira versão, pois foi o mesmo Deus quem decidiu ampliar a mensagem.

Repare agora em como a instituição política reage, porque é assim que instituições religiosas reagem quando a Palavra ameaça sua continuidade: em vez de refutar o conteúdo, ela controla o acesso, persegue o mensageiro e destrói o documento. O gesto pode ficar mais sofisticado com o tempo, e aí não há faca nem braseiro, apenas uma comissão que explica, com vocabulário técnico e muita paciência pastoral, por que o texto não significa aquilo que diz. É a mesma coisa. Em ambos os casos a autoridade humana tenta sobreviver administrando a voz que deveria julgá-la.

Deus preserva sua Palavra através de ocasiões históricas, isto é, através da memória do profeta, da mão do escriba, da cópia que passa adiante o que foi escrito, e a nenhum desses instrumentos ele entrega o poder de tornar verdadeira a revelação. O ocasionalismo permite reconhecer a realidade de cada um deles e atribuir a eficácia final ao Senhor que causou a escrita, ocultou seus servos e restaurou o rolo. Ou seja, a doutrina da Escritura já pressupõe uma doutrina da providência, e quem tenta sustentar a primeira sem a segunda vai precisar de sorte.

Revelação em palavras

Revelar é tornar conhecido. Quando Deus revela uma verdade, ele comunica à mente um conteúdo que ela pode compreender e

expressar. Uma visão ou um milagre pode acompanhar o ato, e é aqui que muita gente se confunde, porque nenhum acontecimento carrega dentro de si a própria interpretação. Uma sarça em chamas não informa sozinha que o Deus de Abraão enviará Moisés ao Egito (Êxodo 3.2-10), e a luz na estrada de Damasco não diz quem fala até que Cristo se identifique por palavras (Atos 9.3-5).

Vincent Cheung insiste com razão que a Bíblia é uma coleção de proposições e que palavras humanas podem comunicar informação divina com precisão.[2] A ênfase reage contra a preferência moderna pela imagem e pela música, tomadas como veículos mais profundos do que a sentença. Uma pintura da crucificação pode mostrar corpos e madeira, e não comunica por si que Cristo era inocente, que suportava a ira divina e que estava fazendo expiação pelos eleitos. Quantas dessas coisas a tela informa por si? Nenhuma. O evangelho exige sentenças.

A proposição é o significado afirmado ou negado por uma sentença, termo esse que precisa de cuidado porque idiomas diferentes podem expressar a mesma proposição, razão pela qual uma tradução comunica verdade sem reproduzir os sons do hebraico ou do grego. Quando lemos “No princípio criou Deus os céus e a terra”, recebemos um conteúdo que pode ser crido, negado e relacionado a outras afirmações (Gênesis 1.1). Sem significado proposicional não haveria sequer objeto para a fé.

De fato isso poderia parecer uma redução da Bíblia a manual, e reconheço o desconforto, mas a conclusão não segue. Salmos comunicam proposições através de forma poética, parábolas exigem interpretação, e o símbolo depende de afirmações literais que

indiquem o que ele simboliza. Clark observa muito bem que a metáfora só funciona quando algum conhecimento de seus termos já existe.[3] Chamar Cristo de Cordeiro de Deus significa alguma coisa por causa de verdades já conhecidas sobre o sacrifício e sobre a culpa que ele carrega (João 1.29; Isaías 53.5-7), e não porque "cordeiro" desperte uma emoção religiosa indeterminada no ouvinte.

A linguagem bíblica pode falar literalmente sobre Deus porque foi ele quem criou a mente e a linguagem. Não conhecemos o Ser divino exaustivamente. Conhecemos verdadeiramente aquilo que ele decidiu afirmar, e a diferença entre as duas coisas é toda a questão, porque se "Deus é fiel" significasse para ele algo incompatível com a fidelidade que conhecemos, a promessa seria engano (1 Coríntios 1.9; Tito 1.2), e a incompreensibilidade divina estabelece um limite de quantidade e de profundidade. Não destrói a identidade do conteúdo revelado.

As teorias que transformam toda linguagem religiosa em símbolo querem proteger a transcendência e terminam impossibilitando a teologia. Se ninguém sabe o que "Deus" e "amor" significam, como é que alguém sabe que a sentença "Deus é amor" utiliza um símbolo adequado? Para escolher entre o amor e o ódio como imagens de Deus, alguma verdade literal já está governando a escolha (1 João 4.8). A suposta reverência dissolve a afirmação que ela pretendia preservar. E note o que se está dizendo ao Deus transcendente: que ele conhece a distância entre Criador e criatura, resolveu falar mesmo assim, e não conseguiu atravessá-la por palavras, o que atribui ao homem uma teoria da linguagem mais sábia do que a

própria decisão divina. A criatura pode usar termos de modo confuso.

O Logos não sofre deficiência comunicativa.

Soprada por Deus

Paulo escreve que toda Escritura é *theopneustos*, soprada por Deus, e proveitosa para completar o homem de Deus (2 Timóteo 3.16-17). O termo dirige a atenção à origem do texto: as Escrituras vêm do sopro divino e não se tornam inspiradas no momento em que uma comunidade as lê com fé, coisa que Crampton, expondo Clark, ressalta quando lembra que 2 Timóteo 3.16 fala das palavras registradas e não somente de ideias religiosas presentes na mente dos autores.[4]

Inspiração verbal afirma que as palavras escritas foram determinadas por Deus. Inspiração plenária estende essa origem à totalidade do texto, sem reservar um núcleo doutrinário infalível cercado por história falível, que é a saída de emergência preferida de quem quer ficar com a autoridade e devolver os problemas. Jesus fundamenta argumentos em palavras determinadas, responde a Satanás com “está escrito” e declara que nem o menor traço da lei cairá sem cumprimento (Mateus 4.4-10; Mateus 5.18). Sua doutrina da Escritura não admite uma margem em que o profeta fale apenas por si enquanto o leitor moderno decide o que Deus talvez quisesse dizer.

Pedro descreve homens conduzidos pelo Espírito Santo (2 Pedro 1.21). Eles escreveram, pesquisaram e utilizaram vocabulário próprio, e Deus causou o processo inteiro de modo que o resultado expressasse exatamente a sua intenção. A humanidade dos autores explica a forma histórica sem introduzir uma região fora do decreto, e Moisés fala como Moisés e Paulo argumenta como Paulo porque o Criador formou cada uma daquelas mentes para a tarefa que lhe destinou.

Contra isso vem a objeção do ditado mecânico, e ela ataca uma caricatura. Quem dita, na imagem que ela sugere? Um chefe, que dita a uma secretária cuja formação ele não controlou e depende da habilidade dela para que o texto saia certo; Deus determinou o nascimento e a educação dos escritores, e determinou também as circunstâncias em que escreveram. Clark observa que a providência torna a inspiração muito mais abrangente do que a imagem de um escritório sugere, pois Deus preparou o instrumento antes de conduzir a escrita.[5] Houve passagens ditadas de maneira direta, e nada na onipotência torna isso impossível. A variedade estilística tampouco provaria o contrário, porque até um autor humano escreve em registros diferentes conforme o assunto e o destinatário.

A questão decisiva não está em reconstruir psicologicamente um único modo de inspiração válido para todos os livros. Está em confessar o produto conforme a Escritura o apresenta, ou seja, palavras humanas que são simultaneamente palavras de Deus. O ocasionalismo remove a necessidade de uma parceria causal entre Espírito e autor, na qual cada um entraria com sua porcentagem. Deus causa o pensamento, o movimento da mão e a inscrição, e o

escritor permanece sujeito histórico real, com intenção e com estilo, porque a ação divina não compete com a humana: quanto mais completo o governo de Deus, mais seguramente o instrumento cumpre a função para a qual foi criado.

E isso preserva a responsabilidade do intérprete, que é o ponto onde a doutrina deixa de ser abstrata. Se as palavras foram escolhidas pelo Espírito, então diferenças gramaticais e relações lógicas importam, e a exegese não pode reduzir-se à recuperação aproximada de uma experiência religiosa que estaria por trás do texto. O que está escrito é revelação pública. Uma interpretação precisa demonstrar sua relação com esse conteúdo, e não com o que o intérprete sentiu ao ler.

Uma mente, muitos escritores

A Bíblia surgiu ao longo de séculos, por meio de autores situados em contextos distintos, separados por língua, ofício e circunstância. É por isso que a unidade dela costuma ser procurada onde não está, na semelhança de forma, em vez de ser procurada onde está, na identidade do pensamento comunicado. Lei, profecia e cartas apostólicas conservam formas próprias enquanto participam do pensamento de um único Deus, e a revelação progride por acréscimo e explicitação, de modo que o posterior cumpre e desenvolve promessas anteriores sem transformar verdade passada em erro.

Que unidade é essa, então? Coerência. Se duas interpretações produzem proposições contraditórias, ao menos uma está errada, e não é possível proteger a Escritura afirmando que ambas são verdadeiras “em níveis diferentes” sem definir os sujeitos e os sentidos que removem a contradição. Cheung mostra que Jesus argumenta a partir da harmonia do texto quando responde a Satanás e quando interroga os fariseus sobre o Filho de Davi (Mateus 4.5-7; Mateus 22.41-46).[6]

Dirão que a lei da não contradição foi imposta à Bíblia por filosofia estrangeira. Não foi. Uma afirmação há de excluir a sua negação para significar coisa alguma, e se “Cristo ressuscitou” puder significar ao mesmo tempo que ele permaneceu morto no mesmo sentido, o evangelho deixou de dizer o que quer que seja (1 Coríntios 15.14-17); Deus não pode negar a si mesmo, e as palavras que saem da sua mente exibem essa racionalidade (2 Timóteo 2.13).

As contradições aparentes são problemas de interpretação, de transmissão ou de informação disponível, e enquanto parecerem contradições ao leitor, ele não tem direito de afirmar os dois lados como verdadeiros: deve continuar o exame, reconhecer ignorância ou corrigir uma premissa. Chamar a dificuldade de mistério pode ser confissão honesta de limite. Transformá-la em licença para incoerência abandona a inteligibilidade que tornava a doutrina crível.

Há verdades que superam nossa capacidade de exploração completa, e ninguém aqui está negando isso. A Trindade e a encarnação têm profundidade inesgotável. Mas suas formulações básicas não afirmam que Deus é um e três na mesma relação, nem que Cristo

tem uma natureza e não tem a mesma natureza; a precisão histórica dos credos serviu justamente para excluir contradições, e não para canonizá-las. Dessa unidade decorre uma regra de interpretação: passagens claras ajudam a interpretar as difíceis, e nenhuma doutrina pode apoiar-se numa leitura que destrói afirmações estabelecidas em outros lugares. A comparação não autoriza nivelar contextos. Exige descobrir como os diferentes textos participam do mesmo sistema.

Verdade sem margem para erro

Se Deus é verdade e as Escrituras são as suas palavras, erro bíblico seria erro divino, e por isso a inerrância afirma o fato de que o texto não erra, enquanto a infalibilidade acrescenta que, por vir de Deus, ele não pode errar, de modo que a segunda implica a primeira. Um homem falível pode escrever ocasionalmente uma frase verdadeira. Uma revelação infalível exclui a possibilidade de falsidade em qualquer coisa que ela realmente afirme.[7]

Alguns reservam a inerrância para fé e prática, aceitando equívocos históricos ou cosmológicos. A divisão parece modesta, e parece modesta até que se pergunte o que sobra dela. Que resta de uma ressurreição cujo túmulo pode ter continuado ocupado? Falha porque as doutrinas centrais são apresentadas como acontecimentos. A ressurreição salva porque Cristo morreu, foi sepultado e levantou corporalmente na história (1 Coríntios 15.3-4). Se o fato pode ser

falso enquanto o significado espiritual permanece, o evangelho não passa de símbolo disponível para qualquer interpretação, e quem ficar com ele decide o que ele quer dizer.

A inerrância deve respeitar gênero e intenção, e é justo insistir nisso. Uma aproximação numérica não afirma precisão decimal. Uma metáfora não deve ser lida como descrição física. O texto é verdadeiro naquilo que pretende comunicar, e determinar essa intenção pertence à exegese, razão pela qual as acusações de erro exigem da Bíblia, com enorme frequência, uma afirmação que ela nunca fez.

Os autógrafos, isto é, os textos originalmente produzidos sob inspiração, são a referência da doutrina, e as cópias e traduções são obras providenciais que podem conter falhas humanas. Essa admissão entrega o livro ao acaso? Não entrega nada, e a razão é simples. As variantes podem ser examinadas; a abundância de testemunhos permite identificar o conteúdo com elevada estabilidade; e onde permanece dúvida textual, nenhuma doutrina cristã precisa ser fabricada sobre leitura incerta. O cristão que reconhece o limite do seu conhecimento a respeito de uma palavra não concede coisa alguma a quem pretende deduzir dali que o livro inteiro escapou das mãos de Deus.

Não temos os autógrafos de inúmeras obras antigas cuja existência ninguém considera anulada por isso, e a autoridade do conteúdo não depende da sobrevivência do primeiro suporte material. O rolo de Jeremias foi queimado e reescrito sob comando divino. O Deus que inspirou governa a transmissão sem prometer infalibilidade a cada copista. Seria desonesto, contudo, transformar essa confiança em

alegação de que toda questão textual já está resolvida. O estudioso cristão pode comparar manuscritos e reconhecer dificuldade sem colocar a Palavra sob suspeita, porque a falibilidade do trabalho humano é motivo para diligência e não licença para atribuir erro ao que Deus falou.

A voz que atesta a si mesma

A Escritura reivindica autoridade divina. Paulo chama o escrito de soprado por Deus, Pedro coloca cartas apostólicas ao lado das demais Escrituras, e Jesus recebe o texto como palavra que não pode falhar (2 Timóteo 3.16; 2 Pedro 3.15-16; João 10.35). E daí virá a objeção óbvia: qualquer impostor pode alegar autoridade, de modo que essas afirmações seriam insuficientes se julgadas por um padrão superior. Concordo com a premissa e nego a conclusão, pois o ponto é precisamente que o Deus verdadeiro não tem padrão superior, e a voz dele há de atestar a si mesma ou não será a voz última de coisa nenhuma.

A autoatestação não significa que a frase “sou verdadeiro” transforme qualquer livro em revelação. O conteúdo bíblico apresenta o Deus necessário, explica verdade e linguagem, e destrói os primeiros princípios que tentam julgá-lo, de maneira que a alegação participa de um sistema que torna o conhecimento possível e exclui os rivais por suas contradições. Ainda assim, nenhuma

dessas qualidades cria a autoridade. Elas manifestam a coerência daquele que já fala como Senhor.

A Confissão de Fé de Westminster distingue com precisão os motivos pelos quais a Escritura merece estima do fundamento pelo qual ela recebe fé plena: majestade do conteúdo, unidade e eficácia podem mover o leitor, e a persuasão completa procede da obra interior do Espírito testemunhando pela Palavra.[8] Essa distinção impede que indícios subordinados ocupem o lugar do autor divino. As evidências históricas têm função, e função real, pois podem responder a acusações, esclarecer transmissão e mostrar que o crítico aplica critérios inconsistentes conforme lhe convém. O cristão não precisa temer pesquisa. Recusa apenas o salto pelo qual uma probabilidade histórica concederia certeza à voz de Deus, porque método falível não produz conclusão infalível.

Uma instituição tampouco pode autenticar o cânon. Se a Igreja torna a Bíblia autoritativa ao reconhecê-la, então a Igreja tem autoridade anterior e poderia perfeitamente revisar o resultado. Roma formula essa dependência de modo mais explícito, e é honesta ao fazê-lo; comunidades protestantes a reproduzem sem confessá-la quando tratam sua confissão ou sua tradição interpretativa como condição para que o membro ouça Deus, e nos dois casos o selo humano passa a valer mais do que o documento selado.

O corpo de Cristo recebe a Palavra, guarda-a e a proclama, num serviço precioso e historicamente necessário que não deixa de ser, por isso, serviço. A Igreja reconhece a voz do Cabeça porque pertence a ele. Não o constitui Cabeça por votação (Colossenses 1.18; João 10.27).

O testemunho do Espírito

Calvino entra aqui com uma doutrina frequentemente repetida e quase tão frequentemente deformada, que é o testemunho interior do Espírito. A deformação é sedutora porque usa palavras piedosas e parece proteger a experiência cristã contra a frieza: alguém lê a Bíblia, sente uma convicção profunda e toma a intensidade daquela convicção como selo de autenticidade. Só que aí a sensação do leitor retomou exatamente a função de autoridade última que o capítulo anterior lhe tirou, e o místico de qualquer religião pode apresentar, com a mesma voz embargada e talvez com lágrimas mais abundantes, uma experiência concorrente. Como se decide entre as duas? Pela quantidade de lágrimas não é.

O testemunho de que Calvino fala não é a promoção do sentimento a prova, nem uma segunda revelação sussurrada atrás do texto. É a ação de Deus pela qual a mente reconhece e recebe a Palavra que já tinha autoridade antes de ser recebida. O mesmo Espírito que inspirou as proposições vence a hostilidade que as suprimia e causa assentimento no pecador (1 Coríntios 2.10-14). Ele não torna a Escritura verdadeira. Torna o rebelde crente.

Westminster conserva essa ordem ao afirmar primeiro que a autoridade bíblica depende somente de Deus e só depois atribuir ao Espírito a plena persuasão e certeza.[9] Inverta-se a ordem e a Bíblia passa a depender do estado da alma; preserve-se a ordem e até os afetos encontram lugar sem usurpar o fundamento. Um homem pode sentir serenidade enquanto abraça o erro, outro pode tremer diante de uma verdade à qual ainda resiste, e os dois mostram por

que paz, medo ou entusiasmo não definem o conteúdo recebido. A verdade estava na Palavra. A iluminação explica por que, em determinada hora, o leitor que a atravessava havia anos percebe que era ele quem estava sendo lido.

Uma voz interior é desejada pela mentalidade da carne exatamente porque parece impossível de submeter a exame. “O Espírito me disse” encerra conversas e protege decisões da correção comunitária, e muitas manipulações institucionais começaram quando a preferência de um líder foi revestida de primeira pessoa divina.

O Espírito Santo não disputa autoridade com a Escritura que ele mesmo soprou, e a iluminação tampouco torna o cristão infalível (João 16.13-14): Deus pode conduzi-lo a entendimento correto, e o homem continua responsável por demonstrar que a sua interpretação sai do texto. Invocar o Espírito sem exposição é exigir autoridade apostólica para uma opinião. A presença divina produz humildade diante da Palavra, não imunidade contra perguntas.

Cânon recebido

O cânon é o conjunto de escritos que Deus designou como regra normativa e permanente para o seu povo, e os livros já eram autoritativos quando inspirados, antes que qualquer concílio elaborasse listas, e a comunidade não concedeu canonicidade a coisa alguma: reconheceu uma condição produzida por Deus. Crampton apresenta essa distinção com clareza ao expor a posição protestante

de Clark, segundo a qual o Senhor determina o cânon e as igrejas recebem os livros como Palavra.[10] O reconhecimento ocorreu na história, e por que alguém esconderia isso? Textos circularam, foram copiados e lidos nas congregações; houve dúvidas locais sobre alguns livros, e esses fatos não provam que a autoridade nasceu lentamente, e provam apenas que mentes humanas alcançam reconhecimento em tempos e condições diferentes, assim como Cristo era Filho de Deus antes que os discípulos compreendessem plenamente sua identidade (Mateus 16.16-17). O Antigo Testamento chega à Igreja pelas Escrituras recebidas por Cristo e pelos apóstolos, e o Novo nasce do testemunho autorizado que o Senhor confiou aos seus mensageiros, de modo que os próprios escritos apostólicos começam a ser tratados como Escritura ainda dentro do período apostólico (2 Pedro 3.15-16; 1 Timóteo 5.18). A unidade do cânon acompanha a história da redenção, e a promessa, o seu cumprimento e a interpretação inspirada pertencem ao mesmo conselho.

O número dos livros não depende de uma igreja infalível. Um instrumento falível pode reconhecer verdade, assim como um leitor falível entende corretamente uma sentença, de modo que a exigência contrária se desfaz sozinha assim que alguém a leva a sério: se apenas uma autoridade infalível pudesse identificar outra, precisaríamos de uma nova autoridade para autenticar a primeira, e de outra para autenticar essa, e de outra ainda para autenticar a terceira, sem que a série encontrasse em ponto algum aquilo que ela foi inventada para garantir. Deus é capaz de causar reconhecimento verdadeiro por meios falíveis.

O fechamento do cânon significa que nenhuma revelação posterior recebe lugar no primeiro princípio, estabelece doutrina universal ou completa a obra redentora interpretada pelos apóstolos. A regra pública da Igreja está dada. Essa afirmação deve ser separada da tese cessacionista segundo a qual toda profecia, visão ou palavra particular do Espírito teria se tornado impossível, e a separação não é firula: Clark e Crampton relacionam o cânon fechado ao fim dos dons revelacionais,[11] enquanto Cheung afirma a suficiência dos sessenta e seis livros e, ao mesmo tempo, a continuidade das profecias ensinadas pela própria Escritura (1 Coríntios 14.1; 1 Tessalonicenses 5.19-21).[12] A escolha entre as duas posições depende do que significa canonicidade, e não da estima que se tenha por cada autor.

Nem toda palavra verdadeira pronunciada por um profeta bíblico foi inscrita no cânon, o que já demonstra que o critério não pode ser a simples ocorrência de comunicação sobrenatural. Canonicidade é a designação divina de um escrito para função normativa, universal e permanente, de sorte que profecia e cânon são categorias distintas, e o fechamento de uma não decide o fim da outra. Por essa razão o expansionismo deste livro segue a segunda posição. Uma profecia contemporânea genuína seria causada por Deus e, por isso, verdadeira, e ainda assim não se tornaria fundamento doutrinário, não corrigiria a Bíblia e não vincularia a Igreja universal. Seu alcance pertence à ocasião para a qual foi dada, e o seu conteúdo há de ser julgado pelo padrão público, o qual decide os dois casos possíveis sem deixar terceiro: se contradiz a Escritura, a falsidade já demonstra que não veio do Espírito (Deuteronômio 13.1-3; 1 João 4.1); e se repete um mandamento bíblico, a sua autoridade moral

vem do mandamento já revelado, ainda que Deus possa aplicar aquela verdade com poder particular a uma situação e a uma hora. Essa distinção impede duas idolatrias, uma de cada lado. O cessacionista não pode usar o cânon para proibir manifestações que o cânon ensina. O entusiasta não pode usar manifestação alegada para governar o cânon. Suficiência e poder permanecem unidos quando a Palavra define o dom e o Espírito atua segundo a Palavra.

Clareza sem simplismo

Deus fala para ser entendido. A clareza da Escritura afirma que o conteúdo necessário à salvação e à obediência pode ser compreendido por pessoas comuns, que leiam com diligência e sob a ação do Espírito, e a doutrina seria absurda se o texto exigisse uma classe infalível de intérpretes antes de comunicar qualquer coisa a quem quer que fosse.

Clareza significa facilidade igual em todas as passagens? Quem afirma tal coisa não leu Pedro, que reconhece haver coisas difíceis nas cartas de Paulo e adverte que os ignorantes as distorcem (2 Pedro 3.16); línguas antigas, contextos históricos e argumentos extensos exigem trabalho. Um leitor pode entender o evangelho e permanecer confuso sobre detalhes de cronologia ou de profecia.

Cheung rejeita dois extremos, e rejeita bem: o monopólio profissional que fecha a Bíblia ao povo e o igualitarismo segundo o qual qualquer impressão de um leitor vale tanto quanto exegese

treinada.[13] Onde cada um erra? O primeiro transforma formação em sacerdócio. O segundo chama preguiça de liberdade. O que permite crescimento real e correção mútua é a objetividade do texto, e não a posição de quem o lê.

Filipe encontrou o eunuco lendo Isaías e perguntou se compreendia; o homem reconheceu que precisava de orientação e recebeu explicação sobre Cristo (Atos 8.30-35). A cena honra o mestre sem divinizá-lo, porque Filipe serviu ao sentido da passagem e não pediu que o leitor aceitasse uma tradição por causa da sua posição. Professores são dons ao corpo quando tornam a Palavra mais visível, e sua autoridade é ministerial: apresentam razões, conectam textos, corrigem inferências. Perdem legitimidade quando substituem demonstração por currículo, por ordenação ou por ameaça institucional. Um diploma pode testemunhar estudo. Não altera a validade de um argumento.

E o autodidata, escapa? Carece de humildade tanto quanto, e talvez mais, porque rejeitar a elite não é imaginar que isolamento produz pureza. Um livro emprestado, uma conversa, a correção de um irmão que discorda: são ocasiões pelas quais Deus ensina, e a Igreja viva é comunidade de membros que recebem uns dos outros sem conceder infalibilidade a ninguém.

A clareza coloca responsabilidade sobre o leitor, e é aí que ela dói. A interpretação falsa nem sempre nasce de dificuldade objetiva; muitas vezes protege desejo. Jesus acusa homens que examinavam as Escrituras e recusavam vir a ele (João 5.39-40): conheciam palavras suficientes para serem julgados por elas, e o que impedia a consequência era o compromisso institucional com a própria honra.

Texto, tradução e interpretação

Uma objeção popular pergunta: “Qual Bíblia?” Quantos problemas ela reúne? Quatro, e cada um se responde de maneira diferente, de modo que enquanto a frase permanecer ambígua ela produzirá a impressão de caos sem precisar demonstrar erro em ponto algum. Vale a pena desmontá-la.

Pode referir-se ao cânon, e essa questão já foi tratada. Pode referir-se às traduções, que expressam em outro idioma as proposições do texto: nenhuma correspondência verbal é perfeita em todos os aspectos, e escolhas podem ser melhores ou piores, mas comunicação não exige identidade sonora, e “Cristo ressuscitou” e a sua equivalente grega afirmam a mesma verdade. Comparar versões ajuda quando uma opção obscurece relação presente no original. Pode referir-se às variantes manuscritas, que precisam ser examinadas caso a caso, e a maioria delas diz respeito a diferenças pequenas, nenhuma das quais justifica concluir que o conteúdo inteiro se perdeu, e aqui o argumento cético exige uma premissa impossível: que a incerteza sobre uma palavra impeça conhecer qualquer sentença. Aplicado à vida comum, esse padrão destruiria toda comunicação, inclusive a do próprio cético quando ele pede um café.

Pode referir-se, por fim, às interpretações rivais, e dois homens discordarem sobre uma equação não prova que a matemática seja obscura. Examinamos a gramática, o contexto e a coerência do sistema para identificar qual leitura segue das palavras, e algumas controvérsias permanecem porque a informação humana é limitada.

Outras sobrevivem porque estruturas de poder não podem admitir a conclusão.

Eu não afirmaria que todo debate exegético pode ser encerrado numa tarde por quem sabe lógica. Há problemas reais, evidência textual complexa e tradições que levantaram questões legítimas, e a falibilidade do intérprete exige paciência, embora jamais transforme contradições em opiniões igualmente verdadeiras. E um perigo permanece do lado de dentro, que é o uso mágico de versículos. Citar uma frase fora do argumento não é submeter-se à Bíblia, porque a revelação governa por seu significado, e significado depende das relações proposicionais que o próprio texto estabelece.

O biblicismo atomizado pode repetir mais palavras bíblicas e pensar menos biblicamente.

Necessária porque Deus decidiu falar

Todos os homens têm conhecimento inato de Deus e encontram na criação lembrança contínua do seu poder (Romanos 1.19-20; Salmos 19.1-3). Esse conhecimento basta para condenar a supressão, e não anuncia a obra de Cristo com precisão salvadora, pois ninguém descobre pela observação da natureza que o Filho morreu pelos pecados e ressuscitou ao terceiro dia (1 Coríntios 15.3-4). O evangelho chega em palavras.

Necessária significa que Deus seria incapaz de falar oralmente? A história responde por si, pois profetas anunciaram mensagens antes

de registrá-las e apóstolos pregaram a congregações que ainda não tinham o Novo Testamento completo. Significa que, na ordem providencial presente, a revelação escrita é a fonte pública e permanente pela qual conhecemos o conteúdo que Deus preservou.

Cheung estende essa necessidade às categorias fundamentais do pensamento.[14] Metafísica, epistemologia e ética não podem ser construídas por observação autônoma, e mesmo as disciplinas que estudam aspectos criados dependem de conceitos sobre a verdade e sobre a mente cuja justificação vem da revelação, e a Bíblia não contém uma tabela com todos os resultados científicos. Fornece a ordem intelectual sem a qual "resultado" não poderia ser conhecido como resultado.

A pregação é necessária como ocasião ordinária porque Deus ordenou que a fé venha pelo ouvir a Palavra de Cristo (Romanos 10.14-17). O pregador não produz regeneração, e a sua retórica não acrescenta poder ao evangelho: Deus causa entendimento na mente enquanto um servo comunica proposições bíblicas, e a fraqueza do instrumento torna mais visível de onde vem a eficácia.

Uma Igreja que substitui ensino por espetáculo está confessando outra teoria de revelação, ainda que jure a nossa no papel. A luz baixa, a música e o clima da sala afetam emoções e não informam quem é Deus nem o que Cristo prometeu, e até uma cura precisa de interpretação bíblica para ser reconhecida como obra do Deus cristão e não como confirmação de superstição rival. O anti-intelectualismo religioso teme doutrina porque imagina que informação esfria relacionamento. Que relacionamento pessoal sobrevive sem conhecimento do outro? Nenhum. Amar um Cristo cujo caráter e

cuja obra permanecem indefinidos é amar uma projeção, e a Palavra é o que fornece a identidade daquele com quem o cristão se relaciona.

Suficiente para fé e vida

Chama-se suficiência a doutrina segundo a qual a Escritura contém tudo quanto Deus determinou como necessário para conhecer a salvação, viver em obediência e construir o sistema cristão. A palavra decisiva dessa definição é a que se refere ao decreto divino, porque a doutrina não mede o que seria útil ao homem e sim o que Deus resolveu entregar. Algumas verdades aparecem explicitamente, outras seguem por consequência necessária; a Bíblia completa o homem de Deus e o equipa para toda boa obra (2 Timóteo 3.17), e por isso nenhuma autoridade paralela precisa suprir deficiência normativa.

Suficiente para tudo, então? Suficiente para aquilo que a definição diz, e a doutrina não promete informação exaustiva sobre cada circunstância. A Escritura não fornece o nome da pessoa com quem alguém deve casar, nem o horário de uma viagem; oferece mandamentos e sabedoria suficientes para decisões agradáveis a Deus, e muitas opções permanecem moralmente lícitas, ao mesmo tempo que o desejo de direção particular esconde, com frequência, recusa em assumir responsabilidade sob princípios que já são conhecidos.

A tradição é útil como memória de interpretações e de controvérsias que o corpo já atravessou, e se torna rival quando uma crença não demonstrável recebe obrigação por antiguidade, e pais da Igreja e reformadores podem testemunhar que determinada leitura não nasceu ontem. Nenhum século acrescenta autoridade a erro. Confissões organizam doutrinas e tornam pública a fé de uma comunidade, sua precisão ajuda a evitar ambiguidades, e a existência delas pode proteger membros contra improvisações de líderes. Continuam documentos subordinados. Quando uma denominação exige assentimento a inferência inválida para conservar pertencimento, a sua confissão deixou de servir à Palavra e começou a governá-la.

A suficiência tampouco ensina que Deus parou de agir ou de falar em qualquer sentido não canônico. Cheung observa a ironia de usar a doutrina para negar milagres e profecias que a própria Escritura ordena desejar (1 Coríntios 14.1, 39).[15] Se a Bíblia é suficiente, o ensino dela sobre dons também é suficiente para condenar a incredulidade que os elimina por tradição. Experiências sobrenaturais não completam o cânon: uma cura confirma na história o poder do Deus já revelado e não produz nova cristologia, e uma profecia particular pode orientar ou consolar sob julgamento bíblico sem estabelecer lei universal, e é a Palavra que oferece definição, limite e critério para a manifestação. O mesmo vale para o aconselhamento e para a educação. Psicologia secular não pode preencher uma antropologia supostamente ausente sem trazer consigo outro axioma; o conhecimento técnico e as observações prudenciais podem ser usados como ferramentas, desde que suas

interpretações sejam julgadas pela revelação. A suficiência não recusa informação criada. Recusa autoridade criada concorrente.

A autoridade presente

Quando a Escritura fala, Deus fala. O Novo Testamento pode dizer que “a Escritura” anunciou a Abraão algo que Gênesis atribui a Deus porque não existe diferença de autoridade entre a voz divina e a sua palavra escrita (Gálatas 3.8; Gênesis 12.3).[16] Obedecer ao texto é obedecer ao Senhor cujo pensamento ele comunica. Essa identidade de autoridade não transforma papel em divindade, e cristãos não adoram tinta nem couro, mas honram a Palavra porque as proposições são pensamentos comunicados por Deus, de maneira que desprezar o livro em nome de um relacionamento mais espiritual é dizer a uma pessoa que amamos a sua presença e rejeitamos tudo quanto ela pensa e diz. A frase de púlpito “procure o Senhor do livro, não o livro do Senhor” parece proteger Cristo contra bibliolatria, e na prática separa o Cristo real da única revelação pública que estabelece a sua identidade, pois sem Escritura “Senhor” é um nome preenchido por preferência religiosa. Cheung responde corretamente que olhar para Deus exige olhar para as palavras dele.[17] Autoridade total alcança método e conclusão, porque a Bíblia não fornece apenas algumas respostas dentro de perguntas formuladas pela autonomia: ela corrige as perguntas, define os termos e decide quais inferências são legítimas, e quando a ciência pergunta se milagre é possível, a

Escritura não fica esperando que um conceito naturalista de lei seja aceito antes de responder.

E quem julga a Igreja? A mesma autoridade. Pastores, concílios e teólogos têm funções reais, e nenhum deles pode exigir crença em proposição contrária ao texto; “Mais importa obedecer a Deus do que aos homens” continua valendo dentro de edifícios religiosos (Atos 5.29); uma liderança que proíbe exame bíblico para preservar unidade já confessou que a sua unidade depende de outra cabeça.

Isso não é licença para rebelião caprichosa do membro comum. Ele deve ouvir, aprender e apresentar a sua discordância com razões, porque a ordem comunitária tem valor e acusações levianas ferem o corpo, ainda que paz comprada pela submissão da consciência a erro é apenas silêncio institucional com nome melhor.

A Escritura governa sem localização sagrada. Um cristão isolado por perseguição, sem templo e sem seminário, continua diante da voz de Deus enquanto tiver a Palavra; pode precisar de ajuda, desejar comunhão e sofrer pela ausência dos irmãos, e não está afastado do Cabeça por falta de estrutura material. A autenticidade cristã atravessa geografias porque a autoridade pertence a Cristo.

A Palavra na mente

Ler a Bíblia não produz transformação por algum mecanismo alojado em sons ou letras. Deus causa entendimento na ocasião da leitura, e a mente responde a proposições. Um homem pode percorrer páginas

diariamente e conservar intactos os pressupostos que impedem as consequências, enquanto outro se detém numa sentença que já conhecia e percebe que ela julga anos de pensamento.

Meditação bíblica é trabalho racional, porque compara textos, define palavras e segue inferências, e é ato espiritual, porque depende do Espírito e visa obediência, e separar intelecto e devoção cria dois cristianismos: um que estuda sem adorar, outro que adora sem saber quem Deus é. Romanos 12 descreve transformação pela renovação da mente, na qual a Palavra substitui padrões do século e reordena lealdades (Romanos 12.1-2), e esse processo alcança doutrinas estimadas, hábitos institucionais e lembranças pessoais.

Às vezes o texto consola. Em outras, o que ele faz? Corta o rolo pelo qual tentávamos reescrevê-lo, e a cena de Jeoaquim retorna com força, porque o rei não podia impedir Deus de preservar a mensagem, mas podia revelar a sua própria rebelião diante dela. Cada leitor encontra o mesmo tipo de responsabilidade: pode receber a proposição, examiná-la dentro do conjunto e submeter-se, ou pode queimá-la por meio de interpretações que preservam a página e removem o juízo.

Há esperança porque o Espírito não depende da docilidade natural do homem. Aquele que inspirou o texto pode abrir a mente, como fez com os discípulos, e causar arrependimento intelectual (Lucas 24.45; 2 Timóteo 2.25); instituições endurecidas podem ser corrigidas quando membros voltam à Escritura, e tradições úteis podem ser purificadas sem que toda a herança seja desprezada.

A voz permanece

O fogo de Jeoaquim recolhe o assunto melhor do que uma lista de atributos. O rei podia cortar colunas, perseguir o profeta e aquecer-se diante das palavras queimadas; não podia retirar de Deus a capacidade de falar outra vez, nem converter em mentira aquilo que o Criador decidira preservar. É essa autoria que torna a Escritura coerente e incapaz de erro.

O Espírito conduz os escritores, determina as palavras e depois causa reconhecimento no leitor sem promover sentimento a critério. O cânon permanece como regra pública e suficiente, diante da qual a Igreja, a tradição e os dons encontram funções reais, preciosas em seu lugar e destrutivas quando tentam completar a voz. A clareza torna o ensino possível, a dificuldade torna o mestre necessário em muitas ocasiões, e nenhuma das duas entrega infalibilidade ao homem que ensina. Vê-se agora por que a Escritura não pode aparecer apenas no primeiro capítulo do sistema, como um degrau que se abandona depois da subida. Ela acompanha cada dedução, volta contra o pensador quando uma conclusão amada começa a se afastar do texto, atravessa o sistema inteiro que foi levantado sobre ela e pode, numa única sentença recebida com temor, julgar anos de arquitetura teológica erguida com esmero por um homem que jurava estar servindo à Palavra enquanto a administrava. Quem se curva diante dela não adora papel. Recebe o pensamento do Deus vivo em palavras que ele mesmo quis preservar e aplicar.

“Deus disse” deixa de ser, então, memória respeitável de um passado profético, e assume o peso que a faca do rei não conseguiu diminuir:

o Criador continua falando por aquilo que decidiu escrever, e cada leitor decide apenas se ouvirá de pé, com a lâmina na mão, ou como criatura finalmente alcançada pela voz.

Notas

1. Jeremias 36. ↩
2. Vincent Cheung, *Theology*, cap. “The Nature of Scripture”. ↩
3. Gordon H. Clark, *Religião, razão e revelação*, cap. “Inspiração e linguagem”, especialmente a discussão sobre linguagem literal e simbolismo. ↩
4. W. Gary Crampton, *O Escrituralismo de Gordon H. Clark*, parte II, seção “A inspiração da Escritura”. ↩
5. Clark, *Religião, razão e revelação*, cap. “Inspiração e linguagem”, seção “A objeção do ditado”. ↩
6. Cheung, *Theology*, cap. “The Unity of Scripture”. ↩
7. Cheung, *Theology*, cap. “The Infallibility of Scripture”. ↩
8. Confissão de Fé de Westminster, 1.5. ↩
9. Confissão de Fé de Westminster, 1.4-5; João Calvino, *Institutas da Religião Cristã*, livro I, cap. 7. ↩
10. Crampton, *O Escrituralismo de Gordon H. Clark*, parte II, seção “Canonização da Escritura”. ↩

11. Ibid. Crampton apresenta a posição cessacionista de Clark e sua relação entre o fechamento do cânon e o fim dos dons revelacionais. ↩
12. Cheung, *Theology*, cap. “The Sufficiency of Scripture”; ver também *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*. ↩
13. Cheung, *Theology*, cap. “The Clarity of Scripture”. ↩
14. Cheung, *Theology*, caps. “The Possibility of Theology” e “The Necessity of Scripture”. ↩
15. Cheung, *Theology*, cap. “The Sufficiency of Scripture”. ↩
16. Cheung, *Theology*, cap. “The Authority of Scripture”. ↩
17. Cheung, *Theology*, cap. “The Nature of Scripture”. ↩

CAPÍTULO 3 — O LOGOS

"NO princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus." (João 1.1)

Antes de haver mundo

A Escritura começa com Deus criando. O Evangelho de João recua mais, até a eternidade em que ainda não havia criação alguma a ser chamada à existência, e o que ele encontra ali não é um começo: "No princípio" não flagra o Logos surgindo, porque quando o primeiro instante criado começa, ele já é. João distingue o Logos daquele com quem estava e afirma, na mesma sentença, que o Logos era Deus (João 1.1-2). Onde nasceu, então, a racionalidade que ilumina o homem? Não no cérebro humano, e não como propriedade tardia de um universo material. Ela pertence ao Deus eterno, e essa abertura fecha duas portas de uma vez. A primeira transforma lógica em técnica inventada por homens para organizar discursos, útil enquanto funciona e revisável assim que outra convenção parecer mais conveniente, e a segunda admite uma ordem racional eterna e a coloca acima de Deus, como lei à qual o próprio Criador teria de

obedecer. Numa hipótese, lógica é criatura humana; na outra, é divindade impessoal. João não oferece nenhuma das duas: apresenta uma pessoa que estava com Deus e era Deus.

O termo grego *logos* tem extensão que "palavra" nem sempre comunica ao leitor moderno, pois pode envolver o discurso e a razão, o argumento e a expressão do pensamento. Gordon Clark propõe, com bom fundamento, que "Razão", "Sabedoria" ou mesmo "Lógica" tornam visível a força intelectual do prólogo joanino,[1] e Vincent Cheung acompanha essa leitura, empregando "Razão" com inicial maiúscula para designar Cristo pessoalmente,[2] enquanto a tradução tradicional "Verbo" guarda, por sua vez, a ideia de Deus que se expressa. Nenhum vocábulo português isolado carrega todas essas conotações, e a doutrina não depende de que algum carregue. Traduzir *Logos* por "Razão" importa para João a razão autônoma dos filósofos? De modo algum, e vale mostrar por quê. Heráclito e os estoicos falaram de um princípio racional que governa o fluxo do mundo, quase sempre dentro de um panteísmo no qual centelhas divinas se distribuem pelas coisas; Filo aproximou o termo de ideias platônicas situadas na mente de Deus, e ainda assim sua linguagem permanece distante da encarnação histórica e da distinção trinitária. Clark mostra que João não recebe essas construções como fundamento: o evangelista anuncia o Logos verdadeiro diante de conceitos que precisavam ser julgados.[3]

E o prólogo se reduz a uma correção de filosofia grega? Quem o lê assim perde metade do texto. A Palavra do Senhor percorre o Antigo Testamento, e por ela Deus cria o mundo, revela seu nome e executa seu propósito (Salmos 33.6; Êxodo 3.14-15; Isaías 55.11); a Sabedoria

estava com ele e participa da linguagem pela qual sua obra é contemplada (Provérbios 8.22-30). João escreve no mundo grego e dentro da história de Israel, e a autoridade da sua afirmação não vem de nenhum dos dois: vem do Espírito que define o termo.

O Logos joanino tem mente e vontade, relaciona-se com o Pai e entra na história que ele mesmo criou. Uma fórmula que o transforme em lei abstrata perdeu o sujeito dos verbos, porque a lógica formal descreve relações necessárias entre proposições e não faz nada além disso: não ama, não assume carne e não entrega a vida pelas ovelhas (João 1.14; João 10.11). Cristo é a Razão pessoal cuja mente nunca contém contradição e cujo poder sustenta a ordem em que raciocínios verdadeiros podem existir.

Uma ordem de prisão interrompida

Durante a Festa dos Tabernáculos, Jesus ensinava publicamente no templo. A multidão discutia se ele poderia ser o Cristo, enquanto os principais sacerdotes e fariseus viam crescer uma ameaça à sua autoridade, e por isso enviaram guardas para prendê-lo; os homens chegaram ao lugar com função definida e poder institucional atrás de si. Jesus continuou ensinando. Falou de sua origem, do seu retorno àquele que o enviara e da água viva que receberiam os que nele cressem, e a multidão se dividiu, alguns chamando-o Profeta, outros Cristo, e muitos levantando objeções sobre a Galileia.

Os guardas ouviram o conflito inteiro sem executar a ordem e voltaram aos líderes de mãos vazias. Perguntados por que não o haviam trazido, responderam que jamais alguém falara como aquele homem (João 7.46).

E o que os fariseus fizeram com essa resposta? Não examinaram uma sílaba das palavras que a produziram. Acusaram os guardas de terem sido enganados e apelaram para a incredulidade das autoridades, perguntando se algum governante ou fariseu havia crido nele. Nicodemos lembrou que a lei não condena homem algum sem ouvi-lo, e a instituição respondeu atacando a procedência dele e encerrou a sessão como se desprezo geográfico pudesse substituir julgamento (João 7.45-52).[4] A cena não mostra eloquência vencendo homens intelectualmente neutros, e é importante não lê-la assim. Os guardas encontram palavras que interrompem uma ação e expõem a diferença entre autoridade recebida de líderes e autoridade presente no ensino de Cristo. Os fariseus têm o treinamento, os textos e a posição que vem deles, e usam tudo isso para não fazer a única pergunta que interessava: era verdade o que eles ouviram?

"Jamais alguém falou como este homem" é reconhecimento incompleto. Os guardas percebem singularidade, e João conduz o leitor além da impressão, porque ninguém falou assim pela razão de que aquele que fala é o Logos. A linguagem dele não ganha autoridade pelo efeito sobre o público; o efeito ocorre porque Deus causa, na ocasião daquelas palavras, um temor que impede a prisão naquele momento.

A reação institucional revela a mentalidade da carne em forma erudita. Os líderes perguntam se alguém da classe deles acreditou,

fazendo do consenso da elite uma norma hermenêutica, e amaldiçoam a multidão por desconhecer a lei, ainda que os próprios especialistas ignorem a exigência legal lembrada por Nicodemos. No que se converte o conhecimento usado para proteger poder? Em instrumento de irracionalidade.

Nada disso torna virtuoso o simples discordar de autoridades, e Nicodemos não reivindica coisa parecida: ele apela à norma que todos afirmavam receber, e o erro dos líderes está em substituir o exame pelo prestígio do grupo, e em usar o ofício para impedir que a Palavra julgue quem julga. O corpo de Cristo precisa de mestres, e deixa de funcionar como corpo quando os mestres exigem que o reconhecimento deles anteceda o reconhecimento da voz do Cabeça.

Estava com Deus e era Deus

João 1.1 contém distinção e identidade ao mesmo tempo. O Logos estava com Deus, expressão que impede confundi-lo pessoalmente com o Pai, e o Logos era Deus, afirmação que impede rebaixá-lo à condição de criatura superior (João 1.1); a doutrina trinitária resulta da obrigação de conservar as duas proposições junto com tudo o que outras passagens revelam sobre o Espírito.

As Testemunhas de Jeová inserem um artigo indefinido e traduzem que a Palavra era “um deus”. Clark confronta a alegação gramatical e mostra que o texto atribui natureza divina ao Logos sem identificá-lo como a mesma pessoa do Pai.[5] A tradução ariana cria uma categoria

de divindade menor, incompatível com o monoteísmo joanino e com a afirmação que vem logo em seguida, a de que todas as coisas vieram a existir por meio dele (João 1.3; Deuteronômio 6.4).

Repare no que essa tradução exige. Se tudo o que veio a existir foi criado pelo Logos, ele não pertence ao conjunto das coisas que vieram a existir, e fazer dele a primeira criatura obriga a dizer ou que ele criou a si mesmo, ou que João escreveu “todas as coisas” sem incluir justamente o objeto central da sua afirmação. O texto coloca o Filho do lado do Criador antes de narrar sua entrada na criação. A pessoalidade merece ênfase porque expressões como “Deus é Razão” podem ser lidas através de filosofia impessoal, e é aí que a coisa desanda. O Deus bíblico conhece o que quer e fala o que conhece. Pai, Filho e Espírito não são partes reunidas sob um princípio superior chamado lógica: a única essência divina é eternamente racional, e as pessoas trinitárias conhecem a mesma verdade sem divergência alguma. Não existe conselho em que o Pai proponha e o Filho descubra contradição, como se três deuses precisassem negociar coerência, e tampouco existe uma mente abstrata da qual as pessoas seriam manifestações temporárias. A revelação distingue relações pessoais dentro do único Deus e mantém uma unidade de ser, de conhecimento e de vontade que não se reparte.

O Logos encarnado conserva essa identidade. “O Verbo se fez carne” não significa que a natureza divina foi mudada em matéria ou deixou de ser o que era (João 1.14); o Filho assume natureza humana e habita entre os homens, e aquele que sustenta o universo aprende e cresce segundo a sua humanidade sem adquirir conhecimento que faltasse à mente divina (Hebreus 1.3; Lucas 2.52).

É contradição? Não é, e a distinção que resolve o caso é simples. Cristo tem natureza divina e natureza humana, e ninguém está afirmando que ele seja finito e infinito na mesma relação, porque o sujeito pessoal vive segundo as propriedades de cada natureza, de modo que chamar a encarnação de absurdo, como faz uma tradição influenciada por Kierkegaard, não exalta o mistério. Destrói a proposição pela qual o mistério é confessado.

Deus e lógica

Clark escreveu que Deus é lógica e que a lei da contradição é o pensamento de Deus.[6] A fórmula quer impedir que a lógica seja colocada antes ou depois dele, e as duas alternativas explicam a insistência: se fosse anterior, Deus estaria submetido a uma norma independente dele; se fosse invenção posterior da sua vontade, ele poderia ter pensado contraditoriamente antes de inventá-la. O Deus eterno jamais existiu sem pensar de modo coerente.

A expressão precisa ser recebida no sentido em que foi dada. “Lógica” pode indicar Cristo como Logos pessoal e pode designar as leis formais que descrevem relações necessárias do pensamento, e Cheung aceita a identidade no primeiro sentido e, no segundo, prefere dizer que essas leis descrevem como Deus pensa e age,[7] distinção que evita converter uma pessoa divina numa coleção de regras.

A lei da não contradição afirma que uma proposição e a sua negação não podem ser ambas verdadeiras no mesmo sentido e ao mesmo tempo, e não funciona como decreto externo que constranja Deus: expressa a impossibilidade de o Deus da verdade negar a si mesmo (2 Timóteo 2.13). Dizer que ele não pode mentir revela fraqueza? Descreve perfeição imutável (Tito 1.2; Hebreus 6.18).

Alguns voluntaristas temem que qualquer necessidade limite a soberania e imaginam um poder tão indeterminado que Deus poderia tornar verdadeira uma falsidade, ou deixar de ser Deus. Esse "poder" inclui a autodestruição, e por isso não corresponde à onipotência bíblica. Deus faz tudo quanto deseja, e a vontade dele é a vontade do ser que ele eternamente é (Salmos 115.3; Isaías 46.10).

O oposto também deve ser recusado, e recusado com a mesma firmeza. A lógica não é forma vazia suficiente para deduzir o mundo ou a redenção, pois a lei da contradição pode mostrar que duas sentenças se excluem e não informa por si que Deus criou nem que Cristo morreu (Gênesis 1.1; 1 Coríntios 15.3). As premissas materiais vêm da revelação, e o axioma bíblico contém lógica em cada proposição enquanto oferece o conteúdo sobre o qual ela opera, e é por isso que a Escritura ocupa o lugar de primeiro princípio na epistemologia humana. Dizer apenas "Deus" deixa sem definição qual deus e quais pensamentos, não deixa? A Bíblia, essa comunica parte da mente divina em sentenças determinadas. Clark liga Deus, Escritura e lógica sem transformá-los em três axiomas concorrentes: o Deus racional revela seus pensamentos numa linguagem que exibe a estrutura da sua racionalidade.[8] A frase "a lógica é ferramenta" pode ser dita com toda inocência para descrever seu emprego na

análise, e fica enganosa quando sugere instrumento externo, moralmente neutro e descartável. Raciocinar validamente é pensar conforme relações que refletem a mente divina, e a lógica julga inferências humanas porque Deus pensa sem contradição, não porque filósofos chegaram a um acordo sobre regras úteis.

A verdade que é pessoa

Jesus declara: “Eu sou o caminho, e a verdade e a vida” (João 14.6). A frase é usada às vezes contra a verdade proposicional, como se verdade fosse pessoa encontrada e não conteúdo crido. Só que a identidade de Jesus e o significado da declaração dele chegam ao leitor por proposições, e sem informação ninguém saberia qual pessoa encontrou nem por que deveria chamá-la de verdade.

Clark examina o uso joanino de *alētheia* e mostra bem o caráter cognitivo do termo.[9] Uma testemunha diz a verdade quando relata o que viu, Jesus comunica o que ouviu do Pai, e discípulos conhecem verdade que os liberta (João 8.26; João 8.31-32). Até “praticar a verdade” pressupõe mandamento conhecido, porque a obediência não acontece contra o conteúdo intelectual: alguém há de saber o que deve fazer.

Cristo é a verdade porque a mente divina é fonte e medida de toda proposição verdadeira, e porque o Filho revela perfeitamente o Pai (João 14.9; Hebreus 1.3). A pessoalidade não substitui a proposição, ou seja, ela explica a origem viva da proposição. Uma sentença é

verdadeira quando corresponde ao que Deus pensa, e Deus nunca aprende esse conteúdo de uma realidade independente dele: as coisas são como são porque o decreto e o conhecimento dele é que as determinam. Esse último ponto pede cuidado, e concedo que a formulação pode assustar. Dizer que uma proposição é verdadeira porque Deus a pensa não torna a verdade caprichosa, uma vez que o pensamento divino expressa a natureza e a vontade imutáveis dele. Deus não poderia declarar que ele próprio não existe, nem que o Filho não é o Filho, porque acrescentar a palavra soberania não faz da contradição uma possibilidade.

A verdade criada depende de Deus em relações diferentes. Algumas proposições expressam a natureza necessária dele e outras descrevem o mundo que ele livremente decidiu criar: “Deus é verdadeiro” não poderia ter sido diferente, ao contrário de “Há um mar entre África e América”, que depende do decreto pelo qual ele organizou a terra. Nos dois casos, nenhuma verdade fica fora do conhecimento dele. A teoria da verdade como encontro, que Clark associa a Emil Brunner, procura uma revelação anterior ao conteúdo e admite que palavras conceitualmente falsas possam mediar a Palavra divina.[10] A proposta dissolve o critério pelo qual o encontro seria reconhecido, e o motivo é direto: um Deus capaz de revelar-se por meio de ensino falso, sem proposição normativa, também pode ser confundido com qualquer projeção psicológica. O Evangelho de João não abre essa margem. Foi escrito para que os leitores creiam que Jesus é o Cristo e tenham vida em seu nome (João 20.31), e crer exige um objeto proposicional, que ali está dito com todas as letras: Jesus é o Cristo, o Filho de Deus. Uma experiência intensa que negue essa verdade pode ser religiosa e continuar sendo anticristã.

Todas as coisas por meio dele

O Logos não se limita a comunicar interpretação sobre um universo que já existia. Todas as coisas vieram a ser por meio dele, e nada do que foi feito surgiu sem a ação dele (João 1.3), de modo que a inteligibilidade do mundo deriva da mente que o planejou, e ordem não emerge de matéria irracional por acidente, e sim ao contrário: a matéria existe dentro de uma ordem decretada pela Razão. Isso não concede à natureza poderes autônomos chamados leis. As regularidades são modos constantes pelos quais Deus causa acontecimentos, e o Logos sustenta todas as coisas pela palavra do seu poder (Hebreus 1.3; Colossenses 1.17), de maneira que a estrutura estudada pela ciência continua dependendo de atividade pessoal. Equações descrevem padrões, e não governam coisa alguma dos objetos que parecem obedecê-las. Uma lei física, escrita num livro, não causa nada. E não existe uma versão invisível da fórmula pairando sobre as partículas e obrigando-as a se mover: Deus produz cada estado e ordena relações que permitem à criatura formular generalizações prudentes, e o ocasionalismo encontra no Logos um fundamento mais profundo, porque a mesma Razão que criou é a que mantém a sucessão inteligível.

Isso torna o mundo plenamente dedutível para o homem? Não torna. Conhecemos o que Deus revela e formamos opiniões falíveis sobre muitos aspectos da criação; a regularidade não garante indução universal, e o sucesso da previsão não transforma a mente em observador onisciente, pois o Logos é quem assegura o mundo, e ao cientista que o estuda ele não concede divindade nenhuma.

Quando é que o milagre parece rompimento da racionalidade? Só depois que a regularidade da natureza foi promovida, sem julgamento algum, a poder independente de Deus. Uma ressurreição contradiz a expectativa construída sobre os mortos que vimos permanecer no túmulo, e não afirma que o mesmo homem esteja morto e vivo no mesmo sentido e ao mesmo tempo; quando Cristo chama Lázaro, a voz não briga com uma lei metafísica instalada no cadáver, nem persuade a matéria a abrir uma exceção (João 11.43-44). O Logos que sustenta o nascimento ordinário determina também a saída incomum do túmulo, e a diferença está no padrão e no propósito revelador, não numa presença maior de Deus no segundo acontecimento, e confesso que boa parte do constrangimento cristão diante dos milagres nasce de uma homenagem indevida que prestamos ao ordinário. Falamos da concepção, do crescimento e da consciência como se fossem explicados por processos autônomos, e depois pedimos desculpas quando Deus faz em três palavras aquilo que, todos os dias, já dependia inteiramente dele.

A mesma criação inteligível torna a linguagem possível. Deus nomeia e ordena, e fala ao homem desde o início; Adão recebe um mandamento antes de acumular experiência suficiente para inventar gramática, e entende que uma árvore determinada foi separada das demais por uma proibição (Gênesis 2.16-17).

A teoria segundo a qual os sons nasceram apenas de necessidades animais talvez descreva ruídos associados a perigos e desejos. O que ela não explica é como um sinal adquire significado universal, nega o que não está presente ou se refere a Deus, à justiça e ao eterno. O

animal grita diante da ameaça. O homem pode dizer que a ameaça de ontem não existe hoje, e nessa frase pequena ele já atravessou memória, negação e verdade, três regiões que nenhum movimento de matéria consegue transformar em sentido sem tomar emprestada a luz do Logos.

A luz dos homens

“Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens.” (João 1.4) João passa da criação à mente humana sem abandonar o Logos, e a luz de que ele fala não é energia mística distribuída em graus de iniciação: é o que torna possível conhecer. O homem pensa porque foi criado por uma Razão pessoal que lhe dá estrutura racional e conteúdo suficiente para responder diante dela.

A imagem de Deus não deve ser procurada primeiro na forma do corpo, e a razão está no próprio texto: Deus é espírito, e animais têm olhos, memória sensível e movimentos complexos sem por isso serem imagens divinas (João 4.24; Gênesis 1.26-27). Clark identifica o homem com a alma racional, o eu pensante capaz de receber proposições e responder à Palavra,[11] e a dignidade humana nasce dessa relação com o Criador.

Ser imagem significa ter parte da essência divina? Não significa. A mente humana é criada e finita, e depende de Deus continuamente; o pensamento dela pode coincidir em conteúdo com o pensamento de Deus sem igualar a extensão nem o modo de conhecimento dele.

Quando ambos conhecem que Cristo ressuscitou, a proposição conhecida é a mesma, e Deus conhece todas as relações dela eternamente enquanto o homem a recebe porque lhe foi revelada.

Negar essa coincidência destrói o conhecimento. Se toda ideia humana difere em significado da ideia divina, aquilo que chamamos verdade nunca alcança o que Deus sabe, e até a sentença "nosso conhecimento é apenas analógico" seria incapaz de comunicar a relação que ela mesma alega. A revelação exige algum conteúdo unívoco, ainda que a compreensão criada jamais seja exaustiva.

Isaías afirma que os pensamentos e os caminhos de Deus são mais altos do que os do ímpio convocado ao arrependimento (Isaías 55.7-9). A passagem contrasta a sabedoria divina com o pensamento pecaminoso, e não ensina uma lógica celestial em que a contradição seja verdadeira; o propósito do chamado é exatamente que o homem abandone seus caminhos e receba a palavra eficaz que sai da boca de Deus (Isaías 55.10-11). As leis lógicas são necessárias para a criatura porque refletem a estrutura do pensamento divino segundo a qual ela foi formada. Não foram abstraídas de experiências repetidas, e nenhuma coleção finita de casos demonstraria uma lei universal e necessária: a mente reconhece identidade e contradição porque Deus a estruturou para linguagem e inferência. Isso implica que recém-nascidos formulem silogismos conscientemente? Não implica, uma vez que capacidade e princípios podem estar presentes antes do desenvolvimento e da expressão.

Clark compara a mente a uma mensagem escrita em tinta invisível que se torna visível na ocasião da experiência,[12] analogia que procura evitar a folha em branco empirista sem atribuir onisciência à criança,

e Cheung, por seu lado, fala de um conhecimento inato de Deus suficiente para tornar o pecador indesculpável, e recusa usá-lo como primeiro princípio da teologia.[13] Sabemos o que a mente traz porque a Escritura o afirma. A intuição humana não autentica a revelação; a revelação explica por que até o incrédulo há de usar verdade e lógica para negar a fonte de ambas.

A racionalidade ferida

A queda removeu a imagem de Deus? Não removeu, e a prova está em que assassinar continua sendo crime grave depois do pecado, precisamente porque o homem foi feito segundo essa imagem (Gênesis 9.6; Tiago 3.9). A mente conserva estrutura racional e conhecimento inato, e o que mudou nela foi a disposição, que se tornou hostil: ela suprime verdade, ama a mentira e organiza argumentos para justificar autonomia, e os efeitos noéticos do pecado não significam que a lógica se corrompeu como lei, e a diferença aqui decide muita coisa. A contradição continua impossível, e o que o pecador faz é praticá-la, tolerá-la ou escondê-la quando isso serve ao desejo dele. O defeito está no pensamento que viola a racionalidade, e não numa lógica humana ontologicamente separada da divina. Romanos 1 descreve homens que conhecem Deus e se tornam nulos nos seus raciocínios (Romanos 1.21-23). A idolatria descrita ali não começa por ausência de informação: eles trocam a glória conhecida por imagens e recebem obscurecimento

como juízo. A filosofia deles expressa uma decisão moral, ainda que venha acompanhada de erudição impressionante.

O irracionalismo religioso pertence ao mesmo movimento. Kierkegaard eleva paradoxo e paixão contra o entendimento, e seguidores menos cuidadosos ficam com a atitude e dispensam a sofisticação, dizendo que o cristianismo precisa ser vivido, como se viver dispensasse saber quem é Cristo e o que ele ordenou. Clark mostra que uma contradição admitida impede qualquer negação posterior, porque quem permite que X e não-X sejam verdadeiros perdeu a capacidade de excluir toda e qualquer heresia.[14]

Há ainda um anti-intelectualismo devocional mais brando, que opõe cabeça e coração, doutrina e vida, conhecimento e amor. Na linguagem bíblica, coração designa com frequência o centro pensante da pessoa, e ama-se segundo juízos sobre aquilo que é bom. Um fervor sem verdade pode alimentar idolatria com sinceridade admirável.

E aqui preciso barrar uma conclusão que o próprio assunto pode alimentar no leitor intelectualmente faminto: acumular informação não produz santidade. Os demônios conhecem proposições verdadeiras e tremem (Tiago 2.19); um teólogo pode defender a Trindade para preservar a carreira, e um polemista pode desmontar erros alheios porque a vitória lhe oferece um prazer que a obediência nunca ofereceu. O problema, nesses casos, não é excesso de verdade, como se a cura fosse voltar à devoção imprecisa, e sim uma disposição má diante de uma verdade que já se conhece. O conhecimento sem amor é pecado quando a mente se recusa a seguir até a vida as consequências daquilo que confessa. Conheço a

tentação, e conheço porque a lógica entrega armas limpas a motivações sujas: ela permite construir um argumento válido sobre premissas escolhidas por conveniência, descobrir o erro menor do irmão e exibi-lo como prova de superioridade, transformar um debate que deveria servir à Igreja num palco em que o vencedor sai maior e Cristo permanece apenas no cartaz.

Nada disso é racionalidade do Logos por demonstrar habilidade formal. A mentalidade da carne sabe usar silogismos, e o que ela não suporta é que o mesmo princípio aplicado ao adversário volte sobre o próprio desejo e o condene. A razão cristã começa quando a verdade recebe esse direito de retorno, quando o homem prefere perder a disputa a conservar uma premissa falsa, e quando o rigor deixa de ser adorno de uma identidade intelectual para virar forma de submissão ao propósito moral que Deus revelou.

Iluminação e regeneração

João chama o Logos de luz verdadeira que ilumina todo homem, e a afirmação não ensina salvação universal (João 1.9). Todos recebem racionalidade criada e conhecimento que os torna responsáveis, e muitos amam as trevas porque suas obras são más (João 3.19-20). A luz revela e condena antes de libertar.

Na regeneração, Deus não instala uma faculdade irracional chamada fé. Ele ressuscita a mente hostil e causa assentimento ao evangelho, e Clark relaciona a vida eterna com ouvir a palavra e crer naquele que

enviou Cristo, mostrando que a crença resulta da obra vivificadora do Espírito.[15] O morto, esse não inicia operação alguma por decisão autônoma.

Paulo descreve a iluminação com a linguagem da criação: o Deus que ordenou luz nas trevas brilha no coração para conhecimento da glória divina na face de Cristo (2 Coríntios 4.6). Cheung destaca, com acerto, que o objeto dessa iluminação é o evangelho e que o efeito dela ocorre no entendimento.[16] O Espírito contorna proposições? Abre a mente para recebê-las, que é coisa bem diferente. Essa ação continua sendo ocasionalista. O pregador fala, o texto é lido, o argumento é apresentado, e Deus causa compreensão e assentimento na ocasião desses meios, porque nenhuma vibração física se converte por si em significado, e o Logos ensina interiormente enquanto servos advertem exteriormente, formulação que Clark desenvolve a partir de Agostinho.[17] “Interiormente” não quer dizer revelação subjetiva separada da Bíblia; quer dizer que Cristo causa na mente o conhecimento da verdade comunicada. A voz do mestre humano apresenta sinais e não tem acesso causal autônomo à alma do ouvinte, o que humilha de uma vez o pregador que se atribui conversões e o professor que imagina transferir conhecimento como quem passa um objeto de um recipiente a outro.

A santificação prossegue pela verdade. Jesus ora: “Santifica-os na tua verdade; a tua palavra é a verdade” (João 17.17), e o Espírito renova a imagem aumentando conhecimento, corrigindo inferências e produzindo obediência; experiências podem acompanhar o processo, e precisam ser interpretadas pela Palavra para adquirir conteúdo espiritual. A esperança cristã também é racional, porque esperar a

ressurreição é crer que Deus cumprirá promessas determinadas, e a confiança pessoal não flutua sem proposições: ela depende de quem prometeu, do que prometeu e da fidelidade de quem prometeu. O Logos fornece objeto e certeza.

Lógica não salva

Uma objeção pastoral aparece aqui, e é séria: se Cristo é Razão e a fé envolve assentimento, a salvação não seria desempenho intelectual reservado aos capazes de seguir argumentos complexos? A conclusão confunde o conteúdo crido com a sofisticação da exposição. Uma criança pode entender que Jesus salva pecadores sem conseguir formalizar o silogismo envolvido, e o Espírito concede fé conforme a medida e as condições que ele ordenou.

A lógica não é mediadora adicional entre Deus e o homem. Cristo salva, e o Cristo verdadeiro é conhecido em proposições coerentes. Ninguém é justificado por identificar falácias ou dominar símbolos formais, e o ladrão na cruz recebeu promessa suficiente porque sua fé dependia da graça e não de currículo (Lucas 23.42-43).

Ainda assim, simplicidade não santifica contradição. A criança que crê tem pensamento inteligível: afirma alguma coisa e exclui a negação dela, e o crescimento cristão deve aumentar a capacidade de reconhecer relações no texto.

Daí a advertência que fecha a seção, e ela tem dois lados, porque um conhecimento que não salva também não pode ser convertido em

propriedade de classe nem descartado como perigo, e usar o crente simples como desculpa para manter a Igreja inteira intelectualmente infantil revela interesse institucional em dependência.

Seminários e professores podem servir à maturidade, e trabalham contra ela quando o conhecimento é convertido em propriedade de classe: o especialista apresenta títulos para encerrar uma questão que deveria resolver por exegese, o membro aprende a desconfiar da própria leitura antes de avaliar o argumento, e a estrutura preserva autoridade humana enquanto professa proteger a verdade.

O outro extremo despreza formação e chama espontaneidade de unção. Líderes sem disciplina pronunciam contradições e respondem à correção alegando que a letra mata, e a frase de Paulo, tirada do contraste entre administrações da aliança, passa a condenar o estudo da própria carta em que aparece (2 Coríntios 3.6).

Onde os dois vão dar? No mesmo lugar: a comunidade não examina o ensino. O corpo vivo cresce quando cada membro é equipado para pensar sob Cristo, e mestres trabalham para que os irmãos compreendam, não para tornar a própria função indispensável. A diversidade de dons permanece. A verdade não se divide em uma versão esotérica para líderes e outra simplificada até a deformação para os demais.

“Lógica humana” e mistério divino

Alguns cristãos dizem que a lógica de Deus difere da lógica humana. Talvez pretendam apenas confessar que a sabedoria dele supera a nossa, e isso é verdadeiro; o problema começa quando a frase passa a permitir que a contradição seja real para nós e a harmonia apenas para Deus, porque aí a revelação é ininteligível.

Clark pergunta se todos os cães podem ter dentes para Deus enquanto alguns cães, como os spaniels, não os têm.[18] O exemplo parece trivial porque a objeção também é. Se uma inferência válida se torna inválida na mente divina, palavra alguma conserva sentido comum entre Criador e criatura, e “Deus é bom” poderia significar para ele aquilo que nós chamamos de mal.

Mistério bíblico pode ser verdade antes oculta e depois revelada, como a inclusão dos gentios (Efésios 3.4-6), ou informação que Deus não decidiu comunicar. Em nenhum dos dois casos significa contradição verdadeira. O cristão confessa limites sem afirmar proposições que se anulam, e há questões para as quais temos parte da resposta: sabemos que Deus é um em essência e três em pessoas, e não conhecemos exaustivamente o modo da existência dele.

A informação revelada permanece coerente, de modo que exigir compreensão infinita antes de crer seria pretensão, ao mesmo tempo que aceitar o absurdo como devoção seria infidelidade.

A frase “acima da razão” pede a mesma cautela, porque pode indicar algo não dedutível de premissas naturais ou algo além da nossa descoberta independente. A encarnação é acima da razão nesse

sentido, já que só a revelação informa que ela ocorreu. Contra a razão ela não é: depois de revelada, pode ser formulada sem contradição.

E o apelo a uma lógica divina diferente costuma proteger tradição. Quando deduções bíblicas ameaçam uma doutrina querida, declara-se que ambas as posições devem ser mantidas em tensão, e a palavra piedosa impede que o elo inválido seja examinado. O Logos não precisa de contradição para preservar sistemas humanos.

Razão, poder e ação

Goethe colocou Fausto diante de João 1.1 e fez o personagem substituir Palavra por sentido, depois por poder e finalmente por ação; Clark lê a cena como oposição romântica deliberada ao Logos,[19] na qual a vida pareceria mais verde do que a teoria, e a experiência mais profunda do que o pensamento. E com que Goethe argumenta contra a Razão? Com relações lógicas e palavras de significado definido, isto é, com aquilo mesmo que ele quer destronar.

O cristianismo não precisa escolher entre pensamento e ação. O Logos que conhece cria, e a Palavra que revela também sustenta e julga. Poder divino não é energia irracional procurando direção: executa conselho sábio, e ação sem proposição seria movimento sem finalidade conhecida.

Essa unidade alcança o expansionismo. Os milagres não competem com teologia, e estudo não substitui o poder do Espírito, uma vez que

o mesmo Cristo fala verdade e cura corpos; quando a Igreja escolhe entre rigor intelectual e manifestação, ela divide artificialmente o ministério daquele em quem sabedoria e poder permanecem unidos. O cessacionismo costuma conservar uma doutrina formal do Logos e esperar pouca ação presente, enquanto o entusiasmo espera poder e negligencia coerência. Os dois devem ser julgados pela revelação inteira. A mente renovada recebe promessa e pede, e a experiência que resulta disso retorna ao texto para ser interpretada. Também a vida racional de Romanos 12 inclui o corpo oferecido em sacrifício, porque pensar corretamente produz obediência (Romanos 12.1-2): a verdade moral traz consequências para a ação, e o homem que conhece e recusa continua racionalmente estruturado, e mesmo assim age contra a razão divina que reconhece. A santificação reúne assentimento e prática sob a causação do Espírito.

A mente sob o Logos

Cristo não é patrono de uma elite intelectual. É a luz de todo homem, o Criador por quem todas as coisas existem e o Redentor que concede vida aos escolhidos (João 1.9; Colossenses 1.16; João 10.28), e a racionalidade dele fundamenta tanto a capacidade do camponês que compreende uma promessa quanto a do teólogo que examina uma inferência difícil. Diferenças de treinamento criam diferenças de natureza espiritual? Não criam.

Submeter o pensamento ao Logos exige mais do que evitar falácias formais. As premissas hão de vir da Escritura, os desejos devem ser julgados, as instituições devem aceitar correção, porque uma dedução impecável a partir de tradição falsa continua falsa. A lógica serve à verdade porque pertence ao Deus da verdade.

Essa submissão liberta a investigação. Não há por que temer que uma conclusão verdadeira destrua Cristo, se toda verdade está na mente dele; o cristão pode examinar história e linguagem com rigor, reconhecer erro de mestre estimado e corrigir a própria formulação, e a lealdade ao Logos é justamente o que torna possível uma gratidão sem idolatria.

Quando a Igreja negligencia a vida intelectual, entrega membros a sistemas que oferecem explicações rivais, e depois tenta preservar fidelidade por autoridade institucional, por proibição ou por entretenimento, e o retorno passa pela meditação paciente na Palavra e pela reconstrução das inferências que ligam doutrina à vida.

A mentalidade do Espírito pensa segundo aquilo que Deus revelou. Não considera humildade celebrar incoerência, nem chama autonomia de razão. Recebe a mente de Cristo como dom e aprende, progressivamente, a desejar as consequências da verdade que confessa (1 Coríntios 2.16).

No princípio

O Logos estava antes de todo objeto criado, de toda linguagem humana e de cada tentativa filosófica de explicar a racionalidade. Estava com Deus e era Deus. Todas as coisas surgiram por meio dele (João 1.1-3), e é por isso que o mundo e a mente podem relacionar-se dentro de uma ordem sustentada pela mesma Razão.

As leis lógicas não pairam acima da Trindade e tampouco foram inventadas por criaturas: descrevem a coerência necessária do pensamento divino, que nós conhecemos porque o Logos nos fez à sua imagem e nos comunicou proposições. “Deus é Lógica” continua sendo expressão legítima quando “Lógica” nomeia pessoalmente o Logos, ou a atividade racional inseparável de Deus, e fica inadequada se reduz Cristo a formalidade impessoal.

A verdade é proposicional e pessoal sem se duplicar em duas espécies, porque as proposições verdadeiras expressam o que Deus pensa e Cristo é a Verdade que revela o Pai e é a fonte viva de toda inteligibilidade. O que significa, então, encontrá-lo? Ouvir as palavras dele. E amá-lo? Receber o conteúdo pelo qual ele se dá a conhecer. O pecado obscurece a mente sem destruir a estrutura dela; a graça ilumina pelo conhecimento da glória de Deus na face de Cristo, e a santificação prossegue pela Palavra verdadeira (2 Coríntios 4.6; João 17.17). A renovação intelectual pertence, portanto, ao centro da vida espiritual, e não a um ornamento para cristãos inclinados à filosofia. Quando o Logos ocupa seu lugar na consciência da Igreja, a razão deixa de ser rival da fé, o poder deixa de ser rival da doutrina e a liderança deixa de ser rival da

compreensão dos membros. O corpo aprende a pensar e a agir sob o Cabeça, reconhecendo em cada verdade recebida uma participação criada e dependente no pensamento do Deus que jamais se contradiz.

Notas

1. Gordon H. Clark, *O Logos joanino*, cap. 2, “O Prólogo”. ↩
2. Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, caps. 14 e 15, “Deus é Lógica” e “Cristo, a Razão”. ↩
3. Clark, *O Logos joanino*, cap. 2, discussão de Heráclito, estoicismo, Filo e o pano de fundo veterotestamentário. ↩
4. João 7.25-52. ↩
5. Clark, *O Logos joanino*, cap. 2, discussão da Tradução do Novo Mundo e de João 1.1. ↩
6. Gordon H. Clark, *Logic*, pós-escrito “God and Logic”. ↩
7. Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 14. ↩
8. Clark, *Logic*, pós-escrito “God and Logic”, seções “Logic and God” e “Logic and Scripture”. ↩
9. Clark, *O Logos joanino*, cap. 4, “Verdade”. ↩
10. Ibid., discussão da verdade como encontro em Emil Brunner. ↩

11. Clark, *Logic*, pós-escrito “God and Logic”, seção “Logic in Man”. ↩
12. Gordon H. Clark, *Senhor Deus da Verdade*, especialmente as discussões de agostinianismo, sensação e Mestre interior. ↩
13. Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 16, “Conhecimento inato do homem”. ↩
14. Clark, *O Logos joanino*, cap. 4, discussão de Kierkegaard, e cap. 5, sobre o anti-intelectualismo. ↩
15. Clark, *O Logos joanino*, caps. 5 e 6. ↩
16. Vincent Cheung, *A Luz das Nossas Mentes*, cap. 3, exposição de 2 Coríntios 4.4-6. ↩
17. Clark, *Senhor Deus da Verdade*; ver também Agostinho, *De Magistro*, na seção documental da mesma obra. ↩
18. Clark, *Logic*, pós-escrito “God and Logic”. ↩
19. Clark, *O Logos joanino*, cap. 2, discussão do *Fausto* de Goethe. ↩

CAPÍTULO 4 — DA PALAVRA AO SISTEMA

> *“As quais também falamos, não com palavras que a sabedoria humana ensina, mas com as que o Espírito Santo ensina, comparando as coisas espirituais com as espirituais.” (1 Coríntios 2.13)*

Entre citar e pensar

Um cristão pode encher páginas de versículos e ainda não ter demonstrado a doutrina que deseja defender. A presença material da Bíblia num argumento não assegura que o significado dela foi compreendido, nem que as passagens pertencem à mesma questão, nem que a conclusão realmente segue delas, e há sermões em que a Escritura aparece em abundância e governa pouquíssimo: uma sucessão de frases sagradas dispostas ao redor de uma opinião que já estava formada antes da leitura começar.

O problema oposto também existe. Um teólogo constrói um sistema de grande coerência, define termos com cuidado e relaciona muitas

doutrinas, e as premissas decisivas dele vieram de uma tradição filosófica que jamais foi submetida ao texto. Nesse caso a lógica serve com fidelidade exemplar a um ponto de partida errado, e a beleza do edifício não conserta o terreno em que ele inteiro se apoia.

O escrituralismo atravessa os dois perigos. Receber a Bíblia como primeiro princípio exige mais do que repeti-la, visto que Deus comunicou proposições cujas relações precisam ser compreendidas, e exige mais do que admirar sistemas cristãos, cuja formulação humana continua julgável pela revelação, de sorte que entre a citação isolada e a especulação está o trabalho racional de deduzir.

Deduzir é o quê, exatamente? É a inferência em que a conclusão segue necessariamente das premissas: se todos os homens pecaram e Paulo é homem, então Paulo pecou (Romanos 3.23). A conclusão não acrescenta informação independente, e sim torna explícita uma relação que já estava contida no que foi afirmado, de modo que negá-la enquanto se mantêm as premissas viola a racionalidade do Logos que sustenta toda comunicação verdadeira. É por essa necessidade que as consequências válidas da Escritura têm autoridade. Quando Deus afirma premissas que implicam uma conclusão, a conclusão expressa parte do conteúdo do pensamento dele, ainda que nenhuma sentença bíblica a apresente naquela forma verbal. O homem não cria verdade ao organizar o silogismo. Descobre, pela graça, aquilo que as palavras divinas já exigiam antes que ele começasse a raciocinar.

O trabalho é espiritual precisamente por ser racional, e o Espírito que inspirou as premissas não conduz mente alguma por inferência inválida (João 16.13; 2 Pedro 1.21). Orar por iluminação e desprezar

definição produz uma piedade que pede a Deus para abençoar a confusão; estudar lógica sem submeter os pressupostos à Palavra produz uma racionalidade formalmente hábil e materialmente rebelde.

Um concílio diante da consequência

Homens desceram da Judeia a Antioquia ensinando que gentios não poderiam ser salvos sem circuncisão. Paulo e Barnabé contestaram a afirmação, e a controvérsia alcançou intensidade suficiente para que a igreja os enviasse a Jerusalém, onde apóstolos e presbíteros se reuniram para examinar a questão; alguns crentes vindos do partido dos fariseus repetiram ali que os convertidos deveriam guardar a lei de Moisés.

Depois de longa discussão, Pedro lembrou o que Deus fizera na casa de Cornélio: o Espírito havia sido concedido aos gentios, os corações deles foram purificados pela fé, e colocar sobre eles o jugo que Israel não suportara seria tentar Deus (Atos 15.7-11; Atos 10.44-47). A assembleia silenciou enquanto Barnabé e Paulo narravam os sinais feitos entre as nações.

Tiago tomou então a palavra, e repare no que ele não fez: não se limitou a celebrar a experiência missionária. Comparou-a com o anúncio profético de que as nações buscariam o Senhor (Atos 15.15-18; Amós 9.11-12), e foi a concordância entre a ação divina e a Escritura que permitiu reconhecer que Deus formava dentre os

gentios um povo para o seu nome. Tiago propôs que não fossem perturbados com a exigência judaizante, ainda que recebessem instruções necessárias à comunhão e à santidade, e a decisão foi escrita e enviada às igrejas por mensageiros escolhidos, com a carta declarando que parecera bem ao Espírito Santo e à comunidade não impor o fardo contestado (Atos 15.1-29).[1] A cena mostra doutrina nascendo de controvérsia real, na qual uma prática tradicional ganhava aparência de obrigação salvífica. O concílio ouviu testemunho, examinou a ação de Deus e interpretou a Escritura, e nenhum desses elementos funcionou sozinho: as experiências precisavam de sentido bíblico, e a profecia precisava ser aplicada à situação que agora a cumpria.

Foi um acordo político entre partidos? Não foi, e a estrutura do caso impedia que fosse. Se a circuncisão fosse necessária para a justificação, recusá-la destruiria o evangelho; se não fosse, impô-la como condição acrescentaria obra à graça, e a conclusão não admitia meio-termo, e unidade e verdade só permaneceriam juntas se a comunidade identificasse qual proposição seguia do ensino divino. Os apóstolos tinham autoridade singular, o que impede usar Atos 15 como modelo simples de democracia eclesiástica. Mesmo assim eles raciocinam publicamente: Pedro oferece premissas, Tiago interpreta um profeta, a carta comunica razões. Autoridade apostólica não dispensa inteligibilidade, porque o Espírito governa também a compreensão da comunidade que recebe a decisão.

E a frase “pareceu bem ao Espírito Santo e a nós” diviniza a instituição (Atos 15.28)? Não diviniza. O concílio fala sob condução apostólica confirmada pelo texto e pela obra de Deus, e reuniões

posteriores não herdam infalibilidade por imitarem a fórmula: uma assembleia pode declarar que o Espírito decidiu e revelar, pela falta de fundamento bíblico, que falou em nome próprio.

O conteúdo do axioma

A fórmula “a Bíblia é a Palavra de Deus” identifica a fonte e o estatuto do primeiro princípio, e não deve ser tratada como a única sentença da qual todas as doutrinas seriam formalmente deduzidas. George Mavrodes pressionou Clark nesse ponto: da frase isolada não se conclui que Davi foi rei sem uma premissa adicional sobre aquilo que a Bíblia diz.[2] A crítica acerta contra qualquer apresentação que confunda o nome do axioma com o conteúdo dele.

Qual é esse conteúdo, então? O cânon inteiro, em sua totalidade proposicional, incluindo tanto que a Bíblia é Palavra de Deus quanto tudo aquilo que essa Palavra afirma, e quando dizemos que o sistema parte da Escritura, “Escritura” não é som vazio nem capa de livro: designa o conjunto de proposições inspiradas. Clark esclarece isso na resposta a Mavrodes, mostrando que a lista canônica define o termo e que o conteúdo bíblico é que fornece as premissas das deduções.[3] Essa precisão afasta uma caricatura frequente. O escrituralista não tenta extrair doutrina de um objeto físico chamado Bíblia, como se tinta, papel e encadernação contivessem conclusões por alguma virtude material; ele parte do que Deus comunica por meio do texto. As narrativas afirmam acontecimentos, os mandamentos comunicam

deveres, e as perguntas podem carregar pressuposições que o contexto julga, de sorte que a diversidade literária modifica a forma da comunicação sem dissolver o conteúdo inteligível dela.

O cânon tampouco recebe autoridade da instituição que o reconhece. Uma assembleia pode identificar corretamente os escritos apostólicos, organizar a leitura deles e rejeitar falsificações, e o voto dela não transforma palavra humana em discurso divino, porque reconhecimento é ato falível dirigido a uma realidade anterior. Quando a Igreja institucional afirma ter criado a Bíblia que depois a governa, ela se comporta como o servo que, tendo aberto a carta do rei, reivindica autoria porque rompeu o selo, e as traduções tornam essa distinção entre sinais e proposições ainda mais visível. Palavras portuguesas não são inspiradas por pertencerem a certo vocabulário, e uma versão pode errar; ainda assim ela comunica verdade quando expressa fielmente o pensamento do texto. A solução para a divergência não está em imaginar acesso místico a autógrafos perdidos, e sim em comparar linguagem, examinar contexto e declarar o grau real da dificuldade, porque Deus não tornou o conhecimento dependente de uma pronúncia sagrada inacessível à maior parte do seu povo.

Tome a doutrina da Trindade. Nenhum versículo isolado apresenta a formulação conciliar inteira: a Escritura ensina que há um só Deus, chama o Pai de Deus, atribui divindade ao Filho, distingue pessoalmente o Espírito e lhe atribui obras divinas (Deuteronômio 6.4; João 1.1; Atos 5.3-4). A doutrina sistemática organiza essas afirmações e exclui as interpretações que sacrificam alguma delas, e a palavra “Trindade” resume o resultado sem acrescentar quarta

pessoa à revelação nem conceder autoridade independente ao vocabulário conciliar.

O mesmo vale para “ocasionalismo”. O termo não aparece no cânon, e a legitimidade dele depende de representar proposições bíblicas sobre criação, providência e dependência da criatura: se a doutrina exige uma eficácia autônoma que o texto nega, ou elimina ações reais que o texto atribui aos homens, a definição precisa ser corrigida. Nome técnico nenhum ganha imunidade por utilidade histórica ou pelo prestígio acumulado de seus defensores. O sistema, portanto, não vem de uma sentença curta usada como chave mágica. Vem da revelação inteira comparada consigo mesma, na qual uma passagem fornece a premissa, outra determina o limite e uma terceira impede a conclusão precipitada. É a unidade do autor divino que torna possível essa comparação sem apagar os contextos humanos.

Boa e necessária consequência

A Confissão de Fé de Westminster afirma que todo o conselho de Deus necessário à sua glória e à fé e vida do homem está expressamente declarado na Escritura ou pode ser deduzido por boa e necessária consequência.[4] A expressão protege duas verdades ao mesmo tempo: há ensino explícito e há conteúdo implícito, e este último só tem autoridade quando a consequência é necessária.

“Boa” significa apenas edificante, ou tradicionalmente aceita? Não significa nem uma coisa nem outra, pois uma inferência pode

produzir efeito pastoral agradabilíssimo e continuar inválida. A bondade da consequência inclui a conformidade dela com as regras do pensamento verdadeiro e com o conjunto das premissas reveladas.

“Necessária” exclui o salto em que a conclusão apenas parece provável, possível ou conveniente. Se a conclusão pode ser falsa enquanto todas as premissas permanecem verdadeiras, não houve dedução válida: talvez exista ali um argumento prudencial, uma hipótese ou uma opinião, e essas categorias têm lugar na vida humana, sem que possam ser pregadas com a autoridade de “assim diz o Senhor”. Boa parte do abuso teológico acontece quando a probabilidade recebe vestes de necessidade e passa a governar consciências que Deus deixou livres. Muitos argumentos do dia a dia aparecem como entimemas, com uma premissa escondida porque o orador a considera evidente. “Esta prática é antiga, logo deve ser preservada” depende da premissa de que a antiguidade produz obrigação, e uma vez exposta a suposição, o ouvinte pode perguntar onde foi que Deus a revelou. A clareza lógica incomoda estruturas de poder, e incomoda por um motivo bem concreto: ela tira da conclusão o abrigo da frase solene e obriga a liderança a mostrar o que foi que ela introduziu entre o texto e o dever imposto.

Uma consequência necessária tem autoridade menor que a premissa, como se Deus governasse apenas frases diretamente citáveis e deixasse as implicações delas ao arbítrio humano? Cristo demonstra o contrário contra os saduceus. Deus se apresenta a Moisés como Deus de Abraão, Isaque e Jacó muito depois da morte dos patriarcas, não é Deus de mortos, e daí o Senhor conclui a realidade da

ressurreição (Êxodo 3.6; Mateus 22.31-32). A doutrina não estava formulada no texto do Êxodo com as palavras usadas no debate, e estava implicada na relação que Deus declarou manter com os patriarcas,[5] pois a falibilidade está no nosso ato de interpretar e deduzir, não na relação objetiva entre as verdades. Se as premissas foram mesmo afirmadas por Deus e a conclusão não pode ser negada sem negá-las, recusar a consequência é uma forma indireta de recusar a revelação.

Esse princípio também impede que o "implícito" sirva de licença para a criatividade doutrinária. O implícito necessário já pertence ao conteúdo; o apenas possível não pertence. Um pregador talvez encontre aplicação comovente numa pedra, numa cor ou no número de personagens de uma narrativa, e a emoção da audiência não transforma associação em inferência, nem a novidade interpretativa demonstra profundidade espiritual diante do Deus que conhece cada premissa. Às vezes a conclusão necessária contraria o interesse que motivou a pesquisa, porque o intérprete esperava justificar determinada tradição e descobre que as premissas dele conduzem ao abandono dela. É nesse instante que aparece a diferença entre o sistema como serviço e o sistema como identidade: o primeiro aceita correção porque deseja a verdade; o segundo altera definições, acrescenta exceções e acusa quem perguntou, pois precisa conservar de pé a casa intelectual em que aprendeu a se sentir seguro.

Paulo raciocina a partir de cronologia quando argumenta que a lei, dada séculos depois, não anula a promessa feita a Abraão (Gálatas 3.15-18), e a conclusão teológica ali depende de fatos do texto e de uma relação lógica entre pacto anterior e administração posterior.

Chamar isso de racionalismo estranho à fé seria acusar o apóstolo de usar método não espiritual. O método tem limites, e vale nomeá-los. Uma inferência baseada em silêncio só é necessária se a revelação pretender oferecer enumeração exaustiva naquele ponto, já que o fato de um relato não mencionar determinada ação não prova que ela não tenha ocorrido; o silêncio pesa quando o texto declara totalidade, ou quando a conclusão contrária destruiria informação expressa. Também é preciso distinguir consequência de associação verbal. Duas passagens usarem a mesma palavra não garante que tratem do mesmo conceito, e palavras diferentes podem comunicar proposições relacionadas, de sorte que o intérprete deve identificar o significado no contexto antes de montar o argumento, porque a concordância eletrônica encontra ocorrências, e não faz exegese nem decide qual proposição cada ocorrência comunica onde está.

Validade, verdade e solidez

Um argumento é válido quando a forma dele torna impossível ter premissas verdadeiras e conclusão falsa, e a validade não assegura coisa alguma sobre a verdade das premissas. “Todos os apóstolos eram anjos; Pedro era apóstolo; logo, Pedro era anjo” segue forma válida e chega a uma falsidade, porque começou de premissa falsa e nenhum arranjo formal converte falsidade em verdade.

Um argumento sólido reúne forma válida e premissas verdadeiras, e na teologia isso exige interpretar corretamente a Escritura antes de

deduzir. O lógico pode trabalhar com precisão sobre uma tradução equivocada ou um contexto mutilado e produzir conclusão que o texto jamais ensinou, pois a forma não purifica o conteúdo que a vontade humana escolheu enfiar nas premissas. Clark encerra a exposição da dedução lembrando que a lógica nunca conduz ao erro, a não ser que o raciocínio comece de premissas falsas.[6] A ressalva pesa de modo especial no pensamento cristão, porque Deus fornece premissas infalíveis e o homem pode citá-las pela metade, alterar o sentido delas ou acrescentar suposição própria sem anunciar que o fez, e por isso a frase “deduzido da Bíblia” ainda pede demonstração. Quais são as premissas? Onde aparecem? Como foram interpretadas? Que forma liga cada uma à conclusão? Um sistema autoral que esconde esses elos exige confiança no teólogo em vez de submissão à Palavra.

Há conclusões simples, como a mortalidade de determinado homem sob premissas universais, e outras que dependem de muitas proposições e distinções, de modo que quanto mais extensa a cadeia, maior a oportunidade de erro humano, ainda que a necessidade objetiva não diminua quando todos os elos são válidos. A prudência deve acompanhar a complexidade sem converter verdade em relativismo, nem dificuldade humana em indeterminação da Palavra. É essa distinção que permite falar de graus de confiança na interpretação sem atribuir graus à verdade. A proposição ou é verdadeira ou é falsa; o meu conhecimento das premissas e da inferência é que pode ser mais ou menos seguro, e confessar essa diferença é humildade intelectual, e declarar que toda doutrina é mera perspectiva dissolve a própria possibilidade de correção.

Definir para não trocar de assunto

Há discussões teológicas que sobrevivem por décadas sem que os participantes percebam que deixaram de discutir a mesma coisa, e “liberdade” dá um caso quase perfeito. Um homem usa a palavra para indicar ausência de coerção física, o outro pensa na capacidade de agir segundo o próprio desejo, e um terceiro, ouvindo os dois, conclui que ambos defenderam independência em relação ao decreto. A conversa conserva a mesma sequência sonora e troca de objeto no meio do caminho, como dois amigos que combinam encontrar-se no banco e um deles espera na agência enquanto o outro senta ao sol da praça, cada um convencido de que o distraído é o ausente.

Clark recomendava um teste simples e, exatamente por ser simples, devastador: troque o termo pela definição dele e veja se o argumento continua de pé.[7] Faça isso com “fé”. Se na premissa ela significa assentimento à verdade revelada e na conclusão passa a significar uma emoção religiosa, o silogismo ganhou um quarto termo clandestino, e a piedade da palavra não o torna válido, e é aqui que definir deixa de ser exercício escolar para ser disciplina moral. Dizer que o pecado é transgressão da lei não oferece apenas uma lista de atos ruins (1 João 3.4); identifica aquilo que reúne a mentira, o roubo e qualquer transgressão que ainda não tenha sido catalogada. Do mesmo modo, “Trindade”, “inerrância” e “providência” são palavras legítimas porque economizam proposições que podem ser abertas e conferidas na Escritura, e servem de esconderijo quando a tradição pronuncia o nome e pede ao leitor que aceite, junto com o som, uma

doutrina que ela nunca demonstrou. Já vi “graça” carregar mérito, “unidade” exigir silêncio e “submissão” significar imunidade de liderança, e o truque funciona porque o vocabulário chega vestido de ortodoxia, e duas pessoas podem usar palavras diferentes e afirmar a mesma verdade; duas igrejas podem recitar a mesma confissão e adorar deuses conceitualmente distintos. A unidade do corpo não se mede pela coincidência da senha, e sim pelo conteúdo que cada membro confessa diante do Cabeça.

Um autor tem toda a liberdade de declarar o uso técnico de um termo. O que ele não tem é o direito de alterar em silêncio uma palavra carregada pela história e depois reivindicar para a novidade dele o prestígio da doutrina antiga, e a honestidade começa quando o nome deixa de proteger aquilo que a definição exporia.

Exegese antes da síntese

Compreender o que determinado texto afirma no contexto dele é tarefa da exegese, que observa gramática, interlocutores e desenvolvimento do argumento, enquanto a teologia sistemática reúne as proposições obtidas e examina as relações delas sob a unidade da revelação. Separar as duas tarefas destrói as duas. Sem exegese, o sistema seleciona frases para confirmar uma arquitetura anterior. Sem sistema, o intérprete trata cada passagem como ilha e pode atribuir a Paulo uma doutrina que contradiz João. O autor divino não distribuiu verdades incompatíveis entre escritores, e a

síntese é o que oferece controle contra leituras locais que produziriam conflito.

O contexto imediato tem prioridade para determinar o uso de uma palavra, e o contexto canônico impede que esse uso seja interpretado contra doutrinas estabelecidas. Em Tiago, “justificar” aparece numa discussão sobre a demonstração da fé pelas obras; em Romanos, Paulo trata da declaração pela qual o pecador recebe justiça sem obras (Tiago 2.18-24; Romanos 3.28; Romanos 4.5), de modo que repetir o mesmo glossário sem olhar o argumento fabrica uma contradição que não existe.

Interpretação gramatical equivale a literalismo incapaz de reconhecer figura? Não equivale. Quando Jesus chama Herodes de raposa, o gênero e o uso indicam metáfora cuja proposição pode ser expressa em linguagem direta (Lucas 13.32), e Clark sustenta que as figuras dependem de conteúdo literal para serem inteligíveis.[8] A história ajuda a exegese ao esclarecer as circunstâncias, os idiomas e as controvérsias em que os textos nasceram, e não é fonte de doutrina concorrente: se uma reconstrução acadêmica exige que o texto inspirado afirme o contrário do que diz, o método histórico foi promovido a juiz. O pesquisador cristão recebe os dados com gratidão e mantém visível a hierarquia de autoridade.

Comparar sem achatar

“Comparando coisas espirituais com espirituais” expressa uma disciplina que reconhece a unidade da fonte. Uma doutrina recebe luz de várias passagens, e o significado de uma proposição pode depender de relações que atravessam o cânon; comparar, porém, não é remover diferenças históricas nem transformar toda narrativa em afirmação abstrata idêntica.

A revelação progressiva acrescenta precisão ao que foi dado. A promessa da descendência em Gênesis não contém, para o leitor inicial, toda a cristologia formulada depois (Gênesis 3.15; Gálatas 3.16), e o cumprimento em Cristo não contradiz o começo, de sorte que o sistema completo usa a informação posterior porque foi Deus quem decidiu ampliar o conteúdo conhecido. A tipologia exige cuidado semelhante. Pessoas e instituições anteriores podem prefigurar Cristo porque a Escritura estabelece a relação, e não porque a imaginação encontrou semelhança: o cordeiro pascal pertence à interpretação da cruz por testemunho canônico (Êxodo 12.5-13; 1 Coríntios 5.7), enquanto uma coincidência engenhosa entre os números de duas narrativas pode não ter autoridade nenhuma.

O cânon também distribui ênfases. João apresenta sinais para que creiamos, Paulo desenvolve implicações da justificação (João 20.30-31; Romanos 5.1-2), e não precisamos obrigar cada autor a dizer tudo em cada passagem, porque a unidade permite diversidade de propósito quando o conteúdo reunido forma um pensamento coerente. Há leituras que se chamam “cristocêntricas” e introduzem

Cristo nos textos por associação livre. Toda a Escritura participa do conselho que culmina nele, e ainda assim a relação precisa ser demonstrada: um sermão pode pronunciar o nome de Jesus vinte vezes e usar o Antigo Testamento como pretexto para ideias que o autor inspirado não comunicou. A comparação responsável trabalha nas duas direções, pois o texto local oferece premissa ao sistema e o sistema retorna como limite contra interpretação contraditória. Isso é círculo vicioso? Não é, uma vez que a correção acontece por conteúdo adicional e por relações explicitadas, e cada revisão deve aproximar a formulação do conjunto revelado.

O que é um sistema

Um sistema é um conjunto de proposições relacionadas sob um primeiro princípio, e na teologia cristã não se trata de gavetas onde doutrinas independentes ficam guardadas. O que afirmamos sobre Deus determina a providência, a providência afeta a oração, a antropologia governa a responsabilidade, e mexer numa peça decisiva produz consequências em regiões distantes do edifício.

Cheung define teologia como estudo e formulação sistemática das informações reveladas por Deus,[9] e doutrina é o conjunto de proposições bíblicas sobre um assunto, de maneira que a sistematização torna visíveis relações que a leitura fragmentária deixaria escondidas. Conhecer a Deus, portanto, exige mais do que acumular fatos sem ordem.

Um sistema é verdadeiro porque responde a todas as perguntas? Não é, e filosofias falsas provam isso ao oferecer explicação abrangente sobre premissas inventadas. A força cristã está no primeiro princípio verdadeiro e na validade das consequências, porque abrangência sem revelação apenas estende o erro por mais território. A coerência também não basta, embora seja necessária. Um romance bem planejado pode evitar contradições internas, e a teologia recebe a verdade da Palavra e usa a coerência como expressão do Deus que não mente (Tito 1.2); quando uma construção contradiz a Escritura, a elegância só torna a queda mais lamentável. A sistematização envolve escolha de ordem pedagógica. Podemos começar uma confissão pela Escritura ou por Deus, e a verdade das doutrinas não muda desde que as relações sejam preservadas; este livro começa pela voz porque o conhecimento humano de Deus vem da revelação, e outra obra pode organizar o mesmo conteúdo em sequência diferente sem adotar axioma rival. Também existem níveis de sistema, já que uma confissão resume proposições fundamentais e um tratado extenso acompanha objeções e deduções. O cristão comum tem alguma teologia sistemática mesmo sem escrevê-la, porque as crenças dele sobre Deus e sobre a salvação se relacionam, talvez com contradições que ele nunca percebeu. O estudo consciente serve para corrigir essa arquitetura.

Conhecer Deus e conhecer doutrina

A frase “conhecer Deus é diferente de conhecer sobre Deus” costuma proteger uma experiência religiosa contra o exame intelectual, e se a distinção for absoluta, ninguém consegue identificar a pessoa conhecida, porque dizer que o encontro foi com o Deus trino, e não com uma projeção, exige proposições sobre a identidade dele.

Cheung pressiona esse anti-intelectualismo ao mostrar que oração, adoração e amor ficam indefinidos antes da teologia,[10] pois para adorar alguém é preciso saber a quem se dirige e o que ele ordenou (João 4.22-24), e até um relacionamento pessoal envolve comunicação de pensamentos, e uma intimidade sem conteúdo não distingue Cristo de ídolo.

Isso significa que recitar doutrina já seja comunhão? Não significa. O homem pode conhecer proposições verdadeiras e odiar as consequências delas, enquanto conhecer Deus em sentido salvífico inclui o assentimento produzido pela regeneração e a relação pactual na qual a verdade é recebida, de sorte que a diferença está na disposição diante do conteúdo, e não na ausência dele. O slogan “dê-me Jesus, não exegese” pede um Cristo separado do testemunho que o identifica. Se o Jesus desejado concorda com a Escritura, ele foi conhecido por alguma interpretação; se a contradiz, trata-se de outra pessoa. A exegese pode ser ruim, e dispensada é que ela não pode ser. A instituição explora essa falsa oposição quando acusa as perguntas doutrinárias de esfriar a espiritualidade. Um membro percebe que determinada prática não tem fundamento, a liderança responde que o importante é amar Jesus e preservar a comunhão, e o

apelo soa piedoso enquanto impede que as palavras de Jesus julguem a prática. O conhecimento sistemático tem também valor contemplativo, porque Deus é o objeto mais digno da mente e compreender as relações dos atributos dele não precisa justificar-se por utilidade imediata, pois a vida será transformada, e ainda assim o conhecimento de Deus já é um bem em si. Reduzir teologia a ferramenta pastoral mede o Criador pelas necessidades humanas.

Certeza e opinião

Conhecimento e opinião não são a mesma coisa, e o escrituralismo mantém a distinção. As proposições reveladas e as consequências necessárias podem ser conhecidas porque vêm da verdade divina, enquanto muitas decisões do dia a dia dependem de informação falível e de inferências não dedutivas, nas quais agimos por prudência sem elevar expectativa a certeza.

Um médico pode julgar que determinado tratamento ajudará um paciente, com base em casos anteriores, e a crença é razoável para a ação sem ser conhecimento infalível do futuro, porque Deus não prometeu que a regularidade observada se repetirá naquela pessoa. Reconhecer esse limite impede o tratamento? Impede idolatrar o prognóstico, que é outra coisa.

Na teologia aparece diferença semelhante entre doutrina demonstrada e reconstrução provável: a data exata de um evento pode ser discutida a partir de indícios, e a ressurreição de Cristo é

afirmada pela revelação, e colocar as duas no mesmo nível gera dogmatismo sobre a data ou ceticismo sobre o evangelho.

As tradições costumam transformar opiniões exegéticas em teste de comunhão. Uma cronologia, um modelo político ou um detalhe escatológico recebe autoridade porque identifica o grupo, e a confissão cresce ao redor de lealdades históricas até passar a excluir membros que não negaram consequência necessária nenhuma da Escritura. O extremo inverso chama todas as doutrinas de opinião para conservar a paz, e aí a Trindade e a divindade de Cristo são apresentadas como interpretações entre outras, com uma tolerância que nasce da recusa em distinguir demonstração de hipótese. Uma Igreja sem possibilidade de conhecimento pode preservar organização, e já não preserva fé. A humildade fala com força proporcional à prova. Onde a inferência é necessária, ela teme negar a conclusão; onde faltam premissas, recusa preencher o silêncio com autoridade pessoal. Essa disciplina permite convicção sem arrogância e abertura sem relativismo.

O intérprete falível

A Escritura é infalível, e o intérprete não adquire essa propriedade ao abri-la. Pode errar na tradução, ignorar o contexto, raciocinar invalidamente, e a falibilidade dele explica a necessidade de correção, não a impossibilidade de compreender. Se falibilidade significasse erro inevitável em toda interpretação, ninguém poderia

sequer conhecer que a Bíblia é infalível. Um homem capaz de errar também é capaz de concluir corretamente, e a tarefa consiste em tornar premissas e inferências públicas para que sejam examinadas.

O testemunho do Espírito causa certeza e entendimento sem transformar o sujeito em nova fonte canônica. A iluminação não substitui hermenêutica, e quando dois cristãos alegam condução espiritual para conclusões contraditórias, ao menos um deles atribuiu ao Espírito pensamento próprio. O texto é a norma diante da qual os dois se colocam. A comunidade ajuda, porque outros membros percebem pressupostos que o indivíduo naturalizou: um irmão conhece o idioma, outro recorda a passagem esquecida, e um terceiro sofre diretamente a aplicação proposta, e nenhuma dessas funções cria infalibilidade, e juntas elas servem à correção sob o Cabeça. Essa igualdade elimina os mestres? Não elimina. O estudo prolongado oferece competência real, e o corpo deve honrar trabalho fiel; o professor serve quando apresenta demonstração mais rigorosa, e converte dom em estrutura de poder quando pede submissão por currículo em vez de argumento. Desconfio tanto do especialista que esconde uma premissa quanto do rebelde que chama qualquer correção de institucionalismo. A mente renovada não precisa escolher entre servidão e isolamento: recebe ajuda, pergunta com honestidade e permanece cativa à Palavra.

Confissões, credos e fronteiras

Os credos condensam deduções que a Igreja precisou formular diante do erro. Niceia não inventou a divindade do Filho: reuniu linguagem capaz de excluir a leitura ariana, e a palavra extrabíblica ali serviu à preservação do conteúdo bíblico. Esse serviço merece gratidão histórica.

As confissões também tornam a liderança responsável, porque uma comunidade pode comparar o sermão com a doutrina publicamente assumida e impedir que cada novo dirigente reconstrua a fé conforme a preferência dele, e o documento funciona como mapa compartilhado, desde que todos lembrem qual é o território que dá sentido ao mapa. E o mapa pode conter erro. Uma expressão nascida em controvérsia específica pode carregar ambiguidade depois, e uma dedução aceita por séculos pode precisar de correção; a antiguidade aumenta a nossa obrigação de ouvir os argumentos acumulados, e não altera a autoridade da conclusão.

A subscrição confessional deve distinguir o núcleo demonstrado, as formulações prudenciais e as matérias abertas. Quando tudo recebe o mesmo peso, a instituição protege a própria identidade por excesso de dogmas; quando nada é vinculante, o nome denominacional deixa de comunicar crença alguma. O corpo vivo de Cristo ultrapassa fronteiras confessionais sem existir numa névoa doutrinária. Membros podem reconhecer uns nos outros a fé no mesmo Senhor e ainda assim discutir sistemas, porque a unidade espiritual dá razão para buscar a verdade juntos, e não para abandonar o debate, ao contrário da idolatria doutrinária, que aparece quando o sistema

humano passa a ser objeto de lealdade. Um teólogo pode defender cada frase da escola dele se admitir erro ameaça comunidade, carreira e a memória de mestres amados, e nesse momento o sistema deixou de organizar a Palavra e passou a organizar as proteções do eu.

Limites da sistematização

Deuteronômio distingue as coisas encobertas, que pertencem a Deus, das reveladas, que pertencem a nós e a nossos filhos (Deuteronômio 29.29). A sistematização cristã trabalha com o que foi dado, e não atravessa o limite por especulação para depois apresentar a descoberta como doutrina profunda.

Perguntas legítimas podem ficar sem resposta. Como cada pessoa divina experimenta a comunhão trinitária? Que propósito particular Deus tem num sofrimento que a Escritura não interpreta? A revelação oferece verdades suficientes sobre Trindade e providência sem satisfazer toda curiosidade, e inventar pormenores não honra o desejo de conhecer.

Mistério, nesse sentido, nomeia uma verdade revelada cuja extensão não temos, e não uma licença para afirmar contradições. Sabemos que Deus é um em essência e três em pessoas porque ele comunicou as duas proposições, e não sabemos tudo quanto poderia ser conhecido dessa vida trinitária. Quem declara que Deus é uma pessoa e três pessoas sob o mesmo aspecto acrescentou incoerência

em vez de confessar profundidade, e a reverência começa por guardar o conteúdo recebido e calar exatamente onde a revelação cala. Há também limite de dedução, porque a conclusão não pode conter informação ausente das premissas: a lógica reorganiza e explicita, e não cria dado nenhum. Clark insiste nesse ponto ao distinguir a necessidade da lógica da insuficiência de uma forma vazia.[11] Da lei da contradição, sozinha, não se deduz a encarnação.

Um sistema introdutório tem ainda limite editorial, pois seleciona relações fundamentais sem fingir que esgota cada controvérsia, e o perigo aparece quando a brevidade se disfarça de solução definitiva, e é melhor apontar a premissa que precisa de investigação do que preencher o espaço com conclusão ornamental. A linguagem humana impõe necessidade de definições, e não impossibilidade de verdade. Nenhum parágrafo captura tudo quanto Deus sabe sobre um atributo, e pode perfeitamente afirmar verdade suficiente, porque a finitude reduz a extensão do conhecimento sem converter cada proposição em aproximação falsa. O sistema deve permanecer aberto à correção pela Escritura e fechado à contradição. “Aberto” não é estar pronto para abandonar qualquer doutrina sob pressão cultural, e sim disposto a revisar inferência humana quando o texto demonstra o erro; “fechado” significa que proposições realmente reveladas não estão esperando a atualização do século. Existe uma tentação de confundir sistema com totalidade do conhecimento divino. O tratado mais amplo continua sendo seleção finita de verdades e relações, escrita por alguém que esqueceu livros, entendeu algumas passagens com dificuldade e talvez tenha protegido um pressuposto sem perceber, e essa memória da finitude deveria tornar o autor corrigível sem torná-lo tímido diante daquilo

que foi demonstrado. A mente do Espírito não é fragmentária, e criatura nenhuma pode reivindicar para o esquema dela a exaustividade que pertence somente à mente de Deus.

Da doutrina à obediência

Uma consequência necessária pode julgar práticas que a antiguidade nunca nomeou. A Escritura não menciona as tecnologias atuais, e os mandamentos dela sobre verdade e propriedade alcançam o uso delas (Êxodo 20.15-16; Efésios 4.25), porque a aplicação é inferência moral: identifica as características da situação e pergunta quais preceitos as governam. As aplicações podem envolver incerteza factual. Sabemos que mentir é pecado, e talvez não saibamos se determinada pessoa falou falsamente (Provérbios 12.22); a norma continua certa enquanto o juízo do caso exige prova (Deuteronômio 19.15), e instituições cometem injustiça quando transferem a certeza da lei para uma acusação não demonstrada.

Romanos 12 chama a apresentação do corpo de culto racional e liga o discernimento à renovação da mente (Romanos 12.1-2). A doutrina produz obediência quando a verdade reorganiza juízos e desejos, e essa passagem não oferece uma espiritualidade posterior ao sistema: mostra a finalidade vital do pensamento verdadeiro.

A mentalidade da carne separa o que confessa do que pratica. Defende soberania e teme circunstâncias como se elas escapassem ao decreto, afirma suficiência e procura direção em presságios, exalta

graça e organiza poder por mérito institucional, e o sistema expõe essas fraturas justamente por colocar as proposições lado a lado. O Espírito é quem causa a coerência vivida, trazendo à lembrança a Palavra, iluminando relações e produzindo vontade de obedecer (João 14.26; Filipenses 2.13), de modo que a criatura não é causa autônoma da aplicação e participa conscientemente na ocasião ordenada. O pensamento sistemático prepara a mente para reconhecer o que Deus está fazendo. A Igreja ensina sistemas para equipar membros, não para fabricar repetidores (Efésios 4.11-14), e cada cristão deve ser capaz de seguir a cadeia essencial daquilo que crê. Uma comunidade madura teme a pergunta "como isso segue da Escritura?" Uma comunidade madura entende essa pergunta como oportunidade de serviço ao Logos.

A Palavra pensada

Deus não entregou frases desconexas. A mente dele é una, a revelação dele é coerente, e cada proposição ocupa relações determinadas com as outras, de maneira que passar da Palavra ao sistema é tornar essas relações explícitas por interpretação responsável e inferência válida.

O axioma inclui o conteúdo integral do cânon, e não apenas uma fórmula sobre autoridade. A boa e necessária consequência comunica aquilo que as premissas divinas implicam, enquanto probabilidade e prudência continuam sendo categorias distintas; as

definições preservam a identidade dos termos, e a exegese fornece o conteúdo sobre o qual a síntese trabalha. Os sistemas humanos servem como mapas revisáveis. As confissões, os tratados e as escolas podem conservar descobertas verdadeiras e corrigir gerações inteiras, e nenhum deles recebe direito de esconder premissa ou exigir lealdade contra o texto. A Igreja-corpo pensa em comunidade sob a autoridade direta do Cabeça. Essa disciplina prepara a passagem da voz para a realidade que ela governa. Quando as proposições sobre criação, decreto e providência são comparadas, a soberania deixa de ser adjetivo devocional e assume forma de doutrina necessária, e o Deus que fala é também aquele que faz todas as coisas segundo o conselho da sua vontade (Efésios 1.11). O sistema não acrescenta esse governo à Escritura, e sim remove os obstáculos humanos que impediam a mente de enxergar a extensão daquilo que Efésios já dizia.

Notas

1. Atos 15.1-35. ↩
2. George I. Mavrodes, “Revelation and Epistemology”, em Gordon H. Clark, *Clark and His Critics*, especialmente a discussão sobre o que pode ser deduzido do axioma. ↩
3. Gordon H. Clark, “Reply to George I. Mavrodes”, em *Clark and His Critics*. ↩
4. Confissão de Fé de Westminster, 1.6. ↩

5. Êxodo 3.6; Mateus 22.23-33. ↩
6. Gordon H. Clark, *Logic*, cap. 11, “The Deduction of the Syllogism”. ↩
7. Ibid., cap. 3, “Definition”. ↩
8. Gordon H. Clark, *Religião, razão e revelação*, cap. “Inspiração e linguagem”; ver também *Language and Theology*, cap. 15, “A Christian Construction”. ↩
9. Vincent Cheung, *Theology*, cap. “The Study of Theology”. ↩
10. Ibid., cap. “The Nature of Theology”. ↩
11. Clark, *Logic*, pós-escrito “God and Logic”; Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 18, “Axioma e prova”. ↩

PARTE II — A CAUSA

CAPÍTULO 5 — O DEUS QUE FAZ TODAS AS COISAS

> *“Nele, digo, em quem também fomos feitos herança, havendo sido predestinados, conforme o propósito daquele que faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade;” (Efésios 1.11)*

A soberania que conservou apenas o nome

Poucas afirmações encontram recepção tão fácil entre cristãos quanto dizer que Deus é soberano. A palavra aparece em cânticos, em orações públicas e nas explicações oferecidas a quem sofre, e o prestígio dela parece intacto. A dificuldade começa quando perguntamos o que essa soberania determina.

Muitos aceitam que Deus governe o conjunto da história, desde que as decisões particulares continuem sendo produzidas por poderes que ele apenas observa, limita ou aproveita depois de formadas, e a coroa é mantida enquanto o reino se divide entre incontáveis centros de decisão. A fórmula popular “Deus está no controle, mas não

controla tudo” revela o problema com uma honestidade involuntária. Controle que não alcança tudo pode significar influência superior, habilidade de responder ou capacidade de reparar consequências, e já não designa o governo daquele cujo conselho jamais falha. A frase preserva uma impressão devocional ao preço de esvaziar o conceito que pronuncia, e o ouvinte recebe consolo verbal enquanto continua entregue a um universo cujos acontecimentos decisivos podem nascer fora da vontade divina.

Essa redução costuma apresentar-se como defesa do próprio Deus. Se ele determinasse cada acontecimento, dizem, seria difícil explicar a responsabilidade humana, a realidade do mal e a sinceridade da oração, e a preocupação merece exame, porque nenhuma doutrina cristã pode proteger a soberania destruindo a santidade ou a justiça.

Onde está o erro, então? Em permitir que dificuldades posteriores revisem as proposições claras antes que cada uma seja compreendida. Um atributo não fica menos verdadeiro porque as consequências dele exigem trabalho. Efésios 1.11 não afirma apenas que Deus tem um conselho, nem apenas que faz algumas intervenções conforme esse conselho: Paulo atribui a ele a operação de todas as coisas segundo a vontade dele (Efésios 1.11)[1], e o quantificador governa a frase, e qualquer exceção precisa ser demonstrada pelo texto, não importada para aliviar a filosofia do leitor. Se ações humanas, acidentes ou decisões políticas forem retirados de “todas as coisas”, o apóstolo terá empregado uma universalidade que a teologia depois se encarregaria de corrigir. A soberania absoluta significa que tudo quanto acontece está compreendido no propósito de Deus e chega à existência sob o

governo infalível dele: nada o surpreende, nenhuma vontade criada completa uma deficiência do plano, e acontecimento nenhum obriga o Criador a improvisar. Essa definição ainda não resolve todas as perguntas sobre meios e responsabilidade, e oferece o ponto a partir do qual elas podem ser respondidas sem que o Deus bíblico seja trocado por um administrador poderoso de uma realidade parcialmente independente.

Confesso que a expressão pode pesar sobre a mente antes de consolá-la. É fácil louvar a providência quando ela conduz José do cárcere ao governo, e é bem mais difícil confessá-la quando a cisterna ainda está escura (Gênesis 37.24; Gênesis 41.39-41; Gênesis 50.20). Só que uma soberania incapaz de alcançar a cisterna também não poderia prometer que o caminho dali tem propósito, e o consolo cristão começa exatamente onde termina a possibilidade de um acontecimento órfão.

O conselho antes do mundo

Chamamos decreto a decisão eterna de Deus acerca de tudo quanto acontece, e a palavra não descreve uma ordem pronunciada dentro do tempo, como se Deus primeiro observasse possibilidades e depois escolhesse uma delas, e sim o conselho pelo qual a história inteira foi determinada antes que existissem matéria, duração ou criatura capaz de oferecer informação. O mundo não forneceu circunstâncias às quais Deus precisasse reagir.

A Confissão de Westminster afirma que Deus, desde toda a eternidade, ordenou livre e imutavelmente tudo quanto acontece pelo seu conselho sábio e santo,[2] e cada advérbio dessa frase fecha uma tentativa de reduzir a doutrina: a eternidade exclui improvisação, a liberdade impede que qualquer realidade exterior constranja a escolha divina, e a imutabilidade assegura que o propósito não será corrigido por fatos posteriores. Sabedoria e santidade qualificam o conselho inteiro, inclusive onde a razão dele permanece oculta à criatura. Não devemos imaginar uma série de decretos independentes reunidos como decisões administrativas, pois Deus conhece todas as proposições num pensamento eterno, e o propósito dele tem unidade correspondente. Falar em "decretos", no plural, ajuda a distinguir objetos da nossa reflexão, como a criação, a queda e a redenção, e não divide a mente divina em momentos sucessivos: aquilo que para nós se estende por séculos está diante dele sem descoberta e sem revisão.

Isaías apresenta o Senhor desafiando os ídolos a anunciar o futuro. Ele declara o fim desde o princípio, chama do Oriente o agente do seu propósito e assegura que fará tudo quanto deseja (Isaías 46.9-11).[3] A predição divina tem certeza porque manifesta decisão, e não porque Deus contempla um futuro produzido por outro poder, de modo que o acontecimento anunciado será executado pelo mesmo Senhor que o anunciou, de sorte que a profecia torna audível uma parte do conselho, e não transforma observação antecipada em soberania. O decreto é ainda racional, além de eterno e livre. Deus não escolhe entre alternativas por impulso irracional, nem executa um plano cujo sentido lhe permaneça estranho: o conselho dele é sabedoria, e cada relação interna da história corresponde ao

pensamento verdadeiro daquele que é Logos. A nossa incapacidade de descobrir determinada razão não introduz ausência de razão em Deus, e a diferença entre segredo e absurdo precisa ser preservada, porque o primeiro reconhece o limite da criatura e o segundo atribuiria incoerência ao Criador.

Uma pergunta aparece imediatamente: se tudo foi decretado, por que a história se desenvolve? Porque o decreto inclui uma ordem temporal real. Deus determinou que a promessa viesse antes do cumprimento, que a semeadura viesse antes da colheita e que Cristo entrasse no mundo na plenitude dos tempos (Gálatas 4.4), e a eternidade do conselho não torna simultâneos os acontecimentos criados: funda a sequência em que cada um recebe lugar e relação.

Jonas sob vento, sorte e misericórdia

Jonas é um profeta relutante colocado dentro de uma providência que não negocia a finalidade dela. Deus ordena que ele vá a Nínive e o profeta embarca na direção oposta; então o Senhor lança forte vento sobre o mar, e marinheiros aterrorizados descarregam o navio enquanto cada homem clama ao seu deus, até que o capitão desce ao porão e desperta o único que dormia. Lançam sortes para descobrir por causa de quem veio a calamidade, e a sorte cai sobre o fugitivo. Os marinheiros ainda remam para alcançar terra, embora o mar fique cada vez mais violento, e só depois de lançarem Jonas às águas

é que a tempestade cessa, e um grande peixe, preparado pelo Senhor, engole o profeta e o devolve vivo depois de três dias.

A palavra vem outra vez, agora acompanhada de obediência, e Nínive se arrepende diante da mensagem. Jonas se irrita com a misericórdia divina e espera fora da cidade pelo juízo que desejava contemplar. Deus prepara então uma planta para lhe dar sombra, no dia seguinte prepara um verme que fere a planta, e em seguida envia um vento abrasador, e o profeta que lamenta a morte de um arbusto é confrontado pelo Senhor acerca de uma compaixão que ele não compreendeu (Jonas 4.6-11).[4] O relato aguenta uma providência reservada aos momentos espetaculares? Fica mutilado. A tempestade e o peixe recebem atenção porque excedem a nossa experiência comum, e a planta, o verme e o vento pertencem ao mesmo governo, até a sorte lançada por marinheiros pagãos alcançando o homem que Deus decidiu confrontar (Jonas 1.7; Provérbios 16.33). Grande e pequeno são medidas da percepção humana, e não distribuem graus de soberania.

Jonas age segundo o desejo dele: compra passagem, desce ao navio, procura escapar. Os marinheiros também deliberam, resistem à solução apresentada e temem derramar sangue inocente, e a narrativa não reduz pessoas a objetos sem intenção. Ao mesmo tempo, intenção criada nenhuma inaugura uma história concorrente, de sorte que a fuga é o caminho pelo qual o profeta aprende a impossibilidade de fugir, e a resistência dos marinheiros termina no temor do Senhor (Jonas 1.16). O propósito divino atravessa também a pregação e a resposta da cidade. Deus determinou o anúncio como meio do arrependimento, em vez de transportar os ninivitas ao

resultado sem palavra, e o decreto contém o mensageiro contrariado, a mensagem breve e o efeito que nenhum dos dois poderia garantir. Os meios recebem necessidade histórica por pertencerem ao conselho, e não porque o conselho dependesse de forças autônomas guardadas dentro deles.

Há também misericórdia onde Jonas queria apenas o juízo. A soberania divina jamais foi poder vazio, separável do caráter de quem governa: o Deus livre decide compadecer-se, sustentar pagãos em alto-mar e ensinar o seu servo por meio de uma sombra passageira. A liberdade dele significa indiferença moral? Significa que bondade e justiça vêm dele sem que autoridade nenhuma acima dele as imponha. A cena deixa uma inquietação que a leitura piedosa costuma suavizar depressa demais, porque Deus governa a desobediência do profeta sem aprová-la, conduz homens por decisões voluntárias e usa criaturas insignificantes para fazer a vontade dele. Se admitirmos a presença divina apenas depois que cada agente produziu a parte dele, o enredo perde a unidade que o próprio narrador atribui ao Senhor.

Decreto não é previsão

Conhecimento do futuro e decreto não são sinônimos, porque Deus conhece pela abrangência da mente dele sobre toda verdade e decreta quando determina o que fará na história. A distinção impede confundir onisciência com soberania, e separar as duas de modo que

o futuro seja conhecido como fato independente faria da ciência divina uma recepção eterna de informações produzidas pelas criaturas.

Uma teologia da previsão costuma dizer que Deus escolheu o plano dele depois de contemplar o que homens livres fariam em diversas condições, e nesse esquema é a criatura que fornece o dado decisivo, enquanto a eleição divina organiza uma resposta. Westminster rejeita explicitamente que alguma coisa tenha sido decretada por ter sido prevista como futura, ou como resultado de determinada condição.[5] A previsão não move o conselho, porque o que ainda não foi decretado não tem realidade independente com que informar o Criador.

Deus conhece possibilidades contrafactuais: sabe o que Tiro teria feito diante dos sinais feitos em Corazim, e o que os homens de Queila fariam se Davi permanecesse na cidade (Mateus 11.21; 1 Samuel 23.11-13). Esse conhecimento entrega às possibilidades um mundo próprio? Não entrega. Elas são relações verdadeiras conhecidas por Deus, e só o conselho determina qual história existirá, de sorte que possibilidade conhecida não é realidade que negocia com o decreto. O problema da previsão autônoma aparece quando perguntamos por que o futuro contemplado será exatamente aquele. Se a decisão criada ainda não existe e nada a determina, nem mesmo Deus poderia conhecê-la como verdade definida; se ela já tem determinação suficiente para ser infalivelmente conhecida, a alegada independência desapareceu, porque a certeza do conhecimento divino e a indeterminação metafísica do acontecimento não podem ocupar o mesmo aspecto.

A presciência bíblica carrega com frequência relação de favor e propósito, sobretudo quando Deus conhece o povo dele, e mesmo onde o termo indica cognição antecipada a Escritura nunca o apresenta como substituto do conselho. Cristo foi entregue segundo determinado desígnio e presciência, e os dois termos não autorizam transformar a cruz em descoberta antecipada (Atos 2.23), porque Herodes, Pilatos e as nações fizeram aquilo que a mão e o propósito divinos haviam predeterminado (Atos 4.27-28). A mente carnal prefere um Deus que prevê sem determinar, porque imagina estar preservando uma região de autoria exclusiva. E depois exige que esse mesmo Deus garanta promessas, governe consequências e conduza todas as coisas ao bem, isto é, quer infalibilidade no resultado sem determinação suficiente do caminho, como se a providência pudesse recolher decisões independentes e ainda assegurar que nenhuma delas tornasse impossível a finalidade prometida.

Um decreto, toda a história

Fins e meios estão igualmente compreendidos no conselho divino. Deus não decreta apenas que Paulo chegará a Roma: inclui o navio, a advertência aos soldados e as tábuas pelas quais os sobreviventes alcançam terra (Atos 27.22-24, 42-44), assim como determina a salvação do seu povo junto com a encarnação, a cruz e a proclamação do evangelho. Retirar os meios em nome do decreto seria negar parte daquilo que foi decretado. Essa verdade corrige o fatalismo, que imagina um resultado inevitável por força impessoal, indiferente aos

atos praticados no caminho. A providência é o propósito pessoal do Deus sábio, que ordena acontecimentos relacionados e dá sentido ao uso dos meios: o agricultor planta porque a colheita decretada inclui o trabalho dele, e o cristão proclama porque Deus decidiu salvar pela palavra anunciada (Romanos 10.14-17; 1 Coríntios 1.21).

A oração ocupa lugar semelhante, ainda que a relação dela com o conselho peça tratamento próprio. O pedido não informa a Deus uma necessidade esquecida, nem altera um plano mal calculado: ele decretou as respostas e decretou também as orações que as antecedem, de modo que a dependência consciente do filho participa da história determinada pelo Pai. A imutabilidade que parece ameaçar a oração é justamente o que impede a promessa de mudar enquanto o crente pede. As decisões humanas são acontecimentos incluídos no mesmo conselho, e por isso a Escritura pode dizer que o coração do homem traça o caminho dele e que o Senhor estabelece os passos dele, sem dividir a realidade em duas metades (Provérbios 16.9).

Deliberação existe, razões são avaliadas, vontades escolhem, e tudo isso acontece dentro da história que Deus ordenou. A responsabilidade será compreendida a partir de mandamento e intenção, e não de uma independência impossível de conciliar com o decreto universal.

Nem todo acontecimento tem igual valor moral ou redentivo. A crucificação ocupa o centro da história da salvação, e a queda de um pardal pode passar sem registro humano (Mateus 10.29), e os dois pertencem ao governo divino: diferença de importância para nós não cria uma classe de fatos pequenos demais para o conselho, nem

grandes demais para a execução. Quando a instituição eclesiástica reserva a providência para as eleições, os concílios e os projetos que deseja legitimar, a doutrina é usada como instrumento de propaganda. Uma vitória administrativa é chamada de confirmação de Deus, e o sofrimento do membro ferido é tratado como consequência privada, embora o mesmo governo alcance a ascensão do líder e o testemunho daquele que ele tentou silenciar. Invocar soberania só a favor da estrutura é transformar o decreto em selo religioso de quem já tem poder.

O Deus que nada recebe para ser Deus

Antes de perguntar o que Deus faz, precisamos lembrar quem age. Ele tem vida em si mesmo e não é servido como se precisasse de alguma coisa; ao contrário, concede vida, respiração e tudo o mais (João 5.26; Atos 17.25). A asseidade significa que a razão da existência dele está nele, sem causa anterior e sem relação da qual dependa, e que criaturas podem deixar de existir sem reduzir a plenitude divina.

Westminster confessa que Deus tem em si toda vida e bem-aventurança, sendo suficiente para si mesmo e não recebendo glória das criaturas,[6] de sorte que quando elas o glorificam, apenas manifestam uma excelência que já pertence a ele. O louvor aumenta o ser dele? A rebelião diminui a perfeição dele? Nem uma coisa nem outra. Projeto divino nenhum nasce de carência que o universo

devesse preencher, e é essa independência que separa o propósito cristão do mito de um deus solitário que cria para arranjar companhia. O Pai, o Filho e o Espírito existem eternamente na plenitude da vida divina, e a criação vem de vontade livre e sábia, e não de vazio afetivo, pois Deus ama as criaturas dele porque decidiu comunicar bondade segundo o seu conselho, e não porque precisasse delas para se tornar amoroso.

Ele também não recebe informação. Um governante humano depende de conselheiros porque ignora fatos e pode errar ao relacioná-los; Deus conhece o fim desde o princípio, e ninguém lhe ensinou entendimento (Isaías 46.10; Isaías 40.13-14). Falar então do conselho dele implica uma reunião interior na qual alternativas antes desconhecidas fossem apresentadas? Não implica nada disso, e sim a perfeita racionalidade de uma decisão eterna.

A idolatria institucional inverte essa relação quando sugere que o reino de Deus fracassará sem determinada organização. Cristãos podem servir fielmente numa estrutura, e algumas obras vão desaparecer por negligência real, e ainda assim o Cabeça não recebe da corporação a existência, nem o poder, nem a continuidade, porque a Igreja viva depende de Cristo; Cristo não depende da sobrevivência jurídica das instituições que pronunciam o nome dele (Colossenses 1.18; Mateus 16.18). Deus tampouco divide soberania por precisar de colaboradores. Ele dignifica criaturas ao ordenar a participação delas, e servo nenhum completa uma insuficiência do Senhor, verdade que humilha o líder que se considera indispensável e consola o membro cuja fidelidade ficou invisível, porque o conselho

avança por meio dos dois sem contrair dívida ontológica com nenhum.

Criação sem matéria anterior

“No princípio criou Deus” estabelece uma diferença anterior a todas as distinções internas do universo (Gênesis 1.1): de um lado está o Criador, que já é, e do outro surgem céus e terra porque ele fala, e a matéria não ofereceu resistência inicial, nem forma potencial que limitasse a obra. Deus criou do nada, isto é, sem material preexistente e sem cooperador exterior.[7] Criação do nada descreve o nada como se fosse alguma substância obscura? Não descreve. Significa que tudo quanto existe fora de Deus recebe dele a totalidade do próprio ser, de maneira que a luz e a extensão começaram sob a palavra divina, e com elas o tempo e as mentes. O primeiro capítulo de Gênesis repete “e houve” porque a ordem pronunciada não encontra poder rival entre a vontade e o resultado (Gênesis 1.3; Salmos 33.9), e João aprofunda a mesma universalidade ao dizer que todas as coisas vieram a existir por meio do Logos e que, sem ele, nada do que existe teria sido feito (João 1.3). Onde caberia a exceção? A forma da frase a exclui: qualquer realidade não divina pertence à classe das coisas feitas, seja visível ou invisível, e anjos e almas não escapam da dependência por serem imateriais.

O mundo também não é parte de Deus. Se a criação fosse emanação necessária da substância divina, a distinção entre Criador e criatura

se dissolveria, e o mal estaria introduzido na própria essência de Deus, e a Escritura apresenta antes a vontade, a palavra e a obra: Deus decide que exista aquilo que antes não existia. A criatura é realmente outra que não Deus, e nunca é independente dele. Essa distinção impede atribuir divindade à natureza, porque o céu anuncia glória em virtude de ter sido feito (Salmos 19.1), e não como manifestação autônoma de um espírito cósmico.

A terra, o corpo e a cultura têm realidade criada e podem ser recebidos com gratidão, e nenhuma dessas realidades contém uma voz normativa capaz de julgar a Palavra. A criação testemunha conforme o sentido que o Criador lhe deu.

Há aqui um efeito intelectual decisivo. Se todas as coisas foram criadas pelo Logos, campo de estudo nenhum começa em território neutro, e o número e a história, o organismo e a linguagem pertencem a uma ordem cujo significado depende do pensamento divino. A mente renovada não acrescenta Deus ao fim da investigação: reconhece desde o começo que o objeto estudado existe e se relaciona porque foi concebido e criado por ele.

O mundo não recebeu existência para guardar

Criar e conservar podem ser distinguidos sem serem separados. A criação designa a origem de tudo quanto não é Deus, e a conservação descreve a dependência pela qual cada criatura continua existindo. O

Filho, por quem todas as coisas foram feitas, sustenta-as pela palavra do seu poder, e Colossenses acrescenta que nele elas subsistem (Hebreus 1.3; Colossenses 1.17), atribuindo ao Logos a permanência que o pensamento moderno transfere caladamente à matéria.

Uma criatura tem a existência como propriedade que, depois de recebida, ela possa guardar sem o doador? Não tem. Se Deus retirasse o sustento dele, não sobraria um mundo enfraquecido nem uma matéria abandonada, porque nada criado conservaria ser suficiente para experimentar abandono. Dependência contínua pertence à definição da criatura tanto quanto o começo da existência dela. O deísmo permite a Deus construir o universo e depois o entrega a uma ordem autônoma, e a imagem do relógio que continua funcionando depois da partida do relojoeiro parece honrar a habilidade do projetista. Ela contradiz a relação bíblica entre Logos e criação: um relógio humano continua porque o artesão dele trabalhou com uma matéria que ele não sustenta, enquanto Deus criou também aquilo que o artefato deísta precisaria ter para se afastar dele.

Atos 17 não diz apenas que recebemos de Deus uma origem remota. Paulo afirma que nele vivemos, nos movemos e existimos, de maneira que vida e movimento presentes acontecem dentro de dependência atual (Atos 17.28), inclusive quando os atenienses desconhecem o Deus que os conserva, e a incredulidade pode negar o fundamento sem adquirir um instante de existência fora dele.

Cheung liga a criação à providência exatamente nesse ponto: o Deus que trouxe o universo à existência não o entregou depois a leis dotadas de poder próprio, como um pai que emancipa a obra e se

retira, e sim continua sustentando-a e governando tudo o que nela acontece.[8] A frase nos aproxima do verbo “causar”, cuja cobrança virá no capítulo seguinte, e a conservação já fechou uma saída importante. Não existe região ontológica na qual a criatura continue sendo enquanto Deus se ausenta: se ela continua, continua recebendo; e se age, age como aquilo que recebe até o próprio ser. E aqui a metafísica encosta na porta da igreja, porque o corpo de Cristo também não tem uma reserva apostólica armazenada em documentos, sucessões ou propriedades. Uma instituição pode conservar o nome, repetir a liturgia, proteger o patrimônio e exibir uma linha impecável de dirigentes enquanto a vida que justificava tudo isso desaparece, e quem já viu uma estrutura continuar depois que a verdade foi retirada sabe que a sobrevivência material prova pouquíssimo.

A Igreja subsiste porque Cristo sustenta os membros dela, e cada geração precisa receber do Cabeça a mesma Palavra que fez nascer a primeira. A tradição pode entregar o rolo, o mestre pode apontar a passagem, a denominação pode proteger tempo e lugar para o ensino, e todos esses são serviços reais pelos quais devemos gratidão; nenhum desses instrumentos tem vida para transmitir por conta própria. Quando a estrutura se considera portadora independente da presença de Deus, a doutrina da conservação volta contra ela a pergunta que o universo inteiro responde a cada instante: o que tens que não tenhas recebido (1 Coríntios 4.7)?

Providência é governo, não vigilância

Chamamos providência a obra pela qual Deus sustenta tudo quanto criou e governa todos os acontecimentos conforme o decreto dele. A definição reúne permanência e direção: se a conservação fosse retirada, agente nenhum existiria para participar da história; se o governo fosse negado, existiriam movimentos cuja determinação final não viria do conselho divino.

Westminster descreve Deus sustentando, dirigindo e governando todas as criaturas e todas as ações e coisas, das maiores às menores, pela sua providência sábia e santa.[9] A abrangência importa tanto quanto os verbos. A providência não é uma atenção geral voltada ao universo, parecida com a vigilância de um rei que recebe relatórios, porque o Senhor está envolvido com a realidade que conhece, e o conhecimento dela jamais o coloca na posição de espectador.

A palavra costuma ser reduzida ao cuidado benéfico que o crente percebe: uma porta se abriu, um recurso chegou, a viagem terminou em segurança. Esses acontecimentos podem ser recebidos com gratidão, e a providência inclui igualmente a porta fechada e o atraso que destruiu os nossos planos, ainda que a finalidade particular deles não tenha sido revelada, de modo que chamar de providencial só o resultado agradável mede o governo divino pela reação imediata da criatura. A providência ordinária designa a regularidade com que Deus conduz acontecimentos, e a extraordinária designa as obras que se afastam do padrão e servem com frequência como sinais, de sorte que a distinção descreve o modo percebido da ação sem repartir o mundo entre uma natureza autônoma e intervenções ocasionais. O

pão cotidiano e o maná pertencem ao mesmo Senhor (Mateus 6.11; Êxodo 16.15), ainda que tenham lugares diferentes na história da revelação.

O milagre deixa de ser invasão de Deus num território que normalmente funcionaria sozinho. É obra incomum dentro de um governo que já estava presente: a água que segue seu curso e o mar que se abre não diferem pela quantidade de divindade envolvida (Êxodo 14.21-22), e sim pelo padrão, pelo propósito e pela interpretação que a Palavra dá ao sinal. E o ordinário, esteve abandonado alguma vez? Nunca. Uma doutrina assim abrangente impede tanto a superstição quanto a secularização, porque o supersticioso procura sinais privados em cada coincidência, como se pudesse decifrar o decreto oculto, e o secularizado trata o curso regular como espaço sem discurso divino. A Escritura nos permite confessar o governo sem inventar explicações particulares, e sabemos quem reina mesmo quando ignoramos por que esta aflição foi ordenada desta maneira.

O pardal e o império

Jesus dirige os discípulos à providência por meio de criaturas vendidas por valor mínimo. Nenhum pardal cai à terra sem o Pai, e os cabelos da cabeça estão contados (Mateus 10.29-31); o argumento oferece consolo sob perseguição, pois homens podem matar o corpo e não deslocam o discípulo para fora do governo que alcança aquilo

que o mercado considera descartável.[10] Provérbios aplica a mesma soberania ao lançamento de sortes (Provérbios 16.33). A pedra deixa a mão humana, percorre um movimento difícil de controlar e produz um resultado que parece representar o acaso em forma pura, e o texto localiza no Senhor a decisão. O acaso pode nomear a nossa ignorância das relações, ou a ausência de propósito humano, e não designa uma força capaz de criar acontecimentos sem propósito divino. No extremo político, o coração do rei é comparado a uma corrente de águas conduzida para onde Deus deseja (Provérbios 21.1), de modo que a autoridade que governa multidões continua sendo governada. Os decretos imperiais, a propaganda e a violência institucional não transformam o soberano terreno em origem absoluta da decisão dele, e Nabucodonosor precisou perder a razão para confessar que o Altíssimo domina sobre o reino dos homens e ninguém pode deter a mão dele (Daniel 4.34-35).

Entre o pardal e o império está toda a vida que julgamos comum. Fronteiras de povos, duração de governos e encontro de pessoas não escapam por nos parecerem complexos (Atos 17.26; Daniel 2.21), e refeições, passos e palavras não escapam por parecerem pequenos. A providência universal precisa escolher entre macro-história e intimidade? A limitação que torna essa escolha necessária pertence à criatura, e não a ela.

Deus conhece cada particular sem perder a unidade do conselho. Nós é que alternamos a atenção: ao contemplar uma guerra, deixamos de perceber o pássaro, e quando uma dor ocupa a mente, o resto da história deixa de ser notado, e o Senhor não distribui presença conforme a nossa capacidade psicológica, e a decisão dele acerca do

conjunto inclui cada relação sem confusão. Essa universalidade dá base para a oração humilde e tira dela qualquer pretensão mágica. Podemos pedir acerca do corpo, do trabalho ou de uma autoridade, já que região nenhuma dessas é exterior ao governo de Deus, e ao mesmo tempo o pedido continua sendo submissão a um conselho cuja sabedoria não cabe na urgência do momento. O Pai do pardal escuta os filhos dele sem lhes entregar o trono.

Imutabilidade sem inércia

Deus não muda no ser dele, no caráter dele ou no conselho dele, ao contrário da criatura, que passa de possibilidade a ato, aprende o que ignorava e altera planos quando encontra obstáculos. Nenhuma dessas transições pertence ao Senhor. “Eu, o Senhor, não mudo” funda a preservação de Israel, e Tiago relaciona todo dom perfeito ao Pai em quem não existe variação (Malaquias 3.6; Tiago 1.17).[11]

Imutabilidade descreve uma divindade imóvel, incapaz de agir? Não descreve. Deus cria aquilo que antes não existia e produz, no tempo, acontecimentos diferentes sem sofrer transformação na natureza dele nem revisar o propósito dele, porque a mudança ocorre na criatura segundo a decisão eterna. O sol ilumina objetos que entram e saem da luz dele sem adquirir as mudanças deles, e a analogia é imperfeita, e ajuda a impedir que toda nova relação histórica seja projetada como mutação no Criador, e as passagens em que Deus “se arrepende” não ensinam descoberta de erro. Quando o Senhor

anuncia juízo e depois poupa uma cidade arrependida, a mudança pertence ao tratamento histórico de criaturas cuja situação também mudou dentro do decreto; a linguagem torna inteligível a oposição dele ao pecado e a misericórdia dele, enquanto textos didáticos afirmam que ele não é homem para se arrepender como quem calculou mal (Números 23.19; 1 Samuel 15.29).

Se Deus revisasse o conselho dele, a razão da mudança precisaria ser nova informação, falha anterior ou pressão exterior, e cada alternativa nega a perfeição dele: um plano melhor revelaria deficiência na sabedoria inicial, um plano pior corromperia a bondade dele, e alteração sem razão transformaria a história em produto de capricho. O que a imutabilidade protege, então? A racionalidade e a fidelidade, de uma vez. As promessas dependem dessa constância. O crente não confia apenas que Deus tem poder atual para cumpri-las, porque um soberano mutável poderia preferir amanhã aquilo que hoje condena; confiamos naquele cujo propósito permanece e cuja palavra não volta vazia (Isaías 55.11; Isaías 46.10), e a certeza cristã repousa na identidade entre quem prometeu e quem estará presente no cumprimento. Há temor verdadeiro nessa doutrina. O Deus imutável não adapta santidade à cultura, não reescreve o evangelho para preservar instituições e não transforma mentira em virtude quando ela é pronunciada por líderes religiosos. Uma geração pode mudar o vocabulário moral e chamar a própria acomodação de amadurecimento, e o Juiz diante do qual ela será posta conserva o mesmo caráter.

Decreto e mandamento

“Vontade” é palavra usada em mais de um sentido, e a confusão entre eles custa caro. Decreto indica o que Deus decidiu fazer; preceito indica aquilo que ele ordena às criaturas; Deuteronômio distingue as coisas encobertas, que pertencem ao Senhor, das reveladas, entregues a nós para obediência (Deuteronômio 29.29), e confundir os sentidos produz contradições artificiais e espiritualidade desorientada. Cheung insiste que decreto e preceito são ideias distintas, ainda que a linguagem comum chame as duas de vontade de Deus.[12]

O decreto acerca da crucificação determinou que homens matassem Cristo, enquanto o mandamento continuava proibindo homicídio e condenava a intenção perversa dos executores (Atos 2.23; Êxodo 20.13): Deus cumpriu o propósito dele sem transformar a desobediência deles em obediência moral.

O decreto é sempre cumprido. E o preceito? Esse pode ser violado, e é justamente essa violação que constitui pecado, de sorte que dizer que alguém “resistiu à vontade de Deus” obriga a perguntar qual sentido está em questão: ele resistiu ao mandamento quando desobedeceu, e a ação dele não derrubou o conselho.

Quantas coisas essa distinção preserva? Duas: o governo e a responsabilidade. A nossa obrigação se dirige ao que foi revelado, e um homem não pode justificar fraude dizendo que talvez Deus a tenha decretado para algum bem futuro, porque o decreto secreto não funciona como regra de conduta. Ele conhece o mandamento

contra a mentira e será julgado pela relação dele com essa verdade (Êxodo 20.16; Provérbios 12.22). Especular sobre o propósito oculto para escapar do dever revelado é rebelião vestida de metafísica. Também não buscamos o decreto para escolher entre caminhos legítimos. A Escritura equipa a mente com sabedoria moral suficiente, enquanto fatos contingentes são avaliados com prudência falível: depois do acontecimento reconhecemos que o conselho se cumpriu; antes dele obedecemos à Palavra sem adivinhação religiosa, e a ansiedade por uma mensagem privada costuma nascer da recusa em assumir responsabilidade sob aquilo que Deus já disse.

Essa distinção prepara a questão do mal sem dissolvê-la, porque o Deus que proíbe o pecado decretou uma história na qual o pecado ocorre, e nenhuma das duas proposições pode ser apagada, e o capítulo seguinte ao ocasionalismo enfrentará culpa e santidade, e aqui basta impedir que a solução seja comprada pela negação prévia do decreto.

A insuficiência da mera permissão

Os teólogos recorrem à permissão para afastar Deus dos acontecimentos maus. O termo pode ter sentido legítimo quando afirma que ele não aprova moralmente o pecado, ou que entrega alguém aos próprios desejos (Romanos 1.24-28), e é fuga quando significa que Deus apenas deixou surgir um fato não determinado

pelo conselho dele, como o guarda que poderia impedir uma invasão e decide observar o intruso escolher o caminho.

Uma permissão infalível já contém decisão acerca do acontecimento permitido. Deus conhece todas as circunstâncias, tem poder para ordenar qualquer outra história e decide que esta ocorra, e retirar a palavra “decreto” não altera a relação. E se a permissão for falível? Então alguma coisa pode acontecer que Deus não decidiu permitir, e o conceito perde até a função defensiva para a qual foi convocado. Calvino percebeu a insuficiência da evasão e, na defesa que fez da providência, recusou reduzir a queda de Adão a uma permissão vazia, submetendo o acontecimento ao conselho secreto de Deus.[13] Podemos discutir consequências e até corrigir formulações do reformador pela Escritura, e não deveríamos retroceder a uma linguagem cuja principal utilidade consiste em deixar a criatura produzir aquilo que o Criador depois tentará governar. O apelo à permissão costuma esconder uma noção moral que nunca foi demonstrada, a de que Deus só permaneceria santo se não determinasse a existência do mal. Essa regra precisaria vir da Escritura, porque intuição humana nenhuma tem autoridade sobre o Senhor, e antes de absolver Deus segundo uma lei fabricada deveríamos perguntar se a acusação compreendeu a diferença entre o ato divino de decretar e o ato humano de transgredir.

Restam perguntas difíceis, e é assim mesmo. A providência universal leva direto à origem do pecado, ao endurecimento e ao juízo, e frases protetoras não devem encerrá-las: preservar o que a Escritura afirma é mais reverente do que salvar uma reputação divina reconstruída à

imagem das nossas limitações. A santidade de Deus não depende da nossa habilidade de torná-lo aceitável à mentalidade da carne.

Meios dentro do conselho

O decreto não torna os meios supérfluos, visto que Deus ordenou a chuva para a plantação, a advertência para afastar o imprudente e a pregação para reunir os eleitos (Mateus 5.45; Ezequiel 33.7-9; Romanos 10.17), e quem despreza o meio revelado em nome da soberania opõe uma parte do conselho a outra. A certeza do fim sustenta a ação justamente quando foi Deus quem designou o caminho.

Westminster afirma que a providência ordena os acontecimentos segundo a natureza das causas secundárias,[14] e a linguagem preserva relações reais dentro da criação: o fogo aparece ligado à combustão, o alimento à nutrição, a palavra humana ao ensino. Também impede tratar o decreto como sequência caótica de resultados desconectados.

A questão que fica aberta é saber qual eficácia pertence a esses termos criados. Se “causa secundária” designar instrumento ou acontecimento ordenado, a utilidade dela é clara; se designar um poder que completa a ação divina, determina alguma realidade por conta própria ou garante efeito não determinado pelo decreto, a expressão ultrapassou a subordinação que prometia. O nome histórico não decide entre os dois sentidos, e uma confissão não dispensa a análise daquilo que a palavra dela afirma. O agricultor é

verdadeiro agente do trabalho dele: pensa, deseja, move o corpo, lança semente, e não é ficção porque cada acontecimento pertence ao governo de Deus.

Retirar autonomia retira personalidade? Não retira, e o problema nasce quando "agir" é definido como inaugurar realidade independente, atribuindo à criatura uma espécie de criação local dentro do mundo já criado.

Os meios ordenados podem acompanhar efeitos diferentes. A mesma mensagem endurece um ouvinte e conduz outro ao arrependimento (2 Coríntios 2.15-16), e o tratamento médico antecede cura num caso e morte noutro, de sorte que a regularidade permite prudência e não entrega ao meio a garantia do resultado. Essa diferença obriga a investigar se a criatura tem causalidade eficiente em sentido estrito, ou se ocupa outra função dentro da providência. Chegamos, portanto, à fronteira que a soberania absoluta torna inevitável.

Deus decretou tudo, sustenta todos os seres e governa cada acontecimento, e as criaturas permanecem reais e atuantes dentro da ordem. Que poderia significar, depois dessas afirmações, uma eficácia própria capaz de produzir o efeito?

O governo que liberta a mente

A mentalidade da carne recebe o decreto como ameaça porque construiu a dignidade dela sobre independência. Deseja ser origem última de ao menos uma decisão, ter um pensamento que Deus não

determine e controlar algum resultado por força própria, e até a religião pode converter oração, técnica ministerial ou fidelidade doutrinária em mecanismos pelos quais a criatura imagina obrigar o futuro. A mentalidade do Espírito encontra liberdade em pertencer inteiramente a Deus. O cristão planeja sem adorar o plano, trabalha sem considerar soberano o instrumento e sofre sem declarar que a dor caiu para fora do conselho; a atividade dele aumenta porque a providência lhe oferece um mundo ordenado, e a ansiedade dele perde fundamento porque acontecimento nenhum precisa ser sustentado apenas pela capacidade dele. Romanos 12 relaciona culto racional à apresentação do corpo e à renovação da mente (Romanos 12.1-2). Confessar providência com os lábios enquanto o pensamento cotidiano continua governado por acaso, fatalismo social ou medo institucional conserva a velha forma do século, e o sacrifício vivo inclui entregar a fantasia de autoria absoluta e discernir a vontade revelada dentro da história que Deus dirige.

Essa renovação transforma cada perda em explicação fácil? Não transforma, e é bom dizê-lo com todas as letras. Diante de uma mãe que sepulta o filho, pronunciar “Deus tem um plano” sem chorar usa verdade como proteção contra o sofrimento alheio. A providência permite lamentar porque a dor é real, e esperar porque ela não é soberana. Há ocasiões em que a melhor confissão fica calada ao lado de quem sofre, sustentada por uma certeza que dispensa o espetáculo das respostas imediatas. O corpo de Cristo vive da mesma dependência. Os membros dele servem uns aos outros sem que o cargo, o dom ou a visibilidade produza superioridade ontológica, e o Cabeça distribui funções e sustenta cada uma (1 Coríntios 12.4-27; Efésios 4.15-16), de modo que liderança pode ser honrada sem

idolatria e instituição pode ser usada sem virar morada da esperança. Quando uma estrutura cai, Cristo não perde um membro do próprio corpo por falta de documentação humana.

E os tiranos, escapam? A mesma soberania os julga. Governantes não escapam por terem sido incluídos no decreto, e líderes religiosos não transformam abuso em obediência ao chamá-lo de providencial, uma vez que o Deus que ordena a história definiu igualmente a justiça pela qual cada intenção será avaliada. Ser instrumento de um propósito desconhecido não concede inocência ao coração que amou o mal praticado.

O Deus que faz

O conselho eterno não recebeu informação da história e jamais precisará ser revisado. A criação trouxe à existência tudo quanto não é Deus, a conservação mantém cada criatura em dependência presente, a providência conduz do acontecimento mínimo ao destino dos impérios, e a imutabilidade assegura que poder, sabedoria e santidade permaneçam unidos em cada obra. Esse governo inclui meios e ações humanas sem lhes conceder uma região exterior ao decreto. Oramos, trabalhamos e decidimos dentro de relações reais, obedecendo ao preceito revelado enquanto o propósito secreto se cumpre, e nenhum desses atos obriga o Senhor a reagir a uma realidade que tivesse surgido sem ele. A soberania bíblica não conservou apenas o título. Deus faz todas as coisas segundo o

conselho da vontade dele, sustenta o que fez e dirige a história ao fim que decidiu (Efésios 1.11; Hebreus 1.3); a criatura existe diante dele, age sob o governo dele e responde à lei que recebeu, e não tem direito nenhum de definir a própria dignidade como parcela de independência arrancada do Criador.

Resta examinar o verbo que se esconde no centro dessa relação. Se causar significa garantir que um efeito ocorra, a universalidade do decreto e da providência obriga a perguntar se alguma criatura poderia compartilhar essa eficácia sem virar uma fonte menor de realidade, e a resposta não poderá negar fogo, homens ou palavras: deverá preservar a realidade deles enquanto recusa conceder-lhes aquilo que pertence somente a Deus.

Notas

1. Efésios 1.11. ↩
2. Confissão de Fé de Westminster, 3.1. ↩
3. Isaías 46.9-11. ↩
4. Jonas 1–4. ↩
5. Confissão de Fé de Westminster, 3.2. ↩
6. Ibid., 2.2. ↩
7. Gênesis 1.1-31; João 1.3; Confissão de Fé de Westminster, 4.1. ↩
8. Vincent Cheung, *Theology*, cap. “The Works of God”. ↩

9. Confissão de Fé de Westminster, 5.1. ↩
10. Mateus 10.28-31; Provérbios 16.33; 21.1; Daniel 4.34-35. ↩
11. Malaquias 3.6; Tiago 1.17; Vincent Cheung, *Theology*, cap. “The Immutability of God”. ↩
12. Vincent Cheung, *Theology*, cap. “The Will of God”. ↩
13. João Calvino, *Em defesa da providência divina*, “Calúnias de um certo indivíduo contra a doutrina de João Calvino, sobre a providência secreta de Deus, com as respostas de Calvino”. ↩
14. Confissão de Fé de Westminster, 5.2. ↩

CAPÍTULO 6 — OCASIONALISMO: NENHUMA CRIATURA É DEUS

> *“Porque nele vivemos, e nos movemos, e existimos; como também alguns dos vossos poetas disseram: Pois somos também sua geração.” (Atos 17.28)*

O ídolo escondido no verbo causar

Os cristãos aprenderam a desconfiar dos ídolos quando eles recebem nomes religiosos falsos, ocupam altares visíveis ou exigem gestos públicos de adoração. Aprenderam com bem menos diligência a reconhecer o ídolo escondido numa frase comum, chamado respeitosamente de natureza e instalado no governo do mundo sem que ninguém lhe pergunte de onde tirou esse direito.

Dizemos que o fogo queimou a madeira, que o alimento nutriu o corpo, que o remédio curou o enfermo, que a luz atingiu os olhos e produziu uma imagem na mente. O hábito deu a essas expressões uma aparência de explicação, e a familiaridade da frase não demonstra a metafísica que ela carrega: a repetição diária mostra

como falamos, e dela não se deduz um poder residente na criatura, capaz de garantir o acontecimento seguinte.

O problema é gramatical? Não é. A Escritura também atribui ações às criaturas, ordena que homens façam determinadas coisas, censura os que praticam o mal e descreve instrumentos pelos efeitos que acompanham o uso deles, de sorte que não há por que eliminar a linguagem comum, como se a piedade exigisse que o cristão corrigisse toda mãe que afirma ter alimentado o filho.

O problema começa quando uma descrição conveniente da ordem dos acontecimentos é elevada à dignidade de explicação última. Quando se supõe que o pão tem em si mesmo o poder de sustentar a vida, que o cérebro tem em si mesmo o poder de produzir pensamentos, que a vontade humana tem em si mesma o poder de inaugurar acontecimentos e que as chamadas leis da natureza têm em si mesmas o poder de obrigar o futuro a repetir o passado. Nesse momento a criatura deixou de ser uma coisa sustentada e passou a ser tratada como pequena divindade, com um poder próprio, autônomo, residente, capaz de produzir realidade, e é contra essa divinização distribuída da criação está o ocasionalismo, que pode ser dito sem vocabulário técnico nenhum: somente Deus causa. Tudo quanto existe fora dele depende da vontade dele para começar, continuar e agir, e aquilo que chamamos de causa criada ocupa uma ocasião ordenada na qual Deus produz o acontecimento que chamamos de efeito.

A chama não dispõe de soberania térmica para constranger a madeira, e o alimento tampouco carrega uma força nutritiva que obrigue o corpo a permanecer vivo. Quando um homem pronuncia

uma palavra, som nenhum invade por virtude própria outra mente e ali deposita uma proposição: a ordem entre esses acontecimentos é real, e a eficácia que assegura o resultado pertence somente a Deus.

Essa afirmação parece extrema porque nos acostumamos a confessar a soberania de Deus em termos gerais e a negá-la durante a análise dos casos particulares. A gravidade passa a receber os corpos, a química transforma as substâncias, o cérebro fabrica o pensamento; depois se atribui à genética a pessoa, à história o movimento das nações e ao mercado a disciplina dos homens, enquanto Deus conserva a honra cerimonial de um soberano cujo reino é administrado por ministros que já não precisam dele. A coroa continua na cabeça dele depois que o governo foi repartido.

O ocasionalismo recusa a homenagem vazia, porque o Senhor não ocupa apenas o primeiro lugar numa cadeia causal que, uma vez iniciada, funcione sem ele, porque dele, por ele e para ele são todas as coisas em cada instante, inclusive a regularidade que chamamos natureza (Romanos 11.36).

Perguntar pelas causas do mundo exige antes decidir o que o verbo *causar* promete. Se ele designa o poder de garantir determinado efeito, criatura nenhuma satisfaz a definição. E se designa apenas um acontecimento anterior dentro da ordem estabelecida por Deus? Então a palavra já foi reduzida ao sentido que o ocasionalismo lhe dá: ocasião.

A experiência mostra sucessão, não poder

Na apresentação usual, a doutrina da causalidade criada aparece como conclusão inevitável da experiência. Vemos o bastão atingir a bola, que logo se move; o fogo toca o papel, e o papel escurece. Diante de um homem que morre depois de ingerir veneno, a linguagem comum encerra o inquérito, porque a causa estaria diante dos olhos.

É nesse momento que a confiança na visão ultrapassa o que a visão entrega. Os olhos registram dois acontecimentos em sucessão, sem perceber o poder que supostamente passa do primeiro ao segundo, nem uma entidade adicional chamada causalidade. O observador percebe X, depois Y, e acrescenta por hábito que X produziu Y.

David Hume havia relacionado a crença causal ao costume produzido pela repetição, e Gordon Clark enfrenta essa formulação sem aceitar o ceticismo que a acompanha: usa a falência empírica para retirar do empirismo uma pretensão que ele jamais poderia justificar. A experiência oferece sequência e repetição, e dela não aparece um poder necessário pelo qual o acontecimento anterior garanta o posterior.[1] Uma expectativa pode ficar psicologicamente forte e servir a cálculos úteis, e a memória acumulada não adquire com isso necessidade lógica.

Suponhamos que todas as pedras observadas tenham caído quando abandonadas. O passado estabelece que cairão amanhã? Não estabelece. Para chegar a essa conclusão seria preciso pressupor que o futuro conservará a mesma ordem, que nenhuma circunstância

desconhecida intervirá, que os próprios registros passados foram corretamente apreendidos, e que a regularidade observada exprime um poder residente nas pedras ou numa lei exterior a elas. Nenhuma dessas proposições é dada pela queda da pedra, porque a experiência registra o acontecimento particular enquanto a teoria acrescenta universalidade, necessidade e futuro. O salto foi crido exatamente onde a visão terminou, e a resposta cristã precisa começar nesse intervalo. Talvez o cristão responda que Deus criou as propriedades da pedra e estabeleceu as leis pelas quais ela cai. A frase parece resolver o problema porque acrescenta Deus à explicação, e na verdade pode apenas empurrá-lo um passo adiante. Que é uma propriedade causal? Que é uma lei capaz de governar?

Se a resposta for que Deus concedeu à pedra um poder pelo qual ela produz o próprio movimento, voltamos à pergunta: onde está esse poder, como foi conhecido e de que modo ele garante o resultado seguinte? E se a resposta for que Deus decidiu agir regularmente quando a pedra é abandonada, chegamos ao ocasionalismo. A pedra é real, o movimento é real e a regularidade é real, e o poder que assegura cada ocorrência pertence a Deus.

Clark formula o teste com precisão: uma causa, se merece o nome, deve garantir o efeito dela; e se alguma coisa pode impedir o efeito, o primeiro acontecimento não tinha o poder suficiente que lhe foi atribuído. Dizemos que o alimento nutre, e o homem pode vomitá-lo; um golpe tido por mortal pode deixar a vítima viva; o tratamento anunciado como causa da cura às vezes precede a piora, e até a rotação da Terra, apresentada com tanta frequência como causa do

nascer do sol, permanece sob o governo daquele que pode encerrar o mundo.

E acrescentar condições resolve? Dizer que o alimento nutre se for digerido, absorvido e distribuído apenas amplia a descrição da ordem, sem recuperar a causa. No fim, para garantir o acontecimento, seria preciso incluir a totalidade do universo e a vontade de Deus, e nesse ponto a suposta causalidade da criatura desapareceu dentro da providência.

A regularidade continua real sem explicar a si mesma, porque repetir uma ordem jamais transforma a ordem em agente. Um calendário registra a chegada das estações sem produzir a primavera. A equação que descreve um movimento tampouco empurra o corpo, e a bula, por mais exata que seja ao relatar a associação entre uma substância e determinadas alterações orgânicas, não governa célula nenhuma, de maneira que, quando uma descrição recebe poder, o nome humano de uma regularidade acaba revestido com o atributo divino da eficácia.

A criação não recebe independência

Já o primeiro versículo da Escritura diz muito mais do que Deus existia antes do universo e fez, num passado remoto, uma obra chamada criação, porque estabelece a distinção fundamental do pensamento cristão entre o Deus que é e tudo aquilo que começou porque Deus quis.

A criação *ex nihilo* alcança a matéria inicial do mundo e nega, ao mesmo tempo, que qualquer coisa criada tenha em si a razão da própria existência, e aquilo que veio do nada por uma palavra não passa a ser autossuficiente no instante seguinte, e a origem dependente compromete também a continuação.

O Novo Testamento não permite que transformemos o Filho num construtor que terminou a obra e abandonou o edifício: todas as coisas foram feitas por meio dele e nele subsistem, o mesmo Filho as sustenta pela palavra do seu poder, e Paulo declara que nele vivemos, nos movemos e existimos (João 1.3; Colossenses 1.16-17; Hebreus 1.3; Atos 17.28). Esses textos descrevem dependência presente, coisa bem diferente de um universo que tivesse recebido de Deus uma reserva de existência para gastar devagar. A criatura existe porque é sustentada, o governo divino alcança o movimento dela, e ela permanece porque o Logos não retirou a palavra pela qual a mantém.

É possível confessar essa conservação e ainda imaginar que, uma vez conservadas, as criaturas causam por conta própria. Só que essa divisão exige um limite que a Escritura não fornece. Deus sustentaria a existência da chama enquanto ela, por poder independente, queimaria o papel; manteria também cérebro e vontade, deixando a eles a produção da ideia e da decisão. Nesse esquema Deus garante o palco e os atores produzem a história, com a providência conservando os entes sem determinar os atos deles, de modo que o universo seria dependente quanto ao ser e autônomo quanto ao acontecer, e resta saber o que poderia ser esse princípio de novidade instalado numa coisa cuja própria existência precisa ser sustentada.

A dificuldade é manifesta. Um poder causal independente também seria alguma coisa que existe e, portanto, teria de ser criado e sustentado por Deus. Se Deus apenas o sustentasse sem determinar o exercício dele, haveria na criação um princípio de novidade que não vem da vontade divina, e alguma coisa aconteceria cuja determinação última não está nele. E se Deus determinasse infalivelmente cada exercício? Aí o poder criado deixa de explicar o acontecimento, e a criatura volta a ocupar o lugar de ocasião, instrumento ou termo da ordem providencial. A concessão voluntária de independência tampouco resolve a questão, porque independência criada é contradição. Deus pode criar uma pedra, uma mente e um anjo; a expressão "ser não criado que foi criado" não designa objeto possível, assim como uma vontade não pode ter o ato dela simultaneamente determinado e indeterminado pelo decreto, porque a onipotência faz tudo quanto Deus quer, e uma contradição não apresenta nada para ser feito (Salmos 115.3).

Na criatura, a dependência pertence à verdade da existência dela, e jamais foi defeito temporário à espera de superação. A expressão "nenhuma criatura é Deus" traça uma fronteira metafísica, e não uma piedade genérica, porque a diferença entre Deus e as criaturas não se mede por quantidade maior de poder, conhecimento ou duração: somente ele existe por si e sustenta sem ser sustentado, a determinação dele não depende de ordem exterior nenhuma, e o conselho dele assegura o acontecimento. A causalidade eficiente autônoma daria à criatura, naquele ponto exato, uma prerrogativa divina.

O que o ocasionalismo afirma

O termo pode assustar o leitor antes que a doutrina tenha chance de ser compreendida, e Vincent Cheung observa que por isso mesmo prefere muitas vezes dizer “na ocasião” em lugar de empregar “ocasionalismo”: a explicação deve vir antes do rótulo.[2] Sigamos essa prudência.

Quando uma chama toca o papel e o papel queima, Deus causa a presença da chama, a existência do papel e a transformação ocorrida naquela ocasião. Na comunicação entre duas pessoas, ele ordena os movimentos corporais associados à fala e à audição, produzindo na mente do ouvinte os pensamentos que ela passa a considerar. A ingestão do alimento e a nutrição do corpo pertencem igualmente a uma sequência cujos acontecimentos são causados por Deus, e os termos criados são reais, assim como a ordem deles, sem que sejam a fonte eficiente daquilo que acontece.

Quatro proposições condensam a doutrina:

1. Deus decretou tudo quanto acontece e seu decreto não pode falhar.
2. Deus sustenta continuamente tudo quanto existe fora dele.
3. Deus causa cada acontecimento da criação, tanto mental quanto corporal, tanto ordinário quanto extraordinário.
4. As relações regulares entre acontecimentos criados são ocasiões ordenadas pela providência, não poderes autônomos residentes nas criaturas.

Nessa formulação o mundo continua real. Reduzi-lo a ilusão, ou considerar cada criatura um modo da substância divina, levaria ao panteísmo e dissolveria a distinção que sustenta o argumento inteiro. Madeira, chama e homem existem, e existem também as decisões e os movimentos humanos; o que não pertence a esses termos criados é o poder de garantir acontecimentos por si mesmos.

A ordem criada tampouco fica caótica, nem impede expectativas prudentes. O Deus do ocasionalismo bíblico não improvisa, como se a vontade dele fosse uma sucessão de reações: o conselho dele permanece, e ele faz tudo quanto deseja (Isaías 46.10). As ocasiões têm ordem porque foram ordenadas, de sorte que a estabilidade da criação e a conexão providencial entre os acontecimentos ficam preservadas, e o que se exclui é apenas a independência pela qual uma necessidade residente nas coisas limitaria o Criador.

E quanto à expressão “causa secundária”? A legitimidade dela depende inteiramente da definição adotada. Deve ser rejeitada quando atribui eficácia própria a uma criatura que dependeria de Deus apenas para existir, porque nesse uso a palavra esconde a autonomia que deveria explicar. Se designa um instrumento, um antecedente ou uma ocasião incluída por Deus na realização do decreto, a controvérsia é apenas verbal, e nesse sentido subordinado “causa secundária” é o nome tradicional de uma relação que não acrescenta segunda fonte à eficácia divina. A Confissão de Fé de Westminster afirma que todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente conforme a ordenação de Deus, e acrescenta que, pela mesma providência, elas sucedem segundo a natureza das causas secundárias,[3] e seria excessivo fingir que essa linguagem resolve

todas as disputas metafísicas, porque os autores confessionais não escreveram um tratado ocasionalista naquela frase, ainda que a ordem das afirmações mereça atenção: a infalibilidade do acontecimento vem da ordenação divina, e as chamadas causas secundárias pertencem à providência que as ordena.

Clark observa que aquilo que a tradição chama de causas secundárias, Malebranche chamou de ocasiões.[4] Uma segunda causa incapaz de frustrar o decreto ou de completar uma deficiência da primeira ocupa um lugar determinado no plano, sem fornecer eficácia independente.

A gramática bíblica da causação

Uma doutrina cristã da causalidade não pode se contentar em mostrar que o empirismo fracassa, porque a falência da sensação remove um falso pretendente ao trono sem revelar quem governa. Hume podia negar que a experiência mostrasse conexão necessária e terminar no costume psicológico; o cristão deve começar onde o cético não podia chegar, isto é, no fato de que Deus interpretou o mundo que criou. Não deduzimos a providência de uma lacuna científica. Recebemos a providência da Palavra daquele cujo conselho produz a história.

A Escritura fala da ação divina com uma abrangência que a teologia costuma reduzir para proteger compromissos adquiridos em outra filosofia. Deus faz todas as coisas conforme o conselho da vontade

dele, incluindo o curso da história e os atos que as criaturas gostariam de reservar ao próprio poder (Efésios 1.11). Ele está nos céus e faz tudo quanto lhe agrada (Salmos 115.3). O conselho dele permanece e ele fará toda a vontade dele (Isaías 46.10). Propósito nenhum dele pode ser impedido (Jó 42.2). Dele, por meio dele e para ele são todas as coisas (Romanos 11.36). Cada uma dessas proposições já bastaria para excluir uma região autônoma, e juntas elas não deixam à criatura sequer o espaço conceitual em que fundar um poder independente. Os quantificadores merecem atenção. "Todas as coisas" exclui a redução para "a maioria", e "tudo quanto lhe agrada" não admite o complemento oculto "desde que as causas secundárias permitam". Quando a Escritura declara que propósito nenhum pode ser impedido, os detalhes não ficam abertos a negociação, porque a linguagem bíblica é universal justamente pelo governo que ela descreve ser universal.

O que seria preciso fazer para preservar uma esfera causal criada? Seria preciso excetuar os atos livres daquilo que Deus faz, e a eficácia própria das criaturas daquilo que ele sustenta. Seria preciso ainda afirmar que Deus faz a vontade dele somente enquanto ela não invade poderes causais concedidos. Essas ressalvas são emendas trazidas ao texto por uma filosofia anterior à exegese.

A providência alcança também os acontecimentos que o homem considera insignificantes, como o lançamento da sorte, que parece entregar a decisão ao acaso: a pedra deixa a mão, gira fora do controle de quem a lançou e cai sem consultar vontade humana nenhuma. Provérbios 16.33 localiza, ainda assim, a decisão no Senhor. O coração do rei e os passos do homem estão sob o mesmo

governo, e Cristo inclui nele a queda do pardal e os cabelos da cabeça (Provérbios 21.1; 16.9; Mateus 10.29-30), de sorte que aquilo que parecia distribuído entre acaso, poder político e deliberação individual volta a uma única determinação. Talvez alguém tente transformar esses textos em afirmações de conhecimento, dizendo que Deus saberia onde a sorte cairá, conheceria o coração do rei e observaria o caminho do homem ou a queda do pardal, e os verbos usados pela Escritura impedem a fuga, porque a decisão vem dele, que inclina o coração e estabelece os passos. Presciência perfeita sem determinação explicaria por que o evento ocorreu? Faria de Deus apenas o observador infalível de poderes independentes, e a Escritura o apresenta como o Rei que governa a história, não como o cronista dela.

Também não basta limitar a causação divina às origens. O Filho não apenas criou todas as coisas: nele elas subsistem. Ele não apenas pronunciou uma palavra no princípio: sustenta agora todas as coisas pela palavra do seu poder. Paulo não afirma que em Deus começamos a viver e depois adquirimos movimento próprio; afirma que nele vivemos, nos movemos e existimos. A conservação é presente, ativa e universal, e um universo que no instante atual depende do Logos para subsistir não contém poderes que estejam ontologicamente fora dessa dependência.

Ao mesmo tempo, a Escritura fala livremente da ação das criaturas. Homens edificam casas, reis travam guerras, pais alimentam filhos; ela atribui a assassinos o homicídio e a pregadores a proclamação. Essa linguagem responde à pergunta histórica sobre os sujeitos, as intenções e os instrumentos, enquanto a investigação metafísica

procura o poder que garante o acontecimento. A frase “o arqueiro disparou a flecha” identifica uma ação humana real, e ao atribuir a Deus a ordem do acontecimento indicamos o fundamento da sequência inteira. A independência aparece só quando a primeira descrição usurpa a função explicativa da segunda. Os próprios textos bíblicos mantêm os dois níveis unidos. Deus envia a Assíria, ainda que a nação não pense estar servindo ao propósito divino; os irmãos vendem José, e Deus o envia adiante deles; homens crucificam Cristo fazendo aquilo que a mão e o conselho de Deus predeterminaram (Isaías 10.5-7; Gênesis 45.5-8; Atos 4.27-28). A ação criada permanece inteira sem limitar a ação divina. Em vez de duas histórias que por acaso chegam ao mesmo resultado, uma escrita por Deus e outra pelas criaturas, há uma história decretada dentro da qual criaturas reais pensam, desejam e agem segundo o lugar que lhes foi ordenado.

Essa gramática precisa governar a nossa filosofia. Quando a Escritura atribui um acontecimento à criatura, não devemos inferir automaticamente um poder independente; e quando o atribui a Deus, ela também impede que a ação dele seja reduzida a permissão ou previsão. Devemos conservar as duas atribuições e ordenar os sentidos delas: a criatura faz a ação dela como sujeito histórico, e Deus sustenta esse sujeito e faz o ato acontecer dentro da ocasião cujo resultado ele determinou, de sorte que só a ação divina explica por que o acontecimento se torna infalivelmente real. O ocasionalismo recusa as exceções que a tradição costuma acrescentar aos textos de providência, e não impõe sobre eles uma filosofia estrangeira, pois a força dele está na abrangência das proposições bíblicas, e não no nome escolhido nem na autoridade humana de

Malebranche, Clark e Cheung, de modo que outro termo pode ser usado, desde que expresse melhor que Deus causa cada acontecimento e ordena os meios criados como ocasiões. O conforto de uma palavra tradicional não deve custar a verdade alcançada pelo argumento.

Dois níveis de linguagem, um só governo

Essa distinção permite conservar a fala comum sem transformar cada conversa numa disputa de metafísica. Podemos dizer que a chuva molhou o campo, que o médico tratou o paciente, que o professor ensinou a criança; até a espada pode ser descrita como aquilo que matou o soldado, e frases assim identificam relações e responsabilidades dentro da sequência providencial. Convém admitir, aliás, que eu mesmo vou continuar usando essas frases, porque a precisão não exige um idioma artificial. A falsidade entra quando se acrescenta em silêncio uma eficácia autônoma à chuva, ao médico ou aos sons pronunciados pelo professor. Há diferença entre dizer “X foi o instrumento pelo qual Y aconteceu” e dizer “X tinha em si o poder suficiente para garantir Y”, porque a primeira fórmula pode ser verdadeira e útil, a segunda exige demonstração e, diante do governo exaustivo de Deus, não encontra lugar. O ocasionalista precisa reformar o dicionário da vida diária? Precisa reformar a idolatria metafísica escondida sob o dicionário.

Esse cuidado é especialmente importante porque uma linguagem artificial pode obscurecer a própria doutrina que pretende defender. Se, ao ver um homem resgatar uma criança, recusarmos dizer que ele a salvou e insistirmos numa correção pedante, teremos confundido níveis e talvez negado a ordem moral que Deus estabeleceu. O homem foi o agente histórico do resgate, merece gratidão humana e cumpriu uma obrigação real; Deus foi a causa soberana da existência, da intenção, do movimento e do êxito dele, e a glória última pertence a Deus sem que a participação criada seja ficção. "Nenhuma criatura causa" se refere, portanto, à eficácia última, e não proíbe todo uso derivado do verbo. Em discussões metafísicas, *causa* será empregado no sentido estrito; onde a autonomia já estiver excluída, instrumento, meio, ocasião e até causa secundária poderão nomear a relação subordinada, e a clareza depende de impedir a troca de sentidos durante o argumento, e não da repetição compulsória de um único termo.

Providência ordinária: o milagre repetido

Uma das consequências mais profundas do ocasionalismo é a demolição da fronteira pagã entre um mundo normalmente governado pela natureza e alguns momentos excepcionais nos quais Deus intervém. O vocabulário de intervenção pode ser útil quando significa que Deus se desviou do padrão costumeiro, e fica enganoso quando sugere que, antes de intervir, ele estava ausente.

Deus não entra num universo que funcionava sem ele, nem assume por alguns minutos o controle de uma máquina autônoma. Aquele que transforma água em vinho é o mesmo que, em toda vinha e em toda estação, ordena o crescimento da planta, a formação do fruto e a fermentação (João 2.7-11); a diferença está no padrão e no tempo, e não na identidade do agente.

Cheung distingue providência ordinária e extraordinária nesses termos. A primeira designa a causação regular de Deus, inclusive nos pensamentos e atos humanos; a segunda, a causação irregular dele, quando o acontecimento se desvia do padrão habitual. Juntas, abrangem tudo quanto acontece.[5] A distinção é histórica e descritiva, e não metafísica.

Chuva depois de evaporação e chuva em resposta imediata à oração são igualmente causadas por Deus. A cura lenta associada a repouso e medicamento e a restauração instantânea de um órgão são igualmente causadas por Deus. No primeiro caso ele conserva uma sequência familiar; no segundo, produz uma sequência incomum. Há mais Deus no milagre do que no acontecimento ordinário? Há no milagre uma manifestação incomum do propósito dele, e não uma quantidade maior de Deus.

Assim a natureza é elevada à providência sem que o milagre seja rebaixado ao curso ordinário. O racionalista moderno expulsou Deus do cotidiano e depois exigiu provas extraordinárias de que ele talvez tivesse voltado, e parte da teologia cristã aceitou esse mapa, concedendo poderes próprios ao que chamou de natural e reservando a Deus as origens remotas ou as exceções inexplicáveis. O deus das brechas nasceu depois que uma metafísica da autonomia já

havia distribuído o território. O ocasionalismo toma o mapa inteiro de volta, sem deixar nele regiões causalmente neutras. Centímetro nenhum de matéria ou impulso elétrico se mantém por poder não derivado, e o mesmo vale para decisões humanas e movimentos de estrelas. O cair de um pardal não escapa ao Pai, que conta os cabelos da cabeça, e até a sorte lançada no colo tem a decisão dela vinda do Senhor (Mateus 10.29-30; Provérbios 16.33), e esses textos descrevem governo minucioso, e não a observação perfeita daquilo que outros poderes fariam.

A regularidade vem da liberdade divina. Deus não precisa reinventar o propósito dele a cada instante, e a fidelidade dele permite que o homem espere padrões, cultive a terra e administre remédios; casas podem ser construídas e horários organizados porque o cotidiano apresenta uma ordem reconhecível. A expectativa cristã continua, porém, sob a frase: “Se o Senhor quiser, e se vivermos, faremos isto ou aquilo” (Tiago 4.15). Longe de ser adorno devocional acrescentado a um mundo de causas independentes, essa confissão reconhece que plano criado nenhum carrega em si o poder de alcançar o efeito.

As leis não governam

Poucas expressões receberam autoridade tão ampla com conteúdo tão pouco examinado quanto “leis da natureza”. A metáfora vem do governo: uma lei ordena, proíbe, estabelece consequências e pressupõe autoridade. Só que quando o cientista fala em lei, ele em

geral designa uma equação ou generalização que descreve relações observadas.

A equação não conhece os corpos, não emite ordens e não tem energia, e escrevê-la num quadro não altera o movimento de um átomo. Ela pode organizar medidas, permitir cálculos condicionais e resumir um padrão. Causar o padrão que descreve é que ela não pode. Devemos ser exatos aqui, para não trocar crítica filosófica por hostilidade infantil à ciência. O ocasionalismo não nega que homens construam modelos úteis, desenvolvam tecnologias ou observem regularidades, nem exige que o cristão rejeite toda previsão porque indução nenhuma produz certeza, uma vez que há diferença entre conhecimento infalível e expectativa prática, entre verdade deduzida da revelação e opinião útil formada dentro da providência. Um engenheiro pode projetar uma ponte com base em modelos que funcionaram repetidas vezes, e o êxito dele não transforma o modelo em poder cósmico nem lhe concede onisciência; a ponte permanece porque Deus causa cada acontecimento da permanência dela, com frequência segundo a ordem que o engenheiro esperava.

Cheung afirma que o universo é governado por uma mente divina, e não por leis e poderes naturais, e que os chamados padrões ordinários são causados tão diretamente por Deus quanto os sinais extraordinários.[6] Clark, por seu lado, insiste que as leis físicas descrevem movimentos e não exibem uma gravidade que faça a pedra cair, de modo que a ciência pode formular relações sem descobrir pela sensação a eficácia que garantiria o próximo evento.[7] A convergência é importante: a regularidade científica não é rival da providência porque nunca foi agente. O conflito nasce só quando a

descrição é hipostasiada, quando “natureza” deixa de ser o nome coletivo da criação para ser uma deusa impessoal que executa decretos próprios. Há aqui uma ironia histórica. O homem moderno rejeitou os anjos, os propósitos e a providência em nome de causas observáveis, e quando foi procurar a causalidade encontrou apenas eventos e equações, porque expulsou a mente divina para explicar o mundo por mecanismos, e terminou atribuindo poder a abstrações que jamais viu. E chama isso de sobriedade.

O cristão pode reconhecer os padrões, usar os modelos e corrigir as teorias sem escolher entre superstição e mecanicismo. Os nomes humanos dados às repetições não movem o mundo, cujo governo pertence ao Deus que fala.

Meios sem autonomia

Aparece imediatamente a objeção prática: se Deus causa todas as coisas, por que comer, trabalhar ou medicar? Por que advertir e orar? A pergunta assume que um meio só tem importância quando dispõe de eficácia independente e que, privado dessa pequena divindade, ficaria inútil. Os meios recebem a importância deles do lugar que Deus lhes ordenou no decreto, e o mesmo conselho que determina o fim governa a história pela qual o fim chega.

O navio que levava Paulo a Roma já vinha castigado havia dias quando alguns marinheiros tentaram escapar. Sob o pretexto de lançar âncoras pela proa, começaram a baixar o bote ao mar,

deixando para trás soldados e prisioneiros. Paulo viu o movimento e falou ao centurião: “Se estes não ficarem no navio, não podereis salvar-vos” (Atos 27.30-31). Os soldados não responderam com uma discussão sobre a promessa que o apóstolo havia recebido: cortaram as cordas, e o bote caiu. Pouco antes, Paulo havia declarado que Deus lhe prometera a preservação de todos os que navegavam com ele (Atos 27.22-25). A certeza do fim é justamente o que tornou urgente a advertência acerca do meio, e a ação dos soldados passou a integrar o cumprimento daquilo que Deus já havia determinado. Marinheiro nenhum tinha em si a eficácia de garantir a sobrevivência dos demais: a permanência deles era necessária porque Deus a incluiu na ordem do salvamento, assim como incluiu a advertência de Paulo e o corte das cordas, e a promessa não dispensou os atos humanos, nem recebeu deles uma força que lhe faltasse. Atos 27 impede que o decreto seja imaginado como conclusão solitária, separada do caminho que leva até ela.

O erro fatalista contempla apenas o fim decretado e apaga as ocasiões: “Se Deus decretou que viverei, viverei sem comer.” A conclusão ignora que a recusa do alimento pode ter sido ordenada como ocasião da morte.

Essa doutrina dá razão para obedecer sem idolatrar os meios, e jamais concede licença para desprezar mandamentos ou padrões providenciais. É por isso que o agricultor planta: recebeu trabalho para fazer e sabe que Deus normalmente associa semeadura e colheita (Gálatas 6.7; 1 Coríntios 3.6-7). Nem a semente merece adoração, nem o solo tem soberania sobre o fruto; a mão que semeia

e a planta que cresce continuam sob o mesmo Senhor, razão pela qual o agricultor trabalha enquanto ora.

Naturalismo e fatalismo erram em direções diferentes. Um esquece Deus durante o uso do meio e transforma o instrumento em causa; o outro invoca a soberania para desprezar a ordem estabelecida pelo próprio Soberano. A mente do Espírito usa o remédio sem confessá-lo salvador e ouve o professor sem torná-lo iluminador da alma; recebe o alimento e planeja, e reconhece que vida e futuro continuam nas mãos de Deus (Salmos 31.15), e a maturidade cristã pratica uma diligência consciente da própria dependência. A oração vai esclarecer outra vez essa relação. Ela não fornece informação a um Deus ignorante, nem libera uma força espiritual acumulada na vontade humana, e seria igualmente falso tratá-la como teatro dispensável depois que o decreto tornou o acontecimento certo, pois Deus manda esse ato real da mente e da fala, e ordena, na ocasião dele, efeitos determinados. A ausência de causalidade autônoma situa a significação de cada ato dentro do propósito divino.

A criatura age, mas não inaugura o ser

Se somente Deus causa, ainda podemos dizer que homens agem, escolhem e pecam? O temor contido na pergunta confunde ação com independência. Um homem age quando pensa e deseja, quando decide e move o corpo, e todos esses acontecimentos continuam reais no ocasionalismo; o homem apenas deixa de ser a origem não

causada deles, e a realidade da decisão, da intenção e do movimento subsiste inteira dentro do decreto de Deus.

A noção comum de liberdade exige aquilo que criatura nenhuma pode ter: o poder de ser causa última do próprio ato. Uma vontade que inaugurasse decisões sem determinação anterior teria de operar independentemente daquele que sustenta a existência dela e ordena todas as coisas segundo o conselho da vontade dele (Efésios 1.11), e por um instante a criatura escaparia ao Criador e produziria uma novidade que Deus não determinou. Chamar essa divindade clandestina de dignidade humana apenas protege a pretensão com um nome agradável. O homem bíblico não perde a condição de agente porque Deus causa os atos dele. José pôde dizer aos irmãos: "Vós bem intentastes mal contra mim; porém Deus o intentou para bem" (Gênesis 50.20). O texto não divide um acontecimento em duas metades causalmente independentes, e sim mostra o mesmo curso histórico com intenção humana má e propósito divino bom. A Assíria é vara da ira de Deus e, ao mesmo tempo, nação arrogante julgada por intenções que não correspondem ao propósito santo daquele que a usa (Isaías 10.5-15); e a crucificação ocorreu conforme o determinado desígnio e presciência de Deus, e os que a executaram são chamados de iníquos (Atos 2.23; 4.27-28). O texto bíblico não protege a soberania enfraquecendo o verbo divino, nem protege a responsabilidade tirando o acontecimento do decreto.

Relacionar causação divina, pecado e responsabilidade exige investigação própria, e a acusação não pode funcionar antecipadamente como veto emocional. Dizer "isso faria de Deus autor do pecado" ainda não é argumento enquanto *autor*, *causa*,

pecado e *responsabilidade* ficarem indefinidos. Segundo a Escritura, Deus opera todas as coisas e a vontade dele não pode ser frustrada; atos maus cumprem o propósito divino; e a culpa pertence aos agentes que os praticam, de sorte que suavizar qualquer dessas proposições até acomodá-la a uma filosofia de liberdade herdada de fora apenas adia o problema e desobedece ao texto que deveria julgá-lo.

Causar um ato difere de cometê-lo porque, na questão presente, os verbos designam sujeitos distintos: Deus causa o pensamento e a ação, e o homem é quem pensa e age. A crucificação foi determinada pelo conselho divino, enquanto Judas recebeu a prata, Pilatos pronunciou a sentença e mãos humanas cravaram os pregos (Mateus 26.15; Lucas 23.24), e a diferença de sujeitos preserva a identidade moral das ações sem abrir uma esfera causal independente. As consequências dessa distinção ainda precisarão suportar as objeções mais difíceis, e o medo dessas consequências não concede autonomia metafísica à criatura.

Comunicação e mente: uma antecipação

O ocasionalismo fica ainda mais radical quando deixa a física e alcança o conhecimento. Supomos que a luz produza imagens nos olhos, que impulsos viajem ao cérebro e que o cérebro transforme esses sinais em pensamento, e mesmo que a descrição corporal

inteira estivesse correta, ainda faltaria a passagem decisiva: como um movimento físico passa a ser uma proposição?

Que quantidade de eletricidade significa que Deus criou o mundo? Que forma de onda contém a validade de um silogismo? Uma proposição tem sujeito e predicado, verdade ou falsidade, relações lógicas, e deslocamento material nenhum, considerado como deslocamento, contém tais propriedades.

Cheung aplica o ocasionalismo a essa dificuldade: na ocasião em que Deus causa determinada atividade cerebral, causa também um pensamento na mente; na ocasião em que causa um pensamento, pode causar uma atividade cerebral correspondente. A associação é governada por Deus, e não por uma passagem necessária da matéria ao espírito, de sorte que na morte a mente continua pensando sem o cérebro, porque a fonte do pensamento dela nunca foi o tecido corporal (Lucas 16.22-25; 2 Coríntios 5.8).[8] A sensação, nessa formulação, fornece no máximo uma ocasião na qual Deus comunica alguma coisa diretamente à mente, e não é fábrica de conhecimento nenhuma, e a dificuldade epistemológica estende o ocasionalismo para além de bolas, pedras e chamas, e nela a distinção entre Criador e criatura alcança acontecimentos corporais e mentais. O cérebro transformaria a matéria em criadora de significado se produzisse pensamentos por poder próprio, e conceder essa eficácia às palavras faria dos sinais externos mestres da mente. O agostinianismo retomado por Clark insiste que o homem exterior adverte por sinais, enquanto a verdade ensina interiormente,[9] e o Logos permanece a luz sem a qual mente nenhuma conhece, ocupando o centro que uma

epistemologia sensorial autossuficiente tentaria reservar aos sentidos.

Uma espiritualidade irracional também fica excluída. Deus causa pensamentos, e a simples presença de uma ideia na mente não a torna verdadeira nem inspirada: a verdade de uma proposição depende da conformidade dela com aquilo que Deus pensa e revelou, e o homem continua obrigado a julgar as próprias crenças pela Palavra (Isaías 8.20; 1 Tessalonicenses 5.21). Impressões interiores não recebem canonização ocasionalista, porque sensação, emoção e intuição não têm autenticação própria. A mente depende de Deus para pensar e da Escritura para distinguir conhecimento de opinião.

Clark, Cheung e a extensão da tese

Devemos reconhecer as linhas de influência sem fabricar uma genealogia mais limpa do que as fontes permitem, porque Clark não escreveu um sistema completo de ocasionalismo com todas as aplicações que este livro vai desenvolver. Na crítica que fez da causalidade, porém, ele chega a uma conclusão inequívoca: somente Deus pode garantir a ocorrência do efeito e, por isso, somente Deus é causa no sentido estrito, e os eventos criados que a linguagem comum chama de causas são, na formulação associada a Malebranche, ocasiões.[10] A crítica dele ao empirismo e a apropriação do Mestre interior agostiniano abrem também a direção epistemológica. Cheung torna a tese explícita, abrangente e

programática. Para ele, a providência inclui o controle completo de tudo acerca de tudo, e Deus é o único poder em toda comunicação e aquisição de conhecimento; o universo recebe dele sustentação contínua, e cada acontecimento, ordinário ou milagroso, é obra imediata do mesmo agente.[11] Não é preciso atribuir a Clark cada frase de Cheung para reconhecer a continuidade lógica, e também não devemos esconder a ampliação: Cheung toma elementos que em Clark aparecem em discussões particulares e os formula como metafísica e epistemologia integradas.

A ligação entre o axioma da revelação e a prática expansionista amplia essas contribuições sem contrariá-las. A comunicação da verdade à mente, na ocasião dos meios ordenados por Deus, deixa a autoridade da Escritura livre de qualquer dependência de uma epistemologia empírica. Sob o governo de todos os acontecimentos, oração e fé ocupam o lugar delas entre as ocasiões da ação divina e perdem a aparência de forças concorrentes, e milagre e providência ordinária partilham o mesmo agente, de modo que o cotidiano não fica separado dos sinais prometidos por barreira metafísica nenhuma. Instituição, tradição e ciência humana ocupam território neutro fora do governo da Palavra? Nenhuma delas ocupa, porque poder criado nenhum é autônomo. As consequências ainda exigem demonstração particular, e a raiz já aparece: a soberania absoluta de Deus não precisa ser equilibrada por uma dose de ação humana para permitir o expansionismo, porque o Deus que ordena as ocasiões sustenta a fé, a oração e a proclamação da Igreja dele dentro da própria expansão que ele causa (Filipenses 2.13). A dependência do corpo de Cristo funda a atividade dele, em vez de paralisá-la.

Objeções necessárias

Uma doutrina que atribui toda causalidade a Deus não pode ser protegida por frases reverentes. As objeções mais fortes contra ela pertencem à própria prova.

“O ocasionalismo nega aquilo que todos percebem”

Ninguém percebe causalidade eficiente. Percebemos acontecimentos, sequências, mudanças e repetições, e afirmar que um poder passou de X a Y é interpretação metafísica, de sorte que o apelo ao senso comum apenas universaliza um hábito sem justificá-lo, e muitas crenças consideradas óbvias foram abandonadas quando os pressupostos delas ficaram visíveis, e a popularidade de uma inferência não a transforma em sensação.

E mesmo que a experiência pudesse mostrar que eventos criados estão regularmente associados, isso seria compatível com o ocasionalismo, que não nega a associação e explica a estabilidade dela pela vontade de Deus, de sorte que, para refutá-lo, o oponente precisaria mostrar não apenas que X precede Y, e sim que X tem uma eficácia interna, independente e suficiente para garantir Y. É exatamente isso que a experiência não entrega.

“A doutrina torna o mundo arbitrário”

A acusação dependeria de demonstrar que o próprio Deus é arbitrário. O ocasionalismo funda a regularidade na fidelidade

pessoal do Criador, cuja vontade não está submetida a lei superior nenhuma nem ameaçada por poderes inferiores, e cujo decreto sábio não falha, porque o Deus que o estabeleceu não muda, e a vontade imutável oferece fundamento para a ordem; abstrações incapazes de agir apenas a descrevem.

Conhecer o fundamento da regularidade nos concede conhecimento antecipado de cada padrão? Não concede. Deus nunca prometeu infalibilidade às generalizações científicas, e a história das revisões delas recomenda modéstia. A confiança cristã repousa no propósito divino que governa os acontecimentos, inclusive quando o modelo mais recente precisa ser corrigido.

“Se somente Deus causa, os meios são inúteis”

A conclusão confunde utilidade com autonomia. Um meio recebe função quando Deus o ordena para determinada finalidade, sem precisar de poder independente. A vara de Moisés e a lama aplicada aos olhos não eram deuses menores, e a pregação do evangelho e a água do batismo também recebem o significado deles da Palavra que os designa (Êxodo 14.16; João 9.6-7; Mateus 28.19), e a função permanece depois que a autonomia foi retirada.

O mesmo meio pode acompanhar resultados diferentes sem que o governo de Deus falhe. Um remédio precede a cura num caso e, noutro, não impede o agravamento; a mesma pregação acompanha arrependimento ou endurecimento; até uma aflição pode ser recebida com humildade por um homem e com blasfêmia por outro, e um efeito necessário carregado pelo meio tornaria essa variação

inexplicável, enquanto ocasiões ordenadas situam a diferença no propósito divino.

“O ocasionalismo elimina a distinção entre natureza e milagre”

O ocasionalismo elimina a fronteira metafísica que entregava o curso ordinário à natureza, e conserva a distinção bíblica pelo caráter incomum ou revelador do milagre. A travessia diária de um rio por uma ponte e a passagem do mar em chão seco têm o mesmo Senhor (Êxodo 14.21-22), ainda que ocupem, dentro da história da redenção, lugares muito diferentes, porque só uma delas é sinal ligado à promessa.

Se o milagre exigisse maior participação divina, teríamos de dizer que Deus está menos presente no nascimento comum do que na ressurreição, e menos ativo na chuva sazonal do que na multiplicação de pães, e a Escritura ensina diversidade de obras e propósitos dentro de uma soberania que não admite graus.

“Isso transforma Deus no autor do pecado”

A objeção é séria demais para uma resposta apressada, e comum demais para funcionar como proibição de pensar. A Escritura atribui a Deus determinação exaustiva e, no mesmo relato, imputa pecado às criaturas que praticam o mal (Amós 3.6; Tiago 1.13-14), e jamais apresenta as duas atribuições como contraditórias. Uma solução cristã deve preservar o decreto e a culpa segundo os sentidos estabelecidos pelo texto, porque introduzir uma vontade autônoma

para livrar Deus de uma acusação filosófica termina facilmente negando aquilo que a revelação afirma sobre o governo dele.

“A tradição reformada fala em causas secundárias”

Falamos também, desde que a expressão seja definida. Nomes históricos não encerram disputas conceituais. Se causa secundária significa ocasião, instrumento ou ordem subordinada infalivelmente governada por Deus, a formulação pode ser mantida; se significa fonte de eficácia que determina alguma coisa não determinada por Deus, deve ser rejeitada ainda que apareça num manual venerável. Confissões servem à Igreja quando resumem a Escritura, e não recebem o poder de transformar contradição em mistério.

A humilhação e a liberdade da criatura

Essa doutrina humilha porque tira do homem a última propriedade que ele queria reservar. O pecador admite de bom grado que Deus criou o mundo, contanto que o presente seja entregue às criaturas. Aceita também o conhecimento divino das decisões dele, sob a condição de que elas não sejam determinadas. Chega a pedir ajuda para a mente, desde que o conhecimento ainda comece nos sentidos. Até a oração pode ser atribuída a Deus, quando a fé humana conserva o poder de ativar a resposta. Cada concessão desenha uma fronteira destinada a oferecer honra religiosa sem entregar a

totalidade. A mentalidade da carne procura independência até na teologia da dependência dela. Fala em graça cooperante, causas secundárias, liberdade compatibilizada ou leis criadas, e algumas dessas expressões podem receber definições verdadeiras; servem de esconderijo quando a função delas é preservar dentro da criatura um ponto que Deus não determina, e esse ponto, por menor que pareça, seria um altar, e ali a criatura poderia dizer: até aqui Deus sustenta; daqui em diante eu causo.

A mentalidade do Espírito não teme perder um território que nunca teve. A dignidade da criatura está em ser imagem do Deus verdadeiro (Gênesis 1.26-27), e libertada do pecado ela obedece dentro das ocasiões ordenadas e participa conscientemente do decreto sem inaugurar realidade fora dele (Romanos 6.18). A dependência dela representa uma redução posterior? Pertence desde a origem ao que significa ser criatura.

Essa humilhação traz consolo. A escassez não é soberana quando o alimento deixa de ser senhor da vida, e um diagnóstico não decide o desfecho quando o remédio perde qualquer senhorio sobre a cura. A mente tampouco se reduz ao cérebro que se deteriora. Governantes e instituições podem servir como instrumentos terríveis, e império nenhum controla o futuro, nem a corrupção de uma estrutura aprisiona o corpo vivo de Cristo (Daniel 2.21; Mateus 16.18). A palavra final continua com aquele que governa cada ocasião dolorosa.

Nenhum desses consolos autoriza presunção. O Deus que cura sem remédio também pode ordenar a morte apesar do tratamento, e depois de libertar um servo da prisão pode conduzir outro ao

martírio (Atos 12.2, 7-11), e até o império destinado à queda pode ser usado por algum tempo como vara de juízo. O ocasionalismo tira do homem a pretensão de controlar religiosamente a providência e dirige a esperança cristã às promessas daquele que governa as ocasiões.

Nenhuma criatura é Deus

Entre Criador e criação há uma distinção que exclui da criatura toda eficácia exercida fora do decreto. Ela recebe existência e é continuamente sustentada, e os atos dela, a ordem que os relaciona e os pensamentos que ocorrem na mente dependem do mesmo conselho. Somente Deus causa no sentido estrito, porque somente ele pode assegurar a realização daquilo que determinou.

Fogo e pão ocupam o lugar deles na ordem que Deus sustenta. A palavra humana adverte e a mente pensa em ocasiões igualmente dependentes, e a Igreja prega, ora e serve com atos reais cuja eficácia última pertence ao Senhor. Essa confissão preserva a realidade do instrumento enquanto impede a divinização dele. No navio de Paulo, homens viram o perigo, pronunciaram uma advertência e cortaram cordas, e nenhum deles precisou ser causa autônoma para agir de modo indispensável. As dificuldades continuam reais. Diante do mal, será preciso preservar a santidade do Deus que decreta e a culpa do sujeito que peca. A oração exige que o pedido humano seja compreendido dentro de um conselho imutável, e a cura obriga a

relacionar a fé com o efeito sem convertê-la em força causal, e até a ordem de avançar dada à Igreja depende desse fundamento, porque um corpo absolutamente dependente só pode obedecer pelo poder do Cabeça. O ocasionalismo merece ser confessado apenas se as consequências dele puderem ser sustentadas sem recortar a soberania que lhe deu origem.

A soberania de Deus não pode ser preservada pela distribuição de soberanias menores às criaturas. A ordem do mundo depende da palavra contínua do Criador, e não de concorrentes a quem ele teria entregado províncias autônomas. Deus disse, e houve criação; a palavra dele ainda sustenta aquilo que começou (Gênesis 1.3; Hebreus 1.3). Entre a vontade divina e o acontecimento não existe um poder criado que complete a obra, ainda que existam ocasiões estabelecidas, instrumentos movidos e criaturas conservadas por ele.

A mente renovada abandona a procura por parcelas de divindade entregues às coisas, e aprende a viver segundo a confissão de que todas elas vêm de Deus, subsistem pelo governo dele e se dirigem ao propósito dele (Romanos 11.36).

Notas

1. Gordon H. Clark, *Senhor Deus da Verdade*, seção “Causalidade e Causação”. Clark argumenta que a experiência fornece sucessão, mas não o poder pelo qual um evento garantiria outro. ↩

2. Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 3, “Ocasionalismo e empirismo”. ↩
3. Confissão de Fé de Westminster, 5.2. ↩
4. Clark, *Senhor Deus da Verdade*, “Causalidade e Causação”. ↩
5. Vincent Cheung, *Theology*, cap. “The Works of God”. ↩
6. Ibid. ↩
7. Clark, *Senhor Deus da Verdade*, “Causalidade e Causação”. ↩
8. Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 3. ↩
9. A formulação agostiniana aparece em *De Magistro* e é reproduzida na seção documental de Clark, *Senhor Deus da Verdade*. ↩
10. Clark, *Senhor Deus da Verdade*, “Causalidade e Causação”. ↩
11. Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 3; Cheung, *Theology*, “The Works of God”. ↩

CAPÍTULO 7 — DEUS, O MAL E A RESPONSABILIDADE

“Dir-me-ás então: Por que se queixa ele ainda?
Porquanto, quem tem resistido à sua vontade?”
(Romanos 9.19)

A objeção que pertence ao centro

Há perguntas que visitam um sistema depois de construído, como quem examina a firmeza de uma parede já levantada. Outras estavam presentes desde o primeiro fundamento e só esperavam que o construtor tivesse coragem de olhar para baixo. O problema do mal pertence ao segundo tipo. Se Deus conhece o futuro porque determinou o futuro, se criatura nenhuma tem poder eficiente independente e se cada movimento da história acontece pela vontade daquele que sustenta todas as coisas, então o pecado não pode ser posto numa região abandonada do universo, distante o bastante para preservar uma aparência de soberania e próxima o bastante para ainda ser julgada. Deus governa também ali.

A doutrina costuma ser proclamada com vigor enquanto o assunto é a queda de impérios, a segurança dos eleitos ou a direção providencial de uma viagem, e é quando o mesmo governo alcança a traição de Judas, o endurecimento de Faraó e o primeiro desejo pecaminoso de Adão? Aí muitos interrompem a dedução e procuram uma palavra que lhes permita conservar o vocabulário reformado sem suportar a consequência dele. A permissão, a causa secundária ou o livre-arbítrio compatível podem receber definições legítimas, e podem também funcionar como portas pelas quais a criatura recupera, discretamente, a autonomia que lhe foi negada na entrada principal, e Gordon Clark percebeu que cosmovisão nenhuma pode ser considerada completa enquanto se recusa a falar do mal. A discussão dele em *Religião, razão e revelação* atravessa o dualismo e a privação agostiniana antes de enfrentar as evasões produzidas pelo livre-arbítrio, até afirmar a causação divina universal e procurar uma definição de responsabilidade que não dependa da indeterminação humana.[1] Vincent Cheung avança por uma linguagem ainda mais direta: Deus causa tudo quanto acontece, inclusive os pensamentos e atos maus das criaturas, e permanece justo, julgando o pecador segundo a lei dele.[2]

Entre os dois, onde está a divergência mais importante? Não na soberania final de Deus, que ambos confessam, e sim na função metafísica concedida às causas secundárias. O ocasionalismo defendido neste livro recebe a pergunta dentro de uma formulação mais estreita: se somente Deus causa eficientemente, como pode o homem ser responsável pelo pecado que pratica?

Uma resposta feita para aliviar a sensibilidade antes de obedecer à Escritura já começou sob autoridade errada. Isso significa que a dor seja desprezível, ou que o intelecto cristão deva falar de tortura, abandono e morte com a frieza de quem move símbolos num quadro? Não significa nada disso. Significa que a realidade do sofrimento não dá à consciência ferida o direito de inventar um deus incapaz de governá-lo. O mesmo homem que exige um Criador limitado para explicar a violência logo o acusa de negligência por não a impedir.

Deseja que Deus tenha força suficiente para intervir, e não tanta que tenha determinado a história na qual a intervenção ocorre. A contradição nasce de uma lealdade mais profunda do que o argumento.

Antes de perguntar como Deus pode decretar o mal, precisamos saber de onde veio a medida pela qual o decreto dele será julgado. Se a medida vem da Escritura, o problema será tratado por proposições que a própria revelação fornece. E se ela vem da intuição moral, da expectativa cultural ou do sentimento de equidade herdado de alguma filosofia? Então Deus já foi levado diante de uma medida criada. Essa medida talvez use versículos, confissões e linguagem devocional, e quem julga continua sendo o homem.

O mal precisa de uma lei

O mal moral não é substância, princípio eterno nem força rival que entrou na criação por uma fronteira desguarnecida. A Escritura define pecado como transgressão da lei e descreve a realidade dele pela relação entre o pensamento da criatura e o mandamento de Deus (1 João 3.4): onde Deus diz “farás”, o pecado recusa; onde diz “não farás”, o pecado deseja e pratica o que foi proibido. A transgressão é real, os efeitos dela são terríveis e a condenação dela é justa, sem que ela precise ter existência independente, como se fosse matéria fabricada por outro criador.

Essa definição fecha duas fugas opostas. A primeira converte o mal numa coisa quase metafísica, dotada de energia própria, capaz de surpreender Deus e deformar um plano originalmente melhor. A segunda chama o mal de ausência e imagina ter dissolvido a gravidade dele. Um desvio precisa ser substância para produzir culpa? A falsidade é a contradição da verdade, e ainda assim uma mentira pronunciada diante de um tribunal pode levar um inocente à morte. O pecado existe como pensamento, desejo e ato da criatura em desconformidade com a norma divina.

Conhecemos essa norma porque Deus fala, e a natureza, a sociedade e a consciência oferecem interpretações rivais quando são tomadas como autoridades autônomas: uma cultura honra o que outra condena, e a consciência que hoje acusa aprende amanhã a desculpar. A Escritura torna público o juízo do Legislador. Cheung observa que a bondade está fundada no próprio Deus e é comunicada verbalmente, de modo que a Bíblia fornece o padrão objetivo pelo

qual reconhecemos o bem e o desvio dele,[3] de sorte que a revelação não recebe validade da concordância humana, porque é justamente a discordância do pecador que está sendo julgada. Deus tampouco contempla uma lei superior e ajusta a conduta dele a ela. Se existisse um bem acima dele, esse bem ocuparia a posição divina e o Criador seria apenas o primeiro súdito dele. Quando dizemos que Deus é bom, afirmamos que a natureza dele, o pensamento dele e as obras dele são a medida última da bondade; a vontade dele não é capricho produzido por alteração emocional, porque o Deus imutável não delibera sob ignorância nem descobre razões que antes ignorava. O bem tem estabilidade eterna naquilo que Deus é, e os preceitos dele revelam o que ele exige das criaturas em relações determinadas.

Daí sai uma distinção que a acusação usual tenta apagar. O mandamento "não matarás" foi dirigido a seres humanos e regula a retirada injusta de uma vida humana por outro homem (Êxodo 20.13); ele não converte Deus, dono da vida, em assassino quando determina a morte de alguém. Também não seria possível a Deus roubar, porque coisa nenhuma existe fora da propriedade dele, e os preceitos que governam criaturas pressupõem a posição criada, os limites recebidos e as relações estabelecidas pelo Legislador, e aplicá-los ao Criador sem olhar quem é o sujeito da lei parece humildade moral, e dá numa confusão entre Deus e homem. Isso concede licença para que qualquer poderoso se declare acima da norma? De modo nenhum. Governantes, pais e ministros continuam sendo criaturas; cargo eclesiástico nenhum imita a soberania de Deus, e ninguém se faz proprietário da consciência alheia por receber autoridade limitada para servir. A história institucional da Igreja tem homens que justificaram coerção, ocultamento e violência por uma

analogia blasfema entre a posição deles e o governo divino, e a diferença entre Criador e criatura, longe de proteger tais pretensões, pronuncia a condenação delas.

Decreto e preceito

A palavra “vontade” é usada com frequência para duas ideias que precisam ser separadas. O decreto divino declara o que Deus decidiu causar na história. O preceito revela aquilo que a criatura deve crer e fazer. Uma proposição trata do acontecimento determinado pelo Criador; a outra estabelece a obrigação moral do homem. Cheung prefere distinguir os termos em vez de falar em duas vontades conflitantes, porque a aparência de contradição é produzida quando a mesma palavra conserva sentidos diferentes dentro do argumento.[4]

Considere a venda de José. Os irmãos dele receberam mandamentos suficientes para saber que a inveja, a mentira e a entrega do próprio irmão eram pecaminosas. Anos depois, José lhes diz que intentaram o mal contra ele e que Deus intentou o mesmo acontecimento para o bem, a fim de conservar muita gente com vida (Gênesis 50.20). Mas o texto distribui o episódio entre uma parte criada pelos irmãos e outra depois redimida por Deus? Não distribui nada. Há um acontecimento, duas intenções moralmente distintas e o governo divino assegurando o resultado desde o começo: a intenção má pertence aos irmãos como transgressão do preceito, e a intenção de Deus pertence ao decreto bom pelo qual até aquela transgressão

serve à preservação da promessa. Seria contraditório afirmar que Deus decretou e não decretou a venda de José no mesmo sentido, e Gênesis afirma outra coisa, que é ter Deus determinado o acontecimento que proibira aos irmãos como conduta moral. Os sujeitos e as relações não são idênticos, e confundir decreto e preceito produz um falso dilema no qual Deus precisa desejar moralmente o pecado como obrigação, ou perder o controle metafísico sobre a ocorrência dele.

A Confissão de Fé de Westminster afirma que Deus ordenou livre e imutavelmente tudo quanto acontece e, no mesmo parágrafo, nega que ele seja autor do pecado; mais adiante, declara que a providência alcança todas as coisas segundo a natureza das causas secundárias.[5] Há força nessa recusa em dividir a história entre Deus e o acaso, e há prudência pastoral em preservar a culpa real da criatura. A fórmula encerra a investigação? Não encerra. “Autor” pode significar causa eficiente, sujeito que executa a ação ou agente moralmente culpado; “causa secundária” pode designar o instrumento ordenado ou introduzir uma eficácia criada; e repetir a confissão sem definir os termos dela apenas transfere a dificuldade para palavras veneradas.

O ocasionalismo permite conservar a distinção que Westminster quer proteger sem atribuir independência causal ao pecador. Deus é a causa eficiente do acontecimento total, e o homem é o sujeito histórico e moral do pensamento transgressor dele: deseja o que foi proibido, aprova esse desejo e age contra o mandamento que o governa. A ação lhe é atribuída porque ocorre na mente dele e no corpo dele, expressa o caráter dele e viola a norma dirigida a ele, e

nenhum desses fatos exige que ele tenha produzido a si mesmo, criado o próprio desejo ou escapado por um instante do decreto.

Quando Clark chama Deus de causa última e Judas de autor imediato da traição, ele preserva uma distinção indispensável entre causação soberana e comissão moral.[6] O recurso dele às causas secundárias deve, para o sistema presente, ser traduzido com cuidado: Judas é o traidor real, a mente que ama o dinheiro e o homem que entrega Cristo com um beijo, ainda que a eficiência pela qual cada evento chega a existir pertença a Deus. Cheung remove a distância metafísica ao dizer que Deus causa diretamente os pensamentos e ações, e mantém a diferença entre causar uma criatura a transgredir e ser uma criatura transgressora,[7] de modo que a síntese não precisa escolher entre um Deus soberano e um pecador real, porque a realidade do segundo depende inteiramente da causação do primeiro.

Uma noite determinada

Jerusalém estava cheia quando Jesus foi entregue. Judas conhecia o lugar onde o Mestre costumava se reunir com os discípulos e levou até lá os homens armados, e o beijo que havia sido sinal de comunhão virou instrumento de identificação, e os guardas prenderam aquele que poderia derrubá-los com uma palavra, enquanto os discípulos fugiram dentro da noite que imaginavam ter sido tomada pelos inimigos deles. O Sinédrio procurou testemunho

para sustentar uma condenação já desejada. Pilatos reconheceu a ausência de culpa digna de morte e, ainda assim, entregou o inocente para preservar a posição dele diante da multidão. Herodes participou do escárnio. Soldados vestiram Cristo de púrpura, feriram a cabeça dele e transformaram realeza em brincadeira militar. Fora dos muros, mãos humanas fixaram o Filho de Deus à madeira.

Cada participante entrou no acontecimento por intenções próprias, algumas calculadas durante dias, outras nascidas da covardia de uma hora, e nenhum deles acreditava estar cumprindo o conselho eterno de Deus. Depois, a Igreja reunida confessou que Herodes e Pôncio Pilatos, acompanhados pelos gentios e por Israel, fizeram aquilo que a mão e o propósito divinos haviam predeterminado (Atos 4.27-28).[8]

A cena concentra o problema inteiro. A morte de Cristo foi o maior crime da história, porque o único homem sem pecado foi condenado por testemunho falso, inveja religiosa e conveniência política, terminando em violência pública, e foi também o centro do decreto redentor, anunciado pelos profetas e executado segundo o determinado conselho e presciência de Deus (Isaías 53.10; Atos 2.23). Pedro alivia os ouvintes em Pentecostes, dizendo que a culpa deles se dissolveu por terem cumprido o plano divino? Acusa-os de crucificar Jesus por mãos de homens iníquos (Atos 2.23). E a Igreja de Atos 4 não protege a soberania com a hipótese de que Deus apenas observou as escolhas e construiu depois uma salvação com o material disponível: o propósito veio antes, governou o acontecimento e incluiu os agentes maus sem tornar boa a maldade deles.

Se a determinação divina removesse responsabilidade, a cruz absolveria Judas, Pilatos e a liderança que entregou Jesus. E se a responsabilidade exigisse autonomia, a expiação dependeria de um risco criado, com Deus podendo prometer o Cordeiro e descobrir, no momento decisivo, que os homens preferiram outro curso, e a Escritura rejeita as duas consequências: o crime continua sendo crime dentro do decreto pelo qual Deus o destinou a vencer o pecado. Aqui a bondade do decreto aparece sem converter o ato mau em ato bom. Era bom que Deus determinasse a morte de Cristo como sacrifício pelos eleitos; era mau que Judas traísse o inocente por dinheiro; e o mesmo acontecimento histórico recebe qualificações diferentes porque estamos olhando agentes, intenções e relações diferentes com o preceito. A mente carnal chama isso de paradoxo para escapar da disciplina de formular as proposições completas, enquanto a mente submetida à revelação identifica o agente e a intenção, confrontando os dois com o mandamento e com a autoridade que julga o ato.

Causar não é cometer

A expressão “autor do pecado” chega à discussão carregada por sentidos que raramente são declarados. Se ela significa que Deus é a causa eficiente de todos os acontecimentos, o ocasionalismo deve aceitar a consequência. Se significa que Deus transgride uma lei dirigida a ele, aprova o pecado como dever da criatura ou tem maldade na natureza dele, a expressão deve ser negada. E quando ela

chama Deus de pecador só porque causou o pecado de outro, introduz como premissa exatamente aquilo que precisava demonstrar: que existe uma lei acima de Deus proibindo-o de causar uma criatura a violar os preceitos dele. Cheung provoca a tradição reformada ao perguntar por que a acusação seria, por si mesma, um argumento. Uma descrição produz contradição só porque desperta repulsa? Seria preciso mostrar qual proposição bíblica fica falsa quando afirmamos a causação divina do pecado.[9] A pergunta é legítima, e a força polêmica da expressão não nos dispensa da precisão: termos sobrecarregados podem revelar a covardia de um sistema, e podem também esconder diferenças essenciais e premiar o choque verbal.

Deus causa o pensamento de Judas e conserva a existência dele, e ordena também as circunstâncias nas quais a traição fica certa. Judas pensa o pensamento como criatura racional, ama a recompensa proibida e pratica a entrega que a lei condena (Mateus 26.14-16; João 12.6). Deus não recebe trinta moedas, não beija Cristo e não viola o mandamento dirigido a Judas. A pergunta séria continua sendo moral, e não mecânica: sob qual lei a pessoa pensou e agiu, e que juízo o Legislador pronunciou sobre esse pensamento? Responsável é aquele a quem a autoridade chama para responder e sobre quem pronuncia juízo conforme uma norma, e o homem é responsável porque está sob a lei do Criador e porque a transgressão dele lhe é verdadeiramente atribuída. A causação é divina; a transgressão é humana. Essa formulação não reparte a eficiência: distingue categorias.

Algo parecido acontece quando um escritor produz um personagem que mente. Toda palavra da mentira existe porque o autor a escreveu, e a falsidade pertence ao personagem dentro da ordem narrativa. A analogia é limitada, porque Deus cria pessoas reais e o escritor humano trabalha com símbolos que não têm mente, e serve apenas para mostrar que causar uma ação atribuída a outro sujeito não transfere automaticamente ao causador todos os predicados morais da ação. No caso de Deus a distância é ainda maior, porque ele não ocupa o mesmo nível de ser nem está sob a mesma legislação da criatura. O ponto costuma gerar desconforto, e eu compreendo por quê. A nossa experiência de causação moral acontece entre seres humanos, onde induzir alguém ao pecado pode ser pecado próprio: o homem que paga um falso testemunho participa da culpa porque Deus proibiu tanto a mentira quanto a corrupção do próximo.

Em seguida transportamos essa relação horizontal para o Criador e supomos que ele deva obedecer ao mandamento dado às criaturas. A analogia falha exatamente onde parecia mais intuitiva.

Tiago e a tentação

“Deus não pode ser tentado pelo mal e a ninguém tenta.” (Tiago 1.13) A frase de Tiago é convocada com frequência como se declarasse que Deus não determina o pecado, e o contexto trata da perseverança prática do crente: o homem tentado procura deslocar a culpa, e o apóstolo o dirige ao desejo que o arrasta (Tiago 1.14-15).

A passagem identifica a santidade de Deus, a origem moral da tentação na concupiscência do sujeito e a responsabilidade imediata de resistir. Ela oferece uma metafísica alternativa na qual desejos surgem sem causação divina? Não oferece, e Cheung insiste nessa diferença entre o nível prático da admoestação e a pergunta metafísica sobre a causação.[10]

Deus não seduz como uma criatura maliciosa que deseja a corrupção de outra para participar da perversidade dela. E ainda assim a Escritura relata que ele enviou um espírito de mentira para conduzir Acabe ao juízo e que endureceu o coração de Faraó (1 Reis 22.19-23; Êxodo 9.12). O próprio Tiago, se interpretado como negação da causação, entraria em conflito com passagens que atribuem a Deus o governo das circunstâncias, dos agentes espirituais e do coração humano, e a concupiscência continua sendo "própria" porque pertence à mente daquele homem, expressa o que ele ama e se opõe à lei que ele conhece. Ser causada não a transforma no desejo de outro sujeito. E quando o texto manda resistir, ele não sugere que o crente tenha uma reserva autônoma de força: apresenta o preceito pelo qual a conduta dele será orientada, e Deus pode causar a obediência na ocasião da Palavra recebida. A exortação tem lugar dentro da soberania.

Há aqui uma lição que ultrapassa a controvérsia. O pecador usa a metafísica para fugir da confissão: "Deus decretou, portanto nada tenho a tratar em mim". Tiago recusa essa manobra. Diante da tentação, a tarefa revelada consiste em reconhecer o desejo mau, pedir sabedoria e perseverar como praticante da Palavra (Tiago 1.5; Tiago 1.22), porque o decreto secreto explica por que o

acontecimento certamente ocorrerá, e não substitui o mandamento conhecido pelo qual o cristão deve pensar.

Responsabilidade sem independência

Também a palavra “responsabilidade” costuma chegar acompanhada de uma teoria inteira. Afirma-se que alguém só pode responder moralmente por um ato se poderia ter escolhido o contrário nas mesmas condições, sem determinação anterior, e essa exigência parece evidente porque foi repetida, não porque tenha sido demonstrada pela Escritura, e onde é que a Bíblia ensina que a capacidade metafísica de produzir alternativas é o fundamento da culpa?

Deus dá o mandamento e conhece o pensamento; identifica o transgressor e tem poder para aplicar a pena. Clark formula a relação de modo incisivo: a criatura responde perante o poder supremo que pode julgá-la, e Deus não responde a autoridade superior nenhuma.[11] A definição transforma justiça em mera força? Não transforma, porque o poder pertence ao mesmo Deus cuja natureza estabelece a bondade e cuja palavra define a norma. Um tirano humano pode punir sem direito, e pode porque ele próprio está sob mandamento; Deus julga como Legislador, proprietário e conhecedor infalível da mente, de sorte que separar a autoridade dele da verdade dele criaria um déspota, assim como separar a bondade dele da soberania dele

produziria um padrão impessoal acima dele. A doutrina cristã confessa o Deus uno, e não uma coalizão precária de atributos.

Livre-arbítrio libertário tampouco é necessário para o louvor. Deus não pode mentir e é digno de adoração pela veracidade dele (Tito 1.2; Hebreus 6.18); Cristo não podia pecar e a obediência dele foi perfeita; os santos glorificados servirão com alegria sem conservar a possibilidade de apostasia. Se uma escolha contrária fosse condição de valor moral, a santidade confirmada seria inferior à instabilidade, e o mesmo critério que pretende salvar a responsabilidade humana termina reduzindo a glória da obediência necessária. No pecador, a incapacidade recebe outro conteúdo moral. Romanos 8 declara que a mentalidade da carne é inimiga de Deus, não se submete à lei dele e nem pode fazê-lo (Romanos 8.7). Paulo não deduz inocência dessa incapacidade: o homem não pode porque é hostil, e a impotência dele não consiste em correntes impostas a uma vontade secretamente santa, e sim na corrupção da própria mente que deseja o pecado. Deus causa essa mente e governa a história dela, e o homem continua sendo o sujeito que odeia a luz.

O princípio popular “dever implica poder” precisa se curvar diante do texto. O mandamento revela obrigação, e não promete capacidade natural. Quando a lei ordena amor perfeito, ela expõe a extensão do pecado em vez de assegurar que o não regenerado tenha força para cumpri-la (Deuteronômio 6.5; Romanos 3.20). Se Deus só pudesse exigir aquilo que a criatura caída consegue fazer por si mesma, a depravação diminuiria a santidade da norma e cada novo pecado reduziria as obrigações futuras. Essa conclusão torna inúteis a deliberação e a advertência? Não torna. Pensar razões, considerar

consequências e ouvir a pregação são acontecimentos pelos quais Deus conduz a mente ao ato decretado, e uma ameaça pode ser a ocasião da fuga, a promessa a da perseverança, o mandamento a do arrependimento. A eficácia deles não vem de poderes independentes alojados nas palavras, e vem de Deus ter ordenado relações estáveis entre a verdade comunicada e o pensamento que ele produz.

Vontade, desejo e coerção

Alguns deterministas procuram preservar a liberdade dizendo que o homem age segundo o próprio desejo, sem coerção externa. A observação descreve muitos atos corretamente: Judas não foi arrastado até os sacerdotes contra uma vontade fiel a Cristo, Faraó resistiu porque queria conservar Israel, os irmãos de José venderam aquele a quem invejavam, e há diferença evidente entre alguém entregar o dinheiro dele porque ama uma causa e fazer isso enquanto uma arma é pressionada contra o corpo dele.

Essa diferença, por mais útil que seja no direito e na vida comum, funda a responsabilidade última? Não funda, porque o desejo também precisa ser explicado. Se ele vem de um caráter, perguntamos de onde veio o caráter; se nasceu da história, perguntamos quem determinou a história; se resulta de uma natureza herdada de Adão, ainda resta explicar a queda de Adão, porque transferir a causa para um estado anterior da criatura alonga a corrente, e não cria autonomia em elo nenhum. O ocasionalismo

afirma que Deus opera o querer e o efetuar (Filipenses 2.13). Isso significa que o homem seja coagido por uma vontade estranha enquanto interiormente deseja santidade? Não significa. A vontade criada é o pensamento de preferência que Deus produz naquela mente, e pertence realmente à pessoa, ainda que dependa totalmente do Criador, e quando o pecador escolhe, ele faz aquilo que quer, e quer segundo a mentalidade da carne que o constitui moralmente naquele momento. A causação divina não é percebida por ele como mão física empurrando um corpo relutante, porque estamos tratando da origem metafísica do próprio pensamento.

Talvez a palavra “marionete” apareça aqui. Ela sugere um objeto inerte movido por fios visíveis, sem consciência das ações que representa, e o homem, ao contrário, pensa proposições e avalia motivos enquanto deseja aquilo que sabe, em alguma medida, ser contrário ao mandamento. Deus causa uma pessoa a agir como pessoa, do mesmo modo que causa o fogo conforme a ordem estabelecida para o fogo, e a diferença é que a pessoa é imagem racional e responde moralmente à Palavra, e chamar os dois de criaturas causadas não apaga a distinção entre mente e matéria. A imagem da marionete ainda concede autonomia demais ao artesão humano.

O manipulador não cria a madeira, não sustenta o ser dela e não produz uma consciência dentro dela. Deus conhece e causa a criatura desde o interior, porque a presença dele não compete espacialmente com ela.

A queda sem território autônomo

Adão foi criado bom e recebeu uma ordem inteligível. Não nasceu com a corrupção que herdamos dele, nem pecou por ignorar a identidade do Legislador. A serpente falou, Eva foi enganada, o homem tomou do fruto (Gênesis 3.1-6; 1 Timóteo 2.14).

Desde então o apelo ao livre-arbítrio tenta transformar a primeira transgressão numa origem independente: Deus teria criado as condições, e Adão teria inaugurado o mal por um poder de autodeterminação que escapava ao decreto, e a solução compra a absolvição imaginária de Deus pelo preço da divindade dele. Se o ato não foi determinado, alguma coisa surgiu na criação sem que a causa eficiente universal a causasse; se Deus apenas previu a escolha, a presciência dele dependeu da contemplação de um futuro produzido por outro poder; e se ele poderia impedir o acontecimento sem contrariar propósito nenhum, a permissão ainda expressaria uma decisão divina cuja razão precisaria ser enfrentada. A Escritura começa antes da decisão de Adão. Cristo foi conhecido como Cordeiro antes da fundação do mundo, os eleitos foram escolhidos nele antes da criação, o propósito da graça antecedeu as obras humanas (1 Pedro 1.19-20; Efésios 1.4; 2 Timóteo 1.9). Uma redenção eterna pressupõe a queda que a tornaria necessária, de sorte que o pecado de Adão não obrigou Deus a improvisar a cruz: foi incluído no conselho dentro do qual a cruz já tinha sentido.

Adão continua culpado. Recebeu o preceito, compreendeu a proibição e praticou aquilo que Deus tinha declarado mau para ele, e o pecado dele foi ato da mente antes de aparecer na mão estendida:

acolheu uma proposição falsa sobre Deus, preferiu a palavra da serpente e desejou uma condição que o mandamento recusava. O decreto estabeleceu com certeza a queda, e a lei forneceu a base da condenação dela. Cheung descreve a corrupção herdada como disposição mental hostil a Deus, e insiste que a culpa de Adão é imputada à humanidade por decisão soberana, e não por transmissão física,[12] e a representação federal costuma ofender a mesma intuição que exige autonomia individual, já que ninguém foi consultado sobre quem o representaria. Só que o evangelho também anuncia uma justiça imputada por outro Cabeça (Romanos 5.18-19). Quem aceita ser constituído justo em Cristo enquanto exige independência absoluta diante de Adão escolhe a representação apenas quando ela o beneficia.

Há mistérios no sentido de informações não reveladas, porque a Escritura não relata cada pensamento de Adão nem descreve todas as relações internas daquele momento. Não existe, porém, contradição revelada que nos autorize a inserir uma liberdade ausente do texto. Deus decretou a queda, e Adão violou o preceito; a culpa dele foi justamente imputada aos que ele representava, enquanto o propósito eterno prosseguiu em Cristo. Essas afirmações podem ser duras para a autonomia, e logicamente incompatíveis elas não são.

Por que Deus decretou o mal?

Depois da pergunta sobre causação vem a pergunta sobre propósito. Mesmo que Deus possa decretar o mal sem pecar, por que escolheria uma história que inclui condenação, violência e dor? A resposta cristã precisa evitar duas presunções: declarar uma razão que Deus não revelou, e fingir que a ausência de explicação exaustiva produziria contradição. Ignorar parte do propósito não é o mesmo que conhecer uma incoerência.

Romanos 9 oferece mais do que silêncio. Paulo fala de vasos de ira preparados para destruição e de vasos de misericórdia preparados de antemão para glória, e Deus suporta os primeiros com muita paciência a fim de mostrar a ira dele e tornar conhecido o poder dele (Romanos 9.22-23), comunicando aos segundos as riquezas da glória dele. A história do mal serve à revelação do Deus justo, poderoso e misericordioso, e aspectos da natureza dele ficam conhecidos na execução do juízo e na salvação daqueles que não tinham direito à graça,[13] e essa resposta desperta repulsa porque o humanismo colocou o conforto da criatura como finalidade superior. Se a felicidade de cada indivíduo é o bem supremo, criar homens destinados ao juízo vai parecer necessariamente monstruoso. A Escritura começa com outro fim: todas as coisas vêm de Deus, existem por meio dele e se dirigem à glória dele (Romanos 11.36), e o homem encontra o bem verdadeiro dele nessa ordem, e não na exigência de que o Criador organize a eternidade ao redor da preservação dele.

Não devemos transformar “para a glória de Deus” numa etiqueta colada sobre aquilo que nos recusamos a pensar. Na cruz, a expressão ganha conteúdo. O pecado manifesta a justiça que o condena, a ira da qual Cristo salva e a misericórdia que eleito nenhum poderia reivindicar como salário. A paciência divina atravessa séculos de rebelião, a sabedoria dele conduz promessas, povos e acontecimentos até a plenitude do tempo, e o Filho assume a pena, ressuscita e reúne um corpo que conhecerá a graça não como abstração, e sim como resgate de culpa real. O mal continua mau dentro desse propósito. A mentira não é verdade porque Deus a usa, nem o sofrimento deve ser chamado de agradável por participar de um plano bom, e quando Paulo contempla a severidade divina ele não celebra a perversidade dos vasos: celebra o direito, a paciência e a revelação do Oleiro. A distinção protege o cristão de uma espiritualidade doentia que aprende a admirar crueldade para provar submissão.

Há propósitos particulares revelados em acontecimentos determinados. José identifica preservação de vidas; a cegueira do homem de João 9 é ocasião para manifestação das obras de Deus; a morte de Lázaro conduz à glória de Cristo e à fé dos discípulos (João 9.3; João 11.4, 15), e podemos deduzir desses relatos uma chave para explicar individualmente cada luto, cada doença ou crime? Não podemos, e a providência tem razões sábias mesmo quando não recebemos autorização para nomeá-las. Eu desconfiaria de qualquer teologia que respondesse depressa à mãe diante do corpo do filho, como se uma fórmula metafísica eliminasse a obrigação de chorar.

Jesus sabia que ressuscitaria Lázaro e chorou junto ao túmulo (João 11.35). Conhecer a soberania muda o desespero, e não exige uma insensibilidade que a própria encarnação recusou.

O oleiro e quem o acusa

Paulo antecipa a objeção com precisão desconcertante: se ninguém resiste à vontade de Deus, por que ele ainda culpa (Romanos 9.19)? O apóstolo não corrige o oponente dizendo que algumas decisões escapam ao decreto, nem que Deus apenas confirma a natureza escolhida pelo homem. A pergunta recebe a imagem do oleiro que tem direito sobre a massa e faz vasos para usos diferentes (Romanos 9.20-21), e quem acusa é levado a reconhecer a posição de criatura antes de receber qualquer informação adicional.

A repreensão substitui o argumento? Ela identifica uma premissa moral falsa, que é o barro imaginar ter reivindicação contra quem lhe deu forma. Ao perguntar “por que me fizeste assim?”, o objetor admite a causação divina e tenta deduzir dela uma obrigação do Criador para com a criatura, e Paulo nega essa obrigação, porque Deus tem direito sobre aquilo que cria, e a criatura responsável não é credora por ter sido determinada. Romanos 9 seria uma resposta estranha se Paulo acreditasse no livre-arbítrio libertário. Bastaria explicar que Deus culpa porque o homem poderia ter escolhido o contrário independentemente do decreto, e seria igualmente estranho recorrer ao oleiro se o controle divino terminasse na

fronteira da vontade humana. A dureza da imagem corresponde à força da objeção, e é por isso que intérpretes gastam com tanta frequência mais energia diminuindo a analogia do que recebendo a afirmação dela.

O oleiro bíblico é maior do que um artesão trabalhando sobre matéria previamente existente, porque ele cria o barro, sustenta o movimento das mãos e determina o uso final do vaso. A analogia pretende negar que o homem seja racional? O próprio objetor formula uma pergunta, de modo que não: ela pretende estabelecer direito e dependência, e quando passamos da imagem ao Criador verdadeiro, o domínio dele aumenta, ainda que "quem és tu, ó homem?" não proíba investigação teológica, e Paulo está investigando e ensinando ao escrever a carta. A repreensão cai sobre a tentativa de julgar Deus a partir de um direito que a criatura atribuiu a si mesma: perguntar para compreender a revelação é obediência, e perguntar como quem exige que o Criador se justifique já é manifestação do problema discutido.

Intuição, consciência e a norma emprestada

Muitos argumentos contra a soberania terminam na frase "isso parece injusto". A aparência merece análise, porque pode revelar que interpretamos mal uma proposição, e não recebe autoridade para encerrar o caso. Intuições morais são juízos da mente, e a mente

caída não funciona como oráculo preservado da corrupção que atingiu todo o resto.

O não cristão conhece Deus e suprime esse conhecimento, conforme Romanos 1, e a consciência dele acusa e defende (Romanos 1.18-21; Romanos 2.15), sem ser revelação infalível de um sistema moral completo. Ela pode ser cauterizada, educada por costumes maus e treinada para chamar de virtude a rebelião (1 Timóteo 4.2; Isaías 5.20), e até o cristão carrega hábitos intelectuais formados antes da conversão dele e tradições religiosas que sobrevivem porque nunca foram comparadas com o texto. Clark registra que diversas defesas reformadas procuraram satisfazer padrões humanos de equidade, preservando algum tipo de autodeterminação para sustentar a culpa.[14] Cheung acusa a intuição de ocupar o lugar de premissa oculta quando teólogos recuam diante da expressão “autor do pecado”.[15] E a crítica comum aos dois merece ser aplicada também a eles e a nós, porque conclusão nenhuma é bíblica por ser logicamente vigorosa ou por ofender sensibilidades tradicionais. O primeiro princípio continua sendo a Escritura, e não a coragem do polemista.

Submeter a intuição significa silenciar toda consciência de injustiça? Não significa. Deus usa o conhecimento da lei dele para acusar o opressor e despertar a vítima para a verdade de que o mal praticado contra ela tem nome, e o que se recusa é a passagem ilegítima da percepção “este ato humano viola o mandamento” para a conclusão “Deus não poderia ter decretado que ocorresse”. A primeira proposição pode ser verdadeira enquanto a segunda contradiz a soberania revelada. A renovação da mente exigida em Romanos 12 alcança esse lugar doloroso (Romanos 12.1-2). Oferecer o corpo como

sacrifício vivo envolve recusar a conformação ao século, e o século não aparece só em desejos vulgares: aparece também na definição de liberdade que faz de independência sinônimo de dignidade, e a mentalidade do Espírito aprende a julgar pelo que Deus disse, mesmo quando ainda sente o peso emocional de antigas premissas.

Quando a soberania é usada para proteger o pecado

Uma mulher procura a liderança da congregação dela e relata que foi ameaçada durante anos dentro de casa. O pastor ouve, abre a Bíblia apenas o suficiente para mencionar submissão e providência, e então lhe diz que nada acontece fora do decreto de Deus, e recomenda silêncio para evitar escândalo, sugere que o sofrimento talvez exista para santificá-la e protege o agressor porque ele ocupa função útil na instituição. Na reunião seguinte, a comunidade canta sobre a soberania divina enquanto a vítima aprende que a doutrina foi transformada em parede contra o clamor dela. O agressor, por sua vez, recebe uma versão religiosa da frase de Tiago: culpa Deus e permanece no pecado.

Esse uso da providência contradiz a distinção entre decreto e preceito. O fato de Deus ter determinado o abuso não o converte em conduta permitida ao homem, e a liderança conhece mandamentos sobre verdade, justiça, proteção do vulnerável e disciplina do perverso (Isaías 1.17; Provérbios 31.8-9; 1 Coríntios 5.13); responde

diante de Deus pelo modo como os aplica. Invocar o conselho secreto para desobedecer à vontade revelada é rebelião ornamentada com ortodoxia. O ocasionalismo oferece imunidade moral ao instrumento? Não oferece nenhuma. A Assíria foi vara da indignação divina e depois foi julgada pela arrogância com que destruiu (Isaías 10.5-15). Judas cumpriu o conselho e foi condenado como filho da perdição (João 17.12). Uma instituição pode servir, sem compreender, a algum propósito providencial, enquanto os dirigentes dela acumulam culpa por cada mentira usada para preservar o poder.

A Igreja como corpo vivo de Cristo reage de outra maneira. Os membros dela pertencem uns aos outros e recebem dignidade do mesmo Cabeça; título nenhum autoriza o sacrifício de uma parte para conservar a reputação da corporação; a verdade revelada deve governar a apuração, o cuidado e o juízo, ainda que a obediência exponha fracassos que a organização preferiria esconder. Quando a instituição se apresenta como realidade sagrada cuja sobrevivência justifica o silêncio, ela está exigindo a lealdade que pertence a Cristo. Também a vítima precisa ser libertada de uma falsa conclusão. Ter sofrido dentro do decreto significa que ela mereceu o crime, que deva chamar o mal de bem ou que esteja proibida de buscar justiça? Não significa nada disso: Deus determinou a traição de Cristo e condenou os traidores, determinou a opressão de Israel e julgou o Egito (Gênesis 15.13-14; Êxodo 12.12). A providência dá certeza de que o agressor não escapou ao governo divino, e o preceito fornece a linguagem para acusar a transgressão dele.

A responsabilidade alcança quem executa, quem encobre e quem ensina a encobrir. Nenhum deles poderá dizer no juízo que apenas desempenhou a parte decretada, porque a parte foi desempenhada contra mandamentos conhecidos, e a mesma soberania usada como desculpa assegura que toda palavra secreta será trazida à luz na ocasião determinada por Deus (Lucas 12.2-3; Eclesiastes 12.14).

Juízo, arrependimento e graça

Se o decreto torna certo cada pecado, alguém perguntará por que advertir, disciplinar ou evangelizar. A pergunta repete o erro que separa fim e ocasião. Deus determina o arrependimento e causa a palavra que o confronta; ordena a perseverança e produz as exortações pelas quais conserva os santos; e o juízo anunciado participa da história decretada sem adquirir eficiência autônoma.

Quando Pedro acusa os ouvintes de crucificar Cristo, eles são compungidos e perguntam o que devem fazer (Atos 2.37). O apóstolo responde com uma aula sobre capacidade libertária? Ordena arrependimento, anuncia perdão e promete o Espírito (Atos 2.38). Deus usa a exposição da culpa como ocasião para causar fé nos escolhidos, de maneira que a responsabilidade não termina em condenação abstrata: conduz alguns ao conhecimento da graça. Arrependimento é uma mudança da mente acerca de Deus, do pecado e de Cristo, na qual o homem deixa de defender a

transgressão, concorda com o juízo divino e recebe a promessa do evangelho.

Até esse ato é dom, porque se dependesse de uma vontade autônoma o pecador guardaria no centro da salvação uma obra não causada pela graça, e teria de que se gloriar (Efésios 2.8-9).

A causação divina do arrependimento o torna fictício? Não torna. Deus produz uma mente realmente contrita, assim como havia produzido uma mente realmente hostil; a identidade do sujeito permanece, e o conteúdo moral muda pela regeneração. Aquele que justificava o próprio ódio passa a condená-lo, e quem ouvia a Palavra como ameaça à autonomia começa a recebê-la como verdade e vida.

A responsabilidade e a graça se encontram sem competição. O pecador merece juízo por cada transgressão; Deus não lhe deve regeneração; e quando concede fé, age segundo misericórdia livre. A cruz satisfaz a justiça em vez de fingir que a culpa desapareceu, porque Cristo recebe a pena dos eleitos e a justiça dele lhes é imputada sob o mesmo governo soberano que imputou a culpa de Adão (2 Coríntios 5.21; Romanos 5.19). Esse evangelho seria incoerente se responsabilidade exigisse autodeterminação. O eleito foi representado por Adão sem consulta, redimido por Cristo antes de oferecer cooperação e chamado eficazmente quando estava morto em pecados (Romanos 5.8; Efésios 2.1-5). Da condenação à glorificação, a esperança dele repousa na ação de outro, e a autonomia que supostamente preservaria a dignidade dele destruiria a graça que pode salvá-lo.

Objeções que permanecem

“Então Deus pode chamar qualquer coisa de boa”

A objeção imagina uma vontade mutável separada da natureza divina, como se Deus pudesse acordar sob outro caráter e converter mentira em verdade. O Deus bíblico é imutável, conhece a si mesmo perfeitamente e não pode negar-se (Malaquias 3.6; 2 Timóteo 2.13). Os mandamentos positivos dele para circunstâncias criadas podem variar, porque a circuncisão pertenceu a uma administração determinada e a ordem dada a Abraão sobre Isaque não foi norma geral (Gênesis 17.10; Gênesis 22.2; Gálatas 5.6), e mudança histórica nenhuma transforma Deus em adversário da própria natureza. O nosso acesso à bondade não acontece por especulação sobre possibilidades externas a Deus. Recebemos o que ele revelou e julgamos pela Palavra dele. A pergunta “e se Deus fosse diferente?” remove o sujeito sobre o qual falávamos, porque um ser falso, mutável e injusto não seria o Deus da Escritura com outro comportamento, e sim um conceito contraditório construído para escapar da revelação.

“Se Deus causa o pecado, ele tenta o homem”

Tentação moral envolve a relação definida por Tiago: a concupiscência atrai o homem para aquilo que Deus lhe proibiu (Tiago 1.14). Deus causa a situação completa sem ter concupiscência, sem aprovar a transgressão como dever e sem participar da

corrupção do sujeito, e pode enviar um agente mau como juízo e determinar que o pecado ocorra, permanecendo santo no propósito dele.

Quando um homem induz outro ao crime, ele viola preceitos dirigidos aos dois e se faz participante da maldade. A inferência para Deus falha porque muda o Legislador em súdito, de sorte que causação eficiente e solicitação moral precisam ser distinguidas antes que a passagem de Tiago seja usada.

“O homem é punido por ser aquilo que Deus o fez”

Romanos 9 apresenta quase essas palavras e responde com o direito do oleiro. O homem é punido pela culpa imputada a ele e por transgressões reais, cometidas com desejos que pertencem à mente dele; Deus o fez, determinou a história dele e tem autoridade para julgá-lo. A objeção só avança se acrescentar que uma criatura causada adquire direito de não ser julgada, premissa que a Escritura recusa. Também não existe um inocente criado secretamente santo e depois forçado a representar maldade.

O réprobo é verdadeiramente hostil, e a mente dele aprova o que Deus condena: a causação explica por que ele é assim, e a lei explica por que ele é culpado. Misturar as duas perguntas produz a impressão de injustiça.

“Essa doutrina produz passividade moral”

Ela produzirá passividade em quem usa qualquer doutrina como pretexto para desobedecer. Paulo responde ao decreto pregando, sofrendo, corrigindo e orando, porque o mesmo Deus que ordena o fim determinou os meios históricos. A certeza de que Deus causa a santificação tira a vanglória e sustenta a esperança de mudança. O cristão combate o pecado com a Palavra, foge das ocasiões de queda e procura o corpo de Cristo porque recebeu esses mandamentos, e não fica esperando sentir autonomia antes de obedecer. Pede que Deus opere nele o querer e o fazer, e reconhece depois que a diligência inteira dele aconteceu pela graça (Filipenses 2.12-13; 1 Coríntios 15.10).

“A posição torna Deus semelhante ao malfeitor”

Semelhança exige um aspecto comum definido. Deus e o malfeitor se relacionam com o mesmo acontecimento, e ocupam posições radicalmente diferentes: um decreta como Criador para propósito santo, o outro transgride como criatura sob lei. Dizer que ambos “causam” em algum sentido pode esconder a diferença entre eficiência divina e atribuição histórica do ato humano, e o ocasionalismo evita esse equívoco reservando a causação eficiente a Deus. Ainda dizemos, na fala comum, que o assassino causou a morte, porque a ação dele é a ocasião histórica ligada ao resultado e é indispensável para o julgamento humano.

Em metafísica estrita, Deus causa o movimento, a lesão e a morte; em moral, o assassino praticou o ato proibido e responde por ele. Os

níveis de linguagem não competem enquanto as definições deles ficam visíveis.

A responsabilidade da mente renovada

Esta doutrina não foi entregue para que o cristão contemple o decreto secreto e abandone a vida comum. A primeira responsabilidade dele continua sendo crer e obedecer ao que Deus revelou. O ocasionalismo ensina dependência; o problema do mal mostra que dependência nenhuma cancela o juízo moral; e juntas as duas verdades tiram tanto a vanglória da virtude quanto a desculpa do pecado. A mentalidade da carne prefere alternar entre orgulho e fatalismo. Quando pratica algo admirável, atribui a si a origem; quando cai, descobre de repente a soberania e a usa para se absolver. A mentalidade do Espírito confessa que toda obediência foi causada pela graça e que toda transgressão continua sendo dela, porque Deus a julga segundo a lei. Essa assimetria ofende o mérito humano e sustenta a adoração.

Oferecer-se como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus é o culto racional daquele cuja mente está sendo transformada. Romanos 12 não permite separar metafísica e prática: o corpo apresentado a Deus age dentro do decreto, e a mente renovada aprende a reconhecer a vontade revelada como boa, agradável e perfeita. A soberania que governa o pensamento dá razão para buscar transformação, porque fortaleza interior nenhuma tem poder independente contra o

Espírito. No corpo de Cristo, essa responsabilidade assume forma comunitária. Os membros ensinam e advertem; perdoam também, e disciplinam, sem fingir que produzem por si mesmos o efeito espiritual. Um cristão comum pode corrigir uma tradição recebida quando a Escritura a condena; uma liderança pode ser chamada a responder sem que a unidade da Igreja seja confundida com a preservação de cargos. Todos continuam iguais na dependência do Cabeça e diferentes nas ocasiões de serviço que lhes foram ordenadas.

A esperança de retorno começa quando a Igreja deixa de proteger Deus com doutrinas que ele não revelou. O livre-arbítrio oferecido como defesa parece honrá-lo, e entrega à criatura um território causal para depois tornar a salvação dependente daquilo que ali acontece; a linguagem de mera permissão parece afastá-lo do mal, e o mantém observando um acontecimento que ele poderia impedir e decidiu incluir no plano dele. É intelectualmente mais reverente confessar o que a Escritura atribui ao governo dele e aprender dela por que o Juiz permanece justo. Tal confissão exige temor. O Deus que determina a história não é ferramenta para fortalecer autoestima religiosa, e a graça dele não é obrigação adquirida pela criatura.

Diante dele, a pergunta sobre o mal termina examinando também quem perguntou: com que norma eu julgo, de onde a recebi, e por que suponho que Deus deva responder perante ela? O argumento revela um problema moral dentro do próprio problema intelectual.

O Juiz permanece justo

Deus causa tudo quanto acontece. O mal moral existe na criatura como transgressão real de um preceito divino. O decreto que determina a transgressão tem propósito santo, e o pecador que a pratica pensa e age contra a norma que o governa. A responsabilidade consiste em estar sujeito ao juízo do Legislador, e autonomia causal nenhuma é necessária para que a culpa seja verdadeira. Essas proposições sustentam juntas o que as soluções mais confortáveis separam. O dualismo preserva um deus bom tornando-o finito; o libertarianismo preserva uma aparência de culpa entregando ao homem poder independente; a permissão vazia conserva o decreto no vocabulário e o enfraquece na explicação. A Escritura apresenta o Oleiro que faz os vasos, o Juiz que condena o pecado e o Redentor que assume a pena dos que decidiu salvar.

A cruz impede que a soberania seja abstração cruel. Ali Deus não observa o mal de uma distância segura: o Filho encarnado sofre sob o acontecimento que o conselho eterno determinou. A culpa humana alcança a expressão mais terrível dela e a bondade divina faz a obra mais luminosa dela no mesmo lugar, e o decreto não diminui os açoites, a traição ou a morte: conduz todos eles à ressurreição sem atribuir vitória final à maldade (Atos 2.24; 1 Coríntios 15.54-57). O homem responsável precisa ser uma pequena divindade para ser homem? Não precisa. A racionalidade dele, os desejos dele e os atos dele são reais porque Deus os causa como realidade criada, e ele responde porque a Palavra o chama, o acusa e lhe promete juízo ou misericórdia.

Quando a mente abandona a exigência de independência, descobre que a responsabilidade permanece inteira e que a graça fica maior, porque até o arrependimento pelo qual o pecador confessa a culpa dele vem daquele que ressuscita mortos (2 Timóteo 2.25; Efésios 2.5).

O problema do mal termina com a absolvição de Deus diante da consciência humana? Termina quando a consciência é trazida diante da Palavra, o pecado recebe o nome dado pelo Legislador, e a criatura reconhece que o Juiz de toda a terra faz o que é justo (Gênesis 18.25). Dessa submissão nasce uma vida que já não usa o decreto como desculpa nem a responsabilidade como fundamento de mérito, e recebe os dois sob o governo do Deus que causa, ordena e julga segundo a perfeita sabedoria dele.

Notas

1. Gordon H. Clark, *Religião, razão e revelação*, cap. “Deus e o mal”, especialmente as seções “Responsabilidade e livre-arbítrio” e “Responsabilidade e determinismo”. ↩
2. Vincent Cheung, *O Autor do Pecado*, caps. 1 e 3; ver também *Theology*, cap. “The Will of God”. ↩
3. Vincent Cheung, *Sobre o bem e o mal*, cap. 1, “Sobre o bem e o mal”. ↩
4. Vincent Cheung, *Theology*, cap. “The Will of God”. ↩

5. Confissão de Fé de Westminster, 3.1 e 5.2. ↩
6. Clark, *Religião, razão e revelação*, cap. “Deus e o mal”, discussão sobre causa última, autoria e responsabilidade. ↩
7. Cheung, *O Autor do Pecado*, cap. 1; *Theology*, cap. “The Will of God”. ↩
8. Atos 2.23 e 4.27-28. ↩
9. Cheung, *O Autor do Pecado*, cap. 1, “O Autor do Pecado”. ↩
10. Ibid., discussão de Tiago 1.13-17. ↩
11. Clark, *Religião, razão e revelação*, cap. “Deus e o mal”, seção “Responsabilidade e determinismo”. ↩
12. Cheung, *Theology*, cap. “The Fall of Man”. ↩
13. Romanos 9.19-24; Cheung, *Theology*, caps. “The Justice of God” e “The Wrath of God”; *O Autor do Pecado*, cap. 3, “Por que Deus Criou o Mal”. ↩
14. Clark, *Religião, razão e revelação*, cap. “Deus e o mal”. ↩
15. Cheung, *O Autor do Pecado*, caps. 1 e 15. ↩

CAPÍTULO 8 — O HOMEM COMO INTELECTO CRIADO

“E vos renoveis no espírito da vossa mente; E vos revistais do novo homem, que segundo Deus é criado em verdadeira justiça e santidade.” (Efésios 4.23-24)

O homem que permaneceu diante de Deus

Terminou o capítulo anterior com um homem diante do Juiz. Ele não era uma região de indeterminação aberta no interior do decreto, nem uma pequena divindade capaz de inaugurar pensamentos que Deus não causou, e ainda assim era verdadeiramente o homem que desejou, julgou, mentiu, obedeceu ou pecou, e por isso a Palavra o chamou a responder. A conclusão resolveu uma dificuldade e deixou outra em pé. Quem é esse sujeito ao qual o mandamento se dirige? O que, exatamente, recebe uma proposição, reconhece uma obrigação, aprova uma mentira e depois oferece o corpo para executá-la? Se dissermos apenas “o homem”, teremos dado um nome ao problema. Se respondermos “o organismo”, já teremos aceitado uma

antropologia que a Escritura não ensinou. E se distribuirmos suas atividades entre um cérebro que calcula, um coração que crê e um espírito que experimenta Deus sem pensar, teremos convertido metáforas bíblicas numa anatomia religiosa, produzindo dentro da pessoa as mesmas divisões institucionais com que tantas igrejas repartiram a vida cristã: ao intelecto oferecem um pequeno departamento doutrinário, às emoções entregam o culto, à vontade concedem a decisão soberana e ao chamado "espírito" reservam uma região obscura, tanto mais reverenciada quanto menos pode ser definida.

Chama a atenção que o homem contemporâneo, depois de declarar superadas as cosmologias antigas, tenha aceitado com tanta facilidade uma superstição mais pobre: a matéria teria começado a pensar. Não se explica como uma extensão física se transforma numa proposição, de que maneira uma descarga elétrica adquire significado ou por que determinado movimento cerebral deve ser chamado verdadeiro em vez de apenas ocorrido; aponta-se para uma correlação, acrescenta-se a palavra "produção" e espera-se que o prestígio do laboratório complete o argumento. O paciente sofre uma lesão, sua memória muda, e então se anuncia que o cérebro fabrica a memória.

Um instrumento é danificado, a expressão da mente se altera, e disso se deduz que o instrumento criou aquilo que expressava. Seria como observar que uma página rasgada interrompe a leitura e concluir que o papel compôs o livro, e a relação entre o corpo e nossa atividade presente é real, extensa e ordenada por Deus, e a inferência materialista não se torna verdadeira por repetir essa relação com

vocabulário técnico. O cristão não precisa negar exames, terapias ou a dependência corporal da vida terrena para recusar a idolatria pela qual um órgão recebe o poder de gerar verdade: precisa apenas perguntar o que a própria afirmação significa. Se todos os pensamentos são movimentos físicos determinados por outros movimentos físicos, a doutrina materialista também é um movimento, não uma conclusão: aconteceu no cérebro de seu defensor, embora não tenha, por isso, direito lógico nenhum sobre o meu.

A matéria pode colidir com a matéria. Pode, enquanto matéria, provar uma proposição acerca da matéria? Não pode. A Escritura começa em outro lugar: antes de descrever o homem por suas funções sociais, sua composição química, sua capacidade produtiva ou sua localização dentro de uma hierarquia, ela o situa numa decisão divina: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Gênesis 1.26). Essa palavra antecede o pó organizado e concede sentido ao corpo que seria formado. O homem é criatura porque Deus o fez; é homem, entre as criaturas visíveis, porque Deus o fez à sua imagem; e a imagem precisa ser compreendida pelo que Deus revelou acerca de si, não pelo que o homem admira em seu próprio reflexo. A antropologia cristã é, nesse sentido, uma consequência da teologia. Quando se começa pelo animal e se tenta subir até Deus, aquilo que se chama imagem termina sendo a característica física, política ou afetiva que uma época decidiu celebrar. Quando se começa pelo Deus que fala, a criatura humana aparece como mente finita feita para receber sua Palavra, pensar seus pensamentos segundo a medida concedida e responder racionalmente ao Criador, e o homem do capítulo anterior

permaneceu diante de Deus porque, antes de ser julgado, era ouvinte.

O pó que não pensava

Gênesis nos obriga a contemplar dois fatos sem reduzir um ao outro. Deus formou o corpo do homem do pó da terra, e depois soprou em suas narinas o fôlego de vida, e o homem tornou-se alma vivente (Gênesis 2.7). O pó era realmente bom, porque vinha da vontade boa do Criador, mas não discutia o mandamento, não nomeava animais e não sabia que estava nu. A organização material, por mais admirável que fosse, alcançou gradualmente a consciência? Não alcançou. Deus formou o homem e lhe deu vida; a pessoa que passou a compreender não surgiu como efeito de uma capacidade escondida na argila, e jó preserva a mesma ordem quando declara que há um espírito no homem e que o sopro do Todo-Poderoso lhe dá entendimento (Jó 32.8). Não recebemos uma descrição fisiológica de como a mente habita o corpo. Recebemos uma distinção suficiente para impedir que o corpo usurpe a identidade do homem interior.

Talvez a força da passagem seja diminuída por nossa familiaridade; vemos corpos desde o nascimento e aprendemos a associar cada pensamento humano a um rosto, uma voz, mãos que trabalham e olhos que acompanham palavras; por isso nos parece natural que a pessoa seja aquilo que aparece. No entanto, tudo quanto aparece é interpretado pela mente; não vemos a justiça, embora reconheçamos

uma sentença injusta; não tocamos o número, embora contemos os dedos; não escutamos a verdade, embora sons sirvam de ocasião para que compreendamos uma afirmação verdadeira. Mesmo quando outro homem fala, não encontro seu pensamento espalhado no ar. Ouço ruídos, leio sinais e conheço proposições. A pessoa com quem me relaciono não é a cor da pele, o contorno do corpo ou a sequência sonora de seu nome; é o sujeito racional que se manifesta por essas coisas sem se reduzir a nenhuma delas. A aparência tem importância criada, e o corpo pode revelar ternura, ameaça, doença ou vigor, e no entanto um cadáver conserva por algum tempo quase todas as formas visíveis daquele que amávamos e já não é recebido como a presença completa da pessoa. Algo ocorreu que a descrição material não consegue nomear sem pedir emprestado à religião palavras como a partida, a ausência e o fim.

O erro não está apenas fora da Igreja. Pregadores dizem que o cérebro é a sede da razão, o coração é a sede da fé e o espírito é a sede da comunhão com Deus, e depois exortam os ouvintes a descerem "da cabeça para o coração", como se a verdade confessada pelo intelecto precisasse abandonar a mente para tornar-se espiritual. Essa linguagem parece proteger uma fé viva contra o academicismo. E o que ela faz? O contrário: entrega a razão à carne, torna a espiritualidade irracional e deixa a doutrina sem lugar na santificação. Na Escritura, o coração pensa, compreende, guarda palavras, formula propósitos e se endurece (Marcos 2.8; Lucas 2.19; Hebreus 3.8); a alma se alegra e conhece; o espírito medita; a mente ama ou odeia; os termos podem enfatizar aspectos diversos do homem interior, mas não estabelecem três pessoas colocadas uma dentro da outra. Gordon Clark e Vincent Cheung insistem, com

razão, que espírito, alma, coração e mente frequentemente designam o mesmo sujeito incorpóreo sob relações diferentes, enquanto corpo designa seu aspecto exterior e material.[1]

Quem crê de coração não crê sem proposições; crê com a mente inteira, assentindo à verdade de Deus, e justamente por isso uma doutrina falsa prejudica o espírito, enquanto uma palavra verdadeira o corrige.

Não estou afirmando que toda ocorrência desses termos seja intercambiável sem atenção ao contexto, tampouco que as emoções possam ser apagadas em favor de uma inteligência fria, e a emoção é atividade da pessoa racional diante daquilo que julga desejável, terrível, belo ou perdido. Choramos porque conhecemos alguma coisa sob a descrição da perda; tememos porque pensamos numa ameaça; alegramo-nos porque recebemos como boa uma realidade ou promessa; há sensações e disposições corporais que acompanham essas experiências, e a vida presente seria mutilada se fingíssemos não tê-las. O ponto é mais simples e mais profundo: não existe em nós uma faculdade sagrada que possa amar a Deus sem conhecê-lo, nem um compartimento devocional autorizado a contradizer aquilo que a mente reconheceu na Escritura. O grande mandamento reúne o coração, a alma, o entendimento e a força para declarar a totalidade da pessoa (Marcos 12.30), não para fundar departamentos concorrentes, pois Deus não redime uma emoção contra o intelecto. Ele ilumina o homem interior e o renova, e então a pessoa pensa, deseja e se oferece de outro modo.

À imagem de quem não possui corpo

Se a imagem de Deus incluísse essencialmente a forma física, precisaríamos explicar de que corpo o homem é imagem. Deus é espírito, e o homem foi feito à sua imagem (João 4.24; Gênesis 1.27). Israel não viu forma alguma no Horebe e, precisamente por isso, foi proibido de representar o Criador pela figura de homem, mulher, ave, quadrúpede ou qualquer ser que se mova nas águas (Deuteronômio 4.15-18). A proibição não é detalhe litúrgico separado da antropologia; impede que a carne seja promovida a semelhança divina; o corpo humano foi criado por Deus e para Deus, e no cristão torna-se templo do Espírito Santo (1 Coríntios 6.19), porém nenhuma dessas honras o transforma em retrato da essência incorpórea. Onde há de estar a imagem, então? Naquilo pelo qual o homem conhece, recebe linguagem, formula juízos morais e mantém comunhão racional com a verdade. Deus pensa; o homem foi feito como mente capaz de pensar. Deus conhece a si mesmo e todas as coisas de modo eterno, exaustivo e originário; o homem conhece de modo temporal, parcial e recebido.

A semelhança, porém, não elimina a distância que permanece entre os dois. Ela existe dentro da relação entre o Arquétipo incriado e uma imagem criada que depende dele em cada ato.

Essa definição explica por que a primeira relação de Adão com Deus foi verbal. O Criador o abençoou, deu-lhe domínio, ordenou que cultivasse o jardim e proibiu uma árvore (Gênesis 1.28; Gênesis 2.15-17). Adão compreendeu conceitos para os quais não tinha experiência anterior: obrigação, morte, espécie, fecundidade,

domínio, e não aprendeu o significado do mandamento observando muitos casos de transgressão; recebeu a Palavra e foi capaz de entendê-la porque havia sido criado como intelecto. Também nomeou os animais por atividade deliberada sob a ordem divina (Gênesis 2.19-20), e não por um instinto que repetisse sons fixados em sua constituição, porque a diferença decisiva entre ele e os animais não estava em ter o corpo mais forte, o ouvido mais agudo ou a maior velocidade. Muitos seres o superavam em cada uma dessas propriedades. O homem governaria precisamente porque podia receber uma comissão inteligível e organizar sua ação conforme proposições. A moralidade dele e o domínio dele vinham da racionalidade; Ele podia obedecer porque entendia o preceito; podia pecar porque uma mente racional acolheu a palavra da serpente contra a Palavra de Deus.

Quando Paulo descreve o novo homem, confirma essa identificação, e em Colossenses, ele está sendo renovado em conhecimento segundo a imagem daquele que o criou; em Efésios, é criado segundo Deus em justiça e santidade da verdade (Colossenses 3.10; Efésios 4.24), e conhecimento, justiça e santidade não são peças desconectadas acrescentadas a uma imagem originalmente física. A mente conhece a verdade, julga conforme a norma e se dispõe moralmente diante dela. Gordon Clark costuma formular o ponto dizendo que a imagem de Deus é a racionalidade humana; Cheung acrescenta que a moralidade e o domínio são funções dessa racionalidade.[2]

Essa formulação precisa ser guardada de uma caricatura. Racionalidade significa diploma, rapidez de cálculo, vocabulário

erudito ou capacidade de vencer debates. Uma criança, um homem com limitações severas e uma pessoa inconsciente continuam humanos não porque estejam exercendo publicamente a mesma quantidade de raciocínio, mas porque Deus os fez pertencentes à ordem das pessoas racionais, e a imagem designa sua natureza criada, não uma pontuação alcançada. Medir a dignidade humana pela performance intelectual seria apenas substituir a idolatria do corpo pela idolatria da competência.

Nesse ponto a Igreja deveria reconhecer uma consequência que suas estruturas frequentemente negam. Se cada cristão é uma mente criada à imagem de Deus, renovada em conhecimento e colocada sob a Palavra, nenhum ministro pode tornar-se seu intelecto vicário. Há mestres, e o próprio Cristo os concede ao corpo; há presbíteros que devem governar bem e trabalhar na Palavra (Efésios 4.11; 1 Timóteo 5.17); há irmãos mais instruídos, capazes de corrigir, explicar e proteger, e o serviço do ensino transfere ao professor a consciência do discípulo? Não transfere. Ele fala a uma pessoa que deverá examinar o que foi dito, conservar o bem e responder diante do mesmo Senhor (1 Tessalonicenses 5.21; Romanos 14.12). A instituição se torna idólatra quando transforma maturidade em dependência permanente, trata perguntas como ameaças à autoridade e oferece aos membros conclusões prontas no lugar da renovação da mente, e um povo incapaz de pensar pode ser fácil de administrar, mas não foi por isso conformado à imagem de Cristo. A Igreja viva é comunhão de membros que ministram a Palavra uns aos outros sob dons e responsabilidades diferentes; a organização carnal prefere uma cabeça humana cercada por corpos obedientes,

porque a diferença não é administrativa, e a objeção é antropológica e, por fim, cristológica: somente Cristo é Cabeça.

A imagem ferida não deixou de ser imagem

A queda não transformou Adão em matéria inteligente nem apagou aquilo que tornava o pecado possível; depois do dilúvio, Deus proíbe o homicídio porque o homem foi feito à sua imagem; Tiago condena a língua que amaldiçoa seres humanos feitos à semelhança de Deus (Gênesis 9.6; Tiago 3.9). Os textos se dirigem ao mundo caído. O assassino não destrói alguém que perdeu a imagem, e o cristão não amaldiçoa apenas os regenerados. Que sobrou, então? Uma continuidade da natureza racional através da queda, sem a qual a culpa, a linguagem, a pregação e a conversão se tornariam incompreensíveis. O pecador ainda pensa, porém pensa contra a verdade que conhece; ainda formula argumentos, mas os organiza para defender a autonomia; ainda reconhece relações lógicas, embora tente usá-las para negar o Logos do qual dependem, pois a imagem permanece, e sua disposição foi corrompida.

Alguns discursos sobre os “efeitos noéticos do pecado” deixam a impressão de que a mente sofreu apenas pequenas interferências, como vidro embaçado que um pouco mais de estudo poderia limpar, e outros descrevem a queda como destruição quase completa da racionalidade e depois precisam explicar como o incrédulo compreende qualquer palavra da pregação. A Escritura oferece uma

distinção melhor. A faculdade racional desapareceu? Não desapareceu; foi a mentalidade que se tornou carnal, e Paulo não diz que os gentios jamais conheceram Deus, mas que, tendo-o conhecido, não o glorificaram nem lhe deram graças; seus pensamentos se tornaram fúteis e seu coração insensato foi obscurecido (Romanos 1.21). A ignorância de Efésios 4 existe juntamente com dureza do coração e separação da vida de Deus (Efésios 4.18). É a escuridão moral de uma mente que ama a mentira, e nunca a inocência de quem jamais recebeu luz. O pecado atinge a totalidade do pensamento porque altera a disposição pela qual o homem recebe, relaciona e emprega o que sabe.

Ele não precisa remover cada proposição verdadeira para estabelecer rebelião total. Basta que nenhuma verdade seja confessada em sua relação final com o Deus que a torna verdadeira.

Isso explica uma experiência que a apologética tímida procura negar. O incrédulo pode demonstrar um teorema, traduzir uma língua antiga, diagnosticar uma doença e descrever com admirável precisão determinados acontecimentos históricos; ao mesmo tempo, constrói para essas verdades um universo no qual Deus não fala, a matéria é suficiente e a mente humana julga todas as coisas sem ser julgada. Ele conhece proposições verdadeiras e lhes oferece uma genealogia falsa, e utiliza a lógica enquanto nega qualquer fundamento para a necessidade lógica, confia na inteligibilidade do discurso enquanto reduz o pensamento a processos não racionais e exige evidência como se a evidência pudesse falar sem pressuposições. A competência local dele absolve a revolta universal dele? Não absolve. Tampouco autoriza o cristão a desprezar o aprendizado ou fingir

superioridade onde é ignorante. A verdade pronunciada por um inimigo continua verdadeira porque pertence a Deus, não porque o inimigo compreendeu seu fundamento. O cristão deve recebê-la, corrigi-la quando necessário e recolocá-la no sistema da revelação. Humilhar a autonomia não é celebrar incompetência. Trata-se de recusar que qualquer competência se torne origem da luz.

Há também um consolo severo nessa doutrina, porque se o pecado estivesse alojado numa substância estranha à mente, poderíamos tratá-lo como intruso puramente exterior; se consistisse apenas em hábitos corporais, bastaria reorganizar o ambiente; se fosse falta de informação, escolas produziriam santos. A Escritura localiza a hostilidade no homem interior. Do coração procedem os maus pensamentos, os homicídios, os adultérios, os falsos testemunhos e as blasfêmias (Mateus 15.19). A mão executa aquilo que a mente já chamou desejável, e a língua publica a abundância que o coração cultivou (Lucas 6.45). Por isso o arrependimento é mera troca de comportamento sob vigilância? Não é. É mudança da mente diante de Deus, e a disciplina pode conter um ato, a vergonha pública pode silenciar uma palavra e a instituição pode ensinar alguém a parecer dócil; nenhuma dessas coisas, por si mesma, cria amor à verdade. Muitas comunidades confundem conformidade exterior com santificação porque precisam de resultados visíveis para preservar a ordem. Cristo busca algo mais profundo: uma pessoa renovada que passa a chamar bom aquilo que Deus chama bom, a odiar a mentira que antes justificava e a oferecer o corpo porque o entendimento foi transformado.

A mente não é o cérebro

Chegamos à afirmação que a cultura moderna considera ofensiva antes de considerá-la inteligível.

O cérebro não pensa.

Esse órgão existe, tem estrutura determinada, participa de relações corporais indispensáveis à nossa vida neste mundo e muda quando pensamos, sofremos, dormimos ou envelhecemos, porque nada disso demonstra que ele produza uma proposição, porque uma proposição tem conteúdo e pode ser verdadeira ou falsa; uma atividade eletroquímica tem localização, tem duração e admite intensidade. Dizer que as duas estão associadas as torna idênticas? Não torna. Se alguém escreve no quadro “Deus existe”, o giz ocupa espaço e a frase significa algo que não ocupa, embora podemos apagar as marcas sem refutar a proposição e reproduzi-la com outra tinta, em outra língua ou sem qualquer som exterior. O significado não é a matéria do sinal, e do mesmo modo, aquilo que a mente pensa não se torna descarga física pelo fato de o corpo apresentar uma atividade concomitante.

Mais rigorosa ainda se torna a distinção sob o ocasionalismo. O cérebro não causa a mente a pensar, e a mente, como uma pequena causa independente, também não empurra o cérebro. Deus causa ambos os acontecimentos segundo a ordem que decretou, e quando desejo levantar a mão e ela se levanta, minha vontade é real, o movimento é real e a ligação entre os dois é estável; a eficiência pertence a Deus. Quando uma lesão corporal é seguida por dificuldade de expressão, a lesão é ocasião ordenada dentro da qual

Deus causa a alteração correspondente na experiência humana, e a linguagem comum pode continuar dizendo que o ferimento causou a perda da fala, desde que não transformemos essa atribuição histórica numa metafísica concorrente.

Nenhuma propriedade escondida na matéria atravessa o abismo e fabrica significado. Deus, que formou o corpo e o espírito do homem, governa sua união sem entregar a qualquer das criaturas o poder divino de produzir ser ou pensamento.

Serve essa doutrina contra o cuidado médico? De modo nenhum, como se reconhecer a ocasião significasse desprezá-la: Deus ordenou que alimentos acompanhassem a nutrição, medicamentos acompanhassem determinadas recuperações e lesões fossem seguidas por limitações; obedecemos às relações reveladas e observadas sem adorá-las como forças autônomas. O cristão que recusa um tratamento necessário sob o pretexto de que somente Deus cura pode cometer o mesmo erro do homem que, confessando a predestinação, atravessa uma estrada sem olhar, porque a soberania não desfaz a ordem providencial: explica por que podemos agir dentro dela sem divinizar os meios. Levamos o corpo a sério justamente porque Deus o fez e determinou as ocasiões de seu cuidado. Apenas recusamos a conclusão materialista de que tratar o cérebro equivale a tocar a própria substância da pessoa: há dores da alma que se manifestam corporalmente, enfermidades corporais que estreitam a expressão mental e pecados que não podem ser curados por alteração química.

A sabedoria pastoral distingue sem desprezar. Um comprimido não perdoa culpa; uma repreensão moral não recompõe um tecido

lesionado; e Deus permanece Senhor de ambos.

O homem interior sobrevive à casa

Jesus advertiu seus discípulos a não temerem os que matam o corpo e não podem matar a alma (Mateus 10.28). Paulo desejava partir e estar com Cristo, considerando isso incomparavelmente melhor, embora soubesse que sua permanência no corpo serviria às igrejas (Filipenses 1.23-24). Em outra carta, estar ausente do corpo aparece em relação com estar presente com o Senhor (2 Coríntios 5.8). Ao ladrão crucificado, Cristo não prometeu uma inconsciência à espera da ressurreição, mas comunhão: “Hoje estarás comigo no paraíso” (Lucas 23.43). Essas passagens tratam a morte como aniquilação da pessoa? Não tratam. O corpo pode ser morto enquanto o homem interior permanece sob o governo de Deus, consciente de Cristo e aguardando a consumação. A identidade não depende da continuidade material do organismo, pois a pessoa continua sendo ela mesma quando a casa terrestre se desfaz.

Tal verdade veio de uma aversão grega ao corpo que teria contaminado o cristianismo? Não veio, e a Escritura hebraica já distingue o pó que retorna à terra e o espírito que volta a Deus (Eclesiastes 12.7), e o próprio Cristo fala de alma e corpo, de sorte que o platonismo pode fornecer perguntas, termos ou erros que precisam ser examinados; não recebe autoridade para explicar a doutrina bíblica. A diferença entre os dois casos é decisiva. Se o

corpo fosse mau em si, a encarnação seria uma degradação moral e a ressurreição, um retorno inexplicável à prisão. O Verbo, porém, tornou-se carne sem pecado (João 1.14; Hebreus 4.15). Tocou enfermos, comeu com os discípulos, sofreu e ressuscitou corporalmente. O cristianismo salva o homem do corpo? Salva a pessoa inteira do pecado e da morte, que é outra coisa. Durante o estado intermediário, o espírito vive com Deus sem o corpo, mas essa existência não é a forma final de nossa esperança.[3]

Tal separação prova que a mente não é o corpo. A ressurreição prova que Deus não abandona o corpo. Paulo não consola os coríntios dizendo que a alma imortal tornou desnecessária a vitória sobre a sepultura. Se Cristo não ressuscitou, a pregação é vazia, a fé é inútil e os mortos em Cristo pereceram (1 Coríntios 15.14, 17-18). A esperança cristã exige que o último inimigo seja destruído e que aquilo que foi semeado em corrupção ressuscite incorruptível (1 Coríntios 15.26, 42). O corpo presente não é a imagem de Deus em sentido estrito, mas pertence à obra boa pela qual a mente humana foi colocada numa criação material e recebeu uma vocação dentro dela. Por meio dele, o homem cultiva, abraça, escreve, alimenta o necessitado, foge da imoralidade, reúne-se com os santos e sofre por confessar Cristo, e não é uma embalagem indiferente, descartada quando termina sua utilidade; é parte da pessoa humana completa, destinada a ser transformada e novamente unida ao espírito. Deus não redime a matéria tornando-a espírito, e ressuscita um corpo espiritual, isto é, um corpo governado e vivificado pelo Espírito, adequado à era futura e livre da corrupção, sem deixar de ser corpo (1 Coríntios 15.44).

Essa esperança corrige duas mentalidades carnais que parecem opostas: a primeira idolatra a saúde, a juventude e a aparência, como se a conservação do organismo fosse o bem supremo e a morte pudesse ser derrotada por disciplina, tecnologia ou dinheiro. A segunda despreza o corpo em nome de uma espiritualidade que tolera a exaustão, o abuso, a desordem e o abandono, tratando o sofrimento físico alheio como cenário inferior para lições religiosas: ambas recusam a criação, e o corpo não é deus, porém pertence a Deus. Não define a imagem, embora seja chamado a apresentar-se como sacrifício vivo (Romanos 12.1). Pode ser perdido sem que a identidade seja aniquilada, e será devolvido pela ressurreição porque o Redentor não entrega uma parte de seu povo à morte. O cristão cuida do corpo sem esperar dele a vida eterna; suporta seu enfraquecimento sem concluir que a pessoa interior diminuiu na mesma proporção; sepulta os mortos com tristeza real e esperança racional, sabendo que a ausência é provisória.

Essa verdade deveria modificar também a maneira como enxergamos o irmão enfermo, idoso ou incapaz de corresponder ao ritmo produtivo de uma instituição, pois o valor da pessoa não acompanha sua utilidade material. Uma igreja pode confessar a ressurreição aos domingos e organizar-se durante a semana segundo o princípio de que apenas corpos eficientes merecem atenção: os fortes recebem plataformas, os eloquentes tornam-se indispensáveis, os doentes desaparecem sem que sua ausência perturbe o calendário. A comunidade viva de Cristo conhece outra medida, e o membro que já não consegue executar a antiga função continua sendo intelecto criado, irmão unido ao mesmo Cabeça e herdeiro do corpo

incorruptível, ainda que a fala dele se torne lenta e sua memória terrena falhe; Deus não o confunde com o instrumento ferido.

A ressurreição é uma doutrina contra a idolatria da performance. Ela anuncia que o Senhor chama pelo nome aqueles cujos nomes as estruturas deixam de considerar úteis.

O homem não nasce como uma página vazia

Se o homem foi criado para receber a Palavra, não começa a vida como matéria mental absolutamente vazia, aguardando que os sentidos escrevam nela os primeiros traços, porque uma folha em branco não reconheceria sinal algum como sinal, não distinguiria uma coisa de outra e não poderia inferir universalidade a partir de ocorrências particulares. O que precisa vir antes de a experiência ser interpretada? A mente precisa ser mente. Antes que uma criança aprenda a palavra pronunciada por sua mãe, Deus já a fez pessoa racional, capaz de ser ensinada dentro da ordem que estabeleceu. A tese empirista, associada de modo célebre à imagem lockeana do papel em branco, parece humilde porque promete receber todo conteúdo do mundo exterior; na verdade, exige que sons, cores e contatos físicos produzam conceitos que eles não têm: nenhuma coleção de sensações contém a lei da não contradição.[4]

Podemos olhar para milhares de objetos e jamais enxergar com os olhos a proposição segundo a qual uma coisa não pode ser e não ser no mesmo sentido e ao mesmo tempo, porque ainda assim, qualquer

tentativa de negar essa lei a utiliza. A Escritura fala de um conhecimento anterior ao ensino humano: os homens conhecem Deus, percebem seus atributos e permanecem indesculpáveis; a obra da lei está escrita no coração, e a consciência acusa ou defende (Romanos 1.19-20; Romanos 2.14-15); povos que não receberam o código mosaico mostram juízos morais que pressupõem obrigação. Romanos descreve a lenta construção de uma teologia natural bem-sucedida a partir de impressões sensíveis? Não descreve. Declara uma manifestação divina: aquilo que se pode conhecer de Deus lhes é manifesto porque Deus lhes manifestou (Romanos 1.19). O conhecimento é suficientemente claro para produzir culpa, e sua universalidade não depende de acesso a escolas, bibliotecas ou demonstrações elaboradas, pois a criança pertence desde o princípio à humanidade que vive diante da revelação, ainda que não tenha a linguagem pública do filósofo. Deus não aguarda a maturidade do cérebro para tornar-se conhecido de sua criatura.

Chamaremos esse conteúdo de conhecimento inato, desde que a expressão não seja transformada em explicação autônoma. “Inato” identifica o fato de que certas verdades pertencem à mente por ação de Deus antes da aprendizagem ordinária; não significa que a pessoa as produziu a partir de uma essência independente, nem que possa inspecionar dentro de si um pequeno livro infalível. A lógica pela qual pensamos, o conhecimento de Deus e a consciência da lei não são propriedades naturais que funcionam sem o Criador. São dons continuamente sustentados. A mente carrega uma lâmpada cuja luz lhe pertença? Não carrega. Deus a faz conhecer e conserva a relação entre sua racionalidade e as verdades pelas quais será julgada. Clark encontrou no agostinianismo a afirmação de que o homem não é sua

própria luz e de que o Logos é o Mestre comum das inteligências; Cheung insiste que a informação inata é ação divina sobre a mente, não uma reserva epistemológica separada da revelação.[5] A linguagem precisa permanecer ocasionalista: o homem conhece porque Deus causa conhecimento no intelecto criado.

Há graus de atenção, articulação e consciência reflexiva, e um adulto pode saber algo sem estar pensando atualmente nisso; pode reconhecer uma conclusão quando a formulação adequada lhe é apresentada; pode ainda gastar anos construindo defesas para não pronunciar aquilo que suas ações pressupõem. O conhecimento inato não exige que cada pessoa seja capaz de oferecer uma teologia sistemática de sua condição. Romanos 1 não atribui aos gentios um tratado mental completo, mas lhes atribui conhecimento real, supressão culpável e raciocínios fúteis (Romanos 1.18, 21). A verdade está próxima o bastante para ser combatida. E por que a Palavra não chega ao incrédulo como língua absolutamente estrangeira? Quando ouve que há um Deus que o criou e que o julgará, não encontra uma ideia sem qualquer correspondência em sua mente; encontra o nome explícito daquele cuja verdade estava suprimindo, porque a pregação não depende de uma zona neutra compartilhada com a incredulidade. Depende do governo de Deus sobre uma criatura que jamais conseguiu expulsá-lo de sua consciência.

Precisamos deter uma dedução sedutora, pois se todos conhecem Deus de algum modo, alguém poderá propor esse conhecimento como primeiro princípio da teologia: começaríamos pela consciência universal, provaríamos que ela é confiável e, depois, subiríamos até a Escritura, e nesse caminho a mente humana já teria julgado a

revelação antes de recebê-la. O fato do conhecimento inato é conhecido com certeza porque a Bíblia o afirma. Não usamos uma introspecção falível para estabelecer Romanos 1; usamos Romanos 1 para interpretar aquilo que encontramos em nós e nos outros. Vincent Cheung formula essa distinção de maneira necessária: o conhecimento inato explica a comunicação e a culpa do incrédulo, mas não substitui a Escritura como axioma do sistema cristão.[6]

Qual é, então, a fonte epistemológica? A Palavra escrita, e nenhuma outra. O conteúdo implantado por Deus não se converte num cânon interior ao qual os textos sagrados devem pedir aprovação.

Essa ordem protege a doutrina contra o misticismo e contra o racionalismo autônomo. O místico transforma uma impressão interna em voz divina e exige que a comunidade se curve diante de algo que ninguém pode examinar. O racionalista recolhe princípios que lhe parecem evidentes e determina antecipadamente quais declarações bíblicas serão aceitáveis. Ambos entronizam o homem interior, justamente onde pretendiam encontrar Deus. O coração é imagem criada e continua sujeito ao pecado; sua certeza psicológica não cria verdade. A Escritura é pública, verbal e capaz de julgar as pretensões do indivíduo. Quando alguém diz que "sente em seu espírito" uma direção contrária ao texto, não descobriu uma camada mais profunda da revelação; ofereceu à própria mente o nome do Espírito Santo, e o conhecimento inato deveria humilhar essa pretensão, porque é dom de Deus e fundamento de culpa, não licença para produzir oráculos.

Também não se deve imaginar que a consciência forneça um código moral completo e incorruptível. Ela acusa e defende segundo juízos

que podem ser educados, deformados, cauterizados e contraditórios (Romanos 2.15; 1 Timóteo 4.2). A obra da lei escrita no coração torna o homem responsável, mas a exposição determinada da vontade divina vem pela Escritura. Um povo pode condenar determinada injustiça e celebrar outra; um líder pode experimentar paz depois de silenciar a vítima porque treinou sua consciência para identificar a preservação institucional com o bem do Reino: a sinceridade do sentimento apenas mostra que a corrupção alcançou o seu próprio critério. Precisamos da Palavra que nomeia o pecado de fora de nossas racionalizações e, pela ação do Espírito, renova a mente para concordar com ela; a luz não nasce da inspeção de nossa obscuridade.

Supressão não é ausência

Paulo escolhe um verbo moral: os homens suprimem a verdade pela injustiça (Romanos 1.18). Não a procuram honestamente e fracassam por falta de dados; detêm, reprimem, deslocam e recobrem aquilo que lhes foi manifestado. A supressão pode assumir a forma grosseira de uma blasfêmia ou a forma elegante de um sistema filosófico. Pode dizer que Deus não existe, que existe, mas não fala, que fala, porém não preservou sua Palavra, que a preservou, mas depende da instituição para ser inteligível, ou que é inteligível desde que a consciência contemporânea tenha o direito de corrigir suas conclusões. Em todos os casos, a criatura cria uma distância entre a voz divina e a obrigação de obedecer.

A variedade das teorias esconde a unidade da disposição? Não deve esconder. A mentalidade da carne é inimiga de Deus, não se submete à sua lei e nem pode fazê-lo (Romanos 8.7).

Tal diagnóstico parece agressivo porque retira do incrédulo a inocência intelectual que nossa cultura lhe concedeu. Costuma-se descrevê-lo como buscador sincero, colocado diante de evidências ambíguas, esperando que o cristão apresente uma hipótese religiosa um pouco mais atraente. Há indivíduos honestos em comparações limitadas, dispostos a admitir um erro histórico ou científico; não há, segundo Romanos, neutralidade diante de Deus. Quem está sendo insultado aqui? Ninguém: o problema consiste em acreditar no apóstolo. Se o incrédulo já conhece o Criador e suprime esse conhecimento, a apologética não precisa fabricar uma ponte que comece fora do governo divino, e ela anuncia a Palavra, expõe a contradição do sistema rebelde e confia que Deus abrirá a mente conforme sua vontade. A cortesia permanece obrigação, a precisão continua necessária e a escuta pode revelar quais mentiras precisam ser respondidas; nada disso exige fingir que os dois lados julgam Cristo a partir de uma norma comum.

A mesma doutrina volta-se contra o cristão. Nada mais fácil do que usar Romanos 1 como descrição distante dos filósofos e esquecer que hábitos de supressão sobrevivem em nós. Sempre que um texto ameaça um interesse, procuramos uma tradução mais conveniente, uma tradição que o torne inofensivo ou uma distinção inventada apenas para conservar o que desejamos: Igrejas inteiras podem praticar supressão coletiva, e a declaração bíblica permanece no credo, mas sua consequência é impedida de alcançar a liderança, o

dinheiro, a sexualidade, a educação ou a forma de poder. A instituição não precisa negar que Cristo é Cabeça; basta organizar-se como se o cargo fosse a fonte da verdade e a reputação, o bem superior, e não precisa rejeitar a igualdade dos membros; basta tratar alguns como instrumentos descartáveis da visão de outros.

O conhecimento confessado torna a desobediência mais grave, não menos. A luz doutrinária, quando aprisionada para proteger a carne, converte ortodoxia em testemunha de acusação.

Convém conservar o substantivo enquanto condenamos o adjetivo.

A mente carnal não deixou de ser mente. Ela raciocina, escolhe meios, recorda promessas, sente vergonha, constrói teologias e compreende o bastante para fugir da luz. O pecado não produz uma substância chamada “carne” colocada ao lado do intelecto; orienta o intelecto para aquilo que se opõe ao Espírito: Romanos 8 contrasta os que põem a mente nas coisas da carne com aqueles que a colocam nas coisas do Espírito. A batalha espiritual não ocorre entre pensamento e experiência, como se pensar muito fosse carnal e sentir intensamente fosse espiritual. O objeto, a norma e a disposição distinguem as mentalidades. Uma canção pode ser carnal quando ensina falsidade com grande emoção; uma demonstração lógica pode servir ao Espírito quando submete uma inferência à Palavra.

O anti-intelectualismo cristão é, por isso, uma das formas mais resistentes da mentalidade que diz combater. Ele utiliza as emoções, os slogans e a autoridade humana para impedir que a mente seja renovada.

Conheço a reação de alguns leitores: “Mas encontrei pessoas cheias de doutrina e vazias de amor”. Eu mesmo também as encontrei. Encontrei ainda pessoas cheias de emoção e vazias de verdade, líderes cheios de carisma e vazios de justiça, comunidades cheias de atividade e vazias de Cristo. O abuso de uma coisa boa demonstra que o contrário dela seja santo? Não demonstra. A doutrina sem amor não é conhecimento cristão amadurecido, porque aquele que conhece a Deus aprende o mandamento de amar o irmão (1 João 4.7-8; 1 Coríntios 8.1); pode ser informação repetida, orgulho acadêmico ou habilidade verbal a serviço da carne. A solução consiste em permitir que a verdade julgue também a disposição do teólogo, e nunca em diminuí-la. Uma mente renovada não se gaba de ter proposições que recebeu por graça.

Treme diante delas, corrige-se por elas e reconhece no irmão outro membro cuja edificação vale mais do que a vitória retórica. A precisão sem santidade é contradição vivida; a santidade sem verdade é nome sem conteúdo.

O pecado como disposição mental também esclarece por que a regeneração é necessária. O homem não precisa apenas de mais informação, embora a fé venha por uma mensagem inteligível; precisa que Deus faça luz resplandecer no coração dele (Romanos 10.17; 2 Coríntios 4.6), e o evangelho pode ser explicado com clareza, os argumentos adversários podem ser destruídos e a pessoa ainda amar a escuridão (João 3.19). Pregador nenhum tem técnica capaz de causar o novo nascimento. A eloquência é ocasião, a linguagem é ocasião, a leitura é ocasião; o poder que cria uma mente obediente é de Deus. Isso torna a pregação supérflua? Torna-a humilde e

indispensável dentro da ordem decretada, que é o oposto. Falamos porque Deus ordenou e porque costuma iluminar na ocasião de sua Palavra anunciada. Não manipulamos o homem interior por música, ambiente, pressão social ou repetição calculada, como se o espírito fosse mecanismo previsível. Apresentamos Cristo à mente e pedimos que o próprio Deus pronuncie novamente, dentro das trevas: haja luz (Gênesis 1.3; 2 Coríntios 4.6).

O novo homem é renovado em conhecimento

A conversão não remove o intelecto para colocar em seu lugar uma faculdade espiritual desconhecida. Deus muda a disposição da mente, concede fé no evangelho e inicia uma renovação que alcançará cada pensamento. Paulo descreve essa obra com linguagem de criação, e o Deus que ordenou luz no princípio resplandece no coração para conhecimento da glória divina na face de Cristo; o novo homem é criado segundo Deus e renovado em conhecimento (2 Coríntios 4.6; Efésios 4.24; Colossenses 3.10). A graça não negocia com um fragmento autônomo preservado da queda.

Ressuscita aquele que estava morto (Efésios 2.5).

Aquilo que antes recebia a Palavra como ameaça passa a reconhecê-la como vida; o pecador que justificava a si mesmo concorda com a condenação e se abriga na justiça de outro, e essa mudança é

intelectual e moral ao mesmo tempo, porque o conteúdo conhecido e a disposição diante dele são transformados pelo Espírito.

Renovação significa onisciência instantânea? Não significa. O cristão pode carregar contradições durante anos, repetir doutrinas herdadas sem examiná-las e proteger áreas inteiras de sua vida contra as implicações do evangelho. Nasceu da luz e ainda tem de aprender a andar como filho da luz (Efésios 5.8), e por isso Romanos 12 dirige a homens já alcançados pela misericórdia a ordem de não se conformarem com o século, mas serem transformados pela renovação da mente (Romanos 12.1-2). O verbo descreve continuidade; cada hábito de pensamento deve ser trazido à Escritura: nossa ideia de liberdade, a maneira como medimos sucesso, a relação com autoridade e dinheiro. A mesma exigência alcança a noção de Igreja, o uso do corpo e até a ciência que estudamos, porque nenhum hábito herdado fica isento só por nunca ter sido examinado. A mentalidade da carne não desaparece apenas porque aprendemos um vocabulário reformado ou escrituralista. Ela pode apropriar-se do novo vocabulário para conservar o antigo trono.

Talvez esse seja um dos perigos próprios deste livro, e um leitor pode aprender a dizer “axioma”, “proposição”, “ocasião” e “causação divina” enquanto continua procurando uma posição de superioridade sobre outros cristãos. Pode substituir o culto ao pastor pelo culto ao polemista, a tradição denominacional pela personalidade de um autor, a submissão institucional por outra tribo intelectual; nada foi renovado no centro se a doutrina da dependência produz uma identidade construída pela comparação. O

escrituralismo não nos oferece uma elite de mentes autônomas que finalmente descobriram o erro de todos; declara que mente nenhuma tem luz própria e que todo conhecimento verdadeiro foi recebido, assim como o ocasionalismo não torna os defensores dele mais causadores do que os demais; retira deles até a possibilidade de atribuir a si mesmos a descoberta.

A mentalidade do Espírito recebe a verdade com gratidão, coragem e disposição para ser corrigida. Se nossa agressividade doutrinária não pode voltar-se contra nossos próprios ídolos, ela é apenas carne instruída.

Nenhuma liderança pode pensar em lugar do corpo

Paulo não descreve a Igreja como uma plateia ligada a um especialista religioso, pois o corpo tem muitos membros; a manifestação do Espírito é concedida para o bem comum; a Palavra de Cristo deve habitar ricamente na comunidade, de modo que os membros ensinem e admoestem uns aos outros (1 Coríntios 12.12; 1 Coríntios 12.7; Colossenses 3.16). Há funções, há dons e há autoridades reais, mas todos existem debaixo do Cabeça e para o amadurecimento de pessoas racionais. O mestre serve quando torna a verdade mais clara e conduz o irmão à Escritura. Torna-se senhor da fé quando exige assentimento porque ocupa o cargo, impede exame e confunde discordância com rebelião contra Deus. A

diferença pode ser escondida por uma linguagem ortodoxa. Uma liderança afirma crer na suficiência bíblica enquanto conserva para si o monopólio prático da interpretação; entrega Bíblias ao povo e pune quem as lê contra o interesse da estrutura.

Essa deformação é uma negação funcional da imagem de Deus. O membro é tratado como corpo a ser posicionado, mão para executar programas, boca para repetir visões e bolso para sustentar projetos; sua mente interessa enquanto confirma a mente dirigente. Perguntas honestas são recebidas como problemas de caráter, e a "unidade" passa a significar a ausência de juízo independente sob a Palavra: não surpreende que comunidades assim alternem sentimentalismo e autoritarismo: depois de impedir o pensamento, precisam governar pelo afeto, pelo medo ou pela promessa de pertencimento. A instituição material ocupa o lugar da comunhão viva e oferece segurança em troca da consciência. Entretanto, Cristo não morreu para reunir extensões psicológicas de um líder. Reuniu irmãos, membros uns dos outros, cada qual conhecido por Deus e chamado a oferecer culto racional (Romanos 12.5; Romanos 12.1).

Como se combate essa idolatria? Abolindo o ensino é que não, ou proclamando que toda interpretação individual valha o mesmo. Isso apenas fragmentaria a autoridade humana em milhares de pequenos papas. A liberdade cristã é independência da verdade? Não é. O membro adulto permanece sob a Escritura, deve ouvir correção e pode estar errado; o presbítero também. A igualdade fundamental está na condição de criaturas e irmãos diante do mesmo Logos, não numa igualdade de conhecimento, função ou maturidade. Por isso a comunidade precisa de argumentação bíblica em vez de coerção

carismática. Quem ensina deve mostrar o que Deus disse e como a conclusão segue; quem ouve deve examinar com humildade, não cultivar suspeita como virtude. A Igreja se torna intelectualmente viva quando a verdade pode corrigir tanto o recém-convertido quanto o fundador da organização, sem que a sobrevivência de uma posição seja confundida com a fidelidade de Cristo.

Dependência contínua do Logos

Ser imagem não é ter uma parcela destacada da racionalidade divina, guardada dentro de nós para funcionar por conta própria. A mente criada depende continuamente de Deus para existir e para pensar. “Nele vivemos, e nos movemos, e existimos” não descreve apenas o corpo atravessando o espaço (Atos 17.28). Todo juízo, toda lembrança e toda inferência chegam a existir sob a causação daquele que conhece o fim desde o princípio. O Logos não foi necessário somente no primeiro momento, como um professor que entregou princípios e depois deixou o aluno sozinho. Ele é a luz verdadeira que ilumina, o sustentador no qual todas as coisas subsistem (João 1.9; Colossenses 1.17) e a sabedoria sem a qual a inteligência humana não teria objeto verdadeiro nenhum, e a imagem não conserva semelhança por autonomia, mas por participação criada e continuamente causada na ordem inteligível de Deus.

Agostinho percebeu que o mestre humano pode advertir, apontar e pronunciar sinais, mas a verdade precisa ser reconhecida pela mente

sob o ensino de Cristo. Malebranche levou essa dependência a uma formulação ocasionalista, insistindo que o espírito humano pode ver a luz e não pode produzi-la; Jonathan Edwards falou de uma luz divina e sobrenatural imediatamente comunicada à alma; Clark recuperou essas testemunhas contra o empirismo cristão que espera que sensações fabriquem conhecimento.[7] Não precisamos receber cada detalhe de seus sistemas para reconhecer a direção bíblica. O homem não é sua própria luz, e professores, livros, vozes, lembranças e acontecimentos ocupam lugares reais na ordem de Deus, mas nenhum deles atravessa por poder próprio a distância entre sinal e significado: na ocasião ordenada, Deus ensina a mente.

Aqui precisamos parar, porque a afirmação abre o capítulo seguinte, e se a mente não é o cérebro, se as sensações não produzem conceitos e se somente Deus causa conhecimento, como aprendemos ao ler uma página, ouvir uma pregação ou recordar uma conversa? Qual relação existe entre linguagem e proposição? O que os sentidos oferecem? Como distinguir conhecimento de opinião? De que maneira o Mestre interior utiliza, sem lhes conceder causalidade, os sinais exteriores que ele mesmo ordenou? Essas perguntas não são adendos técnicos.

Delas depende a possibilidade da educação, da pregação, da exegese e da própria leitura desta frase. O capítulo presente identificou o sujeito que aprende; o próximo deverá examinar a ocasião pela qual Deus o ensina.

O homem é um intelecto criado. Tem corpo sem ser reduzido ao corpo; sobrevive à morte sem desprezar a ressurreição; carrega a imagem de Deus sem converter-se em fragmento divino; conhece

verdades antes de qualquer instrução humana sem tornar seu interior uma Escritura concorrente; permanece racional depois da queda, embora sua mentalidade suprima a verdade; e é renovado pelo Espírito quando Deus faz a luz de Cristo resplandecer em seu coração. Cada parte dessa definição destrói uma tentativa de autonomia. O materialismo submete a mente ao movimento da matéria. O misticismo a submete a impressões sem juízo.

O institucionalismo a submete a outra mente humana. O racionalismo a declara fonte da própria luz, porque a Escritura a coloca diante do Logos: dependente, responsável, capaz de verdade porque foi feita e é ensinada pelo Deus da verdade.

Essa dependência não humilha o homem no sentido carnal de retirar-lhe dignidade; é a dignidade verdadeira dele. O peixe não é diminuído pela água nem a palavra por pertencer a uma linguagem. A criatura racional se cumpre conhecendo o Criador segundo a medida revelada, e não escapando dele. O primeiro pecado prometeu divindade autônoma e produziu escuridão (Gênesis 3.5); a redenção restaura a imagem conduzindo a mente novamente à Palavra. Por isso a vida cristã racional não consiste em acumular conceitos para ornamentar uma identidade, e sim em oferecer a pessoa inteira como sacrifício vivo (Romanos 12.1). O corpo é apresentado porque pertence à mente renovada; a mente é renovada porque a misericórdia de Deus a alcançou; e a misericórdia é conhecida porque Deus falou.

Pensar como cristão é adoração antes de ser especialidade.

Ainda há esperança para uma Igreja que desaprendeu isso, e não porque programas de formação consigam produzir por si mesmos

uma geração mais profunda, nem porque algum líder finalmente ocupará o lugar do intelecto coletivo, mas porque o mesmo Deus que criou luz pode novamente ordenar que ela resplandeça. O retorno começa quando cristãos comuns abrem a Escritura com temor, recusam a falsa escolha entre fervor e rigor, submetem tradições à verdade e reconhecem uns nos outros pessoas chamadas a compreender. Começa quando mestres deixam de usar conhecimento como distância hierárquica e o oferecem como serviço; quando perguntas deixam de ser tratadas como insolência; quando a experiência é julgada pela Palavra; quando a emoção recebe conteúdo verdadeiro; quando a doutrina alcança a maneira como o fraco é cuidado e o poder é limitado. A renovação mental é luxo para períodos tranquilos? Não é. Nisso o corpo vivo resiste a tornar-se máquina institucional.

O homem que permaneceu diante de Deus no fim do capítulo anterior não desapareceu numa explicação física nem se refugiou numa região irracional. Ele é a mente que ouviu o preceito, desejou contra ele e foi chamada a responder. Pode arrepender-se porque Deus lhe concede outra disposição; pode crer porque a luz de Cristo vence sua cegueira; pode oferecer o corpo porque continua sendo pessoa racional dentro dele, e nenhuma dessas ações nasce de independência. Todas são reais precisamente como obras causadas por Deus numa criatura real, pois e quando essa criatura pergunta de onde veio o conhecimento pelo qual compreendeu o mandamento, reconheceu o pecado e recebeu a promessa, a resposta começa onde toda filosofia cristã deveria começar: Deus disse. Resta agora entender como essa Palavra alcança a mente na ocasião de vozes, sinais e páginas sem que voz, sinal ou página se torne deus.

Notas

1. Vincent Cheung, *Theology*, cap. 36, “The Nature of Man”; ver também *A Luz das Nossas Mentes*, cap. 3, “A luz das nossas mentes”, especialmente a seção “A mensagem intelectual”. ↩
2. Cheung, *Theology*, cap. 36; Gordon H. Clark, *Uma visão cristã dos homens e do mundo*, discussão da imagem de Deus e da racionalidade humana. ↩
3. Cheung, *Theology*, cap. 36, especialmente a discussão da dicotomia entre espírito e corpo, da identidade pessoal após a morte e de 2 Coríntios 5.8. ↩
4. Clark, *Senhor Deus da Verdade*, cap. “John Locke”, e a crítica desenvolvida nos capítulos seguintes à derivação de conceitos a partir da sensação. ↩
5. Clark, *Senhor Deus da Verdade*, cap. “Agostinianismo”; Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 16, “Conhecimento inato do homem”. ↩
6. Cheung, *Cativo à Razão*, caps. 16 e 17, “Conhecimento inato do homem” e “Fundamento comum”. ↩
7. Clark, *Senhor Deus da Verdade*, cap. “Agostinianismo”, com sua discussão de Agostinho, Malebranche e Jonathan Edwards. ↩

CAPÍTULO 9 — COMO DEUS ENSINA A MENTE

“E serão todos ensinados por Deus.” (João 6.45)

A página aberta

Um homem abre a Bíblia sobre a mesa: há uma lâmpada, uma página, sinais escuros distribuídos em linhas e olhos voltados para eles; se algum médico o observasse com os instrumentos adequados, registraria também a atividade cerebral que acompanha a leitura. Pouco depois, o homem fecha o livro e diz: “Deus é fiel”. A cena é tão comum que quase esconde o problema. Onde, entre a lâmpada e a retina, estava a fidelidade de Deus? Que forma tinha a proposição compreendida, e qual era a cor da verdade? Pode-se pesar o papel, medir a luz, acompanhar os movimentos do olho e descrever alterações no cérebro sem encontrar, dentro de qualquer dessas coisas, aquilo que o leitor passou a pensar.

A frase impressa ocupa alguns centímetros; a verdade significada não tem largura. O papel pode ser queimado sem que Deus deixe de

ser fiel, e as mesmas palavras podem aparecer em grego, em português, numa tela, sem que a proposição se torne outra.

O capítulo anterior identificou esse leitor como intelecto criado; agora a página cobra a promessa feita ali: se o olho não produz conhecimento, se o cérebro não pensa e se apenas Deus causa eficientemente, como o homem aprendeu alguma coisa enquanto lia? “Mas você não precisa usar os olhos para ler a Bíblia?” Preciso responder com cuidado, porque a objeção contém uma verdade tão evidente quanto insuficiente. Na ordem comum desta vida, o homem de visão saudável abre os olhos diante da página e costuma pensar as proposições representadas nela; o cego passa os dedos sobre sinais de outra espécie ou ouve uma voz; quem nunca entra em contato com nenhuma forma pública do texto não recebe, ordinariamente, aquelas palavras. Negar essas relações seria negar a providência. Mas reconhecê-las não prova que a sensação visual cause conhecimento, assim como reconhecer a lâmpada não prova que a eletricidade ensine teologia; a pergunta não é se olhos, papel e voz aparecem na história da aprendizagem, e a pergunta é qual poder transforma uma marca em significado, um som em proposição e uma sucessão de sinais em verdade compreendida.

O empirista aponta para a cena e repete que o homem lê com os olhos; o ocasionalista pergunta como ele passou de “meus olhos foram afetados” para “minha mente conhece”, e enquanto essa passagem não for demonstrada, o ato de ler apenas deu outro nome ao acontecimento que deveria explicar.

É nesse ponto que muitos sistemas cristãos interrompem a investigação por medo de parecer absurdos. Confessam que Deus

ilumina a mente nas “coisas espirituais”, mas concedem aos sentidos o conhecimento das coisas comuns; reservam ao Espírito a conversão e entregam ao olho a leitura; dizem que a graça faz o homem aceitar o evangelho, embora a matéria tivesse primeiro transportado o conteúdo até uma região interior onde a vontade decidiria o que fazer com ele. A divisão parece moderada. Não é. Ela cria dois mundos: num deles, Deus age quando a doutrina é elevada o bastante para merecer sua presença; no outro, a criatura produz normalmente percepções, conceitos e lembranças, e chama Deus apenas quando o mecanismo falha. Isso é deísmo aplicado à mente. E, se a providência inclui todas as coisas, inclui cada ato de comunicação; como nenhuma criatura tem causalidade eficiente, nenhuma vibração sonora carrega por si uma ideia de uma alma para outra, e se o intelecto continua pensando sem cérebro depois da morte, o cérebro não pode ser o fabricante temporário do pensamento. Não é possível defender o ocasionalismo no capítulo 6, aplicá-lo à responsabilidade no capítulo 7, identificar a mente no capítulo 8 e abandoná-lo agora, precisamente quando a Escritura chega ao leitor. A página é exceção à soberania? É ocasião dentro dela, que é coisa bem diferente.

Este capítulo, portanto, não tratará a iluminação como brilho religioso acrescentado a um conhecimento que os meios naturais já produziram; tratará toda aquisição de proposições sob o governo direto do Logos. Para isso, será necessário distinguir o sinal daquilo que ele significa, a sensação da proposição, a lembrança de um suposto armazém físico, o conhecimento da opinião e a iluminação de uma nova revelação. Também será necessário devolver dignidade ao professor humano sem transformá-lo em causa espiritual, porque

a alternativa à idolatria do mestre não é o desprezo pelo ensino: há livros que mudam uma vida, sermões que atravessam uma defesa cultivada por anos e conversas das quais uma pessoa sai pensando algo que antes não pensava, e não considero essas experiências aparência: recuso apenas que a força esteja alojada no papel, na eloquência ou na inteligência de quem falou. O instrumento é real, a ocasião foi ordenada e o efeito pertence a Deus.

A diferença parece pequena enquanto tudo funciona. Torna-se a diferença entre adoração e idolatria quando o aluno confunde a lâmpada com a luz.

O mestre diante da lousa

Agostinho colocou essa pergunta num diálogo com seu filho Adeodato e, depois de voltas que podem impacientar o leitor moderno, chegou a uma conclusão que o leitor apressado talvez não alcançasse justamente porque desprezou as voltas: o homem exterior admoesta por sinais; Cristo ensina interiormente. Em *De Magistro*, as palavras são examinadas como sinais, e a conversa mostra que o som não deposita significado dentro de quem o ouve. Uma palavra desconhecida chega como ruído. Quando o ouvinte conhece aquilo que ela significa, o sinal pode recordá-lo ou dirigir sua atenção; quando reconhece uma verdade, porém, não o faz porque o som tenha transportado a verdade para dentro dele, mas porque a mente julga o que foi dito sob a luz de Cristo. O mestre humano pergunta,

divide a dificuldade, chama a atenção e organiza sinais, e pode fazer isso de maneira admirável. Ainda assim, o instante em que o discípulo reconhece que a conclusão segue das premissas não pertence ao poder do professor; Cristo, a Verdade que ensina o homem interior, é o Mestre comum.[1]

A lousa torna a tese concreta: alguém desenha um triângulo e demonstra uma relação necessária entre seus ângulos. O giz não contém a necessidade da conclusão; a figura desenhada tem espessura e irregularidades que o triângulo geométrico não tem; a voz do professor produz sons sucessivos, cada qual desaparecendo antes que o argumento inteiro seja considerado. O aluno, no entanto, compreende uma relação universal. A lousa pode ser apagada, a língua pode mudar e outro mestre pode repetir a demonstração sem que a verdade demonstrada se altere, e quando o aluno exclama "agora entendi", não está dizendo que apareceu uma imagem mais nítida na retina. Uma proposição se tornou presente à mente e foi reconhecida em suas relações.

Gordon Clark recupera muito bem esse Agostinho contra a esperança empirista de extrair conceitos de sensações. Sua ironia a respeito de professores que nunca ensinam nada não destrói a educação; retira do educador a divindade causal que ele jamais poderia sustentar.[2] Malebranche, dentro da mesma tradição, dirá que o homem fala ao ouvido, enquanto o único Mestre fala ao espírito. Cheung torna a dependência ainda mais explícita: na ocasião dos sinais exteriores, Deus causa diretamente o pensamento. Há, porém, um perigo do outro lado, e ele precisa ser contido antes que uma crítica correta produza um discípulo preguiçoso. A reação surge quase sozinha: "Se

somente Cristo ensina, o professor é desnecessário. Se palavras não causam conhecimento, estudar é superstição; basta esperar pela iluminação." A conclusão não segue. Ela confunde a ausência de causalidade eficiente com a ausência de ordem histórica, como se tudo aquilo que não é Deus precisasse tornar-se inútil. O mesmo Deus que ensina a mente concedeu pais, profetas, apóstolos, evangelistas e mestres; mandou que a Palavra fosse lida publicamente, que os irmãos ensinassem uns aos outros e que o ministro manejasse bem o texto (Efésios 4.11; 1 Timóteo 4.13; Colossenses 3.16; 2 Timóteo 2.15). Agostinho não escreveu *De Magistro* para provar que escrever era inútil, e o diálogo inteiro usa perguntas como ocasiões pelas quais Adeodato considera relações que não havia reunido.

O professor não cria a verdade nem produz a visão interior; pode, contudo, ser a ocasião escolhida por Deus para que o aluno pense. Retirar a glória causal do instrumento não cancela a obrigação de usá-lo; cancela a adoração que se presta a ele; o agricultor planta sem imaginar que a semente seja independente de Deus. O pregador fala sabendo que não ressuscita mortos (1 Coríntios 3.6-7). O estudante lê porque a providência que decretou o conhecimento também ordenou a página. Essa distinção pesa sobre quem ensina. Se o entendimento fosse produto de uma técnica, o professor poderia reivindicar o discípulo como obra própria, medir sua autoridade pelo número de mentes que moldou e receber toda discordância como ingratidão. Se o ensino humano é admoestação exterior, o mestre serve a uma verdade que não lhe pertence e diante da qual permanece aluno; pode ter trabalhado anos para organizar uma exposição, encontrado uma formulação rara, salvado o leitor de um

erro e dado linguagem a uma inquietação antiga. A dívida deve ser reconhecida, mas nenhum desses bens, entretanto, faz dele a fonte da luz.

Insisto nisso porque o culto ao mestre não começa quando alguém se ajoelha diante de um retrato. Começa quando a gratidão é convertida em suspensão de juízo. O aluno pensa que, tendo recebido tanto por aquela voz, já não pode examinar o restante pela Escritura; a ocasião usurpou o Mestre. Aquilo que deveria produzir maturidade cria uma órbita; a educação se torna posse e a Igreja viva é trocada por uma escola de consciências; Agostinho oferece uma libertação mais profunda do que o individualismo: homem nenhum é mestre no sentido último. Por isso o cristão pode honrar todos os instrumentos sem entregar a nenhum deles o lugar de Cristo.

O lugar subalterno do mestre fica ainda mais claro quando se distingue a palavra daquilo que ela significa: uma palavra não é a coisa, e conhecer o sinal não é conhecer a realidade significada. Parece observação elementar. Quantas teologias, porém, dependem de esquecê-la? A sequência sonora “Deus” não é Deus, e as quatro letras impressas não contêm sua eternidade; um homem pode pronunciar o nome com dicção perfeita enquanto pensa num ser que é finito, que muda e que depende de outro. Em outra direção, *God*, *Theos* e *Elohim* podem servir a pessoas diferentes para que pensem no mesmo Deus verdadeiro; os sinais variam; a proposição conserva um conteúdo intelectual que pode ser representado por sentenças diversas, e Clark acerta ao tratar as palavras como sinais convencionais pelos quais a mente comunica pensamentos. Se Deus criou uma mente capaz de pensar verdadeiramente sobre ele, o sinal

público que ordena pode representar esse pensamento; o problema não está numa suposta fraqueza metafísica da sílaba, mas na teoria que tornou Deus impensável antes de discutir a sílaba.[3]

Também é preciso distinguir a sentença da proposição: “Está frio” pode expressar coisas diferentes conforme o contexto; duas traduções fiéis podem expressar a mesma verdade com sentenças diferentes. A sentença é uma forma linguística situada. A proposição é o significado que pode ser verdadeiro ou falso, e somente proposições são objetos de conhecimento nesse sentido, porque somente elas afirmam alguma coisa; um som pode ser alto, uma página pode estar rasgada e uma palavra pode ter três sílabas. Nada disso é verdade ou falsidade; quando a Bíblia é chamada Palavra de Deus, o cristão não adora celulose e tinta, pois se refere ao conteúdo intelectual que Deus revelou e preservou por meio de sinais escritos. Rasgar um exemplar destrói aquele objeto físico; não apaga uma proposição da mente divina nem retira a Palavra dos demais leitores; a materialidade do livro tem valor ordenado, e por isso o livro deve ser preservado, traduzido, distribuído e lido, e a autoridade dele não nasce da matéria: o livro visível serve ao Verbo invisível sem se tornar outra encarnação.

A linguagem tampouco é um recipiente neutro no qual uma experiência inefável tenta caber: Deus não teve primeiro uma presença muda e depois aceitou que os profetas a traíssem em palavras aproximadas; ele pensa, conhece e fala, e a revelação verbal vem da racionalidade divina e chega a uma criatura feita para compreendê-la; isso não quer dizer que uma sentença humana esgote o ser de Deus, porque “Deus é santo” comunica verdade real

sem comunicar toda a verdade possível; a limitação está na quantidade de conteúdo recebido, não numa falsidade inevitável do que foi dito. O símbolo místico inverte essa ordem. Declara a realidade alta demais para a proposição e entrega ao intérprete graduado o poder de atravessar as palavras em direção a algo que ninguém pode conferir; o resultado institucional é conhecido: quanto menos o texto determina, mais o mediador governa. A Escritura faz o contrário. Torna pública a doutrina, permite que a avó e o doutor confessem a mesma verdade e submete os dois ao mesmo sentido; a profundidade cristã não fica atrás da proposição, numa sala secreta reservada aos iniciados, e sim na riqueza das proposições de Deus e nas consequências que uma vida inteira não termina de deduzir.

Mas como duas mentes compartilham a mesma proposição se não existe transferência física entre elas? A pergunta é legítima e atinge o materialismo antes de atingir o ocasionalismo, pois se um pensamento fosse um evento localizado no cérebro, a comunicação exigiria copiar matéria ou movimento de um cérebro para outro. Ondas sonoras carregariam somente propriedades físicas. Ainda que o cérebro do ouvinte reproduzisse um padrão semelhante, a semelhança não seria identidade de proposição nem prova de verdade; dois computadores podem exibir a mesma sequência de caracteres sem compreender uma linha. O cristianismo começa com outra unidade: as mentes foram criadas pelo mesmo Logos, a verdade pertence à mente de Deus, e a providência governa tanto quem fala quanto quem ouve, de sorte que a comunicação é possível porque Deus causa em duas pessoas pensamentos correspondentes na ocasião dos sinais que ordenou: não há uma ideia viajando pelo ar. Há um Deus presente às duas mentes.

Na ocasião

Vincent Cheung prefere muitas vezes a expressão “na ocasião” ao nome técnico “ocasionalismo”, e a preferência é pedagógica: em vez de pedir que o iniciante aceite primeiro um rótulo, descreve-se o acontecimento. Na ocasião em que a voz é produzida e os ouvidos são afetados, Deus causa determinado pensamento na mente do ouvinte; na ocasião em que alguém olha para uma página, Deus causa a apreensão de uma proposição, e quando a atividade cerebral acompanha o raciocínio, Deus causa tanto o evento corporal quanto o ato mental, sem que um produza o outro. A providência liga duas máquinas independentes? Não liga. Governa o acontecimento inteiro e garante cada correspondência que decidiu estabelecer; é por isso que o pensamento continua depois que a mente se separa do cérebro, e é também por isso que uma mesma sequência sonora pode ser seguida por compreensão num homem, confusão noutro e incredulidade em ambos. A ocasião é histórica; a causa é divina.[4]

Volte o leitor à página aberta. O homem vê sinais, se por “vê” for descrita a experiência que acompanha sua leitura; na mesma ocasião, Deus faz com que pense “Deus é fiel”; outro homem passa os olhos pela linha e pensa apenas no preço do livro, e um terceiro entende a sentença e a considera falsa; a tinta permaneceu igual. Se tivesse poder inerente para transportar a proposição e produzir assentimento, o efeito deveria estar contido nela. Mas a diversidade das respostas manifesta em pequena escala aquilo que a Escritura mostra no anúncio do evangelho: alguns ouvem e entendem; outros ouvem e não entendem; a diferença final está no Deus que ilumina o

entendimento (Mateus 13.13-15; Efésios 1.18), e isso não obriga o ocasionalista a negar a regularidade. Deus estabeleceu relações suficientemente estáveis para que traduções possam ser ensinadas, para que a alfabetização faça diferença e para que uma palavra desconhecida costume permanecer incompreendida até que outras palavras sejam ordenadas ao redor dela. A doutrina apenas se recusa a transformar a regularidade em poder da criatura: cada caso existe porque Deus causa aquele caso, e não porque uma lei abstrata obrigue sua mão.

Também não se segue que todo pensamento causado seja verdadeiro: Deus pode causar numa pessoa a crença em uma falsidade como juízo, entregar homens a uma mente reprovável e enviar a operação do erro para que creiam na mentira (Romanos 1.28; 2 Tessalonicenses 2.11). A causação de uma crença não equivale a uma afirmação divina de que o conteúdo dela seja verdadeiro; a Escritura revela somente verdade; a providência governa também pensamentos falsos. A distinção já apareceu no capítulo 7. Causar a transgressão de uma mente não torna Deus transgressor, assim como causar uma crença falsa não transforma sua Palavra em mentira, pois o sujeito humano crê, relaciona a proposição aos próprios desejos e responde diante da revelação que suprime. Atribuir o erro a um poder mental independente reintroduziria outra divindade para proteger Deus; atribuí-lo a uma matéria defeituosa faria da falsidade um problema de mecanismo, e não uma relação intelectual e moral com a verdade, porque o ocasionalismo preserva a soberania e a culpa: Deus causa o ato mental; a lei julga a mente que ama a falsidade.

Há outra confusão a impedir: “Diretamente” não significa “milagrosamente”. Deus causa diretamente cada pensamento, mas nem toda aquisição de conhecimento é revelação extraordinária ou milagre; a morte de um pardal está sob o governo imediato da providência sem ser, por isso, um sinal sobrenatural no sentido bíblico (Mateus 10.29). Do mesmo modo, compreender uma frase pode pertencer à providência ordinária, embora criatura nenhuma tenha produzido o pensamento; o milagre é uma obra especial dentro da história, não o único instante em que Deus vence uma distância imaginária e finalmente se aproxima. Essa distância pertence à metafísica que entregou o cotidiano às causas criadas: o Deus da Escritura não age apenas quando acontece aquilo que o homem não sabe explicar, e sim presente na lembrança de uma palavra simples, no aprendizado lento de uma criança e na iluminação pela qual o pecador vê glória no evangelho. As ocasiões são diferentes; a dependência permanece absoluta em todas elas.

O que os sentidos não entregam

O empirismo afirma apenas que sensações acompanham o aprendizado? Afirma muito mais. Afirma, em alguma de suas formas, que elas fornecem o conteúdo com o qual o conhecimento é construído: a mente começaria vazia, receberia cores, sons, sabores, dores e contatos, conservaria imagens dessas impressões e finalmente abstrairia conceitos universais, e a história da filosofia encheu bibliotecas tentando explicar cada degrau dessa escada; a

dificuldade permanece no primeiro. Uma sensação de vermelho não afirma “há um carro vermelho diante de mim”; não afirma sequer “isto é vermelho”, porque *isto*, *é* e *vermelho* já envolvem identidade, predicação e universalidade, coisas que não são cores. Cheung formula o salto com precisão: da premissa “eu vejo um carro vermelho” não segue “há um carro vermelho”, a menos que outra premissa forneça a ponte; se essa premissa veio também da sensação, o problema apenas recuou, porque a mesma forma permitiria passar de “imagino um carro vermelho” para “há um carro vermelho”. O empirista permite a primeira inferência e rejeita a segunda, mas precisa explicar por qual razão não empírica faz a distinção.[5]

Clark pressiona o problema por uma pergunta anterior: o que seria uma sensação pura? Adulto nenhum encontra dentro de si uma cor sem forma, fundo, localização, comparação e interpretação. Quando diz que vê um cachorro, já reuniu a cor, o contorno, o movimento e muitas relações que não aparecem como sensação isolada; já excluiu o tapete, o ruído e a parede percebidos na mesma ocasião; já empregou o conceito de cachorro para organizar aquilo que pensa estar vendo. Se a percepção é uma inferência a partir de sensações, o empirista deve mostrar quais inferências são válidas e como reconhece uma percepção verdadeira; se a percepção é direta, ainda precisa explicar como qualidades distintas se tornam um objeto. Depois disso resta o conceito universal. Imagem nenhuma de um cachorro individual contém todos os cachorros, e retirar detalhes da imagem a torna mais pobre, não universal; pode-se imaginar um animal sem certa mancha; não se enxerga com os olhos a proposição “todos os cachorros são caninos”.

A sensação é particular e temporal; o conhecimento teológico exige proposições universais. Página alguma, por ter sido vista, produziria por indução a verdade de que todos os que estão em Cristo foram justificados.[6]

O erro seduz porque os sentidos têm utilidade evidente. A dor adverte do perigo, a diferença de luz acompanha a orientação no espaço, o som de uma voz chama a atenção e o alimento traz prazer ou repulsa. Malebranche, seguindo Agostinho, atribuiu às sensações a função de preservar o corpo, e Clark usa essa sugestão para zombar, com justiça, da inferência segundo a qual Deus deu olhos ao homem, logo os olhos devem fornecer verdade, e Deus também lhe deu unhas, e ninguém construiu uma epistemologia das unhas; a ironia atinge o salto lógico, não a bondade dos órgãos. Na ordem providencial, a sensação pertence à união entre mente e corpo e serve à vida temporal: quando sinto dor, examino uma ferida; quando a luz diminui, procuro outro caminho; quando ouço meu nome, volto a atenção. A dor não diz por si o que ocorreu, a penumbra não revela a causa dela e o som não contém a identidade de quem chamou, e Deus pode usar essas ocasiões para causar um juízo verdadeiro ou, dentro do juízo que decretou, um juízo falso. A sensação desperta, adverte, acompanha e situa, mas essas funções não a transformam em premissa infalível.

“Não exijo infalibilidade”, dirá alguém: “Basta a confiabilidade geral dos sentidos.” De fato, a vida comum não espera uma demonstração antes de cada passo; o problema aparece quando se tenta passar da utilidade prática à garantia epistemológica. Como saber, nesta ocorrência, que a sensação pertence ao grupo confiável? Se o critério

for outra sensação, o argumento circula. Se for a concordância de muitas pessoas, ainda será preciso explicar como as sensações delas chegaram até a mente que as avalia. Se o critério for a condição adequada da luz, da saúde e da distância, será necessário determinar por algum meio não questionado que luz, saúde e distância estão adequadas neste caso. Afirmar que os sentidos "normalmente funcionam" não identifica a ocorrência presente; isso não obriga o cristão a atravessar paredes ou beber um líquido que lhe parece venenoso para provar coerência. Na vida prática, ele age segundo as opiniões que tem, os hábitos que herdou e as relações que a providência ordenou, e Deus ordena prudência nessa condição; o erro está em elevar uma expectativa útil à categoria de conhecimento infalível e depois usar esse suposto conhecimento como fundamento para julgar a Palavra. Posso afastar-me do fogo sem saber cientificamente tudo o que penso ver; não posso construir a doutrina de Deus sobre a crença de que meus olhos jamais me enganaram.

A própria Bíblia emprega "ver" e "ouvir" tantas vezes que o empirista cristão imagina ter centenas de provas antes de interpretar uma só, e o uso bíblico desfaz a pressa. Israel tinha olhos e não via, ouvidos e não ouvia (Jeremias 5.21; Isaías 6.9-10); Deus ouve a oração sem tímpanos; o salmista pede entendimento para contemplar as maravilhas da lei (Salmos 119.18); Jesus declara bem-aventurados os olhos que veem aquilo que muitos homens fisicamente atentos recusavam (Mateus 13.16-17); Paulo fala do entendimento iluminado (Efésios 1.18). Em muitos desses textos, ver significa compreender, reconhecer ou receber; ouvir significa entender ou obedecer. Quando o estudante acompanha uma demonstração e diz "agora vejo", ninguém lhe oferece óculos. A linguagem sensorial pode funcionar

como metáfora intelectual justamente porque a mente é o sujeito que conhece, e tomar cada verbo como tratado de epistemologia seria tão cuidadoso quanto atribuir globos oculares a Deus porque os olhos do Senhor percorrem a terra (2 Crônicas 16.9). Mas essa constatação não apaga o corpo dos acontecimentos bíblicos.

Os apóstolos estiveram diante de Cristo ressuscitado, Tomé tocou suas feridas e João escreve sobre aquilo que ouviu, viu e apalpou (João 20.27; 1 João 1.1). A encarnação aconteceu na história, não numa região puramente mental.

De onde vem, então, o conhecimento infalível desses fatos? Não vem das sensações de Pedro ou Tomé transmitidas até o presente como uma corrente de experiências; vem da declaração inspirada de Deus segundo a qual eles viram e tocaram. As sensações apostólicas podiam ser falíveis em outras ocasiões; sabe-se que estavam corretas nessa porque a Escritura interpreta infalivelmente o acontecimento; o objeto da fé é a proposição divina acerca do que ocorreu, e não uma experiência que cada cristão precise reproduzir.

A testemunha recebeu uma experiência dentro da providência; o Espírito preservou em linguagem a verdade que a Igreja deve crer; o fato foi público. O conhecimento que a Igreja tem dele é revelacional. Essa diferença se torna especialmente importante na ressurreição: alguns apologistas afirmam que o cristianismo repousa sobre evidências empíricas e que ossos identificados como sendo de Jesus refutariam a fé, porque querem proteger a historicidade, e a intenção é compreensível, mas a concessão entrega à ciência uma autoridade que ela não consegue sustentar. Como alguém identificaria infalivelmente ossos com dois milênios? Por qual cadeia de

sensações, testemunhos, datações e induções alcançaria certeza universal? A ressurreição é histórica porque Deus afirma que ocorreu: os testemunhos apostólicos pertencem ao conteúdo inspirado dessa afirmação; não são um fundamento autônomo diante do qual a Palavra pede licença para existir. Se uma conclusão científica contradiz a Escritura, a conclusão está errada, talvez na sensação, na memória, no testemunho ou na inferência, e a quantidade de possibilidades mostra por que um método falível não pode julgar uma revelação infalível.

A mentalidade da carne chama essa posição de dogmatismo porque imagina que seu critério nasceu neutro; o capítulo seguinte examinará a pretensão. Por enquanto basta reconhecer isto: a história de Cristo é conhecida porque o Senhor da história falou. Ainda assim, ler, ouvir, investigar documentos e comparar testemunhas continuam sendo atividades legítimas. O juiz bíblico escuta duas ou três testemunhas, o sábio examina o relato que primeiro parece justo e Lucas declara ter ordenado uma narrativa depois de cuidadosa investigação (Deuteronômio 19.15; Provérbios 18.17; Lucas 1.3). Essas práticas não têm infalibilidade própria. São ocasiões públicas e disciplinadas pelas quais o homem forma opiniões, corrige enganos e, quando o conteúdo foi inspirado por Deus, recebe conhecimento revelado. A distinção impede dois abusos: o fideísmo preguiçoso, que usa a falibilidade para desprezar a pesquisa, e o evidencialismo orgulhoso, que transforma pesquisa em revelação; a Escritura manda pesar testemunhos porque criaturas falíveis vivem entre criaturas falíveis; pela mesma razão, proíbe condenar alguém pela voz de uma única pessoa (Deuteronômio 19.15).

Uma instituição que anuncia certeza absoluta com base numa investigação secreta, na percepção de um líder ou numa “palavra” que ninguém pode examinar não é mais espiritual. É menos bíblica do que o exame que conhece os próprios limites.

A memória sem armazém

Depois da sensação, o empirismo costuma recorrer à memória: a impressão desapareceria, mas deixaria na mente uma imagem menos viva; muitas imagens seriam comparadas, e delas surgiria o conceito, assim como Hume descreveu ideias como cópias enfraquecidas de impressões; contudo, homens de pensamento reconhecidamente poderoso relataram quase nenhuma imagem visual. Clark usa esses casos para separar o pensamento da imaginação: uma pessoa pode pensar com precisão sem projetar figuras interiores, enquanto uma imagem muito viva pode acompanhar um pensamento pobre, e o problema fica quase cômico quando alguém tenta imaginar a palavra “mas”, a relação “à esquerda de” ou a raiz quadrada de menos um.

Uma figura pode representar um símbolo matemático; não é o significado dele. Se a memória fosse um arquivo de imagens, guardaria cenas, não proposições; e mesmo as cenas ainda exigiriam uma mente que as interpretasse.[7]

Uma melodia expõe a mesma dificuldade. Quando o último som chega, o primeiro já desapareceu, mas reconhecer o ritmo exige

relacionar aquilo que já não está presente com aquilo que ocorre agora. Essa relação não prova que gravações materiais estejam produzindo lembranças. O cérebro pode apresentar atividade quando uma pessoa recorda; uma lesão pode acompanhar a perda ou a alteração da capacidade de recordar; nada disso faz do tecido uma biblioteca de proposições, e o capítulo anterior já estabeleceu o princípio: Deus governa o corpo e a mente numa correspondência ordenada; quando decide trazer uma verdade novamente à atenção, causa a lembrança.

Quando determina o esquecimento, a proposição não se torna pensamento presente, embora sinais exteriores possam servir depois como ocasião para recordá-la. A memória não é um pequeno escriba autônomo que copia experiências; é o nome dado a relações temporais da mente sob a providência.

Também se diz que uma pessoa tem conhecimento sem pensar continuamente em todas as proposições conhecidas: ela sabe que Cristo ressuscitou enquanto dorme, conversa sobre alimento ou resolve outro problema; ao ser lembrada, a proposição retorna à atenção. Esse uso disposicional da linguagem não cria um objeto armazenado numa dobra física; afirma que Deus formou aquela mente, ligou proposições em sua história e pode causá-las outra vez como pensamentos presentes. O conhecimento inato discutido no capítulo 8 funciona de forma semelhante: o pecador conhece Deus sem confessar conscientemente essa verdade a cada instante, e sua supressão pode ser exposta pela Palavra que nomeia aquilo de que foge. Cheung observa que conhecer uma proposição não exige pensá-la atualmente, mas implica que o conteúdo possa ser lembrado; na

regeneração, Deus desperta o eleito da letargia intelectual e moral para a luz de Cristo.[8]

A falibilidade da memória deveria produzir humildade sem destruir responsabilidade. Uma pessoa esquece palavras, combina acontecimentos, atribui a uma conversa aquilo que ouviu em outra e, depois de repetir a lembrança durante anos, já não sabe quanto pertence ao evento e quanto pertence à narrativa criada sobre ele, e intensidade subjetiva nenhuma resolve a dificuldade: uma memória vívida pode ser falsa; uma recordação hesitante pode corresponder ao que ocorreu. Por isso a Escritura ordena memoriais públicos, repetição da Palavra, testemunhas e escrita. Não porque pedras, festas ou páginas conservem a verdade por poder próprio, mas porque Deus as estabeleceu como ocasiões de lembrança comunitária, capazes de corrigir a imaginação individual. O salmista diz ter escondido a Palavra no coração para não pecar contra Deus (Salmos 119.11).

Não enterrou tinta na alma; recebeu, meditou e voltou a pensar o conteúdo revelado. A Igreja que abandona o texto em favor da memória de sua tradição logo passa a lembrar somente aquilo que protege sua autoridade.

Essa fragilidade conduz à distinção que deve governar todo o capítulo. A revelação é o ato e o conteúdo pelos quais Deus torna conhecida uma verdade sob sua autoridade; a Escritura é a revelação objetiva, pública e normativa entregue à Igreja. A iluminação é a obra pela qual Deus faz a mente apreender, relacionar e, na conversão, assentir à verdade revelada; iluminação não acrescenta capítulos à Bíblia, não corrige os apóstolos e não entrega ao

indivíduo um cânon particular. Quando Paulo diz que Deus resplandeceu nos corações para conhecimento de sua glória na face de Cristo, a luz não traz um conteúdo rival ao evangelho; faz com que o evangelho seja conhecido como verdade e glória (2 Coríntios 4.6).

A mente antes cega ouvia a mesma mensagem e a rejeitava; Deus não precisou alterar as palavras. Alterou a disposição do ouvinte e causou nele o entendimento que faltava.

A confusão entre revelação e iluminação alimenta boa parte do misticismo evangélico: alguém lê um texto, sente uma forte impressão e anuncia que o Espírito "revelou" um sentido que não segue das palavras. Outro recebe uma decisão interior sobre casamento, mudança ou ministério e a apresenta com a autoridade de uma proposição divina; quando questionado, diz que o crítico precisa de iluminação, e encerra o exame antes que ele comece. O mecanismo é perfeito para o poder: a experiência privada produz uma palavra que apenas o experimentador pode interpretar; o nome de Deus torna a conclusão imune; a comunidade, com medo de resistir ao Espírito, entrega a consciência à mente de um homem. Mas o Espírito da verdade não contradiz a Palavra que inspirou nem torna desnecessário o significado público (João 16.13).

Iluminação não autoriza alguém a dizer "Deus disse" onde Deus não falou. É a ação divina pela qual o homem compreende e recebe aquilo que Deus efetivamente disse.

Há ainda uma diferença entre compreender e crer: Saulo conhecia suficientemente a mensagem cristã para persegui-la (Atos 8.3; 1 Timóteo 1.13); um teólogo não regenerado pode descrever a Trindade com precisão e considerá-la falsa; os demônios sabem que Deus é um

e tremem (Tiago 2.19). A iluminação salvadora não entrega apenas definições à memória; muda a disposição pela qual a mente julga o evangelho. O homem passa do entendimento hostil ao assentimento, da acusação contra Deus à confissão da própria culpa, da palavra externa à fé na promessa. Isso torna a fé menos intelectual? Torna o intelecto inteiro, com entendimento e juízo, desejo e vontade, obediente à verdade. Cheung explica que a cegueira espiritual é intelectual sem ser mera falta acadêmica de informação: há uma disposição má que somente a ação criadora de Deus remove.[9] O pregador pode tornar a formulação mais clara e destruir objeções. Não pode fazer o inimigo amar a luz.

É aqui que a oração retorna ao ensino. O estudante pede sabedoria porque sabe que a atenção, o livro e o professor não têm poder independente (Tiago 1.5); o mestre ora porque a eloquência não garante entendimento; a Igreja suplica que Deus abra os olhos porque uma liturgia impecável pode acompanhar corações endurecidos. Essa dependência não substitui o preparo; quem pede iluminação e se recusa a ler tenta obrigar Deus a ensinar fora das ocasiões que ele ordenou, e isso não é fé. Salomão pediu sabedoria; Provérbios manda inclinar o ouvido, buscar como prata e clamar por entendimento, dando a razão dessas ações: o Senhor dá a sabedoria; de sua boca vêm o conhecimento e o entendimento (1 Reis 3.9; Provérbios 2.1-6). A mente espiritual estuda sem adorar o estudo e ora sem desprezar a página; sabe que o Mestre pode usar uma frase simples para derrubar um sistema e permitir que uma biblioteca inteira seja atravessada sem arrependimento.

Conhecimento e opinião

A palavra “conhecimento” é usada na vida comum com bastante largueza: diz-se conhecer o caminho, o vizinho, o clima de amanhã e a razão pela qual alguém faltou, embora seja possível estar enganado em cada caso. Não é necessário policiar toda conversa; a língua suporta níveis de certeza, e o contexto costuma indicá-los, mas um sistema filosófico que chama qualquer crença provável de conhecimento perde a distinção justamente quando precisa dela. Se o conhecimento pode ser falso, deixou de ser conhecimento. Se a justificativa admite que a conclusão talvez não siga, não produziu certeza; se uma proposição universal foi extraída de casos particulares, a inferência colocou na conclusão algo que as premissas não continham. O rigor não nasce de prazer terminológico: nasce da pergunta que coloca Deus e o homem sob autoridades rivais: com que autoridade afirmo que isto é verdade? Clark oferece uma resposta estreita e, por isso, ofensiva: o conhecimento humano consiste nas proposições da Escritura e naquilo que é validamente deduzido delas. O homem pode ter opiniões verdadeiras sobre Colombo, sobre a composição de uma estrela ou sobre a identidade da pessoa que atravessa a rua; sem uma premissa revelada que garanta a conclusão, não pode elevá-las à mesma certeza da Palavra.[10]

“Então o cristão não sabe nada.” A acusação confunde certeza psicológica com certeza racional: um homem pode estar absolutamente certo de uma lembrança falsa, enquanto outro hesita diante de uma demonstração válida. A intensidade da convicção

descreve o sujeito; não justifica o conteúdo; limitar o conhecimento à revelação e às deduções não afirma que o cristão saiba nada. Afirma que sabe aquilo que Deus disse: um sistema capaz de ocupar milhares de páginas, governar cada área da vida e crescer em consequências sem que uma mente chegue ao fim. Quem chama isso de nada confessa, talvez sem perceber, quanto pouco considera a Escritura.

A formulação ocasionalista exige uma precisão adicional: Deus causa toda crença, verdadeira ou falsa. Portanto, o fato metafísico de que causou certo pensamento não funciona, para o sujeito, como certificado de verdade. Não posso dizer "Deus causou que eu pensasse isto, logo isto é verdadeiro", pois a mesma providência governa o herege, o mentiroso e o homem entregue ao erro. Para haver conhecimento, não basta a origem causal divina, comum a todos os atos; é necessária uma garantia epistemológica pela qual a proposição seja recebida como verdade. Na revelação, Deus fornece essa garantia publicamente. No conhecimento inato, sabe-se que a fornece porque a própria Escritura declara o conteúdo e a responsabilidade universal. Nas deduções válidas, a conclusão permanece contida nas premissas reveladas. Fora dessas relações, Deus pode causar uma crença verdadeira e ordenar que ela corresponda ao mundo físico; o problema é que, sem atestação infalível, a mente humana não consegue distinguir esse caso de uma crença falsa igualmente causada. A providência explica por que o homem pensa; a revelação decide o que ele pode afirmar como conhecido.

Cheung diz que, se uma proposição é inserida diretamente por Deus como algo que ele considera verdadeiro e justificado, então há conhecimento; a afirmação é correta quando descreve o ato divino. A pergunta seguinte é inevitável: como a mente humana sabe que recebeu esse tipo de inserção, e não uma crença causada como opinião, erro ou juízo? Se a resposta for uma sensação de certeza, a intuição retomou o governo; se for o êxito prático, a indução voltou pela porta dos fundos. Se for uma voz privada, abriu-se outro cânon. A resposta segura permanece na Palavra que julga publicamente. A expressão “na ocasião” explica a aquisição do pensamento sem conceder poder ao sinal; não pode ser convertida em licença para que toda crença verdadeira reivindique o estatuto de revelação. O ocasionalismo trata da causação do pensamento; o escrituralismo trata da norma dele, e os dois são necessários para que a soberania não se converta em misticismo e para que a Bíblia não seja tratada como conteúdo depositado por mecanismos autônomos.[11]

Resta a opinião, e seria um erro desprezá-la por não ser conhecimento estrito: a vida temporal exige decisões sob informação limitada. Um homem julga que choverá, que certo remédio será útil, que uma testemunha fala com sinceridade ou que determinado manuscrito pertence a um século; age com graus diferentes de confiança, corrige conclusões e aprende a dizer “provavelmente”, “até onde sei” e “as evidências disponíveis sugerem”. Essa modéstia não enfraquece a razão; protege-a da mentira.

Uma opinião pode ser verdadeira, amplamente confirmada e prudente o bastante para orientar uma ação, e ainda assim continuar falível; a ciência, quando abandona a pretensão sacerdotal de revelar

a realidade, torna-se instrumento valioso para organizar observações, construir modelos e fazer previsões limitadas. A história compara documentos e oferece narrativas responsáveis sem transformar testemunho humano em inspiração. A medicina age sobre relações providenciais sem prometer onisciência. O cristão não precisa incendiar laboratórios para negar que a indução produza conhecimento; precisa retirar deles o altar.

Há liberdade prática nessa distinção; o cristão não é obrigado a defender cada opinião como parte da fé, nem a sentir que uma revisão científica atingiu a Escritura; pode mudar de médico, corrigir uma data, reconhecer que interpretou mal um gesto e abandonar uma teoria histórica sem perder o fundamento. A instituição, porém, teme essa liberdade quando sustenta seu poder convertendo opiniões administrativas em mandamentos divinos. Uma preferência litúrgica vira “princípio bíblico”; um diagnóstico psicológico do membro recebe o nome de “discernimento pastoral”; a narrativa oficial de um conflito é revestida com a certeza da doutrina. Quem pede prova passa por rebelde; o erro epistemológico prepara a violência espiritual: uma mente falível exige submissão infalível. Se a Igreja recuperasse a diferença entre o que Deus revelou e aquilo que seus dirigentes apenas julgam provável, muitas feridas perderiam a cobertura sagrada que hoje as torna mais profundas.

Não conhecer infalivelmente cada fato da vida não lança o cristão num vazio, pois ele vive sob mandamentos conhecidos e sob uma providência que não depende de sua certeza. Pode ignorar todos os motivos de um irmão e ainda saber que não deve caluniá-lo; pode formar opinião forte sobre um crime e continuar sujeito à exigência

de testemunhas; pode desconhecer o resultado de um tratamento e cuidar do corpo; pode não saber o que acontecerá amanhã e dizer: “Se o Senhor quiser” (Tiago 4.13-15). A Escritura oferece verdade suficiente para governar a condição de criaturas limitadas. O desejo de transformar toda decisão em conhecimento revela, muitas vezes, medo de depender, porque o homem quer uma certeza sobre o mundo que o poupe de confiar no Deus que governa o mundo. Mas o justo não vive pela onisciência; vive pela fé (Habacuque 2.4; Romanos 1.17).

O professor, a Igreja e o corpo

Agora o mestre diante da lousa pode reaparecer sem ser reduzido a ruído: seu trabalho é selecionar sinais, organizar proposições, tornar visíveis as inferências, antecipar confusões e chamar a atenção do aluno para aquilo que deve ser pensado. Ele pode fazer isso bem ou mal: uma frase ambígua oferece ocasião para o erro; uma definição clara permite que a disputa alcance o objeto; uma ordem paciente de perguntas conduz a mente por relações que uma exposição apressada deixaria escondidas. Nada disso causa eficientemente o entendimento; tudo isso pertence à responsabilidade do professor. Dizer “Deus é quem ensina” não absolve a preguiça de quem chega sem preparo, assim como dizer “Deus salva” não absolve o pregador que adultera o evangelho; o instrumento não produz o efeito.

Responde pelo modo como foi usado; educar, portanto, não é transferir dados como quem copia arquivos entre máquinas: é ministrar sinais a pessoas racionais diante de Deus, confiar que o Logos causará nelas pensamentos e exigir que cada inferência seja examinada. A diferença muda a sala; o professor procura tornar-se dispensável à medida que o aluno aprende a voltar-se para a verdade; não confunde repetição com entendimento; não usa a nota, o cargo ou a vergonha para fabricar assentimento. Também não finge que toda opinião do aluno merece igual respeito, pois a igualdade das pessoas não torna as proposições equivalentes.

Argumenta, corrige e, quando necessário, condena o erro pela Escritura. Sua autoridade é ministerial: cresce quando serve à verdade e termina quando tenta substituir a verdade por si mesmo. Paulo aplica esse princípio ao culto quando prefere palavras inteligíveis a milhares de sons que ninguém entende (1 Coríntios 14.19). O discurso cristão é meio de graça porque, na ordem de Deus, apresenta conteúdo à mente. Não há virtude espiritual na incompreensão; Clark, seguindo Jonathan Edwards, observa que sermão nenhum beneficia alguém sem transmissão de conhecimento e que a Bíblia não aproveita ao leitor como objeto mágico, mas como Palavra entendida.[12] Isso deveria encerrar a vaidade das liturgias que ocultam o sentido para produzir reverência, das músicas cuja intensidade substitui a verdade e das pregações que acumulam emoção sem entregar uma proposição clara. Uma congregação pode sair profundamente tocada e não saber o que deve crer; nesse caso, talvez tenha recebido uma experiência estética, pressão coletiva ou alívio psicológico; não foi edificada como mente de Cristo.

Mas o mesmo princípio condena o intelectualismo performático: um sermão pode estar cheio de termos gregos, citações patrísticas e distinções corretas enquanto serve apenas para aumentar a distância entre o púlpito e o banco, pois a clareza não é simplismo, e a profundidade não exige que o povo permaneça dependente do dialeto do especialista. Deus deu mestres ao corpo para o aperfeiçoamento dos santos, não para que os santos terceirizem eternamente o pensamento (Efésios 4.11-13). Quando a Palavra de Cristo habita ricamente na comunidade, os membros ensinam e admoestam uns aos outros (Colossenses 3.16). O dom particular faz crescer uma capacidade comum.

A educação cristã multiplica leitores da Escritura; a educação institucional carnal multiplica consumidores da interpretação autorizada. Essa é uma das razões pelas quais a Igreja viva assusta estruturas construídas sobre controle.

Se Cristo ensina diretamente a mente na ocasião da Palavra, um membro sem título pode compreender uma verdade que o dirigente suprime; uma mulher desprezada pode citar corretamente o mandamento contra quem usa o cargo para feri-la; um jovem pode descobrir que a tradição recebida contradiz o texto; um conselho inteiro pode precisar aprender com a pessoa que pretendia silenciar. Isso torna o indivíduo infalível? De modo algum. A mera oposição não é sinal de iluminação, e todos devem argumentar, todos devem ouvir, e todos devem se submeter à Escritura. Mas a possibilidade de correção vinda de qualquer membro pertence à natureza do corpo. O Espírito distribui os dons como quer. E o Logos, está preso ao microfone? Não está (1 Coríntios 12.11).

A reação institucional chama essa liberdade de rebeldia porque imagina somente duas formas de unidade: uma mente central governa as outras, ou instala-se o caos de opiniões privadas. O corpo de Cristo oferece outra forma: muitas mentes, membros umas das outras, governadas pela mesma Palavra e ensinadas pelo mesmo Deus. Há presbíteros, mestres e disciplina; há também exame, profecia julgada, doutrina comparada e responsabilidade mútua (1 Tessalonicenses 5.20-21; 1 Coríntios 14.29). A autoridade perde o direito de apresentar opinião como revelação, mas não desaparece, e a comunidade não é uma democracia de gostos, porque a Escritura permanece acima de todos.

O vínculo é mais forte do que a personalidade do líder e mais racional do que o entusiasmo da multidão, pois a Igreja é uma porque tem um Cabeça, não porque uma criatura conseguiu pensar por todas as outras (Efésios 4.4-6; Colossenses 1.18).

O Deus que ensina

Recolho, por fim, a página que ficou aberta desde o começo. A lâmpada tornou os sinais visíveis, o olho participou da leitura, o cérebro apresentou a atividade que Deus ordenou naquele momento, as palavras serviram como sinais e a memória relacionou o pensamento presente a proposições recebidas anteriormente. Cada elemento tem lugar na história; nenhum deles tem poder para produzir conhecimento. Deus causou o acontecimento exterior e o

pensamento interior. Se a proposição veio da Escritura ou seguiu validamente dela, o leitor recebeu verdade com garantia divina. Se formou apenas um juízo sobre a tinta, a sala ou a intenção do autor humano, tem uma opinião que pode estar correta e deve ser mantida com a modéstia correspondente; a página foi ocasião.

O Logos era o Mestre desde o princípio; isso diminui a maravilha da leitura? Ao contrário, devolve-a a Deus: o empirismo chama o acontecimento de natural e pensa tê-lo explicado depois que descreveu órgãos e movimentos. O misticismo despreza os sinais e procura luz sem Palavra; o institucionalismo captura a interpretação e oferece o mestre humano como ponte necessária. O ocasionalismo escrituralista recusa as três idolatrias: honra o corpo sem fazê-lo pensar, honra o sinal sem torná-lo causa, honra o professor sem chamá-lo Mestre e honra a iluminação sem abrir outro cânon.

A mentalidade do Espírito recebe as ocasiões como dádivas e devolve toda eficiência àquele que opera tudo em todos (1 Coríntios 12.6).

Há nessa doutrina uma responsabilidade que ninguém pode entregar a outra pessoa: se Deus fez o homem como mente, deu-lhe linguagem e ordenou sinais pelos quais sua Palavra habita entre os cristãos, recusar-se a pensar não é humildade. É negligenciar a imagem de Deus. Hebreus repreende pessoas que, pelo tempo decorrido, já deveriam ensinar e ainda precisavam de leite (Hebreus 5.12). Eles não foram desculpados por terem trabalho, cansaço ou líderes capazes de estudar em lugar deles. O corpo amadurece quando cada membro aprende a manejar a verdade segundo sua condição, recebe correção e passa a servir os outros. Oferecer-se como sacrifício racional inclui abrir a página, seguir a inferência,

pedir sabedoria, confessar o erro e permitir que a Palavra alcance regiões protegidas pela tradição (Romanos 12.1-2). A renovação da mente não acontece por proximidade física com uma Bíblia nem por pertencer a uma comunidade correta; Deus renova a mente na ocasião da verdade recebida com fé.

Agora se vê por que não existe epistemologia neutra. Se o sentido não produz conhecimento, se a linguagem depende de uma antropologia, se a comunicação exige providência e se a diferença entre conhecimento e opinião depende da autoridade que garante a proposição, todo método já começou com um deus. O empirista começa na sensação, o racionalista começa em princípios que atribui à própria mente, o místico começa na experiência e o cristão começa na Palavra; nenhum deles chega ao ponto de partida depois de investigar. Cada investigação já respira dentro do princípio que adotou; o próximo capítulo levará essa consequência à guerra aberta entre os sistemas. Antes, porém, convém reter o que a página ensinou a respeito do homem: ele não é um par de olhos que ocasionalmente pensa, um cérebro que inventou Deus ou um discípulo pertencente ao mestre que lhe explicou uma doutrina.

É um intelecto criado, ensinado em cada verdade pelo Deus que fala, iluminado pelo Logos e responsável por levar cativo o pensamento que recebeu (João 1.9; 2 Coríntios 10.5).

O homem fecha o livro. A lâmpada iluminou a página, os olhos percorreram os sinais, a voz humana explicou sentenças e a memória trouxe de volta o que parecia esquecido. Todos esses instrumentos ocuparam o lugar que Deus lhes deu, e nenhum deles produziu por si o entendimento de uma só proposição. Não existe força material que

ligue o sinal à verdade; existe o Logos, que ensina na ocasião da leitura, e o leitor responde diante de Deus por aquilo que entendeu.

Notas

1. Agostinho, *De Magistro*, especialmente os capítulos 9–14, sobre sinais, admoestação exterior e Cristo como a Verdade que ensina interiormente. ↩
2. Gordon H. Clark, *Senhor Deus da Verdade*, cap. “Agostinianismo”; ver também a edição de *De Magistro* reunida na segunda parte da obra. ↩
3. Gordon H. Clark, *Language and Theology*, cap. 15, “A Christian Construction”, especialmente a formulação da linguagem como sistema de sinais para pensamentos. ↩
4. Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 3, “Ocasionalismo e empirismo”. ↩
5. Ibid., cap. 7, “Mas o que é conhecimento?”. ↩
6. Clark, *Senhor Deus da Verdade*, capítulos “Sensação”, “Imaginação” e “Indução”; ver também *Language and Theology*, cap. 15. ↩
7. Clark, *Senhor Deus da Verdade*, cap. “Imaginação”, com sua discussão de Hume, Binet, Titchener e Brand Blanshard. ↩

8. Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 16, “Conhecimento inato do homem”. ↩
9. Vincent Cheung, *A Luz das Nossas Mentes*, cap. 3, especialmente as seções “A mensagem intelectual” e “A mensagem revelacional”. ↩
10. Clark, *Senhor Deus da Verdade*, cap. “Indução”; *Language and Theology*, cap. 15. ↩
11. Cheung, *Cativo à Razão*, capítulos 3, 4, 6 e 7. ↩
12. Clark, *Senhor Deus da Verdade*, cap. “Senhor Deus da verdade”, em diálogo com Jonathan Edwards sobre conhecimento e meios de graça. ↩

PARTE III — A GUERRA

CAPÍTULO 10 — NÃO EXISTE TERRITÓRIO NEUTRO

“Quem não é comigo é contra mim; e quem comigo não ajunta, espalha.” (Mateus 12.30)

A sala sem religião

Um professor entra na sala e anuncia que ali não haverá religião. Terá anunciado o quê, exatamente? O curso, diz ele, tratará apenas de fatos, argumentos e métodos aceitos por qualquer pessoa racional, e as crenças particulares poderão permanecer no coração de cada aluno, respeitadas como escolhas privadas, desde que não atravessem a porta e perturbem a investigação comum. A proposta parece generosa, pois nenhum credo será imposto, nenhum texto sagrado receberá privilégio e todos começarão do mesmo lugar. Mas o lugar já foi escolhido. Para separar fatos de religião, o professor precisou decidir o que conta como fato; para reconhecer métodos aceitos por qualquer pessoa racional, precisou definir a razão antes de ouvir o cristão; para guardar a fé no coração, formulou uma

antropologia na qual a mente pública pode operar sem Deus; e, para excluir a Escritura do fundamento, atribuiu a alguma outra autoridade o direito de estabelecer as regras da sala. A neutralidade apareceu antes dessas decisões? Não apareceu.

Foi o nome colocado sobre elas depois que venceram. E peço ao leitor que mantenha essa sala diante dos olhos, porque ela reaparecerá em formas mais respeitáveis. Pode ser um laboratório que se declara livre de metafísica enquanto supõe uma matéria inteligível e regular; uma universidade cristã que aceita a Bíblia no culto, mas adota critérios autônomos na psicologia e na história; uma apologética que pede ao crente para deixar a revelação do lado de fora durante alguns minutos, encontrar o incrédulo num terreno comum e, somente depois de construir confiança, convidar Deus a entrar. Em todos os casos, a faixa neutra foi traçada pelo lado que negou o senhorio de Cristo. Se o cristão aceita encontrá-lo ali, o debate terminou antes da primeira evidência: já concedeu que existe uma região do pensamento na qual a Palavra não governa, que o pecador pode julgar corretamente sem arrependimento e que algum padrão anterior decide quando Deus terá permissão para falar. Talvez o evangelho seja pronunciado no fim; seu senhorio foi negado no começo.

O capítulo anterior mostrou que o sentido não produz conhecimento, que a linguagem depende de uma antropologia e que a diferença entre conhecimento e opinião exige uma autoridade capaz de garantir a verdade. Agora a consequência se torna inevitável: o homem não investiga primeiro para depois escolher um fundamento; investiga a partir de alguma concepção da realidade, da mente, da

linguagem, da lógica e do bem. Antes de examinar o mundo, o método já afirma alguma coisa sobre ele. Gordon Clark organiza essa disputa em métodos religiosos porque a religião, quando alcança Deus, o conhecimento, a ciência, a ética e o governo, já se tornou filosofia inteira; e toda filosofia, quando responde às questões últimas, confessa alguma religião, ainda que tenha proibido a palavra.[1] O secularismo não é a sala vazia depois que os deuses saíram, e sim o culto que retirou os símbolos para que seu deus parecesse mobília.

A primeira proposta de neutralidade

Como a serpente começou? Dizendo a Eva que Deus não existia? Não foi assim. Seria uma negação grosseira demais para quem falara com ele. Começou por interrogar a Palavra: “É assim que Deus disse: Não comereis de toda a árvore do jardim?” (Gênesis 3.1) A pergunta podia, isoladamente, ser legítima, pois a fidelidade exige saber o que Deus efetivamente falou. O movimento seguinte revelou o padrão escondido: Deus dissera que a desobediência traria morte; a serpente apresentou outra interpretação (Gênesis 2.17; Gênesis 3.4); a mulher passou a considerar as duas vozes como alegações colocadas diante de sua avaliação, e a Palavra que deveria julgar a serpente tornou-se parte do processo. Eva observou que a árvore parecia boa para alimento, agradável aos olhos e desejável para dar entendimento (Gênesis 3.6). A sensação, a expectativa e a razão autônoma reuniram-se para revisar o mandamento, e o primeiro pecado foi um

ato corporal porque a mão tomou o fruto, mas a mão chegou depois, porque antes dela uma mente aceitou a possibilidade de decidir, fora da submissão, se Deus falara a verdade.

Essa é a origem religiosa da neutralidade. Ela não pede inicialmente que o cristão odeie a Escritura, apenas que a suspenda. Não exige que declare Deus mentiroso; convida-o a verificar a palavra divina por um padrão que ambos, crente e serpente, possam aceitar. O padrão pode receber nomes distintos, como evidência, consciência, experiência, senso comum ou razão natural, e cada um tem usos legítimos quando subordinado à revelação. A rebelião acontece quando um deles é colocado antes da Palavra e recebe o direito de julgá-la. Nesse instante o homem, longe de tornar-se neutro entre Deus e Satanás, torna-se aliado da tese satânica segundo a qual a criatura pode examinar o Criador sem já lhe dever obediência, e a árvore do conhecimento do bem e do mal era, entre outras coisas, a promessa de um critério próprio.

O contraste bíblico aparece apenas em tratados de apologética? Não aparece. Começa entre a descendência da mulher e a descendência da serpente, atravessa o justo que medita na lei e os ímpios cujo conselho ele recusa, separa a sabedoria do alto da sabedoria terrena e demoníaca, opõe a mentalidade do Espírito à mentalidade da carne, Cristo a Belial, luz a trevas (Gênesis 3.15; Salmos 1.1-2; Tiago 3.15-17; Romanos 8.5-7; 2 Coríntios 6.14-15). Jesus não deixa uma terceira classe entre os que ajuntam e os que espalham (Mateus 12.30), e Paulo não manda preservar alguns pensamentos livres enquanto leva os religiosos ao cativeiro; ordena que todo pensamento obedeça a Cristo (2 Coríntios 10.5). Essas antíteses não negam graus de

coerência, mudanças históricas ou verdades pronunciadas por incrédulos. Declaram a relação fundamental de cada mente com o Cabeça. O homem pode conhecer muitas proposições verdadeiras enquanto as retira de sua ordem final, assim como um rebelde pode usar estradas construídas pelo rei para fugir do reino, e a estrada continua pertencendo ao rei.

Talvez isso pareça duro porque muitos aprenderam a imaginar a neutralidade como virtude intelectual. O neutro ouviria antes de julgar, concederia ao adversário o melhor argumento e teria coragem de corrigir a própria posição. Todas essas atitudes podem ser virtuosas, porém nenhuma exige neutralidade. O cristão deve ouvir porque a verdade proíbe falso testemunho, representar o rival com justiça porque Deus condena balanças enganosas e corrigir-se porque a Escritura, não o orgulho dele, é infalível (Êxodo 20.16; Provérbios 11.1; 2 Timóteo 3.16). A submissão fornece razões mais fortes para a honestidade do que a autonomia. Posso entrar profundamente no sistema de um ateu, aprender sua linguagem e reconhecer uma objeção que expõe minha exegese ruim sem fingir, em momento algum, que a Palavra deixou de ser o padrão. E por que a mente renovada é ensinável? Porque não precisa proteger a si mesma como fundamento. O que ela não pode fazer é chamar de abertura intelectual o gesto de Eva: colocar a voz de Deus e a da serpente sobre a mesma mesa e assumir a cadeira do juiz.

Todo sistema começa antes da prova

Uma prova parte de premissas e chega a uma conclusão. Se o chamado primeiro princípio fosse provado por premissas anteriores, não seria primeiro, e sim conclusão. A observação é simples, porém dissolve a exigência comum de que o cristão prove a Escritura sem pressupô-la. Com o quê? Se a prova partisse da confiabilidade dos sentidos, o empirismo seria anterior à Bíblia; se partisse da razão autônoma, a razão ocuparia o trono; se partisse da história, uma teoria de testemunho e conhecimento histórico já governaria o processo.

A autoridade escolhida para autenticar a revelação se tornaria a revelação verdadeira. Cheung insiste que chamar o axioma de "improvável" em sentido técnico não o torna arbitrário: significa apenas que a prova, por definição, trabalha a partir dele.

O princípio pode e deve ser defendido por sua coerência, por seu alcance, por sua autojustificação e por sua capacidade de destruir alternativas, mas não pode pedir a uma autoridade superior a certidão de nascimento.[2] E isso vale para todos, não apenas para o cristão. O empirista não viu com os olhos a proposição universal segundo a qual todo conhecimento vem dos sentidos; o racionalista não deduziu a legitimidade da razão a partir de algo mais racional sem entrar em círculo; o cético trata sua dúvida como confiável para duvidar; o homem do senso comum já decidiu quais intuições pertencem ao senso e a qual comunidade chama comum. Que sistema escapa disso? Nenhum: todo sistema tem um começo não deduzido dentro de si mesmo. Alguns o confessam em forma de

axioma; outros o escondem em palavras como “óbvio”, “natural”, “científico” ou “qualquer pessoa sabe”. Onde está a diferença, então? Entre pensamento com pressupostos e pensamento sem pressupostos é que não está. Está entre o pensador que apresenta seu começo ao exame e aquele que usa o começo para examinar tudo enquanto o mantém fora do processo.

A lei da não contradição oferece um exemplo necessário, embora ninguém consiga negá-la sem usá-la, pois pretende que sua negação seja verdadeira e a lei seja falsa no mesmo sentido; portanto, ela é logicamente inegável. Mesmo assim, é primeiro princípio suficiente para uma filosofia? Não é. A lógica não informa quem é Deus, se o mundo foi criado, qual lei governa o homem ou como o homem conhece uma proposição. Ela preserva relações entre conteúdos que devem vir de algum lugar. Uma mente poderia deduzir validamente conclusões falsas de premissas falsas. Por isso o axioma cristão não é uma lei abstrata flutuando acima de Deus, mas a revelação do Deus que não pode negar a si mesmo (2 Timóteo 2.13). A Escritura oferece conteúdo para a metafísica, a epistemologia, a ética, a antropologia e a salvação, e suas proposições podem ser sistematizadas porque vêm da mente coerente do Logos.

A lógica está na arquitetura da Palavra, não numa corte diante da qual o Verbo responde. Justamente por isso surge a acusação de circularidade: “A Bíblia é Palavra de Deus porque diz ser Palavra de Deus.” A frase parece embaraçosa enquanto se imagina uma linha de raciocínio que consiga tocar o primeiro princípio sem partir de primeiro princípio algum. Mas toda autoridade final testemunha de si ou deixa de ser final. Se Deus jurasse por algo maior, esse algo

seria Deus; se a Escritura dependesse da aprovação da Igreja, da ciência ou da consciência, a autoridade aprovadora ocuparia seu lugar. A circularidade viciosa ocorre quando a conclusão apenas repete uma premissa sem fornecer avanço ou quando alguém pressupõe, numa questão subsidiária, exatamente o que prometeu demonstrar a partir de bases aceitas. A autorreferência inevitável de um fundamento é outra coisa: o sistema inteiro manifesta o conteúdo e as consequências do princípio, enquanto as alternativas são examinadas até o fracasso, e a pergunta correta não é "qual sistema não começa consigo mesmo?", pois nenhum existe; é "qual começo pode sustentar verdade, lógica, linguagem e vida sem contradizer-se?".[3]

Não pretendo antecipar o capítulo seguinte, que tratará da redução ao absurdo e dos limites da crítica interna: basta fixar uma disciplina: a Escritura não se torna verdadeira porque todos os sistemas rivais falham, pois já era verdadeira antes que qualquer rival formulasse sua primeira objeção. Destruir alternativas não produz o axioma, como se a Bíblia fosse a última hipótese sobrevivente num laboratório filosófico. A apagogia mostra que o oponente não pode viver racionalmente no mundo que afirma, e não concede à técnica o poder de autenticar Deus. Essa distinção protege o escrituralismo de uma vaidade sutil: o cristão pode empregar a lógica com rigor, levar um argumento adversário ao colapso e começar a imaginar que a vitória de seu método criou a verdade que defende. Não criou. O melhor argumento cristão continua sendo instrumento, porque Deus é sua própria testemunha.

E essa disciplina obriga o cristão a reconhecer que o conflito nunca foi entre fé e razão. Essa oposição já concede ao irracionalista aquilo que a Escritura nega. A fé cristã tem conteúdo proposicional, segue inferências e condena contradições. O Logos é a Razão pessoal pela qual todas as coisas foram feitas, e o Espírito não renova a mente destruindo sua racionalidade. O conflito está entre a razão criada, que recebe princípios de Deus e pensa dentro da verdade, e a razão autônoma, que pretende determinar os próprios princípios antes de ouvir. Uma é faculdade da imagem, e a outra é projeto moral da carne.

Quando o cristão ataca a autonomia, está pedindo menos pensamento? Não está. Está exigindo que o pensamento reconheça o Senhor que o torna possível.

E a expressão "razão autônoma" contém uma pretensão maior do que seus defensores costumam admitir. *Autonomia* significa dar lei a si mesmo. Uma criatura que não criou a própria mente, não sustenta o próprio pensamento e não conhece exaustivamente uma única coisa declara, ainda assim, que decidirá quais fontes merecem confiança e quais conclusões Deus pode exigir. O ocasionalismo torna a rebelião quase visível: no mesmo ato em que Deus causa a mente a pensar, a mente pensa que não depende dele; utiliza a lógica do Logos para formular a independência do Logos; recebe fôlego, linguagem e objeto e transforma cada dom em argumento contra o Doador. A autonomia é capacidade metafísica real? Não é, porque criatura nenhuma consegue escapar à causação divina. É uma falsidade moral que Deus decreta e julga: o desejo de viver intelectualmente como se o impossível fosse verdadeiro.

Por isso a neutralidade nunca permanece apenas no método. O começo desce para a vida: se a consciência autônoma decide o que é conhecimento, logo decidirá o que é bem; se a ciência tem autoridade final sobre a realidade, aquilo que não mede será tratado como inexistente; se a experiência religiosa autentica doutrina, quem controla a experiência governará a comunidade; se a instituição interpreta a Bíblia por autoridade própria, o cargo se tornará fonte prática da verdade. O primeiro princípio fica na primeira página do sistema? Não fica. Circula por todas as conclusões, forma hábitos, distribui poder e define quais pecados podem ser nomeados. Também é possível confessar inerrância num artigo e viver sob outro axioma no restante da igreja.

A declaração oficial diz “a Escritura é suprema”; a administração real diz “a sobrevivência da estrutura é necessária”. Quando entram em conflito, descobre-se qual era o fundamento.

Essa descoberta também deve voltar-se contra o próprio escrituralista, porque ele pode denunciar a razão autônoma dos filósofos e conservar uma região privada na qual suas preferências não serão julgadas. Pode defender a soberania de Deus com agressividade e exigir autonomia para a própria reputação. Pode chamar todo pensamento ao cativeiro enquanto protege a escola, o autor ou a tradição que lhe deu vocabulário. A antítese não se torna instrumento de superioridade tribal sem negar a si mesma. Se a Palavra julga todo método, julga também o método cristão e, se nenhum território é neutro, não existe sala particular dentro do cristão onde o orgulho receba imunidade, e a mentalidade do Espírito não apenas encontra pressupostos alheios: confessa os

próprios pecados intelectuais e permite que a luz comece pela casa de Deus.

O terreno comum que o pecador nega

Dizer que não existe território neutro não significa dizer que o cristão e o incrédulo pertencem a espécies diferentes, habitam universos separados ou são incapazes de compreender as mesmas palavras. Ambos são criaturas de Deus; ambos foram feitos à sua imagem; ambos pensam segundo leis lógicas das quais não conseguem escapar; ambos conhecem o Criador de modo suficiente para permanecerem indesculpáveis. Esse é um fundamento comum mais profundo que qualquer acordo filosófico, mas não é neutro: já pertence inteiramente a Deus. Cheung formula a distinção com cuidado. Há terreno comum ontológico e inato, porque o não cristão continua humano e carrega conhecimento de Deus e de sua lei, e não há terreno comum explícito entre o sistema cristão e o sistema que suprime esse conhecimento, pois seus primeiros princípios se opõem.[4] O evangelista fala a uma pedra? Não fala.

Fala a um fugitivo que ainda usa a língua do reino. Essa distinção resolve uma confusão frequente, porque, quando duas pessoas dizem “dois mais dois são quatro”, parece que concordaram numa proposição neutra. Em sentido local, a sentença pode de fato expressar a mesma relação aritmética, e seria inútil fingir que o incrédulo sempre soma errado. Contudo, a proposição não vive

sozinha: o cristão a relaciona a uma ordem inteligível criada e sustentada pelo Logos; o materialista tem de explicar como entidades ou relações necessárias existem num universo reduzido à matéria e ao movimento; o convencionalista talvez trate a aritmética como regra inventada; o cético utiliza a identidade dos números enquanto questiona a possibilidade de certeza. A concordância verbal não elimina a guerra dos fundamentos, e o incrédulo acerta porque Deus conserva sua racionalidade e porque ele não consegue ser coerente com o sistema que professa; acerta apesar de sua rebelião, não por causa dela. A verdade em sua boca é testemunha da imagem e acusação contra sua filosofia.

Não convém forçar essa afirmação até torná-la falsa. Se um médico incrédulo diz corretamente que determinada dose foi administrada e o cristão concorda, não é necessário inventar dois conteúdos incompatíveis apenas para preservar a antítese. A diferença aparece quando se pergunta como cada um sabe, que grau de certeza tem, o que torna a inferência válida e em que realidade o fato encontra sentido. Sistemas opostos podem tocar a mesma proposição, usar os mesmos sinais e cooperar em tarefas limitadas, mas não podem oferecer a mesma justificação última sem deixarem de ser opostos, e a fronteira não passa entre cada sílaba pronunciada por um crente e cada sílaba pronunciada por um ateu.

Passa entre os princípios que organizam as sílabas num mundo. Reconhecer uma verdade dita pelo adversário não entrega o fundamento, e pode ser precisamente a ocasião para mostrar que sua verdade local não cabe na casa que construiu.

Aqui aparece a utilidade apologética do conhecimento inato: não é preciso criar em outra mente a ideia de Deus nem conduzir essa mente, por uma escada neutra, da ignorância absoluta até uma possibilidade teísta. Romanos 1 declara que os homens conhecem Deus e suprimem a verdade pela injustiça; Romanos 2 mostra a obra da lei escrita no coração, pois o problema é moral e intelectual ao mesmo tempo (Romanos 1.18-21; Romanos 2.14-15). O incrédulo sabe e organiza a filosofia para não saber; utiliza a razão que revela sua condição para fabricar desculpas; reconhece o dever, a verdade e a identidade enquanto nega o Legislador, o Deus da verdade e o Logos. Por isso a confrontação encontra um ponto de contato real: não uma proposição autônoma aceita pelos dois sistemas, mas a revelação que já alcança o adversário por dentro e contra a qual sua filosofia trabalha, pois o cristão fala a uma imagem de Deus que suprime aquilo que conhece.[5]

Essa doutrina impede tanto o desespero quanto a bajulação, pois não é preciso tratar o incrédulo como mente inacessível, condenada a ouvir apenas slogans, porque ele é racional o bastante para acompanhar um argumento e culpado por aquilo que faz com a verdade. Também não é preciso elogiar seus pressupostos para obter permissão de falar, pois a apologética clássica frequentemente imagina que o pecador tem alguns princípios básicos sadios e apenas não os levou longe o suficiente: bastaria raciocinar com mais cuidado a partir deles, e Deus surgiria no fim. A Escritura descreve outra necessidade: arrependimento, mudança da mente, abandono do primeiro princípio rebelde. Onde está o problema? Na direção, e não apenas na distância percorrida. Um homem pode andar com disciplina extraordinária e afastar-se de Cristo a cada passo.

E esse terreno comum criatural não transforma o acontecimento numa coisa que traz pendurada ao pescoço a própria interpretação. Jesus expulsou um demônio, e alguns perguntaram se ele seria o Filho de Davi; os fariseus olharam para o mesmo ato e o atribuíram a Belzebu (Mateus 12.22-24). Não faltou evidência pública. Faltou uma disposição submetida à verdade. Cristo não respondeu oferecendo outro espetáculo mais difícil de reinterpretar; mostrou que a explicação deles destruía a si mesma, pois um reino dividido não subsiste; então declarou a interpretação correta: se ele expulsava demônios pelo Espírito de Deus, o Reino havia chegado (Mateus 12.25-28).

O fato permaneceu objetivo, uma leitura estava certa e a outra era perversa; a diversidade de interpretações não produziu relativismo. Mostrou que pressupostos governam o significado atribuído ao que todos alegam ter visto.[6] O mesmo ocorre quando uma voz vem do céu e parte da multidão diz ter ouvido trovão (João 12.28-29), pois a sensação não entrega sentença infalível, e a sentença, quando compreendida, ainda encontra uma mentalidade. O capítulo anterior tratou da primeira relação; este trata da segunda, e mesmo que se concedesse por um instante que todos receberam o mesmo conteúdo sensorial, isso não alcançaria neutralidade, porque cada mente o colocaria numa rede de crenças sobre Deus, a causalidade, o milagre, a linguagem e a história. O “fato bruto” é uma abstração fabricada depois que se retiram, no papel, todas as relações que o tornam fato reconhecível, porque na realidade, qualquer objeto já está dentro da criação, qualquer acontecimento já pertence ao decreto e qualquer verdade já se relaciona com a mente de Deus. Chamar algo de bruto não o liberta dessas relações; apenas embrutece o observador.

Evidências falam sozinhas? Essa é justamente a razão pela qual não falam. Uma descoberta arqueológica deve ser identificada, datada, relacionada a documentos e interpretada por uma teoria histórica; um exame médico depende de categorias, instrumentos e inferências; uma estatística nasce de decisões sobre o que contar, como comparar e o que a amostra representa. Isso torna a pesquisa inútil? Torna-a humana, falível e governada por pressupostos, que é outra coisa. O cristão pode investigar com maior liberdade porque não precisa fingir que o método cria certeza onde não há revelação. Pode reconhecer opinião, corrigir modelo e aproveitar a habilidade de um incrédulo sem transformar o especialista em sacerdote. O problema começa quando uma conclusão provisória é usada como voz final contra a Escritura, como se o laboratório tivesse atravessado seus próprios pressupostos e alcançado uma vista de lugar nenhum.

Também nas instituições eclesiásticas os fatos chegam interpretados. Um membro faz uma pergunta; a liderança pode descrevê-la como desejo de clareza ou como espírito de rebelião. Uma denúncia aparece; pode ser recebida como ocasião para justiça ou como ameaça à "unidade". Uma igreja perde pessoas; o fato pode revelar abuso, mudança demográfica, pecado de quem saiu, fraqueza pastoral ou muitas coisas ainda desconhecidas. A estrutura que se considera sagrada interpretará quase tudo em favor da própria sobrevivência. Não mente necessariamente em cada detalhe; começa de um axioma não confessado, o de que "a instituição precisa ser preservada", e organiza os detalhes ao redor dele. A renovação mental começa quando até esse axioma é levado diante da Palavra.

A Igreja é o corpo de Cristo; uma organização é instrumento. Se o instrumento exige que os membros sejam sacrificados para permanecer intacto, já deixou de servir àquilo que afirma representar.

Paulo diante dos altares

Atos 17 costuma ser apresentado como modelo de terreno comum. Paulo teria elogiado a religiosidade dos atenienses, encontrado no altar ao deus desconhecido uma semente do verdadeiro culto, citado poetas aceitos por todos e construído uma ponte da cultura grega até o evangelho, e a leitura parece cortês e por isso seduz apologistas ansiosos por mostrar que o cristianismo pode conversar com o mundo. O discurso, porém, começa com indignação diante de uma cidade cheia de ídolos e chama de ignorância aquilo que os atenienses cultuavam (Atos 17.16, 23). “Esse, pois, que vós honrais, não o conhecendo, é o que eu vos anuncio.” (Atos 17.23) Paulo não chega como aluno de uma busca religiosa comum, e sim como mensageiro que conhece o Deus desconhecido por eles.

O altar não serve de fundamento compartilhado, e sim de prova material de que a religiosidade mais sofisticada de Atenas não conseguiu encontrar o Criador. E daí o apóstolo deduz um teísmo mínimo das premissas epicureias ou estoicas? Não deduz. Anuncia a criação, a transcendência e a providência: Deus fez o mundo, é Senhor do céu e da terra, não habita em templos feitos por mãos, não

necessita de serviço humano, dá vida a todos e determina tempos e lugares (Atos 17.24-26); cada afirmação contradiz partes essenciais das filosofias presentes. Quando cita poetas, não lhes concede inspiração nem usa a autoridade deles para provar Deus; toma palavras que os ouvintes reconhecem e as reposiciona dentro da revelação que as julga, e, se "somos também sua geração", então imagens de ouro e prata não podem representar a divindade (Atos 17.28-29).

A citação funciona contra o sistema que a produziu. É uma apropriação ad hominem, não uma peregrinação ao altar comum.[7]

O discurso termina onde a apologética neutralizada costuma hesitar: Deus ordena que todos se arrependam, fixou um dia de juízo e deu certeza pela ressurreição do homem que escolheu (Atos 17.30-31). Arrependimento seria palavra desnecessária se os atenienses partissem de fundamentos corretos e precisassem apenas de informação adicional. Paulo exige uma mudança de mente e de culto; alguns zombam, outros adiam e alguns creem (Atos 17.32-34). A diversidade não leva o apóstolo a revisar a mensagem segundo a sabedoria local. Sua confiança não estava numa ponte cultural capaz de produzir fé, mas no Deus que chama eficazmente por meio da proclamação. *Confrontações Pressuposicionais* lê o episódio como exposição filosófica fundada na revelação, não nos primeiros princípios das escolas gregas, e essa leitura corresponde ao movimento do texto: da ignorância deles ao conhecimento anunciado, do ídolo ao Criador, da tolerância dos tempos de ignorância ao mandamento universal de arrependimento.[8]

Isso não significa que Paulo ignorava a cultura, pois conhecia poetas, distinguia escolas, discutia na praça e adaptava a forma da apresentação aos ouvintes: a antítese não nasce de incompetência cultural, e quem pretende confrontar um sistema precisa conhecê-lo melhor do que aquele que o reduz a caricatura. O cristão pode ler filosofia pagã, literatura moderna, psicologia, história e ciência; pode aprender uma formulação verdadeira e agradecer ao autor que a tornou clara, mas conhecer não é submeter-se, e Paulo entrou no Areópago sem deixar Cristo do lado de fora e citou Arato sem colocar Arato no cânon (Atos 17.28). A maturidade intelectual cristã aparece justamente nessa liberdade: recebe despojos sem jurar fidelidade ao império derrotado.

É depois de ver Paulo entrar em Atenas sem deixar a revelação do lado de fora que o método evidencialista parece menos humilde ao dizer que não pressuporá a Bíblia diante de quem não a aceita, quando na verdade aceita por antecipação o princípio do oponente: uma autoridade só pode ser usada depois de ser aprovada por critérios independentes. O cristão então procura fatos religiosos, causalidade, moralidade ou experiência que o incrédulo reconheça e tenta subir, passo a passo, até uma probabilidade de Deus; depois até a confiabilidade geral da Bíblia; finalmente, talvez, até Cristo, pois cada etapa parece aproximar-se do evangelho enquanto o fundamento se afasta dele. Se a sensação, a indução e a consciência autônoma eram suficientes para começar e julgar, o pecador não precisava de revelação para conhecer; precisava apenas de um apologista mais hábil. A queda se torna erro de cálculo. Cheung propõe o movimento oposto: o cristão começa com a resposta, isto é, com o ensino bíblico, e adapta a teologia à objeção apresentada.

Sem pecado haveria teologia, mas não apologética; a defesa existe porque a verdade foi desafiada. Não é preciso afastar a revelação para procurá-la novamente a partir do axioma do rebelde. Fazê-lo seria abandonar a única luz pela qual o desafio pode ser entendido e caminhar na escuridão na esperança de reencontrar a lâmpada.[9] A Escritura fornece a doutrina de Deus, do homem, da lógica, do mal e da salvação; quando o oponente ataca, a resposta parte das consequências do sistema bíblico e mostra por que o sistema rival não consegue sustentar a própria acusação. A defesa é teologia em situação de guerra.

Há uma concessão devida aos evidencialistas, e ela torna a crítica mais grave. Muitos desejam sinceramente alcançar pessoas, responder dúvidas reais e evitar que o cristão pareça alguém incapaz de ouvir. Reúnem documentos, estudam ciência e trabalham com uma disciplina que envergonha o anti-intelectualismo de muitas igrejas. Essa diligência é boa; a doutrina que a governa pode ser falsa. O zelo não transforma indução em inferência válida, e a cortesia não cria terreno neutro. Justamente porque esses apologistas levam a missão a sério, deveriam recusar um método que entrega ao pecador a última palavra antes de anunciar o Juiz. A escolha entre arrogância pressuposicional e erudição evidencial é falsa: o cristão pode estudar mais, ouvir melhor e argumentar com maior precisão sem conceder um centímetro do senhorio de Cristo.

O pedido de licença também assume forma institucional: faculdades cristãs escondem confissões para obter reconhecimento acadêmico; editoras retiram linguagem bíblica para parecer universais; líderes traduzem pecado em categorias terapêuticas porque a cultura aceita

diagnóstico, mas rejeita culpa. Há prudência legítima na escolha de vocabulário e não é necessário citar um versículo em cada frase. A questão é quem governa a tradução: quando o nome de Deus é omitido para comunicar uma verdade fundada nele, a escolha pode servir ao ouvinte; quando o conteúdo que o ofende é omitido para receber aprovação, o senhor já mudou.

O mundo raramente exige que a Igreja negue Cristo em voz alta. Basta que fale como se ele fosse uma perspectiva entre outras.

Objeções levantadas na fronteira

“Se não há terreno neutro, não há conversa possível.” A objeção confunde a concordância de primeiros princípios com a possibilidade de comunicação. O cristão e o incrédulo falam porque Deus os fez mentes, porque o Logos ilumina todo homem, porque ambos conhecem relações lógicas e porque a providência pode causar pensamentos correspondentes na ocasião das palavras (João 1.9). A conversa depende do Rei presente aos dois interlocutores, e não de uma praça sem dono. O incrédulo compreende mais do que sua filosofia permite e menos do que sua culpa reconhece. Quando exige coerência, já usa uma norma que seu materialismo talvez não consiga justificar; quando acusa o cristianismo de injustiça, já pressupõe um valor moral objetivo; quando pede evidência, acredita que a verdade deve governar a crença, e não é preciso aceitar a genealogia que oferece para essas exigências. Essas exigências

podem ser recebidas como confissões involuntárias da imagem e voltar cada uma contra o sistema que as tornou órfãs.

“Então o cristão pode pressupor qualquer coisa.” Não, e o fato de todo sistema começar com um princípio não torna todos os princípios iguais, do mesmo modo que o fato de todo edifício ter fundamento não torna areia e rocha materiais equivalentes. O conteúdo bíblico é determinado, público e logicamente examinável; não posso acrescentar minha preferência ao axioma e exigir que o leitor a receba como revelação. A Escritura deve ser interpretada pela linguagem, pelo contexto, pela comparação e pela inferência válida, e doutrinas podem ser corrigidas quando não seguem dela. Além disso, o sistema cristão oferece metafísica, epistemologia, ética, linguagem e história coerentes, enquanto expõe a impossibilidade dos rivais. Um dogma arbitrário foge do exame.

O escrituralismo chama o exame e declara a norma pela qual deseja ser corrigido. Sua confiança é cativeiro a um texto que também julga o intérprete, e nunca licença para inventar.

“Então os fatos são irrelevantes.” Também não. Fatos são obras de Deus, acontecimentos do decreto e objetos de opinião ou, quando revelados, de conhecimento. O que se nega é que cheguem sem interpretação e que possam autenticar o padrão pelo qual são reconhecidos. Clark mostra que o dogmático pode usar arqueologia e argumentos históricos *ad hominem*: se o crítico aceita determinada datação e determinado critério, o cristão pode mostrar que as premissas do próprio crítico contradizem a conclusão dele, sem adotar o critério como fundamento da fé cristã.[10] Quando o liberal

aplica uma regra à Bíblia e outra a documentos seculares, a evidência pode expor sua parcialidade.

O cristão não diz “a arqueologia provou a Escritura”; diz “até os instrumentos que você aceita condenam o uso que fez deles”. O fato não se torna juiz de Deus; torna-se testemunha hostil que, interrogada com cuidado, contradiz a acusação.

“Então o cristão não deve ler incrédulos.” A conclusão seria intelectualmente preguiçosa e biblicamente impossível. Paulo conheceu poetas, Moisés foi instruído na sabedoria egípcia, Daniel aprendeu a literatura dos caldeus e todo leitor da Escritura encontra palavras pronunciadas por inimigos (Atos 17.28; Atos 7.22; Daniel 1.4, 17). A questão é de governo, e não de contato, e é possível aprender as técnicas, as descrições, as perguntas e até as formulações verdadeiras porque a graça de Deus distribui habilidades entre criaturas que continuam sendo sua imagem. Resta apenas recusar a ficção de que a habilidade autenticou o fundamento.

Um cirurgião ateu pode operar melhor do que um cristão; sua competência não prova o ateísmo, e a incompetência do cristão não refuta Cristo. A mentalidade espiritual recebe o bem sem batizar o sistema que o sequestrou.

Resta uma objeção moral: “Essa doutrina torna o cristão arrogante.” Pode torná-lo, se ele usar qualquer verdade para servir ao pecado. Mas a conclusão da doutrina é o contrário: se todo conhecimento foi revelado, toda inferência correta depende do Logos e toda conversão é obra soberana, o cristão não tem material para vanglória. Não descobriu o fundamento por inteligência superior; foi arrancado de outro pela graça. A arrogância pressuposicional é uma contradição

praticada, tão real quanto a humildade evidencial pode ser uma virtude praticada dentro de um método falso. É preciso condenar a primeira sem comprar o segundo, porque firmeza não é orgulho, assim como hesitação não é humildade. A pergunta é se a mente se curva diante da Palavra e trata o adversário como criatura a quem deve verdade, justiça e amor, não como troféu para sua escola.

A Igreja em território ocupado

Se todo método é religioso, a vida cristã não pode ser dividida entre um setor bíblico e disciplinas neutras. A escola dominical ensina a criação enquanto a aula de ciência ensina um universo que se explica sozinho; o sermão afirma a providência enquanto a administração copia modelos de poder que tratam pessoas como recursos; a confissão declara a depravação enquanto a psicologia pastoral pressupõe uma natureza capaz de curar-se por autoconhecimento; o culto chama Cristo de Senhor enquanto a educação dos filhos é entregue a um sistema que o considera opinião privada. Depois muitos se surpreendem quando os jovens preservam algumas palavras religiosas e pensam com outra mente.

Não abandonaram a fé numa noite. Foram ensinados durante anos a reconhecer dois territórios e descobriram que o chamado neutro ocupava quase toda a vida.

E uma filosofia cristã da educação começa antes do currículo. Pergunta o que é o aluno, de onde vem a verdade, qual fim governa o

estudo e quem detém autoridade sobre o pensamento. Clark insiste que a educação sempre transmite uma cosmovisão, porque selecionar fatos, ordenar disciplinas e definir virtudes já pressupõe respostas religiosas.[11] Não existe matemática ateia no sentido de que números mudem quando o professor descrê; existe o ensino da matemática dentro de um mundo cuja ordem vem do Logos ou dentro de uma narrativa que a separa dele.

Não existe uma técnica gramatical reformada em cada regra; existe a linguagem recebida como dom para a verdade e o culto ou tratada como produto sem Senhor. O conteúdo local pode coincidir, mas a direção total não.

Na Igreja, a neutralidade aparece quando estruturas são chamadas meramente administrativas, como se organizar o dinheiro, a autoridade, a disciplina e a comunicação não envolvesse teologia. Um estatuto define quem decide, quem pode ser ouvido, como uma acusação será examinada e o que acontece quando o cargo falha. Cada regra manifesta uma doutrina do homem e do poder: se a organização presume que o líder é confiável até contra testemunhas, adotou uma antropologia; se protege patrimônio enquanto abandona membros, confessou uma eclesiologia; se trata transparência como risco maior do que injustiça, revelou seu bem supremo. Nenhum formulário é neutro, e cada forma é mais ou menos conforme à verdade. A Igreja viva oferece outra política da mente. Os membros pertencem uns aos outros, recebem dons do mesmo Espírito e permanecem sob a única Cabeça (Romanos 12.5; 1 Coríntios 12.4-11; Efésios 4.15-16). Uma autoridade real pode corrigir o erro, mas precisa fazê-lo pela Palavra; um membro pode questionar e também

precisa responder à Palavra. Nenhum cargo cria um acesso privilegiado ao Logos, e nenhuma maioria transforma uma opinião em revelação.

Isso torna a comunidade mais exigente do que uma instituição autoritária, não menos. Todos devem pensar, explicar, ouvir e arrepender-se.

O líder não pode esconder-se atrás do título; o dissidente não pode esconder-se atrás da sinceridade. A antítese atravessa ambos: a mentalidade da carne ou a mentalidade do Espírito, a preservação do eu ou a obediência a Cristo.

Esse senhorio sobre todas as coisas tampouco deve ser confundido com programa carnal de coerção. Levar pensamentos cativos não significa colocar pessoas sob violência. Paulo descreve armas que não são carnais e fortalezas que consistem em argumentos e pretensões levantadas contra o conhecimento de Deus (2 Coríntios 10.4-5). A conquista é intelectual e espiritual: proclamar verdade, destruir sofismas, formar igrejas maduras, educar filhos e oferecer o corpo como sacrifício racional (2 Coríntios 10.5; Romanos 12.1). Quando cristãos utilizam poder estatal, prestígio ou medo para obter a aparência de assentimento, confessam não confiar nas armas que receberam. Um homem silenciado não foi convencido; uma comunidade uniforme pode estar cheia de incredulidade.

O expansionismo deste livro jamais poderá significar que uma instituição assuma o lugar do Espírito. Significará que nenhum pensamento tem direito de permanecer fora de Cristo.

Argumentar sem pedir neutralidade

Como, então, o cristão fala com quem rejeita seu axioma? Apresenta a verdade, identifica o primeiro princípio do adversário e pergunta o que acontece quando ele é obedecido até o fim. Pode aceitar provisoriamente suas premissas para uma crítica interna sem aceitá-las como verdade. Um juiz pode dizer “mesmo segundo o teu testemunho, tua conclusão não segue” sem concordar com tudo que a testemunha afirmou. O cristão faz algo semelhante: entra no sistema como examinador, não como cidadão; percorre suas relações, encontra o ponto em que uma afirmação contradiz outra e devolve o resultado ao autor, porque a ausência de terreno neutro não impede essa entrada. Define sua natureza.

É importante chamar isso de argumento *ad hominem* no sentido lógico e não de ataque pessoal. Essa forma de argumentar não insulta a inteligência, a origem ou o caráter do oponente para evitar sua tese. Aplica as premissas do homem ao próprio homem e mostra que ele não vive, não raciocina ou não conclui de acordo com aquilo que professa. Clark observa que sistemas sem proposições básicas em comum ainda podem confrontar-se dessa maneira: o dogmático não precisa crer na datação do liberal para mostrar que o liberal a usa de forma inconsistente; precisa apenas expor a contradição dentro do padrão aceito pelo outro.

O objetivo imediato é retirar a objeção, não provar a Escritura por arqueologia. A distinção é pequena na forma e total no fundamento.

Também é possível comparar o alcance: o materialismo precisa explicar a lógica, a consciência, o significado e a obrigação com matéria sem pensamento; o empirismo precisa justificar universais a partir de experiências particulares; o relativismo precisa pronunciar como verdadeira a proposição de que não há verdade universal; o misticismo precisa comunicar em linguagem a tese de que a verdade ultrapassa linguagem. Cada sistema pede emprestado aquilo que seu axioma não consegue produzir. A crítica cristã não cria a dependência; torna-a visível. E, quando o oponente responde corrigindo uma contradição, pergunta-se se a correção veio de seu princípio ou se importou mais uma peça da ordem cristã: a dívida aumenta até que o sistema confesse falência. Há limites. Demonstrar que uma posição é contraditória não regenera quem a sustenta; um homem pode preferir a incoerência à submissão, e frequentemente prefere. A crítica interna também não prova, por alguma neutralidade lógica, todo o conteúdo da Bíblia; mostra o fracasso do rival e remove sua acusação, e ninguém conhece todas as consequências de um sistema nem pode garantir que a formulação cristã do adversário esteja correta sem estudo e honestidade. A apagogia não é palavra mágica para substituir exegese.

O próximo capítulo tratará desses limites e do procedimento com a atenção necessária. Aqui importa reconhecer por que ele é possível: o incrédulo continua racional por criação, carrega conhecimento que suprime e não consegue construir uma mentira sem usar fragmentos da verdade.

Nenhum pensamento sem senhor

A sala que se declarou sem religião reaparece: o professor pode retirar orações, cruzes e referências bíblicas; não consegue retirar pressupostos. Pode proibir a palavra Deus; continuará ensinando alguma doutrina sobre realidade, conhecimento, homem e bem. Pode chamar seu método de público, científico ou comum, sem que o adjetivo crie uma faixa branca entre os reinos. A sala pertence a Cristo como todas as coisas, e cada pensamento produzido nela será obediência, empréstimo rebelde ou confusão sob seu decreto. A neutralidade foi apenas a bandeira do ocupante. O cristão não responde hasteando uma bandeira denominacional sobre cada fórmula nem convertendo ignorância em piedade. Deve estudar mais, definir melhor, ouvir com justiça e trabalhar com uma coragem que não depende da aprovação do século. Seu compromisso explícito com a Escritura aumenta a responsabilidade: já que confessa o padrão, não pode esconder a falácia atrás do fervor, a mentira atrás da apologética ou a preguiça atrás da fé: a mentalidade do Espírito é racional, ensinável e santa. Ela sabe onde começou e permite que o começo julgue o percurso inteiro.

Também sabe que a fronteira atravessa o próprio peito, porque em cada tentação intelectual reaparece a voz que pergunta se Deus realmente disse e oferece uma posição aparentemente superior a partir da qual a mente poderá avaliá-lo. Às vezes a oferta vem por um filósofo; outras, por um medo, uma ambição ministerial, uma tradição amada ou a necessidade de vencer: a palavra “pressuposicional” não preserva o cristão. Deus o preserva, renova-

lhe a mente e o faz receber novamente a Escritura como Palavra, não como instrumento de identidade. O retorno aos princípios bíblicos começa sempre com arrependimento, porque abandonar a neutralidade significa abandonar a cadeira do juiz. Quando isso acontece, o mundo intelectual não se estreita. Abre-se. A lógica deixa de ser uma máquina sem origem e torna-se expressão da coerência divina; a história deixa de ser uma sucessão órfã e torna-se providência; a ética deixa de negociar preferências e recebe o mandamento; a Igreja deixa de proteger a própria existência e volta a reconhecer-se como corpo; o adversário deixa de ser parceiro numa disputa sem dono e aparece como criatura que o cristão deve amar o bastante para confrontar. Nenhum campo perde realidade ao ser colocado sob Cristo. Perde apenas a mentira de independência.

O capítulo seguinte entrará nos sistemas rivais e os levará, tanto quanto possível, às consequências que evitam. Não procurará um chão entre a Palavra e a autonomia. Usará a lógica que pertence ao Logos, a verdade que o incrédulo não consegue expulsar e as próprias premissas que ele oferece, mostrando onde se voltam contra sua conclusão. A guerra dos pontos de partida não termina em silêncio. Começa a argumentação verdadeira, porque agora se sabe quem fala, de onde fala e diante de quem cada palavra responderá.

Não existe território neutro: existe o mundo de Cristo e a criatura tentando redesenhar o mapa.

Notas

1. Gordon H. Clark, *Três Tipos de Filosofia Religiosa*, “Introdução”, especialmente a relação entre método, religião e filosofia. ↩
2. Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 18, “Axioma e prova”. ↩
3. Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 1, “Começando com a resposta”; ver também Clark, *Três Tipos de Filosofia Religiosa*, seção final sobre o dogmatismo. ↩
4. Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 17, “Fundamento comum”. ↩
5. Vincent Cheung, *Confrontações Pressuposicionais*, seções “A precondição do significado” e “A supressão da verdade”. ↩
6. Ibid., “A precondição do significado”, discussão de Mateus 12.22-28 e João 12.28-29. ↩
7. Atos 17.16-31; Cheung, *Confrontações Pressuposicionais*, comentário dos versículos 22–31. ↩
8. Cheung, *Confrontações Pressuposicionais*, seção “Fundamento”. ↩
9. Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 1, “Começando com a resposta”. ↩
10. Clark, *Três Tipos de Filosofia Religiosa*, “Nota sobre táticas ad hominem”. ↩
11. Gordon H. Clark, *Uma filosofia cristã da educação*, capítulos 1, 2, 4 e 6. ↩

CAPÍTULO 11 — APAGOGIA: LEVAR O RIVAL AO FIM

“Não respondas ao tolo segundo a sua estultícia; para que também não te faças semelhante a ele. Responde ao tolo segundo a sua estultícia, para que não seja sábio aos seus próprios olhos.” (Provérbios 26.4-5)

A objeção que ainda não existe

Um homem diz que o cristianismo é irracional. A frase chega com a solenidade de um julgamento encerrado, e o cristão, já acostumado a ocupar o lugar de quem se explica, começa imediatamente a vasculhar a memória em busca de uma defesa: talvez deva falar da ressurreição, do problema do mal, das variantes textuais, da idade da Terra, da violência no Antigo Testamento ou de alguma contradição bíblica que o outro ainda nem mencionou. Ele se põe a responder antes de saber qual é a objeção; oferece provas a quem ainda não se comprometeu a dizer o que pensa; e, quanto mais respostas entrega, mais confirma a posição daquele que se apresentou sem premissas,

sem definições e sem argumento, mas recebeu, por força de costume, o direito de interrogar. Ao fim de uma hora o incrédulo terá feito vinte perguntas, abandonado dezenove delas sem reconhecer uma só resposta e saído com a impressão de que examinou a fé cristã, quando não conseguiu sequer transformar sua primeira frase numa proposição sustentada.

O cristão, exausto, chamará isso de diálogo e dirá, talvez, que plantou uma semente. É possível que Deus use até essa desordem, mas a providência divina não transforma a desordem em método (Gênesis 50.20). E é por isso que peço ao leitor que volte à frase inicial e resista à pressa: "O cristianismo é irracional." O que significa *irracional*? Que alguma doutrina afirma ao mesmo tempo uma proposição e sua negação?

Que uma conclusão cristã não segue das premissas bíblicas? Que o interlocutor não gosta da conclusão, não consegue imaginá-la ou a considera incompatível com as crenças que já tinha? Qual cristianismo está sendo julgado: o ensino da Escritura, uma confissão histórica, a opinião de um pastor na internet, uma prática institucional ou a lembrança confusa de uma aula? E por qual critério se decidiu o que a racionalidade exige? Essas perguntas não desviam o assunto; pela primeira vez, criam o assunto. Até que os termos sejam definidos, as premissas apareçam e a inferência seja declarada, não existe objeção a responder, e sim uma disposição, talvez uma suspeita, talvez uma ferida, talvez uma bravata, expressa numa gramática que imita argumento, e a caridade não obriga o cristão a tratar a imitação como coisa acabada. Obriga-o a ajudar o

interlocutor a descobrir o que de fato disse e, se houver um argumento ali, a conduzi-lo até o ponto em que possa ser examinado.

Foi nesse aspecto que *Apologética na Conversação*, de Vincent Cheung, acrescentou algo particularmente útil ao processo deste livro. A edição que tenho diante de mim traz na capa o título *Apologética no Diálogo*, mas a folha de rosto registra *Apologética na Conversação*; a oscilação editorial não altera a tese. Cheung recusa a postura do apologista que permanece sentado sob uma chuva indefinida de perguntas e insiste que a objeção assuma responsabilidade por si mesma: o oponente deve dizer o que quer dizer, explicitar as premissas, justificá-las e mostrar que a conclusão decorre delas.[1] Esse gesto parece elementar, e exatamente por isso revela o estado da apologética contemporânea. Muitos cristãos estudaram respostas para perguntas que nunca aprenderam a reconhecer. Sabem recitar uma teodiceia, mas não sabem perguntar de qual conceito de justiça a acusação contra Deus partiu; acumularam evidências históricas, mas não perguntam que teoria do testemunho permitiria ao crítico reconhecer um fato passado; defendem o milagre, porém deixam intacta a metafísica segundo a qual o milagre foi proibido antes da investigação. O resultado é uma defesa que trabalha cada vez mais e cede cada vez antes, e é essa inversão que o presente capítulo pretende corrigir.

A apagogia, ou prova por redução ao absurdo, não é uma palavra difícil para embelezar a confrontação, nem a autorização lógica para que homens agressivos chamem crueldade de zelo, e sim a disciplina de acompanhar uma afirmação até aquilo que ela acarreta, sem permitir que o interlocutor salte do caminho quando a paisagem

começa a contrariar sua confiança. Em alguns casos, a própria negação da verdade produzirá uma contradição e será formalmente refutada. Em outros, a crítica mostrará apenas que um conjunto de crenças não pode permanecer unido, obrigando o seu defensor a abandonar ao menos uma delas, e haverá casos em que a consequência não será contraditória, apenas desagradável; então o apologista precisará ter honestidade para dizer que ainda não provou falsidade alguma. Levar o rival ao fim exige saber onde o fim lógico realmente está. Quem anuncia a queda antes de chegar à borda não fez apagogia. Fez propaganda.

Responder e não responder segundo a estultícia

O aparente conflito de Provérbios 26 é a economia inteira da confrontação comprimida em dois mandamentos consecutivos, e não uma imperfeição que o copista deixou passar. Não respondas ao insensato segundo a sua estultícia, para não te tornares semelhante a ele (Provérbios 26.4). Responde-lhe segundo a sua estultícia, para que não permaneça sábio aos próprios olhos (Provérbios 26.5). A primeira ordem proíbe a adoção do princípio rebelde: não raciocines como se Deus não tivesse falado, não aceites a autonomia como padrão e não procures salvar a verdade com instrumentos que já a negaram. A segunda ordena a entrada crítica: toma aquilo que o insensato concedeu, segue sua pretensão e mostra o que acontece quando ela é tratada com uma seriedade que ele mesmo não lhe deu.

O cristão não assume a estultícia como cidadão; entra nela como examinador.

Não constrói casa no sistema adversário; percorre os cômodos para mostrar ao proprietário a rachadura que atravessa as paredes. Precisamente essa dupla obediência impede dois erros opostos. O primeiro é o assimilacionismo apologético, no qual o cristão responde tão completamente segundo a estultícia que se torna semelhante a ela: aceita que só o verificável pelos sentidos merece crença, tenta verificar Deus pelos sentidos e celebra como vitória uma probabilidade religiosa que o empirismo deixou sobreviver. O segundo é o silêncio orgulhoso, no qual se repete "a Bíblia diz" como se citar o axioma dispensasse entender a objeção, identificar sua estrutura e manifestar a ruína dela. O primeiro perde a Palavra para manter a conversa; o segundo perde a conversa enquanto imagina ter honrado a Palavra. A sabedoria bíblica não escolhe uma mutilação: conserva o ponto de partida e enfrenta o pensamento rival. É possível ouvir sem conceder, compreender sem habitar e aceitar uma premissa *para fins de exame* sem declará-la verdadeira, e toda crítica interna depende dessa distinção.

Gordon Clark emprega, para esse movimento, a expressão *argumento ad hominem*, mas o sentido deve ser protegido da confusão moderna. Não se trata da falácia que ataca o caráter de uma pessoa para evitar o que ela afirmou. Dizer que um argumento é falso porque seu autor é arrogante, ignorante ou imoral continua sendo falácia, pois um homem perverso pode pronunciar uma proposição verdadeira, e um santo pode concluir invalidamente. O uso legítimo é outro: argumentar a partir das concessões do próprio oponente e

mostrar que elas se voltam contra alguma conclusão que ele deseja conservar, pois Clark oferece o exemplo do liberal que aplica à autoria mosaica um critério historiográfico que não aplica à autoria de César. O dogmático não precisa aceitar aquele critério como fundamento do conhecimento histórico, e basta perguntar por que o liberal o utiliza de modo desigual. Se a norma é dele, a contradição também é dele.[2] Para evitar que uma terminologia obscureça uma distinção tão importante, chamarei esse movimento, conforme o contexto, de crítica interna, argumento a partir das concessões do adversário ou *ad hominem* legítimo. O adjetivo não batiza o insulto, apenas identifica de quem vieram as premissas.

Ora, uma resposta segundo a estultícia exige, por isso mesmo, a justiça que frequentemente falta à retórica de combate. Antes de levar a posição ao fim, é preciso ter certeza de que se entrou na posição real. Isso significa ouvir a versão mais forte, conferir a fonte quando houver uma escola ou um autor definido, permitir correções e distinguir o que o interlocutor afirmou daquilo que o examinador apenas imaginou que ele afirmaria. Uma redução ao absurdo de espantalho é apenas uma vitória contra o próprio examinador: ele inventa uma premissa, deduz dela um absurdo e atribui a vergonha a quem jamais a concedeu. Quanto mais agressiva for a conclusão, maior deve ser a disciplina da reconstrução. A mentalidade da carne quer vencer depressa porque a vitória serve ao eu; a mentalidade do Espírito quer julgar retamente porque o argumento pertence à verdade. Uma pergunta pode parecer fraqueza e ser o primeiro ato de domínio intelectual: “É isso mesmo que você quer dizer?” Se a resposta for não, o cristão agradece a correção. Não perdeu terreno; encontrou o terreno que de fato precisa ser atravessado.

A forma da queda

Na lógica, a redução ao absurdo tem uma forma mais estreita do que muitos usos apologéticos da expressão. Para demonstrar uma proposição, assume-se provisoriamente sua negação; dessa negação, combinada com premissas já admitidas, deduz-se uma contradição; como uma contradição não pode ser verdadeira, rejeita-se a hipótese e conserva-se a proposição original, de sorte que, se quero demonstrar que *P*, suponho *não-P*; se a hipótese produz *Q* e *não-Q* no mesmo sentido e ao mesmo tempo, ela deve cair. O método não cria a lei da não contradição: depende dela, e depende igualmente da validade de cada passo e da verdade ou concessão das demais premissas utilizadas, de modo que a apagogia nunca demonstra mais do que aquilo que essas condições já sustentam. Uma contradição obtida por inferência inválida prova apenas a incompetência de quem inferiu; uma contradição produzida por uma premissa estranha à posição adversária não refuta o adversário; e duas conclusões desagradáveis, mas capazes de ser verdadeiras juntas, não formam uma contradição só porque a voz se eleva ao pronunciá-las. Daí por que essas observações elementares merecem espaço: a palavra *absurdo* tem dois sentidos, e quem polemiza costuma misturá-los.

No sentido lógico rigoroso, o absurdo é o impossível, a conjunção contraditória que não pode ser verdadeira. No uso comum, absurdo pode significar estranho, ofensivo, ridículo, moralmente repulsivo ou muito distante do que o ouvinte esperava. A diferença é total. Se mostro que uma filosofia implica a inexistência de deveres morais

objetivos, e seu defensor aceita alegremente a consequência, não a refutei apenas porque a consequência parece sombria a mim e a outros ouvintes. Posso confrontá-lo com o custo, posso mostrar a incompatibilidade entre essa consequência e outras crenças que ele ainda professa, posso expor o empréstimo que faz quando condena uma injustiça; mas não posso declarar formalmente contraditório aquilo que até esse momento é apenas terrível. Da mesma forma, se um sistema implica que a maior parte das crenças humanas é falsa, isso pode destruir sua pretensão de senso comum sem ainda ser contradição. O apologista precisa aprender a suportar o intervalo entre "você não gostará disso" e "você não pode afirmar isso sem negar-se": nesse intervalo a honestidade separa a prova da encenação.

Há ainda uma diferença entre refutar uma proposição e expor a inconsistência de um conjunto. Suponha-se que alguém afirme três coisas: somente corpos físicos existem; as leis da lógica não são corpos físicos; as leis da lógica existem. As três proposições não podem permanecer juntas. A crítica demonstrou que ao menos uma delas deve ser abandonada, mas, por si só, não decidiu qual. O materialista pode negar que as leis existam, reinterpretá-las como hábitos linguísticos, reduzir a lógica a estados cerebrais ou modificar sua definição de matéria. Cada resposta abrirá novas dificuldades, e algumas serão piores do que a primeira, e a tarefa do examinador, ainda assim, é acompanhá-las, não fingir que o primeiro choque já demonstrou todas as doutrinas cristãs, porque uma cosmovisão raramente cai como uma única sentença.

Ela recua, redefine termos, sacrifica uma crença periférica para proteger o axioma e, às vezes, troca de sistema sem avisar, e levar o rival ao fim inclui registrar essas mudanças. Se ele abandonou uma premissa, o argumento anterior terminou; começa outro.

A derrota não pode desaparecer, e tampouco se luta com uma posição que deixou de existir. Por isso a apagogia não é um encantamento. “O contrário é impossível” precisa ser demonstrado, não repetido; “seu sistema se autodestrói” precisa indicar onde uma afirmação nega outra; “você tomou emprestado do cristianismo” precisa mostrar que o conceito usado não pode ser justificado pelo princípio rival e tem lugar coerente na revelação bíblica. A retórica pressuposicional produziu, em certos ambientes, uma geração capaz de anunciar a conclusão antes de organizar o argumento. O empirista pergunta sobre um milagre, e alguém responde que ele não pode saber nada; o materialista lamenta o sofrimento, e alguém diz que ele não tem moral; o cético pede uma razão, e alguém anuncia que o ceticismo é autorefutante. Talvez todas essas linhas conduzam a críticas verdadeiras, mas linhas não são ainda viagens.

É preciso mostrar o percurso. Se a Escritura é a verdade, não ganha honra quando lacunas são ocultadas sob a confiança.

Fazer a pergunta prestar contas

Cheung insiste que o apologista deixe de tratar toda interrogação gramatical como objeção racional. A insistência é correta e pode ser

transformada numa disciplina simples, sem se tornar uma fórmula rígida. Primeiro se pergunta o que está sendo afirmado; depois, o que os termos significam; então, quais premissas sustentam a conclusão, por que essas premissas seriam verdadeiras e se a conclusão realmente decorre delas. A ordem pode mudar numa conversa viva, algumas respostas virão juntas e muitas pessoas não saberão formular silogismos; ainda assim, o movimento permanece. “A evolução refutou o cristianismo” não é um argumento enquanto não se disser o que se entende por evolução, qual doutrina cristã foi contradita, por que a primeira é verdadeira e por que a contradição acarreta a falsidade do sistema. A acusação “Se Deus é soberano, então é autor do pecado; se é autor do pecado, é injusto” também não chega pronta. O que significa *autor*?

De qual definição de justiça se partiu? Que premissa estabelece que causar um ato impõe a Deus a mesma obrigação que sua lei impõe à criatura? O capítulo 7 apresentou a resposta positiva; aqui aparece o trabalho anterior: obrigar a acusação a revelar a lei pela qual pretende julgar o Legislador (Romanos 9.20).[3] Isso não é evasão, embora possa tornar-se evasão se o cristão usar perguntas infinitas para nunca expor o que crê. Há apologistas que aprenderam a dizer “como você sabe?” com a mesma preguiça com que antes recitavam respostas decoradas, porque perguntam pela epistemologia de cada palavra, interrompem toda frase antes que o sentido se complete e tratam a confusão produzida pelo interrogatório como demonstração da irracionalidade alheia. O método se converte, então, numa máquina de assimetria: o incrédulo precisa justificar cada sílaba até o primeiro princípio, enquanto o cristão conserva o direito de não explicar nenhuma inferência porque tem a Bíblia, e isso não é

escrituralismo, e sim proteção institucional de uma identidade apologética. A Escritura é o axioma, mas as interpretações e deduções cristãs continuam sujeitas ao exame da Escritura e da lógica. Quem exige definições precisa definir; quem cobra validade precisa mostrar os próprios passos; quem pede que o rival não fuja não pode chamar toda pergunta dirigida ao cristão de supressão da verdade.

A forma correta une reciprocidade e ausência de neutralidade. As duas partes devem raciocinar validamente porque a lógica pertence a Deus, não porque exista uma norma acima dele. O cristão oferece sua doutrina positiva, responde à objeção depois que ela se torna inteligível e permite que suas inferências sejam examinadas. Ao mesmo tempo, recusa a regra segundo a qual somente ele precisa prestar contas. Quando alguém pergunta “Quem criou Deus?”, por exemplo, o cristão pode explicar que o Deus cristão é eterno e não criado, de modo que a pergunta atribui ao sujeito uma propriedade negada por sua definição; mas também pode perguntar qual princípio estabelece que todo ser, e não todo começo ou acontecimento criado, precisa de uma causa anterior. Se a premissa universal for “tudo tem causa”, ela destruirá igualmente o universo eterno, a matéria fundamental ou qualquer realidade final oferecida pelo crítico. Se for “tudo que começa a existir tem causa”, a pergunta já não alcança o Deus que não começou. A apagogia não substitui a doutrina de Deus, mas impede que uma frase malformada seja celebrada como sua refutação.

Talvez o exemplo mais limpo seja a afirmação “não creio na lógica”, e quem a pronuncia pretende que o ouvinte entenda uma diferença

entre crer e não crer, entre sua frase e a contraditória; espera que ele conserve o mesmo significado para as palavras e conclua exatamente aquilo que foi declarado. O conteúdo da sentença rejeita a condição de sua própria inteligibilidade. Cheung dramatiza esse ponto numa conversa em que a negação da lógica permite que qualquer frase signifique qualquer outra.[4] A cena é deliberadamente áspera, mas o nervo lógico permanece: se o interlocutor recusa a identidade e a não contradição, não refutou a argumentação; retirou de suas próprias palavras a possibilidade de dizer alguma coisa, e não é preciso insultá-lo: basta devolver-lhe a sentença e perguntar por que "não creio na lógica" não deveria significar "creio na lógica". Se ele apelar ao significado estável, já regressou àquilo que negou.

Quando a fala trai a tese

Esse último caso pertence a uma família especialmente poderosa: a contradição performativa. Nela, o conteúdo afirmado entra em conflito com o ato de afirmá-lo. "Nenhuma proposição é verdadeira" apresenta-se como proposição verdadeira; "não existe significado objetivo" espera comunicar um significado que o ouvinte deve receber; "ninguém pode conhecer coisa alguma" reivindica ao menos o conhecimento dessa impossibilidade; "a razão não tem autoridade" oferece razões e deseja que elas governem a crença do ouvinte. A boca utiliza o que a tese expulsa. O problema não é psicológico, como se o orador fosse apenas incoerente na vida privada; está no próprio desempenho da afirmação. Para declarar a tese, ele precisa tratá-la

como falsa. Mas aqui convém distinguir: nem toda diferença entre discurso e vida refuta uma doutrina. Um estoico que se desespera não prova falso o estoicismo; talvez prove apenas que não conseguiu vivê-lo. Um pastor que prega generosidade e ama dinheiro não tornou falsa a generosidade; tornou-se hipócrita. Uma filosofia pode ser verdadeira e ter seguidores inconsistentes, assim como uma filosofia falsa pode ser praticada com disciplina admirável: a contradição performativa exige que o ato indispensável à asserção negue o conteúdo da asserção, não apenas que o caráter do orador desobedeça a um ideal.

Essa precisão protege a apagogia de se dissolver em biografia. O homem importa porque é ele quem crê e fala, mas a verdade não depende da unidade estética entre sua crença e sua personalidade.

Há, ainda, proposições que parecem autorefutantes apenas porque foram formuladas sem cuidado. “Todas as regras têm exceção” pode ser uma generalização coloquial, não a pretensão universal de incluir a si mesma; “não podemos ter certeza de nada” talvez queira dizer “não podemos ter certeza por este método” ou “eu não tenho certeza acerca deste assunto”. O examinador deve pedir esclarecimento antes de executar, porque a apagogia é devastadora justamente por conceder ao adversário toda correção legítima. Cada ambiguidade retirada deixa menos fumaça em torno da contradição real. Quando o interlocutor define a tese de forma modesta e coerente, ela deve ser enfrentada nessa forma; quando a correção abandona a alegação original, registra-se o abandono sem impedir o avanço, porque o objetivo é fazê-lo aproximar-se da verdade, ainda que cada

aproximação obrigue o examinador a trabalhar mais; conservar o erro para poder vencê-lo seria fabricar a vitória.

A aplicação mais profunda aparece quando o ato inteiro de argumentar contra Deus depende de condições que o sistema não cristão não consegue sustentar. O incrédulo oferece uma inferência e, com isso, reconhece leis lógicas; formula uma objeção e pressupõe significado; acusa a Escritura de falsidade e distingue verdade de erro; condena Deus e invoca obrigação moral; espera ser compreendido por outra mente e pressupõe alguma correspondência intelectual. Não basta apontar essa lista e anunciar que só o cristianismo explica tudo. É preciso perguntar, item por item, de onde vêm essas realidades dentro do princípio adversário. Se somente partículas em movimento existem, qual é o estatuto de uma lei universal e necessária? Se os pensamentos são apenas eventos físicos causados sem relação normativa com a verdade, por que uma crença deveria seguir a evidência? Se os valores são produtos contingentes da evolução ou do costume, com que autoridade universal se condena o decreto divino? A apagogia pressiona o sistema até que ele produza os títulos de propriedade dos bens intelectuais que utiliza. A revelação, então, não entra como um remendo depois da falência: já declarou que o Logos sustenta a lógica, que Deus é a verdade, que o homem foi feito à sua imagem e que a lei vem do Legislador, e o rival usa moedas cunhadas no reino enquanto nega que o Rei exista.[5]

Da frase ao primeiro princípio

A crítica chega aqui ao ponto em que deixa de ser apenas local. Uma objeção pode falhar porque empregou uma palavra ambígua, omitiu uma premissa ou cometeu uma inferência inválida; corrigido o defeito, o restante da cosmovisão talvez permaneça intocado. O confronto pressuposicional pergunta mais: que concepção de conhecimento tornou aquela premissa aceitável, que metafísica tornou aquela entidade possível, que teoria da linguagem permitiu à frase significar e que autoridade moral transformou uma preferência em obrigação? Toda afirmação nasce dentro de relações, e mesmo uma sentença modesta como “milagres são impossíveis” carrega uma doutrina do possível, uma descrição do universo, uma regra sobre causação, uma epistemologia capaz de conhecer os limites da realidade e uma decisão anterior acerca da revelação. Se o crítico diz que milagre é impossível porque a natureza é um sistema causal fechado, é preciso perguntar como ele conheceu o fechamento do sistema: acaso observou todos os acontecimentos possíveis?

Deduz a impossibilidade a partir de uma definição de natureza que já excluiu Deus? Nesse último caso, não investigou o milagre; apenas converteu sua negação em vocabulário científico.

Vincent Cheung formula essa exigência com clareza em *Confrontações Pressuposicionais*: toda objeção deve ser reconduzida à estrutura intelectual que a torna inteligível e plausível; se o oponente afirma que a ressurreição é impossível, deve dizer por qual princípio decide o possível e justificar a visão do universo da qual a impossibilidade foi deduzida.[6] O movimento não promete que cada

conversa chegará, em cinco minutos, a uma exposição consciente do axioma. A maioria das pessoas jamais organizou as próprias crenças em sistema, e algumas alternam pressupostos incompatíveis conforme a necessidade. Essa desordem não impede a crítica; torna-a mais paciente. A crítica segue uma afirmação de cada vez, mostra a relação que ela exige e pergunta se a resposta veio do fundamento professado ou foi importada de outra parte. A meta não é constranger alguém a pronunciar a palavra *epistemologia*. É tornar visível que a objeção não paira no ar e que o direito de julgar a Escritura não nasce do simples fato de alguém ter feito uma pergunta.

Nesse ponto a conversa informal tem uma vantagem que Cheung explora bem. Num debate formal, o adversário pode construir durante vinte minutos sobre uma premissa falsa antes que o cristão receba a palavra; numa conversa, é possível interromper a construção no alicerce: "Antes de continuar, por que devo aceitar isso?"[7] A pergunta preserva tempo e impede que o efeito retórico de uma longa conclusão esconda a ausência de fundamento. Contudo, interromper não é dominar a pessoa, e há momentos em que é preciso deixá-la terminar para compreender a forma inteira do argumento; a pressa do apologista pode fragmentar uma ideia que seria mais fácil refutar completa: o método não é uma liturgia de interrupções. É uma atenção governada, capaz de identificar qual premissa sustenta o peso, quando pedir sua defesa e quando esperar porque a espera revelará mais.

Paulo fez algo semelhante no Areópago sem transformar o sermão numa aula de terminologia lógica. Ele ouviu os atenienses, observou

o altar, conhecia seus poetas e utilizou uma concessão grega contra a idolatria grega: se somos geração de Deus, como afirmava o poeta citado, a Divindade não pode ser adequadamente representada por ouro, prata ou pedra trabalhados pela imaginação humana (Atos 17.28-29). A premissa do auditório voltou-se contra sua prática. Mas Paulo não terminou no embaraço interno. Anunciou o Criador, a providência, o mandamento de arrependimento, o juízo e a ressurreição (Atos 17.24-31). O *ad hominem* legítimo abriu uma ferida na religião ateniense; a revelação declarou o diagnóstico e o remédio.[8] Essa ordem merece ser guardada. A crítica negativa pode retirar o escudo, não ressuscita o morto. Pode calar uma objeção, não fornece sozinha todas as proposições nas quais o homem deve crer. A apologética que apenas destrói deixa o ouvinte entre ruínas; a pregação que não confronta permite que ele leve os ídolos para dentro da nova casa. Paulo fez as duas coisas porque a verdade não é somente negação do erro. É Palavra positiva do Deus que ordena a todos que se arrependam (Atos 17.30).

O que a apagogia prova

Agora é possível responder à questão que o plano deste livro deixou deliberadamente aberta: o que esse método pode provar? Em sua forma lógica estrita, uma redução ao absurdo prova que a hipótese assumida não pode ser verdadeira juntamente com as demais premissas utilizadas. Se a negação de uma tese é assumida e dela se deduz validamente uma contradição a partir de premissas

verdadeiras, a negação é falsa e a tese está demonstrada, e é assim que muitas provas matemáticas operam. Quando aplicada a um sistema de crenças exposto por seu defensor, a apagogia pode mostrar que o conjunto é inconsistente, que certa conclusão não decorre do princípio invocado, que uma objeção pressupõe aquilo que nega ou que uma prática contradiz a norma confessada. Pode ainda mostrar que determinada acusação contra o cristianismo não tem força dentro do próprio sistema de quem a levanta. Se o materialista não consegue fundamentar obrigação moral objetiva, sua indignação não refuta a justiça divina; antes de julgar Deus, ele precisa apresentar a lei que seu materialismo lhe autorizou a promulgar.

A força dessa demonstração tem limites definidos: a apagogia não prova automaticamente qual membro de um conjunto inconsistente deve ser abandonado, nem transforma uma consequência desagradável em contradição, e não demonstra que uma cosmovisão seja falsa apenas porque seu defensor foi incapaz de explicá-la numa conversa; o homem pode ser um representante incompetente de uma tese verdadeira. Não prova todo o cristianismo quando refuta o empirismo, pois o empirismo e a Escritura não são as únicas combinações de palavras que alguém pode oferecer, e não deduz o cânon, a Trindade, a encarnação, a justificação ou a ressurreição do simples fracasso do materialismo. E não converte o argumento transcendental numa máquina neutra pela qual a razão autônoma descobre, sem revelação, o conteúdo da revelação. Se duas alternativas forem realmente contraditórias e exaustivas, como *P* e *não-P*, a refutação de uma estabelece a outra. Se, porém, são confrontados três ou cinquenta sistemas não exaustivos, a queda de

quarenta e nove não faz do sobrevivente uma revelação divina. Talvez haja uma quinquagésima primeira formulação; talvez todos os sistemas listados sejam falsos.

Essa limitação não enfraquece o escrituralismo; impede que ele abandone o próprio axioma no instante da vitória. A Escritura é verdadeira porque Deus fala e não pode mentir. O conteúdo da fé vem dela, e não de um catálogo de filosofias derrotadas. A crítica apagógica mostra que as objeções rivais não conseguem permanecer de pé, manifesta a coerência e o alcance do sistema bíblico e pode estabelecer proposições particulares pela impossibilidade de sua negação; contudo, não cria a voz de Deus como conclusão de um processo que começou sem ela. O capítulo anterior já advertiu: Deus era verdadeiro antes que o primeiro ateu se contradissesse.

A falência dos rivais não elege a Bíblia. A Bíblia anuncia o Rei; a apagogia expõe a insolvência dos pretendentes.

Também é preciso distinguir a prova apagógica do argumento transcendental, embora possam trabalhar juntos. A redução ao absurdo pergunta o que se segue de uma hipótese e rejeita-a quando a consequência contradiz premissas verdadeiras ou concessões necessárias. O argumento transcendental pergunta pelas condições de possibilidade de alguma atividade que ninguém consegue evitar, como pensar, afirmar, conhecer e obrigar, e sustenta que tais condições exigem determinado fundamento. Quando se diz que o ato de argumentar pressupõe a lógica, que a lógica exige a mente coerente do Logos e que uma mente criada pode conhecê-la porque Deus a ilumina, desenvolve-se um argumento acerca das condições do pensamento. A parte negativa mostra que os fundamentos rivais

não conseguem justificar aquilo que usam; a parte positiva expõe como a doutrina bíblica oferece metafísica, epistemologia e antropologia para isso.

Chamar toda essa cadeia de “impossibilidade do contrário” não dispensa a demonstração dos elos. O nome é uma promessa de prova, não a prova já cumprida.

E é aqui que o ocasionalismo dá ao argumento uma profundidade que a mera apologética pressuposicional nem sempre alcança. O incrédulo não apenas utiliza leis que pertencem ao Logos; no próprio instante em que pensa contra Deus, depende de Deus para pensar. A palavra do interlocutor é ocasião na qual Deus causa pensamentos em outra mente; a memória pela qual ele conserva a premissa, a inferência pela qual chega à conclusão e a atenção pela qual acompanha a resposta existem sob o decreto. Sua autonomia é refutada antes mesmo do exame do conteúdo, não porque o homem não seja responsável ou não raciocine, mas porque nenhuma criatura tem poder causal independente. Todavia, não se pode apresentar essa doutrina como se o adversário já a tivesse concedido. Dentro do caso positivo cristão, ela explica a possibilidade real da comunicação e a dependência absoluta da mente. Numa crítica interna ao materialismo, será preciso mostrar primeiro por que a causação material não produz normatividade lógica nem conhecimento. Os níveis não devem ser confundidos: uma verdade bíblica pode governar o exame cristão sem funcionar ainda como premissa aceita pelo examinando.

O direito de anunciar o resultado

Cheung dedica o último movimento de *Apologética na Conversação* a algo que muitos apologistas evitam: depois de demonstrar uma contradição, é legítimo dizer que ela foi demonstrada. O oponente pode mudar de assunto, propor que todos concordem em discordar, reformular silenciosamente a crença ou agir como se a conversa não tivesse alcançado conclusão nenhuma. Nesses casos, o cristão pode reconstruir o percurso, recordar as premissas admitidas, indicar o ponto de queda e pedir que a outra parte mostre onde a análise falhou.[9] Isso não é necessariamente vanglória. Um professor anuncia que uma solução está errada quando consegue apontar o erro; um juiz pronuncia o resultado depois de expor as razões; um interlocutor pode dizer "essa objeção foi refutada" sem afirmar que sua inteligência pessoal regenerou alguém.

A verdade da conclusão não diminui para proteger o orgulho daquele que a negou. Ainda assim, há uma diferença entre anunciar o resultado e representar a si mesmo como vencedor absoluto. Cheung escreve com uma violência deliberada, fala em demolição, ataque, humilhação e vitória total; essa linguagem presta um serviço quando desperta uma Igreja treinada para pedir desculpas antes de afirmar e para considerar toda objeção incrédula um mistério superior, e é preciso receber o serviço sem canonizar a temperatura. Uma objeção pode ser refutada enquanto o apologista permanece errado em cinco assuntos laterais; uma cosmovisão pode ser internamente inconsistente sem que todas as suas formas tenham sido expostas; um ouvinte pode não compreender porque a explicação dada foi

ruim, e não apenas porque seu coração é rebelde. A doutrina da depravação não oferece ao cristão conhecimento infalível sobre cada motivo psicológico nem transforma sua impressão de vitória numa decisão de Deus, e a Escritura revela que o homem natural suprime a verdade; sem argumento, não se sabe que cada silêncio particular significa que ele reconheceu a derrota.

Essa ressalva importa porque o método pode seduzir exatamente o pecado que denuncia. O apologista entra para expor o orgulho da razão autônoma e sai alimentando o orgulho de sua escola; acusa o incrédulo de não prestar contas e torna sua própria formulação imune a perguntas; chama todo recuo do outro de fraude, mas chama as próprias correções de refinamento. Logo uma pequena instituição se forma ao redor do vocabulário da vitória. Seus membros sabem quem são os "irracionais", repetem histórias de debates esmagadores e confundem a invencibilidade da verdade de Deus com a infalibilidade dos que a defendem.

A mentalidade da carne não teme palavras como *Logos*, *axioma* ou *apagogia*. Aprende-as, reveste-se delas e continua procurando a própria glória.

Por isso o teste mais severo deste capítulo será aplicado primeiro a mim, e não ao ateu: permito que a mesma lógica revele minhas contradições? Admito quando o rival expõe uma inferência que não veio da Escritura? A mente cativa a Cristo não teme perder uma frase para conservar a verdade. E Paulo descreve as armas como poderosas em Deus para destruir fortalezas, argumentos e toda pretensão erguida contra o conhecimento divino (2 Coríntios 10.4-5); não diz que são poderosas para destruir a dignidade da criatura ou

oferecer prazer à crueldade do combatente. A mesma Escritura ordena ao servo do Senhor que não viva em contendas, mas seja brando, apto para ensinar e paciente, corrigindo com mansidão os que se opõem, na esperança de que Deus lhes conceda arrependimento para conhecerem a verdade (2 Timóteo 2.24-25); não há contradição entre 2 Coríntios 10 e 2 Timóteo 2. A mansidão bíblica não deixa a fortaleza intacta; a demolição bíblica não transforma o prisioneiro em objeto de diversão. O homem enfrentado é inimigo quanto à mentalidade da carne e imagem de Deus quanto à criação; precisa ser contradito e amado, humilhado diante de Deus e jamais usado para exaltar o nome do apologista: só a mentalidade do Espírito consegue sustentar essas verdades sem dissolver uma na outra.

A apagogia dentro da Igreja

Seria confortável aplicar todo este método para fora, contra ateus, empiristas e relativistas, enquanto as instituições cristãs permanecem protegidas por uma neutralidade doméstica. Mas uma contradição não se torna santa quando recebe salário eclesiástico. Uma igreja confessa que a Escritura é a autoridade suprema e, ao mesmo tempo, afirma que determinadas decisões da liderança não podem ser examinadas pelos membros; declara que todos são membros uns dos outros, mas organiza informação e poder como se o corpo fosse propriedade do cargo; prega que os homens são pecadores e cria regras que presumem a inocência funcional do líder

e a suspeita automática contra quem pergunta. A apagogia não precisa importar um padrão secular para julgar isso. Basta tomar a confissão da própria instituição e conduzi-la às práticas que ela deseja preservar: se a Bíblia é suprema, onde ela concedeu imunidade ao ofício?

Se há um só Cabeça, por qual inferência o dirigente se tornou consciência dos demais? Se a disciplina existe para a santidade, por que a reputação da estrutura vale mais do que a verdade da denúncia?

Nesse contexto o argumento a partir das concessões se torna particularmente poderoso, porque a instituição já fala a língua bíblica. Ela não nega a autoridade da Palavra; distribui-a de modo desigual. Cita submissão aos líderes sem levar a sério o dever dos líderes, invoca unidade quando o membro pergunta e pureza doutrinária quando o cargo acusa, exige duas ou três testemunhas contra o poderoso enquanto aceita insinuação contra o fraco (Deuteronômio 19.15; 1 Timóteo 5.19). O problema não está em ter ordem, estatuto, liderança ou processo.

Está em usar duas lógicas conforme a pessoa julgada. Clark mostrou a força de perguntar ao liberal por que aplica ao Pentateuco (Deuteronômio 31.24-26) a norma que poupa César.

A Igreja precisa suportar a mesma pergunta: por que uma regra muda quando alcança o púlpito? Se a resposta final for apenas “porque confiamos nele”, a confiança humana ocupou o lugar da premissa bíblica.

E a apagogia precisa entrar ainda mais fundo, até a vida mental do membro. O cristão diz que Deus é soberano e passa a noite como se o futuro dependesse de sua ansiedade; confessa que a Escritura basta e conduz decisões decisivas por sensações que não ousa examinar; afirma que a salvação é pela graça e organiza a identidade segundo o reconhecimento de um mestre, uma denominação ou um círculo intelectual. Essas incoerências não tornam falsas as doutrinas confessadas; revelam que outra crença governa o gesto. A crítica interna da própria alma pergunta: se realmente creio nisso, por que esta conclusão tem dirigido meu medo?

Qual premissa entrou entre o texto e minha decisão? A renovação da mente não consiste apenas em aprender mais proposições, mas em expor os raciocínios pelos quais a carne neutraliza as proposições já conhecidas.

Oferecer-se em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus é culto racional porque inclui essa entrega do argumento secreto, do silogismo pelo qual a idolatria é justificada antes de ser praticada (Romanos 12.1). Assim, a apagogia deixa de ser técnica de debate e se torna disciplina de arrependimento intelectual. O cristão leva o rival ao fim, mas reconhece o rival dentro de si sempre que uma tradição, um desejo ou um medo pede para ser poupado das consequências da Palavra. A lógica do Logos não foi dada para criar uma casta de vencedores.

Foi dada para que todo pensamento seja levado cativo, inclusive o pensamento que escreve este livro e o pensamento que concorda com ele (2 Coríntios 10.5).

Até o fim, e então a Palavra

Recolho o caminho. A apagogia assume provisoriamente uma negação ou uma concessão, acompanha suas consequências e mostra a contradição quando ela realmente aparece. Na conversa, obriga quem objeta a ser exato: definir termos, declarar premissas, justificar o fundamento e responder pela inferência. No confronto de sistemas, pergunta se a cosmovisão consegue sustentar a lógica, a verdade, a linguagem e a obrigação que utiliza para atacar Cristo. Distingue o ataque pessoal do argumento a partir das concessões, a incoerência biográfica da contradição performativa, a consequência desagradável do impossível, a refutação de uma objeção da demonstração integral da fé. E depois de tudo isso, recusa transformar o método em salvador. A crítica retira mentiras; somente Deus concede arrependimento. A redução tira a sustentação de uma acusação; somente a Palavra fornece o conteúdo da fé. A inferência termina exatamente onde começa a obra que ela nunca teve como fazer; o Espírito causa a mente a crer (2 Timóteo 2.25; 1 Coríntios 12.3).

Talvez agora se compreenda por que o título não promete apenas reduzir o rival ao absurdo, mas levá-lo ao fim. O fim não é o constrangimento social, a frase cortante ou o silêncio de quem se cansou. É a consequência que seu primeiro princípio tentou evitar, pois o empirista será levado à incapacidade de transformar sensação em verdade universal; o dogmático não cristão, à escolha arbitrária que não consegue autenticar; o irracionalista, à linguagem lógica com que anuncia sua fuga da lógica. Cada um tentará abrir uma saída antes do último passo. Permitirei todas as definições honestas,

todas as correções reais, todas as distinções necessárias, porque não temo uma versão mais forte do erro. Apenas não permitirei que a estrada seja trocada sem que se reconheça a troca. E o capítulo seguinte encontrará precisamente essas três rotas de fuga. Alguns, percebendo o fracasso da autonomia, escolherão um dogma diferente da Palavra de Deus; outros regressarão aos sentidos e chamarão repetição de fundamento; outros transformarão a derrota da razão autônoma em licença para o irracionalismo, e são sistemas diferentes que nascem do mesmo desejo: conservar uma mente que não receba de Deus o direito de pensar. A apagogia irá atrás deles, não para descobrir a Escritura no fim de suas estradas, mas porque a Escritura já iluminou o caminho e mostrou onde cada estrada termina.

O cristão não responde segundo a estultícia. Por isso não parte com ela.

O cristão responde segundo a estultícia. Por isso não a deixa parar antes do fim.

Notas

1. Vincent Cheung, *Apologética na Conversação*, cap. 2, “Ataque o inimigo”. A edição consultada apresenta *Apologética no Diálogo* na capa e *Apologética na Conversação* na folha de rosto. ↩
2. Gordon H. Clark, *Três Tipos de Filosofia Religiosa*, “Nota sobre táticas ad hominem”. ↩

3. Cheung, *Apologética na Conversação*, cap. 2, especialmente o diálogo sobre soberania divina, autoria do pecado e justiça; ver também o capítulo 7 deste livro. ↩
4. Ibid., diálogo sobre a negação da lógica. ↩
5. João 1.1-9; Romanos 1.18-21; Colossenses 2.3; ver Cheung, *Confrontações Pressuposicionais*, seções “Fundamento” e “A precondição do significado”. ↩
6. Cheung, *Confrontações Pressuposicionais*, seção “Fundamento”, especialmente a discussão sobre a alegada impossibilidade da ressurreição e dos milagres. ↩
7. Cheung, *Apologética na Conversação*, cap. 3, “Arranje o confronto”. ↩
8. Atos 17.22-31; Cheung, *Confrontações Pressuposicionais*, análise de Atos 17.28-29 e do uso de Arato como argumento *ad hominem*. ↩
9. Cheung, *Apologética na Conversação*, cap. 4, “Anuncie o resultado”. ↩

CAPÍTULO 12 — TRÊS FUGAS DA REVELAÇÃO

“Porque o meu povo fez duas maldades: a mim me deixaram, o manancial de águas vivas, e cavaram cisternas, cisternas rotas, que não retêm águas.”
(Jeremias 2.13)

Três portas no mesmo corredor

O capítulo anterior conduziu o pensamento rebelde até o fim de suas premissas, mas chegar ao fim não significa permanecer ali. A mente da carne é engenhosa quando a consequência se aproxima; se uma porta foi fechada pela contradição, ela procura outra, e geralmente encontra três. Pela primeira, declara que nenhuma filosofia existe sem um axioma e escolhe então um dogma que não veio de Deus: um texto, uma tradição, um mestre, ou uma comunidade investida de autoridade por si mesma. Pela segunda, aponta para o mundo visível e diz que dispensa toda voz, porque os fatos falariam sozinhos e a ciência teria transformado a observação em autoridade final. Pela

terceira, quando o dogma humano se mostra arbitrário e a experiência não consegue produzir conhecimento, apaga a luz: a verdade seria paradoxo e encontro, salto e paixão, algo que se vive precisamente onde já não se pode afirmar. As portas parecem conduzir a regiões opostas, a primeira à rigidez, a segunda ao laboratório e a terceira à noite religiosa, porém todas se abrem no mesmo corredor.

Em nenhuma delas a criatura recebe a Palavra como princípio e permite que a mente seja renovada por aquilo que Deus disse. Gordon Clark organizou *Três Tipos de Filosofia Religiosa* ao redor do dogmatismo, do racionalismo e do empirismo, acrescentando o irracionalismo como um quarto tipo que, rigorosamente, já não seria filosofia nem método.[1] Este capítulo reorganiza a classificação para uma finalidade teológica mais estreita. Não ignoro a diferença histórica entre o racionalista que postula princípios inatos e o dogmático que recebe um texto sagrado; apenas observo que, quando a razão criada é apresentada como fonte autossuficiente de axiomas, ela se torna o livro sagrado de si mesma. O racionalismo não cristão é, nesse nível, um dogmatismo cuja revelação foi assinada pela criatura. Por isso tratarei sob a primeira fuga todas as autoridades finais que não são a Escritura: a razão autônoma e o Corão, o magistério e a experiência interior transformada em oráculo, a tradição política e a palavra do líder. Elas não ensinam o mesmo conteúdo e não devem ser confundidas historicamente, embora cometam o mesmo gesto: encerram a regressão explicativa numa voz que não é a voz de Deus.

Essa reorganização também impede uma conclusão preguiçosa. Não basta dizer que há três ou quatro métodos, escolher o nosso e seguir adiante como se filosofia fosse preferência de temperamento. Cada porta deve ser aberta, percorrida e examinada com a apagogia do capítulo anterior. O dogmatismo não cristão terá de explicar por que a necessidade de um primeiro princípio torna verdadeiro o princípio que escolheu. O empirismo terá de mostrar como uma sensação se transforma numa proposição universal, como a memória preserva o conteúdo e como o passado observado autoriza uma lei para o futuro, e o irracionalismo terá de comunicar, em linguagem inteligível, que a inteligibilidade deve ser abandonada.

E em cada exame veremos a mesma dependência: o primeiro carece da autoridade que só a fala divina tem; o segundo, da lógica, da identidade e da providência que não podem ser vistas; o terceiro, do significado que sua doutrina dissolve. As cisternas são diferentes, e a água roubada vem toda do mesmo manancial.

A primeira fuga: um dogma sem Deus

Há uma verdade no dogmatismo que seus críticos universitários raramente suportam: todo sistema precisa começar. Se uma premissa depende de outra, e essa de uma anterior, a prova jamais existirá enquanto a regressão não alcançar um primeiro princípio. O empirista começa com a autoridade da sensação, ainda que finja ter chegado ao mundo sem pressupostos; o racionalista começa com

seus axiomas inatos; o cético começa tratando a dúvida como intelectualmente autorizada; o homem do senso comum começa com uma lista de coisas que sua comunidade o ensinou a chamar óbvias. Clark presta um serviço ao retirar do termo *dogmatismo* a vergonha fabricada. Um matemático não pede desculpas por seus axiomas, e um cristão não precisa fingir que descobriu a Escritura no fim de uma cadeia erguida sobre autoridade maior, porque se algo autenticasse a Palavra de Deus, esse algo seria, para o sistema, a palavra do verdadeiro deus. A questão nunca foi se começaremos dogmaticamente, mas qual voz tem o direito de ocupar o começo.[2]

O racionalista tenta esconder essa voz dentro da própria mente. Ele não abre um códice nem consulta um profeta; declara que certos princípios estão inscritos na razão e que deles poderá deduzir Deus e o mundo, e há dignidade nessa preferência pela demonstração contra a fluidez empirista, e o cristão não tem de diminuí-la para condenar a autonomia. O problema aparece quando se pergunta quem identificou os princípios, por que são estes e não outros e como uma mente finita garante que sua arquitetura corresponde à realidade inteira. Se a resposta for que a razão os reconhece por sua própria luz, então a razão testemunhou em favor da razão e se tornou revelação para si; e se a lei da não contradição é o único começo, falta-lhe conteúdo para deduzir a criação, a providência, o dever e a salvação. Se outros conteúdos são acrescentados como evidentes, cada acréscimo deve justificar o título. A razão criada é instrumento indispensável para receber, relacionar e deduzir as proposições divinas, mas, transformada em fonte, faz do reflexo o próprio sol dela, e nesse sentido, e somente nesse sentido, eu a incluo entre os

dogmatismos não cristãos: seu livro sagrado não tem páginas porque foi identificado com o leitor.

E é justamente aqui que a verdade do método pode virar a primeira fuga. “Todo sistema tem um axioma” não implica “todo axioma é igualmente verdadeiro”, assim como o fato de toda casa ter um fundamento não transforma areia, rocha e papel em materiais equivalentes. Um muçulmano pode começar com o Corão, um romano com uma Igreja que autentica o cânon, um positivista com o princípio de verificação e um discípulo com as aulas do mestre, e o começo permite que o sistema comece, não que alcance a realidade. Um axioma falso ainda pode gerar deduções válidas e milhares de páginas coerentes com algumas de suas premissas.

Pode fundar universidades, ordenar sociedades, produzir mártires e oferecer ao indivíduo uma identidade tão estável que toda pergunta lhe pareça tentação. Alguma dessas coisas converte falsidade em verdade? Nenhuma. A necessidade lógica de autoridade final não concede à criatura o poder ontológico de criar a autoridade pela escolha.

Clark encara a pergunta inevitável: se os primeiros princípios não são provados por algo anterior, como distinguir a Bíblia do Corão? Sua resposta final diz que a fé é dom de Deus, que o Espírito causa um homem a crer e que a pregação fornece as proposições nas quais ele deverá acreditar.[3] A resposta é verdadeira e particularmente forte dentro do ocasionalismo deste livro: ninguém produz fé por evidência, vontade ou técnica; Deus causa imediatamente a crença na ocasião da Palavra. Mas precisamos distinguir duas perguntas que a formulação pode deixar próximas demais. “Por que este homem crê

na Bíblia e aquele no Corão?" é uma pergunta causal, respondida pelo decreto, pela regeneração ou pelo endurecimento, ao contrário desta: "A Bíblia e o Corão são igualmente verdadeiros porque ambos foram escolhidos como axiomas?" é uma pergunta lógica e ontológica, e a resposta é não, porque Deus pode decretar que alguém creia numa mentira sem tornar verdadeira a mentira; a causação da crença explica sua ocorrência, não confere verdade ao objeto, e se não mantivermos essa distinção, a soberania divina será convocada para responder uma objeção que nunca afirmou que o homem causa a própria fé.

Vincent Cheung acrescenta o movimento necessário: um primeiro princípio pode ser defendido por seu conteúdo, sua autojustificação, sua coerência, seu alcance e pela destruição racional das alternativas, ainda que não receba prova de premissas anteriores. A lei da não contradição é inegável porque tem de ser usada na tentativa de negá-la, mas não contém metafísica, epistemologia, ética ou uma teoria da linguagem. A Escritura contém aquilo que o próprio ato de recebê-la requer: o Deus verdadeiro que fala e não mente, o Logos no qual a lógica tem realidade, a criação que distingue Deus do mundo, a mente feita à imagem divina, a providência que sustenta comunicação e história, o pecado que explica a supressão e a redenção que renova o entendimento.[4] A Bíblia diz apenas "sou verdadeira" e interrompe o raciocínio? Não diz. Identifica o Falante, interpreta o ouvinte, fornece o mundo no qual a fala é possível e expõe por que a negação continuará usando as condições que ela revelou. Seu círculo é a abrangência inevitável de uma autoridade que inclui quem julga, quem contesta, a linguagem e o próprio ato de

contestação, e não o pequeno círculo de uma preferência que carimba a si mesma.

O dogma não cristão, por sua vez, tem de pagar a conta de seu conteúdo. Se um texto posterior reconhece revelações anteriores enquanto contradiz o centro daquilo que elas afirmam, sua pretensão profética se volta contra si. Se uma instituição diz que sua autoridade autentica a Escritura, deve explicar de onde recebeu autoridade sem já recorrer à Escritura que pretende autenticar: se um líder declara ter iluminação incomunicável, não pode exigir que outra mente trate como conhecimento aquilo cujo fundamento ela não pode compartilhar. Se a razão autônoma escolhe axiomas, deve dizer por que sua escolha expressa a estrutura do real e não somente a estrutura de uma mente finita, e o ponto não está em que todo rival fracasse da mesma maneira, e o próximo capítulo executará alguns casos. Aqui basta ver o seguinte: o dogmatismo não cristão escapa ao exame chamando a premissa dele de primeira? Não escapa. Um primeiro princípio não tem superior hierárquico, e tem consequências, e as consequências podem revelar que a voz começou mentindo.

E a própria Escritura ensina a testar os pretendentes sem instituir uma autoridade acima de Deus. Deuteronômio admite que um sinal anunciado possa ocorrer e, ainda assim, condena o profeta que conduz a outros deuses (Deuteronômio 13.1-3); o acontecimento não autentica uma mensagem que contradiz a revelação já dada, e Isaías ordena que se recorra à lei e ao testemunho e declara sem luz os que não falam segundo essa palavra (Isaías 8.20). Paulo chega ao extremo: ainda que um anjo do céu anuncie outro evangelho, seja

anátema (Gálatas 1.8). O sinal, a majestade do mensageiro e a intensidade da experiência são julgados pelo conteúdo revelado, não o conteúdo por eles. Isso mostra por que a autoautenticação bíblica não significa credulidade diante de qualquer voz que diga “assim diz o Senhor”. O Deus verdadeiro não se contradiz, e a Palavra anterior fornece proposições pelas quais a reivindicação posterior é exposta.

Um falso dogma pode imitar a forma da revelação; o que não consegue é ocupar coerentemente o mundo que a revelação verdadeira já interpretou, porque a fé recebe autoridade divina e, por recebê-la, torna-se inimiga de toda autoridade que usa o nome de Deus para contrariar Deus.[5]

Essa primeira fuga é especialmente sedutora na Igreja porque sabe citar a verdade sobre a autoridade. Uma confissão histórica resume fielmente a Escritura, e logo alguém passa a tratá-la como se tivesse inspirado o texto que resumiu; um professor abre caminhos reais, organiza doutrinas dispersas e ensina uma geração a pensar, e os alunos começam a receber suas conclusões antes de refazer suas inferências; uma liderança protege a comunidade em uma crise e converte a gratidão dos membros em domínio permanente sobre a consciência. Alguma dessas coisas começa perversa? Nenhuma, e é justamente o bem recebido que torna a idolatria plausível. A instituição pode continuar afirmando *sola Scriptura* enquanto, na prática, a pergunta decisiva deixou de ser “o que está escrito?” e passou a ser “quem autorizou você a perguntar?”.

Nesse instante o corpo vivo de Cristo, composto de membros que pertencem uns aos outros sob a única Cabeça (Romanos 12.5; Colossenses 1.18), foi substituído por uma arquitetura na qual a

Palavra desce por canais proprietários, e o dogma pode permanecer ortodoxo nas frases e tornar-se não cristão no modo como governa.

E a mente renovada vence essa fuga tornando-se antidogmática? Não vence. O cristão não troca a firmeza pela busca infinita, nem imagina que humildade consiste em nunca chegar à verdade. Ele distingue o dogma divino de suas deduções falíveis, a confissão útil do texto inspirado, a autoridade ministerial do senhorio sobre a fé, e recebe a Escritura sem negociação e permite exatamente por isso que a Escritura desfaça sua tradição, corrija seu mestre e humilhe sua escola. O dogmatismo carnal usa a certeza para impedir o arrependimento; o dogmatismo do Espírito tem certeza suficiente para arrepender-se de tudo o que não veio da Palavra.

A segunda fuga: os olhos no lugar da voz

Quando o homem desconfia de autoridades rivais, a segunda porta parece oferecer ar puro. Não precisamos decidir entre livros sagrados, diz o empirista; basta olhar. Duas pessoas podem ver o relâmpago, ouvir o trovão, repetir o experimento e comparar resultados. Os sentidos parecem públicos onde o dogma divide, e modestos onde o racionalismo especula. Há nessa atração algo que devemos conceder com gratidão: a atenção ao mundo combate fantasias e a experimentação disciplina expectativas, a observação cuidadosa corrige inúmeras opiniões, e a ciência oferece instrumentos de uma utilidade quase impossível de exagerar. Um

médico que mede antes de prescrever honra mais a criatura enferma do que aquele que chama palpite de discernimento, e um engenheiro que testa a ponte ama concretamente os que passarão sobre ela, e a crítica ao empirismo não é culto à negligência, e sim a recusa em transformar uma prática providencial e falível numa fonte autônoma de conhecimento.

Convém insistir nessa diferença porque a palavra *ciência* costuma entrar na discussão como guarda armado. A ciência enquanto conjunto de técnicas e de medições pode ser excelente sem que o empirismo seja verdadeiro. O agricultor aprende a plantar em determinada estação, o químico registra uma reação, o cirurgião aperfeiçoa uma técnica; todos formulam opiniões úteis apoiados em regularidades que Deus decretou, numa linguagem que receberam, e em inferências que excedem a sensação. Isso demonstra que todo conhecimento se origine nos sentidos? Não demonstra. Na verdade, a prática científica só começa depois que uma rede não sensorial foi admitida: as leis lógicas, a identidade do objeto ao longo das medições, a linguagem matemática, e algum grau de constância providencial, e o cientificismo apaga essa dívida e apresenta o laboratório como criador das condições que trouxe consigo.

Depois, quando alguém questiona a inferência, aponta para o aparelho funcionando. É como se a ponte permanecesse em pé para provar que a filosofia do engenheiro sobre a origem da lógica também estava correta.

Clark começa onde essa transformação já foi consumada, e tomás de Aquino declara que nosso conhecimento natural começa nos sentidos e constrói as vias para Deus a partir do movimento

percebido; Paley encontra um relógio na praia e infere o relojoeiro; a ciência moderna observa regularidades e formula leis. Só que o dado chega nomeado? Não chega. Antes de dizer “vejo uma pedra em movimento”, a mente já utilizou identidade, diferença, objeto, movimento, tempo, causalidade e uma linguagem capaz de formular a proposição. A sensação, se a isolarmos do pensamento, não diz *pedra*, *existe*, *move-se* nem *fora de mim*. Trata-se de um evento mental cuja relação com um objeto externo não aparece impressa no próprio evento. Para comparar a imagem com a coisa seria preciso conhecer ambas por meio independente; se toda via para a coisa passa pela imagem, a fidelidade da representação nunca é verificada.

O empirismo promete sair da mente para o mundo e descobre, quando examinado, que guardou apenas sensações dentro da mente.[6] Os céticos gregos pressionaram a dificuldade muito antes da ciência contemporânea: animais diferentes recebem impressões diferentes; a mesma pessoa percebe de modos distintos na doença, no sono, na embriaguez, na juventude e na velhice; a luz, a distância e o meio alteram a aparência; uma ilusão, enquanto dura, não carrega uma etiqueta anunciando que é ilusão. Podemos dizer que uma coisa parece assim para nós nesta condição, mas não extrair da aparência, sem premissas adicionais, o que a coisa é em si mesma, e quando o empirista responde que corrigimos um sentido por outro, já pressupõe um critério para decidir qual ocorrência corrige e qual é corrigida, e olhar novamente não resolve o problema da memória: para saber que este é o mesmo livro observado ontem, preciso confiar na memória cuja confiabilidade eu pretendia testar, de sorte que a experiência pode fornecer outra sensação, e não fornece, por si, a sentença que escolhe entre duas lembranças incompatíveis.[7]

Há um abismo ainda maior entre o particular e o universal. Vi muitos corpos caírem; não vi a proposição “todos os corpos cairão em todas as condições relevantes”. Observei o sol nascer durante minha vida; não observei o futuro. Medi cem triângulos desenhados; nenhuma medida finita demonstra uma verdade necessária sobre todo triângulo possível. A indução amplia o que foi observado para o que não foi, e essa ampliação exige a uniformidade da natureza; mas a uniformidade não pode ser provada pela indução sem usar exatamente o princípio que deveria provar. Dizer que o futuro provavelmente se parecerá com o passado porque no passado o futuro se pareceu com o passado apenas repete a confiança, porque a ciência pode continuar funcionando como técnica de previsão, construir modelos e revisar expectativas; o sucesso prático não transforma a inferência numa dedução válida. Um remédio pode funcionar, uma ponte pode permanecer e uma nave pode alcançar a Lua, enquanto a filosofia usada para interpretar o sucesso comete a falácia de afirmar o consequente.

A utilidade é um fruto providencial, e não certificado infalível de verdade. O ocasionalismo torna visível aquilo que o empirismo esconde numa seta. O objeto não envia sua forma para o intelecto, a luz não carrega uma proposição pelos nervos e o cérebro não fabrica significado a partir de matéria sem significado. Na ocasião do sinal físico, Deus causa na mente o pensamento que decretou; pode haver correspondência útil entre sinal e pensamento, pode haver erro, lembrança, associação ou opinião, e a causação permanece divina. Isso transforma cada impressão em revelação, ou autoriza chamar qualquer ideia de conhecimento? Nem uma coisa nem outra. Pelo contrário: separa a ocasião falível da garantia da verdade.

Conhecemos quando Deus nos fornece conteúdo verdadeiro por sua revelação e pelas consequências necessárias dela, e usamos a sensação para navegar a criação, reconhecer letras, evitar uma parede e coordenar ações, sem coroá-la como juíza da Palavra. O capítulo 9 já estabeleceu essa ordem, e aqui vemos por que a alternativa é necessária: se a criatura ou o objeto tivessem poder de produzir conhecimento na mente, uma causa criada dividiria com Deus o governo do intelecto e ainda teria de explicar como matéria se torna verdade.

Quando a experiência aprende a falar em nome de Deus

Há um empirismo religioso que tenta conservar a segunda porta sem abandonar o vocabulário da primeira. Uma forma sobe dos efeitos sensíveis até uma causa: o movimento e a ordem, a complexidade e a finalidade apontariam para Deus. Outra desiste da experiência pública e procura um sentimento de dependência, uma intuição do sagrado, uma presença que anteceda os conceitos. As duas prometem começar no homem e terminar no céu. A primeira ao menos respeita a argumentação e pode produzir críticas úteis contra versões grosseiras do materialismo; a segunda às vezes descreve com beleza o temor, a pequenez e a alegria que acompanham a religião. A concessão, porém, aumenta a dívida.

Se começamos apenas com o que o efeito manifesta, não podemos atribuir à causa propriedades que o efeito não demonstra. Hume percebeu isso contra a teologia natural: um mundo misturado de ordem e sofrimento não entrega, pela observação, um Criador que seja ao mesmo tempo trino e santo, onipotente e redentor.

No máximo permitiria conjecturas proporcionais ao efeito, e nem essas escapariam aos problemas da causalidade empírica.[8] A distância entre “há alguma ordem” e “Jesus Cristo é o Verbo encarnado que morreu pelos eleitos” não é uma escada, e sim um abismo que somente a revelação atravessa. Por isso a teologia natural costuma viver de contrabando, pois o pensador já conhece da Escritura a identidade do Deus que deseja alcançar e lê essa identidade no resultado de uma prova que, mesmo se válida, terminaria num primeiro motor, num projetista limitado ou numa causa indeterminada. Depois chama o produto de Deus, como se a palavra corrigisse a insuficiência da inferência. Mas o Deus de Abraão fala, promete, julga, elege, encarna; o motor aristotélico não cria livremente, não conhece como o Deus bíblico conhece e não redime. Provar, por hipótese, que algum princípio ordena o movimento não prova o evangelho, assim como demonstrar que um texto tem autor não identifica o autor como Davi, e quando a Igreja recebe a causa filosófica e acrescenta a Trindade por revelação, admite sem querer que a razão natural não chegou ao Deus cristão. Quando afirma que chegou, atribui à conclusão um conteúdo ausente das premissas.

A experiência religiosa faz o contrabando com menos formalidade e, por isso, alcança mais facilmente o coração contemporâneo. Alguém

sente paz durante uma música e conclui que Deus aprovou a decisão; outro atravessa um êxtase ou uma coincidência e constrói doutrina; uma comunidade cresce em número e transforma o resultado em autenticação do método. O sentimento ocorreu, e quem está negando isso? Ninguém. A pergunta é o que ele significa, e quem forneceu a interpretação. A paz pode acompanhar tanto a obediência quanto o autoengano, a exaustão ou apenas uma música bem construída; o sonho pode ser ocasião providencial sem conter revelação nova; a cura pode ser graça e ainda assim não autenticar cada frase do ministro; e o crescimento pode acompanhar a verdade tanto quanto o entretenimento, o medo ou a manipulação. A experiência traz presa a si a proposição que a explica? Não traz.

Quando a liderança diz “os frutos provam”, já escolheu quais frutos contar, qual período medir e qual doutrina de bem chamará o resultado de bênção. O empirismo eclesiástico é dogmatismo institucional usando gráficos como vestes sacerdotais. Resta a objeção conhecida: sem os sentidos, como alguém lê a Bíblia? Vê tinta, ouve a pregação, toca a página; logo, dizem, a sensação é fonte necessária da revelação. A conclusão troca ocasião por fundamento. Deus pode causar o entendimento na ocasião de letras ou de voz, de braile, de memória ou de comunicação direta, e nenhum desses sinais garante por si mesmo que o pensamento formado seja verdadeiro, porque duas pessoas olham a mesma frase e concluem coisas incompatíveis; o olho não decide entre as interpretações. Onde está a confiabilidade da Escritura? No Deus que fala, e não na retina que encontra marcas. E se a infalibilidade bíblica precisasse passar por sentidos confessadamente falíveis para alcançar a mente, ninguém teria na prática uma palavra infalível, apenas um original

perfeito perdido atrás de uma recepção incerta, e o ocasionalismo não elimina leitura nem pregação: liberta-as da tarefa divina que nunca puderam cumprir. A Palavra é poder de Deus, o sinal é ocasião ordenada e o Espírito é quem ensina.

A terceira fuga: apagar a luz

Quando a experiência termina no ceticismo e o sistema racional parece incapaz de conter a existência, surge a tentação de transformar o fracasso em virtude, e Kierkegaard reagiu ao sistema hegeliano, à pretensão de deduzir a realidade inteira e à apologética histórica que oferecia probabilidades como fundamento de felicidade eterna. Há verdade na reação. Uma vida humana não cabe num inventário de universais; a fé não vem da arqueologia; uma aproximação histórica não produz certeza salvífica; o professor que domina categorias pode permanecer morto diante de Deus. Clark reconhece a força de algumas críticas antes de mostrar a fuga: Kierkegaard troca a verdade objetiva pela subjetividade, a crença pela paixão e o conteúdo pela maneira de apropriar-se. A fé passa a ser exaltada justamente onde a certeza termina; o absurdo deixa de significar uma aparência difícil que pode ser esclarecida e passa a significar uma contradição que deve ser abraçada.[9]

Essa terceira porta seduz cristãos porque parece proteger Deus da arrogância filosófica. Deus seria maior que a lógica, a Trindade um paradoxo, a encarnação uma contradição, a doutrina apenas uma

tentativa humana de aprisionar o encontro, de sorte que, quanto menos se consegue explicar, mais espiritual parece a afirmação; quanto mais duas proposições se chocam, mais profundo seria o mistério. Barth restringe a exigência de não contradição, Brunner admite proposições falsas como veículo da Palavra, e a teologia desce até a comunidade comum na forma de frases piedosas: “Deus não cabe em sistemas”, “a fé começa onde a razão termina”, “você precisa viver, não entender”. O ouvinte que pede definição recebe diagnóstico moral. Sua clareza seria carnal; a confusão do pregador, transcendência.

Mas dizer que Deus está acima da lógica já utiliza identidade, predicação e negação. Pretende que *Deus* signifique Deus, que *acima* não signifique abaixo e que a sentença seja aceita em vez de rejeitada. Se a lógica não governa o enunciado, ele pode significar igualmente que Deus está abaixo da lógica, que não existe ou que o pregador não falou. E se a contradição é permitida, o cristianismo pode ser verdadeiro e falso, Cristo pode ter ressuscitado e permanecido morto, a Escritura pode ordenar fé e proibi-la no mesmo sentido. O irracionalista protege o mistério? Retira dele todo conteúdo, que é o oposto. Não eleva a fé acima da razão; afunda-a abaixo da possibilidade de crer, porque crer é assentir que uma proposição é verdadeira e sua contraditória, falsa. Uma paixão sem objeto pode ser intensa. Não é fé.

Precisamos, então, resgatar a palavra *mistério* do serviço que ela presta à preguiça. Um mistério bíblico pode ser verdade outrora oculta e agora revelada, como Paulo chama o propósito de Deus em Cristo; pode ser doutrina conhecida verdadeiramente sem ser

conhecida exaustivamente, porque a mente finita não contém a mente infinita; pode ser relação cuja explicação não recebemos em todos os detalhes. Alguma dessas coisas é contradição? Nenhuma. A Trindade não afirma que Deus é uma pessoa e três pessoas no mesmo sentido, mas um ser em três pessoas. A encarnação não afirma que Cristo é criado e não criado segundo a mesma natureza, mas que a Pessoa eterna assumiu natureza humana. A soberania e a responsabilidade não dizem que o homem causa independentemente aquilo que Deus causa e que não causa; distinguem causação divina e obrigação moral.

A lógica não resolve todas as perguntas, mas impede respostas que negam a si mesmas. Confessar limite é humildade; canonizar incoerência é falso testemunho sobre o Deus que não pode negar-se.

E há uma ironia que não devemos perder. O irracionalismo depende do Logos em cada sílaba com que foge dele. Kierkegaard precisa construir distinções para dizer que o *como* importa mais que o *o quê*; o místico precisa usar conceitos para afirmar que conceitos não alcançam a verdade; o pastor precisa comunicar proposicionalmente que a revelação não é proposicional. A terceira porta se abre para fora da racionalidade? Não se abre. Abre-se para uma sala escura dentro da mesma casa, onde o fugitivo continua usando os móveis que diz não enxergar.

A apagogia não precisa inventar luz; basta pedir que ele explique por que suas palavras devem conservar o sentido depois que sua teoria aboliu o sentido. Na vida eclesiástica, essa escuridão raramente recebe o nome de irracionalismo.

Chama-se sensibilidade pastoral, espaço para o mistério ou respeito à complexidade, expressões que podem nomear virtudes reais e por isso protegem tão bem o abuso. Há situações cuja informação é incompleta, sofrimentos diante dos quais uma explicação rápida seria crueldade e decisões que exigem paciência. Mas nenhuma complexidade transforma *P* e *não-P* em verdade simultânea. Se uma liderança afirma que todos são responsáveis e depois que o cargo não pode ser julgado pelos mesmos critérios, não há mistério: há duas normas. Se uma doutrina diz que Deus revelou uma verdade e também que a linguagem não consegue comunicá-la, não há profundidade: a segunda sentença retirou o conteúdo da primeira. E se um conselheiro responde à angústia com "você precisa parar de entender", talvez esteja pedindo submissão à sua própria confusão, e não fé.

A Igreja viva pode admitir que não sabe, esperar, chorar e continuar buscando na Palavra. A instituição idólatra precisa parecer detentora de resposta mesmo quando só tem contradição; por isso chama a névoa de nuvem de glória.

As três fugas dentro da mesma mente

Seria cômodo encontrar um dogmático puro, um empirista puro e um irracionalista puro, colocá-los em três cadeiras e refutá-los por ordem. A vida real é menos limpa. A mesma pessoa troca de porta conforme a pressão. Quando sua doutrina é questionada, apela à

autoridade: “a Igreja sempre ensinou”, “o consenso científico decidiu”, “meu mestre já respondeu”. Quando a autoridade é contestada, aponta para a experiência: “veja os resultados”, “eu senti”, “funciona”. Quando a experiência admite interpretação rival, recolhe-se ao mistério: “nem tudo precisa fazer sentido”, “Deus é maior que nossas categorias”. O movimento pode acontecer numa única conversa e dentro de uma única instituição. O axioma muda, o critério muda, a linguagem muda; apenas o senhorio da criatura permanece. A instituição religiosa aperfeiçoa essa mobilidade porque tem arquivos, cargos e rituais para cada fuga: é dogmática quando exige submissão a decisões humanas; empirista quando apresenta números, prédios e influência como prova de aprovação divina; irracionalista quando as contradições entre confissão e prática são chamadas complexidade pastoral.

Um membro pergunta por que a regra escrita não foi aplicada ao líder. A primeira resposta invoca o ofício. A segunda menciona tudo o que o ministério produziu. A terceira afirma que o caso é profundo demais para julgamentos simples.

Autoridade, fruto, mistério: três portas abertas para impedir que a Palavra permaneça no corredor. E o que deveria ser Igreja, com membros iguais em dignidade, pertencentes uns aos outros e submetidos ao Cabeça, torna-se uma máquina de preservar a própria interpretação.

Esse mesmo exame volta-se contra o escrituralista, porque podemos usar o axioma bíblico como senha de grupo, a eficácia de nossos argumentos como prova de superioridade e o decreto divino como mistério lançado sobre uma inferência malformada. Podemos

afirmar que só a Escritura é conhecimento e depois tratar cada opinião nossa como dedução necessária; condenar a experiência do outro enquanto recebemos nosso temperamento como discernimento; ridicularizar paradoxos alheios e esconder contradições próprias sob a soberania, e nenhum vocabulário imuniza a mente da carne. A renovação contínua exige que o sistema seja novamente submetido ao texto, que a dedução mostre seus passos e que a vida oferecida em sacrifício racional abandone também o prestígio de estar certa diante da escola.

As três fugas roubam elementos do Logos porque não conseguem pensar sem ele. O dogmatismo não cristão rouba a autoridade, a proposição e a estabilidade; precisa que alguma palavra governe, embora rejeite a Palavra que tem direito de governar.

O empirismo rouba a identidade, a universalidade, a causalidade e a regularidade; precisa de relações não sensoriais para interpretar a sensação. O irracionalismo rouba significado, distinção e comunicação; precisa da lógica para anunciar que a lógica falhou. Essa dependência não é acidente histórico. João declara que todas as coisas foram feitas pelo Logos e que sua luz ilumina todo homem (João 1.3, 9). Não existe território ontológico para construir outra racionalidade. O rebelde pode deformar, suprimir e misturar; não consegue criar uma mente que funcione fora de Cristo.

De volta ao manancial

A alternativa bíblica não é uma quarta porta inventada no fim do corredor. Consiste no reconhecimento de que o corredor, as portas, o fugitivo e a capacidade de correr já pertencem a Deus. A Escritura fornece o primeiro princípio porque Deus falou; a razão deduz porque o Logos não se contradiz; a sensação serve como ocasião providencial para opiniões e ações no mundo; a emoção responde ao bem e ao mal conforme a mente os interpreta; a Igreja recebe mestres e líderes como dons, mas conserva todos os membros sob a mesma Palavra. Que precisa ser destruído para que Deus reine? Nada, exceto a pretensão de independência.

O dogma é purificado ao tornar-se recepção da revelação; a experiência, ao perder o trono e assumir o serviço; a paixão, ao amar uma verdade conhecida. Jeremias não acusou Israel de beber água em outro manancial igualmente profundo.

Acusou-o de abandonar a fonte viva e cavar reservatórios rachados (Jeremias 2.13). A imagem reúne a irracionalidade das três fugas: trabalho enorme para reter aquilo que a estrutura não pode produzir nem conservar. O dogmático não cristão cava autoridade; o empirista cava fatos; o irracionalista cava profundidade. Todos dependem da água que negaram, e todos terminam com a boca seca diante de uma obra humana. O retorno exige que a criatura produza fonte melhor? Não exige. Exige arrependimento: deixar a cisterna, receber a Palavra e confessar que a mente vive de toda palavra que sai da boca de Deus (Deuteronômio 8.3; Mateus 4.4).

O próximo capítulo descerá da classificação às execuções. Sensação, indução, cientificismo, teologia natural, misticismo, linguagem religiosa vazia e institucionalismo doutrinário serão examinados separadamente, com seus argumentos reais e suas consequências. Não bastará chamá-los de empiristas, irracionalistas ou dogmáticos; será necessário mostrar, caso por caso, onde a inferência rompe, qual elemento do Logos foi tomado por empréstimo e o que a Escritura coloca no lugar. As três portas foram identificadas, e chegou a hora de seguir cada fuga até a sala em que ela se esconde.

Atrás delas não há água nenhuma, e o manancial continua onde Jeremias o deixou.

Notas

1. Gordon H. Clark, *Três Tipos de Filosofia Religiosa*, “Introdução”, especialmente a classificação metodológica do dogmatismo, racionalismo, empirismo e irracionalismo. ↩
2. Ibid., capítulo “Dogmatismo”, seções “Similaridades com o racionalismo” e “Princípios alternativos”. ↩
3. Ibid., “O fim da comunicação”, especialmente a discussão sobre a Bíblia, o Corão, a pregação e a fé como dom de Deus. ↩
4. Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 18, “Axioma e prova”. ↩
5. Deuteronômio 13.1-5; Isaías 8.20; Gálatas 1.8-9. ↩

6. Clark, *Três Tipos de Filosofia Religiosa*, capítulo “Empirismo”, seções “Empirismo e sensação” e “Os céticos gregos”. ↩
7. Ibid., seções “A experiência de Hume”, “Brand Blanshard, uma exceção” e “Memória”. ↩
8. Ibid., seções “Aristóteles e Tomás de Aquino”, “William Paley e David Hume” e “Experiência religiosa”. ↩
9. Ibid., capítulo “Irracionalismo”, especialmente “Søren Kierkegaard e o indivíduo”, “Ceticismo”, “Irracionalismo” e “Repúdio à lógica”. ↩

CAPÍTULO 13 — EXECUÇÕES

“Examinai tudo. Retende o bem.” (1 Tessalonicenses 5.21)

Sete peças sobre a mesma mesa

O título pede uma explicação antes que a primeira peça seja aberta. Não se executam pessoas aqui, nem se transforma a guerra espiritual em licença para a violência que o capítulo 10 já condenou. Executa-se um argumento no sentido em que se executa uma demonstração: leva-se a pretensão que se ergueu contra o conhecimento de Deus até o fim de suas próprias premissas, e o que ela não sustenta perde o direito de continuar governando. A distinção importa porque a mentalidade da carne gosta tanto de poupar o erro por covardia quanto de ferir o homem por crueldade; a mentalidade do Espírito faz o contrário das duas coisas: ama a criatura o bastante para não mentir sobre a estrutura que a prende, e honra a verdade o bastante para usar somente armas que pertencem ao Logos. Por isso as sete execuções que seguem obedecem a uma regra única, cobrada dos capítulos anteriores.

Reconstruir a tese em sua forma reconhecível; conceder o bem que ela preserva; identificar a premissa e acompanhar a inferência; pronunciar apenas o resultado alcançado; colocar no lugar a ordem escriturística que o erro havia usurpado, de sorte que quem desejar apenas frases de vitória encontrará trabalho demais; quem desejar método encontrará sete demonstrações.

As peças foram escolhidas porque atravessam todo o sistema. A sensação oferece matéria ao empirismo; a indução promete transformar repetições em leis; o cientificismo amplia uma técnica até convertê-la em cosmovisão, a teologia natural tenta usar essa cosmovisão para subir a Deus, o misticismo abandona a subida e reivindica contato sem proposição, a linguagem religiosa vazia conserva as palavras depois que o contato dissolveu o sentido, e o institucionalismo administra essa mistura e protege por autoridade aquilo que já não consegue provar. O leitor notará que uma peça entrega a seguinte. Não estamos diante de sete acidentes; sim de uma genealogia: o olho não produz o universal; o salto indutivo é chamado ciência; a ciência recebe autoridade metafísica; sua incapacidade de alcançar Deus gera uma experiência superior à linguagem, a linguagem esvaziada exige intérpretes autorizados, e os intérpretes constroem uma instituição que se apresenta como a única via de acesso ao que ninguém pode dizer. A execução será plural, e a doença permanece uma só: a criatura procurando um caminho de conhecimento no qual Deus não precise falar primeiro.

E vou repetir por extenso todas as demonstrações já feitas? Não vou. O capítulo 9 distinguiu sinais, pensamentos e conhecimento; o 10 retirou a neutralidade; o 11 definiu a apagogia; o 12 identificou as

três fugas. Agora os instrumentos serão usados. Em cada caso perguntaremos o que foi realmente dado, qual conclusão foi acrescentada, de onde veio a regra que autorizou o acréscimo e o que resta depois que a regra é retirada.

É uma investigação simples o bastante para caber numa conversa, porém larga o bastante para julgar uma civilização. O pecado intelectual raramente entra anunciando que odeia a verdade: entra ligando duas coisas que Deus não ligou e ocultando a premissa sob a naturalidade da passagem, e executar o argumento é tornar essa passagem visível.

Primeira execução: a sensação como testemunha

Um homem olha para a mesa e diz: “Há um livro azul diante de mim.” Não há extravagância aparente; se a filosofia pudesse começar de algum lugar inteiramente modesto, talvez começasse ali, com um objeto comum sob luz suficiente, e não com Deus, alma, causa ou universo. O empirista afirma, na melhor forma dele, que toda sensação é infalível? Não afirma. Reconhece miragens, doenças, sonhos, defeitos do órgão e erros de distância; sustenta que percepções normais, uma vez corrigidas e repetidas, permitem conhecimento do mundo.

Essa posição merece mais respeito do que a caricatura de um homem que crê em tudo o que vê, e exatamente por isso deve ser examinada

no ponto forte, e por isso concedamos a mesa, o livro, a luz e a sinceridade, e perguntemos somente o que chegou à mente pela sensação.

Chegou “livro azul”? A expressão já contém um objeto identificado, uma propriedade atribuída, uma relação espacial e a afirmação de existência; nenhuma dessas coisas é uma cor. O azul é um conteúdo mental, que não vem acompanhado da legenda “qualidade de um corpo externo” nem informa que pertence ao mesmo objeto retangular encontrado um instante antes. Para dizer *livro*, a mente classificou; para dizer *o mesmo*, conservou identidade através do tempo; para dizer *diante*, organizou relações; para dizer *há*, julgou que algo existe fora do evento mental. A sensação pura, se algo assim puder ser isolado, fez alguma dessas operações? Nenhuma. E se o empirista responde que a percepção é justamente a sensação já organizada, concedeu o ponto, porque o conhecimento não veio dos sentidos e sim de uma interpretação que emprega categorias não entregues pelos sentidos, e resta explicar de onde vieram e por que são verdadeiras.

Chegamos ao segundo exame, que alcança a credencial da testemunha: a mesma impressão pode ocorrer num sonho, numa alucinação, sob febre ou diante de objeto mal identificado, e enquanto ocorre não traz selo que a distinga. Clark recorda os céticos gregos: espécies e pessoas diferentes, órgãos e distâncias diferentes, luzes e estados corporais diferentes, produzem aparências diferentes; o objeto nunca é recebido sem relações que alteram a recepção.[1] “Olhe outra vez” não resolve, porque a nova sensação tem a mesma falta de garantia que a anterior, e escolher a segunda como corretiva

requer um padrão que não é simplesmente ser segunda. “Peça a outra pessoa” também não resolve, pois o testemunho dela chega por sinais interpretados e pressupõe que existe outra mente, que suas palavras significam o que pensamos e que a concordância produz verdade, quando uma multidão pode partilhar a mesma ilusão, e duas opiniões iguais continuam opiniões.

Fecha o exame a memória; suponha que ontem o livro pareceu azul e hoje me recordo dele como marrom: voltar à mesa pressupõe que a mesa e o livro de hoje são os mesmos de ontem, e essa identidade depende da memória que está sendo julgada. Fotografar o objeto desloca a questão para as cores, o aparelho, o registro e a lembrança da fotografia. Não existe sensação presente do passado, e sim um pensamento presente que afirma algo sobre ele. A sensação não pode, portanto, autenticar a memória, porque só se torna evidência relevante depois que a memória já identificou o caso. A testemunha sensorial pode ser útil para formar expectativas e orientar o corpo, e não consegue jurar a própria veracidade.

O resultado é limitado e decisivo: não provamos que não há livro, que toda sensação erra ou que devemos fechar os olhos, e sim que da ocorrência sensorial, por si mesma, não se deduz a proposição verdadeira sobre um objeto externo.[2]

O ocasionalismo oferece a reconstrução positiva sem negar a cena. Há sinal físico e órgão, cérebro e mente; pensamento, porque Deus decretou todos eles, e não há uma corrente de causas criadas transportando cor até que matéria se converta em significado. Na ocasião da visão, Deus causa o pensamento que decidiu causar. Ele pode corresponder ao ambiente para fins práticos, pode ser

lembrança, engano, opinião ou conteúdo verdadeiro fornecido por outra via, e a sensação não decide.

O cristão lê e mede, dirige e procura o médico, porque a providência ordena ocasiões e regularidades, e não porque os olhos receberam o atributo divino de produzir conhecimento; a sensação continua no lugar que Deus lhe deu. O que ela perde é o direito de julgar.

Segunda execução: a indução sobre o abismo

Se a sensação não garante sequer o particular, a indução começa endividada; concedamos, porém, para examiná-la em sua força, que observações particulares foram corretamente registradas, porque cem cisnes vistos eram brancos, o sol apareceu todos os dias lembrados; o metal dilatou sob calor nos experimentos realizados. A conclusão indutiva estende a regularidade aos casos não observados: todos os cisnes são brancos, o sol aparecerá amanhã, o metal sempre dilata sob condições equivalentes. Essa passagem é grande parte da ciência, da prudência cotidiana e da expectativa animal, e sem ela ninguém colocaria água no fogo esperando fervura nem pisaria o chão esperando resistência. A inevitabilidade prática dela é validade lógica? Não é. O fato de precisarmos agir antes de ter certeza não transforma nossa aposta em demonstração.

Hume expôs a ferida: o futuro não foi observado, e a proposição de que a natureza continuará uniforme não pode ser deduzida dos casos passados. Se alguém afirma que a uniformidade é provável porque

sempre funcionou, usa indução para justificar a indução, e se apela a uma lei necessária, abandonou a experiência e introduziu princípio que os sentidos não viram, e a forma é simples: observamos *A1*, *A2* e *A3* acompanhados de *B*. Concluímos que todo *A* será acompanhado de *B*; mas a conclusão contém infinitos ou indefinidos casos ausentes das premissas, e nada impede logicamente que *A4* seja diferente.

Acrescentar “em condições idênticas” apenas desloca a dificuldade, pois nunca observamos todas as condições e não sabemos quais relações não medidas são relevantes. A indução não é uma dedução incompleta; é outro movimento, e seu direito não vem do número de repetições.[3]

Aqui a providência costuma ser convocada por cristãos empiristas: Deus é fiel, sustenta a criação e promete regularidade, e portanto a indução seria racional. A resposta há de distinguir novamente. A Escritura pode fornecer proposições verdadeiras sobre a fidelidade de Deus, as estações, o governo do mundo e acontecimentos futuros, e quando deduzimos consequências do que Deus revelou, temos conhecimento pela Palavra, e disso não se segue que qualquer padrão observado continuará, nem que a experiência identifica infalivelmente qual regularidade Deus prometeu manter. O mesmo Deus que preserva estações abriu o mar, fez o ferro flutuar, multiplicou pães, suspendeu efeitos ordinários e ressuscitou o morto (Êxodo 14.21; 2 Reis 6.6; Mateus 14.19-21; João 11.43-44). A providência justifica confiar no que Deus disse que fará, e não assina em branco cada extrapolação do cientista.

Se alguém usa Gênesis para garantir a indução, já abandonou o empirismo como fundamento e apelou ao dogma bíblico, e deve

então permitir que o conteúdo inteiro da Bíblia determine o alcance da garantia.

Resta uma prática legítima de expectativa falível. Repetições podem orientar decisões; modelos podem estimar resultados; probabilidades podem organizar riscos, desde que não sejam rebatizados como conhecimento infalível. O médico não precisa saber universalmente que um tratamento sempre funcionará para considerá-lo a melhor opção disponível: precisa declarar a evidência, as limitações e a possibilidade de revisão. O erro começa quando a utilidade da expectativa é convertida em metafísica, quando "funcionou muitas vezes" se torna "descobrimos a lei real da natureza" e, logo depois, "milagres são impossíveis". A indução pode ajudar a atravessar o dia. Fechar o universo, pode? Não pode.

Terceira execução: o cientificismo de jaleco

A ciência é uma vocação legítima, uma reunião de técnicas extraordinariamente fecundas e uma forma disciplinada de construir modelos acerca de aspectos da criação. Gordon Clark, depois de desmantelar suas pretensões epistemológicas, faz questão de preservar seus usos, e lembra que leis reconhecidas posteriormente como falsas produziram previsões e instrumentos valiosos: uma teoria errada sobre germes ajudou a reduzir a mortalidade da febre do leite antes que água destilada e ar comprimido mostrassem que a

explicação não podia ser aquela.[4] Esse tipo de exemplo impede a crítica fácil.

Uma teoria não precisa descrever a realidade última para funcionar dentro de uma faixa, e um mapa pode levar ao destino sem reproduzir cada árvore, e o cientificismo nasce quando o usuário do mapa declara que nada existe fora dele e que somente cartógrafos têm direito de falar sobre o território.

Examinemos a frase “a ciência demonstrou que só a ciência produz conhecimento”. Em qual laboratório essa proposição foi testada, e qual instrumento detectou o quantificador *só*? A tese não é resultado científico: é filosofia sobre a ciência e, aplicada a si mesma, exclui-se do conhecimento. Se for apenas recomendação metodológica, isto é, se disser que investigaremos fisicamente os fenômenos físicos, é razoável e modesta; se for princípio universal, e afirmar que toda verdade precisa ser confirmada experimentalmente, não pode ser confirmada experimentalmente, como o positivismo tentou dizer que apenas sentenças verificáveis pelos sentidos têm significado e descobriu que seu próprio princípio não era verificável pelos sentidos. A instituição que expulsaria a metafísica entrou na sala por uma porta metafísica e proibiu os demais de notar.[5]

Numa segunda pretensão, o sucesso é trocado por verdade: satélites orbitam, antibióticos curam e computadores calculam, e logo as teorias que permitiram construí-los seriam descrições verdadeiras da realidade, e a inferência afirma o consequente: se uma teoria T for adequada, esperamos resultado R; ocorreu R; portanto, T é verdadeira. Mas teorias incompatíveis podem prever o mesmo resultado observado, modelos falsos podem aproximar uma faixa e

ajustes podem preservar previsões depois que a ontologia mudou. O sistema ptolomaico forneceu previsões úteis, a física newtoniana dominou dois séculos e depois viu tempo, espaço e movimento absolutos perderem o trono, e as observações finitas podem ser ligadas por infinitas equações, escolhidas por simplicidade, por estética e por finalidade prática. O funcionamento do artefato confirma que certas operações produziram determinado efeito nas condições testadas. Não revela qual das ontologias compatíveis descreve o que o mundo é.[6]

Vive, portanto, o cientificismo de duas apropriações: toma da lógica os critérios que o experimento não pode provar e toma da teologia uma confiança na ordem que o naturalismo não pode garantir, e depois usa ambos para declarar que lógica e teologia são resíduos pré-científicos. Seu prestígio social esconde a circularidade: as revisões são celebradas como força quando mostram que a ciência corrige erros, e a doutrina presente é tratada como autoridade final quando convém julgar moral, milagre, homem ou Deus.

Se a ciência é revisável, não pode emitir proibições metafísicas finais, e se emite proibições finais, abandonou a modéstia revisável que invoca como virtude. Alguma dessas coisas diminui a perícia do pesquisador? Nenhuma. Apenas recusa que competência em medir partículas se transforme, sem argumento, em magistério sobre o sentido da vida.

Na Igreja, o jaleco pode assumir forma menos visível. Métodos de crescimento recebem linguagem de dados; pesquisas de satisfação definem o culto; categorias terapêuticas reinterpretam pecado e reconciliação, e a liderança diz estar apenas seguindo “o que

funciona". A técnica pode informar decisões. Não pode definir o bem que as decisões devem buscar: uma comunidade lotada pode ser infiel, uma campanha eficiente pode manipular, e uma terapia popular pode pressupor antropologia contrária à Escritura.

Antes de medir resultado, precisamos saber por revelação o que conta como fruto. Caso contrário, a planilha não serve à Igreja; inventa uma igreja mensurável e chama o tamanho de bênção.

Quarta execução: a escada da teologia natural

A teologia natural promete algo que o cristão deseja, que é mostrar que o mundo conduz racionalmente ao Criador. Tomás parte do movimento evidente aos sentidos e sobe ao Primeiro Motor; Paley observa a organização do relógio e infere um artífice; versões contemporâneas apontam ajuste fino, informação, causalidade ou contingência. Não há desonra em perceber ordem na criação, e a Escritura declara que os céus proclamam a glória de Deus (Salmos 19.1); também não há inutilidade em mostrar *ad hominem* que o naturalista não explica as regularidades que utiliza. A questão é mais precisa: pode a criatura, partindo da sensação e sem receber proposições reveladas, demonstrar o Deus cristão?

Comecemos pela primeira via da *Suma Teológica*, a que declara: "É certo e evidente aos sentidos que algumas coisas se movem." A primeira execução já retirou a certeza que essa premissa atribui ao órgão. Em seguida, a teoria de ato e potência define movimento e

sustenta que tudo o que é movido é movido por outro, que a regressão não poderia continuar ao infinito, e que portanto há um Primeiro Motor, “e esse todos entendem ser Deus”. Cada elo exige defesa, e a conclusão não contém Trindade, criação livre, onisciência, santidade, decreto, encarnação ou redenção.

Mesmo que concedêssemos um primeiro motor aristotélico, teríamos alcançado uma entidade filosófica que o evangelho terá de corrigir em quase tudo que importa, e chamar o resultado de Deus não introduz atributos ausentes. Uma etiqueta cristã numa conclusão grega é revelação natural? Não é.[7]

Limitação semelhante atinge o argumento do desígnio. Se inferimos uma causa apenas pelo efeito, não podemos atribuir-lhe mais do que o efeito permite, e um mundo com beleza e terremotos, com nascimento e câncer, com ordem e predação, não demonstra pela observação uma benevolência infinita nem explica o propósito redentor do sofrimento. Poderia sugerir múltiplos artífices, um projetista limitado, um aprendiz, um ciclo de tentativas ou qualquer narrativa compatível com os dados selecionados. O cristão sabe que há um Criador sábio, que o mundo caiu, que a criação geme e que Deus ordena o mal para seu propósito santo porque a Escritura fornece essa economia; retire-a, e a natureza não conta sozinha a história da queda. A teologia natural toma emprestado o enredo bíblico para interpretar os sinais e depois apresenta os sinais como autores do enredo.

Romanos 1 não salva o método, porque Paulo não diz que homens ascendem por inferências sensoriais prováveis até a possibilidade de um deus: diz que Deus manifesta conhecimento, que o conhecido de

Deus está evidente neles, que sua potência e divindade são claramente percebidas nas obras e que os homens suprimem a verdade conhecida (Romanos 1.18-21). A revelação é ação divina, e não fabricação indutiva; o resultado é culpa, e não uma teologia mínima aguardando complemento.

O conteúdo inato interpreta as obras, em vez de ser abstraído delas, e o incrédulo não precisa de uma via que o conduza da ignorância absoluta ao Primeiro Motor: precisa arrepender-se de reprimir o Deus que já conhece. Transformar Romanos 1 em empirismo apologético troca a acusação apostólica por um projeto escolástico.

O resultado não proíbe olhar para o céu, estudar a célula ou usar a ordem criada contra a incoerência naturalista. Proíbe chamar de fonte aquilo que é sinal interpretado pela fonte. A criação confirma, ilustra e torna indesculpável dentro do mundo que a Palavra revela, e não autentica a Palavra por um exame anterior a ela. A escada natural chega, quando muito, à entidade construída pelas premissas do escalador. O Deus vivo desce e fala.

Quinta execução: o místico sem mensagem

Quando a escada falha, o homem religioso pode abandonar degraus e reivindicar chegada imediata. O místico não deduz Deus de movimentos nem o encontra ao fim de um experimento: experimenta presença, unidade, dependência absoluta, silêncio luminoso, dissolução da distância entre sujeito e objeto, e há versões

austeras, intelectualmente sofisticadas e moralmente disciplinadas desse caminho, e seria desonesto reduzi-las a emocionalismo vulgar. Pseudo-Dionísio combina negações e superlativos para falar de uma escuridão acima da luz, Plotino descreve união na qual o conhecedor e o conhecido deixam de permanecer distintos, e tradições cristianizadas falam de penetração, abismo interior e consciência sem palavras.

Há ainda a forma evangélica, menos metafísica: “Deus falou comigo”, “senti no espírito”, “tive paz”. Em todas, a experiência recebe autoridade precisamente na medida em que não pode ser reduzida a uma proposição comum.

Perguntemos o que foi experimentado: se sujeito e objeto se fundiram completamente, quem conservou a experiência e de que objeto se recorda? Conhecer requer alguma distinção: *eu conheço X*, *X é assim e não de outro modo*. Retirada a predicação, o que resta? Não conhecimento profundo, e sim ausência de conteúdo. Depois do transe, o místico há de usar linguagem para afirmar que houve união, que ela era divina, que era verdadeira e superior a conceitos, e cada atributo reintroduz as distinções abolidas. Se, ao contrário, admite que havia conteúdo identificável, como o de que Deus é bom, falou isto e deseja aquilo, a experiência tornou-se proposicional e precisa ser testada como qualquer alegação, e a inefabilidade protege a reivindicação apenas enquanto impede que saibamos o que está sendo reivindicado.

Vem depois o problema do critério, porque experiências incompatíveis recebem a mesma intensidade: o cristão contempla Cristo; o hindu, uma divindade; o budista, a vacuidade; o ocultista,

uma inteligência; o secular, a unidade do cosmos, de sorte que sinceridade, paz, transformação moral e sensação de certeza aparecem em lados contraditórios. Se a experiência autentica seu objeto, autentica simultaneamente proposições que não podem ser verdadeiras juntas. Se alguma doutrina seleciona quais experiências vêm de Deus, então a doutrina, e não a experiência, é o critério final.

Deuteronômio 13 vai mais longe, porque nem mesmo um sinal realizado autoriza seguir outro deus (Deuteronômio 13.1-3). A Escritura não nega sonhos, visões, dons, curas ou a presença real do Espírito; nega que a manifestação julgue a Palavra, porque é o conteúdo revelado que julga a manifestação.[8]

O ocasionalismo também aqui retira a falsa causalidade sem desprezar a vida interior. A oração e o silêncio, a música, o sofrimento e o culto podem ser ocasiões nas quais Deus causa pensamentos e consolo, temor e alegria, e o crente pode experimentar emoções santas e comunhão consciente, e apenas não transforma a qualidade da emoção em certificado de verdade. O Espírito que habita a Igreja é o Espírito que inspirou palavras e produz fruto conforme essas palavras: sua presença não dissolve a mente, renova-a, e não conduz além de Cristo para uma unidade sem nome, faz-nos confessar que Jesus é Senhor (1 Coríntios 12.3).

O misticismo promete contato mais íntimo do que a proposição. O evangelho oferece algo mais íntimo e mais inteligível, que é Deus conhecido porque se fez carne e falou, morreu e ressuscitou, e agora causa seu povo a crer na verdade que anunciou.

Por isso a execução poupa tudo o que há de vivo na devoção e retira apenas o oráculo privado. Podemos chorar no culto sem provar uma

doutrina pelas lágrimas, sentir direção sem acrescentar versículo ao cânon, agradecer uma coincidência sem inventar lei universal, buscar dons sem entregar a consciência a quem afirma tê-los, porque a autenticidade cristã não é frieza: é fogo no altar que Deus acendeu. O místico sem mensagem oferece calor e retira o objeto, e a fé bíblica recebe a mensagem e, por isso, sabe a quem ama.

Sexta execução: palavras que sobrevivem ao significado

Depois que Deus foi colocado além de conceitos, a teologia ainda tem de pregar, escrever livros, formular liturgias e arrecadar assentimento. Surge então a linguagem religiosa vazia, na qual palavras antigas conservam prestígio enquanto seu conteúdo literal é negado: *ressurreição* passa a significar a continuidade da causa de Jesus, *salvação* uma integração psicológica, *Deus* o fundamento do ser ou o nome da preocupação última, *revelação* um encontro que pode ocorrer por meio de proposições falsas.

O vocabulário permite que a instituição pareça cristã e moderna ao mesmo tempo. O membro simples ouve os símbolos segundo o sentido bíblico, e o teólogo os interpreta segundo uma filosofia que o membro jamais aceitaria se fosse dita sem ornamento.

Costuma-se responder que toda linguagem sobre Deus é simbólica, analógica ou metafórica, pois o infinito não caberia em palavras finitas. Mas uma metáfora só funciona se algum sentido literal for

conhecido. “O Senhor é meu pastor” comunica porque sabemos literalmente algo sobre o Senhor, sobre o pastor e sobre a relação figurada, e se nada sabemos de Deus, não podemos preferir *pastor* a *predador*. Clark aplica a crítica ao “Cordeiro de Deus”: o símbolo ganha força do sistema sacrificial, da culpa e da substituição, do sangue e da satisfação, e sem explicação proposicional um ouvinte que não conhece a lei mosaica não adivinha o evangelho olhando para um cordeiro (João 1.29; Êxodo 12.5-13; Levítico 17.11).[9] O símbolo resume verdade; não a cria. E se a verdade não pode ser expressa literalmente em nenhum nível, ninguém sabe o que o símbolo simboliza.

A analogia radical enfrenta o mesmo exame. Se *bom*, *sábio*, *existe* e *ama* significam para Deus algo inteiramente diferente do que significam para nós, que conteúdo resta quando dizemos “Deus é bom”? Para afirmar uma semelhança analógica, é necessário conhecer os dois termos e a relação, e se a natureza divina é confessadamente desconhecida, não sabemos se a analogia é fiel. O defensor deseja evitar univocidade exaustiva e antropomorfismo, preocupações legítimas, e paga com agnosticismo. O escrituralismo oferece distinção melhor: o conceito verdadeiro pode ser compartilhado sem que o modo ou a extensão sejam idênticos.

Deus conhece exaustivamente e nós parcialmente, e quando ele nos diz que é justo, o conteúdo comunicado é verdadeiro porque escolheu palavras aptas para a mente que criou. A finitude limita quantidade. Transforma revelação em equívoco? Não transforma.

Chega a vez da apagogia. “A linguagem não pode comunicar verdade objetiva sobre Deus” é uma sentença que pretende comunicar

verdade objetiva sobre Deus e sobre a linguagem: se for verdadeira, não pode dizer o que diz, e se diz o que diz, é falsa em seu universal. “Deus não revela proposições, revela a si mesmo” também apresenta proposições acerca do modo da revelação e exige que sejam cridas. E a frase “doutrinas falsas podem transmitir a Palavra” destrói o critério pelo qual a própria frase seria preferida à contraditória, porque se verdadeiro e falso podem servir igualmente sem norma revelada, o evangelho e sua negação tornam-se instrumentos intercambiáveis. A teologia vazia preserva Deus do conceito? Não preserva. Preserva o teólogo da refutação, porque toda cobrança de conteúdo é desviada para o mistério que ele mesmo definiu.[10]

Esse processo ocorre também fora das universidades, onde pregadores repetem “propósito”, “presença”, “Reino”, “profético”, “cobertura”, “honra” e “unção” sem permitir que a Escritura determine o sujeito, o predicado e a consequência, e as palavras funcionam como atmosfera: despertam associações, identificam o grupo e encerram perguntas. Pergunte o que *honra* exige; talvez descubra que significa não questionar o líder; pergunte o que *cobertura* acrescenta a estar em Cristo. Receberá outra metáfora; pergunte como se reconhece o *profético*, e o resultado da fala será usado para autenticar a fala.

O dialeto não transmite doutrina, distribui posições: quem domina as palavras parece próximo de Deus, e quem pede definição parece carnal. Executar a linguagem vazia é pedir, com mansidão implacável, que proposição você afirmou, onde a Escritura a ensina e o que seria sua negação.

A Palavra se fez carne, não neblina (João 1.14). Jesus ensinou sentenças que podiam ser lembradas, cridas, negadas e usadas no juízo, e Paulo preferiu cinco palavras inteligíveis a dez mil sem entendimento (1 Coríntios 14.19). A Igreja viva não teme definição porque seus membros não dependem de uma casta capaz de traduzir o indizível: receberam o mesmo Espírito, ouvem a mesma Escritura e podem perguntar uns aos outros o que querem dizer. A clareza elimina poesia, símbolo ou contemplação? Devolve objeto aos três. A linguagem canta melhor quando sabe a verdade que canta.

Sétima execução: a instituição como argumento

O institucionalismo doutrinário aparece quando uma estrutura deixa de servir à verdade e passa a usar a própria existência como prova de verdade. A Igreja de Cristo é corpo vivo, comunhão de membros unidos ao Cabeça, distribuídos em dons, chamados a ensinar e admoestar uns aos outros; uma instituição pode organizar horários e patrimônio, formação e disciplina, e essas funções são reais e por vezes necessárias. O erro começa no deslocamento quase imperceptível pelo qual a ferramenta recebe identidade do corpo, a preservação da estrutura se torna bem supremo, e a autoridade ministerial deixa de mostrar a Palavra para apresentar a si mesma como condição de acesso à Palavra.

O argumento assume várias formas. “Deus nos abençoou, portanto nossa doutrina está certa.” “Permanecemos durante séculos, portanto temos promessa divina.” “Temos mais membros, eruditos, mártires ou resultados, portanto a dissidência é orgulho.” “Se todos interpretarem por si, haverá caos; logo, nossa interpretação deve governar.” Nenhuma conclusão segue. A prosperidade acompanha ímpios, a antiguidade conserva erros, multidões aclamaram falsos profetas, e a necessidade de ordem não identifica quem recebeu infalibilidade. A última forma comete um salto especialmente revelador, porque de “interpretações humanas podem divergir” conclui “esta instituição humana não pode ser questionada”: o problema que deveria limitar a instituição é usado para absolutizá-la.

Há ainda um círculo: a estrutura diz que sua autoridade interpreta autenticamente a Escritura; quando se pergunta onde a Escritura confere tal autoridade, a interpretação da própria estrutura é apresentada como resposta; quando se contesta a interpretação, a autoridade já pressuposta encerra o caso. O protestante pode reproduzir o mesmo mecanismo em escala menor. Sua denominação não afirma infalibilidade, e o emprego, a ordenação, o púlpito e a rede social tornam determinadas conclusões impronunciáveis; o membro é livre para examinar desde que descubra o que o cargo já decidiu.

A confissão funciona como cerca não apenas contra heresia real, mas contra qualquer dedução que revele a inconsistência dos guardiões. A idolatria institucional exige papa? Não exige. Basta que a sobrevivência do arranjo determine quais textos podem terminar suas frases.

O Novo Testamento oferece outra ordem, pois os bereanos conferem a pregação apostólica nas Escrituras; Paulo recusa dominar a fé dos coríntios; Pedro proíbe que presbíteros ajam como dominadores; João manda provar os espíritos; Jesus condena tradições que invalidam o mandamento (Atos 17.11; 2 Coríntios 1.24; 1 Pedro 5.3; 1 João 4.1; Marcos 7.13). Nenhum desses textos dissolve liderança, ensino, disciplina ou comunhão: coloca cada função sob a Palavra e impede que o ofício se transforme em fonte.

A autoridade cristã é real porque é derivada e limitada, e ordena onde Cristo ordenou, ensina aquilo que ele disse, corrige com argumentos e recebe correção quando se afasta. Um líder que não pode ser questionado já não pastoreia membros; administra dependentes.

Basta a prova interna. Se a instituição confessa a suficiência da Escritura, precisa permitir que uma demonstração escriturística corrija seus documentos; se confessa a depravação, precisa construir procedimentos que não tratem o cargo como exceção antropológica; se confessa o sacerdócio dos santos, precisa ensinar membros a pensar, e não apenas a repetir; se confessa um só Cabeça, não pode atribuir a qualquer homem o controle da consciência.

E se responde que essas exigências ameaçam a unidade, confessou que sua unidade depende de algo diferente da verdade. A Igreja se rompe quando um erro é exposto? Não se rompe. O erro é que já rompia a comunhão, mesmo enquanto todos permaneciam no mesmo prédio.

Aqui a execução precisa baixar a temperatura, porque atrás da estrutura há pessoas feridas. Alguns descobriram tarde que

obedeceram a homens em nome de Deus, outros perderam amigos e família, e o sustento e a vocação, quando fizeram uma pergunta, e outros permanecem porque não conseguem imaginar vida cristã fora da geografia institucional que lhes deu linguagem, casamento e memória. Não lhes direi que a Igreja é dispensável. Direi algo mais esperançoso: a instituição que os feriu não é dona do corpo de Cristo.

O corpo está onde seus membros estão unidos ao Cabeça, ainda que se reúnam numa sala, atravessem transição confusa ou não carreguem selo reconhecido. A autenticidade cristã depende de permanecer no lugar que confundiu lealdade com silêncio? Não depende. Há vida depois do organograma porque havia vida antes dele, na Palavra e no Espírito.

Depois das sete

As sete peças estão decididas, e o resultado se recolhe numa linha: a sensação não autentica o objeto; a indução não deduz o futuro; o cientificismo não prova sua própria autoridade nem transforma utilidade em verdade; a teologia natural não alcança por efeitos finitos o conteúdo do Deus cristão; o misticismo não identifica o objeto da experiência; a linguagem vazia não consegue dizer que não consegue dizer; a instituição não deriva infalibilidade da necessidade de ordem. Em cada caso, a pretensão sobreviveu tomando algo do Logos: identidade, inferência, regularidade, autoridade, significado,

comunhão. Em cada caso, a execução retirou o empréstimo e deixou o sistema diante dos próprios recursos.

Mas o leitor faria mal se fechasse esta parte do livro com uma coleção de cadáveres filosóficos. O propósito da apagogia nunca foi produzir um deserto no qual o cristão pudesse admirar sua habilidade. Cada falsa fonte foi retirada para que a fonte viva reaparecesse, e cada juiz deposto para que ouvíssemos aquele que julga de verdade. Deus causa a mente a conhecer pela revelação, a lógica expressa sua coerência, os sinais servem como ocasiões ordenadas, a ciência descreve modestamente a criação, os céus proclamam aquilo que a Palavra interpreta, o Espírito produz experiência conforme a verdade, a linguagem comunica porque o Logos fez a mente e as palavras, e a Igreja vive porque Cristo, e não a estrutura, é o Cabeça. O sistema cristão apenas escapa às execuções? Faz mais do que isso. Devolve cada coisa criada ao seu lugar e, ao devolvê-la, salva seu uso.

Essa restituição é também a renovação da mente exigida em Romanos 12 (Romanos 12.1-2). Não oferecemos o corpo como sacrifício vivo enquanto reservamos o intelecto para os ídolos da época, como se a santidade pudesse governar desejos sem julgar premissas, ou como se a conformidade com este século começasse apenas nas mãos e jamais nas ideias. O culto racional inclui aprender a chamar de criatura aquilo que a cultura coroou como fonte, receber de Deus os critérios pelos quais provamos sua vontade, e recusar a divisão pela qual alguém professa Cristo no templo enquanto pensa como autônomo na universidade, no consultório, no laboratório ou no gabinete eclesiástico.

A execução dos argumentos é intervalo acadêmico antes da vida cristã? Não é. É parte da entrega, e a mente colocada sobre o altar não deixa de raciocinar: deixa de fingir que a razão pertence a si mesma.

Por isso a próxima parte começa com a fé: depois de destruir fontes rivais, precisamos dizer o que significa crer na Palavra, e dizê-lo sem cair no irracionalismo que chama salto de fé nem no institucionalismo que chama submissão ao grupo de fidelidade. A fé será assentimento que se levanta: crença no conteúdo que Deus falou, certeza causada pelo Espírito, obediência intelectual que alcança a vida. Dela virão a oração e a cura, os sinais e a Igreja viva, e não como anexos práticos depois de uma filosofia, e sim como a filosofia verdadeira respirando no corpo.

As execuções terminaram.

A vida começa na Palavra recebida.

Notas

1. Gordon H. Clark, *Três Tipos de Filosofia Religiosa*, capítulo “Empirismo”, especialmente “Empirismo e sensação” e “Os céticos gregos”. ↩
2. Ibid., seções “A experiência de Hume”, “Brand Blanshard, uma exceção” e “Memória”; ver também Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, caps. 3 e 9. ↩

3. David Hume, *Investigação sobre o Entendimento Humano*, seção IV; ver Gordon H. Clark, *A filosofia da ciência e a crença em Deus*, “Pós-escrito: os limites e usos da ciência”. ↩
4. Clark, *A filosofia da ciência e a crença em Deus*, “O valor da ciência”. ↩
5. Clark, *Três Tipos de Filosofia Religiosa*, “Similaridades com o racionalismo”, discussão do positivismo lógico. ↩
6. Clark, *A filosofia da ciência e a crença em Deus*, “O que é ciência?” e “Ciência e cristianismo”. ↩
7. Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, I, q. 2, a. 3, de onde vêm as cinco vias e a fórmula “e esse todos entendem ser Deus”; Clark, *Três Tipos de Filosofia Religiosa*, “Aristóteles e Tomás de Aquino” e “William Paley e David Hume”; ver também *Religião, razão e revelação*, seção “Teologia natural”. ↩
8. Deuteronômio 13.1-5; 1 João 4.1-3; Clark, *Religião, razão e revelação*, “Tipos de misticismo”. ↩
9. Clark, *Religião, razão e revelação*, “Linguagem literal”, especialmente a análise da expressão “Cordeiro de Deus”. ↩
10. Ibid., “Teologia versus linguagem”, “Linguagem literal” e a crítica à linguagem religiosa não proposicional. ↩

PARTE IV — A VIDA

CAPÍTULO 14 — FÉ: ASSENTIMENTO QUE SE LEVANTA

“E não duvidou da promessa de Deus por incredulidade, mas foi fortificado na fé, dando glória a Deus, E estando certíssimo de que o que ele tinha prometido também era poderoso para o fazer.” (Romanos 4.20-21)

Depois das sentenças

Sete pretensões rivais caíram, e seria possível permanecer ali, satisfeito com o silêncio que a demolição produz. Mas a vida cristã não começa quando aprendemos a refutar; começa quando cremos naquele que falou. Há homens capazes de demonstrar a insuficiência da indução e incapazes de pedir pão ao Pai; há leitores que reconhecem a contradição do misticismo, porém continuam medindo a presença de Deus pelo próprio ânimo; há igrejas que confessam a suficiência da Escritura com precisão escolástica e, no primeiro sofrimento, correm para a estatística, para a experiência ou

para a autoridade do cargo. O erro refutado fora de nós pode continuar reinando por dentro, já não como tese que defendemos em público, e sim como hábito pelo qual respiramos quando a sala escurece, e por isso a passagem da guerra para a vida exige mais do que uma mudança de assunto. A passagem exige que a mente deposta de seus falsos juízes receba o Juiz verdadeiro, e essa recepção, na linguagem bíblica, chama-se fé.

Não escrevo essa palavra com tranquilidade. Poucas palavras cristãs foram tão repetidas e tão cuidadosamente esvaziadas. *Fé* pode significar, conforme o púlpito, uma coragem sem objeto, um otimismo batizado, a decisão de não fazer perguntas, a fidelidade à denominação, o sentimento produzido pela música, a probabilidade de que Deus exista, a confiança terapêutica de que tudo terminará bem ou uma energia interior capaz de atrair acontecimentos. O mesmo pregador que manda "ter fé" pode considerar carnal a pergunta mais elementar: fé em quê? E quando o ouvinte insiste, descobre que a indeterminação pertencia ao poder da palavra, e nunca foi acidente. Enquanto a fé não tem conteúdo verificável, a liderança pode preencher o vazio conforme a necessidade da ocasião: hoje significa contribuir, amanhã permanecer no ministério, depois não denunciar o abuso, e em todos os casos a dúvida não será julgada pela Escritura, mas pela ameaça que oferece ao arranjo. A palavra que deveria unir a mente a Deus torna-se uma coleira invisível nas mãos de homens.

Precisamos, portanto, começar com uma afirmação simples, cuja simplicidade ofende justamente porque encerra a névoa: crer é considerar verdadeira uma proposição. A fé cristã é o assentimento

ao que Deus revelou; a fé salvífica, o assentimento ao evangelho de Jesus Cristo; e a vida de fé, o crescimento da mente redimida na recepção da Palavra inteira, de modo que suas promessas e mandamentos, suas advertências e doutrinas, determinem o pensamento e, pelo pensamento, o corpo oferecido a Deus. Essa definição não transforma Cristo numa abstração, não substitui o Espírito por um silogismo e não reduz o amor a um exercício escolar. Ela apenas recusa uma intimidade que não sabe dizer com quem é íntima, uma confiança que não consegue nomear o caráter daquele em quem repousa e uma obediência que muda de senhor porque nunca recebeu uma sentença pela qual pudesse julgar a voz. Antes de ser calor no peito, a fé tem objeto; e porque seu objeto é o Deus que fala, o calor pode finalmente saber por que arde.

Aquilo que se crê

Gordon Clark chama atenção para uma distinção que a leitura descuidada do Novo Testamento facilmente perde: a palavra *fé* pode nomear tanto o ato mental de crer quanto o conjunto de proposições cridas. Quando Judas exorta os santos a batalhar pela fé entregue de uma vez por todas, a fé é naquele período o conteúdo entregue, e não a intensidade subjetiva de Judas ou do leitor; quando Paulo diz que somos justificados pela fé, fala do crente assentindo ao evangelho (Judas 3; Romanos 5.1).

Confundir os dois sentidos produz pequenos desastres que depois exigem grandes tratados. Alguém diz que a fé cresce e conclui que a revelação se torna mais verdadeira; outro ouve que a fé foi entregue e imagina que sua disposição pessoal chegou pronta, enquanto um terceiro protege a "experiência de fé" contra exame, como se o ato de crer santificasse qualquer coisa crida. A gramática já nos obriga a perguntar em cada passagem se estamos diante da crença ou do conteúdo, mas a teologia exige algo mais: o ato só recebe valor pelo objeto verdadeiro ao qual assente.[1] E esse objeto é uma palavra solitária, ou o som de um nome? Não é nem uma coisa nem outra.

Dizer "eu creio em Jesus" ainda deixa aberta a pergunta que separa o cristão do muçulmano, do espírita, do liberal e do demônio: o que você crê acerca dele? Porque alguns creem que Jesus existiu, outros, que foi profeta ou exemplo moral, espírito elevado ou símbolo da consciência religiosa.

Pedro foi bem-aventurado por ter confessado, e não por ter pronunciado duas sílabas corretas, quando disse: "Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo" (Mateus 16.16-17); Paulo resume o evangelho por uma sequência de afirmações, a saber, que Cristo morreu por nossos pecados conforme as Escrituras, foi sepultado, ressuscitou ao terceiro dia e apareceu (1 Coríntios 15.3-5); e João escreve sinais para que seus leitores creiam que Jesus é o Cristo e, crendo, tenham vida (João 20.31). A pessoa de Cristo não concorre com proposições sobre Cristo, como se tivéssemos de escolher entre um homem vivo e frases mortas.

Conhecemos a Pessoa precisamente porque ele agiu, falou e foi interpretado pelo Espírito em sentenças verdadeiras. Retire essas

sentenças e o nome *Jesus* torna-se um recipiente no qual cada religião derrama seu próprio salvador.

A oposição popular entre “crer que” e “crer em” revela, aqui, mais piedade sonora do que conteúdo. Dizem-nos que o demônio crê *que* Deus existe, enquanto o cristão crê *em* Deus; que o teólogo conhece fatos sobre Cristo, enquanto a avó simples conhece a Cristo; que a cabeça aceita doutrinas, mas o coração confia numa Pessoa. A intenção pode ser proteger devoção, dependência e comunhão reais, e devemos conceder isso antes da crítica, porque há de fato eruditos que descrevem a justificação sem terem sido justificados e membros que recitam credos enquanto amam o mundo.

Só que a distinção proposta explica o fracasso deles? Não explica. “Crer em” continua sendo uma abreviação de proposições: creio que Deus é verdadeiro e que sua promessa se aplica, que Cristo é suficiente e que nenhum outro pode salvar. Se nenhuma dessas afirmações estiver presente, *confiança* não nomeia relação mais profunda; não nomeia coisa alguma. E se estiverem presentes, voltamos ao assentimento, agora com seu conteúdo exposto e sua consequência visível.[2] Essa redução da confiança ao que ela realmente afirma alcança também a antiga divisão entre conhecimento, assentimento e confiança, que a tradição chama *notitia*, *assensus* e *fiducia*.

Há sabedoria em distinguir compreender uma mensagem, considerá-la verdadeira e reconhecer suas implicações pessoais; o erro começa quando a terceira palavra é transformada numa faculdade misteriosa que ultrapassaria o intelecto e completaria uma crença insuficiente.

Se a *fiducia* significa que Cristo é meu Salvador, que sua justiça basta para mim e que devo repousar em sua promessa, cada elemento pode ser dito e crido, e se significa algo que nenhuma proposição expressa, também não pode ser distinguida da presunção nem do autoengano. A Confissão de Westminster foi mais cuidadosa do que muitos de seus repetidores: afirma primeiro que o cristão crê verdadeiro tudo quanto é revelado na Palavra pela autoridade do próprio Deus que nela fala, e então mostra que ele age diversamente segundo o conteúdo, obedecendo aos mandamentos, tremendo diante das ameaças e abraçando as promessas. Receber e descansar em Cristo não acrescenta uma substância irracional ao assentimento; descreve o assentimento ao evangelho conforme a promessa é recebida por alguém que já não procura justiça em si.[3]

A distância imaginária entre a cabeça e o coração

Ouvi muitas vezes, como tantos cristãos, que alguns perderiam o céu pela distância entre a cabeça e o coração. A imagem é memorável: o evangelho teria descido até o crânio, encontrado ali uma mente capaz de repetir doutrinas e fracassado nos poucos centímetros que o separavam do centro verdadeiro da pessoa, e Clark recorda ter ouvido a mesma advertência quando jovem, e a persistência dela revela algo maior do que um recurso de pregador. A cultura cristã aprendeu a suspeitar da inteligência justamente no ponto em que deveria exigir honestidade intelectual. Quando alguém vive de modo

contrário à confissão, dizemos que a verdade permaneceu “apenas na cabeça”, em vez de considerar a possibilidade mais direta de que ele não crê no que afirma. O avarento pode recitar que Deus supre todas as necessidades, mas suas decisões confessam outra providência; o líder pode ensinar que Cristo é o único Cabeça, mas a punição de toda pergunta revela que ele crê na necessidade de seu próprio domínio.

Não há duas crenças, uma cerebral e outra cardíaca. Há uma profissão verbal e uma crença efetiva que o comportamento ajuda a expor. Essa unidade não foi inventada para salvar uma teoria, pois na Escritura o coração não é um órgão de conhecimento não proposicional instalado abaixo do intelecto.

Ele pensa e entende, raciocina e deseja, planeja, lembra e crê. Jesus pergunta por que os escribas arrazoam em seus corações; Maria guarda palavras no coração; Paulo diz que se crê com o coração e, no mesmo contexto, apresenta o conteúdo crido: Deus ressuscitou Jesus dentre os mortos (Marcos 2.8; Lucas 2.19; Romanos 10.9-10). A linguagem bíblica reúne o homem interior, em vez de dividi-lo segundo uma psicologia romântica na qual a cabeça calcula e o coração alcança Deus por um atalho. E essa reunião importa pastoralmente.

Se o problema do hipócrita for uma doutrina verdadeira presa na cabeça, talvez precisemos de música, crise, técnica de entrega ou experiência para empurrá-la ao coração; se o problema for incredulidade, precisamos da Palavra e do Espírito, arrependimento e fé. A primeira explicação administra sensações, e a segunda convoca o homem inteiro.

Há ainda uma crueldade escondida no elogio da fé sem entendimento. Pessoas sinceras são ensinadas a temer perguntas porque a investigação provaria que permanecem na cabeça; jovens que percebem uma contradição recebem a ordem de “confiar”; mulheres submetidas a abuso escutam que a fé não exige explicações; enfermos são acusados de intelectualizar a promessa quando procuram saber o que Deus realmente disse. A instituição preserva assim uma divisão útil: ela fornece o conteúdo permitido à cabeça e reivindica para a liderança o direito de interpretar o coração. E Cristo ordenou uma confiança cega nos intermediários? Não ordenou. O Bom Pastor fala, suas ovelhas reconhecem a voz, e o reconhecimento não fica menos pessoal por ter sentido (João 10.11, 27). A intimidade bíblica dispensa a verdade? Não dispensa. Ela é a verdade recebida sem a distância protetora pela qual costumávamos discutir Deus enquanto escondíamos de sua Palavra a própria vontade.

Os demônios não completaram o evangelho

Tiago parece oferecer a objeção definitiva: “Tu crês que há um só Deus; fazes bem. Também os demônios o crêem, e estremecem.” (Tiago 2.19) Se os demônios assentem a uma proposição verdadeira e não são salvos, então, dizem, o assentimento não pode ser fé salvífica; falta confiança pessoal, entrega ou uma qualidade espiritual além do conteúdo. Mas repare no que a pressa fez. Tiago não diz que os demônios assentem ao evangelho inteiro, que recebem Cristo

como justiça, que creem na promessa de perdão ou que se consideram reconciliados pelo sangue, porque creem numa proposição monoteísta, verdadeira e insuficiente como resumo do evangelho, e a resposta deles corresponde ao lugar que ocupam diante do Juiz: tremem, de sorte que a conclusão “algum assentimento verdadeiro não salva” é evidente; a conclusão “o assentimento às proposições salvíficas não salva” não aparece na premissa.

Saber que um remédio existe não é assentir que ele foi prescrito para a sua doença e que realizará aquilo que o médico prometeu, e o objeto parcial não pode ser usado para abolir a natureza do ato, e o contexto aperta a objeção por outro lado. Tiago enfrenta uma fé alegada que não produz obras e pergunta se essa fé pode salvar; o homem diz que crê, porém deixa o irmão sem roupa e alimento, e se usarmos a passagem para procurar um terceiro componente além do conhecimento e do assentimento, Tiago fornece um candidato incômodo: as obras, não uma *fiducia* inefável, porque isso empurraria a definição para a justificação por fé e obras, exatamente o resultado que os defensores protestantes da terceira faculdade desejam evitar.

A saída está em ouvir a acusação de Tiago, e não em diminuí-la: a profissão que não se move revela que o conteúdo não foi realmente recebido em suas implicações. Quem assente que o irmão pertence ao mesmo corpo e que Deus ordena misericórdia, que os bens são providência confiada e que o juízo será sem misericórdia para quem não a exerceu, não consegue transformar serenamente todas essas proposições em som litúrgico e ainda alegar que sua mente concorda.

Pode cair e resistir, agir com inconsistência e precisar de repreensão; não pode canonizar a contradição como fé viva.

Isso faz das obras parte do fundamento da justificação? Não faz. Paulo pergunta como o ímpio é declarado justo e responde: pela fé, sem obras; Tiago pergunta que tipo de alegação é essa, que a vida inteira contradiz e responde: uma fé dita, morta, inútil (Romanos 4.5; Tiago 2.17, 20), e Abraão não comprou a promessa ao oferecer Isaque. O oferecimento tornou pública a direção de um assentimento já contado como justiça em Gênesis 15 (Gênesis 15.6; Tiago 2.21-23). A raiz difere do fruto, e uma raiz que nunca produz coisa alguma pode ser uma palavra pintada no chão. E aqui o título deste capítulo começa a cobrar seu sentido: o assentimento bíblico se levanta porque aquilo que crê inclui o mandamento, a promessa, o perigo e o Deus vivo, e não porque recebe das pernas um ingrediente que faltava à mente. Noé acrescentou obras à crença de que o dilúvio viria? Construiu porque creu, que é outra coisa (Hebreus 11.7). A arca foi o pensamento de Noé adquirindo madeira.

O Espírito causa a resposta

Se a fé é assentimento, alguém logo imagina que tornamos a conversão uma aula bem-sucedida: ofereça informação suficiente, retire as objeções, e o aluno racional escolherá a conclusão. Nada estaria mais distante do caminho que viemos percorrendo. A clareza da mensagem torna autônoma a mente que a recebe? Não torna.

Pedro havia visto sinais, ouvido discursos e convivido com Jesus; quando confessou o Cristo, o Senhor elogiou o Pai que revelou, e não a carne, o sangue ou a competência interpretativa (Mateus 16.17), e Lídia escutou Paulo, porém o Senhor abriu seu coração para atender ao que era dito (Atos 16.14). Os gentios destinados à vida eterna creram (Atos 13.48). Paulo plantou, Apolo regou, Deus deu o crescimento (1 Coríntios 3.6).

Em cada cena há palavras e pregadores, ouvidos, lembranças e decisões, e em nenhuma delas a criatura recebe o poder eficiente de produzir fé. Os sinais permanecem ocasiões ordenadas, e Deus causa a mente regenerada a entender e assentir.[4] Essa causação transforma a fé em coerção externa? Não transforma.

O homem regenerado crê voluntariamente, porque Deus muda a disposição e a vontade pelas quais ele julga o evangelho; não é arrastado enquanto deseja continuar incrédulo, como um corpo levado contra a direção das pernas, mas recriado de modo que reconhece como glorioso aquilo que antes suprimia. A vontade é real e a escolha é real, o assentimento é dele, e nada disso exige que ele seja causa primeira de si mesmo. Já vimos, ao tratar do mal e da responsabilidade, que obrigação depende do mandamento divino, não de independência causal. Agora vemos o lado luminoso da mesma soberania: se Deus precisasse aguardar uma vontade não causada para receber Cristo, a depravação teria a última palavra; porque ele causa a nova vida, o morto ouve, e a graça não oferece uma possibilidade neutra a dois cadáveres, à espera de qual deles demonstrará melhor natureza: chama Lázaro pelo nome (João 11.43).

Também aqui precisamos salvar a pregação do lugar errado sem torná-la inútil. Um argumento não causa fé, mas pode ser a ocasião decretada em que Deus a causa. A exposição não regenera, porém o Espírito costuma operar pelo ministério da Palavra, e o evangelista não abre o coração, ainda assim devendo falar com precisão porque Deus não mandou produzir um clima, e sim anunciar uma mensagem, e a doutrina ocasionalista impede tanto a vanglória do apologista quanto a preguiça do fatalista. O primeiro não pode atribuir a conversão à sua eloquência; o segundo não pode usar a soberania para desobedecer ao mandamento de pregar.

E a Igreja institucional perde um dos mecanismos de domínio dela: não tem sacramento, cargo, ambiente ou técnica capaz de fabricar o assentimento. Pode proclamar, ensinar, corrigir e orar, e o nascimento continua vindo do alto.

A certeza que não pede desculpas

Chegamos à palavra que a religião contemporânea pronuncia com embaraço. A certeza parece arrogante, e a dúvida, humilde. O cristão maduro seria aquele que aprendeu a colocar todas as convicções entre aspas, a reconhecer que interpreta, a aceitar o paradoxo e a caminhar sem garantias. Há uma verdade pequena e necessária escondida nessa postura: somos falíveis, confundimos deduções com textos, recebemos tradições sem perceber e podemos defender como bíblica uma opinião que a Bíblia nunca ensinou. Eu não desejo

retirar essa lembrança; este livro inteiro precisa submeter-se a ela. Mas falibilidade não significa que todo pensamento presente seja possivelmente falso no mesmo sentido, nem que Deus tenha falhado em comunicar certeza porque o receptor não é onisciente, e se a humildade exige duvidar de tudo que cremos, exige também duvidar da doutrina de que duvidar é humilde.

E se nenhuma interpretação pode ser conhecida, a sentença "nenhuma interpretação pode ser conhecida" caiu pelo próprio método antes de alcançar o leitor. A fé, ao contrário dessa modéstia que se alimenta de si, glorifica Deus precisamente porque o considera verdadeiro.

Paulo não descreve Abraão como alguém que equilibrou possibilidades com modéstia: ele não duvidou da promessa por incredulidade, foi fortalecido na fé e ficou plenamente convicto de que Deus era poderoso para cumprir o que prometera (Romanos 4.20-21), e a convicção não usurpou a glória: deu glória. A dúvida, no texto, não é refinamento epistêmico acrescentado à fé para protegê-la do fanatismo, mas incredulidade vencida pela consideração do poder e da fidelidade divinos. Hebreus diz que a fé é certeza das coisas esperadas e convicção das não vistas; Tiago manda pedir sabedoria com fé, sem duvidar; Jesus repreende os de pequena fé não por terem certeza excessiva, mas porque o vento recebeu em suas mentes mais autoridade do que sua palavra (Hebreus 11.1; Tiago 1.5-6; Mateus 8.26).

A Escritura conhece ignorância honesta, lamento, perplexidade, espera e clamor. Não transforma nenhum deles em virtude por contradizer o que Deus disse.

Convém distinguir, contudo, a certeza da revelação da certeza atribuída à nossa leitura apressada. Posso saber que Deus ressuscita os mortos porque ele revelou, e não posso anunciar sem premissa que determinada pessoa morrerá amanhã e chamar a ousadia de fé. Posso crer que todas as coisas cooperam para o bem dos que amam a Deus, e não sei, sem informação adicional, qual forma temporal esse bem assumirá (Romanos 8.28), e posso ter certeza de que Cristo voltará, e não posso preencher a data que ele não forneceu. Em que consiste a fé? Em assentir ao conteúdo dado, e não no ato de falar com segurança. A presunção imita o tom e dispensa a Palavra, a opinião pode ser razoável e ainda permanecer falível, e a fé recebe do objeto dela a força que tem. Quanto mais alta a voz, mais urgente a pergunta: onde Deus disse?

Essa distinção não serve apenas ao rigor; liberta pessoas esmagadas por técnicas de certeza. Há ambientes em que o enfermo precisa confessar que está curado, o desempregado que a vaga já chegou e a família que a crise terminou, e qualquer reconhecimento do sofrimento presente seria “confissão negativa”.

A pessoa aprende a vigiar palavras, esconder medo e representar uma vitória cuja fonte não consegue localizar no texto. Se o resultado não vem, a representação é julgada insuficiente e a vítima recebe ainda a culpa de ter duvidado. E a fé bíblica exige mentir sobre o que vemos? Não exige. Abraão considerou o próprio corpo amortecido e o ventre de Sara, sem permitir que esses sinais anulassem uma promessa específica, Paulo reconheceu o espinho enquanto cria na graça suficiente (Romanos 4.19; 2 Coríntios 12.7-9), e os salmos descrevem a cova com precisão e depois se agarram à aliança. Negar

a circunstância não é crer em Deus: consiste apenas em conceder à circunstância tamanho poder que precisamos fingir que ela não existe.

Por outro lado, essa libertação não pode servir de abrigo à incredulidade respeitável. A Igreja também desenvolveu técnicas de dúvida: chama toda promessa de complexa, todo pedido de mistério e toda expectativa definida de triunfalismo. Quando nada espera, nenhum fracasso aparente a constrange; quando algo acontece, chama providência; quando não acontece, chama soberania; e em nenhum caso a Palavra teve permissão para governar antecipadamente o pensamento. A falsa fé obriga Deus a cumprir uma imaginação humana. A incredulidade confessional impede que sua promessa signifique coisa determinada. Entre ambas está a fé: não inventa o que ele não falou e não enfraquece o que falou.

“Eu creio, Senhor! ajuda a minha incredulidade”

Talvez o leitor se recorde do pai em Marcos 9 e pergunte se sua oração não santifica a mistura: “Eu creio, Senhor! ajuda a minha incredulidade.” (Marcos 9.24) A cena merece mais cuidado do que o uso que fazemos dela. Um pai vê o filho lançado no fogo desde a infância, procura discípulos que falham, ouve de Jesus uma repreensão à geração incrédula e então pede: “Se podes fazer alguma

coisa, tem compaixão.” Cristo devolve o problema, “Se podes?”, e declara que tudo é possível ao que crê (Marcos 9.23).

O homem não oferece sua ambivalência como modelo teológico; confessa-a como miséria e pede libertação. Sua frase não significa que a incredulidade integra a fé saudável, assim como “cura minha enfermidade” não significa que a enfermidade integra a saúde.

Ele sabe agora onde está a ruptura e a leva à única Pessoa que pode corrigi-la. Essa ruptura confessada é o que nos permite falar da fraqueza sem coroá-la. O crente pode sustentar crenças incompatíveis, recordar a promessa num momento e permitir que uma interpretação carnal domine no seguinte; pode crer no evangelho e vacilar diante de uma aplicação, conhecer a fidelidade de Deus e ainda reagir ao perigo como se estivesse sozinho. A mente renovada fica exaustivamente consistente no instante da regeneração? Não fica. Por isso mesmo ela precisa ser transformada continuamente. E a cura da inconsistência consiste em redefinir fé como tensão permanente entre sim e não? Não consiste. Consiste em levar a incredulidade à Palavra, identificar a proposição rival, confessá-la como falsa e pedir que Deus fortaleça o assentimento verdadeiro. O pai não disse: “Honra minha dúvida.” Disse: “Ajuda.”

Na vida pastoral, essa diferença muda tudo, porque ao que sofre não devemos lançar a acusação automática de falta de fé, como se soubéssemos qual promessa específica recebeu e qual operação Deus faz; tampouco devemos consagrar todo medo como resposta autêntica que a doutrina não pode tocar. Podemos ouvi-lo, chorar, abrir o texto e perguntar juntos o que Deus disse. Algumas dúvidas nascem de informação incompleta, outras de ensino falso, outras de

culpa, exaustão ou desejo de preservar um pecado. Que diagnóstico cabe em fórmula rápida? Nenhum. A mentalidade do Espírito não trata pessoas como exemplos para vencer uma disputa, e tampouco chama a ferida de órgão saudável. Há esperança porque o mesmo Deus que ordena a fé causa o crescimento dela por sua Palavra.

Uma salvação, muitas promessas

A distinção entre fé salvífica e outras aplicações da fé torna-se agora indispensável. A fé salvífica assente ao evangelho: o Deus santo condena justamente o pecado, Cristo morreu pelos nossos pecados e ressuscitou, sua justiça é recebida pela fé, e todo aquele que nele crê tem vida eterna (Romanos 3.23-26; 1 Coríntios 15.3-4; João 3.16). Não se trata de uma espécie superior de psicologia religiosa, e sim de fé identificada por seu objeto redentor.

O eleito é salvo porque Deus o une a Cristo e lhe concede crer na promessa, e nunca por produzir um estado mental meritório. A própria fé é dom, não moeda (Efésios 2.8-9). Por isso ninguém pode gloriar-se nem em obras nem na perspicácia com que escolheu o Salvador correto entre alternativas neutras.[5]

E depois da conversão o cristão não abandona a fé como quem atravessa uma porta e deixa a chave do lado de fora. Ele vive por fé porque a Escritura contém mais do que a primeira síntese do evangelho: ensina quem Deus é, o que ordena, o que ameaça, o que promete para esta vida e para a futura. A Confissão de Westminster

percebe essa extensão ao dizer que o crente age diferentemente conforme cada passagem, ao obedecer, tremer e abraçar, e que a fé pode ser fortalecida.

Cheung formula o ponto distinguindo as proposições relacionadas à obra redentora, cujo assentimento caracteriza a fé salvífica, do crescimento contínuo à medida que o cristão assente a outras proposições bíblicas.[6] A diferença não cria dois princípios. Em ambos os casos, Deus fala e a mente recebe; muda o conteúdo e, com ele, a ação exigida.

Há ainda, no Novo Testamento, uma manifestação específica chamada fé. Paulo a inclui entre as manifestações do Espírito em 1 Coríntios 12 e, no capítulo seguinte, menciona uma fé capaz de remover montanhas (1 Coríntios 12.9; 1 Coríntios 13.2). Marcos 11 liga esse ato a uma certeza determinada: alguém diz ao monte que se lance ao mar, não duvida no coração, crê que acontecerá o que diz e recebe (Marcos 11.23). Não se trata simplesmente da fé salvífica que todo cristão tem igualmente, pois nem todo salvo ordena o mesmo acontecimento em toda ocasião; tampouco se trata de um poder mental pelo qual a intensidade da crença produz matéria.

Trata-se de uma fé concedida pelo Espírito, segundo sua vontade, para uma obra particular. O poder continua em Deus, o conteúdo da certeza é produzido por Deus e a palavra do crente ocupa a ocasião decretada na qual Deus faz aquilo que determinou.[7]

Essa formulação impede dois erros opostos sem negociar com nenhum. O movimento da palavra da fé costuma tratar crença como força, confissão repetida como mecanismo e a imaginação como semente de realidade; nesse sistema, Deus fornece leis espirituais

que o homem aprende a operar, e a soberania termina parecida com uma máquina bem abastecida. A crítica reformada percebe corretamente a idolatria da técnica, mas frequentemente responde reduzindo Marcos 11 a hipérbole inofensiva, confinando a fé para milagres ao período apostólico ou soterrando “tudo o que pedirdes” sob qualificações que o ouvinte jamais poderia satisfazer.

A primeira posição deifica a criatura; a segunda preserva uma ortodoxia que não espera o que o texto manda esperar. O expansionismo ocasionalista recusa ambas: nenhuma fé causa o milagre, mas o Deus que causa milagres continua capaz de conceder fé definida, ordenar a palavra e produzir o resultado.

Não vou resolver aqui todas as questões sobre cura, sinais e promessas; os capítulos 15 e 16 existem justamente porque uma distinção apressada seria cruel. Basta fixar a ordem: a fé salvífica recebe Cristo no evangelho. A fé bíblica cresce ao receber a revelação inteira. A manifestação específica da fé traz certeza para uma obra determinada do poder divino. Uma pessoa pode ter a primeira e ainda ser ignorante ou vacilante em muitas aplicações; pode crescer na segunda sem receber a cada momento a terceira; e pode pedir que Deus aumente sua fé sem tentar hipnotizar-se pela repetição. Em todos os casos, a fonte é Deus falando e causando assentimento, e nunca a sensação de certeza, que pode acompanhar sem jamais governar.

O assentimento fica de pé

Resta recolher a obediência sem permitir que ela substitua a fé. O perigo é conhecido: se insistimos que a crença verdadeira produz ação, alguém concluirá que as obras completam o instrumento da justificação; se protegemos a fé de toda consequência necessária, outro concluirá que assentir ao evangelho não modifica o culto, o dinheiro, o corpo, a fala ou a maneira de tratar o irmão. Paulo e Tiago não nos autorizam a escolher uma mutilação. Somos justificados pela fé sem obras, criados em Cristo para boas obras; Abraão creu e isso lhe foi imputado como justiça, depois sua fé atuou juntamente com suas obras (Romanos 3.28; Efésios 2.10; Tiago 2.22-23); o ladrão na cruz não desceu para construir uma vida de serviço, porém sua confissão já se levantou contra a multidão que escarnecia (Lucas 23.42-43).

A obra não acrescenta mérito à fé, e torna histórica a direção do pensamento, como vemos novamente em Noé. Deus disse que julgaria o mundo por um dilúvio e ordenou a construção da arca. Se Noé tivesse explicado aos filhos a meteorologia do juízo, defendido a inspiração da voz divina e passado os anos sem cortar madeira, que proposição teria realmente recebido? Talvez a proposição distante de que dilúvios são possíveis, talvez a beleza teológica da soberania, talvez a utilidade social de uma família religiosa; não a palavra concreta que incluía juízo, mandamento e promessa.

Hebreus não opõe seu pensamento à ação: pela fé, divinamente avisado acerca de acontecimentos ainda não vistos, preparou a arca (Hebreus 11.7). A madeira não substituiu o assentimento. O

assentimento escolheu a madeira porque o futuro revelado já governava o presente.

Nisto consiste o *assentimento que se levanta*. Não acrescento pernas à definição de fé, como se o intelecto fosse incapaz de mover a vontade e precisasse receber de uma região mais espiritual o impulso decisivo. Digo que as proposições bíblicas têm consequências: se Cristo é Senhor, César, o pastor, o partido e meu desejo não são; se meu corpo foi comprado por preço, a sexualidade não pertence à autonomia (1 Coríntios 6.19-20); se os membros pertencem uns aos outros, a necessidade do irmão entra no orçamento; se Deus ouve a oração, fechar a Bíblia e apenas preocupar-se é uma forma de incredulidade; se ele distribui dons, o organograma não pode monopolizar o Espírito.

O corpo se move porque a mente deixou de tratar essas sentenças como decoração confessional, e é por isso que a renovação mental de Romanos 12 começa com a apresentação do corpo e continua no discernimento da vontade de Deus (Romanos 12.1-2). A ordem não separa teoria e prática; mostra a mesma vida sob dois ângulos. Oferecemos mãos, língua, tempo, dinheiro e sexualidade porque já não nos conformamos ao século em nosso modo de pensar.

E aprendemos a pensar porque a misericórdia exposta nos capítulos anteriores do evangelho se tornou premissa do sacrifício: “Rogo-vos, pois, irmãos, pela compaixão de Deus.” (Romanos 12.1) O culto racional não é uma faculdade acadêmica instalada ao lado da devoção. É a Palavra atravessando a consciência até que o corpo inteiro compareça.

Quando a instituição chama imobilidade de fidelidade

Essa fé levantada inevitavelmente encontra estruturas que preferem assentimento sentado. A instituição aprecia doutrina enquanto a doutrina legitima seus cargos, seus calendários e sua linguagem; começa a temê-la quando um membro deduz do senhorio de Cristo que uma ordem humana pode ser recusada. Então ocorre uma troca discreta: *fé* passa a significar confiança na liderança, e *fidelidade*, permanência no arranjo. A pessoa que pergunta recebe a história dos anos de serviço do líder; a que denuncia recebe uma aula sobre honra; a que deixa uma congregação abusiva é acusada de abandonar a Igreja.

Não se demonstra onde sua conclusão contrariou a Escritura. Cobra-se uma relação pessoal com a instituição, justamente a mesma névoa sem proposição que já examinamos na relação com Cristo. Mas a fé cristã não pode jurar lealdade antecipada a nenhuma criatura. Ela honra líderes porque Deus ordena honra, submete-se onde a Palavra ordena submissão, recebe ensino verdadeiro e agradece por estruturas que servem ao corpo; e exatamente por crer nessas proposições, recusa a extensão pela qual um servo se converte em senhor da consciência. Os bereanos foram nobres por conferirem a mensagem de Paulo, e não por desconfiarem emocionalmente dele; Paulo não lhes pediu confiança pessoal anterior ao exame (Atos 17.11).

A Igreja viva cresce quando cada membro é ensinado a ouvir o Cabeça e a servir aos demais com entendimento. A instituição cresce

por outro caminho, e chama dependência de comunhão e imobilidade de perseverança.

O resultado pastoral dessa troca pode acompanhar alguém por anos. A pessoa sai do prédio, mas ainda pergunta interiormente o que o antigo líder permitiria que ela pensasse; abre a Escritura e ouve a voz da acusação institucional antes da voz do texto; confunde culpa aprendida com convicção do Espírito. A cura virá da recuperação paciente do conteúdo, e não de outra personalidade forte que exija fé em si: o que Cristo ordenou, quem ele diz que você é, onde termina a autoridade de um presbítero, o que significa pertencer aos membros, que promessa permanece quando o grupo retira reconhecimento.

A autenticidade cristã não ficou presa na geografia que a feriu. Se você está em Cristo, pertence ao corpo vivo mesmo enquanto reaprende a andar entre seus membros.

A próxima palavra é um pedido

Agora podemos compreender por que a oração segue a fé. Quem não crê que Deus falou transforma o pedido em descarga emocional, tentativa de convencer um poder incerto ou rito comunitário que consola sem esperar resposta. Quem crê recebe uma promessa, reconhece uma necessidade, julga a circunstância pela Palavra e fala ao Pai. A oração não acrescenta ao assentimento uma camada menos intelectual; é uma das formas pelas quais o assentimento se levanta.

Creio que Deus dá sabedoria, então peço (Tiago 1.5). Creio que perdoa em Cristo, então confesso.

Creio que governa reis, então intercedo. Creio que cura e opera maravilhas, então não permito que a ausência passada de sinais reescreva antecipadamente a promessa. A mente se volta a Deus em palavras porque já foi voltada por sua Palavra, e aqui a soberania, longe de sufocar a fé, oferece seu chão. O Deus que manda crer é o Deus que causa a crença; o Deus que promete é poderoso para cumprir; o Deus que ordena a oração decretou também sua ocasião e resposta. Não precisamos escolher entre a certeza e a dependência, como se estar plenamente convicto significasse controlar o resultado.

Abraão deu glória porque sabia que o poder pertencia a outro. A fé não é uma pequena soberania humana lançada contra a realidade. É a criatura concordando com Deus e, por concordar, levantando-se dentro da realidade que o decreto sustenta.

Calaram-se as falsas autoridades, e a mente ficou diante da Palavra, ouviu o evangelho, recusou o salto irracional, confessou a incredulidade, distinguiu a promessa da imaginação e viu o corpo levantar-se. Não percorremos essa distância para admirar uma definição. Percorremos para chegar ao lugar em que o filho sabe o que o Pai disse e, precisamente por isso, abre a boca.

A fé ficou de pé.

Agora ela pede, e quem ouve o pedido é o mesmo Pai cuja palavra a colocou de pé.

Notas

1. Gordon H. Clark, *Faith and Saving Faith* (publicado também sob o título *What Is Saving Faith?*), cap. 5, “Biblical Data”, especialmente a distinção entre a atividade mental de crer e as proposições cridas. ↩
2. Ibid., caps. 15–18, “The Language”, “Person or Proposition?”, “The Object” e “A Conclusion”. ↩
3. *Confissão de Fé de Westminster*, cap. XIV, “Da fé salvadora”, §§ 1–3; ver também Clark, *Faith and Saving Faith*, nos capítulos dedicados à tradição reformada. ↩
4. Mateus 16.15-17; João 6.44-45; Atos 13.48; 16.14; 1 Coríntios 3.5-7; Vincent Cheung, *Fé Invencível*, cap. 2, “A Bíblia, o pregador e o Espírito”. ↩
5. Efésios 2.8-10; Filipenses 1.29; Cheung, *Theology*, cap. “Converted by God”. ↩
6. *Confissão de Fé de Westminster*, cap. XIV, §§ 2–3; Cheung, *Theology*, cap. “Converted by God”, discussão sobre conhecimento, assentimento, obediência e crescimento na fé bíblica. ↩
7. Marcos 11.22-25; 1 Coríntios 12.9-11; 13.2; Cheung, *Fé Invencível*, cap. 5, “Fé para mover montanhas”. ↩

CAPÍTULO 15 — ORAÇÃO: A OCASIÃO ORDENADA

“Não vos assemelheis, pois, a eles; porque vosso Pai sabe o que vos é necessário, antes de vós lho pedirdes.”
(Mateus 6.8)

A pergunta que começa tarde demais

Se Deus decretou todas as coisas, conhece cada necessidade antes que seja pronunciada, não muda de pensamento e causa todos os acontecimentos do universo, por que orar? A objeção reaparece nas discussões sobre soberania como se expusesse uma dificuldade que a doutrina reformada preferiu esconder; seu dilema oferece apenas duas saídas: um teatro religioso encenado diante de um futuro fechado ou uma criatura capaz de persuadir o Criador a rever seus planos. A força aparente da pergunta vem dessa escolha previamente imposta. Mas a pergunta começa tarde demais; aceita sem exame uma definição de oração construída à imagem das negociações entre criaturas: talvez a fala religiosa forneça a Deus informação ausente,

desperte nele uma disposição nova ou lance sobre a realidade alguma energia da vontade humana, e talvez, recuando dessas pretensões, sirva apenas para reorganizar psicologicamente quem ora. A onisciência exclui a primeira hipótese, a imutabilidade elimina a segunda e o ocasionalismo recusa a terceira, enquanto a última reduz as promessas bíblicas de resposta a uma forma de terapia, e o decreto só parece destruir a oração depois que essa definição carnal já decidiu o que uma petição precisa fazer. Quando um homem pede algo a outro, sua fala pode transmitir informação e despertar compaixão, vencer resistência ou oferecer razões que alterem uma decisão; projetamos essa estrutura sobre Deus e imaginamos que a oração deve cumprir função semelhante.

E depois, ao confessarmos que ele já sabe, já decidiu e permanece imune à manipulação, concluímos que nada restou. Para quem valeria essa conclusão? Para um homem aumentado, e não para o Deus que Cristo revela.

Cristo antecipa a objeção. O Pai sabe do que seus filhos necessitam antes que peçam e, por essa razão, Jesus os ensina a orar de determinada maneira (Mateus 6.8-9), de modo que a presciência divina purifica a oração em vez de suprimi-la. Os pagãos multiplicam palavras porque atribuem eficácia à extensão da fala, enquanto os filhos pedem a quem já conhecem como Pai. No mesmo ensino estão o conhecimento anterior de Deus e o dever humano de pedir, e informar jamais poderia ser a função da oração. O mesmo vale para o decreto, dentro do qual a oração ocupa seu lugar como acontecimento ordenado, e nenhuma criatura invade o conselho eterno para exigir uma emenda. Deus determina a necessidade e dá a

promessa; faz com que ela seja conhecida, produz a fé e a petição, e então faz a resposta que associou a esse pedido. Sua soberania aparece em ação na mente, na voz e na história do cristão.

A oração é uma ocasião verbal, racional e divinamente ordenada na qual Deus faz os efeitos que decidiu associar à petição de seu povo. Somente Deus tem eficácia causal, e a petição, incluída no decreto, participa da história como ocasião verdadeira de respostas que alcançam a mente e também as circunstâncias objetivas descritas pela Escritura.

O que é oração

Cheung observa que oração e adoração permanecem indefinidas até que uma formulação teológica determine a quem se ora, de que modo e segundo qual revelação.[1] Boa parte da espiritualidade contemporânea prefere tratar a oração como experiência anterior à doutrina: silêncio interior, sentimento de presença, descarga emocional, contemplação sem proposições ou conversa espontânea cuja sinceridade dispensaria a verdade. A intensidade dirigida a um deus falso continua sendo idolatria, e lágrimas não santificam uma petição contrária à Palavra; uma mente esvaziada de conteúdo tampouco se aproxima de Deus, pois já não distingue revelação de imaginação. A oração é pensamento dirigido a Deus segundo o conhecimento que ele revelou acerca de si mesmo, e muitas vezes

esse pensamento se expressa em palavras, e assume formas distintas conforme aquilo que leva diante de Deus.

Deus é espírito e conhece a mente. Depende de vibrações sonoras para receber uma petição? Não depende. Ana permanece diante do santuário com amargura de alma: chora, move os lábios e derrama silenciosamente sua aflição, enquanto Eli a observa e conclui que está embriagada (1 Samuel 1.10-14), e ela precisa explicar ao sacerdote o que aconteceu, embora Deus já tivesse ouvido o coração que a voz não articulou. A cena dá forma concreta ao que a onisciência permite, pois o cristão pode fazer da própria mente um altar de gratidão e súplica contínuas, já que nenhum pensamento está oculto de Deus.[2] A voz ainda ordena a mente, instrui outros e torna inteligível a concordância da assembleia; o som, contudo, jamais funcionou como veículo que transportasse informação até um Deus distante.

Esse pensamento tem um destinatário pessoal, inteligente e soberano. A reflexão sobre problemas ou o autoencorajamento revestido de vocabulário sagrado pode acalmar um homem ao organizar seus sentimentos, e o efeito psicológico não demonstra que ele tenha orado, porque o cristão fala ao Pai, por meio do Filho, no Espírito, e sua emoção recebe forma dessa realidade teológica. Também é pensamento governado pela revelação, visto que o homem desconhece por natureza como deve dirigir-se ao Santo, o que pode pedir e em nome de quem se aproxima; a Escritura fornece o conteúdo e os limites, e com eles a autorização. “Orar a Palavra” consiste em acolher os pensamentos revelados por Deus e devolvê-los como confissão, petição e louvor, enquanto repetir versículos

como encantamentos apenas batiza a superstição. As formas variam conforme o conteúdo: na adoração declaramos a verdade sobre Deus e lhe oferecemos honra, e na confissão concordamos com seu juízo sobre o pecado; a gratidão reconhece a fonte de todo bem, e a petição, a intercessão e a imprecação apresentam necessidades próprias ou alheias e solicitam a ação da justiça divina contra o mal. O problema causal aparece com maior nitidez nas duas primeiras, embora o princípio ocasionalista alcance o conjunto: é Deus quem produz o entendimento que adora e o arrependimento que confessa, a lembrança agradecida e a fé que pede.

A oração cristã exerce a racionalidade diante de Deus, e a mente do Espírito alcança intimidade recebendo as proposições pelas quais sabe com quem fala, de sorte que, sem teologia, a experiência religiosa perde contorno até já não poder ser distinguida da imaginação, e é nessa indeterminação que o engano encontra abrigo.

O decreto inclui a petição

Contra a oração costuma-se raciocinar assim: aquilo que Deus decretou acontecerá independentemente da petição, enquanto nenhuma súplica produzirá o que ele recusou decretar, e logo orar seria inútil. A palavra “independentemente” introduz a falácia. O decreto abrange o caminho inteiro, com as pessoas que Deus conduz, os pensamentos que lhes dá e as petições às quais associa respostas; não fixa um resultado solitário no fim de uma história deixada em

aberto. Em Atos 4, Deus decreta que uma igreja receba ousadia depois de orar: a perseguição a leva de volta à Escritura, a comunidade levanta a voz, pede intrepidez e vê o lugar tremer, e todos, cheios do Espírito, anunciam a Palavra com coragem (Atos 4.23-31).

Retirar a oração dessa sequência alteraria justamente aquilo que se pretendia preservar. Elias anuncia o fim da seca dentro da mesma ordem, e Tiago o apresenta como homem sujeito às nossas paixões, que pediu primeiro a interrupção da chuva e depois orou para que o céu voltasse a dá-la (Tiago 5.17-18). Sua intercessão não informou a Deus sobre o clima nem produziu vapor e precipitação; ocupou o lugar designado entre a palavra profética e a chuva, todas obras do mesmo agente divino. A promessa do retorno de Israel após setenta anos tampouco tornou dispensável a oração de Daniel: ao compreender pelos livros o número anunciado por Jeremias, o profeta voltou o rosto ao Senhor em oração, com jejum e confissão (Daniel 9.2-3).

O homem carnal usa a certeza para dispensar a petição; Daniel encontra nela o conteúdo do que deve pedir. Ele ora porque a promessa transformou um desejo geral em expectativa inteligível.

O mesmo conselho que determina a dádiva inclui o povo que pede. A expansão do evangelho vem acompanhada de intercessão por trabalhadores e portas abertas, e a santificação ocorre numa história feita de confissão e de súplica; meios e fim vêm juntos do conselho divino, razão pela qual a soberania deixa de ser concorrente da oração. O fatalista mutila o decreto para proteger uma caricatura de soberania. Sua frase típica, “se Deus quiser salvar, salvará sem

pregação", reaparece aplicada à cura e ao sustento, como se a vontade divina tornasse desprezíveis os atos que ela própria ordenou, e a Escritura responde que Deus escolheu salvar pela loucura da pregação, manda os presbíteros orarem pelo enfermo, e promete sabedoria a quem pede (1 Coríntios 1.21; Tiago 5.14; Tiago 1.5), e Nenhum desses meios abriga poder autônomo, e o Rei conserva o direito de escolher as ocasiões de sua obra. Por isso a oração permanece necessária dentro de sua completa dependência: Deus a ordena e associa respostas a ela, sem que o homem origine a petição ou seu efeito fora da providência. "Nada tendes, porque não pedis", escreve Tiago (Tiago 4.2). A ausência do pedido não surpreendeu Deus nem frustrou um plano incompleto; ela pertence à ordem moral em que certas dádivas deixam de acompanhar quem não pede, e a petição fiel ocupará o lugar correspondente nessa mesma ordem.

A oração muda a história, não muda Deus

Uma piedade cautelosa procura o extremo oposto e limita a oração ao benefício subjetivo de quem ora. A fórmula pretende proteger a imutabilidade divina, porém contradiz o vocabulário bíblico: Israel clama e recebe libertação; Pedro sai da prisão enquanto a igreja intercede; Paulo e Silas veem portas abertas depois de orar. Enfermos recebem oração, pede-se sabedoria, e as circunstâncias mudam (Êxodo 2.23-25; Atos 12.5-11; Atos 16.25-26). A Escritura liga petição e acontecimento sem qualquer embaraço. A oração muda

realmente a história sem introduzir alteração no decreto ou no ser de Deus. Ezequias recebe o anúncio de que morrerá, volta o rosto para a parede e ora, e ganha mais quinze anos (2 Reis 20.1-6; Isaías 38.1-5); a sequência histórica anunciada sofreu alteração objetiva, pois o rei não morreu naquele momento. Deus, que já incluíra a ameaça, a petição e a extensão da vida no mesmo conselho eterno, nada aprendeu e não adquiriu uma misericórdia antes ausente. Nínive, avisada da destruição, humilha-se e não recebe naquele momento o juízo anunciado (Jonas 3): homens antes impenitentes se arrependem, e o desastre iminente deixa de alcançar aquela geração.

A profecia serve, pela ação divina, de ocasião para o arrependimento ao qual Deus associou a suspensão histórica do juízo. Não houve revisão de informação falsa, nem descoberta de virtude inesperada, nem abandono de decreto anterior.

Quando Moisés intercede depois do bezerro de ouro, a narrativa descreve Deus cedendo quanto ao mal anunciado (Êxodo 32.9-14). Se interpretarmos isso como mudança literal no conselho eterno, destruiremos a onisciência e faremos de Moisés o conselheiro que apresentou a Deus razões morais e políticas que Deus não havia considerado: a reputação entre os egípcios, as promessas aos patriarcas, o futuro do povo. Só que essas razões vinham da própria revelação divina, e Moisés devolveu a Deus aquilo que Deus lhe havia ensinado. A intercessão não corrigiu um esquecimento celestial; foi a ocasião ordenada pela qual o mediador tipológico participou do propósito que Deus já estabelecera.

Esse modo de falar preserva a verdade das narrativas, que descrevem a mudança no tempo a partir da posição da criatura: uma ameaça

estava sobre o povo e depois foi retirada; Ezequias esperava morte próxima e recebeu a promessa de outros anos. A mudança alcança o objeto criado e a mensagem histórica, e com eles a relação pactual, permanecendo fora da mente eterna de Deus. Cheung relaciona corretamente a imutabilidade de Deus a seu ser e a seu caráter, a seus pensamentos e a seus decretos.[3] Um Deus perfeito não amadurece nem corrige seus cálculos, e não adquire propósitos melhores; a oração cristã não precisa enfraquecer essa verdade para preservar respostas reais. Que precisa abandonar? Apenas a suposição de que uma resposta real deve ter sido improvisada. Deus decreta mudanças enquanto permanece o mesmo, produz o arrependimento sem arrepender-se como homem e responde sem aprender.

A temporalidade pertence à criatura: passamos da falta do pedido à petição e da necessidade ao recebimento, o enfermo é curado, uma porta fechada se abre. Cada termo da mudança vem do Deus que age depois da oração sem jamais ter esperado por informação.

A ocasião ordenada

Que é uma ocasião? Um acontecimento criado que Deus inclui na ordem da ação dele sem lhe conceder eficácia autônoma. A oração pertence a essa categoria, e traz consigo conteúdo racional e expressão verbal, ainda quando pronunciada apenas na mente, além da responsabilidade moral e da relação pactual, porque Deus a situa

na história e associa a ela acontecimentos reais, o que nos obriga a examinar onde reside a eficácia. Ao pedir pão, o cristão atribui ao som a produção do alimento? Não atribui. A intensidade psicológica tampouco fabrica sabedoria; uma multidão reunida não acumula pressão espiritual até romper alguma resistência divina: Deus causa a oração e a resposta, e a relação entre ambas existe porque ele a ordenou e revelou. Essa dependência fornece à oração significação objetiva. Caso ela funcionasse como causa eficiente, sua eficácia dependeria de um poder residente no homem, e seria medida por concentração ou por técnica verbal; logo apareceriam as contagens de repetições e as gradações de emoção, porque o pagão multiplica palavras para produzir um efeito; o cristão fala amparado pela promessa do Pai, e sua confiança é pactual, não mágica. O ocasionalismo também purifica a linguagem corrente nos movimentos de oração, em que pregadores convidam intercessores a "mover o braço de Deus", "liberar poder" ou "gerar uma atmosfera".

Concedo que algumas dessas expressões pretendam servir como metáforas apressadas para realidades verdadeiras, e eu mesmo não trataria toda inadequação verbal como heresia consumada; tomadas literalmente, porém, atribuem à criatura uma eficácia que pertence somente a Deus, e o braço dele não aguarda energia humana, e o céu jamais foi uma máquina acionada pela intensidade de uma reunião.

Denunciar com precisão a magia carismática autoriza a incredulidade institucional que transforma oração em cerimônia sem expectativa. Alguns guardam a soberania contra os excessos e logo a usam para explicar por que nada deve acontecer, e o ocasionalismo recusa essa proteção religiosa da estagnação: justamente porque

Deus causa, a oração pode ser ocasião de efeitos que ultrapassam por inteiro os poderes criados. A distinção entre mérito e condição torna-se então visível. A oração não merece a resposta, como se o desempenho religioso fizesse Deus contrair dívida, e pode funcionar como condição pactual, isto é, como o acontecimento que ele decidiu associar à dádiva quando mandou pedir e prometeu conceder. Tal condição integra os termos da promessa sem conter causalidade eficiente. Deus cumpre sua Palavra na ocasião especificada, em vez de pagar um salário ao suplicante.

Pedir, buscar e bater

Qual é a marca do ensino bíblico sobre a oração? Ousadia. Cristo manda pedir, buscar e bater, associando a cada verbo uma resposta: recebe-se, encontra-se, abre-se (Mateus 7.7-11; Lucas 11.9-13), e a bondade do Pai sustenta o argumento, pois se pais maus sabem dar boas dádivas, quanto mais ele dará aos que lhe pedirem. Seu caráter conhecido alimenta a petição. A progressão dos verbos exclui uma passividade disfarçada de submissão: o pedido articula a necessidade, a busca orienta a ação e o bater persevera diante da porta ainda fechada, e o primeiro silêncio não prova que Deus decidiu o contrário, porque a promessa ainda governa a interpretação da demora. Lucas reforça o ponto com o amigo importuno, que se levanta por causa da persistência, e com a viúva que clama continuamente ao juiz injusto (Lucas 11.5-8; 18.1-8), e o raciocínio vai do menor para o maior: se personagens relutantes

acabam agindo, quanto mais o Pai justo ouvirá seus filhos. A perseverança vence má vontade em Deus? Ela foi ordenada como exercício da fé e ocasião da resposta, que é outra coisa. Durante a demora podem amadurecer a doutrina e a constância, a igreja pode aprender a concordar, e o desejo se expõe diante da Palavra até chegar o momento histórico determinado.

Tiago apresenta o outro lado: pedimos e não recebemos porque pedimos mal, para gastar em prazeres, ou sequer pedimos (Tiago 4.2-3). O texto rejeita tanto o automatismo quanto o fatalismo, porque não basta emitir palavras, e o conteúdo, o propósito e a relação com a vontade revelada importam; tampouco se pode dizer que, como Deus já sabe, o pedido é irrelevante. A ausência de petição aparece como razão declarada da ausência de recebimento. Paulo manda apresentar pedidos a Deus com ações de graças, em vez de ser dominado pela ansiedade, e promete a paz de Deus guardando coração e mente (Filipenses 4.6-7); o efeito interior aparece explicitamente e não esgota a oração. A paz acompanha a entrega racional das petições e não redefine toda súplica como técnica de serenidade. O mesmo apóstolo pede portas para a Palavra, ousadia, livramento, crescimento no conhecimento e fortalecimento espiritual, de modo que sua teologia da soberania produz uma vida de pedidos, e não silêncio resignado. O imperativo “orai sem cessar” (1 Tessalonicenses 5.17) descreve uma mente continuamente orientada para Deus e pronta a transformar circunstâncias em súplica, em gratidão e em juízo escriturístico, e não uma fala vocal ininterrupta.

Cheung observa que a onisciência divina permite ao cristão fazer da própria mente um altar contínuo.[4] A vida de oração também se revela na frequência com que o pensamento retorna à Palavra e se dirige ao Pai, e não apenas nos minutos contados de uma sessão.

A vontade revelada e o esconderijo do desconhecido

“Se pedirmos alguma coisa segundo a sua vontade, ele nos ouve” (1 João 5.14). Poucos textos foram usados com tanta frequência para desfazer as promessas que deveriam governar. A expressão “segundo a sua vontade” vira uma reserva universal sob a qual se sugere que Deus talvez rejeite aquilo que ordenou pedir ou deixe de cumprir o que prometeu, e cada texto claro acaba subordinado a uma decisão secreta e contrária, supostamente revelada apenas pelo fracasso. A vontade desconhecida termina engolindo a Palavra conhecida. Deus revelou seu querer por mandamentos e promessas, embora tenha deixado sem garantia específica muitas circunstâncias particulares, e onde falou, a Palavra dele é a vontade revelada. Orar segundo essa vontade significa pedir em conformidade com o que tornou conhecido, inclusive a santificação de seu nome, o avanço do reino e o perdão do penitente, e aí também pertencem sabedoria, provisão, justiça, trabalhadores para a seara e libertação do mal. Introduzir uma incerteza que contradiga a promessa manifesta suspeita sob linguagem de humildade. Cheung insiste, contra o uso evasivo da soberania, que a Palavra de Deus revela sua vontade e que uma

promessa clara não deve ficar na dependência de um querer desconhecido.[5]

O princípio é indispensável: Deus executa soberanamente sua própria Palavra. E seu conselho secreto determina os particulares sobre os quais permaneceu em silêncio, sem funcionar como uma segunda personalidade que anula o que ele revelou.

E onde não há promessa específica sobre o resultado? Aí a submissão condicional é a postura adequada. Paulo desejava visitar Roma e reconhecia a dependência da vontade de Deus, Tiago ordena dizer "Se o Senhor quiser, e se vivermos, faremos isto ou aquilo", e Cristo no Getsêmani submeteu a petição ao propósito do Pai (Romanos 1.10; Tiago 4.15; Lucas 22.42). Não sabemos se determinada viagem ocorrerá, se um negócio prosperará, se uma perseguição terminará amanhã ou qual forma exata tomará uma resposta complexa, e nesses casos "se for da tua vontade" confessa ignorância real sem negar bondade ou poder.

O erro aparece no uso indistinto da fórmula. Deus manda pedir sabedoria e promete dá-la sem censura, de modo que o crente pode esperar a dádiva. E ao penitente que confessa ele promete perdão; um dever revelado já traz autorização para obedecer, e a condição apropriada aos particulares desconhecidos torna-se incredulidade quando anexada a proposições conhecidas, e o abuso oposto transforma o desejo pessoal em promessa e depois acusa Deus de infidelidade. Querer determinada casa, data, casamento ou modo de livramento nada prova sobre o que ele revelou, porque a convicção subjetiva não cria vontade revelada. O expansionismo ocasionalista enfrenta com igual firmeza incredulidade e presunção, exigindo para

a fé uma proposição divina como objeto. A primeira disciplina da oração é conhecer melhor: antes de repetir pedidos, precisamos descobrir o que Deus disse, a quem a promessa se aplica e sob quais termos.

Cheung adverte que muitos oram cedo e excessivamente enquanto negligenciam a Palavra, e que a petição se torna reação religiosa e, quando nada acontece, a "vontade de Deus" recebe a culpa.[6] Estudar antes de pedir forma a oração pela verdade e devolve à fé um objeto inteligível.

Fé não é força

A Escritura liga oração e fé com uma clareza desconfortável para a igreja que tenta proteger-se da decepção reduzindo expectativas. Tiago manda pedir sabedoria sem duvidar e afirma que o homem de ânimo dobre não deve esperar receber (Tiago 1.5-8), Cristo associa confiança e resposta (Marcos 11.22-24), e João registra promessas amplas sobre pedir em nome de Cristo (João 14.13-14; 15.7; 16.23-24). Explicações que esvaziam esses textos de toda promessa deixam de honrá-los. A fé consiste em assentimento à proposição de Deus e confiança racional em sua veracidade, e aplicada à oração considera verdadeiro que ele é quem disse ser, que sua promessa significa o que afirma e que fará aquilo que prometeu sob os termos estabelecidos. Substância mental acumulada, energia que atravessa o invisível e poder para obrigar Deus pertencem à imaginação mágica,

não à fé bíblica. O ocasionalismo protege essa fé da magia, pois Deus a causa na mente, ordena a petição que vem dela e faz o acontecimento prometido na ocasião determinada. A relação tem forma pactual e lógica: o crente afirma P porque Deus disse P e pede porque ele associou a essa proposição uma petição e uma resposta. Que intensidade interior precisa completar a palavra divina? Nenhuma.

A dúvida importa por contradizer a estrutura da petição. O homem pede que Deus faça aquilo que, no mesmo ato, considera talvez falso ou indigno de confiança: sua boca dirige uma proposição ao céu e a mente a revoga, e é essa divisão que Tiago denuncia, não alguma energia negativa capaz de bloquear uma lei espiritual. Repetir “eu tenho fé” também não a produz: ela vem pela Palavra de Cristo (Romanos 10.17). Se o homem desconhece a promessa, ou a interpreta falsamente, ou baseia a certeza no próprio desejo, sua força psicológica não corrige o objeto, e uma proposição falsa continua falsa quando recebe crença intensa. A oração poderosa começa com a mente renovada pela Escritura. A fé recebe a resposta sem merecê-la: a mão que aceita um presente não o fabrica, e o ouvido que acolhe a promessa permanece dependente de quem a cumpre, de sorte que toda resposta glorifica aquele que promete e causa. Essa verdade permite falar com ousadia sem cultuar grandes intercessores. Instituições religiosas frequentemente constroem hierarquias informais de poder espiritual, nas quais certos líderes teriam acesso superior e certas campanhas acumulariam eficácia. A Escritura reconhece a maturidade e os dons, os ofícios e a oração do justo, e não autoriza por isso uma casta de mediadores entre Cristo e seu corpo.

Todos os membros se aproximam pelo mesmo sangue e no mesmo nome, pelo mesmo Espírito. A quem pertence a eficácia? Ao Deus que ouve, e não à celebridade que segura o microfone.

Em nome de Jesus

Pedir em nome de Jesus envolve a pessoa e a autoridade de Cristo, sua obra e sua mediação, e não o acréscimo de uma fórmula ao final; se as palavras funcionassem como senha causal, qualquer pedido pronunciado corretamente obrigaria o céu. O crente se aproxima com base no acesso comprado por Cristo, e submete o conteúdo da petição à sua Palavra e à sua missão. Sem Cristo, a oração do pecador não tem mérito nem direito de audiência. O Filho é o único mediador entre Deus e os homens, e por seu sangue os crentes têm confiança para entrar no Santo dos Santos (1 Timóteo 2.5; Hebreus 10.19-22). A ousadia cristã nasce de autoestima religiosa? Não nasce. Nasce da substituição, do sacerdócio e da promessa.

Cristo também intercede: antes da queda de Pedro, Jesus afirma que orou para que sua fé não desfalecesse, e Pedro caiu gravemente e foi restaurado. Cheung usa o episódio para relacionar a preservação do eleito à intercessão eficaz de Cristo,[7] e Hebreus declara que ele vive sempre para interceder pelos que se aproximam de Deus por seu intermédio (Hebreus 7.25). A oração cristã sobe sozinha? Não sobe. Está incluída na obra presente do Mediador. O Espírito também participa, pois não sabemos orar como convém, e o Espírito ajuda

nossa fraqueza e intercede segundo a vontade de Deus (Romanos 8.26-27), e isso não significa que sons irracionais tenham eficácia à parte da verdade; significa que a própria dependência da oração foi prevista. Deus não apenas manda que criaturas fracas apresentem petições perfeitas: opera nelas, e conhecendo a mente do Espírito ordena a intercessão de acordo com seu propósito.

Toda a estrutura vem de Deus. O Pai decreta e ouve, o Filho compra acesso e intercede; o Espírito habita no crente para auxiliá-lo e conformá-lo; o homem criado e redimido pensa e crê, e pede de verdade, embora cada condição de sua participação venha daquele a quem dirige a oração. Essa estrutura também impede o isolamento individualista. Orar em nome de Cristo é orar como membro de seu corpo, interessado na santificação do nome, no avanço do reino e no bem dos irmãos. O nome legitima ambição privada? Reordena o desejo, que é o contrário. Pedidos que usam Jesus como selo de uma vida centrada no eu contradizem aquele cujo nome invocam.

O Pai-nosso: a ordem da mente que pede

Cristo deu aos discípulos uma forma de oração que ordena todas as demais. O Pai-nosso oferece uma arquitetura, sem virar fórmula mágica ou limite contra outras petições, e nele aprendemos quem fala e a quem se dirige, e quais prioridades devem governar o pedido. “Pai nosso que estás nos céus” reúne proximidade pactual e transcendência. O cristão não se dirige a uma força nem a um

princípio metafísico, nem a um soberano impessoal: fala ao Pai, e contudo não o reduz a extensão da família humana, porque ele está nos céus, de onde governa e onde não pode ser manipulado.

A intimidade diminui a majestade? A soberania destrói a filiação? Nem uma coisa nem outra. “Santificado seja o teu nome” coloca o propósito divino antes da necessidade humana (Mateus 6.9): antes que se peça pão ou alívio, pede-se que Deus seja reconhecido como santo, e toda oração subsequente precisa caber dentro dessa primeira petição, e qualquer pedido que profane seu nome contradiz a forma ensinada por Cristo. “Venha o teu reino; seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu” é petição expansionista (Mateus 6.10): pede que o governo já perfeito de Deus seja reconhecido e obedecido na história, com a derrota das rebeliões e o avanço da Palavra pela ação da Igreja. A realidade criada deve manifestar o domínio do Rei, e a oração reivindica o mundo para sua vontade revelada.

“O pão nosso de cada dia nos dá hoje” confessa dependência ocasionalista em forma cotidiana (Mateus 6.11). O homem planta e mói, compra e cozinha, e em meio a todos esses atos pede ao Pai que dê, porque a cadeia dos meios permanece dentro da dádiva: cada refeição chega por uma ordem providencial que nem o agricultor nem o salário poderiam garantir por si mesmos, e ao pedir pão recusamos fazer do sistema material o senhor da provisão. “Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores” coloca a vida moral dentro da oração (Mateus 6.12), e quem busca misericórdia enquanto cultiva vingança contradiz a graça que invoca, e a aliança alcança as relações no corpo e impede

que a oração se converta em técnica neutra nas mãos de uma mente rebelde. “E não nos conduzas à tentação; mas livra-nos do mal” confessa a dependência da ação divina para perseverar (Mateus 6.13), porque a vontade humana não se protege por força própria; por isso o cristão pede que Deus ordene os caminhos e os pensamentos, dando-lhe também o escape que o guarde do pecado e do maligno. A oração-modelo começa no nome de Deus e passa por seu reino antes de alcançar a provisão, o perdão e a proteção.

Essa ordem julga reuniões cristãs nas quais as enfermidades e os empregos consomem quase todo o tempo, deixando a santificação do nome e a obediência da Igreja para uma frase final. Cristo acolhe o pedido pelo corpo colocando-o dentro do reino.

Quando a resposta não aparece

Com que uma doutrina séria da oração enfrenta o silêncio? Com as distinções que a Escritura fornece. Pessoas pedem e deixam de receber, algumas perseveram até a morte, famílias intercedem e veem o contrário do que esperavam, e igrejas fazem campanhas sem mudança perceptível. Eu não considero essa dor uma nota de rodapé, e nenhuma defesa do sistema ganha o direito de fingir que ela inexiste; também seria desonesto converter toda ausência de resultado em prova retrospectiva de que Deus jamais prometeu responder. A Bíblia apresenta várias razões para a falta de recebimento. Tiago fala de pessoas que deixam de pedir ou que

pedem para gastar em propósitos maus (Tiago 4.2-3), além da dúvida que divide o suplicante (Tiago 1.6-8); Pedro relaciona a oração à vida conjugal (1 Pedro 3.7), enquanto Jesus menciona a falta de perdão (Marcos 11.25).

Romanos 8.26 admite nossa ignorância sobre o que convém pedir, João 15.7 trata da permanência das palavras de Cristo no discípulo, e injustiça cultivada e recusa de ouvir a lei também entram no juízo (Salmos 66.18; Provérbios 28.9). Há ainda tempos de espera, respostas cuja forma excede a compreensão imediata e casos particulares sobre os quais nenhuma promessa específica foi dada. Essas categorias proíbem tanto a acusação automática contra o sofredor quanto a canonização do resultado: quem observa de fora não conhece a mente daquele que pediu nem a totalidade do propósito divino, razão pela qual atribuir imediatamente o sofrimento à falta de fé transforma doutrina em condenação precipitada. Declarar que o resultado contrário expressa necessariamente a vontade revelada de Deus comete outra violência: faz da circunstância uma revelação capaz de interpretar a Palavra.

O princípio escriturístico permanece: resultados não reescrevem promessas. Quando uma experiência parece contradizer uma proposição bíblica, devemos revisar a exegese e sua aplicação, examinar as condições e o objeto da fé, considerar a perseverança e reconhecer os fatos que ainda ignoramos. Talvez o texto tenha sido mal compreendido ou o pedido não corresponda a uma promessa; a resposta pode ainda não ter chegado, pecado ou dúvida podem estar envolvidos, e até nossa descrição do resultado pode estar incompleta, e alguma dessas possibilidades autoriza declarar falsa, naquele caso,

uma promessa universal verdadeira? Nenhuma. Esse exame também impede o escriturista de inventar universalidade onde o texto não a estabelece, pois narrativas podem revelar caráter e padrões sem prometer repetição idêntica, e palavras dirigidas a indivíduos específicos não pertencem automaticamente a todos.

A fé agressiva precisa da lógica justamente para permanecer fé na Palavra. E é no terreno da cura que a dor torna cada imprecisão perigosa, porque ali a presunção fere o enfermo e a evasão o abandona, e nenhuma das duas pode ser recusada sem que a promessa seja primeiro definida pela Palavra.

Persistência sem repetição pagã

Cristo condena vãs repetições enquanto manda perseverar. A repetição pagã atribui audiência à quantidade de palavras, e a persistência cristã continua pedindo porque conhece a promessa; o primeiro gesto confia na performance do suplicante, e o segundo depende da fidelidade daquele que ouve. Paulo pediu repetidamente que o espinho fosse afastado e recebeu uma resposta que interpretou sua situação (2 Coríntios 12.7-10), Cristo repetiu a petição no Getsêmani sem cair em incredulidade (Mateus 26.36-44), e a igreja manteve oração por Pedro enquanto ele permanecia preso (Atos 12.5). Repetir o pedido significa que Deus esqueceu? Significa que a necessidade continua e que o crente permanece diante dele. Às vezes a repetição esconde recusa de ouvir: um homem pede direção depois

que a Escritura já ordenou, busca paz enquanto conserva o pecado ou suplica por avivamento sem corrigir a doutrina e a vida da igreja, e mais palavras se tornam então adiamento religioso da obediência.

Cheung critica a reação de “orar, orar e orar” quando a Palavra foi negligenciada e a vontade desconhecida passa a justificar o fracasso.[8] Sua crítica alcança toda oração usada para evitar a verdade. Persistir inclui aprender: o crente volta à Escritura, corrige o pedido e confessa o pecado, procura concordância no corpo e continua diante de Deus, e a Palavra desgasta sua duplicidade durante esse percurso, e o valor da oração prolongada reside na constância racional da fé, não em sua duração física. O mesmo vale para o jejum, as vigílias e as reuniões, que podem concentrar a mente, retirar distrações, expressar urgência e unir a comunidade. Não compram eficácia. Um dia sem alimento não acrescenta energia ao braço de Deus, e uma noite acordada não cria mérito; se usados como técnicas causais, tornam-se ascetismo mágico, e se ordenados à atenção, à humilhação e à petição, podem ocupar lugar legítimo.

Orar e agir

Entre pedir e agir reaparece a falsa oposição que já vimos entre soberania e oração. Alguns consideram o recurso a meios uma demonstração de incredulidade, como se o pedido por provisão dispensasse o planejamento e a cura excluísse qualquer auxílio. Outros trabalham e planejam, e tratam como se a oração fosse um

gesto subjetivo sem relação com o resultado. Os dois grupos dividem aquilo que a providência pode ordenar conjuntamente. Neemias respondeu às ameaças dizendo: “Oramos ao nosso Deus e pusemos uma guarda contra eles, de dia e de noite” (Neemias 4.9). Não orou em vez de vigiar, nem vigiou porque a oração fosse insuficiente: a petição e a guarda eram ocasiões diferentes dentro da mesma dependência, e a oração confessava que nenhuma sentinela poderia garantir proteção, enquanto a sentinela obedecia à responsabilidade que a própria providência impunha. Paulo pede que as igrejas orem pela propagação da Palavra, por portas abertas e por livramento de homens perversos, e ao mesmo tempo viaja e prega, argumenta e enfrenta perigos. O trabalho não corrige uma deficiência da intercessão, e esta não substitui a missão: Deus ordena a mente que pede e os pés que caminham, e ordena também os acontecimentos que abrem ou fecham o caminho, e utilizar um meio não lhe atribui causalidade autônoma, assim como recusá-lo não demonstra fé sem uma ordem de Deus.

O cristão pode orar e procurar auxílio, impor as mãos e alimentar o corpo, pedir restauração e descansar; quando há promessa sobre o resultado, a confiança permanece nela, e nos particulares que Deus não revelou o uso prudente de meios continua sujeito à sua vontade.

Também há ocasiões em que a ação requerida é precisamente abandonar um meio idolatrado, confrontar uma estrutura, confessar um erro ou obedecer a uma ordem que a comunidade substituiu por reuniões de oração. Uma igreja não deve pedir unidade enquanto líderes recusam reconciliação, não deve pedir crescimento na verdade enquanto protege falsa doutrina, e não deve pedir

trabalhadores enquanto imobiliza cada membro sob uma burocracia clerical, porque orar pelo fruto e preservar deliberadamente a desobediência que o sufoca é pedir mal. A oração jamais absolve a criatura do mandamento, e a ação não a livra da dependência: pedimos porque somente Deus causa, e agimos porque o mesmo Deus ordena ocasiões humanas reais, e a mente do Espírito supera a escolha carnal entre passividade religiosa e autonomia prática, obedecendo em oração.

A oração da Igreja viva

No Novo Testamento a oração também reúne a Igreja, corpo de membros unidos ao Cabeça. Uma multidão não produz força espiritual por acumulação, e é Deus quem ordena a concordância, a comunhão e a confissão pública como ocasiões de sua ação; o valor da oração corporativa está nessa participação mútua. Atos 4 nos leva para dentro de uma comunidade que acaba de receber de volta Pedro e João. Os apóstolos contam as ameaças dos principais sacerdotes e anciãos e, em vez de dispersar-se, a Igreja levanta unanimemente a voz, e as palavras do Salmo 2 dão sentido ao perigo que ainda permanece do lado de fora. Herodes e Pilatos, com os gentios e com Israel, aparecem na oração como agentes cujos atos haviam sido predeterminados pela mão e pelo conselho de Deus. Ninguém conclui que o decreto tornou a petição supérflua. Os irmãos pedem ousadia para continuar falando e também suplicam que Deus

estenda a mão para curar e faça sinais e maravilhas em nome de Jesus.

Quando terminam, o lugar em que estão reunidos treme, todos são cheios do Espírito Santo, e a Palavra volta às ruas pela boca de gente ameaçada, agora falando com coragem (Atos 4.23-31). Predeterminação absoluta e intervenção histórica permanecem dentro da mesma oração, e a cena inteira conduz à consequência que Cheung extrai dela.

Cheung destaca que os discípulos responderam à oposição aplicando a profecia messiânica à missão da Igreja e pedindo poder para continuar pregando e fazendo sinais, em vez de limitarem a esperança à troca de autoridades ou ao controle institucional.[9] A observação expõe a pobreza de comunidades que, diante da decadência espiritual, procuram acesso político e estratégias de comunicação, diante da doença ensaiam resignação, e diante da ausência de poder pedem capacidade para explicar a ausência. Reuniões assim administram religiosamente a derrota. A Igreja viva ora como corpo, não como plateia de um especialista: os membros carregam fardos uns dos outros, confessam e intercedem, agradecem e concordam. A liderança pode ordenar a reunião sem monopolizar acesso, porque o pastor não é sacerdote que transporta pedidos de leigos incapazes de aproximar-se. Quem é o sacerdote? Cristo, e todos os irmãos dele entram por ele. Essa vida corporativa exige inteligibilidade, e Paulo prefere palavras compreensíveis que edifiquem a assembleia e ordena a participação (1 Coríntios 14).

A igreja precisa saber com o que concorda, pois oração coletiva não pode reduzir-se a uma soma de ruídos privados, e o “amém” é ato

racional pelo qual reconhecemos como verdadeira e própria a petição ouvida. Também exige verdade relacional. Uma instituição pode anunciar semanas de oração enquanto preserva abuso, idolatria de liderança, mentira financeira e desprezo pelos membros. E a multiplicação de reuniões não transforma rebelião em comunhão: o corpo ora quando membros vivem como membros uns dos outros, e a corporação encena oração quando usa linguagem de unidade para proteger estruturas que impedem confissão e correção. A deformação institucional justifica desprezo pela reunião? Não justifica. Retornamos ao corpo, no qual cristãos podem concordar diante do Pai em casas, templos, prisões, hospitais ou ruas, sem depender da santidade de um edifício. A Igreja está onde os membros de Cristo vivem como membros, pensam sob o Cabeça e oram em seu nome.

Oração, poder e expansão

O ocasionalismo encontra aqui sua consequência expansionista. Sendo Deus a única causa, a oração serve de ocasião para a manifestação de seu poder sem competir com ele, e quando promete agir em resposta à fé, sua soberania garante que criatura alguma impedirá o que decidiu fazer. A providência ordinária e o milagre têm o mesmo agente, de modo que nenhuma barreira metafísica limita a resposta ao interior da mente. O homem controla essa expansão por técnica correta, número reunido ou intensidade espiritual? Não controla. Deus expande sua Palavra, seus dons e suas obras e, ao fazê-lo, ordena que a Igreja peça a vinda do reino,

trabalhadores para a seara e ousadia; ela também suplica pela mão estendida para curar e por portas abertas à Palavra. A oração expansionista começa no texto e pergunta o que Deus prometeu fazer por meio do evangelho, transformando a revelação em petição.

Sua esperança ultrapassa a sobrevivência e a conservação das estruturas existentes: deseja a mente invadida pela verdade e o pecado exposto, pede edificação do corpo, restauração dos enfermos e derrota dos poderes demoníacos. E sabe que povos devem ouvir e que territórios intelectuais inteiros precisam ser trazidos à obediência de Cristo. Escrituralismo, ocasionalismo e expansionismo convergem nesse ponto. A palavra dita por Deus fornece o conteúdo da oração, sua causação exclusiva explica como a resposta ocorre. E a promessa de avanço lhe dá direção; separada da revelação, a petição se perde no entusiasmo, separada da causação divina converte-se em magia, e sem expectativa de expansão termina servindo à manutenção piedosa da estagnação. Cheung aplica essa expectativa ao crescimento dos dons, dos poderes e dos milagres, e a aplicação começa a ser compreendida quando a oração ocupa seu lugar entre metafísica e prática.

Ela funciona como fulcro histórico, pois a mente que crê na Palavra pede ao único Causador que manifeste aquilo que prometeu. A partir daí, a questão dos dons não poderá ser tratada como curiosidade isolada.

Objeções finais

Seis objeções retornam sempre que a oração é discutida sob a soberania absoluta, e cada uma delas se resolve numa distinção já estabelecida. Reúno-as aqui em vez de espalhá-las pelo capítulo, para que a cadeia principal não seja interrompida sete vezes.

“Se Deus causa a oração, não somos nós que oramos”

Essa objeção confunde ação com autonomia. Nós oramos porque pensamos e dirigimos petições a Deus, embora ele cause nossa existência, nosso pensamento e nosso ato; a causação divina preserva o sujeito criado, e Deus fez Paulo pregar sem tornar-se Paulo, e faz o cristão orar sem assumir seu lugar. A ação humana tem realidade como ação dependente.

“Se Deus já sabe, pedir é redundante”

A redundância só existiria se a finalidade fosse informar. Cristo usa o conhecimento prévio do Pai para distinguir a oração filial da repetição pagã, mantendo intacto o mandamento de pedir; uma criança pode dirigir-se ao pai que já conhece a necessidade porque relação, promessa e dádiva incluem comunicação, e em Deus essa comunicação foi ordenada sem suprir ignorância alguma.

“Se a resposta foi decretada, a oração não fez diferença”

A oração fez a diferença que Deus decretou. No mundo em que ele ordenou a resposta por ocasião da petição, a presença desse pedido pertence à sequência histórica e a distingue de outra em que ninguém pede; negar a diferença porque ambos foram decretados também tornaria irrelevante a pregação numa conversão decretada, e dependência causal não equivale a irrelevância histórica.

“Isso faz toda oração necessariamente eficaz”

Toda oração é acontecimento causado e conhecido por Deus, e nem toda fala religiosa corresponde a uma promessa de concessão. Há pedidos maus, ignorantes e duvidosos. De que depende a eficácia prometida? Dos termos revelados, sob os quais o conteúdo da petição será julgado.

“Orar com certeza é tentar obrigar Deus”

Crer na promessa reconhece a obrigação voluntariamente assumida por Deus, sem submetê-lo a poder exterior. Ele jamais fica abaixo da palavra de uma criatura e permanece fiel à sua própria Palavra, e a certeza cristã honra essa veracidade: a presunção exige o que ele não disse, e a fé espera o que ouviu dele.

“Submeter-se à vontade de Deus exige aceitar qualquer resultado”

A submissão exige aceitar o governo divino sobre qualquer resultado, sem conceder a cada resultado o direito de interpretar a vontade normativa. Pecado, incredulidade e desobediência acontecem sob o

decreto e continuam condenados pela revelação; do mesmo modo, uma circunstância contrária a uma promessa não recebe autoridade para anulá-la, e submeter-se ao governo e discernir a norma continuam sendo tarefas distintas.

Pedi, porque Deus ordenou a resposta

A oração é o pensamento da criatura redimida voltado para o Criador conforme a Palavra, no acesso aberto pelo Filho e com o auxílio do Espírito. Nela a dependência recebe articulação consciente, distante tanto do poder humano lançado ao céu quanto da cerimônia criada para tornar suportável aquilo que já não esperamos mudar. O conhecimento anterior de Deus dispensa manipulação, e seu decreto recebe a oração sem sofrer ameaça; sua imutabilidade firma a promessa, e sua causação exclusiva garante que barreira criada alguma impedirá a resposta determinada. Como o mesmo Deus manda pedir, o silêncio fatalista deve ser reconhecido como desobediência vestida de reverência. O cristão ora porque Deus já é soberano sobre a situação e todo poder pertence àquele que prometeu agir, e a bondade revelada do Pai oferece-lhe razão para pedir, sem qualquer tentativa de produzir em Deus uma disposição nova. Sua petição ocupa uma linha na história escrita pelo decreto e, por isso, jamais funciona como emenda tardia ao conselho eterno.

Essa verdade remove orgulho e apatia: quem recebe a resposta não pode vangloriar-se de tê-la causado, e quem ainda não pediu

tampouco pode usar a causação divina como desculpa. A criatura recebe a honra de participar sem a glória de originar e se aproxima como filha e membro do corpo, sempre dependente do poder de Deus.

Quando a Igreja compreende isso, a oração deixa de servir como prefácio decorativo de reuniões ou consolo institucional para fracassos. O corpo abre a Escritura e identifica a promessa, permitindo que a mente seja renovada e o pecado confessado, e então os membros concordam e pedem. O pão vem do Pai, a sabedoria foi prometida e a missão pertence a Cristo; também o pedido por cura, sinais e maravilhas precisa nascer do exame da Palavra. Ao suplicar que o reino venha, a comunidade confessa que a história não pertence aos poderes que hoje parecem governá-la. A oração muda a história porque Deus decidiu causar mudanças em sua ocasião, e a formulação retira a mecânica e preserva a promessa: entre o pedido e a resposta não precisamos inserir energia criada, lei espiritual impessoal ou mérito humano. Encontramos ali o Deus pessoal que ouve e faz. Oramos dentro do decreto, confiados na imutabilidade daquele que nos convocou, e criaturas incapazes de informar ou controlar Deus recebem, ainda assim, o mandamento de pedir e a promessa de que o Pai ouve.

Quando a vontade revelada desce ao pensamento da Igreja e volta a Deus em forma de petição, a ocasião ordenada assume seu lugar na história, e o povo aprende a pedir precisamente porque o Pai já sabe do que necessita.

Notas

1. Vincent Cheung, *Theology*, cap. “The Nature of Theology”. Cheung argumenta que oração e adoração precisam ser definidas e governadas pela revelação verbal antes de serem praticadas corretamente. ↩
2. Cheung, *Theology*, cap. “The Omniscience of God”. ↩
3. Cheung, *Theology*, cap. “The Immutability of God”. ↩
4. Cheung, *Theology*, cap. “The Omniscience of God”. ↩
5. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, cap. 4, “A palavra de Deus é a vontade de Deus”. ↩
6. Ibid.; ver também as seções posteriores nas quais Cheung critica a oração separada do ensino bíblico sobre cura. ↩
7. Cheung, *Theology*, cap. “Preserved by God”. ↩
8. Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, nas discussões sobre oração, Palavra e cura. ↩
9. Vincent Cheung, *Rastro de incredulidade*, discussão de Atos 4 e da oração da igreja perseguida. ↩

CAPÍTULO 16 — CURA, SINAIS E MARAVILHAS

“Enquanto estendes a tua mão para curar, e para que se façam sinais e prodígios pelo nome de teu santo Filho Jesus.” (Atos 4.30)

A mão que a Igreja pediu

A Igreja que abre a Escritura, reconhece a promessa e devolve a Palavra a Deus em forma de petição não termina numa sala protegida do mundo pelo silêncio devocional. Do lado de fora estavam os mesmos governantes que haviam crucificado Cristo e acabado de ameaçar seus apóstolos, e do lado de dentro homens e mulheres confessavam que Herodes e Pilatos, com os gentios e com Israel, fizeram aquilo que a mão e o conselho de Deus predeterminaram (Atos 4.27-28). Essa soberania não os ensinou a pedir menos: depois de nomearem o decreto pediram ousadia, e depois de pedirem ousadia suplicaram que a mão do próprio Deus se estendesse para curar e fazer sinais e maravilhas pelo nome de Jesus.

O lugar tremeu, o Espírito os encheu e a Palavra voltou às ruas. Quem quiser saber como o ocasionalismo respira quando deixa a página da metafísica precisa permanecer alguns instantes nessa casa. Somente Deus causa, e precisamente por isso a Igreja pede a sua mão: a oração não libera uma energia criada, os apóstolos não administram uma reserva de poder e o tremor não autentica a intensidade psicológica da reunião.

Deus age, e os membros pedem, falam e impõem as mãos como ocasiões ordenadas de sua ação. A causação exclusiva encerra os milagres? Não encerra. Ela lhes devolve o Autor.

Mas é justamente aqui que a linguagem cristã costuma dividir-se em duas pobrezas rivais. Uma protege a soberania de Deus construindo uma teologia na qual já não se espera que a mão se estenda; a outra protege a expectativa atribuindo às palavras, aos gestos, à unção ou ao homem de fé uma eficácia que, se existisse, faria da criatura uma divindade menor. A primeira chama a ausência de maturidade, e a segunda chama a técnica de fé. Entre elas caminha o enfermo, muitas vezes usado como prova por ambas: para o cessacionista, sua permanência na doença confirma a prudência da doutrina, e para o triunfalista confirma alguma deficiência secreta do doente.

Poucos se detêm diante dele como pessoa. Seu corpo é usado como argumento, seu medo é usado como oportunidade de palco, e sua dor recebe explicações que ninguém ousaria oferecer se tivesse de permanecer ao lado de sua cama depois que a reunião terminou.

Deus falou sobre cura, sinais e maravilhas, e a Igreja não tem o direito de diminuir nem de aumentar o que ele disse. Cumprir essa obrigação exige mais coragem do que a simples escolha de um

campo, porque significa enfrentar o cessacionismo, que procura uma cláusula de encerramento onde a Escritura aponta para a consumação; o continuísmo mínimo, que admite tudo no documento e espera quase nada na vida; e o mecanismo carismático, que transforma ocasiões em causas e depois cobra do sofredor o fracasso da máquina. Significa ainda olhar para orações que parecem não respondidas, para os enfermos que não se levantaram e para a misericórdia que não podemos medir pela estatística de uma campanha.

Não resolveremos essa dor chamando a experiência de revelação, mas tampouco a insultaremos com uma frase pronta. O texto bíblico governará a promessa, a lógica distinguirá o que ele afirma daquilo que desejamos que afirmasse, e o Deus que causa todas as coisas continuará sendo bom quando nossa explicação alcançar o próprio limite.

Três nomes para a mesma invasão

Antes de perguntar se os milagres continuam, convém saber do que falamos. A Escritura emprega palavras diferentes porque uma obra divina pode ser contemplada por ângulos diferentes: um *milagre* ou *obra poderosa* destaca o poder manifestado, um *prodígio* ou *maravilha* nomeia o espanto provocado, e um *sinal* dirige a atenção para aquilo que a obra significa, testemunha ou anuncia. A cura, por sua vez, é a restauração do corpo ou da mente de uma enfermidade,

lesão ou aflição, seja instantânea, progressiva ou ligada a meios ordinários. Nem toda providência admirável recebe na Bíblia o nome técnico de sinal, e nem toda cura é narrada com a mesma visibilidade pública; contudo, o Deus que sustenta a regularidade do corpo e o Deus que restaura um membro diante de uma ordem são o mesmo agente. “Providência” não designa um território em que as coisas funcionam sozinhas, enquanto “milagre” designaria a rara entrada de Deus naquilo que normalmente lhe escapava.

Ele causa a cicatrização que atravessa semanas e a restauração que surpreende numa frase. A diferença está na ordem, na velocidade, nos meios e no significado revelado do acontecimento, e nunca na quantidade de divindade empregada.

Essa unidade nos livra de dois enganos. O naturalista imagina que a cura médica pertence a causas naturais e que o milagre, caso exista, seria uma violação extraordinária do mecanismo; o supersticioso imagina quase a mesma divisão e apenas escolhe o outro lado, desprezando os meios comuns para provar que depende de Deus. O ocasionalismo recusa o mapa inteiro. Um medicamento não contém poder autônomo para constranger tecidos, ainda que tenha propriedades reais e ocupe relações providenciais que podem ser descritas e usadas: o médico pensa, examina e trata, o paciente toma o remédio e repousa; decide, e Deus causa cada pensamento, cada relação corporal e cada resultado. Usar um meio não rouba glória daquele que o sustenta, e também não autoriza o meio a interpretar a promessa ou a tornar-se salvador. A repreensão de Asa não caiu sobre a consulta a médicos, como se todo cuidado fosse pecado; caiu

sobre o rei que, na enfermidade, não buscou o Senhor e fez do recurso humano a sua confiança (2 Crônicas 16.12).

Ezequias recebeu uma promessa divina de cura e, na mesma narrativa, aplicou-se uma pasta de figos à úlcera (2 Reis 20.5-7; Isaías 38.21): a palavra prometeu, o meio ocupou o lugar dele e Deus fez a obra, e não precisamos arrancar a pasta da ferida para defender a glória da promessa.

O outro engano consiste em tratar o sinal como uma prova autônoma da verdade. Faraó viu obras e endureceu, Israel atravessou o mar e fabricou um bezerro; homens podem dizer que profetizaram, expulsaram demônios e fizeram muitos milagres no nome de Cristo, e ainda assim ouvir que nunca foram conhecidos por ele (Mateus 7.22-23). Deuteronômio 13 submete o sinal que acontece à Palavra já revelada: se o prodígio acompanha o convite à idolatria, o acontecimento não recebe licença para reescrever o primeiro mandamento. O sinal verdadeiro serve ao Deus verdadeiro e precisa ser interpretado por sua voz.

Por isso a Igreja não escolhe entre discernimento e poder, e quanto mais manifestações reivindica, mais carece de definições, de julgamento e de coragem para chamar fraude de fraude. A Escritura que manda desejar os dons manda julgar as profecias, e o Espírito que cura também inspirou as proposições pelas quais reconhecemos a quem a glória pertence.

Ele tomou nossas enfermidades

Começa-se a discutir cura quase sempre por Tiago 5, e a raiz se estende à obra de Cristo. Isaías descreve o Servo como aquele que tomou sobre si nossas enfermidades e carregou nossas dores, foi ferido por nossas transgressões e moído por nossas iniquidades, e por cujas feridas fomos sarados (Isaías 53.4-5). Seria possível espiritualizar toda a linguagem e restringi-la ao perdão, não fosse o Espírito ter dado no Evangelho uma interpretação que nos impede: Mateus narra que Jesus expulsou espíritos com uma palavra e curou todos os enfermos que lhe foram trazidos, e então declara que isso aconteceu para se cumprir o que Isaías dissera, “Ele tomou sobre si as nossas enfermidades, e levou as nossas doenças” (Mateus 8.16-17). Mateus aplica a profecia à cura física e à libertação ocorridas durante o ministério terreno.

A expiação não pode, portanto, ser apresentada como se dissesse respeito a uma alma salva dentro de um corpo teologicamente irrelevante: o pecado trouxe morte e corrupção à criatura inteira, Cristo redime a criatura inteira, e a ressurreição será a cura consumada que já não deixará enfermidade, dor ou morte.

A pergunta difícil recai sobre o modo como os benefícios corporais da redenção são distribuídos antes da ressurreição. Todos os redimidos serão perfeitamente curados na consumação, e nem todos vivem agora sem doença, envelhecimento ou morte; a presença do benefício na obra de Cristo não prova, sozinha, que cada aspecto seja recebido imediatamente e em plenitude. Também a incorruptibilidade pertence à redenção; ainda esperamos a

transformação do corpo; a derrota da morte foi conquistada, e cristãos continuam morrendo até que o último inimigo seja finalmente abolido, e esse “ainda não” não pode virar desculpa universal para empurrar cada promessa ao futuro, porque Mateus não esperou a ressurreição para ver Isaías cumprido. Jesus ofereceu no presente antecipações reais do mundo vindouro: cegos viram, paralíticos caminharam, leprosos foram purificados e mortos ressuscitaram para uma vida que ainda voltaria a atravessar a morte.

As curas eram dádivas verdadeiras e sinais do reino, não a consumação completa. A Igreja vive nesse intervalo, e sua obrigação é receber as promessas presentes sem fingir que a mortalidade já foi revestida de imortalidade.

Vincent Cheung percebeu a tensão, mas suas próprias formulações não permaneceram iguais. Em *Cura bíblica*, obra anterior e mais cautelosa, ele defende que Deus ainda cura, rejeita o cessacionismo e trata a oração como ocasião da cura; ao mesmo tempo afirma que Deus, em sua soberania, cura quem quer e quando quer, concedendo antecipações da restauração perfeita futura. Chega a usar Epafrodito como exemplo de misericórdia soberanamente dispensada.[1] Em *Fulcro* e nos textos reunidos em *Bastidores*, a linguagem se torna muito mais categórica: Mateus 8 é lido como posse presente da cura, Tiago 5 como promessa direta, e a vontade secreta deixa de ser admitida como reserva capaz de neutralizar a vontade revelada.[2]

Não há honestidade em citar a fase desejada e esconder a outra. A mudança importa porque toca a pergunta pastoral central: Deus prometeu curar cada enfermo, agora, se houver fé, ou ordenou uma

prática geral na qual concede curas segundo sua distribuição soberana?

Não resolveremos a tensão escolhendo a frase mais forte apenas porque desejamos uma doutrina forte, nem escolhendo a mais cautelosa porque nossos resultados atuais a tornam confortável; a Escritura deve arbitrar inclusive entre as formulações de Cheung. Mateus 8 estabelece que a cura física pertence à obra messiânica e que Isaías não pode ser confinado a um perdão desencarnado, e não diz, naquela cena, que todo cristão ficará imediatamente livre de toda enfermidade durante esta era. E permite que a Igreja trate cura como benefício estranho ao evangelho? Também não permite. O Salmo 103 louva aquele que perdoa todas as iniquidades e sara todas as enfermidades, e a confissão revela o caráter e as obras do Deus da aliança, embora o próprio salmo compare os dias do homem à erva e recorde sua mortalidade (Salmos 103.3, 15-16).

A redenção corporal é certa, as antecipações são reais e a Igreja recebe mandamentos e promessas para buscá-las. A questão seguinte precisa ser colocada diante do texto que fala diretamente à assembleia.

A oração da fé salvará o doente

“Está alguém entre vós doente?”, pergunta Tiago. O enfermo deve chamar os presbíteros da Igreja, que orarão sobre ele e o ungirão com óleo em nome do Senhor. “E a oração da fé salvará o doente, e o

Senhor o levantará; e, se houver cometido pecados, ser-lhe-ão perdoados" (Tiago 5.14-15). A passagem não oferece uma possibilidade decorativa: há um doente, uma ordem para chamar, uma ordem para orar e uma promessa de que o Senhor levantará, e o agente aparece com clareza: não é o óleo, não são os presbíteros e nem mesmo a fé como força; o Senhor o levantará.

O óleo pode carregar o sentido de cuidado, consagração ou sinal visível, e a oração dos presbíteros expressa a vida corporativa e a responsabilidade de liderança; nenhum dos dois contém eficácia independente. Deus escolheu associar a restauração à oração da fé no corpo.

Alguns tentam enfraquecer a passagem dizendo que "salvar" seria apenas salvação espiritual, e o contexto não permite a fuga. Tiago começa com alguém doente, manda orar sobre ele e diz que será levantado, e depois acrescenta o perdão se pecados tiver cometido, distinguindo sem separar a restauração e o perdão, enquanto outros confinam a promessa ao primeiro século sem encontrar no parágrafo qualquer data de validade. A instrução pertence à vida da Igreja, ao lado da confissão mútua e da intercessão, e Elias é apresentado como homem sujeito às mesmas paixões que nós para impedir que o exemplo seja guardado numa classe inacessível.

O cessacionista precisa explicar por que uma ordem e uma promessa dadas à assembleia perderam vigência, e apelar ao fechamento do cânon não basta, visto que o texto não liga a cura à produção de Escritura, e a Escritura suficiente é precisamente o documento que manda orar.

Resta a expressão decisiva: “a oração da fé”. O artigo permite transformar qualquer som religioso em garantia automática? Não permite. O capítulo 14 distinguiu a fé bíblica geral, pela qual assentimos à Palavra, de uma manifestação específica de fé distribuída pelo Espírito para determinada obra, e em 1 Coríntios 12 a fé aparece entre manifestações particulares, ao lado dos dons de curas e de operações de milagres, distribuídos pelo mesmo Espírito conforme ele quer. Todo cristão crê no evangelho, e nem todo cristão recebe em cada ocasião a certeza específica de um resultado particular. A oração da fé não é aquela em que alguém aperta a mente até expulsar toda sensação de dúvida, repete uma fórmula com volume suficiente ou teme admitir a dor para não “confessar derrota”, e sim petição nascida do assentimento à Palavra e, no caso particular, da certeza que Deus produz em relação à obra.

Essa certeza pode acompanhar os presbíteros, o enfermo ou outro membro; continua sendo fé porque tem conteúdo verdadeiro, e continua sendo dom porque Deus a causa. E quando Deus produz a fé pela qual se pede o que ele decidiu associar à petição, o Senhor levanta o enfermo sem receber de criatura alguma a eficácia de sua ação.

Essa distinção protege a promessa sem fabricar uma máquina, e também nos impede de inverter o texto contra o doente. Tiago manda chamar os presbíteros. Se nada acontece, por que a primeira suspeita cairia automaticamente sobre quem jaz na cama? Talvez a incredulidade pertença a quem foi chamado, à comunidade que não ensinou a Palavra ou à tradição que recitou a oração enquanto explicava por que ela não deveria esperar resposta; talvez haja

pecado a confessar, talvez a aplicação tenha sido precipitada, talvez não tenha ocorrido a oração de fé de que o texto fala. Nós não conhecemos o interior de todos os participantes, e o resultado não nos entrega, por revelação, o culpado. Acusar o enfermo sem esse conhecimento é acrescentar dor à dor; frequentemente serve para preservar a reputação do ministro: se houve cura, o homem de poder recebe o crédito, e se não houve, o doente recebe a culpa.

Esse sistema jamais perde porque já distribuiu a glória e a vergonha antes de começar. O evangelho faz o oposto, pois o Senhor levanta, todos dependem e a comunidade inteira se submete ao exame da Palavra.

Cristo curava, os discípulos foram enviados

Os Evangelhos apresentam a cura como intervalo acidental entre discursos? Não apresentam. Jesus anuncia o reino e cura toda sorte de doenças, perdoa pecados e manda o paralítico levantar, expulsa demônios e devolve pessoas à convivência. Quando João Batista envia discípulos desde a prisão, atravessado pela pergunta de saber se Jesus é aquele que havia de vir, a resposta aponta para obras interpretadas pela profecia: cegos veem, coxos andam, leprosos são purificados, surdos ouvem, mortos ressuscitam e pobres são evangelizados (Mateus 11.2-6).

A palavra explica a obra, e a obra manifesta a identidade daquele sobre quem a palavra falava. Não são dois evangelhos, um intelectual

e outro poderoso. É o Rei verdadeiro tornando inteligível o reino por palavras e atos.

Ele envia os Doze a proclamar e curar, e depois envia os setenta ou setenta e dois com ordem semelhante, ampliando desde cedo o círculo de participantes (Mateus 10.1,7-8; Lucas 9.1-2; 10.1,9). Em Atos, a expansão ultrapassa novamente o colégio apostólico: Estevão faz sinais e maravilhas, Filipe prega, cura e expulsa espíritos em Samaria, Ananias impõe as mãos sobre Saulo, e os coríntios recebem dons de curas e operações de milagres. O capítulo 18 examinará em extensão o movimento expansionista, e o dado necessário já está diante de nós: curas não foram propriedade exclusiva dos apóstolos.

A tese de que os sinais autenticavam os apóstolos confunde uma função com exclusividade, pois Paulo fala em sinais de apóstolo e, ainda assim, Lucas narra sinais feitos por quem não tinha o ofício, porque um selo pode acompanhar de maneira concentrada o mensageiro autorizado sem proibir Deus de agir por outros membros.

Hebreus 2.3-4 diz que a grande salvação foi testemunhada por sinais, prodígios, vários milagres e distribuições do Espírito. O cessacionista lê o passado do verbo e conclui que o testemunho terminou, mas o autor descreve a recepção histórica da mensagem por sua geração e não acrescenta que Deus cessou de testemunhar quando os primeiros ouvintes morreram. Marcos 16.17-18 é frequentemente citado, com a afirmação de que sinais acompanhariam os que cressem, inclusive a imposição de mãos sobre enfermos; a conclusão longa de Marcos, porém, tem conhecido problema textual e não deve carregar sozinha uma doutrina que dispõe de bases indisputadas. A

fé precisa ocultar uma variante para salvar o poder? Não precisa. João 14.12, Atos, 1 Coríntios 12 a 14 e Tiago 5 permanecem. O argumento mais forte não teme retirar de si um apoio contestado.

O cessacionismo ainda procura em 1 Coríntios 13 a data de encerramento. Paulo afirma que profecias, línguas e conhecimento parcial cessarão quando vier o perfeito; que então veremos face a face e conheceremos como somos conhecidos; chamar o cânon completo de "o perfeito" não corresponde à visão face a face nem ao conhecimento descrito, e a consumação oferece o horizonte natural. Até lá, a Igreja aguarda a revelação de Cristo sem carecer de dom algum (1 Coríntios 1.7). A continuidade é, portanto, a conclusão mínima. Mas o mínimo pode virar esconderijo: uma igreja assina que Deus ainda cura, convida o enfermo a procurar ajuda em qualquer lugar, faz uma oração sem expectativa e considera sua cláusula continuísta prova de fidelidade, de modo que a porta doutrinária permanece aberta e ninguém atravessa. É contra essa permissão estéril que o expansionismo protesta, pois o derramamento alcança mais tipos de pessoas, a missão atravessa mais lugares e Cristo promete as mesmas obras e maiores.

Não basta dizer que Deus *pode* curar, como se a onipotência abstrata fosse a boa notícia. A pergunta bíblica é o que ele prometeu, o que ordenou e o que distribuiu ao corpo.

As obras maiores e o perigo da régua

“Aquele que crê em mim também fará as obras que eu faço, e as fará maiores do que estas, porque eu vou para meu Pai” (João 14.12). Cheung coloca essa promessa no centro de seu expansionismo e insiste que as obras incluem os milagres que, nos versículos anteriores, testemunham a relação de Cristo com o Pai. A ida ao Pai inaugura o derramamento do Espírito e a multiplicação do corpo, e não uma era inferior; o versículo seguinte preserva a fonte, pois aquilo que for pedido em nome de Cristo, ele fará, para que o Pai seja glorificado no Filho. O crente não supera Jesus como causa: Jesus glorificado age em muitos membros e amplia histórica e geograficamente sua obra.

A leitura que reduz “maiores” apenas ao número de conversões percebe corretamente o alcance posterior da missão, e não precisa excluir o caráter milagroso das obras no contexto, e a grandeza pode reunir a extensão, a quantidade e a magnitude sem converter discípulos em concorrentes do Mestre.

Contudo, uma promessa de aumento não nos entrega uma régua infalível para cada culto, cidade ou geração. O capítulo 18 distinguirá cinco eixos e reconhecerá pesos exegéticos diferentes: a distribuição mais ampla e a continuidade até a consumação têm apoio direto, a superioridade de magnitude depende da interpretação de “maiores”, e a expansão de geração em geração é a síntese programática de Cheung. Essa honestidade protege a doutrina de virar propaganda. Contar alegações não é contar milagres, e um testemunho sem exame, uma dor que diminuiu por alguns minutos, um diagnóstico

que nunca foi confirmado e uma narrativa que cresce cada vez que atravessa o púlpito não podem ser somados para provar que a geração ultrapassou Cristo. Deus precisa de números inventados para defender a promessa dele? Não precisa. Quando a Igreja mente sobre poder, não demonstra fé; demonstra que já não acredita que a verdade baste.

Há também uma régua mais cruel, aplicada ao indivíduo. Se a direção é expansiva, conclui-se que todo enfermo deve manifestar imediatamente a curva ascendente, e se não manifesta, alguém o acusa de bloquear o programa. Mas o expansionismo pertence primeiro ao movimento do corpo e da missão; não a uma estatística que transforma cada pessoa num experimento: o Espírito distribui conforme quer, nem todos têm dons de curas, e a fé para uma obra particular continua sendo dom. Podemos e devemos ensinar, pedir, desejar, impor as mãos e esperar mais, recusando usar a soberania como arma de retirada; não podemos declarar, sem revelação, que conhecemos todos os elementos de cada caso.

A grande expectativa pertence à Igreja inteira, e o cuidado paciente pertence a cada enfermo. Trocar um pelo outro produz ou uma doutrina sem compaixão ou uma compaixão sem promessa.

O milagre não é técnica

O Novo Testamento apresenta palavras, gestos e objetos associados a curas: Jesus ordena, toca, faz lodo, manda lavar, pessoas tocam suas

vestes, a sombra de Pedro e lenços ligados a Paulo aparecem em narrativas, discípulos impõem as mãos, e Tiago menciona óleo. Seria fácil recolher esses elementos, procurar o padrão mais frequente e fabricar um método, e a variedade foi preservada também para frustrar esse projeto, porque o mesmo Cristo cura à distância e pelo toque, de imediato e ao longo do caminho, depois de uma pergunta e sem receber pedido algum. A forma serve à ocasião. Contém o poder? Não contém. O lodo que participou de uma cura não fundou um sacramento de barro, e o óleo de Tiago não virou combustível espiritual.

Quando homens tentam reproduzir o extraordinário por técnica, a história de Simão, o mágico, já responde: ele viu o Espírito ser concedido pela imposição das mãos, ofereceu dinheiro para adquirir a autoridade e recebeu de Pedro a condenação de quem imaginou comprar o dom de Deus (Atos 8.18-23).

Sob linguagem mais sofisticada, a técnica retorna hoje. Pode ser a frase exata que deve ser pronunciada, o tom de comando, a proibição de pedir duas vezes, a necessidade de produzir certa sensação, a "atmosfera" construída pela música ou a contribuição financeira que provaria fé. Alguns distinguem com utilidade a petição dirigida a Deus da ordem dirigida à enfermidade, e Jesus e os apóstolos de fato ordenam em várias cenas; mas até a ordem é ocasião verbal, e não comando de uma criatura soberana sobre a realidade, pois se Deus não agir, a sintaxe imperativa não fabricará um nervo. Outros mandam o enfermo negar os sintomas, como se dizer a verdade sobre a dor fosse incredulidade. A fé bíblica jamais falsifica o estado presente; Abraão considerou o próprio corpo amortecido e, ainda

assim, não duvidou da promessa, encarando o fato e subordinando-o à palavra de Deus.

Confessar a verdade não significa chamar doença de saúde antes da cura, mas afirmar que o poder e a promessa de Deus julgam a doença e não são julgados por ela.

O dinheiro torna a deformação especialmente visível. Cristo mandou: “De graça recebestes, de graça dai” (Mateus 10.8). A pessoa enferma ocupa uma posição vulnerável, e prometer acesso privilegiado ao poder em troca de oferta transforma esperança em mercado. O ministro talvez diga que não vende cura, apenas ensina semeadura, honra ou compromisso; se a doação passa a funcionar como condição insinuada da resposta, o nome mudou e a simonia permaneceu. O mesmo vale para objetos “ungidos” comercializados como portadores de potência: Deus pode associar uma obra a um pano, a óleo ou a água, e ninguém recebe por isso propriedade sobre a eficácia, muito menos licença para embalá-la. O dom glorifica Cristo e edifica o corpo. A celebridade que concentra testemunhos, dependência e dinheiro ao redor de si pode multiplicar eventos enquanto diminui a Igreja.

Os textos usados para ensinar resignação

Paulo deixou Trófimo doente em Mileto (2 Timóteo 4.20), aconselhou Timóteo a usar um pouco de vinho por causa do estômago e de frequentes enfermidades (1 Timóteo 5.23) e quase

perdeu Epafrodito, que adoeceu até perto da morte e recebeu misericórdia de Deus (Filipenses 2.25-27). Esses textos são verdadeiros e precisam permanecer verdadeiros depois de toda pregação sobre cura, pois demonstram que membros fiéis adoeceram, que meios ordinários foram usados e que nem toda enfermidade desapareceu no primeiro momento, e não demonstram que Tiago 5 perdeu validade, que os dons cessaram ou que a Igreja deveria esperar regressão. Trófimo estar doente registra um estado quando Paulo partiu, e não uma doutrina sobre seu destino nem uma proibição de oração; o vinho de Timóteo confirma que usar meios pode pertencer à providência, sem dizer que ninguém orou ou que a cura milagrosa deixou de existir.

Epafrodito quase morreu e foi curado, e Paulo chama a restauração de misericórdia e não de mecanismo dominado pelo apóstolo. O próprio fato de um cooperador chegar perto da morte impede triunfalismo fácil, enquanto sua recuperação impede transformar o sofrimento em vocação permanente.

O espinho na carne de Paulo recebe peso ainda maior. Três vezes ele pediu que o espinho fosse afastado e recebeu a resposta: “A minha graça te basta, porque o meu poder se aperfeiçoa na fraqueza” (2 Coríntios 12.9). Muitos concluem que o espinho era doença e fazem da passagem uma explicação universal para enfermidades não curadas, e Paulo o chama de mensageiro de Satanás que o esbofeteava, dado por causa da abundância das revelações para impedir exaltação. O texto identifica o espinho como doença? Não identifica. Propostas incluem perseguição, oposição demoníaca, aflição corporal e outras formas de fraqueza, e a incerteza proíbe

construir sobre ele uma certeza contra passagens claras de cura. Mesmo que tivesse componente físico, a resposta foi revelação específica a Paulo, e não declaração de que Deus oferece a mesma negativa a todo enfermo: o apóstolo soube por que a aflição permanecia porque Deus lhe respondeu, e quem usa o caso dele para explicar o silêncio diante de outra pessoa reivindica uma informação que não recebeu.

Jó também é chamado ao púlpito como patrono da resignação, embora o livro termine com sua restauração. Sua aflição não nasceu de uma teologia de saúde perfeita, e seus amigos erraram ao deduzir culpa particular do sofrimento; esse erro deve nos acompanhar como advertência, porque um resultado doloroso não revela automaticamente o pecado secreto que o causou. Jesus recusa a escolha simplista quando encontra o cego de nascença: nem ele nem seus pais pecaram de modo que a cegueira pudesse ser atribuída à culpa particular investigada pelos discípulos, e as obras de Deus seriam manifestadas nele (João 9.1-3). A resposta declara que doença jamais se relaciona a pecado? Não declara. Em João 5, Cristo adverte o homem curado a não pecar mais; em 1 Coríntios 11, Paulo liga fraqueza, doença e morte ao modo como alguns tratavam a ceia; Tiago menciona perdão, de sorte que a Escritura oferece várias relações e, por isso mesmo, nos proíbe escolher uma sem conhecimento. Confissão e exame pertencem ao cuidado; acusação adivinhatória, não.

Cristo no Getsêmani é o caso mais santo, e também o mais abusado. Ele pediu que o cálice passasse e submeteu a petição à vontade do Pai, e o cálice não era uma doença acidental nem uma bênção que lhe

faltava compreender: era a missão expiatória anunciada pela Escritura e assumida pelo Filho. Usar “não seja como eu quero” para ensinar que toda promessa de cura talvez esconda uma vontade contrária transforma a singularidade da cruz numa desculpa para a incredulidade. A submissão de Cristo anulou a Palavra? Cumpriu-a, que é o contrário. O crente também se submete ao governo divino sobre qualquer resultado, e aprende a vontade normativa naquilo que Deus revelou: onde não recebeu promessa particular, pode pedir reconhecendo sua ignorância, e onde recebeu ordem e promessa, a humildade consiste em crer, não em redigir uma exceção secreta.

Quando o enfermo não se levanta

Chegamos à cama que nenhum sistema deveria atravessar depressa. Pessoas fiéis pediram e morreram; pais impuseram as mãos sobre filhos, igrejas jejuaram, presbíteros ungiram, e o relatório piorou. Alguns foram ensinados a esperar e, quando nada aconteceu, perderam alguém amado e, com ele, a confiança de que poderiam ler uma promessa sem serem enganados por quem a explicava. Outros sobreviveram à doença e precisaram sobreviver também à culpa religiosa: disseram-lhes que uma palavra de dúvida cancelou a cura, que o tratamento médico provou incredulidade ou que um pecado escondido fechou a porta, e eu não conheço defesa doutrinária digna de Cristo que precise esmagar essas pessoas para conservar aparência de coerência.

Mas a compaixão também pode tornar-se infiel quando transforma a experiência em cânon. “Pedimos e não aconteceu; logo, Deus não prometeu” é uma inferência tão inválida quanto “não aconteceu; logo, o doente não creu”, porque o resultado conhecido não contém todas as premissas. Podemos ter interpretado mal o texto, aplicado uma promessa geral como garantia particular, pedido sem a fé específica descrita por Tiago ou interrompido antes do tempo; incredulidade, pecado e desordem podem pertencer a qualquer participante, inclusive à liderança; o relato do que aconteceu pode estar incompleto; e há casos nos quais Deus revelou menos do que desejamos saber.

Essas possibilidades não são uma lista pela qual se escolhe, de fora, a culpa mais conveniente. São limites de nossa inferência, e impedem que o fracasso se torne revelação contra a Palavra e que a doutrina se torne licença para condenar o sofredor.

A distinção entre norma e diagnóstico precisa permanecer. Normativamente, a Igreja deve ensinar que Cristo cura, desejar dons de curas, chamar presbíteros, confessar pecados, orar com fé e esperar expansão, e deve recusar a teologia que faz da doença um mestre melhor do que o Espírito ou da morte uma bênção em si: a doença é inimiga, ainda quando Deus a governa e produz bem no meio dela, e a morte é o último inimigo, não uma amiga cristianizada. Diagnosticamente, porém, não sabemos por que cada pessoa ainda está enferma. Podemos examinar o que a Escritura nos autoriza a examinar, corrigir erros claros, continuar pedindo e usar os meios disponíveis; não podemos inventar decreto secreto, pecado secreto ou falta de fé secreta.

Quando nenhuma explicação foi revelada, a frase honesta é menor do que nosso desejo: não sei. Essa ignorância redefine o caráter de Deus, ou encerra a oração? Nem uma coisa nem outra. Ela apenas impede que ocupemos o lugar daquele que conhece.

E abandonamos o enfermo se a cura demora? Também não. O corpo de Cristo não existe apenas para celebrar quem se levantou no palco: carrega quem continua deitado, organiza alimento e tratamento, companhia e sustento, escuta o medo e permanece em oração. A assistência é confissão de derrota? É amor obediente durante a batalha. Jesus curou os que vieram a ele e também chorou diante do túmulo que logo abriria, e saber que Lázaro ressuscitaria não tornou suas lágrimas falsas. A certeza escatológica e a expectativa presente não anestesiam a compaixão. Pelo contrário, dão nome ao inimigo diante do qual choramos e esperança à obra pela qual permanecemos.

Sinais que acompanham a Palavra

Sinais e maravilhas têm relação com a proclamação sem se tornarem fundamento da verdade. Em Atos, a cura do coxo abre uma multidão para a pregação de Pedro, os sinais de Filipe acompanham o anúncio em Samaria, e Paulo e Barnabé falam ousadamente enquanto o Senhor testemunha da palavra de sua graça concedendo sinais e prodígios (Atos 14.3). O milagre chama atenção, confirma o caráter do reino e pratica misericórdia real. O coxo foi usado apenas como

cartaz apologético? Recebeu pernas. A compaixão e o testemunho não concorrem: Deus faz bem à pessoa e, na mesma obra, torna visível a autoridade do nome anunciado.

Entretanto, a Palavra não se torna verdadeira depois que um acontecimento a autentica por um exame independente dela. Se fosse assim, precisaríamos primeiro conhecer infalivelmente o milagre, sua origem e seu significado por outra epistemologia, e o sinal ocuparia o lugar do axioma. A Escritura interpreta o sinal e julga a alegação. Os apóstolos não pregavam “algo poderoso ocorreu, portanto aceitem qualquer explicação que oferecermos”; pregavam Cristo conforme as Escrituras, e as obras acompanhavam a mensagem. Quando uma cura é alegada, podemos verificar o fato com os recursos disponíveis, ouvir testemunhas, comparar diagnósticos e corrigir exageros, e o resultado dessa investigação terá muitas vezes o estatuto de opinião histórica bem fundada, e não de revelação. E a nossa certeza do evangelho depende da perfeição dos prontuários de uma campanha? Não depende. Ao mesmo tempo, o medo de fraude justifica a decisão prévia de que nada pode acontecer? Não justifica. A verdade factual serve tanto contra o charlatão quanto contra o cético.

O sinal também confronta o poder religioso instalado. Uma instituição pode administrar doutrina abstrata durante anos e ainda se proteger da pergunta sobre a vida que produz, e a cura objetiva perturba essa acomodação ao deslocar a atenção do cargo para a mão de Deus e pode ocorrer por meio de um membro sem prestígio. É por isso que o pedido de Atos 4 une ousadia, cura e maravilhas numa comunidade ameaçada por autoridades religiosas: os líderes do

templo tinham a posição, o edifício e o reconhecimento, e o homem curado estava de pé, e eles nada podiam dizer contra o fato (Atos 4.14-16). O sinal não aboliu a necessidade de interpretação, e retirou de quem administrava o templo a tranquilidade de controlar todos os termos. Ainda assim, movimentos de poder podem construir suas próprias estruturas de proteção: o curador famoso torna-se intocável, testemunhos protegem finanças opacas, e a linguagem de "não tocar no ungido" impede julgamento, de modo que a obra que deveria distribuir participação funda outra elite. O expansionismo precisa então voltar-se contra seu próprio sucesso aparente: se o corpo depende cada vez mais de uma personalidade, houve concentração, não expansão.

Mais poder sem menos verdade

Podemos recolher o argumento. A cura física pertence à obra messiânica e antecipa a ressurreição; Jesus a fez como manifestação do reino, enviou discípulos a realizá-la e continuou agindo depois da ascensão, e o Espírito distribui dons de curas e operações de milagres no corpo. Tiago ordena que o enfermo chame os presbíteros e promete que o Senhor o levantará na ocasião da oração da fé, e nenhum texto estabelece o fechamento do cânon como data de cessação, e João 14 aponta para obras que continuam e se ampliam porque Cristo vai ao Pai. A Igreja, portanto, não recebe licença para sistematizar a retirada: o continuísmo mínimo acerta ao negar o funeral e erra quando transforma vida em possibilidade arquivada.

Cheung chama a Igreja a esperar aumento de participantes e de frequência, de alcance e de poder, e essa convocação encontra lugar na cadeia deste livro desde que permaneça governada pela Escritura e pela distinção entre os pesos de cada inferência.

O ocasionalismo impede que a convocação degenere em técnica. Deus causa a fé, a oração, o dom e a cura; mãos e óleo, palavras e médicos, remédios e repouso são realidades e ocasiões, não concorrentes de Deus nem recipientes de eficácia autônoma, porque o enfermo pensa e pede, decide e recebe como criatura verdadeira, o ministro fala e impõe as mãos como membro verdadeiro, e somente o Senhor levanta. Daí procedem a ousadia e a humildade ao mesmo tempo: podemos mandar que a doença saia quando a fé para isso foi dada, pedir com perseverança e esperar obras maiores sem imaginar que o tom da voz obriga Deus, podemos usar meios sem idolatrá-los e abandoná-los quando forem transformados em senhores, e podemos investigar testemunhos sem naturalismo e rejeitar fraudes sem cessacionismo.

Resta o sofrimento. Não o chamaremos de bem em si, não faremos dele sacramento de maturidade e não permitiremos que resultados interpretem a vontade revelada; também não atribuiremos automaticamente a falta de cura ao doente, ainda que haja pecados a confessar, doutrinas a corrigir, dons a desejar e uma fé específica que Deus precisa produzir, e há igualmente particulares que desconhecemos. A Igreja deve permanecer quando a resposta ainda não apareceu, e sua teologia será medida não apenas pelo testemunho que publica, mas pelo modo como trata quem continua sofrendo.

Se abandona o enfermo depois de usá-lo como palco, negou com sua vida o corpo que alegava curar; se o acompanha enquanto pede mais, a compaixão se torna ocasião de outra espécie de milagre, e membros deixam de viver para a autopreservação e carregam uns aos outros sob o Cabeça.

Dons distribuídos exigem uma Igreja diferente da plateia organizada ao redor de um especialista. A oração pelos enfermos pertence aos presbíteros, e a manifestação do Espírito é dada a cada um para o bem comum, de sorte que a liderança serve à vida que não criou e não pode monopolizar. A cura, os sinais e as maravilhas expõem, portanto, mais do que uma controvérsia sobre o sobrenatural: perguntam quem age, quem participa, quem recebe glória e o que acontece com o membro fraco depois que as luzes se apagam. O poder religioso instalado prefere respostas que preservem seu controle, e por isso proíbe a manifestação ou a concentra numa casta.

A Igreja viva pede outra vez que Deus estenda a mão, julga tudo pela Palavra e abre espaço para que os membros sirvam. Ela não fabrica o tremor. Ora, obedece e permanece. E quando o Senhor levanta o enfermo, é o corpo inteiro que aprende novamente de onde vem a vida.

Notas

1. Vincent Cheung, *Cura bíblica*, caps. 1, “Cura e expiação”, e 3, “Cura e ministério”. Nessa formulação, Cheung afirma a cura na

expiação e a continuidade do ministério, mas descreve as curas presentes como antecipações soberanamente concedidas da restauração futura e menciona Epafrodito ao tratar da misericórdia divina. ↩

2. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, especialmente os caps. 4, “A palavra de Deus é a vontade de Deus”, e 7, “O mandato de cura congregacional”; e *Bastidores: Sinais e maravilhas*, especialmente as discussões de Isaías 53, Mateus 8.16-17 e Tiago 5.15. As obras posteriores adotam uma formulação mais categórica do que *Cura bíblica*. ↩

CAPÍTULO 17 — A IGREJA VIVA CONTRA A FORTALEZA INSTITUCIONAL

“Ora, vós sois o corpo de Cristo, e seus membros em particular.” (1 Coríntios 12.27)

Depois que as luzes se apagam

Nenhuma campanha de milagres consegue responder, enquanto as luzes permanecem acesas, à pergunta que nos trouxe até aqui: o que acontece com o membro fraco depois que o testemunho não veio, a enfermidade permaneceu e o ministro seguiu para outra cidade? A pergunta não diminui a cura, não transforma compaixão em argumento cessacionista e não pede que a Igreja troque a promessa por cuidados paliativos. Ela apenas retira o corpo ferido do uso retórico ao qual os dois partidos o submeteram e o devolve ao lugar onde Paulo o colocou: entre membros que sofrem juntos, recebem honra uns dos outros e não podem dizer “Não tenho necessidade de ti” (1 Coríntios 12.21). Quando o enfermo é curado, o corpo se alegra;

quando ainda geme, o corpo não o abandona. A diferença entre uma Igreja e um evento começa aí, no minuto em que o resultado deixa de servir à reputação do palco e volta a pertencer à pessoa por quem Cristo morreu, e essa diferença, se acompanhada além do evento, conduz-nos a um problema maior. Durante séculos, cristãos ergueram estruturas para proteger o ensino e o culto, a disciplina e o patrimônio.

Não há pecado necessário nisso, e uma comunidade que se reúne deve saber onde e quando: crianças hão de ser ensinadas e recursos administrados, falsos mestres confrontados, pessoas vulneráveis protegidas, e a espontaneidade não santifica desordem, e a recusa de toda forma pode esconder apenas a forma privada do homem mais carismático na sala, e o instrumento oferece uma tentação peculiar: porque organiza muitas funções legítimas, começa a apresentar sua própria continuidade como condição da vida que deveria servir. A casa recebe muralhas para guardar os moradores; depois as muralhas exigem que os moradores vivam para conservá-las. O nome da comunidade e o patrimônio, o cargo e o estatuto, a confissão e a cadeia de comando deixam de responder à pergunta “como serviremos ao corpo?”, e passam a determinar quais partes do corpo podem falar, denunciar, amadurecer ou partir. A instituição virou idólatra quando construiu uma secretaria? Não virou. Tornou-se idólatra quando sua autopreservação adquiriu o direito de interpretar a Palavra e sacrificar membros.

Não vou chamar aqui toda organização de fortaleza, nem todo pastor de dominador, nem toda discordância de abuso. A acusação generalizada seria intelectualmente preguiçosa e pastoralmente

perigosa: permitiria que pessoas indisciplinadas batizassem ressentimento de liberdade, que falsos mestres escapassem do exame e que o individualismo se apresentasse como eclesiologia superior, porque há autoridade na Igreja, há doutrina pela qual batalhar, há disciplina que exclui e liderança que merece honra. A questão é anterior: o que é a Igreja à qual essas funções pertencem, de onde recebem autoridade e qual limite impede que o servo se anuncie como cabeça? Se errarmos aqui, a defesa da ordem produzirá uma máquina; se reagirmos à máquina negando a ordem, deixaremos os feridos diante de novos manipuladores sem nome e sem prestação de contas. Convém voltar ao corpo antes de discutir seus instrumentos.

A Igreja existia antes do endereço

No Novo Testamento, a Igreja aparece como assembleia e povo, família e templo, rebanho, noiva e corpo. Que imagem esgota a realidade? Nenhuma, e cada uma impede um tipo de usurpação. A assembleia reúne pessoas convocadas, não paredes, e a família recebe identidade do Pai, não do cartório; o templo é formado por pedras vivas, o rebanho pertence ao Supremo Pastor, a noiva aguarda o Noivo e o corpo vive unido ao Cabeça. A comunidade pode ter endereço, registro e bens, e não é produzida por eles, porque antes que houvesse uma basílica cristã, havia Igreja em casas e prisões, em caminhos e cidades; antes que uma denominação escrevesse seu estatuto, Cristo já acrescentava os que eram salvos e distribuía o Espírito (Atos 2.47). O endereço localiza uma reunião, e

não contém o corpo, embora essa afirmação pareça óbvia somente até o momento em que suas consequências alcançam a nossa linguagem, porque dizemos “vou à igreja” e logo aprendemos a imaginar que a Igreja permaneceu no prédio durante a semana.

Chamamos uma organização de “a obra de Deus” e tratamos sua expansão imobiliária como crescimento do reino, e perguntamos a alguém “de qual igreja você é?” e esperamos o nome de uma marca, não a confissão de que pertence a Cristo e, nele, aos santos.

A linguagem comum não é heresia automática, pois todos entendemos abreviações, e ainda assim pode educar silenciosamente a mente. Quando o prédio fecha, alguns pensam que perderam a Igreja, e quando a denominação os expulsa, acreditam ter sido separados do corpo. Quando uma estrutura antiga erra, defendem-na porque não conseguem imaginar que Cristo preserve sua noiva enquanto retira o candeeiro de uma instituição. A Confissão de Westminster, escrita por homens certamente interessados em ordem visível, ainda assim declara que até as igrejas mais puras estão sujeitas a mistura e erro, que algumas degeneram até deixarem de ser igrejas de Cristo e que somente o Senhor Jesus é Cabeça.[1] A permanência da Igreja garante a permanência de cada organização que usa o nome dela? Não garante.

Isso também significa que não existe uma oposição simples entre uma Igreja invisível e pura, espiritual, e toda expressão visível e material, corrompida. Os eleitos se reúnem no tempo, ouvem vozes humanas, partem pão e batizam, corrigem e ajudam pessoas cujos nomes conhecem. A comunhão dos santos jamais dispensa proximidade, e o irmão há de descobrir que você tem alimento para

poder recebê-lo. A Igreja universal torna-se reconhecível em comunidades particulares, sempre mais ou menos fiéis, nas quais a Palavra é ensinada e os membros servem, e o erro institucional não se cura pela fuga para uma igreja imaginária composta apenas por mim, minha Bíblia e cristãos distantes que nunca podem contrariar-me.

O corpo transcende uma geografia sem tornar o encontro dispensável. Ele pode sobreviver fora da estrutura que o aprisionou e deve procurar forma concreta de vida comum, precisamente porque membros não existem sozinhos.

Membros uns dos outros

Paulo não diz apenas que cada cristão pertence a Cristo; diz que somos membros uns dos outros (Romanos 12.5; Efésios 4.25). A expressão fere a autonomia e a hierarquia idólatra ao mesmo tempo. Fere a autonomia porque minha vida, meu dom, meu dinheiro e meu conhecimento não foram dados para uma espiritualidade privada, e fere a hierarquia porque o membro sem título continua pertencendo ao corpo, recebe manifestação do Espírito para o bem comum e não pode ser reduzido a consumidor do ministério alheio. Em 1 Coríntios 12, o olho não é corpo inteiro, a mão não pode dispensar o pé e a cabeça não pode dizer aos pés que não precisa deles (1 Coríntios 12.14-21).

Os membros aparentemente mais fracos são necessários e recebem maior honra (1 Coríntios 12.22-24). A igualdade aqui não significa identidade de função, maturidade ou responsabilidade. Significa que todos recebem vida do mesmo Cristo, participam do mesmo Espírito, têm a mesma dignidade redimida e permanecem necessários à comunhão segundo a distribuição divina.[2]

É justamente essa doutrina que o culto contemporâneo consegue confessar enquanto organiza sua negação prática. Algumas centenas de pessoas entram, observam profissionais cantarem, escutam um homem falar, entregam recursos e saem tendo exercido quase nenhuma função que o Novo Testamento descreve com "uns aos outros": ensinar, admoestar, confessar, carregar, hospedar, e a lista bíblica é bem mais longa do que isso, e a plateia de domingo raramente chega à metade dela. Não há pecado em ouvir uma exposição extensa nem em receber música bem preparada; o problema nasce quando a reunião inteira comunica que ministério é aquilo que acontece da plataforma para as cadeiras, enquanto os demais participam pela atenção e pelo financiamento. A plateia pode ser numerosa e fiel, e até emocionada. Continua sendo uma forma fraca de corpo se os membros jamais aprendem a mover-se.

Culpar somente o líder é fácil, e a passividade tem seduções próprias. Pensar por meio de outro economiza o risco do erro, pagar uma equipe evita o custo de conhecer necessidades, e admirar um dom extraordinário dispensa o desenvolvimento do dom recebido, e muitos membros desejam um pastor que decida tudo e depois se ressentem do poder que lhe entregaram. A instituição oferece um acordo silencioso: o profissional carrega a responsabilidade

espiritual, o público preserva a vida privada, e ambos chamam o resultado de ordem. O Novo Testamento rompe o acordo, porque pastores aperfeiçoam os santos para a obra do ministério, mestres ensinam pessoas que serão capazes de ensinar outras, e o Espírito distribui a cada um; a palavra de Cristo habita ricamente quando os próprios membros ensinam e admoestam uns aos outros (Efésios 4.11-12; 2 Timóteo 2.2; 1 Coríntios 12.7; Colossenses 3.16).

A liderança não substitui o corpo: equipa-o até que ele deixe de depender infantilmente da liderança para fazer aquilo que Cristo distribuiu.

Um só Cabeça

"Sobre esta pedra edificarei a minha igreja", diz Cristo (Mateus 16.18). Cada palavra retira uma pretensão humana: *edificarei* põe a ação em Cristo e atribui-lhe a eficácia, *minha* declara posse e *igreja* nomeia a comunidade que as portas do inferno não vencerão. Cheung destaca essa estrutura ao tratar da Igreja invencível: Cristo usa instrumentos humanos, porém os efeitos pertencem ao seu poder; a comunidade é dele, e sua promessa não se aplica automaticamente a qualquer organização que reivindique o título.[3] O ocasionalismo dá a essa confissão precisão causal.

Um pregador fala, uma mulher hospeda, um jovem profetiza; em cada caso, somente Deus produz a vida e o entendimento que o gesto serve. Nenhuma criatura se torna dispensável por não ser causa, mas

nenhuma pode converter utilidade em senhorio, e é nessa conversão indevida que a liderança começa a ocupar o lugar do Cabeça.

O processo raramente se anuncia com blasfêmia explícita: um pastor dedicado suporta anos difíceis, conhece a história das famílias, protege a comunidade de erros e torna-se a pessoa a quem todos recorrem. Há bem real nisso, e a gratidão dos membros é justa. A dívida torna a crítica mais grave, não mais leve: justamente porque recebeu confiança, sua palavra adquire peso capaz de ultrapassar o argumento, e justamente porque serviu, a comunidade passa a imaginar que não sobreviveria sem ele, e justamente porque enfrentou inimigos, toda discordância interna começa a parecer aliança com o inimigo.

O líder talvez não tenha planejado a centralização. Pode até lamentar o cansaço enquanto recusa, uma por uma, as condições que permitiriam a outros amadurecer. A fortaleza cresce ao redor de um homem que se tornou simultaneamente prisioneiro e guardião.

Cristo protege a autoridade dele mantendo os discípulos infantis? Não protege. Ele distribui dons, envia, corrige, chama amigos aqueles a quem deu a conhecer o que ouviu do Pai e promete sua presença ao corpo (João 15.15; Mateus 28.20). Quando Paulo recusa dominar a fé dos coríntios, não renuncia ao apostolado; usa autoridade apostólica para delimitar a autoridade humana, e quando manda que o imitem, acrescenta “como também eu de Cristo” (1 Coríntios 11.1); quando pronuncia anátema, liga-o ao evangelho recebido; quando exige reconhecimento de seus escritos, identifica neles mandamento do Senhor.

A autoridade ministerial é forte porque é derivada e determinada. Diz “receba esta palavra porque Cristo a ordenou”, e nunca “obedeça-me porque ocupo o cargo”; e, se não consegue mostrar a ligação, não pode usar a necessidade geral de liderança para fabricar uma obrigação particular.

A Palavra em muitas bocas

Entregar ministério aos membros significa entregar a verdade à votação das experiências? Não significa. A mesma Escritura que manda que a palavra de Cristo habite ricamente em todos, para que ensinem e admoestem uns aos outros, também manda calar quem traz doutrina diferente, provar os espíritos, julgar profecias e rejeitar o homem faccioso depois de advertências (1 Timóteo 1.3; 1 João 4.1; 1 Coríntios 14.29; Tito 3.10). O sacerdócio dos santos não faz de cada impressão uma revelação nem de cada interpretação um direito soberano, e sim torna cada cristão responsável diante do texto, capaz de aprender e perguntar, argumentar e servir, sem depender de uma casta que pense em seu lugar. Os bereanos foram elogiados por conferirem a pregação apostólica nas Escrituras, e não por terem opiniões próprias (Atos 17.11). E qual é a alternativa à tirania do púlpito? O círculo em que ninguém pode estar errado é que não. É a comunidade inteira sob uma Palavra que pode mostrar quem errou, embora essa ordem exija trabalho mais difícil do que centralizar a fala. Líderes devem ensinar lógica elementar e doutrina, leitura e coragem.

Membros devem abandonar a preguiça pela qual chamavam a opinião do pastor de convicção pessoal, e todos hão de suportar o tempo de perguntas imaturas sem tratar imaturidade como rebelião. Uma reunião em que mais pessoas falam pode multiplicar a confusão e o erro, razão pela qual Paulo organiza a participação coríntia: dois ou três falem, os demais julguem, e tudo ocorra para edificação e com ordem (1 Coríntios 14.29, 26, 40), e repare no que essa ordem faz. Não entrega toda manifestação a um especialista; disciplina a pluralidade para que o corpo aprenda. A instituição prefere frequentemente uma eficiência mais limpa, com uma voz preparada, nenhum risco público e perguntas filtradas, e recebe em troca uma comunidade que parece organizada enquanto permanece incapaz de discernir quando a única voz se desvia. *O Ministério da Palavra*, de Cheung, insiste que a autoridade pertence à Escritura soprada por Deus, não à opinião de participantes nem ao prestígio de intérpretes; é essa supremacia, e não o silêncio dos membros, que impede o relativismo.[4]

Pastores continuam sendo ovelhas

O Novo Testamento dissolve pastores numa igualdade sem forma? Não dissolve. Cristo concede pastores e mestres; presbíteros governam e ensinam, vigiam, e devem ser estimados; os santos são exortados a obedecer aos que velam pelas almas deles (Efésios 4.11; 1 Timóteo 5.17; Hebreus 13.17), e A reação contra abuso costuma ler esses textos com medo, porém o medo não altera o texto. Uma

comunidade sem liderança reconhecida não se torna automaticamente livre: o poder migra para a personalidade mais persuasiva, para o financiador, para a família antiga ou para quem controla informação, agora sem nome de ofício que permita cobrar qualificações.

O cargo visível pode ser examinado; a influência que finge não existir frequentemente governa sem prestação de contas. E as qualificações apostólicas mostram por que o exame precisa alcançar o cargo: o ofício não cria uma espécie superior.

O presbítero deve ser sóbrio, hospitaleiro, apto para ensinar, não violento, não amante do dinheiro, governando bem a própria casa e tendo bom testemunho (1 Timóteo 3.2-7). Pedro o proíbe de dominar os que lhe foram confiados e o coloca sob o Supremo Pastor; Paulo adverte os presbíteros de Éfeso de que, dentre eles mesmos, surgiriam homens falando coisas perversas para arrastar discípulos (1 Pedro 5.2-4; Atos 20.29-30). O perigo não vive apenas fora do presbitério, e o título não cura a depravação, e a ordenação não concede exceção antropológica.

Gordon Clark, ao comentar as Epístolas Pastorais, trata as qualificações, o ensino e a ordenação como exigências objetivas que restringem quem pode ocupar o ofício; não como uma unção privada que torna o ocupante imune ao mesmo texto.[5]

Por isso a honra bíblica é cegueira? Não é. Hebreus manda obedecer líderes que velam e prestar atenção ao resultado de sua vida; 1 Tessalonicenses pede reconhecimento dos que trabalham e admoestam; 1 Timóteo protege o presbítero de acusações sem testemunhas e, no mesmo movimento, manda repreender

publicamente os que persistem no pecado, para temor dos demais (Hebreus 13.7, 17; 1 Tessalonicenses 5.12-13; 1 Timóteo 5.19-20). A proteção processual não é imunidade moral; pelo contrário, a visibilidade e o dano possível tornam necessária uma correção que a comunidade possa reconhecer. Quando a instituição usa “não aceites acusação” para impedir investigação, omite a continuação que expõe o pecado confirmado; quando usa “não toqueis nos meus ungidos”, texto sobre os patriarcas e a proteção providencial de Deus, para silenciar testemunhas, transforma poesia pactual em escudo administrativo (Salmos 105.14-15).

Pastores são dons ao rebanho e permanecem ovelhas do mesmo Pastor. Precisam de cuidado e amizade, de sustento e de defesa contra calúnia. Devem também ser detidos quando ferem aquilo que deveriam guardar.

A disciplina não é propriedade do disciplinador

Mateus 18 começa com um irmão que peca contra outro, não com uma administração procurando infrações que consolidem seu poder. O ofendido procura o irmão; se não for ouvido, leva uma ou duas testemunhas; se a recusa permanece, a questão chega à Igreja; somente depois da resistência continuada ocorre a exclusão (Mateus 18.15-17). Há paciência e prova, progressão e finalidade

restauradora. O mesmo capítulo fala da ovelha desviada que o Pai não deseja perder e termina com o perdão (Mateus 18.12-14, 21-35).

Retirar a disciplina desse ambiente transforma uma cirurgia do corpo em instrumento penal do gabinete. A disciplina cristã não existe para proteger a reputação da organização, nem para eliminar perguntas incômodas, nem para punir quem escolheu outra comunidade.

Existe para confrontar pecado demonstrável conforme a Palavra e ganhar o irmão, proteger os fracos e preservar a verdade entre pessoas que pertencem umas às outras; e essa finalidade julga tanto a omissão quanto o abuso, porque uma igreja que tolera predadores, adultério protegido por prestígio ou fraude financeira não age com graça: entrega membros ao dano para conservar uma paz falsa. Paulo censura Corinto por gloriar-se enquanto um pecado público contaminava a comunidade, e nunca por disciplinar demais (1 Coríntios 5.1-6). Ao mesmo tempo, uma liderança que reúne acusações vagas, como “rebeldia”, “falta de honra” ou “espírito divisivo”, sem apresentar o ato, o mandamento violado e as testemunhas, está produzindo um processo impossível de responder, e o acusado precisa adivinhar qual pergunta se tornou pecado, enquanto a ambiguidade permite que qualquer defesa confirme o diagnóstico de rebeldia. A linguagem espiritual funciona como cela sem porta: quanto mais a pessoa tenta sair, mais prova que deveria permanecer presa.

Também aqui o ocasionalismo retira a glória errada, porque a disciplina não causa arrependimento: a advertência e a exclusão, as lágrimas e a restauração, são ocasiões pelas quais Deus pode

quebrantar e ensinar, e preservar; o disciplinador não é dono da consciência do outro nem pode fabricar submissão por pressão social. Isso impede duas deformações, e a primeira ameaça com perda de salvação sempre que alguém perde reconhecimento institucional, como se as chaves do reino tivessem sido transformadas em propriedade privada de um conselho. A segunda abandona toda disciplina porque não pode mudar o coração. Cristo manda falar, ouvir, julgar e, quando necessário, excluir, e Deus continua sendo aquele que concede arrependimento; a comunidade obedece sem divinizar o procedimento.

Confissões que se lembram de que são confissões

Uma confissão de fé pode ser ato de humildade histórica. Em vez de cada geração fingir que começou a ler a Bíblia sozinha, a Igreja registra conclusões, controvérsias, palavras testadas e erros que já cobraram preço. Um credo curto permite que cristãos de lugares diferentes reconheçam a fé comum; um catecismo ensina crianças; padrões doutrinários limitam o improviso do pregador e tornam possível perguntar se ele ainda ensina aquilo que prometeu ensinar, e o homem que rejeita toda tradição frequentemente não escapou da tradição; apenas obedece àquela que não aprendeu a nomear. Há gratidão devida a concílios e reformadores, a pastores e comunidades que conservaram formulações verdadeiras em épocas de grande pressão.

Mas essa gratidão não compra silêncio, e uma confissão se torna fortaleza quando deixa de resumir deduções e passa a encerrar a possibilidade de deduzi-las novamente. Seus guardiões dizem que ela é subordinada à Escritura, porém tratam toda revisão como infidelidade, mesmo quando o crítico apresenta o texto e os passos do argumento. A fórmula "não somos infalíveis" permanece no prefácio; na prática, nenhuma conclusão importante pode estar errada, porque admitir erro ameaçaria a identidade e a ordenação, o emprego e a comunhão denominacional, e a confissão deixa de ser mapa produzido pela Igreja e se torna fronteira do que a Escritura tem permissão para dizer. A ironia é particularmente grave em tradições que confessam a suficiência bíblica: o documento que declara existir uma autoridade superior recebe proteção contra essa autoridade.

Westminster afirma que Deus somente é Senhor da consciência (Tiago 4.12; Romanos 14.4), deixando-a livre de doutrinas e mandamentos humanos contrários à Palavra ou acrescentados a ela em matéria de fé e culto; chama a exigência de fé implícita e obediência cega de destruição da consciência e da razão. A mesma assembleia declara que sínodos e concílios podem errar e erraram, devendo suas decisões ser recebidas somente quando concordam com a Palavra.[6] Não precisamos usar esses princípios contra Westminster como gesto de superioridade; precisamos permitir que Westminster os use contra nós.

A melhor homenagem a uma confissão reformada consiste em reformá-la onde a Escritura demonstrar necessidade, e nunca em conceder-lhe a infalibilidade que ela recusou. Uma tradição viva

entrega ao filho instrumentos para examiná-la, e a estrutura endurecida entrega-lhe apenas juramentos.

Como a fortaleza aprende a respirar

A instituição idólatra não se reconhece pelo tamanho, pela idade nem por ter funcionários. Uma igreja doméstica pode ser governada por um patriarca absoluto, e uma denominação extensa pode estabelecer processos honestos de correção. A fortaleza é uma relação de poder antes de ser um edifício. Ela surge quando a sobrevivência da estrutura se torna premissa não declarada de todas as decisões: fatos que ameaçam a reputação são escondidos, textos que ameaçam a prática recebem interpretações especiais, vítimas são tratadas como riscos, amigos do líder tornam-se investigadores, o dinheiro decide quais pecados podem ser nomeados e a unidade é medida pela ausência de voz contrária.

Cada ato isolado recebe justificativa plausível, e juntos formam uma arquitetura na qual a verdade pode entrar somente se prometer não derrubar nenhuma parede, e o dinheiro oferece um teste direto dessa permissão, porque o Novo Testamento manda sustentar os que ensinam, socorrer necessitados, administrar ofertas com integridade e evitar até aparência de suspeita. Ter orçamento e salário, e patrimônio, pode ampliar serviço real. Mas quando o sustento do líder depende de que a comunidade nunca reexamine sua doutrina, a consciência encontra um credor; quando funcionários sabem que

denunciar significa perder renda e casa, amigos e referência espiritual, no mesmo dia, a estrutura reuniu poderes que exigiriam controles mais fortes e frequentemente recebe menos.

Paulo organiza coleta com representantes escolhidos pelas igrejas para que ninguém o censure na administração da oferta (2 Coríntios 8.18-21). A transparência não insultava sua autoridade apostólica; protegia o bem diante de Deus e dos homens. O líder contemporâneo que chama prestação de contas de desconfiança reivindica mais do que Paulo.

O dialeto oferece outro teste, porque toda comunidade desenvolve abreviações e palavras queridas, e isso pode fortalecer a memória. Na fortaleza, porém, o vocabulário distribui imunidade. *Visão* significa o projeto do líder; *aliança* quer dizer permanência sem condições; *honra* passa a ser silêncio diante do superior, e *cobertura*, dependência de autorização. *Família* exige renúncia a limites, *unidade* mede-se por concordância pública, e *amargura* nomeia a memória que não aceitou a versão oficial. Que palavra precisa ser falsa em todos os usos? Nenhuma. Esse é precisamente o perigo, porque o conteúdo bíblico conhecido empresta santidade a uma função institucional escondida. Perguntar por definição torna-se então ato libertador: qual proposição está sendo afirmada, onde a Escritura a ensina, a quem se aplica e que fato poderia mostrar que a acusação é falsa? E depois do dialeto vem o silêncio, e os problemas são tratados “internamente” até que *internamente* signifique entre os mesmos homens cuja decisão está sob exame, e testemunhas são proibidas de conversar em nome de Mateus 18, embora Mateus 18 mande acrescentar testemunhas e finalmente falar à Igreja. A

confidencialidade, virtude necessária para proteger intimidade e impedir fofoca, torna-se segredo exigido para proteger poder. Nem toda informação pertence a todos; detalhes de aconselhamento, pecados confessados e dados de vítimas requerem cuidado.

Mas o princípio não pode ser invertido. Quem se protege? A pessoa vulnerável da exposição e a comunidade do perigo, e não a autoridade da verdade. Quando o segredo impede que membros saibam que um predador foi movido para outra função, já não é discrição, e sim participação.

Diótrefes ainda gosta do primeiro lugar

João oferece um retrato pequeno o bastante para caber numa carta e completo o bastante para atravessar séculos. Diótrefes gosta de exercer a primazia, não recebe os apóstolos, profere palavras maliciosas, recusa acolher irmãos e expulsa da Igreja os que desejam fazê-lo (3 João 9-10). O texto descreve apenas uma doutrina falsa? Descreve um mecanismo institucional. O amor ao primeiro lugar controla a informação e a hospitalidade, a reputação e o pertencimento. Diótrefes não precisa negar formalmente Cristo: basta que a comunhão com Cristo passe por sua aprovação, e que a porta da comunidade se feche para quem não confirma o domínio dele, e esse homem reaparece sob sistemas episcopais e presbiterianos, congregacionais e informais, porque sua verdadeira denominação é a carne. Pode vestir terno ou camiseta, herdar uma

cátedra antiga ou fundar uma comunidade contra todas as cátedras. A forma de governo altera oportunidades e controles. Regenera o governante? Não regenera. Um bispo pode prestar contas a ninguém, e um conselho pode dividir entre amigos uma irresponsabilidade coletiva; uma assembleia pode ser manipulada por informação seletiva, e uma rede sem estatuto pode obedecer ao fundador com devoção maior do que qualquer paróquia.

Que arquitetura eclesiástica substitui a renovação da mente? Nenhuma, embora algumas facilitem correção e outras concentrem risco. A pergunta é qual ordem corresponde melhor ao texto e admite, na prática, que seus próprios ocupantes continuam precisando do texto.

Cheung chama de perseguição eclesiástica o uso de autoridade religiosa para silenciar ou punir dissidentes por razões não autorizadas, entre elas a preservação de controle e as doutrinas ou tradições antibíblicas, e distingue isso da disciplina legítima voltada à pureza, à honra de Deus e ao bem do ofensor.[7] A distinção é necessária porque o perseguido pode ser realmente herege e o disciplinado pode alegar perseguição; sofrimento não autentica uma tese. Mas também o cargo não autentica a decisão, e precisamos examinar o conteúdo e a competência, a prova e o processo. Quem afirmou o quê? Qual texto governa? A autoridade tinha competência? As testemunhas foram ouvidas? O mesmo padrão seria aplicado ao líder? A finalidade foi ganhar o irmão e proteger o corpo, ou retirar uma ameaça à reputação? A apagogia do capítulo 11 entra aqui no corredor da igreja. Uma decisão espiritual que não suporta

perguntas talvez dependa menos do Espírito do que da porta fechada.

Aos que saíram levando culpa

Agora preciso diminuir a voz, porque há leitores para quem "instituição" não é conceito sociológico, mas o lugar onde aprenderam a orar, conheceram amigos, casaram, enterraram pais e depois descobriram que a mesma linguagem de família seria usada para impedi-los de dizer a verdade. Sair não lhes pareceu trocar de congregação; pareceu abandonar Deus, perder a própria história e trair pessoas a quem ainda amavam. Alguns foram expulsos; outros permaneceram até o corpo adoecer; outros ainda não sabem se o que viveram foi abuso ou apenas conflito no qual também pecaram.

Uma crítica fácil à instituição pode oferecer alívio momentâneo e deixá-los sem Igreja, desconfiando de toda autoridade e dependentes de vozes digitais que jamais carregarão seu caixão ou dividirão o pão em sua cozinha.

Não lhes direi que toda saída foi correta, porque não conheço os casos e a dor não produz infalibilidade. Direi que uma instituição não é dona do corpo de Cristo e, portanto, não pode levá-lo consigo quando retira um nome do cadastro. Se você está unido a Cristo, pertence aos membros mesmo durante uma estação em que não sabe onde reunir-se. A disciplina injusta há de ser julgada pela Palavra, e a culpa aprendida deve ser separada da culpa verdadeira; pecados

reais cometidos durante o conflito podem ser confessados sem aceitar a narrativa inteira dos dominadores. Alguém pode ter respondido com ira a uma injustiça real, ter falado imprecisamente sobre um abuso verdadeiro ou ter ferido alguém enquanto tentava sobreviver. Arrependimento não exige chamar mentira de verdade. Permite abandonar o próprio pecado sem devolver ao agressor o governo da consciência.

Mas a cura aponta novamente para o corpo, pois talvez seja necessário um tempo de silêncio, pequenas reuniões, amizade antes de membresia formal, perguntas que uma comunidade saudável não teme e limites que protejam a casa enquanto a confiança reaprende a andar. Ainda assim, o isolamento não pode tornar-se doutrina final. Os mandamentos recíprocos exigem pessoas reais; a Ceia é comunhão; os dons procuram outros; a correção de que fugimos por abuso continua sendo graça quando exercida em amor.

Nenhuma igreja local será formada apenas por sobreviventes que jamais frustram uns aos outros. Procuramos irmãos e líderes que permitem à Palavra nomear a falha, corrigir o cargo e restaurar a comunhão sem sacrificar a vítima.

Quando a estrutura volta a servir

Uma instituição pode arrepender-se porque pessoas podem arrepender-se e modificar as relações que sustentam. O retorno começa com verdade, e nunca com nova campanha de imagem. Abre

arquivos, escuta quem foi silenciado, afasta preventivamente quem representa risco, chama investigação que não dependa dos acusados, presta contas dos recursos e informa à comunidade o necessário sem expor vítimas. Confessa pecados com nomes e verbos, não com a névoa de “erros foram cometidos”.

Repara quando pode, e aceita perder patrimônio e posição, e prestígio, antes de pedir que outro membro perca a consciência. Nenhuma dessas ações compra perdão; são frutos adequados ao arrependimento que a própria instituição pregava aos indivíduos. E, passada a urgência da crise, servir ao corpo exige menos dramatização e mais circulação.

Pluralidade real de presbíteros impede que colegas existam apenas para confirmar um fundador, as qualificações são reavaliadas depois da ordenação e as finanças recebem olhos independentes. As denúncias têm caminhos que não terminam na pessoa denunciada, as decisões doutrinárias apresentam razões escriturísticas e os membros aprendem a discordar sem ameaça de exílio; os dons encontram espaço fora do palco, e os fracos recebem honra concreta no orçamento, no acesso e no tempo.

A reunião pública continua tendo direção e ensino, e ordem, e deixa de funcionar como totalidade da Igreja. Casas abrem, refeições circulam, mestres formam mestres, jovens servem, idosos aconselham, e mulheres e homens exercem os dons que lhes foram distribuídos dentro dos limites que a Escritura realmente estabelece, não dos medos que o costume acrescentou.

Esse serviço não despreza beleza, excelência ou competência. Um som bem operado pode ajudar a assembleia; um prédio seguro

acolhe; uma escola teológica prepara; um arquivo preserva; uma denominação coordena missões e socorro. O corpo não prova espiritualidade usando instrumentos ruins; apenas se recusa a medir vida pela sofisticação deles. A cadeira confortável não consolou ninguém, o estatuto não pregou por si e a plataforma não produziu dom.

Deus age em ocasiões materiais e organizadas sem conceder-lhes causalidade divina. Quando a estrutura se lembra disso, pode crescer sem exigir culto. Torna-se andaime: necessário durante parte da construção, útil enquanto serve, perigoso quando confundido com o edifício vivo que Cristo está levantando.

Um corpo que se expande

Agora a passagem ao expansionismo deixa de ser um salto. Se o Espírito distribui manifestações a cada membro para o bem comum, a expansão exige uma Igreja na qual membros possam participar; se filhos e filhas, se jovens e velhos, se servos e servas recebem, a concentração permanente numa casta contradiz a direção do derramamento; se pastores aperfeiçoam os santos para a obra do ministério, seu sucesso não se mede por quantas funções conservaram, mas por quantas vidas aprenderam a servir sob Cristo. A fortaleza prefere poder controlado: ou proíbe dons, ou os autoriza apenas quando passam pelo centro. O corpo vivo discerne e corrige, e abre espaço.

Não celebra toda manifestação, e tampouco chama ordem ao monopólio. Essa abertura explica por que reformas apenas administrativas fracassam quando a mentalidade permanece carnal. Podemos trocar o estatuto, reduzir títulos, reunir em casas e ainda reconstruir a mesma fortaleza ao redor de uma personalidade. A renovação começa quando a Palavra altera o pensamento sobre a glória, a autoridade e a necessidade. O líder já não é origem, porque Deus dá o crescimento; o membro já não é plateia, porque recebeu graça, e a comunidade já não finge perfeição porque Cristo, não sua reputação, garante a Igreja.

Ocasionalismo e eclesiologia encontram-se aqui: somente Deus causa vida e, por isso, pode distribuir ocasiões de serviço sem ameaçar qualquer centro humano legítimo. O pastor não perde quando outro membro amadurece. A perda existia apenas no reino imaginário em que o rebanho lhe pertencia.

Recolho, então, a casa com que começamos. Paredes protegem do frio, portas distinguem entrada e saída, janelas permitem luz, e ninguém chama esses limites de opressão enquanto servem à vida. A fortaleza nasce quando as paredes se tornam finalidade, as portas abrem apenas para os leais ao guardião e as janelas são fechadas para que ninguém compare a ordem interna com o dia lá fora: Cristo não veio destruir a casa de seu povo.

Veio habitá-la, distribuir dons entre os moradores e expulsar os que transformaram a casa do Pai em mercado e domínio (João 2.14-16; Mateus 21.12-13). Há lugar para pastores e confissões, para disciplina e orçamento, para ensino e forma; não há lugar para outro Cabeça.

O Espírito sai da sala central, e antes de segui-lo era necessário saber quem caminha. Não é uma marca religiosa avançando sobre o mapa, nem uma liderança multiplicando filiais de si, nem uma instituição chamando expansão ao aumento de sua dependência. É o corpo de Cristo: muitos membros, um Espírito, uma Palavra, um Cabeça (1 Coríntios 12.12-13; Efésios 4.4-6). A Igreja viva não precisa abandonar toda estrutura para escapar da idolatria; precisa obrigar cada estrutura a ajoelhar-se.

Então as portas voltam a abrir.

E os membros saem para servir o Cabeça que os reuniu.

Notas

1. *Confissão de Fé de Westminster*, cap. XXV, §§ 1–6, especialmente as afirmações de que as igrejas mais puras estão sujeitas a mistura e erro e de que somente Cristo é Cabeça da Igreja. ↩
2. Romanos 12.3-8; 1 Coríntios 12.4-27; Efésios 4.7-16; 1 Pedro 4.10-11; ver também *Confissão de Fé de Westminster*, cap. XXVI, “Da comunhão dos santos”. ↩
3. Vincent Cheung, *Fé Invencível*, cap. 1, “A Igreja invencível”, exposição de Mateus 16.13-18. ↩
4. Vincent Cheung, *O Ministério da Palavra*, parte I, especialmente “Autoridade” e “Suficiência”. ↩

5. Gordon H. Clark, *The Pastoral Epistles*, comentários sobre 1 Timóteo 3, 5 e Tito 1; ver também Atos 20.28-31 e 1 Pedro 5.1-4. ↩

6. *Confissão de Fé de Westminster*, cap. XX, § 2, “Da liberdade cristã e da liberdade de consciência”, e cap. XXXI, §§ 3–4, “Dos sínodos e concílios”. ↩

7. Cheung, *Fé Invencível*, cap. 1, na discussão sobre perseguição eclesiástica, disciplina legítima e ataques internos contra a Igreja. ↩

PARTE V — A EXPANSÃO

CAPÍTULO 18 — EXPANSIONISMO: O SENTIDO ORIGINAL

“E há de ser que, depois derramarei o meu Espírito sobre toda a carne, e vossos filhos e vossas filhas profetizarão, os vossos velhos terão sonhos, os vossos jovens terão visões.” (Joel 2.28) “E nos últimos dias acontecerá, diz Deus, Que do meu Espírito derramarei sobre toda a carne; E os vossos filhos e as vossas filhas profetizarão, Os vossos jovens terão visões, E os vossos velhos sonharão sonhos;” (Atos 2.17)

Um debate pequeno demais

Há debates cuja própria formulação já concede ao erro mais do que ele poderia conquistar por argumento, e o debate entre cessacionismo e continuísmo é um deles. De um lado, pergunta-se se determinados dons e poderes do Espírito cessaram com os apóstolos, com o fechamento do cânon ou com alguma fase inicial da Igreja; de

outro, responde-se que podem continuar, que nada na Escritura demonstra sua extinção e que Deus ainda pode fazer milagres. O segundo lado parece ousado apenas porque o primeiro reduziu o horizonte. Quando a incredulidade estabelece a linha de partida, admitir que alguma coisa talvez continue soa como vitória. Vincent Cheung recusa o enquadramento inteiro.

Para ele, a Bíblia não se ocupa primordialmente em assegurar que o poder permaneça no mesmo nível; sua direção é expansiva; o continuísmo vence a pergunta estreita, a de saber se os dons continuam, e perde a pergunta que o texto impõe, a de saber para onde caminham.

A diferença ultrapassa o vocabulário; uma igreja pode afirmar formalmente a continuidade dos dons e passar décadas sem esperar, ensinar ou praticar coisa alguma; Cheung olha para essa estabilidade satisfeita e vê regressão, pois conservar a possibilidade abstrata impede o funeral da doutrina e ainda não cumpre a ordem de crescer. Ele seleciona o termo porque, segundo declara, não conhece reconhecimento oficial anterior para a doutrina que deseja nomear. Usa-o em sentido espiritual, especialmente para os poderes sobrenaturais e milagres feitos por Deus em associação com seu povo.

Sua tese prevê que esses poderes ultrapassem o que foi manifestado no ministério terreno de Cristo: o aumento inclui quantidade e frequência, alcança intensidade e magnitude, e se estende pela diversidade dos participantes e dos lugares, acumulando impulso à medida que a Igreja avança.[1]

Qualquer extensão posterior ao pensamento, à educação, à história ou à cultura deverá partir dessa definição original. A autoridade de Cheung não pode ser usada para legitimar uma doutrina que ele não formulou, e ampliar uma palavra sem primeiro respeitar os limites impostos por seu autor seria apropriação disfarçada de fidelidade. O expansionismo original afirma que a promessa do Espírito cria uma trajetória de aumento nas manifestações sobrenaturais ligadas ao evangelho, com participação mais ampla, maior potência e alcance crescente, e as teorias gerais de progresso civilizacional, projetos de reconstrução política e triunfos institucionais pertencem a outras discussões. Efeitos culturais podem acompanhar o movimento, estruturas podem ser alcançadas e denominações podem crescer, e nenhum desses resultados fornece a medida do reino ou o ponto de partida da doutrina. Até o cessacionista confessa que Deus age, de modo que o conflito não opõe um Deus ativo a outro inerte; ele se concentra na direção atribuída pela Escritura ao período posterior a Cristo, que pode ser retirada progressiva, manutenção mínima ou avanço.

Cheung responde com a última alternativa e constrói uma cadeia que parte da promessa, passa pelo Messias e pelo derramamento do Espírito, alcança a Igreja e segue até os confins da terra, e a validade do expansionismo dele depende de cada elo suportar o peso que lhe foi confiado.

Definição em cinco eixos

E se “expansão” não pudesse ser convertida em proposições verificáveis? Viraria slogan. Na formulação de Cheung, seu conteúdo se distribui por cinco eixos que se cruzam.

Quantidade

O primeiro eixo é quantitativo. O ministério terreno de Jesus esteve limitado, segundo sua humanidade, a determinados anos, a determinados lugares e a determinados encontros, enquanto uma Igreja multiplicada através das nações inclui multidões de crentes, assembleias e missões; se os mesmos tipos de obra acompanham o evangelho nessa difusão, seu número total cresce.

Frequência

Inflar a quantidade pela soma de exceções toleradas ao longo dos séculos não serve, e Cheung espera maior frequência na vida do povo de Deus, porque quando uma doutrina admite cura, profecia ou línguas e organiza toda a prática para que nunca ocorram, a permissão abstrata dela é continuísmo apenas nominal.

Intensidade e magnitude

Nem a soma de eventos pequenos esgota o conceito. Apoiado sobretudo na promessa das “obras maiores” de João 14.12 e nas declarações sobre a fé que move montanhas, Cheung sustenta um

aumento qualitativo: obras maiores do que as que Cristo fez no ministério dele terreno e crescimento de poder de geração em geração. Aqui se encontra o aspecto mais forte da tese; é também o mais controvertido.

Diversidade de representação

Romper a antiga concentração do poder em poucos profetas, reis ou apóstolos é o que a diversidade de representação significa. Filhos e filhas, jovens e velhos, servos e membros comuns da Igreja passam a participar; o Espírito atravessa as fronteiras de sexo e de idade, de posição social e de título, e de prestígio que uma elite religiosa preferiria conservar.

Alcance de domínio

O quinto eixo leva o movimento de Jerusalém à Judeia, a Samaria e aos confins da terra: povos antes situados fora da aliança histórica recebem o Espírito, enquanto as cidades, as regiões e as nações se tornam lugares de pregação e de libertação, de cura e de sinais. Essa geografia é inseparável da missão; nenhum dos eixos permanece isolado. A presença de mais pessoas em outros lugares aumenta a quantidade, a distribuição depende da formação de membros comuns, e a frequência torna o sobrenatural reconhecível no avanço do evangelho. A magnitude impede que a multiplicação designe apenas uma repetição enfraquecida. “Expansionismo” nomeia a dinâmica formada por essas relações.

Cheung tampouco prevê que cada indivíduo realizará todo dom ou que as assembleias manifestarão uma combinação uniforme, e seria impossível alegar honestamente que cada geração histórica já superou a anterior: sua afirmação diz respeito ao que *deveria* ocorrer segundo a trajetória e o mandamento. Por isso, o fracasso histórico acusa a Igreja em vez de refutar a promessa, uma vez que uma ordem permanece válida durante a desobediência, e a longa negligência de seus destinatários não altera aquilo que Deus prometeu. Essa resposta à história tem um limite. Explicar toda ausência exclusivamente pela incredulidade tornaria a doutrina imune ao exame, inclusive quando sua exegese ou seus relatos exigissem correção; a Escritura pode prometer algo explicitamente, permitir que outra conclusão decorra por inferência e ainda servir de base a um programa teológico mais amplo. E confundir esses pesos daria aos cinco eixos uma certeza uniforme que o próprio argumento não oferece.

O desejo de Moisés e a promessa dos profetas

Cheung começa a trajetória em Pentecostes? Não começa. Vê em toda a história bíblica um movimento que se torna progressivamente explícito, e Números 11 oferece uma de suas cenas decisivas. Setenta anciãos são convocados à tenda, mas Eldade e Medade permanecem no arraial e, quando o Espírito repousa sobre eles, profetizam justamente onde a concentração esperada não poderia controlá-los, e

um jovem corre para levar a notícia a Moisés, porque a profecia fora do lugar previsto se torna um problema que pede resposta imediata.

Josué, que servia Moisés desde a mocidade, intervém com urgência: “Moisés, meu senhor, proíbe-lho”. Uma única ordem bastaria para silenciar os dois homens e devolver à tenda a aparência de controle. É fácil reconhecer o temor do auxiliar zeloso, porque a manifestação no arraial parece ameaçar a ordem e diminuir a autoridade de quem ocupa o centro. Moisés não se deixa proteger dessa maneira: em vez de recuperar o monopólio, pergunta se Josué tem ciúmes por ele e responde, “Quem dera que todo o povo do SENHOR fosse profeta, e que o SENHOR pusesse o seu espírito sobre ele!” (Números 11.29).

A cena concentra um conflito que atravessará a história religiosa; Josué deseja resguardar a autoridade conhecida; Moisés olha além do próprio ofício e deseja a distribuição, e seu “quem dera” aponta para um povo inteiro sobre o qual o Espírito repousa, embora a realização ainda espere pela promessa profética.

Esse desejo aguarda realização plena até que Joel o transforma em promessa: Deus derramará seu Espírito sobre toda carne, e filhos e filhas profetizarão, os velhos terão sonhos e os jovens, visões, e até servos e servas receberão o derramamento (Joel 2.28-29). A lista afirma necessariamente que cada ser humano sem exceção profetizará? Não afirma. “Toda carne” é explicada por classes antes separadas por sexo, idade e condição social, e a unção deixa de ser prerrogativa concentrada e invade o povo, e a diversidade aparece como distribuição, e não como simples passagem cronológica de dons que existiam para dons que continuam. Aquilo que surgia em figuras escolhidas alcança uma comunidade ampla. Filhos e filhas

participam sem assumir o lugar de patriarcas, servos não precisam ascender socialmente, e o velho conserva seu lugar ao lado do jovem. As distinções criadas permanecem, porém deixam de funcionar como fronteiras da manifestação do Espírito. Cheung conecta a promessa ainda a Abraão, pois a bênção destinada às nações culmina, segundo Gálatas, na promessa do Espírito recebida pela fé (Gênesis 12.3; Gálatas 3.5,14).

O evangelho alcança os gentios com o perdão e com o Espírito prometido, e Paulo chega a mencionar aquele que concede o Espírito e opera milagres entre os gálatas (Gálatas 3.5, 14). A expansão abrange, portanto, os povos e o poder.

Essa leitura conserva juntas duas verdades que as tradições frequentemente separam. A universalidade missionária de Abraão e Joel costuma ser celebrada mesmo onde se silenciam as manifestações pelas quais os textos descrevem o Espírito; em outras comunidades, a experiência ocupa o centro e o conteúdo pactual e proposicional da promessa é abandonado. O expansionismo exige a união: o Deus que fala prometeu seu Espírito às nações e o ligou ao evangelho crido, de modo que a mensagem não chega sozinha enquanto deixa no passado o poder anunciado por seus próprios textos. O desejo de Moisés recebe em Joel a forma de promessa. Resta saber se o Messias restringe esse movimento ou o intensifica.

O Messias não formou uma geração inferior

Diante do ministério de Jesus, qualquer afirmação expansionista parece blasfema, porque não se vê como discípulos poderiam fazer obras maiores do que o Filho de Deus. A pergunta contém reverência compreensível e uma inferência inválida: se o próprio Cristo promete as obras, crer nelas não diminui sua glória e antes lhe atribui poder para cumprir o que disse. A honra do mestre é protegida pela impotência dos discípulos? O mestre decidiu agir por meio deles. Cheung reúne várias declarações.

Depois de amaldiçoar a figueira, Jesus diz que os discípulos fariam não somente aquilo. Mas poderiam ordenar que um monte se lançasse ao mar, se tivessem fé e não duvidassem (Mateus 21.21; Marcos 11.23); depois de expulsar um demônio, afirma que a fé como grão de mostarda moveria montanhas e que nada lhes seria impossível (Mateus 17.20); e, no discurso de despedida, aponta para suas obras e declara que aquele que crê fará também as obras que ele faz e fará maiores, porque ele vai para o Pai (João 14.11-12). No argumento de Cheung sobre João 14, “obras” inclui, pelo contexto, os milagres que testemunham a relação de Jesus com o Pai; a promessa alcança “aquele que crê”, em vez de nomear apenas os apóstolos, e atribui às obras uma grandeza posterior. Dessa combinação ele conclui que o texto ensina expansão, pois a continuidade simples não esgota a palavra “maiores”.[2]

Segundo a interpretação alternativa, as obras maiores são conversões, pregação global ou efeitos espirituais superiores aos sinais físicos. Há verdade na ampliação missionária, porque após a

ida de Cristo ao Pai e o envio do Espírito o evangelho alcança multidões e nações além do território de seu ministério terreno; contudo, essa verdade não exige retirar os milagres do termo. O contexto imediato os inclui, e o restante do Novo Testamento combina pregação, dons e sinais: “maiores” pode abranger alcance espiritual e geográfico sem tornar as obras anteriores irrelevantes. Convém distinguir a força das leituras sem esconder a posição adotada. Em sua forma mínima, João 14.12 estabelece que a partida de Cristo inaugura um ministério multiplicado pelo Espírito, e não uma geração condenada à inferioridade permanente; Cheung vai além, e sustenta que os crentes podem fazer os mesmos tipos de milagres e também milagres de magnitude superior. Seu expansionismo assume essa leitura forte, cuja defesa deve enfrentar diretamente o sentido de “maiores”.

Também não transformaremos “obras maiores” em rivalidade com Cristo, porque o versículo seguinte atribui a ação a ele: aquilo que pedirem em seu nome, ele fará, para que o Pai seja glorificado no Filho (João 14.13-14). O discípulo não supera Jesus como fonte de poder; Jesus glorificado age por meio de um corpo multiplicado obras que o ministério localizado, anterior à ascensão, não fez naquela forma e extensão, e a expansão glorifica o agente divino precisamente porque torna manifesta sua capacidade de agir em muitos. O ocasionalismo remove a falsa competição: se o dom fosse um poder criado depositado no homem, obras maiores poderiam parecer transferência de glória ou independência, e sendo Deus a causa de cada milagre, o crente participa como instrumento e ocasião. A ação de muitos membros manifesta o poder de Cristo com

maior amplitude histórica, sem acrescentar divindade à criatura por meio da qual ele age.

A Grande Comissão não autoriza uma edição de Cristo

Depois de declarar que toda autoridade no céu e na terra lhe foi dada, Jesus ordena que seus discípulos façam discípulos de todas as nações, batizando-os e ensinando-os a guardar tudo quanto ele mandou (Mateus 28.18-20). A missão se apoia na autoridade de Cristo, recebe as nações como campo e conserva como conteúdo tudo o que ele ordenou, e a presença prometida até o fim acompanha esse trabalho. Cheung lê esse mandamento como manifesto expansionista: o evangelho deve ultrapassar o território percorrido por Jesus segundo a carne, alcançar povos e reproduzir neles a obediência ao ensino do Mestre.

E uma Igreja não cumpre a comissão quando atravessa oceanos para ensinar às nações uma versão mutilada de Cristo, na qual suas ordens sobre fé e oração, sobre cura e libertação e poder, foram removidas por tradição posterior.[3] A inferência precisa de cuidado.

Nem toda ordem circunstancial dirigida a um indivíduo torna-se automaticamente mandamento idêntico para cada cristão: quando Jesus manda um homem apresentar-se ao sacerdote conforme a lei mosaica, o contexto pactual importa, e quando envia os Doze por determinada rota e proíbe naquele momento o caminho dos gentios,

a própria história posterior altera o campo. O que “tudo quanto vos ordenei” exige? Hermenêutica, e não reprodução indiferenciada. E o cuidado hermenêutico autoriza a eliminação de categorias inteiras sem texto? Não autoriza. Jesus envia os Doze para pregar, para curar e para expulsar demônios, estende proclamação e cura a um grupo mais amplo e promete obras aos que creem, e em Atos membros sem apostolado fazem tais obras, Tiago leva a oração de cura para a vida regular da assembleia, e Paulo distribui dons ao corpo. Essa convergência impede reduzir todo poder a uma instrução temporária e exclusiva dos Doze.

Na Grande Comissão o expansionismo vê um princípio de reprodução: discípulos formam discípulos que aprendem a obedecer, ensinam outros e atravessam novas fronteiras. Se o conteúdo inclui as promessas e ordens relativas ao Espírito, cada nova geração recebe junto à memória dos antigos sinais a instrução para viver sob o mesmo Cristo glorificado, e o objeto da comissão é a obediência dos novos discípulos, muito além de uma aula sobre aquilo que os primeiros fizeram.

A relação entre autoridade e poder está contida na abertura da comissão. Cristo chega ao “ide” depois de afirmar que toda autoridade lhe foi dada, fazendo o universalismo da missão repousar sobre seu governo universal, e Atos 1.8 acrescenta a capacitação do Espírito e a progressão geográfica.

Quando a missão conserva apenas organização e retórica, dinheiro e acesso cultural, ainda pode percorrer o mapa, e já abandonou a potência associada ao governo do Rei. A legitimidade de uma evangelização não depende da ocorrência de um milagre visível

naquele instante, como se a Palavra precisasse do fenômeno para tornar-se verdadeira; a Igreja, porém, carece do direito de ensinar um sistema que declara previamente indisponível aquilo que Cristo prometeu. A comissão transmite o ensino inteiro, embora Deus distribua manifestações conforme sua vontade e em suas ocasiões. O cessacionismo faz uma edição histórica: aceita a ordem de ir, aceita a ordem de ensinar e depois determina que parte daquilo que os primeiros discípulos ensinaram sobre o Espírito pertence apenas ao passado, e para sustentar a edição precisa de uma cláusula de encerramento, e o expansionista pergunta pelo texto dessa cláusula. Sem ela, “tudo quanto vos ordenei” pesa contra a redução.

Pentecostes: de poucos para toda carne

Antes da ascensão, Jesus promete que o Espírito virá sobre os discípulos e que receberão poder para testemunhar em Jerusalém, Judeia, Samaria e até os confins da terra (Atos 1.8), e a frase combina poder e geografia: não há missão global desprovida da capacitação prometida, nem experiência fechada num cenáculo sem direção às nações. Em Pentecostes, cerca de cento e vinte discípulos estão reunidos, entre os quais os Doze representam uma minoria; todos são cheios, falam em outras línguas e se tornam sinal público diante de povos diversos (Atos 1.15; 2.1-11). Pedro interpreta o acontecimento por Joel e o apresenta como início dos dias em que participam filhos e filhas, jovens e velhos, e também os servos e as servas.

Uma classe apostólica exclusiva seria incapaz de cumprir a profecia que ele acabou de citar. Cheung insiste que, desde o primeiro dia, a maioria daqueles que receberam manifestação profética não era composta de apóstolos.[4]

A observação atinge uma defesa cessacionista comum, a de que os milagres serviriam principalmente para autenticar os apóstolos e cessariam encerrada a função fundacional deles, e mesmo que os sinais tenham função de autenticação, não segue que somente apóstolos os façam, e Pentecostes distribui antes que o argumento possa restringir. Atos 2.38-39 amplia ainda a promessa: arrependimento e batismo, perdão e dom do Espírito são anunciados aos ouvintes, seus filhos e todos os que estão longe, tantos quantos Deus chamar. Há discussão sobre se "dom do Espírito" significa o próprio Espírito ou dons específicos, e no contexto de Joel e das manifestações acabadas de ocorrer o dom não pode ser esvaziado de toda potência profética, e receber o Espírito não garante que cada pessoa manifestará cada dom, e impede separar a pessoa do Espírito de sua liberdade de distribuir dons.

O movimento de Atos cumpre os eixos expansionistas ao retirar de Jerusalém qualquer pretensão de retenção. Samaria e os gentios recebem, e as casas, as cidades e as regiões são alcançadas, inclusive quando o Espírito antecede ou interrompe os planos dos mensageiros, e o poder atravessa propriedades imaginárias de etnia, de geografia e de instituição. O Pentecostes bíblico não cabe como aniversário cerimonial da Igreja celebrado por comunidades que rejeitam sua expectativa. O derramamento inaugura publicamente a distribuição anunciada pelos profetas, e interpretar a

excepcionalidade daquele início como prova de que nada semelhante deveria continuar equivale a ler uma abertura como se nela já estivesse escrito o encerramento.

Os membros comuns e a queda da elite

Atos destaca apóstolos. Monopoliza o sobrenatural neles? Não monopoliza. Cheung constrói parte importante de sua defesa sobre personagens sem título apostólico. Estevão foi escolhido para uma tarefa administrativa, tradicionalmente descrita como serviço às mesas; cheio de fé e do Espírito, fazia grandes sinais e prodígios, falou com sabedoria irresistível diante da elite teológica e, na iminência da morte, viu a glória de Deus e Cristo à direita do Pai (Atos 6 e 7). A narrativa considera o serviço material ou a ausência de apostolado obstáculos à atuação dele? Não considera. Filipe pertencia ao mesmo grupo: disperso pela perseguição, pregou em Samaria, expulsou espíritos e curou paralíticos e mancos, e um anjo e o Espírito o dirigiram até o encontro com o etíope, depois do qual foi transportado de modo extraordinário (Atos 8). Mais tarde, suas quatro filhas profetizavam (Atos 21.9), e a casa desse servidor reúne quatro mulheres proféticas, um fato que Lucas registra sem pedir licença a uma estrutura institucional posterior. Ananias é apresentado simplesmente como discípulo: depois de receber uma visão e conversar com o Senhor, procura Saulo, impõe-lhe as mãos e participa da restauração de sua vista e de seu enchimento com o Espírito (Atos 9; 22). No começo de sua vida cristã, o apóstolo mais

influente do Novo Testamento é recebido por um discípulo obediente que não pertence a uma cúpula religiosa.

Depois da perseguição, “os que foram dispersos” pregam por onde passam, enquanto os apóstolos permanecem em Jerusalém (Atos 8.1,4): membros obrigados a abandonar o centro levam adiante a expansão geográfica do evangelho, e a providência move o corpo por eles, desfazendo a imaginação institucional segundo a qual toda missão precisa descer dos cargos. Algum desses exemplos torna inúteis os ofícios, diminui a doutrina ou santifica todo impulso individual? Nenhum. Juntos, eles demonstram uma proposição limitada e suficiente: o Novo Testamento estende revelação e cura, libertação e poder milagroso para além dos apóstolos, e uma teoria cessacionista construída sobre a exclusividade apostólica encontra nos próprios dados narrativos sua contradição. A dimensão eclesiológica do expansionismo aparece aqui. Deus expande apenas eventos? Expande participantes. Por isso, a Igreja como corpo vivo não é multidão passiva reunida ao redor de poucos homens poderosos, e cada membro recebe manifestação para o bem comum, embora não todos da mesma maneira (1 Coríntios 12.7-11). A liderança serve, e ordena, e equipa. Absorve o corpo? Não absorve. Uma estrutura religiosa pode afirmar o continuísmo e permanecer anti-expansionista ao concentrar fala e oração, discernimento e ação, nos profissionais: os dons recebem permissão teórica, enquanto a reunião é organizada para que “cada um” jamais tenha salmo, ensino, revelação, língua ou interpretação. Nesse caso, a liturgia desmente a teologia confessada.

Paulo não regulou os dons para fazê-los desaparecer

Corinto oferece ao cessacionista um argumento emocional poderoso: havia desordem e competição, fala sem interpretação, imaturidade, abuso, e a restrição completa parece uma resposta prudente até que se lê a resposta de Paulo, porque ele corrige o uso e preserva o dom, encerrando suas instruções com uma ordem para desejá-lo. “Mas a manifestação do Espírito é dada a cada um, para o que for útil” (1 Coríntios 12.7). O capítulo distribui palavra de sabedoria, conhecimento, fé, curas, milagres, profecia, discernimento, línguas, interpretação, conforme a vontade do Espírito. Essa diversidade é a arquitetura do corpo e resiste à centralização. No capítulo 14, Paulo prefere profecia inteligível na assembleia, limita o número de manifestações públicas, exige interpretação e manda julgar os profetas; ao encerrar, ordena que procurem com zelo profetizar e proíbe que impeçam as línguas (1 Coríntios 14.39). Sua regulação governa a manifestação pela verdade e pelo amor em lugar de suprimi-la. Cheung enfatiza que Paulo ainda desejava que todos falassem em línguas e, mais ainda, que profetizassem.

E afirma inclusive que todos poderiam profetizar um de cada vez dentro da ordem estabelecida.[5] A linguagem não precisa significar que cada indivíduo receberá inevitavelmente o mesmo dom, pois o capítulo 12 ressalta distribuição diversa; significa, no mínimo, que o apóstolo encoraja participação ampla e recusa usar abuso como argumento de proibição.

Essa distinção julga tanto o carismatismo que usa a espontaneidade para justificar confusão, falsa profecia e culto à personalidade quanto o institucionalismo que transforma os abusos em justificativa para uma assembleia na qual nada precisa ser discernido, pois nada recebe permissão para acontecer. Paulo recusa a escolha entre caos e morte ao ordenar uma vida que se submete ao juízo. O expansionismo não concede licença para chamar qualquer impressão de revelação ou qualquer excitação de poder, e a multiplicação das manifestações aumenta a necessidade de julgamento, de definição e de disciplina doutrinária: se a expansão abandona a Escritura, prolifera o erro. Quando a Escritura é usada para impedir aquilo que ordena, porém, sua suficiência se torna uma arma contra o próprio texto.

O evangelho e suas obras

Cheung emprega uma formulação máxima: o miraculoso pertence integralmente ao evangelho e, junto às demais verdades que o formam, seria o próprio evangelho.[6] A frase pretende impedir que sinais sejam tratados como decoração dispensável. E precisa ser distinguida para evitar o erro inverso, no qual fenômenos substituem a mensagem de Cristo crucificado e ressurreto. O evangelho tem conteúdo proposicional; Paulo entrega como de primeira importância que Cristo morreu pelos pecados segundo as Escrituras, foi sepultado, ressuscitou e apareceu (1 Coríntios 15.1-8). E os apóstolos anunciam a identidade e a obra de Cristo, seu senhorio e o

juízo diante do qual chamam os homens ao arrependimento e lhes anunciam perdão, e sem essa verdade uma cura ainda pode ser real e um prodígio impressionante, e sinal nenhum feito por um falso mestre transforma sua doutrina em cristianismo.

Ao mesmo tempo, o conteúdo do evangelho anuncia um reino e um Cristo vivo. Anuncia o dom do Espírito, a libertação do pecado, a ressurreição do corpo e a derrota das obras do diabo. Os Evangelhos não apresentam a cura como atividade acidental separada da proclamação: Jesus ensina e anuncia o reino, perdoa, expulsa demônios e restaura corpos. E quando João Batista pergunta se ele é o que havia de vir, responde apontando para cegos que veem, coxos que andam, leprosos purificados, surdos que ouvem, mortos ressuscitados e pobres evangelizados (Mateus 11.2-6; Lucas 7.18-23) e as obras identificam o Messias anunciado: sem elas, a resposta a João seria outra.

Também em Atos, os sinais acompanham a pregação, despertam atenção e manifestam o senhorio proclamado. Paulo pergunta aos gálatas sobre aquele que lhes concede o Espírito e opera milagres, ligando a experiência à mensagem ouvida com fé (Gálatas 3.1-5), e Hebreus fala da grande salvação atestada por sinais, prodígios, vários milagres e distribuições do Espírito (Hebreus 2.3-4). A separação absoluta entre mensagem e manifestação corresponde ao padrão? Não corresponde. A palavra “evangelho” aparece aqui em sentidos que precisam ser reconhecidos. Estritamente, designa a mensagem verdadeira sobre Cristo e sua obra salvadora.

O uso amplo abrange o sistema de promessas e mandamentos, dádivas e consequências, que vêm desse anúncio, incluindo o

Espírito e suas manifestações; e ao descrever o movimento histórico, a mesma palavra pode abranger o avanço conjunto da Palavra e das obras pelas quais Deus testemunha seu reino. Cheung fala frequentemente nesses dois últimos sentidos, e o crítico que pressupõe apenas o primeiro ouvirá redefinição onde às vezes existe diferença legítima de escopo. A integralidade das obras pode ser afirmada sem negar o centro proposicional: milagres separados do evangelho podem enganar, e o evangelho permanece verdadeiro quando é rejeitado ou quando nenhum sinal visível o acompanha naquele momento, e ainda assim uma teologia que exclui por princípio as obras prometidas está negando aquilo que o próprio anúncio afirma. Nem todo sermão precisa conter um tratado sobre cura; uma apresentação integral da fé, entretanto, precisa situar corretamente o poder do Cristo anunciado.

Essa distinção também impede medir conversão pelo espetáculo. Multidões podem buscar sinais sem arrependimento, e homens que dizem “Senhor, Senhor” chegam a alegar obras poderosas embora Cristo não os conheça (Mateus 7.21-23); o poder não corrige falsa doutrina nem caráter rebelde. Abusa-se da advertência quando ela inspira suspeita automática de toda manifestação e concede à ausência de poder uma credibilidade que não merece, porque milagres falsos jamais tornam verdadeira uma igreja impotente. Cheung deseja recolocar as obras dentro do evangelho para que a Igreja pare de tratá-las como assunto opcional entre escolas, e sua provocação é válida onde denuncia a amputação.

A precisão necessária consiste em reconhecer o milagre como obra do mesmo Deus, que a promete e a ordena dentro do sistema

revelado, sem convertê-lo em axioma ou conteúdo suficiente da salvação. O sinal verdadeiro serve à Palavra que o julga.

Até quando?

A continuidade dos dons funciona como condição mínima do expansionismo, cujo centro se encontra no avanço, porque aquilo que cessou não pode expandir. Cheung recorre especialmente a três conjuntos de textos. Paulo afirma aos coríntios que eles não careciam de dom algum enquanto aguardavam a revelação de Jesus Cristo (1 Coríntios 1.7), e o horizonte explícito do texto é escatológico, e não o fechamento do cânon, porque em 1 Coríntios 13.8-12 profecias, línguas e conhecimento parcial cessam quando vier o perfeito, e então veremos face a face e conheceremos como somos conhecidos.

A interpretação cessacionista identifica “o perfeito” com a conclusão do cânon ou com a maturidade inicial da Igreja, e a linguagem da visão face a face e do conhecimento pleno aponta com muito mais naturalidade para a consumação.

Nenhuma comunidade atual conhece como é conhecida, e a existência do próprio debate mostra que ainda não alcançamos a condição descrita. Efésios 4, por sua vez, relaciona os dons ministeriais ao aperfeiçoamento dos santos até que todos alcancem a unidade da fé, o conhecimento do Filho e a medida da plenitude de Cristo (Efésios 4.11-13); enquanto essa condição não se completa, a obra de edificação permanece. Cheung formula o ponto

provocativamente: a cura deixa de ter função onde já não existe doença.

E a profecia termina quando conhecemos plenamente, e o mesmo raciocínio alcança as línguas depois que suas barreiras desaparecerem, de sorte que os dons cessam porque a Igreja recebeu seus efeitos em plenitude, e não por ter sido empobrecida antes da consumação.[7]

Essa leitura estabelece continuidade até a vinda de Cristo, embora sozinha não demonstre crescimento monotônico em toda geração. Para chegar ao aumento, o expansionismo a combina com Joel e Atos 1.8 e acrescenta a João 14.12 a distribuição dos dons no avanço às nações. E os níveis de inferência permanecem distintos: a duração tem horizonte explicitamente escatológico, a distribuição se amplia com a geografia da missão, e a magnitude crescente depende em especial da leitura das obras maiores.

O aumento de geração em geração sintetiza esse movimento total. Reconhecer essa hierarquia torna a tese honesta em vez de enfraquecê-la, porque mesmo uma doutrina agressiva precisa mostrar como proposições de pesos diferentes formam um sistema, sem fingir que cada detalhe estava contido numa única frase.

Continuação é o mínimo, não o alvo

Afirmar que os dons podem ou devem continuar já coloca o continuísmo acima do cessacionismo sem torná-lo expansionista.

Uma família pode manter uma chama pequena por gerações e dizer corretamente que o fogo não cessou, embora ele tampouco se tenha alastrado; do mesmo modo, uma denominação pode confessar cura e registrar um testemunho raro por década, tolerar profecia no documento e impedir sua oportunidade real, ou aceitar línguas em privado enquanto as trata em público como constrangimento.

O nível da permissão conserva tudo; nada faz avançar. Cheung compara a classificação de "continuísta" à de "teísta", pois ambas podem ser verdadeiras e ainda assim fracas demais para representar a fé cristã. O cristão confessa o Deus triúno revelado em Cristo, ultrapassando a demonstração de que algum deus existe.

E do mesmo modo o expansionista confessa a trajetória de multiplicação prometida no evangelho em vez de se satisfazer com a sobrevivência de algum dom.[8] O continuísmo pode tornar-se acomodação quando aceita a pergunta do oponente e passa décadas defendendo a possibilidade, a autenticidade e a sobrevivência. Durante esse trabalho o texto continua mandando desejar e praticar os dons, julgá-los e avançar. Defende-se a muralha com dedicação, e ninguém percebe que o exército jamais saiu. Daí a agressividade de Cheung, que considera o cessacionismo uma inversão do impulso do evangelho, muito além de um erro periférico acerca do culto: se Cristo promete obras, o Espírito as distribui e a Escritura manda desejá-las no curso de uma missão que avança, construir uma doutrina para explicar a retirada é resistência sistemática. Cheung chama essa resistência de anti-evangelho, de heresia e de apostasia, e deseja que o expansionismo funcione como teste de ortodoxia.[9]

Não repetirei cada condenação como se a intensidade pudesse substituir a demonstração, e aqui a primeira pessoa importa, porque uma acusação de apostasia responsabiliza também quem a profere. Ela exige definição e aplicação cuidadosa a pessoas, a sistemas e a graus de conhecimento: há cristãos que herdaram o cessacionismo sem compreender suas consequências, assim como existem argumentos que precisam ser enfrentados em vez de apenas amaldiçoados. A caridade, contudo, diminuiria a si mesma se tornasse pequeno um erro que ordena à Igreja esperar menos do que Cristo prometeu, e seus frutos alcançam a missão, a oração, a cura, a eclesiologia e a própria leitura da Escritura.

O ponto de Cheung permanece: vencer o cessacionismo para retornar a um continuísmo mínimo equivale a recuperar o direito de caminhar e escolher permanecer sentado. O expansionismo exige que a Igreja responda por que ainda se encontra tão aquém do caminho prometido.

Suficiência não significa esterilidade

Uma das defesas cessacionistas mais influentes afirma que profecias e revelações posteriores ameaçariam a suficiência da Escritura: se a Bíblia prepara o homem de Deus para toda boa obra, nenhuma revelação adicional seria necessária, e logo a profecia cessou. Cheung responde distinguindo suficiência e exclusividade de manifestação. As Escrituras que Timóteo tinha desde a infância eram suficientes

para fazê-lo sábio para a salvação e prepará-lo para toda boa obra. E ainda assim profecias haviam sido pronunciadas sobre ele, e Paulo manda que combata com base nelas e não negligencie o dom recebido por profecia (1 Timóteo 1.18; 4.14; 2 Timóteo 3.15-17).

Paulo não percebe contradição.[10] Além disso, a Escritura suficiente manda desejar profecia, proíbe impedir as línguas e ordena oração pelos enfermos e prática dos dons. Invocar a suficiência como razão para desobedecer tais ordens transforma uma doutrina acerca da capacidade da Palavra em mecanismo para anulá-la. Se a Bíblia equipa para toda boa obra e apresenta determinadas manifestações como boas e ordenadas, a suficiência também equipa para elas. A resposta exige cuidado acerca do cânon. Profecia congregacional não precisa tornar-se Escritura, acrescentar doutrina ou reivindicar autoridade igual à revelação canônica, e a própria Bíblia registra profetas cujas palavras não foram todas incorporadas ao cânon e manifestações locais dirigidas a circunstâncias particulares.

Pela suficiência, nenhuma revelação adicional é necessária para fornecer o sistema doutrinário, a norma final ou tudo quanto o homem precisa para obedecer; Deus continua livre para aplicar, para lembrar e para manifestar aquilo que a Escritura permite.

Permanecem abertas questões sobre falibilidade profética, sobre julgamento, sobre linguagem e sobre autoridade. O expansionista deverá trabalhar com maior rigor para distinguir o texto canônico da inferência, da aplicação, da impressão e da profecia, porque a multiplicação de alegações torna o discernimento indispensável; a existência de falsificações não demonstra a cessação do verdadeiro, da mesma forma que falsos sermões jamais demonstraram o fim da

pregação. A idolatria institucional aparece quando a suficiência da Palavra é confessada para preservar a suficiência da estrutura. Uma denominação pode rejeitar a profecia porque ela ameaça o controle de quem fala, e restringir a participação para proteger o roteiro. Pode ainda recear a oração por cura porque resultados objetivos exporiam décadas de impotência, chamando todo esse arranjo de zelo pelo cânon. A Bíblia se transforma então num monumento; quem o defende recusa suas ordens.

O expansionismo escritural mantém Palavra e Espírito na unidade que sua origem exige: o Espírito inspirou a Palavra que o anuncia e jamais contradiz aquilo que disse. Sistemas posteriores inventaram a escolha entre uma Escritura sem manifestação e uma manifestação sem Escritura.

A Palavra produz a fé da expansão

A fé como assentimento à promessa e a oração como lugar ordenado na realização do conselho divino sustentam o expansionismo, e nenhuma delas é força causal que mova um Deus resistente, e se o poder milagroso fosse propriedade autônoma do crente, sua multiplicação ameaçaria a glória divina e transformaria a Igreja numa sociedade de pequenos deuses. Somente Deus causa. Os dons descrevem modos regulares ou particulares de sua ação associados a membros do corpo conforme sua vontade, e a pessoa “tem” um dom porque Deus costuma agir por meio de sua participação, sem lhe

entregar uma reserva independente de divindade. Concebida como intensidade subjetiva, a fé faria o programa expansionista degenerar em campanhas destinadas a fabricar entusiasmo. Ela vem, porém, pela Palavra, e a Igreja espera expansão porque lê promessas, e não por desejar a sensação de poder. Cheung insiste que a Palavra de Deus revela sua vontade e que uma vontade desconhecida não pode neutralizar aquilo que foi dito.[11] Em sua intenção, portanto, o expansionismo decorre do escrituralismo: a suficiência fornece a base para buscar os dons, e a autoridade da Palavra obriga uma obediência ativa, e longe de funcionar como defesa contra o sobrenatural, o texto julga quais manifestações foram prometidas, como devem ser praticadas e por que se espera seu crescimento.

O ocasionalismo e o expansionismo também se corrigem: o ocasionalismo sem expansão poderia confessar que Deus é a única causa e usar sua soberania para justificar qualquer pobreza histórica, e o expansionismo sem ocasionalismo poderia tratar a fé, a unção e o dom como poderes criados. Unidos, afirmam que Deus é o único agente eficiente e que esse Deus ordenou agir em escala crescente por ocasião da fé, da oração, da proclamação e da participação do povo dele, e a total dependência define de quem vem o poder, e a grande expectativa nasce daquilo que ele prometeu fazer; ambas se encontram na mesma Palavra.

Expansão espiritual, não tomada política

Cheung estabelece um limite que leitores interessados em reconstrução social poderiam ignorar: sua expansão tem natureza espiritual e se refere à difusão de ideias e poderes espirituais, inclusive milagres. As mudanças políticas podem ocorrer indiretamente quando o evangelho alcança pessoas em diferentes níveis da sociedade; concentrar o programa na política, contudo, substituiria o programa de Cristo pelo desejo natural de controle.[12] A advertência pertence à definição original. Cheung não imagina uma marcha para capturar parlamentos, tribunais, escolas ou instituições e depois impor comportamento cristão por administração.

Para ele, um programa de transformação social começa com pregação, cura, expulsão de demônios e outras manifestações do Espírito, e o efeito político, quando houver, virá de pessoas transformadas e do avanço espiritual, permanecendo como consequência em vez de essência do método.

Sua crítica alcança parte da tradição reformada contemporânea que fala em domínio, lei e reconstrução enquanto rejeita o poder milagroso associado ao evangelho, e Cheung considera esse programa uma tentativa de moldar a sociedade por uma filosofia conservadora rotulada de cristã, incapaz de levar adiante a expansão do reino. E afirma que Satanás não teme leis que regulem comportamento sem mudança espiritual.[13] Uma ampliação do expansionismo ao domínio do pensamento terá de atravessar esse limite em vez de ignorá-lo. Cheung inclui explicitamente a difusão de ideias espirituais, o que oferece uma ponte entre a expansão

intelectual da verdade e seu conceito, e a troca da palavra “política” por “educação” ainda não demonstraria fidelidade.

Levar todo pensamento cativo precisará mostrar sua pertença ao movimento do evangelho, e a transformação das disciplinas deverá vir da Palavra e do Espírito sem converter-se em ambição institucional.

Permanece no próprio conceito a fronteira: o expansionismo descreve o avanço espiritual do corpo de Cristo, não um projeto de poder material da Igreja-instituição, e as estruturas podem mudar como objetos alcançados por esse avanço, jamais como tronos dos quais líderes religiosos se arrogam o governo em nome de Deus. Essa distinção harmoniza-se com a eclesiologia deste livro, pois a Igreja viva atravessa fronteiras por seus membros, enquanto a instituição busca perpetuar-se por edifícios e cargos, e por acesso político. O expansionismo promete que uma denominação dominará? Não promete. Promete que o Espírito será derramado, a Palavra avançará e o poder de Cristo se manifestará em pessoas que talvez não tenham reconhecimento institucional algum.

O peso desigual das afirmações

As afirmações reunidas sob a doutrina têm pesos exegéticos diferentes, e a defesa rigorosa precisa conservá-los.

Os dons não cessaram antes da consumação

Essa é a base continuísta. Apoia-se na espera pela revelação de Cristo, no “face a face”, no conhecimento pleno e na obra de edificação ainda incompleta, e o ônus recai sobre quem identifica outro ponto de cessação sem texto explícito.

A distribuição e o alcance se ampliam

O desejo de Moisés alcança todo o povo e Joel anuncia classes diversas. A distribuição começa em Pentecostes, atravessa povos e regiões em Atos e reaparece na manifestação concedida aos membros em Corinto; a missão às nações confere apoio textual forte a esse eixo.

As obras tornam-se maiores

João 14.12 sustenta a afirmação, e “maiores” exige interpretação. A leitura expansionista inclui magnitude milagrosa, e outras leituras enfatizam alcance missionário e efeitos redentivos; o contexto das obras de Jesus impede excluir sinais facilmente, e a forma exata da superioridade precisa ser demonstrada em cada aplicação.

O poder deve crescer de geração em geração

Essa é a síntese programática mais ousada. Cheung a infere do impulso acumulativo do evangelho à medida que participantes se multiplicam, obras maiores são esperadas e a missão avança até os confins da terra. E nenhum versículo declara em termos estatísticos que cada geração realizará mais milagres do que a anterior: a proposição expressa a direção normativa que ele vê no conjunto. A

distinção impede tanto a diluição do expansionismo em mera continuidade, que esconderia sua tese mais forte, quanto a apresentação de cada detalhe como se fosse citação direta, e pedir que a inferência fique visível não é desonestidade, e a verdade dispensa uma defesa que confunde seus próprios níveis. A estrutura lógica permite afirmar o programa sem ocultar a inferência: a promessa distribui poder a mais pessoas no curso de uma Igreja enviada a outros lugares, Cristo anuncia obras maiores, e seu ensino é transmitido às gerações, de sorte que o movimento esperado a partir dessas premissas é aumento.

Quando a história mostra redução, o expansionista pode chamar a Igreja ao arrependimento sem declarar falsa a promessa, desde que continue examinando a exegese, as definições e os relatos com honestidade. Do contrário, o programa se tornaria blindagem contra os fatos.

Objeções inevitáveis

As sete objeções seguintes aparecem em quase toda discussão sobre a continuidade dos dons, e nenhuma delas exige um capítulo próprio. Enfrentá-las em série, com a formulação do adversário no lugar em que ele a coloca, custa menos ao leitor do que dispersá-las pelo argumento.

“Os sinais autenticavam exclusivamente os apóstolos”

Paulo fala em sinais de apóstolo, e não afirma que somente apóstolos fazem sinais: um atributo pode identificar um ofício por concentração, autoridade ou contexto sem ser exclusivo em toda forma, e os personagens não apostólicos já examinados, ao lado dos cento e vinte e dos coríntios, impedem a exclusividade. Além disso, se milagres autenticam mensageiros verdadeiros, não segue que Deus desejaria retirar toda autenticação sobrenatural depois da primeira geração, pois o evangelho continuou enfrentando a falsidade e o paganismo, e a oposição. A tese da autenticação explica uma função dos sinais. Prova a data de encerramento deles? Não prova.

“Atos descreve, mas não ordena”

A narrativa não se transforma automaticamente em mandamento, e a narrativa inspirada revela cumprimento de promessa, padrão apostólico e efeitos do evangelho. Atos interpreta Pentecostes por Joel e começa com uma comissão que une poder e testemunho; nas epístolas, o desejo pelos dons vem acompanhado da proibição de impedir as línguas, e o julgamento das profecias e a oração pelos enfermos recebem instrução direta. A doutrina, portanto, ultrapassa a descrição.

“Obras maiores significam somente evangelização”

O alcance evangelístico após a ascensão é parte plausível da grandeza. Mas João 14 liga “obras” aos atos que testemunham quem Jesus é e imediatamente promete que ele fará aquilo que for pedido

em seu nome, de modo que excluir todo componente milagroso exige mudar o referente no meio do argumento. A leitura mais abrangente inclui a missão, a conversão e os sinais.

“Os abusos provam que essa busca é perigosa”

Os abusos provam o perigo do erro, conclusão que também se aplicaria a sermões falsos e à manipulação da generosidade sem que alguém por isso encerrasse a pregação ou a oferta. Paulo enfrentou falsificações mediante regulação e mandou que a prática continuasse. A resposta bíblica requer discernimento em lugar da morte preventiva do verdadeiro.

“A história da Igreja não mostra expansão contínua”

A história tampouco mostra obediência contínua ou unidade perfeita, e nem por isso a santidade e a evangelização deixaram de obrigar a Igreja: a experiência histórica não revoga a norma, e o expansionista assume, contudo, a obrigação de investigar testemunhos com rigor e jamais inventar triunfos para salvar a teoria. O fracasso histórico pode acusar a Igreja, enquanto relatos falsos acusam o movimento que os promove, e ambos devem ser julgados pela Escritura e pela verdade factual disponível.

“Essa doutrina coloca o homem acima de Cristo”

A objeção só procede quando o homem é tratado como causa. João 14 atribui a realização a Cristo glorificado, o Espírito distribui conforme quer e o Pai recebe glória no Filho; a grandeza da obra feita por meio da Igreja manifesta o alcance daquele que age em muitos membros. Alguma coisa nisso permite que a criatura supere a fonte dela? Nada.

“Nem todos recebem o mesmo dom”

Quanto à distribuição, a objeção está correta, e não atinge a expansão. A diversidade de dons é um dos eixos dela: Joel nomeia tipos distintos de pessoas, 1 Coríntios 12 compara membros do corpo e o Espírito decide como distribuir. O aumento pertence ao corpo e dispensa a clonagem de uma experiência em cada pessoa.

A Igreja que administra a ausência

Cessacionismo, continuísmo fraco e expansionismo dão sentidos diferentes à ausência: para o primeiro, ela confirma a doutrina; para o segundo, pode coexistir indefinidamente com a permissão abstrata; para Cheung, denuncia a distância entre a promessa de crescimento e a prática da Igreja. Essa diferença alcança a instituição. Na comunidade cessacionista, o silêncio pode ser interpretado como fidelidade, a impotência recebe o nome de maturidade e a ausência oferece sensação de proteção. Profecias proibidas dispensam

julgamento, dons extintos não exigem correção, e a oração por cura pode ser soterrada sob apelos à vontade secreta.

Como quase toda ação foi reservada ao púlpito, também não se percebe urgência em equipar os membros, e a ordem parece segura porque nada acontece e, por isso mesmo, nada visível consegue perturbá-la.

A confissão continuísta pode habitar a mesma organização. A declaração doutrinária permanece no arquivo, alguém considerado ungido recebe um convite ocasional e alguns testemunhos são tolerados, sem que o centro deixe de pertencer aos mesmos poucos homens; nesse ambiente, a continuidade do poder ocorre sobretudo na tese. Sob a expectativa expansionista, a comunidade precisa examinar se está ensinando mais pessoas a crer e equipando membros para participar. A frequência sem verdade apenas multiplica o engano, de modo que o crescimento do discernimento importa tanto quanto a chegada do evangelho a novos lugares.

Ela terá de julgar se as obras glorificam Cristo ou fabricam celebridades, se a Escritura governa as manifestações e se o corpo amadurece no processo. As perguntas incomodam; já não permitem que uma cláusula no documento substitua a vida comum.

Alguma dessas perguntas autoriza estatísticas manipuladas? Nenhuma. Contar alegações difere de contar milagres, e a quantidade separada da verdade serve à propaganda; a expansão bíblica tem qualidade moral e doutrinária porque o mesmo Espírito inspira a Palavra e distribui poder. Uma reunião cheia de fenômenos falsos não superou a assembleia silenciosa que despreza os dons, e cada uma manifesta sua própria forma de desobediência. A

distribuição expansionista também julga o culto ao líder: se a promessa alcança filhos e filhas, servos e membros comuns, uma personalidade que concentra em si toda manifestação contradiz a direção prometida. O ministro pode multiplicar reuniões e relatos de milagres e, ao tornar o povo dependente de sua presença, funda uma corte em torno de si em vez de equipar o corpo. A Igreja viva cresce quando a verdade governa o poder, a participação se desenvolve sob ordem e a fé recebe o auxílio do julgamento.

Separar Escritura e Espírito produz as demais falsas alternativas, pois logo a doutrina é oposta ao milagre, a liderança ao corpo e a ordem à manifestação. Por que o evangelho reivindica o inteiro? Porque a fonte dele não está dividida.

O sentido original preservado

O expansionismo de Vincent Cheung sustenta que os dons, poderes e milagres associados ao evangelho continuam até a consumação e devem avançar em todos os cinco eixos definidos. A promessa profética do Espírito começa o movimento, que as palavras e obras de Cristo intensificam. Pentecostes o distribui no corpo; a missão o leva às nações. Seu foco espiritual admite consequências sociais sem permitir que tomada política ou reconstrução institucional definam a doutrina. O cessacionismo nega a continuidade mínima, enquanto o continuísmo admite a sobrevivência que Cheung considera insuficiente, e seu expansionismo exige avanço.

A porta destrancada já levou o corpo a atravessá-la? Ainda não. Cheung associa a doutrina ao próprio evangelho e emprega contra seus oponentes linguagem de condenação extrema; aplicações disciplinares e juízos sobre indivíduos continuam sujeitos a discussão cuidadosa, e a tese permanece séria. Se Cristo prometeu as mesmas obras e maiores, o Espírito foi derramado sobre tipos diversos e a Escritura manda desejar os dons em vez de proibi-los, a igreja que sistematiza sua ausência ultrapassa um erro de calendário e resiste à direção da revelação. A fidelidade exige também reconhecer os diferentes pesos exegéticos.

A continuidade até Cristo e a ampliação de participantes e territórios têm apoio direto, a magnitude superior depende da interpretação de "obras maiores", e o crescimento de geração em geração assume a forma de síntese programática. Defendê-la honestamente requer que se mostre como ela foi obtida.

Chega-se agora ao limite inevitável. Cheung inclui a difusão de ideias espirituais e o avanço do evangelho, e concentra seu conceito nas manifestações sobrenaturais e adverte contra a substituição política. Estendê-lo às disciplinas do pensamento e às formas da cultura pode ser um desenvolvimento legítimo, e pode ainda reduzir o poder a um intelectualismo ou produzir outro conceito que deveria receber novo nome; a afinidade verbal não decide entre essas possibilidades. O mesmo Logos que derrama o Espírito sobre toda carne reivindica também toda proposição, toda disciplina e toda instituição, e a Grande Comissão reúne o avanço do poder ao ensino de tudo quanto Cristo mandou. Resta demonstrar se levar pensamentos cativos

pertence à expansão do evangelho e sob quais limites o domínio intelectual pode evitar sua corrupção em programa carnal de poder.

A ampliação somente poderá ser julgada à luz desse sentido original, no qual a Palavra gera fé nas obras prometidas por Cristo e no derramamento do Espírito. As classes nomeadas por Joel deixam de apenas recordar a história do poder e recebem ordem para participar de sua expansão.

Notas

1. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, cap. 1, “Expansionismo: um manifesto do evangelho”. ↩
2. Ibid., especialmente a discussão de João 14.11-14. ↩
3. Ibid., discussão de Mateus 28.18-20. ↩
4. Ibid., discussão de Pentecostes e Atos 1–2. ↩
5. Ibid., discussão de 1 Coríntios 12 e 14. ↩
6. Ibid., seção “Os Profetas” e desenvolvimento do caráter integral do miraculoso no evangelho. ↩
7. Ibid., discussão de 1 Coríntios 1.7 e 13.8-12. ↩
8. Ibid., seção “Os apóstatas”. ↩
9. Ibid.; ver também os capítulos posteriores da obra dedicados à condenação do cessacionismo. ↩

10. Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, cap. 2, “Escritura: suficiente contra o cessacionismo”. ↩
11. Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, cap. 4, “A palavra de Deus é a vontade de Deus”. ↩
12. Vincent Cheung, *Rastro de incredulidade*, cap. 11, “Jesus ordenou a expansão exponencial extrema”. ↩
13. Ibid. ↩

CAPÍTULO 19 — DA MANIFESTAÇÃO AO DOMÍNIO DO PENSAMENTO

“Destruindo os conselhos, e toda a altivez que se levanta contra o conhecimento de Deus, e levando cativo todo o entendimento à obediência de Cristo;” (2 Coríntios 10.5)

A ampliação colocada em julgamento

Chegamos ao ponto em que já não posso abrigar-me atrás da definição de Vincent Cheung, e convém dizer isso antes que a semelhança dos termos dê ao desenvolvimento uma autoridade emprestada. Cheung traçou uma fronteira precisa: chamou de expansionismo o avanço espiritual ligado ao evangelho, sobretudo a multiplicação dos dons, dos poderes e dos milagres, e advertiu que a busca direta por domínio político troca o programa de Cristo pela ambição da carne. Este livro deseja levar a palavra para os campos do pensamento e da vida comum, da filosofia às artes; se a extensão for legítima, a demonstração é responsabilidade minha, e se for falsa,

nenhuma citação de Cheung pagará a dívida. Dizer que Cristo é Senhor de tudo não basta, porque a frase é verdadeira, grandiosa e, na boca de quem não deduz consequência alguma, quase inútil; “todo pensamento cativo” também pode virar senha de um projeto que o texto nunca autorizou.

A ampliação deve mostrar que o movimento intelectual pertence ao avanço espiritual do evangelho sem substituir poder por racionalismo, e precisa provar que domínio do pensamento não significa domínio coercitivo da Igreja-instituição sobre escolas, pessoas ou Estados.

Chamo, então, de expansionismo intelectual o avanço das proposições reveladas e de suas consequências válidas sobre os campos do pensamento e da vida, avanço que se aprofunda quando uma mente entende mais, se distribui quando muitos membros passam a pensar, alcança novas disciplinas e atravessa gerações pela instrução do corpo. A definição é longa porque há dois perigos opostos nessa palavra: pode tornar-se vaga o bastante para abençoar qualquer influência cultural ou estreita o bastante para reduzir a ação do Espírito à produção de livros. O que proponho não acrescenta um quarto princípio ao escrituralismo, ao ocasionalismo e ao expansionismo original; tenta explicitar o que acontece quando o Deus que fala, causa e derrama seu Espírito expande o evangelho numa criatura cuja vida inteira, inclusive a vida do corpo e dos dons, é governada por pensamentos.

Cheung oferece a primeira ponte. Ao distinguir expansão espiritual de tomada política, afirma que ela se refere à difusão de ideias e poderes espirituais.[1] A palavra “ideias” impede que o espiritual seja

reduzido a fenômenos sem conteúdo. Seu livro *Confrontações Pressuposicionais* vai mais longe: as armas que destroem fortalezas são espirituais e intelectuais, expressas na pregação e nos argumentos, e o cristão deve atacar religiões e filosofias não cristãs a partir da revelação.[2] O próprio autor que restringe o expansionismo político já pratica uma expansão agressiva da cosmovisão bíblica sobre a epistemologia e a metafísica, e sobre a ciência, a história e a ética que delas dependem. Clark fornece a segunda ponte. Em *Uma visão cristã dos homens e do mundo*, sustenta que o teísmo tem de ser aplicado a todas as fases do aprendizado, e que uma crença em Deus sem repercussões epistemológicas ou sociais tem pouca importância filosófica. Naturalistas desenvolveram seus pressupostos em lógica e em ética, na psicologia como na política, na zoologia como na história, e a filosofia cristã há de mostrar a unidade da verdade e suas consequências nos campos correspondentes.[3]

Sua tarefa recusa a divisão pela qual Cristo reina no culto enquanto a autonomia reina no currículo. A ampliação decorre de uma exigência interna, e qualquer desejo de apenas batizar instituições a corromperia.

A Escritura, recebida como primeiro princípio de todo conhecimento, governa além da teologia dominical, e Cristo, o Logos em quem estão todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento, fundamenta também o que se pensa fora da devoção privada: a renovação operada pelo Espírito alcança os juízos que fazemos sobre a realidade e sobre o dever, e não menos sobre a história e a sociedade. Impedir que as ideias do evangelho atravessem as disciplinas mutilaria metade de seu movimento expansivo. Mas a

ampliação permanece em julgamento. Ela será legítima somente enquanto conservar a Palavra como norma, Deus como causa, o Espírito como agente de renovação, a Igreja como corpo e a expansão como serviço à obediência de Cristo, porque no momento em que virar desejo de prestígio acadêmico, conquista de máquinas estatais, supremacia denominacional ou culto de intelectuais, terá abandonado o reino que pretendia estender.

Cinco eixos da expansão intelectual

Cheung dividiu o expansionismo original em quantidade, frequência, a magnitude, a diversidade e o alcance. A extensão intelectual exige eixos igualmente definidos para escapar da ambição vaga de "influenciar a cultura". Profundidade, abrangência, a distribuição, o alcance e a continuidade geracional servirão como critérios.

Profundidade

Uma verdade expande-se em profundidade quando as premissas, as implicações e as relações com outras doutrinas são compreendidas de modo mais rigoroso. A Igreja pode repetir por séculos que Deus é soberano e ainda não deduzir o ocasionalismo; pode confessar que a Bíblia é autoridade e continuar usando epistemologia empírica; pode chamar Cristo de Logos e tratar a lógica como invenção grega. A profundidade extrai consequências logicamente contidas sem acrescentar revelação, embora esse eixo exige mais que citações.

É possível acumular textos sem construir argumento, e a expansão ocorre quando se sabe por que uma proposição segue de outra, que objeção foi respondida, quais termos mudam de sentido e onde começa a opinião, e uma geração deveria entregar à seguinte uma biblioteca maior acompanhada de maior clareza.

Abrangência

A verdade expande-se em abrangência quando alcança novos problemas e campos, e o axioma que governa soteriologia deve também julgar epistemologia; a providência que explica a oração deve alcançar história e causalidade; a imagem de Deus deve reformar a educação, a linguagem e a antropologia. Um único texto não responde diretamente a tudo, e a abrangência proíbe que qualquer campo receba independência de princípio. O perigo aqui é superficialidade, pois aplicar uma frase a vinte disciplinas sem conhecer nenhuma delas é turismo intelectual disfarçado de expansão. A abrangência deve ser construída por membros diferentes, com competências diferentes, unidos pelo mesmo fundamento.

Distribuição

Como Joel rompe a concentração profética, a expansão intelectual rompe a concentração do pensamento numa casta, porque mais membros devem aprender lógica, teologia, a interpretação, a história e o discernimento; mulheres, homens, jovens, os idosos, os trabalhadores e os estudiosos participam segundo dons e oportunidades. Alguns escreverão tratados: todos são chamados a

amar Deus com a mente e a julgar doutrina. Distribuição não elimina mestres. Elimina monopólio. O mestre serve quando torna outros capazes de pensar, e domina carnalmente quando transforma complexidade em barreira que preserva sua posição.

Alcance

A verdade atravessa línguas, povos, as profissões, as mídias e as instituições. Um argumento encerrado em pequeno círculo alcançou a dimensão da Grande Comissão? Não alcançou. Tradução, ensino popular, a publicação, a conversa e a formação profissional pertencem ao alcance, pois o mesmo princípio tem de ser expresso com rigor suficiente para o especialista e clareza suficiente para o membro comum. Alcance não é prestígio, e uma ideia pode ocupar universidade famosa e não transformar uma mente, enquanto pode atravessar uma conversa doméstica e reordenar uma família, embora o alcance do pensamento mede-se pela obediência que a verdade reivindica, não pelo selo institucional que recebe.

Continuidade geracional

A expansão torna-se histórica quando uma geração não obriga a seguinte a redescobrir sempre os fundamentos. Pais ensinam filhos, autores registram argumentos, comunidades preservam correções e discípulos ultrapassam mestres. Tradição, nesse sentido, é memória serva, e torna-se ídolo quando o depósito humano não pode mais ser examinado pela Escritura, e esses cinco eixos, a profundidade, a abrangência, a distribuição, o alcance e a continuidade, permitem avaliar o programa sem reduzi-lo ao número de “instituições cristãs”.

Uma tradição pode crescer em patrimônio e diminuir em profundidade; uma editora pode ampliar alcance e distribuir erro; uma escola pode preservar continuidade de uma filosofia não bíblica, e o expansionismo exige movimento coordenado sob a verdade.

Os eixos também correspondem ao sentido original sem copiá-lo mecanicamente: maior magnitude torna-se maior profundidade; diversidade de participantes torna-se distribuição; extensão geográfica torna-se alcance; impulso acumulativo torna-se continuidade; quantidade de manifestações torna-se abrangência de aplicações, e a analogia tem força probatória limitada e serve principalmente para formular a extensão sem dissolver o conceito.

O campo de batalha é a mente

Paulo descreve armas que “não são carnais, mas poderosas em Deus” para destruir fortalezas, argumentos e toda altivez que se levanta contra o conhecimento de Deus, levando cativo todo pensamento à obediência de Cristo (2 Coríntios 10.3-5), e o vocabulário é militar, ainda que os objetos atacados sejam intelectuais. Fortalezas aparecem como os raciocínios, as pretensões e os pensamentos organizados contra o conhecimento divino. O texto autoriza violência contra pessoas, destruição de bibliotecas ou coerção da consciência? Não autoriza. Precisamente porque as armas não são carnais, a conquista não ocorre pela espada, censura estatal ou controle de corpos, pois a guerra é travada por verdade, pregação, argumento, a

oração, a disciplina e a ação do Espírito na mente. O homem não é forçado a professar uma fórmula para satisfazer uma instituição; suas falsas crenças são expostas diante do Cristo a quem já deve obediência: a passagem ultrapassa a higiene mental privada, porque "todo pensamento" inclui o que se passa na mente do cristão, e o contexto alcança também argumentos levantados publicamente contra o conhecimento de Deus.

A guerra envolve sistemas, as tradições, as filosofias e as justificativas culturais. Paulo deseja a demolição e submissão de pretensões intelectuais, algo muito maior que uma disciplina de pensamentos positivos.

Paulo chega a Atenas sozinho e espera seus companheiros numa cidade coberta de imagens. Caminha entre altares, observa inscrições e vê a religião transformada em paisagem pública. Seu espírito se revolta: durante alguns dias, discute na sinagoga e na praça com quem aparece, sem exigir auditório preparado (Atos 17.16-17), e há algo de quase inconveniente nessa persistência, ainda bem, porque epicureus o escutam a partir de um mundo entregue ao acaso e ao prazer moderado, e estoicos trazem sua razão imanente, seu destino e sua autossuficiência.

Levado ao Areópago, Paulo não oferece uma lembrança devocional para acompanhar as filosofias existentes: começa no Criador que não habita em templos feitos por mãos, atravessa a providência e a unidade humana, expõe a ignorância religiosa, e termina no arrependimento, na ressurreição e no juízo (Atos 17.24-31).

Cada afirmação desloca uma peça do mundo ateniense, e a cena permanece diante de nós quando Cheung chama a pregação

apostólica de filosofia sistemática em miniatura, e é ali que a expansão intelectual precisa aprender como uma cidade inteira pode ser confrontada a partir de um único fundamento. As armas de que Paulo falara aos coríntios são interpretadas por Cheung como espirituais e intelectuais, exercidas em pregação e argumentos, e sua seção “Dominação” insiste que o cristão não deve ceder terreno intelectual, e que uma apresentação bíblica deve ser abrangente, cobrindo epistemologia e metafísica, história e ética, cristologia, soteriologia e escatologia.[4]

A linguagem é deliberadamente agressiva. Ainda assim, a agressão correta dirige-se a proposições, não à dignidade física do oponente. Destruímos uma filosofia mostrando a contradição dela. E o filósofo, destruímos? Não.

A distinção é vital porque a história religiosa frequentemente trocou armas. Quando não conseguiu persuadir mentes, a instituição cristã buscou controlar corpos; quando não pôde demonstrar a verdade, apelou ao cargo e à tradição, ao exílio, à censura ou à violência, e essa troca confessou fraqueza intelectual enquanto proclamava poder político, e o expansionismo da mente rejeita o atalho. Se nossa filosofia é verdadeira, deve vencer pela verdade; se precisa de coerção para permanecer, já admitiu que não sabe argumentar. A mente é campo porque o homem vive segundo proposições, ainda quando não as formula com clareza. Uma política pressupõe uma ética, e a ética pressupõe uma visão do homem e do bem; uma educação supõe uma teoria da verdade e da finalidade, uma ciência supõe uma epistemologia e uma metafísica, e uma arte supõe uma concepção da realidade, da beleza e do significado. Nenhuma prática

chega vazia. Atrás dos currículos e das leis, dos laboratórios, dos romances e das instituições, existem respostas, conscientes ou herdadas, às perguntas: o que é real, como sabemos, o que devemos fazer e para que existimos? Levar pensamentos cativos significa anexar um versículo a práticas cuja estrutura continua pagã? Não significa. Significa interrogar os pressupostos, refazer as definições e reconstruir aplicações a partir da Palavra, rejeitando os métodos incompatíveis. A conquista começa antes da conclusão, no ponto de partida.

O Logos não possui territórios seculares

Em Cristo estão ocultos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento, razão por que Paulo adverte contra filosofias vãs construídas segundo tradição humana e princípios do mundo, e não segundo Cristo (Colossenses 2.3,8), e Paulo contrasta a filosofia segundo Cristo com aquela edificada sobre outro fundamento. Cheung observa corretamente que Paulo também condena doutrinas falsas sem condenar toda doutrina; do mesmo modo, condenar filosofia enganosa implica a possibilidade e necessidade de uma filosofia cristã.[5] O cristão que diz não ter filosofia geralmente tem uma filosofia não examinada, absorvida da escola, da cultura ou de seu grupo religioso. A recusa de pensar sistematicamente produz neutralidade? Não produz. Produz submissão inconsciente.

O Logos é patrono de uma área chamada religião? Não é. É aquele por meio de quem todas as coisas foram feitas, em quem subsistem e por quem a mente racional existe. A verdade matemática não se torna divina por citar um salmo, pois já pertence ao Deus cuja mente não se contradiz; e a história não se torna cristã apenas quando registra concílios, porque cada império, cada guerra e cada colheita já existem dentro do decreto. A linguagem tampouco se torna teológica só quando pronuncia “Deus”: toda comunicação pressupõe mente, significado e lógica. Não há território ontologicamente secular, porque não há criatura fora do Logos. Isso faz das disciplinas teologia no mesmo sentido? Não faz. A exegese de Romanos e o cálculo de uma estrutura fazem perguntas diferentes, usam materiais diferentes e produzem conclusões de estatutos epistemológicos distintos. A unidade está no Deus, na verdade e na obrigação de coerência, preservando as especialidades em seu lugar próprio.

Também não significa que a Bíblia contenha explicitamente todas as proposições úteis sobre cada ofício. Ela fornece manual de programação, tabela de resistência de materiais ou gramática completa de todas as línguas? Não fornece nada disso. O escrituralismo não precisa fingir que versículos substituem técnica, mas precisa distinguir o conhecimento revelado da dedução válida, e ambos da opinião, do modelo e da habilidade prática. A Palavra governa o que pode ser conhecido como verdade e os limites das inferências, a ética do uso e o propósito da atividade, sem prometer um índice enciclopédico de procedimentos.

A divisão sagrado-secular costuma proteger a autonomia: o cristão restringe o governo da Bíblia à salvação, à oração e ao culto, e

entrega então a ciência ao empirismo, a política ao pragmatismo, a arte ao gosto, a educação ao Estado e a economia ao interesse. Depois tenta recuperar tudo com testemunho pessoal, como se um cientista naturalista se tornasse cristão porque ora antes de aplicar o mesmo método autônomo, e o expansionismo intelectual começa onde essa paz termina, porque se Cristo é Senhor, as proposições dele têm consequências, porque se é o Logos, a lógica não pode ser descartada quando confronta tradição. Se cria e sustenta, leis naturais não podem ser tratadas como poderes.

Se decreta a história, o acaso e o progresso autônomo não explicam civilizações. Se revela o bem, consenso não cria moralidade, porque se faz o homem à sua imagem, educação não pode tratá-lo como animal ajustável. A expansão é o desdobramento dessas consequências.

A unidade da verdade

Clark organiza seu projeto filosófico sobre a convicção de que a verdade é una, de modo que história, política, ética, a ciência, a religião e a epistemologia não são compartimentos incapazes de comunicar-se, e as respostas dadas num campo pressupõem respostas nos outros. Uma teoria política envolve moralidade; uma ética envolve conhecimento; uma ciência envolve lógica e interpretação; uma filosofia da história envolve o propósito, a providência e o homem.[6] Essa unidade deriva da unidade da mente

divina, pois Deus não pensa uma proposição verdadeira na teologia e sua contradição na biologia. Não revela uma ética no púlpito e outra na praça.

Toda verdade é coerente porque Deus não nega a si mesmo. Nossa compreensão do sistema cristão permanece incompleta, condição que jamais concede licença para aceitar contradição como sinal de profundidade, e aqui surge uma correção necessária à erudição cristã. Muitos desejam "integrar fé e conhecimento" como quem une duas coisas originalmente independentes: de um lado, a fé recebida na igreja; de outro, os fatos seguros produzidos pelas disciplinas, e a integração acontece depois que cada lado já escolheu seus princípios. Quando surge conflito, a Bíblia recebe interpretação metafórica ou restrita para acomodar o suposto conhecimento exterior: o escrituralismo começa antes. Pergunta por que a disciplina chama algo de fato, que método o estabeleceu, quais pressupostos permitiram interpretá-lo e que estatuto tem a conclusão, e julga todas as alegações pela autoridade primeira em vez de integrar duas autoridades, e as ferramentas, as classificações e as observações úteis podem ser recebidas sob esse juízo, sem conceder ao método autonomia para definir realidade.

O mesmo princípio impede um biblicismo preguiçoso: dizer "a Bíblia basta" e recusar o trabalho de deduzir, comparar, definir e aplicar não honra suficiência. Abandona as implicações ao inimigo. Naturalistas desenvolveram sistemas detalhados em todos os campos, enquanto cristãos frequentemente respondem com slogans, versículos isolados e suspeita contra o pensamento. Clark percebe a desproporção: a filosofia teísta deve mostrar consequências em todas

as fases do aprendizado, porque a atmosfera secular se forma por aplicações numerosas e específicas.[7] O expansionismo da verdade exige, portanto, profundidade e extensão. Profundidade é levar cada área até seus axiomas, em vez de permanecer em controvérsias superficiais. Extensão é aplicar os princípios a detalhes suficientes para que o cristão possa realmente pensar e agir de outro modo, pois uma cosmovisão que nunca alcança o currículo e a pesquisa, o governo, o trabalho e a arte permanece confissão abstrata. E a unidade autoriza declarar infalível cada construção cristã? Não autoriza. A Escritura é infalível; nossas deduções são verdadeiras quando válidas e baseadas em premissas verdadeiras; interpretações e aplicações podem falhar. A humildade submete continuamente nosso sistema àquilo que Deus disse, sem sugerir que ele talvez esteja errado. A certeza da revelação exige disposição para corrigir o intérprete.

Conhecimento, opinião e habilidade

Sem uma hierarquia epistemológica, o expansionismo intelectual oscilará entre duas fraudes. A primeira chamará toda conclusão humana de conhecimento cristão e cobrirá opinião com autoridade bíblica. A segunda declarará que, como a Bíblia não contém detalhes técnicos, as disciplinas podem fundar conhecimento por métodos autônomos, e a distinção entre conhecimento, opinião e habilidade impede ambas. Conhecimento, em sentido rigoroso, é posse de proposição verdadeira com justificação infalível. A Palavra de Deus

fornece essa justificação porque Deus não mente; suas consequências necessárias conservam verdade quando a inferência é válida.

Sabemos que Deus criou, que Cristo ressuscitou, que roubo é pecado e que nenhuma contradição é verdadeira porque essas proposições são reveladas ou necessariamente implicadas, e opinião pode ser verdadeira ou falsa, mais ou menos racional, útil ou imprudente. Falta-lhe a garantia própria do conhecimento, e a estimativa de que determinado tratamento ajudará, que uma reconstrução histórica é provável, que um modelo físico continuará funcional ou que uma estratégia educacional produzirá certo resultado pertence com frequência a essa categoria, e chamá-la opinião expressa honestidade sobre seu estatuto, sem desprezar sua utilidade possível. Habilidade é capacidade de executar uma tarefa: operar ferramenta, escrever programa, cultivar solo, traduzir idioma, executar música.

Pode ser aperfeiçoada por treino, repetição e correção sem que o praticante tenha teoria verdadeira sobre todos os mecanismos envolvidos, porque um homem pode construir ponte confiável usando modelos úteis e continuar incapaz de justificar empiricamente uma lei universal da natureza.

Essas categorias se relacionam, pois o conhecimento revelado governa a ética da habilidade e os limites da opinião; opinião pode orientar prática; habilidade pode fornecer ocasiões para novas observações e problemas. Só que devemos permitir que êxito prático sirva de prova de metafísica? Não devemos. Uma técnica funcionar repetidamente não demonstra que a teoria usada para explicá-la seja verdadeira em cada proposição: o ocasionalismo acrescenta a dependência da mente, e Deus causa o ato de pensar, ilumina

segundo sua vontade e ordena palavras, os livros, os professores e as experiências como ocasiões.

O professor não deposita conhecimento por poder próprio, e adverte exteriormente enquanto o Logos governa interiormente, pois isso não torna ensino inútil. Torna o mestre servo e impede que método pedagógico receba poder salvífico, e a distinção também protege contra a autoridade acadêmica. Um título pode indicar treino e habilidade; não transforma opinião em conhecimento, e consenso pode registrar concordância de especialistas; não fornece infalibilidade. Dados podem ser úteis; não interpretam a si mesmos: a mente renovada honra competência sem ajoelhar-se diante dela. Quando o cristão afirma algo diretamente revelado, deve fazê-lo com certeza correspondente, porque quando apresenta dedução, deve tornar a inferência visível.

Quando oferece opinião, deve nomeá-la, e quando ensina técnica, não deve fingir que o procedimento recebeu canonização. Essa disciplina verbal é parte da expansão, porque impede que erros humanos viajem sob a bandeira da Palavra.

A renovação da mente é o primeiro território

Antes de fundar escolas, escrever tratados ou confrontar civilizações, o expansionismo há de conquistar a mente do próprio cristão, e Paulo relaciona o sacrifício racional à não conformidade com o século e à transformação pela renovação da mente, para discernir a

vontade de Deus (Romanos 12.1-2). A vida oferecida começa no pensamento reordenado. A instituição costuma inverter a sequência. Deseja poder cultural sem arrependimento intelectual, representação política sem doutrina, escolas cristãs sem filosofia cristã, artistas cristãos sem teoria da beleza e profissionais cristãos cujo único distintivo é comportamento privado: procura frutos públicos enquanto conserva raízes seculares, e renovar a mente exige substituir critérios, em vez de acrescentar conteúdo religioso a uma estrutura intacta. O homem antes perguntava o que a cultura considera plausível; passa a perguntar o que Deus revelou. Antes media sucesso por prestígio, lucro ou influência; passa a medir por obediência. Antes aceitava categorias fornecidas por sistemas rivais; passa a examiná-las. A conversão intelectual alcança respostas e refaz as próprias perguntas. A universidade vem depois, e o primeiro domínio são meus próprios pressupostos. Não combaterei o empirismo do laboratório enquanto tratar minha experiência pessoal como norma da oração. Não combaterei relativismo acadêmico enquanto flexibilizar a Escritura para preservar minha tradição. Não combaterei culto estatal enquanto prestar obediência irracional à liderança eclesiástica. A expansão começa em casa, e sua primeira fortaleza é a mente religiosa não renovada.

Essa prioridade pessoal impede que o projeto se torne elitista. Todo cristão pensa, ainda que nem todo cristão seja acadêmico. Uma mãe ensina uma antropologia ao disciplinar filhos; um trabalhador pratica ética; um membro de igreja julga autoridade; um eleitor assume teoria política; um enfermo interpreta corpo e providência, pois o domínio do pensamento pertence ao corpo inteiro, ainda que haja graus de responsabilidade e especialização, embora alguns serão

chamados a estudar línguas, lógica, física, história ou direito com profundidade.

Sua função consiste em servir aos membros, traduzir complexidade, expor erros e construir ferramentas, sem formar aristocracia intelectual, pois o estudioso que torna o corpo dependente de seu prestígio repete, no intelecto, a concentração de poder que o expansionismo rejeita nos dons.

O corpo pensa por muitos membros

A Igreja é o quê? Corpo, e não cérebro cercado de órgãos passivos. Cristo é o Cabeça, e nenhum teólogo, concílio, pastor ou universidade ocupa essa função. Os membros recebem capacidades diferentes e precisam uns dos outros, porque o olho não despreza a mão; o acadêmico não despreza a mãe que conhece a Escritura; o trabalhador não transforma falta de estudo em virtude contra a doutrina. O Novo Testamento reconhece mestres, manda honrá-los e ordena simultaneamente que todos cresçam no conhecimento, examinem ensinos, estejam preparados para responder e admoestem uns aos outros: os bereanos conferem a pregação apostólica pelas Escrituras; a congregação julga profecias; membros maduros discernem bem e mal (Atos 17.11; 1 Coríntios 14.29; Hebreus 5.14).

A autoridade ministerial não elimina responsabilidade intelectual pessoal, enquanto instituições eclesiásticas frequentemente reproduzem o modelo que criticam no mundo. Condenam o

monopólio secular do conhecimento e constroem seu próprio monopólio clerical. O membro recebe conclusões, não argumentos; citar o líder substitui exegese; perguntas são tratadas como rebelião; os títulos protegem afirmações fracas, porque a doutrina correta torna-se propriedade de uma administração. O expansionismo distribui sem dissolver ordem.

Mestres estudam mais para ensinar melhor; presbíteros protegem doutrina por argumentação e caráter; especialistas oferecem competência; todos permanecem corrigíveis pela Palavra. Igualdade dos membros significa igualdade de preparação em cada assunto? Não significa. Significa igualdade de sujeição ao Cabeça e ausência de uma classe cuja interpretação não possa ser julgada.

Essa distribuição produz fecundidade, e um engenheiro percebe implicações da causalidade que o pastor não viu; uma enfermeira identifica como antropologia falsa deforma cuidado; um historiador corrige uso superficial de fontes; uma criança pergunta por contradição que adultos aprenderam a ignorar. O corpo inteiro fornece ocasiões para que a verdade seja aprofundada, e também impede dependência geográfica. A Igreja pensa apenas em seminários, centros urbanos ou idiomas de prestígio? Não pensa. Traduções, grupos domésticos, cursos locais e correspondência podem levar argumentos a lugares que a instituição não alcança. O Logos depende de campus? Não depende. O corpo deve criar memória sem criar magistério, e bibliotecas, as confissões, os currículos e os arquivos preservam trabalho, embora permaneçam instrumentos, e quando a nova geração recebe apenas reverência pelos documentos e não aprende a demonstrar suas proposições, a

tradição já começou a morrer. Preservar verdade é transmitir capacidade de pensá-la novamente sob a Escritura, e nesse sentido, a expansão intelectual é profundamente eclesiológica.

Seu fruto aparece em membros mais capazes, muitas vozes governadas pela mesma Palavra e uma vida racional que o corpo oferece a Deus, embora celebridades, porta-vozes absolutos e admiração da inteligência pertencem à velha concentração que ainda deve ser vencida.

A Grande Comissão ensina nações

“Fazei discípulos de todas as nações” não termina no ato inicial de conversão. Cristo manda batizar e ensinar a guardar tudo quanto ordenou (Mateus 28.18-20). O verbo ensinar transforma o avanço geográfico em avanço intelectual e moral. Nações não são discipuladas por experiência sem conteúdo; pessoas recebem proposições, aprendem mandamentos, corrigem juízos e transmitem a outros. Cheung observa, em sua leitura de Atos 17 e da Grande Comissão, que pregação bíblica tem de apresentar uma cosmovisão abrangente.

No Areópago, Paulo fala de Deus e da criação, da providência e da humanidade, da história, do pecado, do arrependimento, da ressurreição e do juízo, tocando assim, em termos filosóficos, a epistemologia e a metafísica, a biologia, a ética e a história.[8]

A prova isolada da existência divina seria pequena demais para o discurso que reorganiza o mundo dos ouvintes. Essa abrangência impede reduzir evangelismo a fórmula de poucos minutos que deixa intacta a filosofia do convertido, ainda que haja ocasiões em que uma mensagem breve é tudo que o tempo permite, e o ladrão na cruz não cursou sistema. Mas a missão da Igreja inclui ensinar, porque um convertido abandonado aos mesmos pressupostos educacionais, científicos, políticos e morais será cristão em algumas conclusões e discípulo do século no restante. Ensinar nações não concede a uma entidade eclesiástica autoridade administrativa sobre povos: o objeto do verbo são pessoas provenientes das nações, e o meio é o discipulado, o batismo e o ensino, sem conquista militar, e à medida que pessoas aprendem, as famílias, os ofícios e as relações mudam; efeitos sociais seguem dentro de uma ordem espiritual e intelectual.

Também não significa apagar línguas, costumes ou particularidades legítimas sob uma cultura cristã única. A Palavra julga pecado e falsidade, e não exige uniformidade de culinária, arquitetura, música ou organização local onde nenhuma norma foi revelada. O expansionismo não é colonialismo de preferências: o corpo cresce em povos diferentes justamente porque o evangelho distingue verdade universal de costume humano, e o ensino expansionista tem direção geracional, e Pais instruem filhos; mestres formam discípulos capazes de ensinar outros; livros atravessam séculos; traduções atravessam línguas.

O milagre pode ocorrer num instante, e a renovação de um currículo pode exigir décadas. Ambos pertencem ao avanço do mesmo

Espírito, que distribui poder e ilumina mentes conforme o propósito de Deus.

Educação: nenhuma sala é neutra

Educação é o campo mais evidente da expansão intelectual, porque sua matéria-prima é a mente em formação. Toda escola escolhe o que deve ser conhecido e por que é valioso, quem é o aluno e qual autoridade o disciplina, que futuro deseja para ele e o que conta ali como sucesso. Essas escolhas são filosóficas e religiosas mesmo quando a instituição proíbe oração, e por isso Clark insiste que a educação não pode ser compreendida isoladamente: precisa de uma visão do mundo, do fim do homem e da verdade, porque sem propósito último o currículo é agregado de objetivos desconexos.[9] A pretensão de neutralidade apenas oculta a filosofia dominante, e uma escola que retira Deus não fica sem religião: ensina que Deus é irrelevante para a aritmética e a história, para o corpo, a moralidade e a sociedade, ainda que uma tabuada cristã não apresente resultados numéricos alternativos, e dois e dois não se tornam cinco em escola secular. A diferença aparece no fundamento e na finalidade. Por que a lógica é universal? O que é número? Por que a mente pode raciocinar? A verdade matemática é descoberta sensorial, convenção humana, ou expressão de relações inteligíveis sob o Logos? A operação pode ser compartilhada enquanto a filosofia diverge, e é justamente aí que a sala aparentemente neutra começa a ensinar aquilo que nunca escreve no quadro.

O mesmo ocorre na história. Datas e documentos não chegam com significado próprio. Um currículo pode narrar a humanidade como progresso autônomo ou como luta econômica, como evolução de instituições ou como cenário da providência e do juízo. A seleção dos eventos, a explicação e a avaliação moral dependem de pressupostos. Uma educação expansionista não se limita a inserir aula bíblica num dia governado pelo naturalismo: a Escritura deve ordenar a visão do aluno e a natureza da verdade, e com elas a disciplina, os fins do conhecimento e a relação entre as matérias. Isso exige professores formados e currículos reconstruídos, e materiais que avancem além de slogans; exige também cautela contra a idolatria da escola cristã. Um edifício com capela, uniforme e nome reformado pode reproduzir os métodos, as ambições e as hierarquias do sistema secular, e cobrar mensalidade, ensinar criacionismo e formar competidores para o mesmo mercado de prestígio não é renovação integral, e a instituição deve ser julgada pela Palavra, não protegida por sua marca. O corpo de Cristo pode educar em famílias e comunidades, em escolas e cursos, e também nos livros e nas conversas.

Não há formato único revelado para todos os contextos: o princípio é que nenhuma formação mental seja entregue como território neutro. Onde um cristão ensina, deve saber qual homem pretende formar e sob qual Deus.

Filosofia: atacar o fundamento

A filosofia pergunta pela realidade e pelo conhecimento, pelo valor e pela inferência, e por isso governa silenciosamente as disciplinas. Um cientista que despreza a filosofia apenas desconhece a filosofia que usa, e um pastor que rejeita a metafísica ainda tem, talvez incoerente, uma doutrina de Deus e da causalidade, do homem e da linguagem, de sorte que não filosofar conscientemente é permitir que pressupostos não examinados governem. O expansionismo filosófico começa no axioma de que a Bíblia é a Palavra de Deus, e daí afirma o Deus triúno e a criação, o decreto e o Logos, a imagem divina, a verdade proposicional, a lógica, o pecado e o juízo. Sistemas rivais devem ser levados aos próprios primeiros princípios e testados por contradição.

Cheung chama a isso fundamento, convicção e dominação. O fundamento é revelação bíblica; a convicção é certeza naquilo que Deus afirma, distinta da arrogância de tornar infalível opinião pessoal; a dominação é recusa de ceder terreno intelectual a filosofias não cristãs.[10]

O vocabulário tem de ser purificado de vaidade. Dominar um argumento consiste em mostrar por que o sistema adversário não pode justificar aquilo que usa, sem humilhar socialmente o interlocutor, e a filosofia cristã não busca parecer aceitável a partir de critérios autônomos, e não tenta provar o Logos por uma lógica independente, a revelação por sensação infalível ou Deus por causalidade pagã: declara o sistema e ataca as alternativas. Isso não é fideísmo irracional, pois todo sistema começa com princípios não

provados por algo anterior. A questão é qual princípio produz a coerência, o conhecimento e a inteligibilidade. A expansão ocorrerá quando mais cristãos aprenderem a reconhecer pressupostos, quando mais problemas receberem tratamento sistemático, e quando os resultados puderem ser ensinados à Igreja.

Não basta ter um filósofo admirado e repetir suas conclusões. O culto ao mestre paralisa a expansão porque transforma ferramenta em fronteira. Clark e Cheung devem ser usados, testados e ultrapassados quando inferências válidas da Escritura exigirem.

Ciência: ferramenta sem trono

Poucos campos resistirão mais ao domínio do pensamento porque “a ciência diz” tornou-se fórmula de autoridade pública. O expansionismo não precisa responder com ignorância, desprezo por tecnologia ou teorias improvisadas. Precisa perguntar que tipo de conhecimento o método científico pode fornecer. A observação registra aparências e medições falíveis; o experimento testa relações sob condições; o modelo organiza dados e permite previsões condicionais; e a tecnologia explora regularidades providenciais. Nada disso demonstra por indução uma lei universal necessária, nem se interpreta a si mesmo, nem produz certeza metafísica. O capítulo sobre ocasionalismo já mostrou que equações descrevem padrões e não causam eventos. Clark aplica sua visão cristã à ciência para questionar o fato e a lei, a verificação, a formação de conceitos e o

mecanicismo.[11] Cheung radicaliza a crítica: a ciência experimental opera por inferências falíveis e tem utilidade prática sob a providência, carecendo de autoridade para afirmações categóricas sobre a realidade.[12] Podemos discutir o alcance exato dessas avaliações; não podemos permitir que utilidade seja confundida com infalibilidade. Uma filosofia cristã da ciência distingue a criação real das teorias humanas sobre ela: afirma que Deus sustenta os padrões e que o homem feito à imagem pode construir modelos úteis, reconhece que o pecado afeta a interpretação e que a sensação não se autentica, e deixa que a revelação julgue as conclusões incompatíveis.

A ferramenta pode então ser usada sem receber adoração, e o domínio intelectual nesse campo não será alcançado simplesmente por adicionar cientistas cristãos a laboratórios, porque será necessário formar epistemologia e analisar inferências, separar a observação relatada da interpretação, revisar as narrativas históricas da ciência e construir práticas honestas quanto aos limites. Um pesquisador cristão não deve alegar certeza onde tem probabilidade ou conveniência, e também não deve usar “Deus” como tampa para a ignorância: dizer que Deus causa todos os eventos não fornece automaticamente um modelo útil de trajetória, dosagem ou estrutura.

O ocasionalismo responde quem garante o acontecimento; a investigação prática pode descrever como Deus costuma ordenar sequências. Quando os níveis são confundidos, a metafísica e o trabalho técnico empobrecem juntos. A ciência perde o trono e

conserva a ferramenta, libertada para um serviço que dispensa pretensão de infalibilidade.

História: nenhum acaso escreve o mundo

Historiografia seleciona, relaciona e interpreta acontecimentos, pois não existe relato completo de tudo, e a seleção pressupõe significado. Por que uma guerra importa mais que uma colheita? Que evento causa outro? Há progresso, decadência, ciclos ou propósito? O historiador responde com uma filosofia, mesmo quando diz apenas seguir documentos: a Escritura revela um mundo decretado, criado para a glória de Deus, centrado em Cristo e dirigido ao juízo e à consumação, de sorte que impérios sobem e caem dentro da providência; governantes cumprem propósitos que desconhecem; o mal não escapa ao conselho; a história não é deusa nem mecanismo.

Clark dedica parte de seu sistema à filosofia da história e compara determinismo geográfico, marxismo, progresso, ciclos civilizacionais e interpretação cristã.[13] A expansão desse trabalho exige mais do que inserir milagres em cronologias: precisa revisar as categorias de causa e de progresso, de agência, de valor e de finalidade. Uma historiografia cristã não pode alegar conhecer o propósito secreto de cada tragédia. A revelação fornece estrutura universal e interpretações específicas quando Deus as declarou; muitos particulares permanecem opinião. Dizer que uma guerra foi juízo em

sentido geral pode ser plausível; afirmar com infalibilidade por qual pecado particular, sem revelação, ultrapassa o conhecimento.

O domínio do pensamento preserva aqui duas convicções: nenhum acontecimento é sem propósito divino, e nem todo propósito foi revelado ao historiador. A primeira rejeita acaso soberano, e a segunda rejeita profecia acadêmica fingida.

Ética e política: norma sem império eclesiástico

Se Deus revelou mandamentos, a ética não nasce de prazer, utilidade, evolução, consenso ou vontade estatal. Bem é aquilo que Deus aprova e manda; mal, aquilo que proíbe. Sistemas rivais podem repetir normas verdadeiras por inconsistência, herança ou conhecimento inato. Seus próprios princípios, levados a sério, não fornecem a justificação necessária. A expansão ética exige aplicar a Palavra à família e ao trabalho, à sexualidade e à propriedade, à autoridade e a toda relação entre membros do corpo, e não basta denunciar os pecados preferidos por um grupo político e ignorar o orgulho, a mentira institucional, a exploração religiosa e a idolatria de liderança. A política é mais perigosa, porque o vocabulário de domínio convida à coerção.

O cristão precisa pensar biblicamente sobre o governo e a justiça, sobre os limites do Estado, a liberdade, a punição e a responsabilidade pública. Isso pertence ao domínio do pensamento,

mas pensar política segundo a Escritura não entrega o Estado à Igreja-instituição nem autoriza impor conversão.

Cheung adverte que expansão política direta pode substituir o programa espiritual; mudanças públicas deveriam seguir indiretamente a difusão de ideias e poder do evangelho.[14] Preservaremos a advertência. Cristãos transformados agirão como cidadãos, legisladores, juízes ou servidores, segundo suas convicções; argumentos bíblicos confrontarão ideologias, e efeitos legais podem ocorrer. Contudo, o reino não é medido pelo número de gabinetes ocupados nem administrado por hierarquia eclesiástica. O Estado não regenera: pode conter certas ações, punir crimes e organizar relações sob normas legítimas, e ainda assim não produz fé. A Igreja-instituição que busca nele poder para compensar sua incapacidade de persuadir troca armas espirituais por carnais.

O resultado pode chamar-se cristandade e permanecer mentalidade da carne com símbolos religiosos. O expansionismo intelectual deseja que a verdade julgue a política e recusa fazer da política a salvadora da verdade. O reinado de Cristo não depende de vitória eleitoral.

Arte, linguagem e imaginação

O domínio do pensamento alcança também aquilo que não aparece em forma de tratado, e narrativas, as imagens, as músicas e a arquitetura carregam concepções de homem, beleza, transcendência,

o corpo, o desejo e o destino, e arte não é neutra porque imaginação não é vazia, e isso não significa reduzir obra cristã a sermão disfarçado ou exigir que toda canção cite versículos, e uma história pode expressar verdade pela estrutura moral, representação da realidade, tratamento do mal e visão da esperança, e a técnica importa. Beleza mal executada não honra Deus por ter intenção piedosa. A linguagem merece atenção particular porque o Deus bíblico fala. Palavras comunicam proposições; definições podem esclarecer ou ocultar; slogans institucionais podem proteger contradições: controlar vocabulário frequentemente significa controlar o debate. O expansionismo há de recuperar termos sequestrados, rejeitar ambiguidades estratégicas e ensinar cristãos a perguntar o que uma frase realmente afirma. Imaginação renovada ordena possibilidades sob a verdade sem inventar realidade concorrente. Pode criar parábolas, as ficções, as metáforas e os projetos sem atribuir-lhes estatuto de revelação, embora o mesmo Logos que fundamenta lógica permite criatividade inteligível.

O artista cristão serve ao corpo e ao próximo sem tornar-se departamento de propaganda eclesiástica: a instituição que controla arte para preservar imagem produz decoração; a verdade que liberta a imaginação pode produzir obras que também julgam a instituição.

Como expandir sem falsificar

Uma proposta total corre o risco de falar sobre tudo com competência em nada, e para evitar isso o expansionismo intelectual exige método. Primeiro, definir a pergunta da disciplina: o que ela pretende conhecer, explicar ou produzir? Termos vagos geram conquista verbal sem conteúdo. Segundo, tornar visíveis os primeiros princípios usados pelas teorias dominantes; que visão da realidade, do conhecimento, do homem e do valor sustenta aquele método? Terceiro, reunir as proposições bíblicas relevantes e distingui-las das tradições cristãs, pois um credo pode ajudar sem ser axioma. Quarto, deduzir consequências com lógica explícita, indicando onde a Escritura fala diretamente, onde há consequência necessária e onde começa a opinião provável. Quinto, testar sistemas rivais por contradição interna e por incompatibilidade com a revelação; o rótulo “secular” sozinho nada demonstra. Sexto, construir aplicação positiva, porque demolir o empirismo não ensina a pesquisar, denunciar a educação estatal não produz currículo, e rejeitar a ética utilitária não resolve cada caso: depois do ataque, a expansão precisa edificar. Sétimo, submeter os resultados ao corpo para crítica, ensino e correção, sem criar um magistério de especialistas, porque a verdade não teme exame e o membro menos titulado pode identificar um texto que o acadêmico ignorou. Oitavo, transmitir. Um conhecimento encerrado em tese universitária não expandiu: precisa tornar-se livro e aula, conversa e prática, tradução, ferramenta e formação de novos pensadores.

Nono, revisar continuamente sob a Escritura: o expansionismo não é marcha triunfal de infalibilidade humana. Quanto mais território intelectual se trabalha, mais oportunidades de erro aparecem, e a expansão genuína cresce também em capacidade de arrependimento. Décimo, recusar atalhos coercitivos: se uma ideia só vence porque a instituição silenciou o rival, não demonstrou domínio intelectual. A verdade cristã deve ser ensinada, defendida e vivida; conter crimes pode pertencer ao poder civil, enquanto fabricar assentimento está fora de sua capacidade legítima, e esse método é lento quando comparado à tomada de uma instituição, e pode levar gerações, ainda que uma mente persuadida pela verdade vale mais para o reino do que uma multidão conformada por pressão.

Influência não é obediência

O vocabulário cristão contemporâneo prefere falar em influência, pois deseja influenciar cultura, mídia, a política, as artes e a universidade. A palavra parece humilde porque evita domínio e, às vezes, esconde uma ambição sem conteúdo: ser convidado, reconhecido, citado e considerado relevante, enquanto uma ideia pode influenciar sem converter, misturar-se sem julgar e receber aplauso precisamente porque deixou de exigir obediência. Cristo não ordena que pensamentos considerem sua perspectiva interessante. Ordena obediência. Isso não autoriza coerção, e aumenta a responsabilidade argumentativa, porque o objetivo consiste em demonstrar que somente a revelação fornece fundamento

verdadeiro, em lugar de inserir uma voz cristã num pluralismo que conserva todos os axiomas igualmente legítimos.

Podemos participar de conversas públicas com civilidade sem aceitar que Cristo seja uma opção de mercado, pois influência também pode ocorrer na direção errada. Uma universidade cristã pode influenciar o mundo enquanto o mundo já determinou seus critérios de excelência; uma editora pode alcançar público amplo diluindo doutrina; um político pode usar símbolos cristãos para legitimar programa autônomo, pois alcance sem submissão não é expansão da verdade. O critério de obediência deve igualmente ser protegido da instituição, porque obedecer a Cristo não significa obedecer ao partido que se chama cristão, ao professor que fala de cosmovisão ou à denominação que reivindica representar o reino. Cada autoridade derivada deve demonstrar conformidade com a Palavra, porque o expansionismo que leva pensamentos cativos deve começar libertando-os dos cativeiros religiosos falsamente identificados com Cristo.

Por isso, a linguagem de domínio será mantida e disciplinada, e domínio intelectual significa que proposição nenhuma tem direito de contradizer Deus, nenhum método pode exigir autonomia e nenhuma área pode declarar-se isenta do juízo da Palavra. Não significa que cristãos receberão posição social superior, que suas instituições serão inevitavelmente maiores ou que a força pública deve impor as conclusões dele, ainda que às vezes a expansão produzairá influência visível, e outras vezes produzirá uma pequena comunidade que pensa com clareza enquanto a civilização ao redor enlouquece. O tamanho do público não decide a verdade, pois o reino

pode avançar numa mente que abandona um pressuposto, ainda quando a universidade inteira permanece contra ela.

Objeções ao domínio do pensamento

“A Bíblia não ensina física, medicina ou engenharia”

Não como manuais técnicos: ensina, porém, quem criou e sustenta o mundo, o que é homem, quais limites tem a sensação, o que é verdade, como a lógica opera, que ética governa o uso e qual finalidade orienta o trabalho. Essas proposições deixam os cálculos particulares ao trabalho técnico e julgam seus fundamentos e pretensões. A técnica pode conter grande quantidade de opinião útil sem tornar-se conhecimento infalível.

“Isso transformará toda disciplina em propaganda”

Somente se cristianismo significar proteção de instituições e slogans, e uma disciplina cristã deve ser mais rigorosa porque não pode mentir para defender reputação. Reconhece limites, distingue certeza e opinião e aceita correção, embora propaganda começa quando o resultado foi decidido por interesse humano, e o escrituralismo começa com a Palavra e permite que ela julgue o próprio grupo.

“Não cristãos conhecem muitas coisas”

Eles podem afirmar proposições verdadeiras, desenvolver habilidades e produzir instrumentos úteis. A questão é como justificam conhecimento dentro de seu sistema e quanto de suas conclusões ultrapassa o que podem demonstrar. O cristão não precisa negar competência prática para negar autonomia epistemológica. Toda verdade afirmada pertence a Deus, ainda quando pronunciada por alguém que não consegue justificá-la.

“Nenhum fato é neutro” significa que os fatos mudam conforme a fé?

A realidade é uma porque Deus a criou, porque o que muda são princípios de interpretação e justificação. Um corpo não tem duas massas, uma cristã e outra ateia. O significado da matéria, a confiabilidade da medição, a causalidade e o estatuto da conclusão, por sua vez, recebem respostas diferentes. Objetividade significa conformidade com a realidade de Deus, não ausência impossível de pressupostos.

“Domínio intelectual levará à teocracia”

Não necessariamente, e neste sistema não se autoriza governo clerical. Todo pensamento deve obedecer a Cristo; disso não segue que todo cargo deva obedecer a uma corporação eclesiástica. A Palavra pode definir limites distintos para a família, a Igreja e o Estado. Submeter política à verdade inclui impedir que Igreja material se torne Estado.

“Intelectualismo apagará o Espírito”

Somente uma falsa oposição permite a objeção, pois o Espírito é o Espírito da verdade, inspirou palavras, distribui sabedoria e renova a mente. Pensamento sem Espírito torna-se autonomia; manifestação sem pensamento torna-se ininteligível e vulnerável ao engano, embora o expansionismo completo deseja ideias e poderes espirituais.

“Milagres são mais urgentes do que livros”

Um enfermo precisa de cura, e uma geração precisa de verdade para saber por que orar, como julgar milagres e quem recebe glória, e a urgência de um não elimina o outro. Atos apresenta sinais e ensino; o corpo tem membros diversos. O erro seria usar livros para explicar a ausência de poder ou usar poder para desprezar doutrina.

“A proposta é grande demais”

É maior do que um autor e um livro: isso não a torna falsa, e sim eclesial e geracional. Este volume oferece introdução e método, não enciclopédia pronta, e o expansionismo significa justamente que nenhum indivíduo precisa completar tudo. O corpo trabalha, transmite e ultrapassa seus mestres.

Medidas de uma expansão verdadeira

Como reconhecer avanço sem cair em propaganda? Número de escolas cristãs, editoras, políticos ou títulos acadêmicos não basta, porque instituições podem crescer enquanto a mente permanece secular. Uma expansão verdadeira apresenta ao menos estes sinais: mais cristãos capazes de explicar o axioma; maior coerência entre doutrina e prática; aplicações mais profundas a campos específicos; distinções mais claras entre conhecimento, opinião e habilidade; maior participação de membros comuns; produção transmitida a novas gerações e línguas; refutações que realmente enfrentam a forma forte dos rivais; disposição de corrigir erros internos; e efeitos de obediência que não dependem de coerção. Também deve conservar a expansão original, e uma universidade cristã que produz tratados e considera milagres constrangimento não representa o sistema deste livro. Uma comunidade de poder que despreza lógica e história tampouco, e o avanço não troca manifestação por biblioteca. Leva ambas adiante. O critério final é a obediência de Cristo.

O pensamento não é cativo ao nome de uma escola, à interpretação de Clark, à retórica de Cheung, à tradição reformada ou ao presente autor: todos são instrumentos. A casa é Cristo, e quando um mestre se torna limite além do qual não podemos deduzir, a expansão terminou em culto.

Da manifestação ao domínio

Podemos agora concluir. A ampliação é legítima, desde que seus termos sejam preservados. Cheung já inclui ideias no avanço espiritual e descreve as armas do evangelho como intelectuais. Clark mostra que o teísmo sem aplicação às fases do conhecimento permanece filosoficamente atrofiado. A Escritura ordena destruir argumentos, levar pensamentos cativos, rejeitar filosofias que não procedem de Cristo, renovar a mente e ensinar às nações tudo quanto o Senhor mandou, porque o domínio do pensamento resulta do alcance da expansão espiritual sobre uma criatura racional, sem acrescentar um projeto secular ao expansionismo. O Espírito faz o corpo agir e conduz a mente a conhecer, crer, discernir, ensinar e argumentar.

Manifestação sem verdade permanece ininterpretada; uma verdade usada para proibir manifestação contradiz o evangelho. O sistema depende da unidade entre elas. Também preservamos o limite. Não propomos conquista política direta, governo de teólogos, coerção religiosa ou império denominacional. A expansão começa na mente e move-se pelo ensino e pelo argumento, pela oração, pelo exemplo e pela obra do Espírito, produzindo consequências nas atividades dos membros. Instituições podem ser formadas ou reformadas, e nunca se tornam o corpo de Cristo nem recebem autoridade sobre a consciência além da Palavra. O novo uso do termo pode, então, ser declarado com honestidade.

Chamamos expansionismo intelectual o desenvolvimento autoral pelo qual a difusão das ideias espirituais do evangelho é

conscientemente estendida a todos os campos do pensamento, acompanhando e sistematizando o sentido milagroso de Cheung, e o núcleo original permanece dentro da formulação ampliada em vez de tornar-se estágio abandonado.

Se a filosofia começa em Cristo, a educação já não pode formar como se a Palavra fosse um acréscimo devocional a um currículo autônomo, e também a ciência perde o trono que usurpou e volta ao lugar de ferramenta, enquanto a história confessa a providência sem fingir que conhece o decreto como Deus o conhece. Dessa sujeição procedem consequências para a ética, para a política e para a imaginação artística, sem que nenhuma delas possa ser tratada como departamento isolado de um império eclesiástico. Cabe à Igreja equipar o corpo para esse trabalho, recusando a velha tentação de concentrar o pensamento numa elite que oferece respostas prontas e chama sua própria tutela de unidade cristã. Mas esse programa não será cumprido por decreto institucional. Deus o causa em ocasiões ordenadas, algumas públicas e outras quase invisíveis: uma mente se detém diante do texto que costumava atravessar depressa; um professor abandona a neutralidade que lhe ensinaram a venerar; uma comunidade, depois de resistir e talvez ferir quem a advertiu, reconhece que sua tradição contradiz a Escritura.

Também há o argumento refutado, a oração respondida e o enfermo curado, mas a mesma soberania opera quando um membro descobre, com certo espanto e algum temor, que não precisa pedir licença a um sistema humano para pensar os pensamentos de Deus depois dele.

O expansionismo original disse: mais poder, em mais pessoas, em mais lugares: a extensão acrescenta, sem retirar: mais verdade compreendida, por mais membros, aplicada a mais campos, transmitida a mais gerações, sob o mesmo Cristo. A manifestação continua quando a mente começa a trabalhar, e a mente permanece serva quando o poder aparece. Palavra e o Espírito, a verdade e a obra avançam juntos. O sistema ultrapassa a defesa quando mentes renovadas aplicam a revelação aos territórios que a autonomia humana havia declarado próprios; essa invasão permanece espiritual porque vence pensamentos pela verdade e devolve cada disciplina à obediência de Cristo.

Notas

1. Vincent Cheung, *Rastro de incredulidade*, cap. 11, “Jesus ordenou a expansão exponencial extrema”. ↩
2. Vincent Cheung, *Confrontações Pressuposicionais*, parte 3, “Conquista”, especialmente “Dominação”. ↩
3. Gordon H. Clark, *Uma visão cristã dos homens e do mundo*, cap. 1, “Introdução”. ↩
4. Cheung, *Confrontações Pressuposicionais*, “Dominação”. ↩
5. Cheung, *Confrontações Pressuposicionais*, “Fundamento”. ↩
6. Clark, *Uma visão cristã dos homens e do mundo*, caps. 1–7. ↩
7. Ibid., cap. 1. ↩

8. Cheung, *Confrontações Pressuposicionais*, “Dominação” e exposição de Atos 17. ↩
9. Gordon H. Clark, *Uma filosofia cristã da educação*, caps. 1 e 4. ↩
10. Cheung, *Confrontações Pressuposicionais*, “Fundamento”, “Convicção” e “Dominação”. ↩
11. Clark, *Uma visão cristã dos homens e do mundo*, cap. 5, “Filosofia da Ciência”; ver também *A filosofia da ciência e a crença em Deus*. ↩
12. Cheung, *Confrontações Pressuposicionais*, “A superstição da ciência” e notas da parte 3. ↩
13. Clark, *Uma visão cristã dos homens e do mundo*, cap. 2; ver também *Historiography: Secular and Religious*. ↩
14. Cheung, *Rastro de incredulidade*, cap. 11. ↩

CAPÍTULO 20 — UMA CIVILIZAÇÃO QUE COMEÇA NA PALAVRA

“A justiça exalta os povos, mas o pecado é a vergonha das nações.” (Provérbios 14.34)

Antes que a cidade desperte

Uma cidade parece começar pela matéria: antes do amanhecer, a energia já percorre cabos e caminhões abastecem mercados, e quando as crianças saem para a escola, boa parte do dia já foi decidida por gente que nunca discutiu teologia. Quase tudo isso pode ser contado, pesado ou desenhado numa planta; por isso a civilização aprende a imaginar que nasceu do tijolo e da administração, enquanto as crenças permanecem num quarto privado chamado religião. Mas cada porta que se abre já obedece a uma palavra pronunciada antes dela: a escola decidiu o que é uma criança e para que deve educá-la, e o tribunal pressupõe uma norma de justiça que ninguém votou.

O mesmo vale, com sotaques próprios, para o laboratório que define o que conta como evidência, para o mercado que já opera com alguma ideia de promessa e de valor, e para a família que entrega aos filhos, antes de qualquer discurso, uma imagem do que é ser homem.

Visíveis, essas decisões foram tornadas pela matéria. Não as criou.

Uma civilização cristã, por isso mesmo, não começa quando colocamos uma cruz no edifício público, elegemos homens que pronunciam o nome de Deus ou obrigamos instituições a adotar um vocabulário religioso. Essas coisas podem acompanhar tanto a fidelidade quanto a mera decoração histórica. Ela começa quando Deus fala, uma mente recebe, e a consequência desce até a maneira de ensinar e de repartir aquilo que se construiu. O movimento parece pequeno, porque ocorre primeiro onde nenhuma câmera procura: um pai percebe que o filho não pertence ao Estado nem ao projeto de vaidade da própria casa, e uma igreja devolve aos membros o pensamento que havia concentrado no especialista.

Entretanto, tudo o que chamamos cultura nasce dessas decisões repetidas, que a vida transmite e encarna. A civilização é pensamento tornado hábito, hábito tornado instituição e instituição devolvendo pensamento às gerações seguintes.

Justificada a passagem da manifestação ao domínio do pensamento, não repetiremos a prova nem fingiremos escrever, em poucas páginas, uma enciclopédia cristã. Esboçar aplicações exige uma humildade mais severa do que o silêncio, porque cada campo tem perguntas técnicas, histórias próprias e divergências que não desaparecem quando citamos um versículo. Diremos onde a Palavra fornece conhecimento, onde uma dedução necessária pode ser

mostrada, onde começa a opinião e onde a habilidade precisa de treino; e recusaremos usar o adjetivo *cristão* para canonizar preferências do autor, e o que segue é uma planta, não a cidade pronta, e plantas podem orientar construtores e ainda precisar de correção quando foram traçadas por mãos humanas, ainda que o fundamento já esteja posto: Jesus Cristo, o Logos por quem todas as coisas subsistem e diante de quem disciplina nenhuma tem direito de autonomia.[1]

A primeira construção é uma mente ensinada

Neutra a escola não é, porque ensinar não consiste em transferir fatos nus para um recipiente vazio. Selecionar conteúdo já confessa uma hierarquia de bens, ordenar disciplinas afirma uma relação entre elas, avaliar o aluno define excelência, e narrar a origem do homem e o sentido da história entrega uma metafísica inteira antes mesmo que a criança conheça essa palavra ou saiba que alguém a escolheu por ela. Uma escola pode proibir oração e ainda ensinar religião a cada hora, porque nela o universo aparece como autossuficiente, o homem como animal aperfeiçoado, a verdade como produto do método aceito, a moralidade como acordo social e o Estado como guardião final da formação. Retirar o nome de Deus não retirou o dogma, e apenas tornou menos visível o dogma dominante. Nesse ponto, antes de qualquer disputa sobre materiais didáticos, a advertência de Gordon Clark alcança a raiz: uma filosofia cristã da educação recebe da Escritura sua autoridade e se torna mais

ou menos cristã conforme deriva dela seu conteúdo e suas implicações; o objetivo elevado da educação é a verdade e o entendimento, não mera adaptação social.[2]

Isso significa substituir matemática por estudo bíblico, ou procurar a palavra *fração* em Levítico? Não significa. Significa antes ensinar aritmética num mundo criado pelo Deus que não se contradiz, história sob providência, linguagem como comunicação entre mentes, ciência com seus limites lógicos, literatura como construção de sentido sujeita à verdade e trabalho técnico como serviço de uma criatura racional. A Bíblia não entrega todos os exercícios; entrega o mundo no qual um exercício pode ser verdadeiro e o fim pelo qual vale a pena ensinar.

Sem esse governo, até uma aula iniciada com oração pode formar naturalistas competentes que reservaram cinco minutos ao sagrado, e a criança sairá dali crendo que o mundo se explica sozinho enquanto Deus recebe a saudação da abertura.

E basta trocar material didático e manter a relação de poder? Também não. A educação cristã deve tratar o aluno como imagem racional de Deus, pecador necessitado de regeneração e pessoa chamada a conhecer, não como produto que a escola exibe ou massa que um partido molda, e disciplina continua necessária, a memória há de ser treinada, respostas erradas devem ser corrigidas e autoridade docente não é opressão. A que o professor serve? À verdade, e consciência ele não fabrica. O ocasionalismo retira-lhe a fantasia de produzir conhecimento por técnica pedagógica: as palavras e os exemplos, as perguntas e os exercícios são ocasiões ordenadas nas quais Deus pode causar entendimento.

Essa dependência torna o mestre mais diligente, e não menos, porque ele prepara com cuidado porque recebeu um serviço, ora porque não controla o efeito e aceita perguntas porque sua autoridade não precisa fingir onisciência.

A responsabilidade tampouco pode ser entregue inteira à escola, e pouco importa se ela é do Estado, de uma empresa ou da própria Igreja. Deuteronômio coloca a palavra na vida diária da casa, com o povo assentado e andando, ao deitar e ao levantar, e Efésios dirige aos pais, não à instituição, o dever de criar os filhos na instrução do Senhor (Deuteronômio 6.6-7; Efésios 6.4). Isso não proíbe mestres especializados; impede que a família terceirize o senhorio intelectual e apareça somente para exigir notas. Uma comunidade cristã madura pode sustentar uma escola, e pode igualmente preferir tutores ou uma cooperativa, conforme os recursos permitirem, sem que o princípio canonize um modelo único de educação doméstica nem entregue a infância a uma corporação religiosa.

O que ele cobra, do pai como do professor, é a mesma pergunta: que mente estamos formando, sob qual autoridade, e para que vida? Quando a resposta se resume a prestígio ou empregabilidade, talvez tenhamos construído uma escola eficiente para outra civilização.

A história deixa de ser órfã

Quando a criança pergunta por que um império caiu, a resposta nunca vem apenas dos documentos. O historiador seleciona o que

conta como acontecimento e decide se lhe cabe pronunciar juízo moral; a geografia e a economia, a guerra e o acaso recebem dele pesos diferentes, segundo a filosofia que trouxe consigo para dentro do arquivo. Teorias seculares fizeram do clima ou da raça o motor da história; outras entregaram esse posto à produção, à estatística, à personalidade do grande homem, ou a alguma marcha inevitável do progresso. Cada uma ilumina relações possíveis enquanto permanece no seu lugar; elevada a explicação final, transforma uma parte criada em providência substituta e passa a exigir do historiador a devoção que só o Criador merece, e a historiografia cristã começa confessando que acontecimentos não são órfãos: Deus decreta e governa a totalidade, das decisões de um homem comum às quedas de reis.

Que fato escapou para uma zona onde o Senhor apenas observa? Nenhum. Contudo, precisamente porque Deus governa, essa confissão não permite ao historiador ler o decreto secreto diretamente nos acontecimentos. Sabemos por revelação que Deus ordena a história para sua glória e para o bem de seu povo, e conhecemos causas e propósitos específicos apenas quando ele os revelou, porque por mera observação não sabemos por que aquela cidade sofreu a enchente, por que aquele exército venceu, nem qual pecado particular explica uma crise.

A frase “foi juízo de Deus” pode ser verdadeira em sentido geral, pois todo sofrimento está sob o governo justo, e torna-se presunçosa quando pretende identificar intenção não revelada, e a providência oferece fundamento e limite ao mesmo tempo: retira o acaso soberano, sem fazer do historiador um profeta tardio.

Clark examina determinismos seculares, padrões de progresso, pretensões de objetividade e juízos morais antes de tratar teorias religiosas e Agostinho; sua crítica mostra que fatos não se organizam nem recebem significado sem princípios e que o historiador não escapa à filosofia declarando apenas "o que aconteceu".[3] Agostinho fornece uma lembrança fecunda ao distinguir as cidades por seus amores, não simplesmente por fronteiras políticas. A Cidade de Deus atravessa impérios sem identificar-se com nenhum, de modo que Roma podia chamar-se cristã e continuar amando domínio, enquanto santos viviam como peregrinos dentro de ordens imperfeitas (Hebreus 11.13; Filipenses 3.20), e essa distinção protege o projeto deste capítulo.

Uma civilização pode receber efeitos profundos da verdade e ainda não se tornar o reino em sua plenitude; uma nação com memória cristã pode apostatar; a Igreja permanece povo transnacional sob outro Rei.

Por isso a história cristã não existe para produzir uma genealogia triunfal na qual nosso grupo aparece sempre fiel. Ela precisa recordar massacres e coerções, escravidões e mentiras, e idolatrias cometidas por instituições cristãs, julgando-os pela mesma Palavra usada contra o mundo, e deve agradecer também as traduções e os hospitais, as escolas, os atos de coragem, as reformas e as misericórdias sem converter gratidão em canonização. A memória serva torna uma civilização capaz de arrepender-se; a propaganda torna o passado uma fortaleza. Os pais, as escolas e as igrejas que contam somente vitórias preparam filhos para descobrir a verdade pelas mãos dos inimigos e imaginar que o evangelho dependia da

mentira. Deus precisa que escondamos o pecado dos nossos ancestrais para preservar a providência dele? Não precisa. A história pertence a ele inclusive quando a Igreja confessa.

O laboratório perde o altar e conserva a bancada

A ciência moderna ofereceu instrumentos de valor extraordinário. A vacina e o saneamento, a anestesia e a engenharia aliviaram sofrimentos que nenhuma geração anterior soube aliviar, e a agricultura e a comunicação ampliaram capacidades que nenhuma soube imaginar, e o cristão não honra Deus fingindo que essas habilidades são ilusões, nem transforma a crítica ao empirismo em recusa de medir e corrigir. O capítulo 13 já mostrou, com Clark, que teorias reconhecidas depois como falsas puderam produzir resultados úteis, e que utilidade não equivale a verdade última; essa distinção devolve paz ao laboratório.

O pesquisador pode construir modelos e registrar observações, comparar previsões e recomendar procedimentos, sem anunciar por isso que descobriu as essências, as leis causais autônomas ou a única forma de conhecimento.

Num mundo ocasionalista, a chamada lei natural descreve uma regularidade ordenada, e não um poder que governasse a matéria na ausência de Deus: o remédio não tem em si uma pequena soberania capaz de curar, e a cirurgia, o repouso e a oração pertencem todos à

mesma história, aquela em que Deus causa efeitos conforme seu decreto. Isso não torna as doses indiferentes, porque Deus ordena as consequências junto com os padrões que as tornam previsíveis, e somos obrigados a usar com prudência a informação disponível, e o médico que sabe que determinada quantidade costuma intoxicar não pode invocar soberania para prescrever de modo irresponsável. Apenas fala honestamente: sua expectativa é opinião técnica bem sustentada, não profecia infalível; o instrumento serve, não reina.

Essa modéstia há de alcançar o financiamento, o consenso e a comunicação pública. “A ciência diz” costuma reunir sob uma voz única o dado e a interpretação, o modelo e o interesse institucional que pagou por ele. Dados falam? São as pessoas que os classificam, e a classificação já carrega um juízo. Um consenso pode indicar que especialistas chegaram à mesma conclusão, e merece consideração proporcional à evidência apresentada; não adquire infalibilidade por contagem. E nenhuma experiência estabelece o dever moral de aplicar uma técnica. Descobrir que é possível editar um embrião ou vigiar uma população responde se devemos fazê-lo? Não responde. A ética vem de outra fonte, porque a civilização cristã sustenta a pesquisa e reconhece a incerteza, e submete o uso da técnica àquilo que a dignidade da imagem de Deus exige do amor ao próximo.[4]

O mesmo princípio vale fora das ciências naturais: a psicologia, a economia e a sociologia podem reunir padrões úteis e produzir classificações que auxiliem decisões, mas não recebem por isso o direito de redefinir pecado, família, responsabilidade ou bem. Uma categoria terapêutica pode descrever sofrimento sem absolver toda ação, uma correlação econômica pode orientar política sem revelar o

valor supremo, e uma tendência social pode advertir sem tornar inevitável o futuro. O cientificismo oferece à administração um sacerdócio de números, e governantes gostam de decisões que parecem ter sido tomadas pelos dados: o cristão devolve a decisão ao campo moral: quais premissas, quais custos, quem responde, que mandamento governa e que incerteza foi escondida atrás da casa decimal?

A lei precisa saber por que julga

Uma sociedade não consegue evitar normas, e até a tolerância escolhe o que tolerar, e a liberdade há de definir as ações das quais alguém deve ser protegido. A disputa não ocorre entre moralidade pública e ausência de moralidade, mas entre a revelação e o consenso, a utilidade, a vontade, a tradição e o poder, como fontes do dever. Clark conduz sua filosofia política à ética porque perguntar qual governo é melhor exige primeiro saber o que significa *melhor*; sem norma, a democracia, a tirania e a anarquia podem ser descritas, porém não julgadas.[5]

A maioria conta votos. Não cria justiça.

Toda ética revelada começa no caráter e no mandamento de Deus. O roubo e o falso testemunho, o assassinato e a parcialidade, não se tornam maus porque prejudicam estatísticas; prejudicam pessoas e sociedades porque já contradizem a norma. Isso entrega automaticamente um código civil completo para todas as épocas?

Não entrega. A Escritura contém mandamentos morais, leis dadas a Israel em contexto pactual, princípios de justiça, exemplos, instituições, e a aplicação de tudo isso exige exegese e dedução. Distinguir essas camadas é parte da obediência. O slogan teonômico, antiteonômico, liberal ou conservador não pode resolver de antemão o trabalho que cada lei demanda.

Por ter força, o Estado exige limites mais claros do que a instituição que apenas aconselha. Dentro da autoridade que recebeu, ele contém o crime e julga a disputa, protege a vida e a propriedade de quem não conseguiria protegê-las sozinho, e para isso lhe foi entregue uma coerção que instituição nenhuma tem. O que ele não faz é justamente o que mais importa, porque nenhuma lei regenera um homem, nenhuma pena produz amor, e nenhum parlamento recebeu competência para decidir o que é verdadeiro. A tentação totalitária aparece no momento em que o governo se apresenta como a sociedade que contém todas as outras: educa os filhos para os próprios fins, decide o que conta como família, estende a mão até a consciência, e ao que pertence a Deus, à casa ou à Igreja passa a chamar administração.

A reação cristã não deve produzir o totalitarismo inverso, entregando a magistrados um programa clerical ou fazendo de pastores supervisores do poder civil. A Igreja, a família e o Estado respondem ao mesmo Deus e recebem funções diferentes. Submeter política à Palavra inclui proibir que a Igreja-instituição se torne Estado.[6]

Isso pede silêncio político aos cristãos? Não pede. Juízes devem julgar como cristãos, legisladores devem raciocinar a partir de normas verdadeiras, e cidadãos devem argumentar e votar, resistir a

ordens pecaminosas e proteger o próximo, sem que nada disso seja um programa de conquista; mas a vitória eleitoral não mede o reino, e a lei não transforma incredulidade em fé. Uma política justa pode conter um mal objetivo e proporcionar espaço para o bem; continua sendo efeito civil, não novo nascimento. Quando a Igreja busca no Estado a capacidade de impor aquilo que não soube ensinar, troca as armas do Espírito pela ansiedade do poder.

E quando um partido usa a linguagem cristã para tornar sua plataforma imune à Escritura, a mentalidade institucional reaparece em escala nacional: a crítica à criatura é tratada como traição ao próprio Deus.

A mesa é uma instituição civilizadora

Antes de encontrar o professor, o policial, o empregador ou o pastor, a criança encontra uma mesa. Ali ela aprende se a verdade pode ser dita em voz alta, se a força serve ao fraco, se a promessa feita ontem ainda vale hoje; e nenhuma dessas lições precisa ser enunciada para ser recebida, porque a criança lê a doutrina na conduta muito antes de ouvi-la formulada. A família não é detalhe privado de uma civilização: forma pessoas que depois carregarão para todas as outras instituições uma imagem do amor e do governo.

Por isso o ataque à família raramente se limita a costumes sexuais. Quem redefine o casamento e a filiação refaz a antropologia da sociedade. E quem defende a palavra *família* enquanto cultiva o

domínio, a mentira e o abandono oferece ao adversário uma caricatura produzida dentro de casa.

O casamento cristão nasce da criação e da aliança, não de conveniência romântica nem de contrato revogável quando o desejo muda. Homem e mulher recebem diferenças corporais que a cultura não inventou, igual dignidade diante de Deus, e obrigações que julgam a vontade individual dos dois. A liderança do marido, onde confessada, imita o Cristo que entrega a vida, e não o soberano carnal que exige serviço; a submissão da esposa nunca concede autorização para pecado nem violência (Efésios 5.25, 22-24), e pais têm autoridade para criar e corrigir, e não são donos dos filhos de seus projetos.

Filhos honram e obedecem, depois amadurecem para formar casas e responder diretamente a Deus (Êxodo 20.12; Efésios 6.1-3; Gênesis 2.24). Cada relação é derivada, e por isso nenhuma pode tornar-se absoluta.

Uma comunidade cristã deve sustentar famílias sem idolatrar uma forma social idealizada. Há solteiros que servem com liberdade, viúvas que necessitam da casa dos santos, órfãos e famílias quebradas pelo pecado, casamentos sem filhos e convertidos cujo primeiro lar cristão será a Igreja local, e Jesus não reduziu o povo dele à genealogia natural; criou uma família em torno dos que fazem a vontade do Pai (Mateus 12.48-50). Isso impede que a defesa do lar burguês substitua o corpo de Cristo e também impede que a instituição religiosa devore a casa, e as reuniões, os programas e as campanhas que ocupam todo o tempo familiar podem pregar prioridade doméstica enquanto exigem lealdade concorrente. A

Igreja serve à mesa quando equipa pais, acolhe solitários, confronta abuso, reparte necessidades e deixa de medir fidelidade pelo número de noites passadas no prédio.

Na casa, ainda, a mentalidade do Espírito adquire ritmos sem espetáculo. Ler, conversar, corrigir uma mentira, cuidar de um idoso, limitar o consumo, receber um estranho e pedir perdão parecem atos pequenos diante dos programas de transformação cultural, e são, no entanto, cultura na forma germinal dela, e uma geração aprende pela repetição aquilo que os documentos públicos jamais conseguirão impor. Se a palavra de Cristo não consegue governar a maneira pela qual tratamos o cônjuge cansado, o filho difícil e o parente dependente, nosso projeto civilizacional já se tornou fuga religiosa: desejamos ordenar nações porque ainda não oferecemos a própria sala como sacrifício racional.

A oficina, o salário e o pão

O trabalho é anterior à queda. Adão recebeu o jardim e a tarefa de cultivar e guardar antes que o suor tornasse penosa a vocação (Gênesis 2.15; Gênesis 3.17-19). Por isso o cristianismo não divide as pessoas entre os que fazem “ministério” e os que apenas financiam o espiritual. Quem ensina e quem cozinha, quem programa e quem limpa, todos servem ao próximo sob o mesmo senhorio de Cristo. Nem por isso todo trabalho é legítimo, porque a mesma habilidade que serve ao próximo pode servir à fraude, à exploração ou à

idolatria, e nenhuma profissão se santifica só porque o trabalhador é convertido, e a vocação cristã pergunta o que a mão produz e como ela trata quem depende dela. Quando o dinheiro torna essas perguntas mensuráveis, somos tentados a fazer dele a medida do valor humano.

A Escritura protege a propriedade e condena o roubo, exige que o salário justo seja pago no dia em que foi ganho, honra a diligência, manda repartir e adverte contra o amor às riquezas (Êxodo 20.15; Levítico 19.13; Provérbios 10.4; 1 Timóteo 6.10). Essas proposições desafiam tanto a inveja que chama toda posse de opressão quanto a avareza que chama todo lucro de bênção, porque um contrato livre pode esconder coerção econômica ou mentira, e uma política de redistribuição pode vestir de compaixão a cobiça e a concentração estatal.

Rótulos como capitalismo e socialismo reúnem práticas e definições variadas demais para receber absolvição ou condenação por palavra única. A mente renovada abre o mecanismo e pergunta de quem é e quem decidiu, quem assumiu o risco e quem arca com a perda, e o que continua devido ao pobre.

De que depende uma economia civilizada? De virtudes que a própria economia não consegue fabricar. A moeda pressupõe confiança e o crédito pressupõe futuro; o contrato pressupõe verdade, a empresa pressupõe cooperação, e a propriedade pressupõe uma norma que ninguém comprou. Quando a mentira e a impunidade corroem essas crenças, nenhuma planilha salva a ordem por muito tempo. O Estado pode punir a fraude sem produzir honestidade, e a empresa pode criar incentivo sem criar amor ao próximo; a família e a Igreja

ensinam e socorrem sem controlar o resultado, e mais uma vez a civilização começa na Palavra recebida por mentes, e as instituições tornam visível aquilo que os homens aprenderam a amar.

Isso também corrige a teologia da prosperidade e a pobreza romantizada. A riqueza pode ser providência, responsabilidade ou tentação, e a pobreza pode resultar da opressão tanto quanto da imprudência, da calamidade ou da perseguição, ou de combinações que não conhecemos. O saldo bancário revela o favor secreto de Deus? Não revela. A comunidade precisa ajudar sem transformar o necessitado em dependente permanente da instituição, e ensinar habilidade sem culpar toda vítima; precisa incentivar a produção sem adorar o crescimento, e deixar que a generosidade continue pessoal, alegre e inteligente, porque uma caridade administrada por planilha deixa de ser dádiva e vira orçamento.

Em Atos, membros vendem e repartem porque pertencem uns aos outros; a oferta não faz da liderança proprietária universal (Atos 4.32-35). O pão circula, e não se acumula ao redor do púlpito como prova de submissão.

A técnica não sabe para onde ir

Ferramentas ampliam a intenção humana. A mesma prensa espalha a Escritura e a calúnia; a mesma rede aproxima irmãos e multiplica a mentira; a inteligência artificial que auxilia a tradução serve igualmente à vigilância e à fraude; e a arma protege ou assassina

conforme a mão que a segura. Perguntar se a tecnologia é boa ou má, sem indicar o uso e o desenho, costuma produzir respostas abstratas; mas chamá-la neutra também é insuficiente.

Toda técnica incorpora escolhas, porque decide o que torna fácil e o que esconde, quem controla o funcionamento, e que tipo de pessoa presume do outro lado, e o cristão não precisa temer a novidade por ser nova, e cabe-lhe interrogá-la antes que a conveniência se torne moral.

A distinção entre a habilidade, a opinião e o conhecimento protege esse exame. Podemos operar um sistema sem compreender todas as teorias que o explicam, e estimar riscos sem conhecê-los infalivelmente; e sabemos por revelação que a mentira e a cobiça continuam pecados também em meio digital, e a Escritura talvez não nomeie o dispositivo, mas governa o agente e o propósito. Isso exige especialistas capazes de traduzir consequências para o corpo, e membros capazes de não entregar a especialistas o julgamento moral. O engenheiro conhece a arquitetura técnica; a mãe percebe o efeito sobre a atenção do filho; o trabalhador conhece a vigilância no chão da empresa, e o presbítero considera o que tudo isso faz com a comunhão, e o jurista examina de quem é a responsabilidade. Uma civilização cristã pensa por muitos membros e recusa a promessa tecnocrática de que complexidade concede aos peritos soberania sobre os afetados.

Ocasionalismo acrescenta uma sobriedade que nossa época precisa. A máquina é agente último? Não é, ainda que a operação dela possa ser tratada juridicamente como ação de pessoas e sistemas. Um algoritmo não cria pensamento do nada, uma rede não causa

inevitavelmente revolução moral e uma estatística não determina o futuro, e Deus governa cada efeito, e nós respondemos pelos meios que desenhamos e usamos conforme seus mandamentos, combinação que impede tanto o pânico supersticioso quanto o entusiasmo messiânico.

A tecnologia não salvará a civilização, não derrotará o decreto e não se torna inocente porque “apenas executou”, pois continua sendo ferramenta dentro de uma ordem moral anterior.

A imaginação também presta culto

Uma civilização conta histórias sobre si antes de escrever tratados. Seus heróis revelam o que ela admira, suas comédias mostram o que considera ridículo, seus monstros denunciam o que teme, e suas canções ensinam desejos que a aula talvez jamais nomeie, porque a arte, a linguagem e a imaginação pertencem ao domínio do pensamento porque oferecem mundos possíveis, selecionam detalhes e treinam afetos. Isso não reduz romance, pintura ou música a argumento silogístico, mas impede a fantasia de que forma e beleza pairam acima da verdade.

Uma narrativa pode mentir sobre o homem sem proferir uma tese em voz alta; pode também fazer o leitor enxergar uma consequência moral que uma definição abstrata deixou distante.

Fracassa a arte cristã quando se transforma em propaganda da instituição. Personagens incrédulos existem apenas para perder

debates, todo conflito termina numa conversão apressada, a beleza serve como embalagem, e nenhuma pergunta real ameaça a comunidade, que sai da obra exatamente como entrou, e o público percebe a manipulação porque a obra não ama a realidade; ama a reputação do grupo. O extremo oposto imita o niilismo da época para conquistar respeito e chama ambiguidade àquilo que já não tem verdade. Entre ambos existe uma liberdade disciplinada, na qual o artista pode representar o pecado sem celebrá-lo, a tragédia sem negar a providência, a beleza corporal sem pornografia, a dúvida sem coroá-la e a esperança sem sentimentalismo. A excelência técnica substitui a fidelidade? A intenção piedosa desculpa a preguiça técnica? Nem uma coisa nem outra.[7]

A linguagem merece vigilância especial, e civilizações mudam quando palavras como *homem* e *mulher*, *família* e *justiça*, *violência*, *saúde* e *liberdade* recebem sentidos novos enquanto a forma antiga permanece na lei e na memória, de modo que o debate continua usando um vocabulário que já mudou de dono. Nem toda mudança semântica é conspiração, porque as línguas vivem, e ainda assim as redefinições podem deslocar conclusões antes que o debate perceba que as premissas mudaram.

O cristão deve perguntar o que o termo afirma, não apenas se ele soa compassivo. Também lhe cabe vigiar o próprio dialeto, pois palavras como *reino*, *ordem*, *cosmovisão* e *civilização cristã* podem proteger ambição institucional. O Logos torna a linguagem exata, para que a imaginação possa criar sem servir à mentira.

E a arquitetura, talvez a arte mais material de uma comunidade, manifesta sua eclesiologia. Um prédio pode acolher crianças, idosos

e pessoas com deficiência, ou transformá-los em inconvenientes; pode aproximar membros ou organizar espectadores; pode servir à cidade durante a semana ou permanecer monumento caro à marca, e não existe planta sagrada universal, e existem decisões sobre o acesso e a finalidade. A pedra produz comunhão? Comunica quem foi lembrado quando a sala foi desenhada, que é outra coisa.

Uma cultura de membros, não um império de departamentos

Se cada domínio fosse entregue a um departamento central da Igreja, teríamos reconstruído a fortaleza em escala civilizacional. Pastores definiriam o currículo e a pesquisa, os membros voltariam a ser executores, e a mesma instituição que não é o corpo apresentaria sua burocracia como reino; mas o capítulo 17 já retirou essa possibilidade. A Igreja equipa santos que depois trabalham em toda parte, da escola ao laboratório, da oficina e do ateliê às cortes de justiça, e o que ela lhes oferece é a Palavra e a comunhão, a correção, a oração e os dons. Não precisa ser dona juridicamente de cada obra para que Cristo governe seus membros nela. Uma escola cristã pode nascer de famílias, e uma editora, de escritores que ninguém nomeou para isso; uma cooperativa nasce de trabalhadores, e um projeto de cuidado, de vizinhos e profissionais que se reconheceram devedores, e a relação com a igreja local importa, e a propriedade clerical não é selo de fidelidade.

Essa distribuição, longe de ameaçar a unidade, produz diversidade legítima. Duas escolas podem compartilhar o axioma e escolher currículos diferentes; médicos cristãos podem divergir sobre o tratamento provável sem que um deles esteja desobedecendo; juristas podem concordar na norma e discordar sobre a forma processual, e artistas podem servir à mesma verdade por linguagens distintas. Nem toda diferença é antítese entre Cristo e Belial, e convém localizar o nível da divergência.

Se uma posição contradiz a revelação, há erro doutrinário ou moral; se depende de inferência incompleta e de circunstâncias, pode haver opiniões rivais dentro da mesma obediência. A instituição idólatra transforma preferência em teste de fidelidade porque uniformidade facilita administração. O corpo maduro conserva unidade na verdade e espaço para prudência.

Nesse sentido, a cidade cristã não é uma capital governada por sacerdotes, mas uma rede de responsabilidades sob Deus: casas que ensinam, cortes que julgam com norma, vizinhos que carregam fraquezas, e o mesmo vale para a escola e para a oficina. Cada instituição tem forma e autoridade, e nenhuma contém o todo. O pecado continuará presente e muitas obras fracassarão; chamar o projeto de cristão não revoga a depravação, e deve aumentar a transparência, a possibilidade de correção e a prontidão para o arrependimento.

Também não confundiremos civilização com conforto, porque uma comunidade fiel pode viver sob perseguição e sob ruínas, e ainda assim ensinar a verdade, cuidar dos seus, conservar a memória e produzir beleza, e Babilônia tinha grandeza material e Roma tinha

estradas, e nenhum esplendor mediu o amor que as governava. Uma civilização que começa na Palavra pode construir hospitais e pontes, e pode também manifestar-se numa casa que esconde perseguidos, ou numa escola improvisada depois da destruição. O critério não é luxo cristianizado, e sim obediência encarnada nas condições que Deus ordenou.

O perigo do nome cristão

Quanto mais pública a aplicação, maior a tentação de usar o nome de Cristo como capital. Escolas anunciam cosmovisão enquanto protegem mediocridade, empresas vendem confiança entre irmãos e recusam prestação de contas, políticos colecionam pastores, artistas recebem imunidade crítica por evangelizar, e famílias escondem violência para preservar o testemunho, e o adjetivo *cristão* deveria aumentar a responsabilidade, pois afirma submissão ao Juiz. Frequentemente é usado para diminuí-la: criticar a obra pareceria atacar o reino, e essa transferência transforma novamente instrumento em ídolo.

Por isso cada instituição deve permitir perguntas que correspondam à sua confissão. A escola ensina melhor a verdade, e a empresa cumpre contratos e trata trabalhadores com justiça? O político apresenta razões e aceita correção? A obra artística respeita realidade e técnica? A família protege os fracos? A igreja equipa ou concentra? Resultados não são todos mensuráveis e nenhum

indicador isolado prova fidelidade, mas a recusa de qualquer exame já oferece resposta. Uma civilização cristã não é aquela que nunca erra. É aquela em que a Palavra conserva o direito prático de nomear o erro, inclusive quando a confissão pública torna a vergonha maior. Por essa razão, o testemunho deve ser distinguido do marketing. Testemunho diz a verdade sobre o que Deus fez e o que ainda precisamos confessar; marketing seleciona aquilo que aumenta adesão. Ambos comunicam, porém obedecem a fins diferentes.

Uma instituição pode divulgar trabalho legítimo sem mentir, e uma comunidade carece de conhecer frutos para cooperar. O problema aparece quando toda narrativa foi construída para aquisição de aluno, cliente, voto, doador ou membro. A verdade inconveniente torna-se ameaça financeira. Nesse ponto, o nome cristão começou a financiar seu próprio silêncio.

Uma planta que pode ser corrigida

Os esboços destas páginas não são legislação completa nem programa partidário. Não determinaram cada currículo, não interpretaram cada lei de Israel, não resolveram a política monetária nem definiram uma estética cristã; fazer isso exigiria muitos livros e muitos especialistas, e em várias questões restaria ainda opinião prudencial. A proposta é mais fundamental e, por isso, mais exigente: nenhum desses trabalhos pode começar de modo autônomo, chamar seu método de neutro e depois receber um

versículo decorativo. A Palavra fornece o mundo e o homem, a verdade e a norma, e o fim dentro do qual a técnica trabalha. Mas a planta há de ser corrigível porque foi desenhada por criatura. A Escritura não está em revisão; nossa arquitetura está. Um historiador pode mostrar que usamos exemplo falso, e um exegeta, que a dedução não seguia; uma vítima pode expor o custo escondido de uma política que julgávamos justa.

Receber correção não enfraquece a proposta escriturística, e demonstra que a autoridade não foi transferida para seus proponentes. Quanto mais extensa a aplicação, maior a superfície do erro, e por isso a expansão deve crescer também em mecanismos de arrependimento.

O fracasso histórico tampouco refutará o mandamento, mas deve julgar nossa aplicação. Uma escola cristã pode fechar por má gestão sem que a verdade deixe de governar educação; pode também fechar porque confundimos desejo com promessa e ignoramos prudência. Não usaremos soberania para salvar decisões ruins da análise. Deus decretou o resultado e ordena responsabilidade. Perguntamos que premissas e informações, que pecados e limitações, pertenciam à história, sem fingir que a observação nos entrega todo o conselho secreto. O ocasionalismo não é abrigo de incompetência, e sim confissão de dependência que torna a criatura responsável por obedecer dentro do papel recebido.

Quando a cidade volta para casa

Ao fim do dia, as instituições fecham e pessoas retornam às casas levando aquilo que aprenderam a amar. O professor recorda um aluno, o juiz recorda uma decisão, e o artista leva para casa uma imagem que ainda não sabe onde usará. A civilização parece grande quando vista nos prédios e torna-se novamente pessoal na consciência que decide o que fará amanhã. Nenhum programa substitui esse retorno, e se a Palavra não governar a mente, a estrutura cristã produzirá conformidade enquanto houver vigilância e dissolver-se-á quando o incentivo mudar. Se governar, um membro pode permanecer fiel dentro de instituição hostil e começar ali uma transformação que talvez nunca receba seu nome. Assim a expansão preserva sua natureza espiritual sem tornar-se privada. Deus causa pensamentos na ocasião do ensino e da conversa, do sofrimento e da oração; esses pensamentos movem corpos e formam hábitos, e alcançam gerações. Nem a escola nem a oficina são causas do reino: todas se tornam ocasiões nas quais membros obedecem ao Rei.

Às vezes a obediência produzirá instituição duradoura; às vezes exigirá sair da instituição; às vezes deixará apenas uma frase verdadeira na mente de uma criança que, anos depois, descobrirá sua consequência. A soberania impede que se despreze o pequeno e que se idolatre o grande.

Uma civilização começa na Palavra porque toda outra coisa começa tarde demais, e a lista das que chegam atrasadas é justamente a lista das instituições que este capítulo percorreu. A lei encontra homens já formados, a escola recebe filhos já amados ou feridos, e o mercado

recebe desejos que não criou; a arte recebe imaginações prontas, e a política recebe os medos e as esperanças que outra coisa já formou. Somente Deus alcança a fonte, fala à mente e produz o assentimento.

Depois disso nada permanece meramente interior: o pensamento se levanta e pede, serve e cura, ensina e julga. A cidade não se torna o corpo de Cristo; recebe, por meio dos membros do corpo, efeitos da vida que não poderia produzir.

Resta uma pergunta que nenhuma civilização pode responder pelo leitor. Percorremos a voz e a causa, a guerra, a vida e a expansão; vimos a Palavra antes do mundo, o decreto dentro da história, a mente diante das falsas autoridades, a fé levantando-se e a Igreja abrindo as portas. Nenhum domínio novo será acrescentado, e a cadeia inteira se recolhe numa só cobrança: qual palavra governa o seu pensamento?

A cidade adormece.

O Logos permanece falando.

Notas

1. Gordon H. Clark, *Uma visão cristã dos homens e do mundo*, cap. 1, especialmente “O propósito e os limites deste livro”, “As questões da filosofia” e “A unidade da verdade”. ↩
2. Gordon H. Clark, *Uma filosofia cristã da educação*, caps. 1, 4, 6 e 8, especialmente a relação entre cosmovisão, autoridade bíblica,

neutralidade e finalidade da educação. ↩

3. Clark, *Uma visão cristã dos homens e do mundo*, cap. 2, "Filosofia da História"; ver também *Historiography: Secular and Religious*, especialmente os capítulos sobre objetividade, juízos morais e Agostinho; Agostinho, *A Cidade de Deus*, XIV.28, sobre as duas cidades formadas por dois amores. ↩
4. Clark, *Uma visão cristã dos homens e do mundo*, cap. 5, "Filosofia da Ciência"; ver também *A filosofia da ciência e a crença em Deus*, "Pós-escrito: os limites e usos da ciência". ↩
5. Clark, *Uma visão cristã dos homens e do mundo*, caps. 3 e 4, "Filosofia da Política" e "Filosofia da Ética". ↩
6. Ibid., cap. 3; Vincent Cheung, *Rastro de incredulidade*, cap. 11, na advertência contra substituir expansão espiritual por conquista política direta. ↩
7. Clark, *Uma filosofia cristã da educação*, apêndice C, "A Arte e o Evangelho". ↩

CAPÍTULO 21 — CONCLUSÃO: TODO PENSAMENTO CATIVO

“Porque as armas da nossa milícia não são carnais, mas sim poderosas em Deus para destruição das fortalezas; Destruindo os conselhos, e toda a altivez que se levanta contra o conhecimento de Deus, e levando cativo todo o entendimento à obediência de Cristo;” (2 Coríntios 10.4-5)

O exame não terminou

A cidade adormeceu no capítulo anterior, e uma sala permaneceu iluminada. Sobre a mesa está uma questão que se abriu antes deste livro, antes dos nomes que nos ajudaram a pensar e antes da primeira pergunta que a consciência humana formulou com a presunção de quem imaginava inaugurar o juízo. A Voz já havia falado, o mundo já estava sob decreto, e a criatura já pensava com uma mente recebida, dentro de uma história que não causava, usando leis lógicas que não inventou, e ainda assim arrastou a

cadeira para o centro, sentou-se onde ninguém a havia colocado e passou a exigir que Deus se explicasse.

Vinte capítulos foram necessários para seguir as consequências desse gesto e do movimento inverso, a renovação pela qual a mente abandona a cadeira usurpada, não para deixar de julgar as proposições, as doutrinas e as práticas, e sim para julgá-las segundo a Palavra do Juiz verdadeiro. Chegamos agora ao que resta concluir; seria confortável imaginar que o acusado é o empirismo, o libertarianismo, o misticismo, o cessacionismo ou a instituição que se protege por meio de seu dialeto; cada um deles foi examinado, cada um foi levado ao fim de suas premissas, e nenhum deve sair absolvido pela delicadeza do fecho.

O mais antigo de todos, porém, atravessou esses sistemas e sabe pronunciar linguagem ortodoxa. Trata-se da mentalidade da carne, a autonomia que aceita perder muitas discussões desde que conserve o direito de escolher quem julga.

Por isso não recolho os capítulos como quem apresenta ao leitor um museu de erros alheios. Eu seria o primeiro a desobedecer ao argumento caso terminasse apontando apenas para fora. O prólogo confessou uma passagem pessoal pela sedução de uma consciência treinada para examinar tudo, menos o direito de quem examinava; o livro nasceu daquela rachadura, e a publicação do livro não me coloca além dela. Um autor pode abandonar um mestre e transformar a própria obra em mestre, denunciar uma escola fechada e reunir outra ao redor de uma expressão nova, exigir que todas as premissas sejam mostradas enquanto esconde sua vaidade na nota de rodapé. Pode até escrever contra a idolatria institucional e

experimentar um prazer secreto quando suas palavras se tornam o dialeto de um grupo. O nome *Escrituralismo Expansionista* não tem imunidade contra o pecado que descreve. Se for recebido como senha, se uma frase minha substituir a inferência, se a crítica ao livro for tratada como rebelião contra Deus ou se os membros forem novamente divididos entre os que dominam o vocabulário e os que precisam receber conclusões prontas, não teremos avançado; apenas mudaremos a inscrição da porta enquanto a mesma mentalidade continuará sentada na mesma cadeira.

A primeira conclusão recai, pois, sobre quem a pronuncia. Não escrevo de um lugar reservado à acusação, e sim de pé diante da mesma Palavra que examinou os demais sistemas. Aquilo que for verdadeiro nestas páginas pertence a Deus, ainda que tenha chegado ao leitor pela ocasião de meu trabalho; aquilo que for falso não se torna respeitável pela extensão, pela convicção ou pelo número de referências. O leitor me deve adesão? Não deve. Deve a Deus obediência, e exatamente por isso me deve exame, pois uma proposta que pede todo pensamento cativo a Cristo precisa desejar que também suas definições e deduções, suas aplicações e seus silêncios sejam levados ao mesmo cativeiro.

A gratidão por Clark e Cheung não lhes comprou infalibilidade; a gratidão que alguém venha a sentir por este livro comprará menos ainda. Ponho tudo sobre a mesa, incluindo estas páginas, porque o exame não termina quando eu colocar o ponto final.

A voz recolhe o que disse

A primeira parte recebeu o nome de Voz, e ali se decidiu tudo o que os capítulos seguintes apenas tornaram mais caro. Todo pensamento tem um começo, e a frase parece uma observação escolar até que percebemos quanto da vida cristã depende de escondê-la. O homem pede uma prova da Escritura e imagina que começou sem nada; entretanto, já confiou numa ideia de prova, numa fonte de informação, numa capacidade de inferir e numa ordem do mundo que torna o argumento possível. Quando a Palavra chega ao fim desse percurso, aprovada por elementos que receberam autoridade no início, ela pode ser honrada e citada; até chamada de infalível, e não é o primeiro princípio do sistema. Quem julga já havia sido escolhido antes. O jardim mostrou essa transferência com uma simplicidade que séculos de epistemologia não conseguiram melhorar: Deus falou, a serpente deslocou a questão da compreensão para a suspeita, a criatura tomou a aparência, o desejo e a promessa rival como critérios, e a mão estendida apenas consumou uma revolta intelectual já ocorrida. O primeiro fruto da autonomia não foi conhecimento divino, e sim uma cobertura fabricada, e um homem escondido da Voz que pretendia avaliar.

Receber a Escritura como primeiro princípio não significa transformar a Bíblia num objeto mágico, retirar sentenças do contexto nem recusar o trabalho da razão, porque significa o contrário: a razão finalmente recebe premissas verdadeiras e uma ontologia capaz de explicar por que a lógica, a linguagem e a mente existem. O Deus que disse pronunciou sons vazios? Comunicou

proposições. O Logos não é uma regra abstrata acima de Deus, mas a Palavra pessoal, eterna e divina por quem todas as coisas vieram a existir; a coerência do pensamento não é um mecanismo que o Criador consulta, e sim expressão de sua racionalidade invariável.[1] Foi por isso que a passagem da Palavra ao sistema se tornou necessária. A Escritura inteira, interpretada em contexto, comparada consigo mesma e seguida por boa e necessária consequência, oferece mais do que uma coleção de respostas devocionais: entrega o começo de uma filosofia cristã, ainda que a dedução não acrescente revelação, a confissão não se torna novo cânon e a certeza da norma não migra automaticamente para toda aplicação prudencial.

O intérprete permanece falível precisamente porque a Palavra não é sua propriedade. A mente do Espírito não diz “meu sistema falou” quando deveria dizer “assim está escrito”, e não diz “assim está escrito” quando tem apenas uma opinião que gostaria de proteger com a voz divina.

Aqui a primeira parte já entrega sua conclusão. Não existe pensamento sem autoridade, razão sem premissas ou método sem metafísica. A escolha está entre a Palavra do Deus que conhece todas as coisas e algum princípio criado que não consegue explicar o conhecimento que reivindica. O empirismo e o racionalismo autônomo, o consenso e a tradição, a experiência privada e a instituição podem exercer funções reais e subordinadas; nenhum suporta o lugar de origem e critério da verdade. O cristão começa pela Escritura porque Deus falou, e não porque conseguiu alcançar um ponto neutro e, depois de comparar ofertas, considerou a Bíblia a hipótese mais eficiente, uma vez que e não existe autoridade anterior

pela qual sua voz receba permissão. Essa circularidade pertence à ultimidade: se outro padrão decidisse em definitivo, o outro padrão seria o começo. Mas o círculo cristão não é uma cela vazia na qual repetimos que a Bíblia é verdadeira: contém o Deus racional, a criação inteligível, a mente feita à imagem do Logos, a comunicação proposicional e o juízo sobre sistemas que precisam roubar lógica, universalidade e norma enquanto negam o fundamento que as torna possíveis. O começo não encerrou o pensamento, e antes tornou possível começar a pensar.

Nenhuma criatura suporta o lugar de Deus

Da Voz passamos à Causa porque seria incoerente receber Deus como origem da verdade e expulsá-lo da eficiência dos acontecimentos. Se a criatura depende da Palavra para conhecer, por que teria dentro de si um reservatório de poder independente para produzir o que acontece depois? Este livro negou a realidade do fogo, do remédio, da palavra, da decisão, do cérebro ou da mão? Não negou. Negou-lhes divindade, porque criaturas são reais como criaturas: sujeitos e instrumentos, sinais, condições históricas e ocasiões ordenadas; não são pequenas fontes autônomas de ser, movimento ou pensamento. Deus cria, conserva e faz tudo quanto decretou, e as regularidades pelas quais administramos a vida não são leis sentadas acima dele, cobrando que o futuro repita o passado, e sim a ordem fiel de uma providência que nos permite agir

prudentemente sem transformar expectativa em conhecimento infalível.

O médico prescreve, o agricultor semeia, o professor ensina, o cristão fala ao irmão; nenhum deles fabrica o efeito que deseja, e nenhum recebe da dependência autorização para negligenciar o meio que Deus mandou usar, porque o ocasionalismo retira o altar da criatura e lhe devolve a oficina.

Essa afirmação encontrou no mal a objeção que merecia encontrar, pois uma soberania celebrada apenas onde o acontecimento nos agrada é piedade decorativa. Deus decretou a noite em que o Filho seria entregue; homens iníquos desejaram e decidiram, e praticaram aquilo que a lei condenava; o propósito divino permaneceu santo e a transgressão humana permaneceu má, porque causar o acontecimento inteiro não significa cometer o pecado, porque o cometimento é predicado do sujeito que pensa e age contra o preceito que o governa. A responsabilidade tampouco depende de liberdade em relação ao Criador, como se um homem precisasse tornar-se causa não causada durante alguns segundos para depois poder ser chamado homem, e responde porque é pessoa racional sob mandamento, porque a ação é verdadeiramente sua e porque Deus tem autoridade para julgá-la. O libertarianismo tentou proteger a culpa concedendo independência à criatura e acabou ameaçando o decreto; a permissão vazia tentou proteger Deus mantendo-o perto o bastante para observar e longe o bastante para não governar; o dualismo preservaria a bondade fabricando um rival que o Senhor não controla.

A Escritura recusou as três cortesias e apresentou o Oleiro que determina, o Juiz que condena e o Redentor que assume a pena de seu povo sem dever salvação a ninguém.[2]

Não escrevo isso com a leveza de quem resolveu sofrimento por definição. Há dores diante das quais a voz precisa diminuir, e o capítulo 7 só teve direito de acusar a providência usada como escudo institucional porque antes distinguiu o decreto secreto do preceito revelado. Dizer a uma vítima que o acontecimento estava sob o governo de Deus não absolve o agressor, não proíbe lamento, não torna desnecessária a justiça e não autoriza o líder a proteger o nome da organização, e a soberania que inclui o abuso inclui também a exposição, a disciplina e a queda da estrutura que o chamou de necessário. Não conhecemos, pela observação, todo o propósito particular do sofrimento; conhecemos o mandamento que nos obriga a socorrer, a falar verdade e a julgar sem parcialidade, e há uma ternura severa nessa distinção: a vítima não é entregue ao acaso, enquanto o culpado não encontra esconderijo no decreto. Ambos permanecem dentro da história de Deus; apenas um está, naquele ato, em transgressão contra sua lei.

Foi necessário então perguntar que criatura é essa que conhece, que deseja e que responde, e a resposta retirou outro ídolo de seu pedestal. O homem é imagem racional de Deus, um intelecto criado que vive unido ao corpo e espera a ressurreição, não uma sensação organizada que por acaso começou a formular universais, porque não chega ao mundo como folha absolutamente vazia, pois conhece Deus e suprime esse conhecimento; tampouco produz conceitos por algum poder misterioso da matéria, e sim na ocasião de sinais e de

linguagem, de memória, de leitura e de ensino, Deus causa pensamentos na mente conforme seu decreto. Isso preserva a importância histórica das palavras sem fazê-las atravessar sozinhas o abismo entre corpos e consciências. Preserva também o professor, que serve mais diligentemente quando deixa de imaginar que técnica pedagógica produz entendimento. Agostinho falou do Mestre interior; Clark atacou a pretensão de derivar universais da sensação; Cheung pressionou a fórmula ocasionalista até a mente.[3]

O livro reuniu essas linhas sem lhes atribuir identidade perfeita e chegou a uma conclusão diante da qual toda vaidade intelectual perde o fôlego: até o pensamento pelo qual compreendemos que Deus causa o pensamento foi causado por Deus.

A guerra volta-se contra o vencedor

Somente depois da Voz e da Causa a Guerra poderia começar sem transformar apologética em espetáculo. Não existe território neutro, porque o homem que pede uma faixa da realidade onde Cristo ainda não governa já escolheu a autonomia como regra dessa faixa. A apagogia entra no sistema cristão como instrumento de responsabilização: recebe a formulação do adversário, acompanha suas premissas e mostra contradições, distinguindo o absurdo lógico da consequência apenas desagradável e recusa permitir que uma palavra mude de sentido no meio da defesa. Levamos o rival ao fim para manifestar o que ocorre quando alguém utiliza propriedades do

Logos contra o Logos. A sensação não produz a proposição universal que o empirismo lhe cobra, a indução não atravessa dedutivamente dos casos observados à lei necessária, o cientificismo não extrai dever moral da medição, a teologia natural não sobe da criatura a um Deus suficientemente definido para autenticar a Escritura, o místico não comunica conhecimento quando preserva apenas intensidade sem mensagem, a linguagem religiosa não sobrevive se as palavras perderem significado comum, e a instituição não demonstra doutrina apontando para o próprio cargo. Cada execução retirou uma criatura do lugar de juiz, não da história.

Mas a guerra volta-se contra o vencedor no instante em que ele começa a amar a vitória mais do que a verdade. Conheço a sedução de uma crítica que encontra contradições com rapidez e passa a tratar pessoas como oportunidades de exibir método. O apologista pode confessar que Deus causa entendimento e, cinco minutos depois, agir como se a salvação do interlocutor dependesse do brilho de sua redução ao absurdo; pode denunciar a razão autônoma enquanto transforma a própria habilidade lógica em autonomia de elite. Se perde uma resposta, sente que a fé foi ferida; se vence, comporta-se como causa da derrota rival. O ocasionalismo julga essa vaidade antes que o adversário precise fazê-lo. Um argumento verdadeiro serve, e não reina, e uma objeção ainda não respondida revela, no máximo, a limitação presente do apologista; não cria um fato fora do conhecimento divino. E o homem diante de nós não é uma tese com pernas: é imagem de Deus, supressor da verdade e possível irmão a quem o mesmo Espírito pode conceder arrependimento, talvez na ocasião de uma frase nossa, talvez apesar dela. A guerra é real, porém suas armas não são carnais; Paulo não

nos autorizou a substituir o poder da verdade pela violência do temperamento.[4]

Essa especificação das armas importa porque as fortalezas que o texto de 2 Coríntios manda destruir são raciocínios e altivezes levantados contra o conhecimento de Deus, descrição que impede duas falsificações opostas. A primeira transforma o combate espiritual em cortesia impotente: ninguém seria confrontado, toda religião conservaria sua verdade privada e a mansidão significaria deixar a mentira administrar a consciência. A segunda entrega a linguagem militar à instituição: o líder identifica sua plataforma com Cristo, chama a pergunta de rebelião e leva cativos os membros em vez dos pensamentos. Contra a primeira, o evangelho fala, argumenta, ordena arrependimento e anuncia juízo. Contra a segunda, a mesma Palavra pergunta ao líder com que direito ele ocupou o lugar do Cabeça.

A fortaleza pode estar numa universidade que declara a ciência autônoma; pode também estar num púlpito que declara sua interpretação imune. A espada do Espírito reconhece a imunidade de uma parede porque há um versículo pintado nela? Não reconhece.

Quando o assentimento se levanta

As execuções do capítulo 13 terminaram com uma passagem curta: a vida começa na Palavra recebida. Era preciso que começasse, porque um sistema capaz de vencer disputas e incapaz de levantar um

homem para orar teria organizado um cemitério, e a quarta parte não abandonou a doutrina para falar de prática; mostrou o que a doutrina já fazia quando se tornava crença. Fé é assentimento ao conteúdo revelado, e não substância espiritual, emoção sem objeto ou força que o crente lança contra o mundo. Crer em Cristo inclui crer no que Deus declara acerca dele, receber sua promessa, abandonar rivais e repousar no Salvador conhecido por meio da Palavra. Esse assentimento é causado pelo Espírito e pertence realmente ao sujeito que crê. Ele não permanece sozinho, porque a proposição recebida reorganiza juízo, desejo e ação.

O assentimento se levanta, e os pés caminham, as mãos repartem, a boca confessa e o corpo se apresenta. Não acrescentamos obras para transformar uma crença morta em mérito; a vida manifesta que a mente foi alcançada pela verdade e que o homem inteiro está sendo conduzido atrás dela.

Por isso a oração entrou como intervalo devocional numa metafísica severa? Não entrou. Se Deus decretou o fim e as ocasiões pelas quais o cumpre, pedir não corrige ignorância divina, não persuade uma vontade relutante nem produz o efeito por intensidade psicológica. Deus ordena a oração, causa o pedido e dá a resposta na história que planejou. A frase “nada tendes, porque não pedis” não é ameaça ao decreto (Tiago 4.2); revela uma relação decretada entre a ausência do pedido e a ausência do que seria recebido. Essa estrutura devolve racionalidade à dependência. Oramos porque Deus mandou e prometeu responder, e porque o Pai decidiu fazer da voz de seus filhos uma ocasião real de sua obra. Ajoelhar-se é abandonar o

pensamento? É o pensamento reconhecendo a posição dele no mundo.

Foi sob o mesmo governo que o livro tratou cura, sinais e maravilhas. O cessacionismo tentou limitar a expectativa por construções que os textos centrais não exigem; o continuísmo mínimo confessou dons presentes enquanto organizou uma vida eclesiástica na qual quase nada deveria acontecer.

Contra ambos, o expansionismo recorda que o avanço do evangelho não veio acompanhado por uma curva de poder destinada a diminuir até que a incredulidade prática recebesse o nome de maturidade, ainda que esperar mais de Deus nunca autorizou fazer da fé uma técnica, da cura um salário pago à certeza ou do enfermo um culpado automático. Mãos e óleo, médicos e palavras, e as próprias orações, permanecem meios e ocasiões; quem cura é Deus. Quando a resposta esperada não aparece, não falsificamos o texto para proteger a experiência, nem esmagamos o sofredor para proteger a doutrina. Examinamos as promessas e as aplicações, os pecados e os limites; continuamos pedindo onde há mandamento e promessa; choramos com quem chora; e confessamos que o diagnóstico do caso particular não nos foi entregue junto com a norma geral. A ousadia sem amor é outra forma de incredulidade, porque não crê no Cristo cuja força jamais precisou desprezar o fraco.

Essa vida encontrou sua forma comunitária na Igreja, e ali o argumento precisou atravessar uma das tentações mais persistentes deste livro: confundir o corpo com a estrutura que administra o endereço dela, porque Cristo é o Cabeça e os cristãos são membros uns dos outros, iguais em dignidade, diferentes em função e

mutuamente necessários. Pastores são dons verdadeiros, não mediadores de uma espécie superior; ensinam e guardam, e corrigem sob a Palavra que também os examina. Confissões podem conservar séculos de trabalho, prédios podem proteger reuniões, contas podem servir à generosidade, processos podem organizar justiça. O instrumento torna-se fortaleza quando exige a identidade do corpo, concentra toda palavra numa casta, protege liderança contra o critério que aplica aos membros ou sacrifica pessoas à sobrevivência do nome, e a Igreja viva não precisa destruir toda instituição, e precisa impedir que qualquer instituição seja adorada.

Quando as luzes do programa se apagam, os membros continuam sendo Igreja; quando as portas voltam a abrir, saem para servir, levando dons que não pertenciam ao palco.

A expansão que recusa o trono

Foi com esses membros saindo pela porta que a quinta parte começou, e aqui o livro assumiu sua dívida mais arriscada. *Expansionismo* não foi encontrado como palavra vazia à espera de meu conteúdo. Vincent Cheung a empregou para designar o crescimento dos dons, dos poderes e dos milagres relacionados ao avanço do evangelho, o contrário daquela narrativa de declínio em que a Igreja deveria esperar menos do Espírito à medida que se afasta dos apóstolos.[5] Era necessário preservar o sentido original antes de estendê-lo, porque uma proposta não ganha força

apropriando-se de um termo e apagando a certidão de origem. A extensão intelectual foi declarada como minha: se o Cristo que derrama poder também ordena ensinar às nações tudo quanto mandou, se todo pensamento deve ser levado à sua obediência e se nenhum método é neutro, então a expansão não pode parar na manifestação nem a manifestação pode ser sacrificada ao domínio conceitual. Mais dons, mais poder e mais obras de Deus; mais verdade compreendida, por mais membros, em mais campos, transmitida a mais gerações.

O Espírito não precisa escolher entre levantar o enfermo e renovar a mente que pensa a medicina, entre conceder palavra corajosa e formar uma educação governada pelo Logos, e nós é que aprendemos a repartir o senhorio de Cristo em departamentos e, depois, chamamos a fragmentação de equilíbrio.

Essa expansão recusa o trono que a mentalidade da carne oferece tão depressa. Não é tomada imediata do Estado, império denominacional, violência batizada ou governo dos especialistas religiosos sobre uma população reduzida à obediência externa. O evangelho conquista anunciando a verdade e causando fé, ensinando mandamentos e distribuindo dons. Uma lei justa pode conter o mal e uma escola fiel pode formar melhor; uma empresa honesta serve ao próximo, e um magistrado cristão deve julgar segundo norma verdadeira.

Mas nenhuma dessas instituições regenera. Quando a Igreja procura no poder civil a eficácia que perdeu a coragem de esperar do Espírito, troca a ocasião ordenada por coerção e chama o resultado de reino, e quando um projeto cultural concentra currículo e arte, ciência e

política num escritório clerical, a fortaleza do capítulo 17 apenas ampliou o terreno. O corpo vivo expande-se por membros: famílias ensinam, juristas raciocinam, vizinhos carregam necessidades. A mesma Palavra governa, porém nenhuma criatura contém o todo. Essa recusa do trono explica por que a cidade do capítulo 20 começou antes do amanhecer, não diante de um palácio conquistado.

Cada porta já se abria sob uma palavra. A escola tinha uma antropologia e a corte, uma norma; o laboratório tinha uma epistemologia e o mercado, uma doutrina de valor e de promessa; a casa tinha uma imagem de autoridade, e a arte, uma seleção do que merece amor.

A matéria criou alguma dessas decisões? Tornou-as públicas, que é outra coisa. Uma civilização cristã começa quando a Palavra recebida desce aos hábitos e os hábitos assumem forma em obras corrigíveis. Não começa pela cruz instalada na parede, pelo político que aprendeu o dialeto ou pelo empresário que descobriu um mercado religioso. O adjetivo *cristão* reduz a obrigação de prestar contas? Aumenta. E a fidelidade não pode ser medida apenas pela grandeza da construção.

Uma comunidade perseguida que ensina seus filhos e cuida de viúvas, que preserva a verdade e canta entre ruínas, manifesta mais civilização cristã do que um centro poderoso que usa a cruz para imunizar seus contratos e seus líderes. Babilônia sabia construir. E adorar, sabia? Não sabia.

Há, portanto, uma expansão que pode parecer pequena aos administradores do visível e imensa diante de Deus. Um pai abandona a ambição de fazer do filho um monumento de sua vaidade

e começa a ensiná-lo como pessoa que pertence a Cristo; uma mulher recusa a mentira que preservaria o emprego, um médico distingue a utilidade do modelo a certeza que ele não tem, uma igreja devolve perguntas aos membros que havia treinado apenas para consentir, um enfermo pede novamente depois de muitas decepções sem transformar a dor em método de interpretação, e um estudante identifica a premissa escondida no livro que todos chamam neutro. Que câmera registra a mudança de império? Nenhuma, e ali um pensamento foi levado cativo. Depois outro. O hábito começa.

A casa muda, a conversa muda, a oficina muda, e talvez uma instituição nasça; talvez nenhuma nasça, e a verdade seja transmitida a uma criança que a levará a um lugar que jamais conheceremos, e o Deus que causa o crescimento não despreza sementes porque os homens preferem fotografar árvores.

O sistema diante da própria regra

Chegou a hora de colocar o nome inteiro desta proposta diante da sentença. *Escrituralismo Expansionista* é uma expressão mais curta, não uma tese mutilada. Ela conserva as relações que a história das escolas separou: a Palavra como primeiro princípio, Deus como única causa eficiente e o avanço do evangelho em verdade e poder. O primeiro termo declara quem julga, e o segundo declara o movimento e traz consigo a dependência completa desse movimento em relação ao Deus que o causa. Não existe expansionismo cristão se

a leitura, a fé, a oração, o dom ou o método apologético forem tratados como forças autônomas, pois uma expansão produzida pela criatura seria apenas outra forma de divinizar os instrumentos dele, e por isso o ocasionalismo permanece dentro da proposta mesmo quando deixa de aparecer em seu título.

O escrituralismo impede que a causação divina se torne metafísica inventada e que a expansão entregue à experiência o direito de criar doutrina, o caráter ocasionalista do expansionismo impede que seus meios virem causas, e a própria expansão impede que a soberania termine num sistema defensivo, extraordinariamente hábil para explicar por que Deus age e praticamente treinado para esperar que ele não aja. As duas palavras nomeiam, assim, a cadeia que este livro apresentou sem precisar carregar cada um de seus elos no título.

Não formam uma nova revelação, e a cadeia continua verdadeira apenas onde cada elo pode ser demonstrado pela Escritura. Por isso, se amanhã aparecer uma expressão melhor, nada essencial terá sido perdido.

Se uma dedução deste volume for refutada pelo texto, deverá ser abandonada ainda que o abandono obrigue a redefinir o alcance do nome. Se outra pessoa desenvolver as consequências com mais clareza, não me deverá tributo intelectual que restrinja sua crítica. Um sistema cristão saudável deseja tornar-se transparente: o leitor atravessa seus termos, alcança as proposições bíblicas e aprende a pensar a partir delas sem depender para sempre do guia que organizou a passagem. A escola doente faz o contrário; multiplica vocabulário próprio, transforma toda objeção em falta de iniciação, cria problemas cuja solução exige mais da própria escola e, por fim,

oferece ao discípulo uma identidade difícil de abandonar, e não quero que alguém responda “sou expansionista” quando lhe perguntarem se pertence a Cristo, nem que uma comunidade examine irmãos pela pronúncia correta das duas palavras. A quem serve o nome? À verdade, e a verdade não serve ao nome.

A conclusão sobre o sistema é, então, condicional e pública: receba-se tudo o que segue necessariamente da Palavra, corrija-se o que resultou de exegese defeituosa, definição instável, inferência inválida ou informação falsa, preserve-se como opinião aquilo que não alcançou conhecimento, e rejeite-se qualquer tentativa de converter o autor, seus aliados ou suas instituições em autoridade de recurso acima do texto. Essa condição enfraquece a convicção? Não enfraquece. Ela distingue a infalibilidade do fundamento da falibilidade de quem construiu sobre ele. Deus não está em revisão, e nossa planta está. E é porque a casa pertence a outro Dono que podemos reconhecer uma parede torta sem fingir que o fundamento rachou.

Os cômodos que ainda reservamos

Seria possível concordar com todo o parágrafo anterior e conservar a autonomia em pequenos cômodos. A mentalidade da carne raramente exige hoje que um cristão negue formalmente a Bíblia; contenta-se em administrar exceções. Deixa a Escritura governar a doutrina da salvação, desde que a experiência continue decidindo o

que devemos esperar de Deus; aceita o decreto eterno, desde que a vontade humana conserve um instante inexplicável no qual seja causa de si; tolera a crítica ao cientificismo, desde que os números recebam a última palavra quando o medo público aumenta, e celebra os dons distribuídos, desde que o microfone permaneça nas mesmas mãos.

Confessa que todo pensamento pertence a Cristo, desde que política e dinheiro, sexualidade e prestígio, e ressentimento, sejam tratados como questões práticas demais para o juízo da revelação. Não há necessidade de erguer uma fortaleza inteira. Basta fechar algumas portas e entregar a Cristo apenas as chaves do corredor.

Peço por isso ao leitor que não transforme essa imagem numa inspeção da casa alheia: qual é o cômodo que você ainda explica antes de permitir que a Palavra fale? Talvez seja o mestre cuja voz aparece em sua cabeça antes do texto; talvez a denominação na qual uma pergunta legítima passou a soar como culpa; talvez a ferida que se tornou princípio hermenêutico e agora decide antecipadamente o que Deus pode prometer; talvez um desejo cuja satisfação você chama de identidade; talvez o filho, o ministério, a inteligência ou a reputação que parecem tão bons que deixaram de precisar de mandamento.

A idolatria intelectual vive somente em tratados? Não vive. Ela aparece na ordem em que consideramos as autoridades quando algo amado é ameaçado. Todos afirmamos que Deus está primeiro enquanto nada custa; a hierarquia se torna visível quando a conclusão bíblica nos faz perder aprovação, segurança ou uma imagem de nós mesmos.

Também há um cômodo construído com a própria severidade. Depois de ler acusações contra o empirismo e o misticismo, o livre-arbítrio, o cessacionismo e o institucionalismo, alguém pode adquirir uma identidade de homem que não recua e usar a verdade para não ser examinado por ninguém, e toda correção recebida parecerá concessão à mentalidade carnal, toda delicadeza será covardia, e toda incerteza prudencial passará por incredulidade. Esse homem talvez repita as teses deste livro com precisão e tenha aprendido apenas outra forma de autonomia: a consciência já não se apresenta como neutra, apresenta-se como a única suficientemente bíblica. Mas o Espírito que leva pensamentos cativos também produz domínio próprio, e paciência, e amor; a lógica não autoriza falsa acusação, a certeza da norma não dispensa prova do fato, e a coragem que jamais consegue pedir perdão é apenas orgulho que decorou textos de guerra. A ortodoxia de um homem não o retira do corpo, onde irmãos menores, menos lidos e sem qualquer cargo podem enxergar o pecado que sua biblioteca aprendeu a justificar, e precisamente aqui a distinção entre a mentalidade do Espírito e a mentalidade da carne deixa de ser classificação de escolas para ser juízo cotidiano, porque a carne não se reduz a emoção, corpo ou ignorância popular, e pode raciocinar, publicar, organizar conferências e defender confissões antigas.

Sua marca é a hostilidade à lei de Deus, inclusive quando essa hostilidade se esconde sob o uso seletivo da lei contra adversários (Romanos 8.7), e a mentalidade do Espírito é a mente renovada que recebe o que Deus disse, segue suas consequências e oferece a vida.

Ela não se torna onisciente, impecável ou incapaz de hesitar; torna-se ensinável porque reconhece o Mestre, corajosa porque a verdade não depende de aprovação e arrependida porque já não precisa preservar a ficção de autonomia. O cômodo abre quando a Palavra recebe direito prático de nomear o que há dentro.

O cativeiro que liberta

A palavra *cativo* assusta uma época que chama liberdade à ausência de senhorio, e pode assustar com razão quem sofreu sob instituições que usaram submissão para aprisionar consciência. Precisamos, então, ouvir a frase inteira: todo pensamento é levado cativo **à obediência de Cristo**. Não à vontade do autor, ao conselho de uma denominação, ao Estado cristianizado ou à personalidade do líder. Cristo não é uma criatura concorrendo com nossa inteligência pelo mesmo espaço; é o Logos por quem a mente existe, a verdade é verdade e a inferência conserva validade.

A autonomia não liberta o pensamento dele; tenta separar a lâmpada da luz e chama a escuridão resultante de independência. Ser levado à obediência do Logos diminui a razão? Não diminui. Antes a retira da tarefa impossível de produzir seu próprio fundamento e a restitui à ordem na qual pode pensar verdadeiramente.

E essa restituição não significa que cada cristão conhecerá todas as proposições, resolverá cada questão científica ou derivará da Bíblia um manual técnico para qualquer profissão, pois “todo pensamento”

define alcance, não onisciência. Há verdade revelada e dedução necessária, opinião prudencial, estimativa técnica e ignorância confessada; todas permanecem sob Cristo exatamente porque não recebem o mesmo grau de certeza. O cientista leva seu modelo cativo quando reconhece o que ele pode prever e o que não pode provar, o historiador o faz quando confessa providência sem fingir acesso ao decreto secreto, o juiz quando distingue a certeza da lei da incerteza da acusação, o pastor quando não converte conselho em mandamento, e o leitor quando diz "não sei" onde Deus não falou e "está escrito" onde a cultura exige suspensão. A mente cativa é livre para desconhecer sem inventar, discordar sem odiar, aprender sem adorar e usar instrumentos sem lhes oferecer incenso.

Há ainda uma liberdade mais profunda. O homem autônomo precisa sustentar o mundo que escolheu julgar; qualquer objeção ameaça o chão, qualquer mestre mais forte ameaça a identidade e qualquer fracasso intelectual soa como queda da realidade. O cristão pode perder uma discussão sem perder Cristo, corrigir uma doutrina sem perder a Escritura, abandonar uma instituição sem abandonar o corpo e confessar pecado sem desaparecer, porque seu fundamento não é a própria consistência biográfica. O evangelho o salva pelo Filho que viveu, morreu e ressuscitou por pecadores que começaram em revolta.

Essa graça impede que o escrituralismo se torne salvação por epistemologia. Ninguém é justificado porque definiu o axioma, a causalidade e a expansão melhor do que o vizinho. Somos justificados por meio da fé em Cristo; depois, a mesma graça reivindica a mente que antes fabricava juízes para evitar ajoelhar-se.

O corpo sobre o altar

Romanos 12 permite que a última página termine na cabeça? Não permite. Depois de expor as misericórdias de Deus, Paulo roga aos irmãos que apresentem o corpo como sacrifício vivo, santo e agradável e chama isso de culto racional; em seguida, opõe a conformidade com este século à transformação pela renovação da mente (Romanos 12.1-2). A ordem reúne tudo o que dividimos. A verdade recebida não abandona o corpo, e o corpo oferecido não dispensa pensamento. Olhos leem e boca confessa, mãos trabalham e joelhos se dobram, dinheiro circula e casa acolhe, voto é dado, enfermo é visitado e pecado é resistido porque a mente aprendeu a discernir sob misericórdia.

O sacrifício é vivo: levanta-se do altar e atravessa a semana. É santo, porque não pertence mais ao uso autônomo, e é racional, porque responde ao Deus que falou e ofereceu primeiro o próprio Filho.[6]

E essa entrega não é solitária. Paulo passa imediatamente do corpo oferecido ao corpo formado por muitos membros (Romanos 12.4-5), e o movimento corrige tanto o individualismo quanto a idolatria institucional. Ninguém apresenta o irmão no próprio lugar, ninguém recebe todos os dons e ninguém pode dizer ao membro aparentemente menor que não precisa dele (1 Coríntios 12.21-22). A renovação da mente produz uma comunidade na qual a verdade circula sem se tornar propriedade de uma plataforma, a correção pode subir e descer sem que a hierarquia social determine o resultado e a fraqueza encontra cuidado em vez de utilidade publicitária.

A Igreja torna-se aquilo que já é em Cristo quando cada membro oferece a si mesmo, não quando uma organização recolhe os corpos dos demais como recursos. O culto racional termina com pessoas vivas servindo umas às outras sob um só Cabeça.

A última pergunta

Agora posso voltar ao leitor que vi no prólogo. Talvez você tenha atravessado estes capítulos concordando depressa com alguns, resistindo a outros e deixando interrogações nas margens. Talvez tenha formação filosófica e tenha considerado insuficiente uma distinção, talvez seja pastor e tenha sentido a crítica institucional chegar perto demais de decisões que ainda precisa rever, talvez esteja enfermo e tenha lido o capítulo 16 com uma mistura de esperança e cansaço, talvez tenha saído de uma igreja levando culpa que nunca lhe pertenceu, talvez tenha descoberto Clark ou Cheung há pouco e tema que o convite ao exame diminua a gratidão. Não posso responder nesta página a cada questão, e fingir que o livro o fez seria trair sua disciplina.

Posso, porém, dizer o que nenhuma pendência altera: sua consciência não pertence a um mestre, sua dor não está fora do decreto, sua inteligência não precisa escolher entre rigor e submissão a Cristo, e instituição nenhuma tem autoridade para fechar a Bíblia que Deus abriu diante de seus membros.

Também não lhe peço que troque uma escola por esta. Leia Clark e Cheung, Agostinho e Calvino, e quantos servos puderem ajudá-lo; leia adversários com honestidade, aprenda técnicas e línguas, e história e ciência, e agradeça aos professores que o despertaram e confronte as doutrinas pelas quais eles adormeceriam sua mente. Mas não entregue a nenhum deles a cadeira. Um mestre fiel ficará satisfeito quando você alcançar a fonte que ele apontou e for capaz de corrigi-lo por ela; somente o ídolo exige que a ponte se torne moradia. Tampouco transforme "pensar por si mesmo" no novo mandamento, pois foi essa promessa que colocou a consciência no centro. Pense como criatura racional diante de Deus, com irmãos, recebendo a Palavra e respondendo por cada inferência.

A autenticidade cristã não depende da geografia em que você ora, do cargo que ocupa ou do grupo que reconhece seu vocabulário. Depende de Cristo, e a vida que procede dele atravessa prisões, ruínas, denominações imperfeitas e quartos silenciosos sem pedir à estrutura licença para pertencer ao corpo.

Resta uma pergunta, e ela é menor que o título do sistema, mais antiga que a filosofia e mais próxima do que qualquer programa civilizacional: quando Deus fala, quem julga quem? Se a consciência ainda recebe a Escritura somente depois de aprová-la, o primeiro capítulo não terminou. Se a soberania ainda para diante do acontecimento que mais tememos, a Causa não atravessou a casa. Se a apagogia serve para exaltar o debatedor, a Guerra foi vencida pela carne.

Se a fé não pede, não se levanta e não ama os membros, a Vida ficou no vocabulário. Se a expansão procura o trono, a última parte voltou

à fortaleza. Não é necessário rejeitar as teses para escapar delas. Basta conservá-las como doutrina admirada, cuidadosamente separada do cômodo em que tomamos decisões.

Contudo, o Logos não nos chama apenas para pronunciar culpa. O mesmo Cristo que derruba altivezes recebe pecadores; o Juiz é o Salvador, e a Palavra que expõe a autonomia anuncia também a cruz em que sua condenação foi suportada. Não levamos pensamentos cativos para comprar entrada no reino. Fazemo-lo porque o Rei nos alcançou, deu-nos mente nova, colocou sua Palavra em nós e continua destruindo as fortalezas que sobrevivem dentro de homens já amados. Há esperança para o cristão dividido e para a igreja endurecida, para o professor orgulhoso e para o enfermo cansado e até para o autor tentado a habitar o próprio livro, porque a eficiência dessa transformação não repousa na criatura. Deus causa arrependimento, produz fé, abre o entendimento e sustenta o membro que se levanta.

E ele o faz nas ocasiões que ordenou: a Escritura lida e a verdade falada, a oração oferecida, o irmão que corrige, a mesa que acolhe e a dor que retira de nossas mãos a ilusão de controle.

A cidade ainda dorme, e em alguma casa, porém, uma Bíblia permanece aberta sobre a mesa; alguém retorna a um texto que conhecia, percebe uma premissa que nunca havia submetido e, pela primeira vez, deixa de perguntar como a Palavra caberá em seu sistema. Não haverá registro público daquele instante. Talvez nenhum nome novo nasça dele, nenhum departamento seja fundado e nenhuma fotografia sobreviva. Mas a autoridade mudou, um pensamento foi levado à obediência e um corpo começará amanhã a

viver segundo essa mudança. Assim começa uma civilização, assim a Igreja se renova e assim a expansão avança: pela obra do Deus que fala e causa, e nunca pela divinização do instrumento.

Antes da consciência, o Logos era, antes do argumento, Deus conhecia, e antes da cidade a Palavra sustentava o mundo. E depois que este livro terminar, quando suas expressões forem esquecidas, suas falhas forem corrigidas e tudo o que nele serviu tiver cumprido a função de ocasião, a mesma Voz permanecerá com a autoridade que não recebeu de nós. A conclusão não é "adira ao sistema". É esta: Cristo é Senhor; nenhuma criatura é Deus; nenhum pensamento é neutro; nenhuma parte da vida está fora de seu governo.

Pela misericórdia divina, ofereçamos então a mente e o corpo, a pergunta e a obra, a fraqueza e o dom, até que toda altivez caia e aquilo que foi cativo da mentira descubra a liberdade da obediência.

Deus disse.

Que a mente renovada responda com Samuel: "Fala, Senhor, porque o teu servo ouve." (1 Samuel 3.9-10)

Notas

1. Gordon H. Clark, *Logic*, pós-escrito "God and Logic"; Gordon H. Clark, *O Logos joanino*; João 1.1-3. ↩
2. Vincent Cheung, *O Autor do Pecado*, caps. 1 e 3, sobre decreto, causação, autoria e responsabilidade; Romanos 9.14-24; Atos

2.22-24 e 4.27-28. ↩

3. Agostinho, *De Magistro*, especialmente os caps. 9–14; Gordon H. Clark, *Language and Theology*, cap. 15, “A Christian Construction”; Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 3, “Ocasionalismo e empirismo”. ↩

4. Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, cap. 1, “Começando com a resposta”; *Confrontações Pressuposicionais*, seções “Fundamento” e “A precondição do significado”; 2 Coríntios 10.3-5. ↩

5. Vincent Cheung, *Fulcro: Expansionismo vs. cessacionismo*, cap. 1, “Expansionismo: um manifesto do evangelho”, incluindo a discussão de Mateus 28.18-20. ↩

6. Romanos 12.1-8; Gordon H. Clark, *Uma visão cristã dos homens e do mundo*, sobre a unidade da verdade e as consequências da filosofia cristã para a vida. ↩